

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA
Facultad de Traducción y Documentación
Departamento de Biblioteconomía y Documentación



A representação de Etnia e a sua evolução na
Classificação Decimal Universal

Dissertação de Doutoramento apresentada por
Maria da Graça de Melo Simões

Salamanca, Setembro, 2010



UNIVERSIDAD DE SALAMANCA
Facultad de Traducción y Documentación
Departamento de Biblioteconomía y Documentación

A representação de Etnia e a sua evolução na Classificação Decimal Universal

Tese submetida ao Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Facultad de Traducción y Documentación, Universidad de Salamanca, como requisito parcial para a obtenção do grau de "Doutor em Biblioteconomía e Documentação".

Programa de Doutoramento: "*Metodologías y líneas de investigación en Biblioteconomía y Documentación*"

Directora: Prof.^a Doutora Blanca Rodríguez Bravo
Director: Prof. Doutor José Antonio Frias Montoya
Doutoranda: Maria da Graça de Melo Simões

Salamanca
Setembro, 2010



UNIVERSIDAD DE SALAMANCA
Facultad de Traducción y Documentación
Departamento de Biblioteconomía y Documentación

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de *Doutor em Biblioteconomia e Documentação* pela Universidad de Salamanca, Espanha.

Elaborado por **Maria da Graça de Melo Simões** licenciada em História, Pós-graduada em Ciências Documentais, Mestre em Ciências da Informação.

Orientado pela **Prof.^a Doutora D^a Blanca Rodríguez Bravo**, Professora Titular do Departamento de Patrimonio Artístico y Documental, Universidad de León.

Co-orientado pelo **Prof. Doutor José António Frias Montoya**, Professor Titular do Departamento de Biblioteconomia y Documentación, Universidad de Salamanca.

Fd^o:

Maria da Graça de Melo Simões, Msc.
(Doutoranda)

V^o B^o:

Blanca Rodríguez Bravo; Prof.^a Doutora
(Directora)

V^o B^o:

José António Frias Montoya; Prof. Doutor
(Director)

À minha Família e aos meus
Amigos, referências primeiras da minha vida

Ogni vita è un'enciclopedia, una biblioteca, un inventario d'oggetti, un campionario di stili, dove tutto può essere continuamente rimescolato e riordinato in tutti i modi possibili.

Ítalo Calvino (*Lezioni americane*)

Agradecimentos

A elaboração desta Dissertação teve início em Maio de 2007 e foi concluída em Agosto de 2010. A investigação para a mesma teve lugar em Salamanca e essencialmente, em Coimbra, onde foi redigida. Ao longo deste período muitas foram as pessoas que me apoiaram científica e afectivamente. Deste modo, passo de seguida, a apresentar os meus mais sinceros agradecimentos:

À Prof.^a Doutora Blanca Rodríguez Bravo e ao Prof. Doutor José Antonio Frias Montoya, orientadores desta dissertação e meus amigos, a quem devo os primeiros e fundamentais agradecimentos. Pela responsabilidade científica que imprimiram a esta investigação, pelas críticas pertinentes, pelas sugestões de leitura e pela liberdade científica com a qual me orientaram.

Ao Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, em particular ao seu Presidente, Prof. Doutor José Fernando Gonçalves, por me ter facultado todas as condições para o desenvolvimento desta investigação.

Ao Prof. Doutor João Paulo Cardielos, Professor Responsável pela Biblioteca deste Departamento, da qual me sinto muito honrada em ser a bibliotecária, agradeço a sua presença e o apoio incondicional que sempre demonstrou durante o meu percurso académico, em especial nesta investigação. Obrigado por nunca ter duvidado das minhas capacidades, sobretudo nos momentos em que eu própria deixei de acreditar. Obrigado, também, por ter acompanhado de forma tão estreita as actividades desta Biblioteca e ter assegurado, sobretudo este ano, algumas das tarefas que me competiam a mim executar, e desta forma me libertar o tempo necessário para concluir a redacção deste trabalho.

Ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ao qual pertença como Docente do Curso de Ciência da Informação Arquivística e Bibliotecnómica, agradeço a aquisição de algumas obras que se revelaram de interesse capital para a elaboração deste trabalho.

Ao Doutor Pedro Góis, investigador na área da Sociologia cultural, no CES - Centro de Estudos Sociais, por me ter facultado um conjunto de referências bibliográficas sobre o conceito Etnia, sem as quais teria sido improvável escrever o capítulo VIII deste trabalho. Agradeço ainda a troca de

impressões que me proporcionou sobre este tema tão aliciante e tão contemporâneo.

À Prof.^a Doutora Cláudia Isabel Umbelino do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra e Colegas pela gentileza que tiveram em rever o capítulo VIII - Etnia.

À Doutora Inês Cordeiro pelas propostas de leitura, em particular no que respeita à Classificação Decimal Universal. Agradeço, particularmente, as conversas que tivemos na Biblioteca Nacional sobre este tema, as quais me permitiram reequacionar algumas ideias e estratégias.

À Prof.^a Doutora Olga Pombo agradeço a sua generosidade e gentileza em me facultar um conjunto de artigos sobre a filosofia das classificações, sem os quais o primeiro e segundos capítulos resultariam empobrecidos.

À Prof.^a Doutora Carmen Castro Caro pela sua orientação no *Trabajo de Grado*, estudo que considero propedêutico e imprescindível, no que respeita ao aspecto metodológico para a elaboração desta investigação.

À Dra. Teresa Pinto Mendes, por mais uma vez ter dividido comigo o seu saber e sabedoria, o qual me permitiu, frequentemente, novas leituras sobre o tema da investigação.

À Dra. Isabel Faria e à Dra. Maria da Graça Pericão pelas revisões e contribuições críticas que deram a este trabalho.

À Dra. Graça Toscano e à Dra. Isabel Sampaio pelo apoio na tradução da edição alemã da Classificação Decimal Universal (1934-1953), no que respeita à matéria considerada neste estudo.

À Direcção e funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, à Biblioteca Nacional de Espanha, à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, à Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e à Biblioteca do Departamento de Biblioteconomia y Documentación de la Universidad de Salamanca, por me terem facultado o acesso à informação, sempre com o maior profissionalismo e dedicação.

Ao Professor Doutor Mário Kruger por me ter incentivado de forma continuada ao longo da elaboração deste trabalho, em especial nos momentos mais delicados e vulneráveis. Agradeço a sua grande amizade e confiança que, entre outras situações, se traduziu no convite que me endereçou para partilhar com outros Professores e Amigos deste Departamento as aulas da

cadeira de Metodologia da Investigação do 5º ano da Licenciatura de Arquitectura.

Um agradecimento particular à Dra Sayuri Goda, minha ex-aluna e estagiária, pela sua inestimável colaboração no tratamento técnico dos documentos da Biblioteca deste Departamento, assim como pela sua amizade.

A todos os Colegas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em particular às Prof.^a Doutoras Maria Manuel Borges, Maria José Azevedo Santos e ao Prof. Doutor Hans-Richard Jahneke de quem recebi no decurso deste trabalho as maiores e mais sinceras manifestações de apoio e amizade.

Às Prof. Doutoras Marta de la Mano e Manuela Moro Cabero pelo apoio e ânimo que sempre me expressaram, enquanto professoras e amigas.

Aos Prof. Doutores Paulo Varela Gomes e Vítor Murtinho, meus Amigos de sempre, pela troca de impressões, sérias e jocosas, as quais, na maioria das vezes, me abriram e perspectivaram novos caminhos nesta investigação.

À Dra. Sílvia Damas pela dedicação e paciência na formatação deste trabalho, nomeadamente no tratamento gráfico das suas imagens.

Aos meus alunos da FLUC e do DARQ/UC que me inculcaram o gosto por ensinar e investigar, e a quem dedico também este trabalho.

A todos aqueles que ao longo deste período privaram mais de perto comigo, em especial os Colegas e Amigos, pelo apoio e ânimo: Graça Toscano, Marta Rosete, Maria Rui Umbelino, Maria João Padez, Márcia Mieko, Maria José Carvalho, Maria João Olaio, Fátima Carvalho, Carmen Galvez, Soledad Canovas del Castillo, Maria José Martínez-Pereda, António Lopes, Miguel Maldonado, Cristina Freitas, Joaquim de Almeida, Nuno Grande, Anselmo, Giuseppina Raggi, Carla Ferreira e Sofia Gomes.

Um agradecimento especial à Ana Miguéis, minha Colega e Amiga, pela sua permanente e carinhosa companhia.

À minha Família sobretudo à minha Irmã e às minhas sobrinhas, Maria e Leonor (Nónó) por estarem sempre presentes.

Uma referência mais pessoal ao Luis, sempre meu Amigo. Agradeço em especial todos os anos de cumplicidade. Porque acredito que a cumplicidade e a amizade se constroem nos períodos delicados e complexos da ausência e do silêncio, mais do que pela obra e graça da presença, acredito que a nossa

amizade, terá sempre a dimensão do mundo. Pelas tuas "bromas y tu risas" o meu eterno e mais carinhoso, Obrigado.

Por último, a todos os amigos, que por um capricho cruel da vida, foram obrigados a interromper esta viagem. Pelo seu exemplo de vida e pela grande amizade não posso deixar de mencionar a minha querida amiga Emília e o meu amigo Miguel Faria. Obrigada, por terem existido na minha vida.

Resumo

A representação de Etnia e sua evolução na Classificação Decimal Universal

Este trabalho de investigação procura avaliar até que ponto a Classificação Decimal Universal, possui competências credíveis para representar conceitos complexos e evolutivos, seja a nível dos quadros epistemológicos, seja a nível da sua estrutura. Neste sentido, o objectivo principal deste trabalho traduz-se em avaliar o comportamento desta estrutura de organização do conhecimento no que respeita à dinâmica sócio-cultural do século XX, concretamente no que se refere ao conceito Etnia; noção que dada a sua natureza evolutiva elegemos para estudo de caso. Esta dissertação tem a particularidade de tender para uma dupla visão do objecto de estudo que, deste modo, se manifesta sob duas perspectivas distintas, porém complementares: uma contextualização epistemológica do objecto e uma verificação empírica das capacidades do mesmo.

O teste às suas competências no que respeita à representação de conceitos evolutivos, no caso particular – Etnia, será orientado, de uma forma geral, em três direcções: ruptura, continuidade e inovação no que concerne às teorias da etnicidade que emergiram e se desenvolveram ao longo do século XX.

Para esta demonstração apoiamo-nos em métodos qualitativos, essencialmente, num estudo descritivo e num estudo analítico. A aplicação desta metodologia proporcionou-nos, por um lado, a descrição objectiva dos dados recolhidos nas cinco edições da Classificação Decimal Universal que consideramos relevantes para este estudo, por outro, permitiu-nos uma análise interpretativa, precisa e consistente dos resultados obtidos. Importa, ainda, referir que aplicação desta metodologia concorreu para conclusões sólidas, que nos permitiram validar os objectivos aos quais nos propusemos.

Por último, cumpre mencionar que a primeira parte do trabalho, não tendo a pretensão de ser mais do que uma reflexão crítica, sob a forma de síntese, sobre questões relacionadas com os princípios e fundamentos das classificações em geral e da Classificação Decimal Universal em particular, assim como, sobre a organização do conhecimento como esteira dos sistemas de classificação; teve como principal objectivo contextualizar o objecto de

estudo num quadro epistemológico e mental, no que respeita à organização e representação do conhecimento. Para darmos cumprimento a este propósito, procedeu-se a uma revisão bibliográfica sobre os referidos temas.

Abstract

The representation of Ethnic concept and its evolution in the Universal Decimal Classification.

This research seeks to assess to what extent the Universal Decimal Classification is a credible expert resource to represent complex evolutionary concepts, either at the level of epistemological frameworks, or in terms of its structure. With that in mind, the main objective of this work is to evaluate the behavior of this structure of knowledge organization regarding the socio-cultural dynamics of the twentieth century, specifically in what concerns Ethnic; concept which, due to its evolutionary nature, we elected as a case study. This dissertation has the characteristic of tending toward a dual vision of the object of study which, thus, manifests itself in two distinct but complementary perspectives: an epistemological contextualization of the subject and an empirical verification of its capacities.

The test to the subject's competencies with regard to the representation of evolutionary concepts in the particular case of Ethnic was guided, in general, in three directions: rupture, continuity and innovation in relation to theories of ethnicity that emerged and developed throughout the twentieth century. To demonstrate, we relied on qualitative methods, essentially, through a descriptive study and an analytical study. This methodology provided us with, on one hand, the objective description of the data collected in the five editions of the Universal Decimal Classification which we consider relevant for this study; on the other hand, it allowed us an accurate and consistent interpretive analysis of results obtained. We also need to mention that, this methodology helped us substantiate conclusions which, allowed us to validate the objectives which we set out to accomplish.

These results led us to conclude that we may consider the Universal Decimal Classification a dynamic structure of knowledge organization, as it will adjust to the new paradigms of knowledge and to the contemporary nature of epistemological models, adapting them to meet the frameworks of classification. Taking in consideration its nature, and integrating it into the Western European context, we may state that, in general, this instrument of representation and information retrieval presents a satisfactory level, in regard to impartiality/bias in the representation of subjects.

Sumário

Introdução	31
Contextualização do tema e interesses da investigação	33
Objectivos e metodologia	38
Estado da arte	42
Estrutura	44
Bibliografia	48
I Parte Classificações bibliográficas: percurso de uma teoria	51
Capítulo I. Classificar	53
1 Classificar [Definição, objectivos, características]	55
1.1 Classificar [Definição e considerações gerais]	56
1.2 Classificar, classificação e arrumar [Considerações críticas]	59
1.3 Objectivos e princípios subjacentes ao processo de classificar	66
1.3.1 Objectivos	66
1.3.2 Princípios subjacentes à operação de classificar	68
1.4 Políticas de classificação e seus condicionalismos	80
1.5 Procedimentos inerentes à operação de classificar e respectivos instrumentos de apoio	84
1.6 Ficheiros de autoridade sistemáticos	94
Capítulo II. Classificação	97
1 Classificação [Definição, objectivos, características e estrutura lógica]	99
1.1 Definição	99
1.2 Objectivos	100
1.3 Características gerais	100
1.4 Estrutura lógica	104
Capítulo III. Organização do conhecimento	113
1 Organização do conhecimento [Apontamento histórico]	115
1.1 A organização do conhecimento [Segundo o critério da divisão]	116
1.1.1 Enciclopedismo: definição e caracterização	117
1.1.2 A organização do conhecimento [Percurso histórico]	120
1.2 A organização do conhecimento [Segundo o critério da sistematização]	138

1.2.1	A classificação do conhecimento [Percurso histórico]	139
2	Enciclopedismo e classificação do conhecimento: pontos de convergência e influências nas classificações bibliográficas	158
Capítulo IV. Sistemas de classificação percursores das classificações bibliográficas		163
1	Classificações precursoras dos sistemas de classificação de tipo enciclopédico	165
1.1	As classificações filosóficas e as classificações científicas	166
1.2	As classificações utilizadas nos catálogos dos livreiros	168
Capítulo V. As classificações bibliográficas de tipo enciclopédico		171
1	As classificações bibliográficas de tipo enciclopédico [Considerações históricas]	173
1.1	Os grandes sistemas de classificação bibliográfica do século XIX e inícios do XX [Definição, função, objectivos, composição e tipologia]	178
1.1.1	Definição de sistema de classificação bibliográfica	180
1.1.2	Objectivos e função	181
1.1.3	Composição do sistema [Tabelas principais, tabelas auxiliares, índice e notação]	182
1.1.4	Tipologia das classificações	186
Capítulo VI. Classificação Decimal Universal		217
1	CDU [Origem e contextualização histórica, definição e função, fundamentos, características e critérios de aplicação]	219
1.1	Origem e contextualização histórica	220
1.2	Definição e função	223
1.3	Fundamentos e características	225
1.4	Composição	238
II Parte CDU: representação e evolução de um conceito - Etnia		295
Capítulo VII. Objectivos e desenho da investigação		299
1	Objectivos e desenho da investigação	301
1.1	Objectivos	301
1.2	Desenho da investigação	301

Capítulo VIII. Etnia	325
1 Etnia e Grupos étnicos [Definição, caracterização e considerações gerais]	327
1.1 Etnia [Definição, caracterização e considerações gerais]	327
1.2 Grupos étnicos [Definição, caracterização e considerações gerais]	328
1.3 Teorias e paradigmas relativos à etnicidade	331
1.3.1 Teoria da assimilação	335
1.3.2 Teoria do pluralismo	337
1.3.3 Teoria do conflito étnico	340
Capítulo IX. Estudo estatístico da representação e evolução do conceito Etnia na CDU	347
I-IX Representação e descrição estatística das classes relativas ao conceito Etnia nas edições da CDU consideradas	348
1 Distribuição deste conceito nas classes e a sua representação numérica nas ditas classes nas diferentes edições da CDU	349
1.1 Manuel abrégé du répertoire bibliographique universel. 1905	349
1.2 Classification Décimale Universelle: tables de classification pour les bibliographies, bibliothèques et archives... 1927-1933	373
1.3 Dezimal-Klassifikation: Gesamtausgabe. 1934-1953	391
1.4 Classification Décimale Universelle. 1967-1973	410
1.5 Classification Décimale Universelle. 1990-1993. (Act. em 1998).	433
2 Estudo comparativo da representação do conceito de Etnia nas classes e edições consideradas: em valores absolutos e relativos (percentagem)	455
2.1 Descrição do comportamento das variáveis	455
2.1.1 Auxiliares de língua	455
2.1.2 Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade	458
2.1.3 Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais	460
2.1.4 Religião	462
2.1.5 Ciências sociais	464
2.1.6 Língua	476
2.1.7 Antropologia	479
2.1.8 Literatura	481

3	Considerações finais da representação e evolução do conceito Etnia	485
II-IX	Análise fundamentada dos resultados	487
1	Análise terminológica e análise conceptual	487
1.1	Análise terminológica: linhas de continuidade e linhas de ruptura em relação aos paradigmas e teorias da etnicidade	487
1.1.1	Auxiliares de língua	487
1.1.2	Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade	488
1.1.3	Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais	488
1.1.4	Religião	489
1.1.5	Ciências sociais	489
1.1.6	Língua e Literatura	491
1.1.7	Antropologia	493
1.2	Análise conceptual: linhas de continuidade e linhas de ruptura em relação aos paradigmas e teorias sobre a etnicidade	494
1.2.1	Auxiliares de língua, Língua e Literatura	494
1.2.2	Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade	501
1.2.3	Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais	503
1.2.4	Religião	505
1.2.5	Ciências sociais	507
1.2.6	Antropologia	527
	Conclusões	529
	Conclusões gerais	531
	Conclusões específicas	540
	Propostas de melhoria	547
	Bibliografia	551
	Índice de Figuras	587
	Índice de Tabelas	593
	Fontes de imagens	597

Introdução

Contextualização do tema e interesses da investigação

Neste trabalho, de uma forma geral, propomo-nos estudar as classificações bibliográficas como modelos dinâmicos de organização do conhecimento. De entre os vários sistemas optámos pela Classificação Decimal Universal (CDU), restringindo-nos às classes e subclasses que representam o conceito Etnia e outros com ele relacionados. A opção deste conceito justifica-se pelo facto de ele apresentar características evolutivas.

As classificações bibliográficas são as principais estruturas de organização do conhecimento, seja na organização física, seja na organização abstracta, lógica e sistemática das ideias em catálogos e integram-se nas linguagens categoriais. Surgiram em meados do século XIX e, desde logo, foram as principais estruturas de organização do conhecimento: de início na organização física; mais tarde na organização abstracta, lógica e sistemática do conhecimento que, nesta situação, se manifestou na arrumação das ideias em catálogos. Deste modo, até meados do século XX foram consideradas as principais estruturas da organização do pensamento, situação que se alterou a partir de então, com a emergência das novas tecnologias. Devido a esta nova conjuntura, as classificações foram perdendo terreno para as linguagens documentais baseadas na linguagem natural. Por paradoxal que possa parecer, foi com o desenvolvimento das novas tecnologias, nomeadamente com as capacidades de gestão introduzidas pelos computadores que, na década de 90, elas voltaram a ressurgir.

Como sempre a eficiência na localização física do conhecimento impõe-se. O livre acesso ao documento por assunto torna-se mais pertinente do que nunca e a necessidade premente de organizar a dispersão em que se apresenta a informação (catálogos, bases de dados e a forma caótica de apresentação do conhecimento na Internet) transforma as classificações em ferramentas imprescindíveis para a organização do conhecimento por temas, cujo critério assenta em afinidades semânticas.

A Classificação Decimal Universal (impulsionada pelo espírito universal de solidariedade científico-cultural do séc. XIX) volta a assumir-se cem anos depois, como um instrumento pertinente para cumprir esta função. A vantagem relativamente a quaisquer outros sistemas prende-se com o facto

de este ser um sistema de classificação misto, que o torna flexível e capaz de classificar - arrumar qualquer assunto.

Dada a sua função relevante e imprescindível na organização e recuperação do conhecimento, levou-nos a testar a sua capacidade no que respeita à representação de conceitos evolutivos, assim como a sua imparcialidade na representação dos mesmos.

O projecto de investigação que se apresenta tem a particularidade de tender para a visão do objecto sob duas perspectivas distintas, porém complementares: uma contextualização epistemológica do objecto (classificações bibliográficas, nomeadamente a Classificação Decimal Universal) e uma verificação da capacidade da mesma na representação, como já referimos, de conceitos evolutivos. O teste às suas competências de representação, em particular no que respeita ao conceito Etnia será orientado, de uma forma geral, em três direcções: ruptura, continuidade e inovação, no que concerne aos paradigmas e às teorias da etnicidade.

Passamos, de seguida, a expor os interesses que nos levaram a optar por este tema como objecto de investigação, e também o interesse que este estudo poderá despertar futuramente na potencialização de outros trabalhos da mesma natureza.

Dentro do domínio de especialização da nossa investigação – Análise e representação da informação - escolhemos como área de interesse para um estudo mais aprofundado as classificações bibliográficas e, mais concretamente, a Classificação Decimal Universal.

A premente necessidade de organizar a dispersão em que se apresenta a informação (nomeadamente em catálogos e bases de dados) transforma as classificações em ferramentas incontornáveis para a organização do conhecimento. Tal situação justifica a pertinência de se elaborarem estudos consistentes, para aferir da credibilidade e fiabilidade desta estrutura de organização do conhecimento, no que respeita à sua capacidade de representação.

As razões que nos levaram a privilegiar a Classificação Decimal Universal para um estudo mais exaustivo prendem-se com questões de natureza utilitária e com questões de natureza científico-técnica.

No que respeita à primeira, ela tem a ver com o facto deste sistema de classificação ser o mais usado no nosso país, dado que é o sistema de classificação utilizado e recomendado pela Biblioteca Nacional no seu papel de Agência Bibliográfica Nacional. É também um dos sistemas mais usados nas bibliotecas universitárias, nacionais e públicas do mundo ocidental, entre outros factores, devido ao facto de ser um sistema de tipo enciclopédico. Acresce ainda o facto de, ao ser um sistema com uma aplicação tão ampla a nível geográfico, concorrer para que seja usado como uma linguagem de permuta de assuntos. Devido a esta circunstância, é por vezes usada como uma linguagem de interoperabilidade entre outras linguagens.

No que respeita às razões de natureza científico-técnica elas prendem-se com o facto de entender este sistema de classificação como um dos mais flexíveis dentro da tipologia das linguagens categoriais, apesar de, na sua essência, ser um sistema enumerativo. A flexibilidade observada prende-se com a sua própria estrutura, designadamente com o uso das tabelas auxiliares, que permitem ao classificador arrumar um documento na classe epistemológica de acordo com as necessidades mais prementes do serviço, concorrendo, tal situação, para um compromisso mais estreito entre o classificador e o utilizador.

Ao contrário dos outros sistemas enciclopédicos que a precederam (Classificação da Biblioteca do Congresso e a Classificação Decimal de Dewey), que tiveram origem essencialmente em factores empíricos e utilitários, a Classificação Decimal Universal nasceu com preocupações científicas e altruístas: o seu objectivo inicial era ordenar por temas a compilação de um repertório universal de bibliografia. Nesta medida era um instrumento de divulgação de toda a literatura científico-técnica que até então fora produzida.

Ao longo dos tempos este tipo de linguagem tem sido alvo de críticas relativamente à sua estrutura e ao seu conteúdo. Entre outras, salientamos: os quadros epistemológicos serem desactualizados, as classes e notações que a constituem serem rígidas; esta situação concorre para que, muitas vezes, não seja possível representar novos conceitos e/ou o facto deste sistema ser pouco objectivo e/ou imparcial, na representação dos mesmos. Entre as críticas apresentadas elegemos para objecto da nossa investigação aquelas

que se prendem com a parcialidade e a contemporaneidade dos seus quadros epistemológicos.

Tal como acontece com todas as outras classificações, a Classificação Decimal Universal deve possuir mecanismos que lhe permitam representar, de forma objectiva e imparcial, o conhecimento que é produzido ao longo do tempo. Apenas deste modo as classificações conseguem espelhar a mentalidade vigente numa determinada conjuntura temporal.

No nosso entender, o percurso metodológico mais fiável para comprovar esta realidade passa pela observação e comparação das várias edições e, mais concretamente, das suas classes. Apenas esta comparação nos permite fazer uma análise relativamente ao comportamento deste sistema no que respeita aos quadros mentais de uma determinada época.

A parcialidade ou imparcialidade na Classificação Decimal Universal pode ser considerada em duas dimensões: uma relativa a questões objectivas, outra relativa a questões subjectivas.

Relativamente às questões objectivas, elas prendem-se com a sua própria natureza geográfica. Não podemos deixar de referir que este sistema foi construído para representar a literatura produzida no Ocidente desde o século XV ao século XX. Tal situação concorreu para que algumas classes se apresentassem mais desenvolvidas, em detrimento de outras. Isto porque, por um lado havia matérias que ainda não existiam e, por outro, se assistia ao emergir de outras que começavam a fazer parte do ideário mental da época. Salientamos, como caso mais paradigmático, o da Religião; nela o Cristianismo, mais concretamente o Catolicismo, manteve-se preponderante em relação às outras religiões até à actualidade, como poderá observar-se no desenvolvimento deste trabalho.

No que respeita às razões subjectivas apontamos, entre outras, as que dizem respeito às questões de natureza política e cultural. Em alguns casos, devido a preconceitos e juízos valorativos político-culturais, determinados temas, apesar da sua relevância numa dada época, não se encontram representados nesta classificação com o nível de desenvolvimento desejável e que seria de esperar.

Estes motivos concorreram para que determinássemos como principal interesse deste trabalho o comportamento deste sistema de classificação face

aos binómios parcialidade/imparcialidade e estagnação/dinâmica, no que respeita à representação do conhecimento.

No mundo da globalização da informação, que se quer plural e multidisciplinar, urge estudar as linguagens documentais como meios de veicular e organizar o conhecimento, identificando as suas fragilidades e validando as suas competências e capacidades no que se refere à representação e recuperação da informação.

Os quadros mentais alteraram-se, o asfixiamento das matérias em classes estanques, que serviam os paradigmas do positivismo, deixaram de fazer sentido num mundo que se caracteriza pela mutabilidade.

Relativamente aos interesses pessoais, apraz-nos registar o interesse que sempre nos suscitou o estudo das linguagens documentais, essencialmente o estudo das classificações bibliográficas. Este interesse radica no facto de sempre termos acreditado nelas como um instrumento de garantia, pertinência e precisão na recuperação da informação por assunto, quer seja na localização de um documento na sua dimensão física (arrumação numa estante), quer seja na localização de um documento num catálogo ou, actualmente, num ficheiro de um computador. Neste sentido, consideramos as classificações bibliográficas como a estrutura de organização do conhecimento que mais contribui para a organização física e lógica do mesmo, reconhecendo-lhes uma dupla função no que concerne à sua organização.

O facto deste tipo de linguagem privilegiar a síntese e, conseqüentemente, agrupar o conhecimento em categorias – ao contrário das linguagens vocabulares que o dispersam – contribui para disciplinar o espírito de quem classifica e de quem pesquisa.

Após a exposição dos interesses científicos e pessoais que nos levaram à escolha deste tema passamos, de seguida, a referir o interesse que este trabalho poderá trazer a futuros estudos. Começamos por afirmar que este projecto de investigação assume particular interesse num momento em que a organização do conhecimento se debate com a emergência de novos modelos de representação e acesso ao mesmo. Além de algumas das novas estruturas de organização do conhecimento, como é o caso das taxonomias e ontologias, se alicerçarem nos princípios das classificações, listas de encabeçamentos e tesouros.

Neste contexto, cumpre testar a fiabilidade e a pertinência desses modelos, na medida em que a organização do conhecimento, para o seu desenvolvimento sustentável, requer instrumentos de indubitável qualidade científica e técnica. Foi a partir destas premissas que desenvolvemos uma estratégia metodológica baseada numa dupla abordagem, conceptual e prática do problema, capaz de dar cumprimento aos objectivos que foram propostos.

As inovações que esperamos obter com este projecto prendem-se essencialmente com a componente metodológica. Pensamos, através dela, construir um novo conhecimento, baseado particularmente numa reflexão teórica, perspectiva que consideramos essencial, como complemento aos diversos estudos de natureza empírica produzidos ao longo do tempo - como se demonstra na revisão bibliográfica incluída no trabalho.

Considerando ainda o aspecto metodológico, pensamos que esta estratégia poderá servir de modelo para trabalhos análogos, que se centrem nestes propósitos e natureza. Deste modo, será um factor de uniformidade que concorrerá, indubitavelmente, para estudos mais coerentes e consistentes. Também, por isto, entendemos que este projecto é um factor de inovação.

Objectivos e metodologia

Objectivos

Após a breve contextualização anterior do tema e a exposição dos interesses que nos motivaram ao seu estudo, passamos a apresentar os principais objectivos do nosso trabalho:

- analisar o comportamento da Classificação Decimal Universal no que respeita à representação da dinâmica sócio-cultural do século XX, mais concretamente no que respeita ao conceito - Etnia.

Para cumprirmos o objectivo principal tivemos que formalizar um segundo objectivo:

- aferir até que ponto podemos considerar a Classificação Decimal Universal como um sistema de classificação imparcial, por isso fiável, no que respeita à representação e recuperação da informação.

Ora, para satisfazer estas duas pretensões, de observar a dinâmica ou estagnação deste sistema, no que respeita à representação de conceitos evolutivos e de aferir a sua parcialidade ou imparcialidade, recorreremos a um estudo de caso. Este estudo de caso deveria reunir, entre outros requisitos, os seguintes:

- integrar-se na realidade contemporânea;
- apresentar características próprias de um conceito evolutivo;
- poder ser analisado num período cronológico de aproximadamente cem anos.

Assim, entre outros conceitos que poderiam ter sido escolhidos para o nosso estudo de caso, optámos pelo conceito - Etnia, pelo facto de cumprir todas estas particularidades e pré-requisitos.

Com base neste estudo de caso pretendemos analisar a capacidade de resposta da Classificação Universal Decimal no que respeita à representação deste conceito.

Avaliar o comportamento deste sistema de classificação no que concerne às tendências de convergência e divergência, assim como às linhas de continuidade e de ruptura relativamente à representação deste conceito evolutivo, que se manifestou ao longo do século XX em paradigmas (antropológico e sociológico) e em teorias (da assimilação étnica, do pluralismo étnico e a teoria da mobilização e conflitos étnicos) é o principal propósito deste trabalho.

Metodologia

Neste ponto iremos expor, de uma forma sucinta, a metodologia que serviu de suporte ao trabalho de investigação na primeira e segunda partes.

Dadas as particularidades e complexidades construtivas que apresenta a segunda parte, para uma maior inteligibilidade da mesma, entendemos preencher o capítulo VII (II Parte) com os objectivos e a metodologia. Os objectivos aí representados dizem respeito à totalidade do trabalho.

O primeiro passo geral consistiu no desenho da sua estrutura global, que se foi ajustando naturalmente à medida que a própria investigação ia avançando. Deste modo fomos programando as fases da investigação em curso. O seu objectivo consistiu na planificação das acções a executar, com o propósito de rendibilizar ao máximo o tempo e os recursos disponíveis.

A primeira fase do plano correspondeu à pesquisa bibliográfica. Nessa etapa foram consideradas a fase do levantamento das fontes bibliográficas que se revelaram de interesse para o desenvolvimento do trabalho, tanto na parte teórica como na parte prática; após a sua identificação e recolha procedemos à selecção e à respectiva descrição.

Só após termos concluído esta primeira fase, procedemos à leitura exhaustiva da bibliografia que foi seleccionada. O objectivo desta leitura concorreu para adequar a bibliografia aos temas que pretendemos desenvolver. Uma vez ajustadas as leituras aos temas que pretendemos desenvolver passamos à fase da análise dos textos bem como ao seu cruzamento, de forma a proporcionar a construção de um conhecimento novo e consistente. Nesta etapa, a nossa atenção centrou-se também em possíveis ideias, que poderiam servir para corroborar algumas teses já então por nós defendidas. Desta forma, extraímos as referências textuais que se constituíram em citações.

As citações foram registadas na língua original das obras consultadas ou, no caso de obras traduzidas, na língua da própria tradução. Elegemos esta opção para não deturpar o sentido das mesmas. Com o mesmo propósito, em alguns casos, as citações excedem um parágrafo. Tal situação, no nosso entender, contribui para o não desvirtuamento das ideias dos autores originais.

A maioria dos textos seleccionados apresentava-se em diversos idiomas, em particular os das edições das classificações bibliográficas que constituíram a base deste trabalho. Assim, de uma forma geral, os idiomas mais usuais são o francês, o inglês, o espanhol e o alemão (edição de 1934-1953).

Depois de efectuadas as leituras e a respectiva análise crítica, passamos à redacção da tese, que incluiu a sua reestruturação, essencialmente no que respeita à configuração dos capítulos e a toda a organização formal do texto.

A metodologia da investigação que sustenta o tema do nosso trabalho desenvolveu-se em dois vectores, que se articulam de forma concertada entre a primeira e a segunda partes: um de ordem teórica, outro de natureza prática.

Para dar cumprimento aos objectivos desenhados na primeira parte da investigação, baseamo-nos no método exploratório que assentou essencialmente numa revisão bibliográfica que passamos a descrever com maior pormenor no item relativo à bibliografia.

A utilização deste método permitiu-nos aprofundar e ao mesmo tempo sintetizar os aspectos teóricos relativos a este assunto, em particular os que se prendiam com os aspectos menos conhecidos e menos estudados.

Este método foi ainda utilizado no VIII capítulo da II Parte, quando tivemos de apresentar as definições dos conceitos Etnia e Grupos étnicos, assim como a descrição das teorias da etnicidade. Também este estudo se baseou numa revisão bibliográfica.

Para dar cumprimento ao segundo propósito do trabalho, que consiste no desenvolvimento dos objectivos do mesmo, no capítulo IX, seguimos uma abordagem metodológica diversa.

No primeiro subcapítulo (I-IX) do capítulo IX (Representação e descrição estatística das classes relativas ao conceito Etnia nas edições da Classificação Decimal Universal consideradas) foi utilizado o método descritivo¹, pelo facto de nos permitir caracterizar e particularizar os aspectos que se pretendiam analisar. Nesse sentido, o recurso a este método proporcionou a recolha dos dados que eram objecto de análise na segunda parte do capítulo. Por fim, no segundo subcapítulo (II-IX) deste capítulo utilizamos o método analítico². A

¹ Este método é descrito com maior pormenor no Capítulo II da II Parte.

² Este método é descrito com maior pormenor no Capítulo II da II Parte.

aplicação deste método permitiu-nos analisar os resultados obtidos no primeiro subcapítulo do mesmo (capítulo IX).

De acordo com a estratégia metodológica prevista e, em conclusão, destacamos que o desenho da investigação aponta para a utilização dos seguintes métodos: método exploratório, no que respeita essencialmente à primeira parte do trabalho numa abordagem teórica; método descritivo e analítico, no que respeita à segunda parte, aqui numa abordagem prática.

Estado da arte

A revisão da bibliografia efectuada para a elaboração deste trabalho atesta a quase inexistência de estudos de análise, sistematização e de reflexão crítica sobre a capacidade estrutural e as competências que este sistema bibliográfico apresenta ao registar novos temas e novas atitudes face aos mesmos. Esta situação concorreu para reforçar o interesse nesta matéria como objectivo principal do nosso projecto de investigação.

A literatura mais actualizada mantém-se, de uma forma geral, omissa, parca e descontínua relativamente ao assunto, o que gera algum desconforto científico sobre o tema. Ela reflecte como as novas tecnologias têm vindo a ter uma influência perversa, ao justificarem, em certa medida, o privilégio dos conteúdos práticos e técnicos, cujo objecto se centra quase sempre em estudos de caso ou em relatos de experiências localizadas, confinando-se ou esgotando-se em artigos avulsos em publicações periódicas.

A análise crítica que concorre para uma discussão apurada onde se coloca em relevo a problematização teórica, a discussão dos fundamentos e dos novos paradigmas conceptuais do conhecimento, assim como a sua formalização, é praticamente inexistente.

Para contornar esta carência, geralmente recorre-se a áreas transversais, como é o caso das Ciências Sociais.

O conhecimento produzido nesta área das classificações bibliográficas cinge-se, com frequência, ao domínio das questões técnicas e operacionais deste sistema, tendência que se verifica, de resto, na maioria da literatura publicada ao longo de todo o século XX e nos inícios do século XXI.

A literatura produzida centra-se geralmente na procura de soluções para resolver problemas empíricos do contexto envolvente, que concorrem para o “limbo”, respeitante ao estudo das capacidades de resposta e eventual imparcialidade do sistema, sobretudo na representação de temas sensíveis e conceptualmente evolutivos, como aquele que agora propomos para estudo de caso - Etnia.

É um facto que, relativamente ao estudo da representação da informação, no que respeita a estudos desta natureza tais como a religião, exclusão social, racismo e feminismo, entre outros, actualmente, vão-se desenvolvendo e publicando trabalhos de relevante interesse científico. Acontece, porém, que a maioria desses trabalhos são construídos no âmbito das linguagens vocabulares combinatórias, como podemos verificar na bibliografia que sustenta este trabalho. A título de exemplo apresentamos os trabalhos de Berman – *Prejudices and antipathies: a tract on the LC Subject Heads concerning people* (1993), de Caro Castro e San Segundo – *Lenguajes documentales y exclusión social* (1999), de Norán Suárez e Rodríguez Bravo – *La imagen de la mujer en la Clasificación Decimal Universal (CDU) (2001,)* e os desta última autora sobre a situação da mulher, de que é exemplo *La integración de la mujer en los lenguajes documentales: una utopia necesaria en la sociedad del conocimiento* (2007) e *The visibility of women in indexing languages* (2006). Referimos ainda os trabalhos de M. Martínez e Todaro – *Las razas en una lista de encabezamientos de materia en español* (2001), assim como a tese de doutoramento de Muñoz-Alonso – *Fundamentación conceptual, léxica, sintética y metodológica para la articulación de listas de encabezamientos de materia: aplicación a las ciencias de las religiones* (2005).

Tal como aqui podemos observar, nenhum destes trabalhos aborda a questão da representação dos temas nas linguagens categoriais.

Foi também esta lacuna que nos motivou a elaborar o presente estudo, pois, como já referimos, acreditamos que estas estruturas da organização do conhecimento têm um papel essencial a desempenhar na organização física e lógica do pensamento.

Acrescente-se, como ponto de interesse adicional, a aferição de forma metódica e sistemática do modo como este sistema se pode considerar um

instrumento fiável (imparcial) da representação do conceito de compromisso social sustentável, como é o caso da inclusão/exclusão social, mais concretamente no que respeita a conceitos evolutivos, neste caso particular, o de Etnia.

Estrutura

Para darmos cumprimento aos objectivos estruturamos o trabalho em duas partes: uma teórica e outra prática. Na primeira definimos alguns conceitos e, sempre que se justificou, apresentamos uma reflexão crítica sobre algumas questões teóricas imprescindíveis para o entendimento geral do tema em questão. Deste modo, fomos construindo o enquadramento teórico dos temas abordados. Caracterizando esta abordagem teórica designamos a primeira parte - *Classificações: percurso de uma teoria*.

Nela foi nosso propósito contextualizarmos as classificações bibliográficas na teoria geral da classificação. Com esse objectivo elegemos para estudo alguns conceitos que foram objecto de migração, da teoria geral da classificação para as classificações bibliográficas e, em particular, para a Classificação Decimal Universal (CDU), que consideramos principal objecto do nosso estudo.

Fizemos depois incidir uma reflexão mais apurada, entre outros conceitos, sobre as noções de: método dicotómico, hierarquia, exclusividade e exaustividade, na medida em que os consideramos imprescindíveis para o estudo da estrutura das classificações bibliográficas, pelo que a sua omissão concorreria inevitavelmente para perturbadoras ambiguidades conceptuais. Abordamos ainda conceitos mais gerais, igualmente fundamentais e relevantes para a inteligibilidade do texto, tais como *Classificar* e *Classificação*.

Em relação ao conceito *Classificar*, ele foi analisado como processo, naturalmente. Na sua análise foram considerados os aspectos estruturantes e os objectivos teóricos inerentes ao acto de classificar completando-o com a sistematização das fases e respectivos procedimentos subjacentes a esta operação.

No que respeita à noção de *Classificação*, ela foi abordada essencialmente no que respeita aos princípios lógicos que lhe estão subjacentes.

Dos seis capítulos que constituem a primeira parte, o primeiro e o segundo ocupam-se dos dois assuntos precedentes. O capítulo III ocupa-se da premência que o Homem sempre demonstrou ao longo da história em organizar-manipular o conhecimento. Primeiro baseando-se tão só em critérios de pura divisão, na maioria dos casos funcionais e empíricos e, numa segunda fase, assentando em critérios de sistematização. Deste modo, o capítulo III funciona como a base da sustentação teórico-prática dos sistemas de classificação justificando-as num contexto histórico-mental.

Com o intuito de contextualizar as classificações bibliográficas no percurso histórico da teoria da classificação, no capítulo IV procedeu-se à sistematização dos seus vários estádios de evolução. Neste percurso identificamos dois pontos de referência, que entendemos como precursores das classificações bibliográficas, na medida em que foram grandes focos de influência, a saber: as classificações do saber ou filosóficas (classificação dos saberes) e as classificações científicas ou taxonómicas (classificação dos seres). Além destas e, dada a sua influência e relevância na estrutura das classificações bibliográficas, introduzimos ainda, neste capítulo, um ponto relativo às classificações dos livreiros.

No seguimento desta orientação metodológica, no capítulo V procedeu-se à análise das classificações bibliográficas de tipo enciclopédico, com especial destaque para as de tipo enumerativo e facetadas, na medida em que se constituíram como instrumentos incontornáveis de referência dentro da organização do conhecimento ao longo do século XX. A sua análise incidiu essencialmente nos seguintes pontos: breve apontamento histórico, conteúdos, no que respeita à sua adequação aos quadros mentais e epistemológicos da época, e estrutura. Esta análise permitiu identificar e avaliar as vantagens, as fragilidades e os motivos que estiveram na causa da sua decadência a partir dos meados do século XX, assim como as razões do seu posterior ressurgimento na década de 90.

Concluimos a primeira parte com um breve estudo analítico-sintético da Classificação Decimal Universal como estrutura de organização do

conhecimento. Dado que este sistema é o nosso objecto de estudo, entendemos ser imprescindível a introdução de um capítulo que se ocupasse dele. É o capítulo VI.

Este estudo comporta uma nota histórica sobre a sua origem, salientando o espírito universal de solidariedade científica e cultural na qual foi concebida, que se traduziu na pretensão de representar todo o ideário epistemológico produzido até essa data num grande catálogo colectivo – *Manuel du Répertoire de Bibliographie Universelle*. Neste contexto referimos a dupla função de organizar o conhecimento, que se manifesta numa organização física dos documentos e numa outra arrumação abstracta, que se traduz numa arrumação lógica e sistemática das ideias em catálogos.

A apresentação dos seus fundamentos, características e estrutura serviu como “pretexto” para identificar os pontos de convergência e de divergência com as classificações que lhes são mais próximas.

Com o objectivo de entendermos a forma como a Classificação Decimal Universal se integra e articula com a teoria geral das classificações, nomeadamente no que respeita aos pontos referentes aos princípios, objecto, objectivo e método, apresentamos as suas características.

A II Parte deste trabalho de investigação, designada *CDU – Representação e evolução de um conceito – Etnia*, apresenta-se mais extensa do que a I Parte; todavia, contém um número mais reduzido de capítulos. Ela é formada por três capítulos (VII; VIII e IX), sendo o último constituído por dois subcapítulos.

Embora procurando equilibrar o número de capítulos, como é desejável num trabalho desta natureza e procurar uma equidade relativamente ao número de páginas que os compõem, tal situação revelou-se desadequada. Ao fazê-lo iríamos fracturar os assuntos, facto que iria concorrer, inevitavelmente, para a ininteligibilidade da matéria, que se quer conceptualmente una e consistente.

Nesta II Parte foi nosso propósito formalizar e testar a teoria exposta na I Parte do trabalho.

Assim, o capítulo VII encontra-se preenchido com os objectivos do trabalho e com o desenho metodológico, que aqui se apresenta sob uma forma específica e exaustiva, dada a complexidade e minúcia dos

procedimentos que tivemos de levar a cabo para dar cumprimento aos nossos objectivos.

O capítulo VIII ocupa-se das definições e caracterização dos conceitos Etnia e Grupos étnicos, bem como da descrição dos paradigmas e teorias da etnicidade. Esta apresentação justifica-se na medida exacta em que ela constitui a matéria-base sobre a qual se irá proceder à análise dos dados que são compilados e descritos no capítulo IX. Assim sendo, é um pilar imprescindível para a elaboração das conclusões. Apenas partindo da matéria apresentada neste capítulo é possível observar até que ponto a Classificação Decimal Universal, através da sua estrutura e dos seus conteúdos, se pode considerar um instrumento eficaz de representação do novo conhecimento, que é o produto das novas atitudes mentais e dos novos paradigmas cognitivos emergentes.

O capítulo IX, sendo o mais extenso de todo o trabalho, ocupa-se do estudo estatístico da representação e evolução do conceito Etnia na Classificação Decimal Universal. Este encontra-se dividido em dois subcapítulos, a saber: I-IX – *Representação e descrição estatística das classes relativas ao conceito etnia nas edições da Classificação Decimal Universal consideradas*, e o subcapítulo II-IX - *Análise fundamentada dos resultados*.

De uma forma sucinta referimos que o subcapítulo I-IX apresenta, num primeiro ponto, a distribuição do conceito Etnia nas classes deste sistema de classificação, assim como a sua representação numérica nas referidas classes das diferentes edições da Classificação Decimal Universal.

Num segundo ponto apresenta-se, de forma objectiva, embora exhaustiva, o estudo comparativo da representação deste conceito nas classes das diferentes edições, quer em valores absolutos, quer em valores percentuais. Este ponto descreve o comportamento individual de todas as variáveis que foram consideradas para esta investigação.

Concluimos este subcapítulo (I-IX) com um terceiro ponto no qual são apresentadas as considerações finais da representação e evolução do conceito Etnia.

Este bloco de três pontos, que constitui o subcapítulo (I-IX), é essencialmente suportado por tabelas e gráficos elaborados para este efeito.

O subcapítulo II-IX que, como já referimos, designamos de *Análise fundamentada dos resultados*, divide-se, em dois pontos, a saber:

- análise terminológica: linhas de continuidade e linhas de ruptura em relação aos paradigmas e teorias da etnicidade;
- análise conceptual: linhas de continuidade e linhas de ruptura em relação aos paradigmas e teorias da etnicidade.

Tal como o nome indica, neste subcapítulo iremos proceder à análise dos resultados decorrentes dos dados recolhidos, com vista a formalizar as conclusões que irão dar resposta aos objectivos inicialmente propostos.

Bibliografia

Para o desenvolvimento do plano de estudo relativamente ao conteúdo, foram privilegiados, essencialmente, dois tipos de obras: aquelas cuja abordagem do tema proposto se centra na reflexão teórica (estas obras encontram-se orientadas para a I Parte) e as obras cuja abordagem do tema proposto se centra em questões de natureza técnica (estas foram contempladas essencialmente na II Parte).

Assim, para darmos cumprimento aos objectivos desenhados na primeira parte da investigação, procedeu-se a uma análise criteriosa da seguinte tipologia de fontes bibliográficas:

- a) monografias (manuais e obras específicas (teses e actas de congressos);
- b) artigos de periódicos da especialidade.

Tal como se pode observar nas referências bibliográficas, a bibliografia consultada situa-se, como não poderia deixar de ser, no campo das Ciências da Informação, particularmente no que respeita à Representação da Informação. Todavia e para completar este estudo foram ainda consultadas

obras das seguintes áreas transversais: Sociologia, Filosofia, (Epistemologia) História, Antropologia, Geografia, Linguística e Direito.

Em relação à primeira parte, é extenso e diverso o leque de bibliografia que foi consultado, como se poderá observar não só nas referências bibliográficas como também nas citações que se encontram ao longo do corpo do texto.

Assim, na parte teórica recorreremos a obras de autores que se impuseram nesta área pelos seus estudos teóricos, que se situam preferencialmente entre os anos 60 e 80 do século XX. Entre outros salientamos, por exemplo: E. J. Coates, A. C. Foskett, Jacques Chaumier, Sayers, Svenorinous, Vickery, Bakewell, Buchanan e Yves Courrier.

Sempre que nos foi possível recorreremos às primeiras edições, às obras originais. Por este facto, as referências bibliográficas abarcam num período cronológico extenso, que vai desde o século XVI ao século XXI. No período mais remoto encontramos as obras dos filósofos que nos serviram de base ao capítulo III, aquele que é relativo à organização do conhecimento, tais como Juan Huarte de San Juan (séc. XVI), Francis Bacon (séc. XVII) e Buffon (séc. XVIII).

Nas situações em que não nos foi possível consultar os originais ou as primeiras edições recorreremos naturalmente a traduções e a edições recentes. Tal foi o caso das obras de Aristóteles, Porfírio e Lineu.

No que respeita aos autores que foram consultados e cujas edições se situam nos finais do século XIX e inícios do XX salientamos, pelo seu relevo e influência no mundo das classificações, as obras de La Fontaine e Paul Otlet, assim como as de Bliss e de Ranganathan.

Muitas outras obras cujas edições datam dos finais do século XX e inícios do século XXI nos serviram de apoio para sustentar todo o conhecimento que foi apresentado na primeira parte deste trabalho.

Na parte prática, (II Parte) que se traduz na abordagem específica de um estudo de caso – *CDU: Representação e evolução de um conceito - Etnia* foram abordadas essencialmente cinco edições distintas deste sistema classificativo, que foram publicadas nos seguintes anos: 1905, 1927-1933, 1934-1953, 1967-1973 e 1990-1993 (este último com as respectivas actualizações de 1998). Todavia, além desta bibliografia específica, de uma

forma geral podemos dizer que, sempre que possível e necessário, recorreremos a todo o tipo de literatura que contribuía com informações adicionais para a problemática estudada. Assim, para uma melhor compreensão da estrutura e da filosofia deste sistema de classificação, recorreremos ainda a algumas obras de autores que se debruçaram sobre ele.

Estas leituras proporcionaram-nos uma ideia globalizante sobre a Classificação Decimal Universal enquanto estrutura de representação e recuperação do conhecimento. Permitiram-nos também contextualizar e posicionar este sistema de classificação relativamente aos outros sistemas. De uma forma geral, este estudo também nos proporcionou uma apreensão global das suas vantagens e das suas fragilidades, que viemos a encontrar nesta investigação prática.

Apenas através desta orientação bibliográfica, completada com a metodologia escolhida, foi possível chegar a conclusões relevantes, que permitiram identificar e construir novos pontos de referência. Eles permitiram-nos reconhecer os principais pontos de ruptura, inovação e continuidade da Classificação Decimal Universal no que respeita à representação dos novos modelos epistemológicos. Ainda nesta II Parte foram privilegiados outros tipos de fontes bibliográficas; para o capítulo VII foram consideradas obras sobre metodologia e técnicas de investigação. A consulta destas obras permitiu-nos optar pelos métodos que melhor se adequavam ao objecto do nosso estudo e que melhor se ajustavam ao cumprimento dos respectivos objectivos.

Para desenvolvermos a matéria que preenche o capítulo VIII, relativo ao conceito Etnia e às teorias da etnicidade, foram privilegiadas obras no âmbito da antropologia cultural e da sociologia. Estas obras permitiram ter uma visão global e, em alguns casos pormenorizada, do assunto abordado. Como é um tema de grande actualidade optámos por obras que foram publicadas essencialmente na primeira década do século XXI.

I Parte
Classificações bibliográficas: percurso
de uma teoria

Capítulo I
Classificar

1 Classificar [Definição, objetivos, características]

Antes de iniciarmos o estudo das classificações em geral e dos sistemas de classificação bibliográfica, em particular no que respeita à sua contextualização na organização do conhecimento e na sistematização do mesmo, importa referir e comentar o conceito - *Classificar*. Tal facto, deve-se à circunstância de este conceito se encontrar estreitamente relacionado com os conceitos de sistema de classificação e com o próprio conceito de classificação, considerado em si mesmo. A cumplicidade da sua relação traduz-se, na prática, em termos de complementaridade.

No plano prático um conceito não sobrevive sem o outro. Neste sentido, entendemos ser imprescindível para um entendimento inequívoco de toda a matéria a introdução, de um primeiro ponto, no qual fique claro o conceito de - *Classificar* e todas as suas vicissitudes.

Entender este conceito, quanto ao seu sentido semântico, assim como entender a sua manifestação prática, manifestação essa que pressupõe, *a priori*, o uso de um sistema de classificação é, de forma indirecta, proporcionar o conhecimento de toda a dinâmica de um sistema de classificação. O sistema de classificação apenas cumpre a função para a qual foi concebido quando é usado no processo de classificar. Neste sentido, pode dizer-se que um sistema de classificação que não se adapte a esta condição é um sistema inanimado.

Salvaguardada a identidade semântica e as suas particularidades funcionais, cada um dos conceitos - *Classificar* e *Classificação*, na prática, diluiu-se aparentemente, nomeadamente no que respeita aos seus objetivos. Por esta razão, assumiu-se justificável e indispensável, a introdução do conceito de classificar logo no primeiro ponto deste estudo.

Deixar claras as especificidades e complexidades conceptuais deste conceito, assim como as relações de afinidade com outros conceitos semanticamente vizinhos, é um dos objetivos da primeira parte deste trabalho.

A reflexão crítica sobre este assunto, é no nosso entender, garante da precisão terminológica e semântica, que se pretende e se exige num trabalho desta natureza.

1.1 Classificar [Definição e considerações gerais]

Buchanan³ define Classificar como:

[...] the acte of grouping like things together. All the members of a group – or classe – produced by classification share at least one characteristic which members of other classes do not possess.

Para Vickery⁴, esta operação consiste em:

[...] putting together things or ideas that are alike, and keeping separate those that are different.

Partindo destas definições podemos inferir que este processo consiste na identificação dos objectos particulares com um grupo de objectos que possuem características homogéneas, ao mesmo tempo que os identifica individualmente como parte constituinte desse grupo. Neste sentido, podemos afirmar que esta operação se traduz na ordenação dos objectos sob uma mesma perspectiva conceptual.

O acto de classificar é uma operação tão natural que, como Maniez⁵ refere, podemos dizer que ela nasce de uma prioridade inconsciente do Homem:

La clasificación es un acto mental que practicamos a diario casi sin darnos cuenta, de tan natural como es.

A necessidade de organizar segundo uma classificação concorre para que, na maioria dos casos, se utilizem quadros classificatórios, muitas vezes construídos de forma inconsciente e baseados em critérios pragmáticos.

De acordo com esta ideia encontramos Buchanan e Seyers. O primeiro, tal como Maniez, entende que classificar é essencialmente um processo mental, um recurso intelectual, ao qual o Homem recorre diariamente, muitas

³ BUCHANAN, Brian – *Theory of library classification*. 1979. P. 9.

⁴ VICKERY, Brian C. – *Classification and indexing in science*. 1975. 3rd ed. P. 1.

⁵ MANIEZ, Jacques – *Los lenguajes documentales y de clasificación*. 1993. P. 19.

vezes de forma inconsciente.⁶ O segundo considera este processo como: [...] *el acto primário que realiza la mente para identificar todo el objecto*⁷.

Neste sentido, podemos entender o processo de classificar como uma actividade mental que o ser humano exerce sobre entidades físicas e abstractas, de um modo natural e/ou consciente, por forma a agrupá-las, tendo em conta as suas semelhanças de acordo com um determinado critério. Classificar assume-se como um acto imprescindível à organização do universo.

Esta actividade é provocada pela necessidade que o Homem tem de possuir modelos mentais de referência que lhe possibilitem orientar-se o mais comodamente possível no universo em que está inserido. A este propósito, Foucault⁸ refere que as classificações funcionam no quotidiano do Homem como:

[...] códigos fundamentais de uma cultura, [...] fixam logo de entrada para cada homem, as ordens empíricas com que ele há-de contar.

A ideia de que classificar é um acto natural do Homem, indispensável às relações que se estabelecem entre si e o mundo que o rodeia, assumindo-se estas como garante do bem estar e conforto físico e mental do ser humano, é corroborada por Olga Pombo, quando reconhece as classificações como esquemas sistémicos naturais e imprescindíveis ao Homem. A este propósito refere o seguinte:

Na verdade, nada nos parece mais "natural", óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos. Elas constituem os pontos estáveis que nos impedem de rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de "idades" ou "geografias". Só elas nos permitem orientar-nos no

⁶ BUCHANAN, Brian – *Theory of library classification*. 1979. P. 10-11.

⁷ *Apud*: LASSO DE LA VEGA, Javier - *Tratado de biblioteconomia...*, 1956. P. 348.

⁸ FOUCAULT, Michel – *As palavras e as coisas*. 2005. P. 51-52.

*mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente.*⁹

O acto de classificar possibilita ao Homem não apenas ordenar os objectos, mas também, e simultaneamente, consciencializar-se de que os consegue dominar. O próprio acto de classificar os objectos possibilita ao Homem o poder de os manipular e deles se apropriar. Esta situação ocorre devido ao facto de a operação de classificar pressupor, à partida, a manipulação dos mesmos, sobretudo quando considerados na sua perspectiva formal.

A necessidade de classificar é uma prática que ultrapassa a própria dimensão humana. Numa tentativa de criar uma determinada ordem no caos, podemos ler na Bíblia no Livro do Génesis, que Deus, logo que criou o Mundo, sentiu a necessidade de classificar os seus elementos. No cumprimento deste Seu propósito, classificou os animais segundo as suas espécies.

*Deus criou os grandes peixes, e todos os animais que têm vida e movimento, os quais foram produzidos pelas águas, segundo a sua espécie, e todas as aves segundo a sua espécie [...] Que a terra produza seres vivos, segundo as suas espécies, animais domésticos, répteis e animais ferozes, segundo as suas espécies [...] e todas as árvores, que encerram em si mesmas a semente do seu género [...]*¹⁰

E ainda, de acordo com o princípio da ordenação, no mesmo texto, na passagem relativa a Noé e à Arca, Deus ordena a Noé que leve consigo dois animais de cada espécie, um macho e uma fêmea. Sendo que estes animais deviam pertencer a uma das duas classes mais abrangentes: à classe dos animais puros ou à classe dos animais impuros.

⁹ POMBO, Olga – *Da classificação dos seres à classificação dos saberes*. [Consult. 3 Nov. 2008] Disponível em [www:<URL:http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo.classificacao.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo.classificacao.pdf)

¹⁰ Génesis, I, 21, 25, 29.

1.2 Classificar, classificação e arrumar [Considerações críticas]

Os conceitos, classificar, classificação e arrumar, na prática são com frequência considerados para-sinónimos uns em relação aos outros. Esta situação resulta do facto de as suas fronteiras semânticas serem ténues e de todos três serem complementares, a ponto de não fazerem sentido uns sem os outros.

Na sua forma mais elementar, o processo de classificar expressa-se numa sucessão de dicotomias. Estas dicotomias traduzem-se no agrupar em conjuntos todos os conceitos com base no critério de afinidade, separando-os de outros diferentes que irão, por sua vez, constituir outros grupos homogéneos. Os objectos que constituem estes grupos, através do mesmo procedimento, poderão ser sujeitos ao mesmo processo dicotómico tantas vezes quantas forem necessárias.

Partindo da ideia de que este processo se caracteriza por ser um acto mental, Lasso de La Vega¹¹ na linha de outros autores, entende que este conceito se traduz no seguinte:

Proceso mediante el cual la razón, ayudada por la memoria, reconoce las analogías y las diferencias de todas las cosas que percibimos y concebimos y las ordenamos por alguno de sus caracteres en grupos o clases en las que tales parecidos y diferencias aparecen.

Com base nas ideias apresentadas sobre este processo podemos concluir que, na prática, ele consiste em associar objectos idênticos, separando-os simultaneamente de objectos diferentes.

Desta ideia comunga Brown¹², ao definir classificar como:

¹¹ LASSO DE LA VEGA, Javier - *Tratado de biblioteconomia...*1956. P. 348.

¹² *Apud: Ibidem.*

[...] *un proceso de la mente en cuya virtud las cosas se agrupan conforme a sus grados de semejanza y se separan de acuerdo con sus grados de diferencia.*

Partindo do princípio da exclusão, os elementos que constituem um determinado grupo terão de possuir uma ou mais características comuns que não sejam observadas em nenhum dos outros elementos que formam outro grupo.

Deste processo de comparação mental resultam grupos de objectos que, na sua essência, formam sistemas unitários coerentes e estruturados, estrutura essa que é provocada pelos vários níveis hierárquicos que se estabelecem entre os objectos que constituem esses grupos. Nesta situação e, na maioria dos casos, os grupos encontram-se estruturados em subgrupos. A esta estrutura de conceitos ordenada hierarquicamente que resulta do processo de classificar chamamos *sistema de classificação*.

Na prática, por vezes, o conceito de classificar dilui-se no conceito de classificação e vice-versa, o que demonstra uma grande falta de rigor terminológico e conceptual.

Além de se entender a classificação como um esquema onde, *grosso modo*, se encontra distribuído um conjunto estruturado de conceitos, também é frequente, na prática, designar, a operação de atribuir um código a um conceito - classificação.

No nosso entender, apesar desta “promiscuidade” semântica, os dois conceitos são distintos.

Entendemos por *classificar* um processo; e por *classificação* um instrumento que serve para classificar e, ao mesmo tempo, um produto que resulta do processo de classificar.

Esta definição, que entendemos para estes dois conceitos, apresentados num âmbito geral, é também aplicada num contexto específico, como é o caso da área das Ciências da Informação.

Uma vez transpostos para este plano específico e teórico, o conceito classificar será sempre entendido como um processo mental de organizar informação, enquanto o conceito classificação será entendido como um instrumento que serve para representar e recuperar informação.

Como já referimos, sendo diferentes na sua natureza, na prática por vezes há tendência para os sobrepôr; isto deve-se ao facto de eles serem semanticamente intrínsecos e complementares.

É o caso de Emile Littré¹³ (1801-1881), que no seu dicionário de Língua francesa, num primeiro plano, distingue os conceitos: *Classement*, *Classification* e *Classifier*, e num segundo momento, atribui aos dois últimos o mesmo significado, considerando-os, nesta medida, conceitos equivalentes.

Classement - Le classement est l'action de ranger effectivement d'après un certain ordre.

Classification - La classification est l'ensemble des règles qui doivent présider au classement effectif ou qui déterminent idéalement un ordre dans les objets. - E. Classifier.

Classifier - Faire, établir des classifications. Ranger suivant un ordre de valeur ou temps.

Esta situação ocorre pelo facto de a própria classificação, como já observamos, resultar do acto de classificar e de, no próprio acto de classificar, se usarem sistemas de classificação. O processo de classificar, actividade empírica - intelectual, pressupõe sempre, para a sua plena concretização, algo que é, no concreto, um produto de si própria: um esquema de classificação. A circunstância, de na prática, como já referimos, designarmos ao processo de atribuição de códigos extraídos de um esquema de classificação, aos conteúdos dos documentos, classificação, prende-se com o facto de o processo de classificar se esgotar na atribuição de um código.

Nesta perspectiva, e partindo de um plano teórico, podemos dizer que ao processo de atribuição de códigos a um conceito e/ou conjuntos de conceitos que se encontram associados mentalmente corresponde a ideia de *classificar*.

¹³ LITTRÉ, Emile - *Dictionnaire de la langue française*. 1956-1958. Vol. 2. P. 378-379.

O sistema onde se integram os códigos que utilizamos nessa actividade, assim como ao produto que resulta do acto de classificar, designamos *classificação*.

Com esta orientação de pensamento identifica-se Maniez¹⁴, quando define os dois conceitos da seguinte forma:

Clasificación:

es la acción de distribuir en varias clases, generalmente disjuntas, un conjunto de objetos;
por otra parte, también es el producto resultante de la operación precedente cuando esta desemboca en un sistema coherente y estructurado

Clasificar:

es la operación intelectual por la cual el documentalista atribuye a una obra un índice correspondiente a una clase de materias, utilizando un lenguaje de clasificación.”

A noção e distinção entre *classificar*, *classificação* e *arrumação*, encontra-se presente, na literatura francesa e inglesa, embora, por vezes, de forma implícita e confusa, estas definições numa e noutra, apresentam ainda algumas particularidades. Para esta confusão concorre o facto de algumas vezes, as distinções destes conceitos serem feitas a partir de fundamentos de ordem prática.

Assim, e de acordo com Bernaténé, as noções *arrumação* e *classificação* correspondem, a *classement* e *classification*¹⁵, respectivamente.

Cependant il ne faut pas confondre classification et classement. La première est la détermination du cadre intellectuel dans lequel

¹⁴ MANIEZ, Jacques – *Los lenguajes documentales y de clasificación*. 1993. P. 23.

¹⁵ BERNATÉNÉ, Henri. – *Comment concevoir, réaliser et utiliser une documentation*. 3^{ème} éd. rev. et augm. 1955. P. 27-28. V. tb. DUBUC, René – *La classification décimale universelle: manuel pratique d'utilisation*. 1964. P. 3-5.; MEETHAM, Roger – *Information retrieval*. 1969. P. 84-96.; MANIEZ, Jacques – *Los lenguajes documentales y de clasificación y utilización en los sistemas documentales*. 1992. P. 19-21.

seront enfermées les notions retenues, alors le second est la mise en ordre matériel des documents conservés dans le but de les retrouver en fonction du plan de classification adopté.

Nesta perspectiva, podemos referir que: *Classement* corresponde a uma ordenação física dos documentos que foram previamente classificados por assunto; *Classification* corresponde ao processo intelectual de atribuição de um código extraído de um sistema de classificação.

Observando nós uma distinção explícita entre os conceitos *arrumação* e *classificação*, essa distinção já não é observada no que respeita a *classificação* e a *classificar*. Para este autor, e pelo que se pode inferir deste excerto, estas duas noções aparecem difusas e diluídas uma na outra.

Também para Richard Roy, os conceitos de classificar e arrumar são inequívocos, ao ponto de ele afirmar de forma categórica, que: *Classifier n'est pas classer*¹⁶.

Este autor identifica a operação de *Classer* com a arrumação física dos documentos, e a de *Classifier* com o próprio processo de classificar.

Com base no pensamento destes dois autores, podemos concluir que existe uma distinção clara entre classificar e arrumar, mas eles não referem a diferença entre classificar e classificação, pelo que se infere que consideram os dois conceitos como equivalentes.

Os ingleses, por seu lado, fazem a distinção entre os conceitos *Classification* e *Order* mas, tal como os franceses, não fazem qualquer distinção entre *Classification* e *Classify*.

*Classification (s)*¹⁷ - *The action or process of classifying something or of being classified.*

Classify (v.) - *To arrange something in categories or groups.*

Order - *The way in which people or things are placed or arranged in relation to each other*¹⁸.

¹⁶ ROY, Richard - *Classer par centres d'intérêt*. (1986) 225.

¹⁷ HORNBY, A. S. - *Oxford advanced learner's dictionary of current English*. 1995. P. 204.

¹⁸ *Ibidem*. P. 816.

Assim, *Classification* e *Classify* correspondem, na prática, ao próprio acto de classificar os assuntos que constituem o conteúdo dos documentos, enquanto que o conceito *Order* se refere à arrumação física dos documentos classificados por assunto.

A leitura desta posição vai ao encontro da posição francesa. Nela encontramos apenas a distinção entre *Classification* (acto de classificar) e *Ordering* (ordenar fisicamente). Todavia não faz a distinção entre *Classification* e *Classify*.

Desta forma e, segundo o exposto, infere-se que existem dois conceitos distintos, todavia indissociáveis, e que se projectam em duas dimensões: uma que se prende com o aspecto mais teórico, que é traduzida nos termos – *Classifier* e *Classification*, em francês e *Classification* e *Classify* em inglês. Outra que se prende com o aspecto mais prático, que é expressa nos termos – *Classer* e *Order*.

A segunda dimensão insere-se no espírito das primeiras classificações bibliográficas, como a Classificação da Biblioteca do Congresso, cujo objectivo era arrumar e ordenar as obras nas estantes por matérias; esta dimensão limitava-se à *Order*.

A primeira, numa dimensão mais abstracta e intelectual, refere-se à classificação das próprias noções do conhecimento, *Classification*.

Para concluirmos, referimos que na língua portuguesa, e na própria prática, pouco ou nada se infere das posições expostas; nelas entende-se por classificação:¹⁹

Acção ou resultado de classificar; acção de distribuir por classes, por categorias [...], segundo critérios precisos.

Entende-se por classificar²⁰ o acto de:

Reunir em classes ou em grupos, com características semelhantes, segundo um sistema ou método e atribuir uma designação a cada grupo constituído.

¹⁹ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA - *Dicionário da língua portuguesa*, 2001. Vol. 2. P. 837.

²⁰ *Ibidem*.

Tal como acontece na língua francesa e na inglesa, na prática, na língua portuguesa, estes conceitos são também equivalentes.

Na prática, devido a essa afinidade semântica, generalizou-se que o conceito classificação tem o mesmo sentido do conceito classificar - ordenar segundo um esquema pré-estabelecido, sendo que, em algumas situações, o próprio acto de classificar origina a própria classificação, entendida como um plano, um instrumento.

Relativamente ao conceito de arrumar, a distinção entre este conceito e os outros dois, como já observámos, é pacífica e explícita.

Segundo o filósofo Perelman²¹, o acto de classificar concorre para duas dimensões distintas em relação ao mesmo objecto: uma de índole pragmática – *arrumação*, outra de índole especulativa – *classificação*.

À partir de l'effort de classer, c'est-à-dire de mettre en ordre des objets afin de les identifier et de les retrouver facilement, on aboutit à une double activité: le classement et la classification.

A primeira dimensão, a *arrumação* na prática, consiste em fazer corresponder os objectos a uma determinada ordenação estabelecida *a priori*. Como refere Perelman²², na maioria dos casos esta dimensão é condicionada pelos elementos externos dos objectos como, por exemplo, a sua dimensão.

Souvent d'ailleurs le classement sera conditionné par des éléments purement extérieurs, tels le poids ou les dimensions, car ce que l'on y recherche avant tout est la facilité, la maniabilité, des préoccupations d'ordre pratique.

Segundo este filósofo, na generalidade os critérios subjacentes à *arrumação* são ditados por necessidades de ordem prática. Na dimensão prática o objectivo da *arrumação* concorre para a identificação de um objecto particular no menor espaço de tempo possível.

²¹ PERELMAN, C. H. – *Réflexions philosophiques sur la classification*. 1963. P. 231.

²² *Ibidem*.

De uma forma geral, podemos dizer que o processo de arrumação, quer seja a nível de objectivos, quer seja a nível de procedimentos se esgota em pressupostos de natureza prática.

Esta situação, contudo, não se transpõe para o acto de classificar que, antes de tudo, é um procedimento que se alicerça em pressupostos mentais, como verificámos ao longo desta breve exposição.

1.3 Objectivos e princípios subjacentes ao processo de classificar

Antes de definirmos as políticas e os condicionalismos inerentes ao processo de classificar, importa apresentar os objectivos e os princípios teóricos que lhe estão subjacentes.

1.3.1 Objectivos

Da matéria exposta nos pontos (1.1 e 1.2) infere-se que o acto de classificar tem dois objectivos: um de ordem eminentemente prática, outro de ordem teórica. Traduzem-se do seguinte modo:

- a) Arrumação física dos documentos na estante.

A arrumação dos documentos na estante esteve na base do surgimento dos grandes sistemas bibliográficos no século XIX, como iremos observar no desenvolvimento do capítulo IV.

A arrumação dos documentos nas estantes por assuntos tornou-se, desde cedo, numa prioridade, que as classificações vieram colmatar.

Relativamente à relação entre a classificação e os livros, Richardson, bibliotecário da Biblioteca do Congresso, afirmava o seguinte:

*[...] os livros são colecionados para uso; são arranjados para uso, e o uso é o único motivo da classificação.*²³

Não podemos deixar de referir que a política do livre acesso teve, desde logo, um papel preponderante na arrumação das obras por assunto e, por seu lado, no desenvolvimento e expansão dos sistemas de classificação bibliográficos.

Esta modalidade começou a desenvolver-se nos países anglo-saxónicos, nomeadamente nos Estados Unidos da América, a partir de finais do século XIX, em bibliotecas públicas e universitárias.

Segundo este sistema de arrumação, o utilizador poderá encontrar na mesma estante tudo o que existe numa biblioteca sobre um determinado assunto e assuntos afins.

A mais-valia deste tipo de arrumação prende-se com o facto de nele o utilizador não só encontrar as obras que conhece mas aquelas que desconhece e, nas quais, eventualmente, poderá encontrar a informação de que necessita.

*A informação importante pode bem-estar no outro, no que lhe está contíguo na prateleira, muito embora isso possa não decorrer imediatamente do título [...]*²⁴.

O cumprimento deste objectivo pressupunha a colocação na cota do documento de uma notação²⁵ extraída de um sistema de classificação.

A este código cumpria representar o assunto versado nesse documento. Para que a localização fosse rápida e eficaz, seria desejável que esses códigos fossem breves e simples. Apenas através destas duas características é que se podem juntar e/ou separar os assuntos em grandes sistemas epistemológicos.

²³ Apud: SOUSA, José Soares de – *Classificação: sistemas de classificação bibliográfica*. 1943. P. 27.

²⁴ MOURA, Vasco Graça – *A palavra de um escritor*. Porto. 1988.

²⁵ Entende-se por notação, um código extraído de um sistema de classificação, e que representa um assunto. Por uma questão de coerência conceptual, metodológica e de estrutura do trabalho, esta definição e respectiva função serão apresentados no ponto 4, com um desenvolvimento mais pormenorizado.

Além disso, o facto de ser breve torna-a inteligível para quem procura numa estante.

- b) Arrumação dos assuntos num catálogo sistemático. Neste catálogo, os assuntos encontram-se ordenados através de um código de classificação.

1.3.2 Princípios subjacentes à operação de classificar

Para que um processo se torne coerente, eficaz, sustentável e credível, deve ser alicerçado num conjunto de princípios que, ao longo de todo o processo, assumam uma função de referência.

De acordo com estas palavras introdutórias, encontramos, em particular, o processo de classificar, que também assenta num conjunto de princípios, que passamos a descrever e a comentar com a brevidade possível. Recomenda-se ao classificador que, para o cumprimento pleno desta operação, tenha sempre presente estes princípios, pois eles são o garante da qualidade deste processo.

Dada a estreita proximidade entre a operação de classificar e a de indexar, muitos dos princípios sobrepõem-se a estes dois processos, designadamente na primeira fase – análise.

Dada a complexidade deste tema, muitos são os autores que se debruçaram sobre ele.

Para ilustrar esta situação, entre outros autores elegemos o pensamento de Fugmann e o de Lancaster. A nossa opção por estes dois autores prende-se, por um lado, com o facto de serem dois teóricos da Indexação e como o tema em discussão é essencialmente de natureza teórica, faz todo o sentido considerar as suas ideias, e por outro por terem orientações diferentes sobre esta matéria.

Assim, Fugmann²⁶ apresenta como princípios orientadores cinco axiomas que, segundo ele, importa estarem presentes ao longo do processo de indexação, o mesmo acontecendo com o processo de classificação. São os seguintes:

- *Definability;*
- *Order;*
- *Sufficient degree of order;*
- *Representational predictability;*
- *Representational fidelity.*

Lancaster²⁷ vê, na maioria destes axiomas, mais do que princípios teóricos de indexação propriamente dita, elementos que poderão condicionar o desempenho dos sistemas de recuperação; a partir disso, propõe dois princípios para o processo de indexação:

- *que inclua todos os tópicos reconhecidamente de interesse para os usuários do serviço de informação que sejam tratados substancialmente no documento.*
- *que indexe cada um desses tópicos tão especificamente quanto o permita o vocabulário do sistema e o justifiquem as necessidades ou interesses dos usuários.*

Em relação a estes dois princípios que foram apresentados por Lancaster, permitimo-nos tecer algumas considerações.

Actualmente, com as redes de informação, com a crescente permuta e cooperação dos vários serviços e com a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nos estudos e investigações, não nos podemos permitir indexar ou classificar o que é apenas do interesse de um perfil de utilizador adstrito a um determinado serviço, um utilizador presencial.

²⁶ FUGMANN, Robert – *Subject analysis and indexing*. 1993. Vol. 1. P. 39. Para o desenvolvimento dos cinco axiomas (Definição, Ordenação, Grau de Ordenação, Previsibilidade e Fidelidade), ler p. 39-67.

²⁷ LANCASTER, Frederick W. – *Indexação e resumos*, 1993. P. 30.

A Norma ISO 5963 no ponto 6.3 é peremptória relativamente a este assunto, quando postula que a análise deverá ser a mais exaustiva e específica possível para responder não apenas ao utilizador que se conhece mas ao potencial utilizador. Neste sentido, estipula que se devem considerar os assuntos periféricos que são abordados nos documentos.

As novas tecnologias entre outras alterações, trouxeram consigo as dos quadros cognitivos no que respeita, designadamente, ao privilégio da interdisciplinaridade. O conceito de "meu utilizador" diluiu-se. Ao utilizador presencial, aquele que frequenta uma instituição particular, veio juntar-se um outro tipo de utilizador, aquele que anonimamente consulta os catálogos em linha.

A indefinição do perfil do utilizador concorre para que se privilegiem todos os assuntos de um documento que possam ter valor informativo. Nesta perspectiva, a fronteira entre assunto principal e assuntos periféricos é cada vez mais ténue. É neste sentido que os princípios da especificidade e da exaustividade, deverão estar cada vez mais presentes na classificação, essencialmente na fase da selecção dos conceitos a classificar, todavia sem se perder de vista a vocação das classificações - *Organizar*.

Segundo o nosso ponto de vista, podemos sistematizar os princípios que precedem as operações da indexação e da classificação, em particular no conjunto de pontos que passamos a apresentar e analisar, em seguida.

a) Qualidade da análise²⁸

A qualidade da classificação resulta, antes de mais, da qualidade da análise, tal como acontece na indexação. Este princípio é comum às duas operações, pois ambas partem dela.

É através de uma análise isenta e objectiva que se consegue extrair o pensamento do autor. Apenas uma análise assente na imparcialidade do classificador/indexador poderá ser fiável e conducente a resultados pertinentes na pesquisa.

²⁸ MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça – *Indexação por assuntos: princípios gerais e normas*. 2002. P. 17. Ver tb.: LANCASTER, Frederick W. – *Indexação e resumos: teoria e prática*, 1993. P. 75-87.

Lancaster²⁹ refere dois tipos de erros que podem ocorrer na análise e que, conseqüentemente, poderão contribuir para resultados na pesquisa pouco pertinentes e imprecisos. São eles:

- *deixar de reconhecer um tópico que se reveste de interesse potencial para o utilizador;*
- *interpretar erroneamente o que trata realmente um aspecto do documento, acarretando a atribuição de um termo (ou termos) que sejam inadequados.*

Outro ponto importante para a qualidade da análise é o facto de o classificador/indexador, por um lado possuir conhecimentos na área que classifica, por outro possuir e desenvolver um espírito analítico/sintético.

A qualidade da análise é a garantia de que, na pesquisa, se recuperam documentos com informação relevante. A apreensão exacta do conteúdo informativo do documento concorrerá inevitavelmente para a pertinência da pesquisa.

b) Interesse do utilizador; características do fundo bibliográfico.

Na selecção dos conceitos ter-se-ão em linha de conta os temas que constituam informação pertinente para o utilizador do serviço ao qual se destina a classificação. Por princípio, a selecção dos temas a classificar deverá corresponder aos objectivos e às características do fundo bibliográfico concreto e ao utilizador que o consulta, não descurando, todavia, o potencial utilizador, assim como o utilizador não presencial, como já foi referido.

Se por um lado o classificador não tem uma ideia precisa do utilizador "global", produto da generalizada disponibilidade da informação em redes, por outro conhece o utilizador que está integrado no seu serviço, que tem objectivos próprios bem definidos e que privilegia um determinado tipo de pesquisa.

²⁹ LANCASTER, Frederick W. – *Indexação e resumos: teoria e prática*, 1993. P. 77.

Nenhum profissional da informação poderá ficar alheio a esta evidência, que se traduz numa complexa dualidade – utilizador presencial e utilizador não presencial, situação que é preciso saber gerir.

Se é necessário privilegiar as matérias que vão ao encontro do tipo de utilizador bem definido, é também necessário privilegiar as matérias que lhe são periféricas, mas que são essenciais para o potencial utilizador ou para o utilizador não presencial. A Norma ISO 5963-1995 (F) é bem explícita, quando se refere a esta dualidade; fá-lo no seu ponto (6.3.1)³⁰:

Un indexeur qui suit les procédures indiquées ci-dessus doit pouvoir identifier toutes les notions qui ont une valeur potentielle pour les utilisateurs d'un système d'information dans un document.

Como proceder face a esta situação? Como responder às necessidades de informação dos diferentes utilizadores?

Este é o grande desafio que hoje se coloca ao profissional da informação. Saber gerir a interdisciplinaridade e a transversalidade das matérias a classificar. Neste capítulo, as tecnologias irão ter um papel preponderante, não só no que concerne ao *output*, mas também ao *input* da informação. Na nossa perspectiva, o *input* terá um papel decisivo, pois todas as formas de acesso à informação estarão relacionadas e condicionadas pela forma como se introduz a informação e, naturalmente, com os princípios que lhe estão subjacentes.

c) Especificidade e exaustividade

A especificidade e a exaustividade³¹ são dois princípios que se encontram presentes ao longo de todo o processo de classificação.

A especificidade prende-se com o grau de exactidão com o qual são extraídos os conceitos dos documentos, assim como com o grau de exactidão

³⁰ ISO 5963-1995. P. 577.

³¹ *Ibidem*.

que é usado na representação desses mesmos conceitos, tanto a nível do termo vocabular, como no caso concreto de uma notação.

A exaustividade está ligada ao número de noções que foram extraídas e que caracterizam o conteúdo de um documento.

Na classificação cujo propósito é construir instrumentos que permitam aceder à informação de forma genérica, é desejável que estas duas características não sejam tão incisivas e tão profundas como acontece no caso da indexação, cujo objectivo se traduz no acesso à informação pelo específico. A este propósito Meetham, refere o seguinte:

(The classification is also a very brief description of the document, and can be called a microabstract).³²

Com o acesso alargado à informação que os meios tecnológicos permitem, preconiza-se que se seleccione o maior número de conceitos existentes num documento. O alargamento da cooperação em rede verificada nos serviços de informação, trouxe consigo um maior incremento da interdisciplinaridade, que se traduz numa imensa diversidade de áreas temáticas susceptíveis de serem consultadas, o que concorre para que não só se privilegiem os conceitos principais, mas também os periféricos.

Nos processos de indexação e classificação, muitos são os factores que condicionam estes princípios. Destacamos os seguintes:

- o fim ao qual se destina o produto da classificação, tal como: a elaboração de catálogos sistemáticos (impressos ou em linha), índices impressos, organização de bibliografias e repertórios, cujo elemento de ordenação seja um código de uma classificação, ou simplesmente a arrumação dos documentos nas estantes;
- a própria tipologia e suporte dos documentos. Quer isto dizer que, por exemplo, o nível de exaustividade e especificidade que se observa num artigo, é superior comparado com o nível destas duas características quando as consideramos para a classificação uma

³² MEETHAM, Roger – *Information retrieval*. 1969. P. 98.

monografia. Observa-se o mesmo comportamento, relativamente a estas duas características, no que respeita aos documentos escritos e aos documentos não escritos, respectivamente;

- o utilizador e o fundo documental também condicionam este processo. A um utilizador e a um fundo especializados, corresponderá uma maior exactidão, quer na especificidade, quer na exaustividade. A opção entre uma notação mais abreviada ou mais extensa, ou mesmo a escolha de um dado sistema de classificação, estão condicionados *a priori* por estes princípios.

A indefinição do perfil do utilizador que hoje se observa, concorre para que se privilegiem todos os assuntos de um documento que possam ter valor informativo. Nesta perspectiva, é cada vez mais ténue a fronteira entre assunto principal e assuntos periféricos, tal como atrás referimos;

- a ocorrência do número de documentos sobre uma determinada matéria também irá influenciar a aplicação destes dois princípios. O nível de especificidade e o de exaustividade serão directamente proporcionais à ocorrência de um assunto num dado fundo documental. A uma ocorrência elevada corresponderá um maior grau de especificidade e exaustividade, e caso ocorra o inverso esta situação será inversa.

Embora esta prática seja comum às duas operações, dada a natureza e os objectivos das linguagens categoriais, estes princípios serão aplicados com uma menor exactidão a este tipo de linguagens, quando comparadas com as linguagens vocabulares.

Outras particularidades de ordem técnica poderão também condicionar estes dois princípios. Por exemplo, a dificuldade de um sistema informático em gerir os ficheiros sistemáticos.

d) Simplicidade formal

Dado que um código extraído de uma classificação é considerado um termo de indexação, este deve ser o mais simples possível³³. De uma forma geral, a literatura sobre classificações apela para a ideia de simplicidade formal³⁴ relativamente às notações.

A brevidade das notações traz, a todos os níveis, as maiores vantagens, nomeadamente no que respeita à recuperação da informação e à localização de uma obra numa estante.

Uma notação breve e simples é uma parte substancial da garantia da consistência do catálogo sistemático, assim como da inteligibilidade da arrumação física de uma biblioteca.

Uma notação simples é o garante do primeiro e último objectivo de qualquer sistema de classificação - a arrumação física e a arrumação lógica e sistemática do conhecimento.

Para dar cumprimento à simplicidade formal, salvo excepções justificadas, como é o caso de uma elevada ocorrência de um assunto, devem evitar-se notações extensas, como as notações compostas.

Esta teoria é aplicável essencialmente a serviços que usam sistemas de classificações que contemplam auxiliares. O seu uso não pode ser arbitrário e abusivo. Deverá ter-se presente que o recurso a um auxiliar é sinónimo de dispersão de um dado tema relativamente ao seu genérico; o uso aleatório desta prática concorre para o desvirtuar do verdadeiro espírito das classificações - que é o de agrupar.

e) Pertinência e relevância

Estes dois princípios encontram-se relacionados entre si. Prendem-se com a utilidade que um documento apresenta para um utilizador. É através

³³ Teoria dispersa ao longo da ISO 2788- 1986.

³⁴ Cumpre referir que a ideia de notações breves nem sempre foi considerada. As primeiras classificações caracterizam-se por apresentarem uma estrutura enumerativa e apresentam, também, um alto nível de exaustividade. Todavia, a sua aplicação prática concorreu para que se optasse por notações mais breves.

deles que se pode avaliar a eficácia de um sistema de recuperação, na medida em que nos permitem determinar o nível de satisfação das necessidades dos utilizadores.³⁵

A pertinência consiste na atribuição de um valor a um documento, em função da sua utilidade, relativamente a uma eventual necessidade de informação por parte de um utilizador.

A relevância diz respeito à correspondência que se estabelece entre a informação contida num documento recuperado por um sistema de informação, e uma pergunta colocada ao sistema de informação, relativamente a uma necessidade de informação por parte de um utilizador.

Para uma concretização satisfatória da pertinência e da relevância, neste contexto particular, é desejável que quando se classifique, se devam seleccionar apenas os conceitos que tenham valor informativo para quem pesquisa e, conseqüentemente, representá-los através de notações que os traduzam de forma inequívoca, e que se adequem às possíveis pesquisas dos utilizadores.

f) Enquadramento temático

O cumprimento deste princípio tem como ponto de partida os dois princípios que acabamos de apresentar. Quer isto dizer que, a eleição de um ou mais temas de um documento, pressupõe, à partida, a determinação da pertinência e da relevância desse documento face às necessidades de informação desse serviço.

De acordo com este princípio e com o princípio teórico das classificações, um documento deverá ser sempre incluído na respectiva categoria de conhecimento.

³⁵ Esta avaliação determina-se através das taxas de precisão e exaustividade. Ver entre outros autores, LANCASTER, Frederick W. – *El control del vocabulario en la recuperación de la información*. 2002. P. 151-157.

g) Síntese

Este princípio relaciona-se com a capacidade que alguns sistemas de classificação (mistos e facetados) têm para especificar os assuntos, nos casos em que tal prática se justifique.

Se traduzir o específico já era uma prática corrente com a Classificação Decimal de Dewey, pelo facto de ser uma classificação decimal, foi com a Classificação Decimal Universal, através do recurso às tabelas auxiliares e, mais tarde, com a classificação Colon, que esta prática se consolidou.

Estes dois tipos de classificação, devido à sua natureza e características, trouxeram consigo a possibilidade de representar assuntos compostos e complexos.

Com elas ultrapassou-se a unidimensionalidade que era atribuída às classificações enumerativas.

Relativamente à síntese, importa não esquecer que, independentemente de as classificações serem sistemas pré-coordenados, não se lhes pode pedir a descrição do conteúdo total de um documento; essa função cabe às linguagens documentais vocabulares, independentemente de serem pré ou pós-coordenadas. As classificações têm a função de representar o genérico, não o pormenor ou o descritivo temático.

h) Coerência e uniformidade

Como em qualquer operação relativa ao tratamento documental, estes princípios deverão marcar presença obrigatória.

No processo de classificação deve impor-se a coerência da aplicação dos mesmos princípios, e da manutenção dos mesmos critérios na escolha para a solução do mesmo caso ou casos análogos. Em casos de dúvida na aplicação directa dos princípios subjacentes ao uso de uma notação deverá encontrar-se uma solução análoga, que tenha sido aplicada a casos idênticos.

Segundo o princípio teórico subjacente às classificações, cuja função se manifesta em agrupar e não em separar³⁶, as notações devem ser simples e breves:

*The first quality is simplicity [...] the second quality which is important is brevity*³⁷.

Além disso, e para dar cumprimento à sua vocação, deve atribuir-se a mesma notação aos documentos que versem o mesmo assunto ou assuntos análogos para não provocar dispersão no catálogo.

Para que não se desvirtue este princípio e, dada a flexibilidade dos sistemas de classificação, nomeadamente aqueles que usam tabelas auxiliares, como é o caso dos sistemas mistos e facetados, em nome da coerência e da consistência do catálogo, torna-se imperativo o uso dos mesmos critérios de classificação, independentemente dos objectivos da classificação.

Assim, uma vez tomada uma decisão sobre o uso de uma notação, por uma questão de uniformidade, todos os classificadores deverão seguir o mesmo procedimento, face à mesma situação ou situações análogas.

Na representação de um mesmo conceito ou de conceitos análogos não se deve usar de forma indiscriminada a mesma notação. Ou, para o mesmo caso ou casos análogos, usar aleatoriamente uma notação extensa e uma notação abreviada. Aplica-se o mesmo raciocínio no que respeita ao recurso dos auxiliares.

A uniformidade é o rosto da qualidade de qualquer tipo de catálogo. No que respeita, em particular, aos catálogos sistemáticos e alfabéticos de assunto, este princípio impõe que se empregue para a representação do mesmo conceito sempre a mesma forma de termo.

Neste sentido, a uniformidade e a coerência são o garante da consistência de qualquer tipo de catálogo, no caso particular do catálogo sistemático.

³⁶ LASSO DE LA VEGA, Javier – *Tratado de biblioteconomia...* 1956. P. 257.

³⁷ FOSKETT, A. C. – *The subject approach to information*. 3rd ed. 1997. P. 165-166.

i) Estabelecimento de relações intra-linguagem e inter-linguagens

Em cada dia que passa torna-se mais imperativo estabelecer relações semânticas entre as notações que compõem um catálogo sistemático.

Esta necessidade é imposta pela premência dos catálogos colectivos, nos quais a um assunto poderão corresponder diferentes notações.

Nesta situação preconizamos o uso de relações, nomeadamente das do tipo associativo e, em alguns casos, relações de equivalência, tal como acontece nos catálogos alfabéticos de assuntos.

O estabelecimento das relações de equivalência, concorre, em determinadas situações, para o controlo do catálogo sistemático.

As relações associativas, por um lado enriquecem as pesquisas, na medida em que abrem ao utilizador novos horizontes dentro do mesmo campo semântico, por outro assumem um papel importante no cumprimento da interdisciplinaridade e transversalidade disciplinar.

Nesta perspectiva entendemos que o estabelecimento destas relações se assume como uma prioridade nos catálogos em linha.

Parece-nos também que será de grande valia estabelecer relações entre notações e termos vocabulares e vice-versa, construir relações entre linguagens categoriais e vocabulares controladas.

Tal prática concorreria, segundo pensamos, para a eliminação do isolamento e da aversão colectiva a que as classificações estiveram sujeitas durante anos. Para tal situação concorre o facto de elas usarem códigos que foram, e continuam a ser considerados cabalísticos para a maioria dos utilizadores e, por isso, são pouco usados nas pesquisas.

Hoje todo este processo está facilitado com os novos meios informáticos. Muitos sistemas informáticos estão programados para que, quando se faz uma pesquisa por termo vocabular, ele esteja associado automaticamente a um código de classificação. Esta situação apenas é possível graças a tabelas de correspondência neles integradas.

1.4 Políticas de classificação e seus condicionalismos

Para se exercer uma boa prática de classificação assente na consistência, e que simultaneamente concorra para resultados satisfatórios em termos de pertinência e de relevância, esta terá de se alicerçar numa boa política de classificação, na qual os objectivos e os fins que se pretendem atingir estejam apresentados de forma explícita e inequívoca.

Para o conseguir esta deverá traduzir-se num conjunto de medidas coerentes, consistentes e harmoniosas.

Na nossa perspectiva, uma política de classificação deverá contemplar, entre outras, as seguintes medidas:

- a) Eleição de um sistema de classificação;
- b) Definição dos níveis da exaustividade e especificidade que se pretendem na classificação;
- c) Avaliação das potencialidades do sistema informático que se usa no que respeita à gestão do ficheiro sistemático;
- d) Formação e actualização técnica do pessoal adstrito à classificação.

Passamos, de seguida, a analisar com a brevidade possível cada um dos pontos acabados de referir.

a) Eleição de um sistema de classificação

A escolha de um sistema de classificação, entre outros aspectos, está relacionada com os objectivos de um serviço, o grau de exaustividade e a especificidade que se pretende adoptar.

Considerando estes pontos, poder-se-á optar por sistemas enumerativos, mistos ou facetados.

Grosso modo, podemos dizer que se optará por sistemas enumerativos quando se pretende uma classificação genérica e pouco flexível e por sistemas mistos ou facetados quando se pretende uma classificação mais específica e dinâmica.

Independentemente da adopção de qualquer uma destas modalidades, é um facto que se privilegia sempre a síntese, porque classificar é sobretudo uma operação sintética. Por paradoxal que isso pareça, é nas situações em que se classifica partindo de um elevado grau de especificidade, onde está presente o aspecto analítico, que se observa o maior grau de síntese.

Nestas situações recorre-se a notações extensas, conseguidas na generalidade através de elementos de sintaxe postulados nas classificações mistas e facetadas. É através destes expedientes, que mais não são do que elementos lógicos, que se constroem novas unidades conceptuais: assuntos compostos ou complexos.

Segundo Bernaténé³⁸, o sistema de classificação deverá, entre outras qualidades, contemplar as seguintes: ser claro na sua concepção e na sua apresentação.

Para dar cumprimento a estes princípios, qualquer sistema de classificação deverá, na prática, materializar a sua concepção teórica, assim como cobrir todas as áreas do conhecimento necessárias, relativamente a um serviço particular. Deverá ainda ser homogéneo e harmonioso.

- *en premier lieu le plan sera clair dans sa conception;*
- *ce plan devra être complet, et «couvrir» entièrement la technique pour laquelle il a été conçu;*
- *la précision sera également une qualité très appréciée par les utilisateurs, tant pour l'enregistrement et le classement que pour la recherche.*

Para concluir, importa referir que, antes de mais, se deve conhecer convenientemente um sistema de classificação. Um classificador deve saber identificar as mais-valias e as fragilidades da sua estrutura quando pensa adoptá-la num determinado serviço. Da mesma forma, importa saber quais os procedimentos técnicos subjacentes ao seu uso, para que possa rentabilizar-se o mais possível a sua aplicação.

³⁸ BERNATÉNÉ, H. – Comment concevoir, réaliser et utiliser une documentation. 1955. P. 31.

b) *Definir os objectivos a nível da exaustividade e especificidade que se deseja com a classificação.*

Geralmente, pede-se a quem classifica que represente o conteúdo de um documento de forma geral, pretensão que vai ao encontro da vocação dos sistemas de classificação - organizar o conhecimento em grandes classes de matérias.

Apenas uma classificação na qual se privilegie o geral poderá dar cumprimento a esta pretensão. Neste aspecto particular, concordamos com Meetham, quando refere que:

*Clasificación es una brevísima descripción temática del documento*³⁹.

Este é o procedimento desejável. No entanto na prática nem sempre assim acontece. Há serviços nos quais, por exigências próprias, têm de usar-se notações extensas. O facto de se usarem notações extensas ou abreviadas prende-se com o grau de exaustividade e de especificidade que se encontra definido na política de classificação de cada serviço.

Poderão ainda existir condicionalismos externos ao serviço que podem condicionar o grau destes dois princípios, como o facto de um serviço particular fazer parte de um catálogo colectivo. Nesta situação terá de haver uma política concertada de classificação, na qual terão sido estipulados os níveis de exaustividade e de especificidade a seguir por todas as partes integrantes do catálogo.

c) *Avaliação das potencialidades do sistema informático*

Antes de se optar por um sistema de classificação deverão avaliar-se as potencialidades do sistema informático, sobretudo no que respeita à gestão do ficheiro sistemático. Deverá procurar saber-se entre outras funcionalidades, se ele permite fazer operações elementares como o controlo

³⁹ *Apud: GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio - Los lenguajes documentales... 1989. P. 323.*

do ficheiro sistemático, a recuperação da informação através de notações compostas e complexas e outras operações como relacionar semanticamente notações pertencentes à mesma classe, classes diversas ou relacionar este tipo de linguagem com a linguagem vocabular.

d) Formação técnica de quem classifica

Quando optamos por um sistema de classificação é indispensável saber se possuímos pessoal com competências para trabalhar com ele.

O uso eficaz de qualquer sistema de classificação depende da formação técnica do pessoal. Qualquer pessoa que trabalhe com um sistema de classificação deverá conhecê-lo na totalidade. Quer isto dizer que, para além de conhecer a sua estrutura, entre outras particularidades, o classificador deve saber como está organizado o conhecimento nas tabelas principais e nas tabelas dos auxiliares, assim como as respectivas classes. Resumindo, conhecer razoavelmente as suas mais-valias e as suas limitações.

As classificações são normalmente acompanhadas por um manual, todavia, ele não é, na maioria dos casos, suficiente para se ter um conhecimento para, em situações mais complexas, se classificar com a consistência e a uniformidade desejáveis; nestes casos, é necessário recorrer a outras obras da especialidade e proceder à formação de pessoal especializado.

Além dos conhecimentos técnicos referidos, quem classifica deverá, dentro das suas possibilidades, procurar desenvolver a nível pessoal um espírito analítico-sintético, qualidade chave para quem classifica.

A concretização das recomendações acabadas de enunciar concorrerá inevitavelmente para a eficácia e a eficiência de um serviço que se traduzirá, por um lado numa melhor localização física dos documentos, por outro na pertinência e precisão da pesquisa nos catálogos sistemáticos.

1.5 Procedimentos inerentes à operação de classificar e respectivos instrumentos de apoio

Após termos definido os princípios subjacentes ao acto de classificar e determinado a política de classificação e os seus condicionalismos, cumpre-nos, neste ponto, descrever com precisão os procedimentos subjacentes à operação de classificar e apresentar os instrumentos que servem de apoio aos respectivos procedimentos.

O processo de classificar apresenta uma metodologia semelhante ao processo de indexação, também se dividindo; como ele em duas fases: análise de conteúdo e representação do mesmo.

Relativamente ao número de fases em que a indexação e a classificação se dividem, ele não é consensual, sobretudo no que se refere à primeira.

Numa revisão bibliográfica sobre este assunto, encontramos autores que propõem para estes processos duas fases, enquanto outros propõem três, e há ainda outros que propõem um número superior, como acontece com Ranganathan, que propõe oito fases.

Entre esta diversidade de critérios optámos por apresentar a metodologia daqueles que postulam para estes processos duas ou três fases.

O critério de escolha prende-se com o facto de o número proposto coincidir, na prática, com as duas operações consideradas: indexação e classificação.

Tal como refere Brown⁴⁰, a indexação e a classificação baseiam-se no conteúdo dos documentos e o seu cumprimento passa pela aplicação de uma metodologia faseada.

Assim, para alguns autores, entre os quais Lancaster⁴¹, as etapas da indexação por assunto efectuem-se a dois tempos:

- a) análise conceptual,
- e
- b) tradução.

⁴⁰ BROWN, A. G. – Introduction to subject indexing: a programmed text. 1976. Vol. 1. P. 26.

⁴¹ LANCASTER, Frederick W. – *Indexação e resumos: teoria e prática*. 1993. P. 8.

A opinião de Langridge⁴² também coincide com a de Lancaster, ao propor duas fases para o processo de indexação/classificação:

In such circumstances classifying and indexing are seen as the attempt to link a document with a particular index language, as represented in the following model:

- a) *Subject analysis*
- b) *Translation into index language*

No geral e na prática, os procedimentos metodológicos subjacentes à classificação assentam em duas grandes fases. Essas etapas coincidem com as que são apresentadas por Lancaster para a indexação.

- a) análise do documento e definição do seu conteúdo através da identificação e selecção de conceitos;
- b) representação do seu conteúdo através de um signo de um sistema de classificação.

No entanto, outros autores como J. Rowley⁴³, Cleveland⁴⁴ e a própria Norma ISO 5963⁴⁵ determinam três fases para o processo de indexação/classificação, a saber:

J. Rowley divide este processo em:

- a) *Familiarization;*
- b) *Analysis;*
- c) *Conversion of concepts to index terms.*

⁴² LANGRIDGE, D. W. – *Subject analysis: principles and procedures*. 1989. P. 98.

⁴³ ROWLEY, Jennifer E. – *Abstracting and indexing*. 1982. P. 45-46.

⁴⁴ CLEVELAND, Donald B; CLEVELAND, Ana D. – *Introduction to indexing and abstracting*. 2nd ed. 1990. P. 104-112.

⁴⁵ ISO 5963-1985. P. 576.

Cleveland segue esta linha e divide o processo em:

- a) *Content analysis;*
- b) *Subject determination;*
- c) *Conversion to the indexing language.*

A Norma ISO 5963-1985 (F) no ponto 4.3 divide-o nas seguintes fases:

- a) *Examen du document et définitions de son contenu;*
- b) *Identification et sélection des notions principales du contenu;*
- c) *Choix des termes d'indexation.*

Em relação ao processo de classificação, circunscrevendo-o ao contexto prático, iremos observar estas três fases, mas com procedimentos diferentes, a saber:

1- Análise de conteúdo

Relativamente à natureza da análise de conteúdo, Langridge⁴⁶ entende o seguinte:

Subject analysis, then, is based on philosophy and the nature of documents. It is concerned with identifying individual subjects, their parts, and the relationships between those parts.

A análise de conteúdo é composta por duas fases que têm objetivos e procedimentos metodológicos próprios: apreensão global do conteúdo do documento e identificação e selecção de conceitos.

Interessa referir que a qualidade deste processo não assenta apenas nos conhecimentos técnicos de quem o faz, nomeadamente, no conhecimento de técnicas de leitura. A sua optimização pressupõe por parte do classificador conhecimentos mínimos da matéria a classificar. Assim, esta operação será

⁴⁶ LANGRIDGE, D. W. - *Subject analysis: principles and procedures*. 1989. P. 100.

tão menos morosa e com resultados mais precisos quanto maiores forem os conhecimentos e a sensibilidade sobre a matéria por parte de quem os classifica.

É neste ponto que reside a diferença entre a análise humana e aquela que é feita por um computador, o qual se limita a reconhecer os termos através de procedimentos objectivos como frequentemente o recurso a algoritmos. Técnicas como a frequência ou a adjacência são usadas muitas vezes na sua identificação.

a) Apreensão global do conteúdo do documento.

De uma forma geral, podemos dizer que este ponto se cumpre através de um processo de análise conceptual. Primeiro determina-se o assunto principal do documento, que irá corresponder à classe principal. Segue-se depois a determinação dos assuntos secundários, que se encontram relacionados com o primeiro e, aos quais, em geral, irão corresponder os auxiliares.

Importa ter presente desde logo, que classificar consiste em atribuir um código a um documento, que traduz um assunto, código esse que, por sua vez, se integra numa classe de matérias dentro de um sistema de classificação.

O grande objectivo deste processo é integrar cada documento na estrutura epistemológica de um sistema de classificação, por forma a construir esquemas sistemáticos do conhecimento. A sua função expressa-se na eficiente localização dos documentos por parte de quem pesquisa. Esta função marcará, desde logo, todo o processo de análise.

Através de uma leitura dos principais elementos estruturantes do documento procede-se à *apreensão global do conteúdo do documento*.

Esta leitura deverá incidir sobre determinados pontos do documento como o título⁴⁷, o sumário, o resumo, a descrição do tema e o autor que se

⁴⁷ Nunca devemos classificar apenas pelo título. Se nos casos relativos ao campo científico-técnico geralmente há correspondência entre o título e o conteúdo, o mesmo não se aplica relativamente ao campo das artes e das humanidades.

encontram nas badanas e na capa do documento, a introdução, conclusões, índice, anexos e bibliografia. Geralmente os elementos extraídos desta leitura são suficientes para situar o conteúdo do documento numa classe principal ou subclasse de uma classificação.

Nos serviços em que se utiliza um sistema de classificação apenas para arrumação das obras nas estantes, a apreensão global do conteúdo do documento, na maioria dos casos, será suficiente para atribuição de uma notação abreviada.

Esta situação também pode ocorrer em serviços que pretendam uma classificação apenas de referência, como acontece em algumas bibliotecas públicas e gerais.

Nestes casos, poderá optar-se por um sistema de classificação enumerativo.

Nesta fase, como instrumentos de apoio, poderemos recorrer a obras de referência gerais e especializadas, tal como enciclopédias, dicionários, catálogos, repertórios, etc., e a todo o tipo de informação independentemente da sua tipologia ou suporte, que entendamos oportuna para a resolução de eventuais dúvidas.

b) Identificação e selecção de conceitos.

Se existem serviços para os quais é suficiente uma apreensão global do conteúdo do documento para responderem aos seus propósitos relativamente à classificação, outros há, porém, para os quais essa prática não é suficiente: é o caso dos serviços especializados.

Nestes serviços, encontram-se geralmente documentos cujos assuntos não podem ser representados por uma notação simples devido às exigências dos utilizadores. Nestes casos o classificador terá de sacrificar o princípio da simplicidade formal em prol da especificidade.

A especificidade e a precisão dos conceitos a representar exigem uma atitude face à análise por parte do classificador diferente daquela que se observa quando a classificação se destina a bibliotecas gerais ou apenas à arrumação.

À apreensão global do conteúdo do documento vem juntar-se a análise conceptual, operação que requer do classificador uma maior concentração e conhecimento das matérias que irá classificar, para uma melhor compreensão das mesmas.

Segundo Lancaster⁴⁸:

[...] o indexador deve ter algum conhecimento do conteúdo temático tratado e entender a sua terminologia, embora não precise de ser especialista no assunto.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o não conhecimento da matéria poderá concorrer para uma indexação excessiva. O que acontece a este nível a quem indexa é, naturalmente, o que poderá ocorrer a quem classifica.

Esta fase pressupõe uma elevada capacidade de análise e de síntese do classificador. A capacidade de análise é imprescindível para identificar os conceitos principais e secundários dos documentos. A capacidade de síntese é fundamental para seleccionar, entre os inúmeros conceitos extraídos, aqueles que têm um valor informativo efectivo, e aqueles que têm um valor informativo potencial.

Para se responder a questões colocadas pela interdisciplinaridade, aconselha-se tanto a selecção dos assuntos principais como dos periféricos, como já referimos em outros pontos.

Esta operação baseia-se numa leitura analítica, na qual não são apenas consideradas as partes estruturantes da obra em questão. Também terá de ser considerada a leitura de inícios de parágrafos de capítulos e atender às gravuras e respectivas legendas. Terá de atender-se à própria bibliografia para enquadrar o assunto, aos anexos e material acompanhante, e, se for o caso, fazer mesmo uma leitura em diagonal.

Quando se trata de artigos, um tipo de documentos caracterizado por um elevado nível de especificidade, como garante da precisão da análise

⁴⁸ LANCASTER, Frederick W. – *Indexação e resumos: teoria e prática*. 1993. P. 80.

recomenda-se que se faça uma leitura integral e, se possível, que a análise seja feita ou acompanhada por especialistas da matéria.

Como instrumentos de apoio recorreremos aos que foram referidos no ponto anterior e à Norma ISO 5963. Não apresentando, na nossa perspectiva, qualquer procedimento metodológico objectivo, a Norma tem a vantagem de apresentar um conjunto de pontos orientadores para a análise. Estes pontos metodológicos conformam-se, nos pontos 4, 5, 6. Eles contribuem para a uniformidade da análise, quer seja no mesmo serviço ou numa rede de unidades de informação.

Outro instrumento a considerar nesta fase é a grelha de identificação de conceitos, também designada por grelha da análise.

Segundo a ISO 5963-1985 (F), esta grelha é constituída por um conjunto de questões que serão colocadas às matérias que são objecto de análise. Tem como objectivo possibilitar um melhor reconhecimento dos conceitos.

Esta grelha, de facto, assume-se como um instrumento precioso para o reconhecimento de conceitos, sobretudo quando não se dominam as matérias. Além disso, contribui também para a uniformidade e consistência da análise.

A concepção destas grelhas não constitui uma novidade. Elas não são mais do que a adopção, a outro nível, do esquema da análise por facetas de Ranganathan.

Segundo este autor, toda a análise de um documento deveria estar sujeita a este esquema que se traduz em cinco categorias, vulgarmente conhecido pela fórmula PMEST⁴⁹.

Na sua essência, todos os assuntos deveriam ser analisados sob estas cinco perspectivas. As facetas têm como função ajudar o classificador a "desconstruir" os assuntos no processo de análise.

Apesar das classificações facetadas e dos tesouros facetados, terem como função principal a representação e a recuperação da informação, são também, nesta medida, instrumentos de apoio à análise.

⁴⁹ Ver desenvolvimento mais pormenorizado, no ponto relativo à Classificação Colon, (capítulo V).

A eficácia das classificações facetadas num processo de análise será tanto maior quanto maior for o domínio da matéria a classificar por parte do classificador.

2- Representação dos conceitos

A representação dos conceitos é o último procedimento metodológico relativamente ao processo de classificação. Consiste essencialmente em duas fases:

- a) localização no índice das notações relativas aos assuntos a classificar e respectiva conferência nas tabelas;
- b) construção das notações.

Em relação à alínea a) após a apreensão global do conteúdo do documento e da identificação e selecção dos conceitos, com a ajuda do índice, irão localizar-se os assuntos nas respectivas classes.

Como o índice é apenas um instrumento de carácter orientador, de seguida deverá verificar-se nas tabelas respectivas se as notações extraídas do índice coincidem com estas. Esta comparação permitirá ter a certeza de que o número apresentado no índice corresponde ao número que é constante das tabelas.

Um classificador nunca deverá registar um número extraído de um índice sem antes o ter conferido na respectiva tabela. A não observância deste procedimento poderá causar graves erros, que concorrerão inevitavelmente para a inconsistência do catálogo. Nunca podemos esquecer que a função de um índice é a de orientar.

Depois desta operação, caso não sejam usadas classificações mistas ou facetadas, considerar-se-á a notação daquele assunto extraída da tabela respectiva para fins classificatórios, e o processo de classificação ficará concluído.

No que respeita à alínea b), após a respectiva correspondência entre a notação extraída do índice e a registada na tabela de classificação, em determinados casos, é necessário construir a notação.

Esta alínea aplica-se apenas nos casos em que se usam classificações mistas ou facetadas, pois somente estas classificações, dada a sua natureza e a sua estrutura, possibilitam a síntese.

Através desta possibilidade podem representar-se assuntos compostos e complexos. Na prática, a construção da notação consiste em relacionar índices. Estas podem ser construídas através de um processo de justaposição, como no caso de uma notação principal e de um auxiliar, ou através de um processo de relação para o qual se recorre a sinais. Estes sinais encontram-se registados nas Tabelas auxiliares que compõem alguns sistemas de classificação.

Para concluirmos este ponto, dado o interesse que a teoria da classificação de Ranganathan assumiu na história das classificações bibliográficas, entendemos registar um breve apontamento sobre a perspectiva deste autor relativamente ao processo de classificar.

Neste sentido, deve ser referido que fases, através das quais se estrutura o processo de classificar, correspondem em número, às apresentadas por Ranganathan⁵⁰. A diferença entre as fases “convencionadas” e as apresentadas por este autor reside no facto de uma delas se situar no plano conceptual e duas se situarem no plano formal, situação distinta da que postula a ISO 5963, no ponto 4⁵¹.

Este autor apresentou um esquema tripartido do processo de classificar cujas fases designou por: *idea plane*, *verbal plane* e *notational plane*.

Esta nova abordagem do processo de classificar veio contra à ideia clássica e institucionalizada, que reduzia o acto de classificar a duas fases.

Esta situação ocorria devido ao facto de os assuntos serem perspectivados apenas numa dimensão. Antes de Ranganathan usavam-se geralmente classificações enumerativas e hierárquicas, tal como afirma Esteban Navarro, quando se refere a esta nova abordagem.

⁵⁰ RANGANATHAN, S. R. – *Prolegomena to library classification*. 3rd ed. 2006. P. 327-328.

⁵¹ ISO 5963-1985. P. 576.

*Esta presentación de la actividad clasificatoria se funda en una crítica previa de la forma de representar el conocimiento consistente en la identificación del tema de un documento con una materia unidimensional extraída de un sistema de clasificación jerárquico.*⁵²

Passamos, de seguida, a uma breve análise de cada uma das fases propostas por Ranganathan.

a) Plano conceptual [*idea plane*]

Nesta primeira fase cumpre ao classificador fazer a análise de conteúdo, interiorizando-o e verbalizando-o por palavras suas.

No final desta primeira fase, o classificador deverá ter extraído do documento as ideias principais e as secundárias e ainda através de um processo mental, estabelecer as relações entre elas.

Esta fase concretiza-se no plano conceptual.

b) Plano verbal [*verbal plane*]

Ao contrário da primeira, esta fase já se desenvolve no plano formal. Corresponde à representação dos conceitos através de uma notação.

O classificador observa no índice e nas tabelas respectivas se as notações correspondem aos conceitos extraídos no processo de análise.

c) Plano da notação [*notational plane*]

Tal como a segunda fase, esta corresponde ao plano formal. Nela o classificador constrói a notação que irá representar o tema.

⁵² ESTEBAN NAVARRO, Miguel Ángel – *Fundamentos epistemológicos de la clasificación documental*. (1995) 97.

Note-se que esta fase apenas se verificará, no caso de se usar em sistemas de classificações mistas ou facetadas. Esta situação decorre do facto de apenas este tipo de classificações permitir a construção de notações, devido ao facto de possuírem um conjunto de elementos de sintaxe que permite a construção de notações. Devido à sua estrutura, esta terceira fase é subtraída às classificações enumerativas

1.6 Ficheiros de autoridade sistemáticos

Os ficheiros de autoridade, como a própria designação refere, são constituídos por registos de autoridade. Os registos de autoridade propriamente ditos⁵³ são constituídos pela informação relativa a um encabeçamento autorizado, e, no caso de um ficheiro de autoridade sistemático, são as notações e as referências que lhes estão associadas.

A função destes ficheiros é normalizar os pontos de acesso. Esta normalização efectua-se através do controlo das notações recorrendo-se, para tal, a remissivas que reenviam das formas preteridas para as eleitas,⁵⁴ e em algumas situações recorre-se, também, a notas explicativas.

Neste sentido, o ficheiro de autoridade assume particular importância em relação ao cumprimento dos princípios da uniformidade e da consistência relativamente ao catálogo sistemático, constituindo-se, assim, como garante destes dois princípios.

Ao garantir a uniformidade do catálogo sistemático exclui a subjectividade deste processo que, muitas vezes, resulta da adopção de uma ou outra notação escolhida de forma aleatória no mesmo sistema de classificação ou em sistemas de classificação diversos. Este uso indiscriminado que exclui, por si, a objectividade desejável a qualquer tipo de catálogo, muitas vezes é justificado por quem o pratica como sendo a única forma de

⁵³ Existem dois tipos de registos de autoridade: os registos de autoridade propriamente ditos que estão associados aos profissionais, comuns, e os registos de referência destinados aos utilizadores. Ver: CARO CASTRO, Carmen – *El acceso por materias en catálogos en línea*. 2005. P. 67-77.

⁵⁴ No caso de um ficheiro de autoridade de assuntos recorrer-se-á também a outro tipo de remissivas.

responder a casos particulares de um determinado serviço. Neste sentido concordamos com Moreno Fernández e Borgoños Martínez quando afirmam:

[...] Pero desgraciadamente, en la mayoría de las ocasiones, es el propio centro el que decide cuáles son sus encabezamientos aceptados, espigando los conceptos y los términos que los representan de aquí y de allá, en función de unas supuestas necesidades peculiares.⁵⁵

Apenas a correcta gestão do ficheiro de autoridade sistemático permitirá resultados de pesquisas pertinentes, concorrendo esta prática para a diminuição do ruído e do silêncio.

Dado o exposto, preconiza-se que antes de ser registada uma notação, seja imprescindível a consulta aos respectivos ficheiros de autoridade.

A sua consulta apresenta as seguintes vantagens:

- possibilita atribuir a mesma notação a obras sobre o mesmo assunto ou assuntos idênticos;
- permite uma economia de tempo, que resulta do facto de os registos de autoridade se poderem ligar aos bibliográficos, possibilitando, no caso da notação já existir, não a tornar a editar;
- estabelece a uniformidade, a consistência e a objectividade do catálogo sistemático.

Outra mais-valia prende-se com a correcção automática das notações.

No caso de erro, aquando da sua introdução, o sistema alertará para situações que considere anómalas. O mesmo poderá ocorrer em relação à introdução de novas notações.

No caso da introdução de um assunto igual ou idêntico, o sistema, através do ficheiro de autoridade, poderá propor uma notação usada em situações já ocorridas. Como foi validada da primeira vez que foi introduzida, passou a ser um termo autorizado, pelo que passou a ser autoridade para

⁵⁵ MORENO FERNÁNDEZ, Luis Miguel; BORGONÓOS MARTÍNEZ, María Dolores – *Teoría y práctica de la Clasificación Decimal Universal*. 1999. P. 288.

futuras aplicações.⁵⁶ A utilização deste procedimento concorrerá para o cumprimento do princípio da analogia.

A existência de um ficheiro de autoridade e a sua consulta sistemática contribui ainda para a constituição de uma unidade temática que permite agrupar os assuntos em classes.

Quanto à sua composição, ela deverá ser exaustiva, e neste sentido deverá integrar notações simples, compostas e complexas. O facto de integrar todo o tipo de notações concorre para a possibilidade de se poder determinar o grau de especificidade e exaustividade usado na classificação.

Como refere McIlwaine⁵⁷, qualquer ficheiro de autoridade sistemático deverá permitir a sua consulta tanto por notação como por termos vocabulares, para que se possa observar a correspondência entre uns e outros com o fim de se construir a uniformidade.

Entendemos ser este o melhor método para se obter a correspondência efectiva entre os dois tipos de linguagem, que resultará na coerência e consistência do catálogo.

Após a abordagem do conceito Classificar, passamos, no ponto seguinte, à abordagem do conceito Classificação.

⁵⁶ MCILWAINE, I. C. – *Guia para el uso de la CDU*. 2003. P. 257-258.

⁵⁷ *Ibidem*.

Capítulo II
Classificação

1 Classificação [Definição, objectivos, características e estrutura lógica]

Neste ponto iremos abordar a definição, os objectivos, as características e a estrutura lógica do conceito classificação.

1.1 Definição

Segundo o dicionário etimológico de Quicherat⁵⁸, a noção *classificação* proveniente etimologicamente do grego *clasis* = *clêsis*, um termo que foi latinizado para *classis*, é um substantivo utilizado para designar o que é distribuído mediante um critério pré-determinado.

Na Roma Antiga, entre outras acepções, entendia-se por classe (s. f.):

[...] *cada uma das categorias entre as quais eram divididos os cidadãos segundo a sua riqueza.*⁵⁹

Por seu lado a Enciclopédia Britânica⁶⁰ entende por classificação o seguinte:

Classification theory, principles governing the organization of objects into groups according to their similarities and differences or their relation to a set criterion.

De acordo com estas noções, entendemos por classificação um plano estruturado de forma sistemática, construído *a priori*, que serve para classificar objectos de acordo com as semelhanças ou diferenças das suas características, com o fim de os organizar em classes particulares.

⁵⁸ QUICHERAT, Louis – Novíssimo diccionario latino: etymologico, prosódico, histórico... 1927. P. 231.

⁵⁹ HOUAISS, António; SALLES, Villar Mauro – *Dicionário Houaiss*. 2002-2003. P. 954.

⁶⁰ THE NEW ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. 1995. Vol. 3. P. 334.

1.2 Objectivos

O objectivo principal de qualquer classificação é servir para classificar. Organizar as entidades físicas e abstractas em sistemas, de forma a constituírem quadros mentais, referências que nos permitam orientar sem perturbação e distorção no mundo envolvente. É o meio que permite organizar o espaço perceptível. Concordamos com Olga Pombo, quando refere que as classificações são:

*[...] pontos estáveis que nos impedem de rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de "idades" ou "geografias". Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta [...]*⁶¹

Devido a este carácter funcional foram atribuídas às classificações, durante séculos, características essencialmente empíricas e elas foram-se moldando e desenvolvendo de acordo com as necessidades reais da sociedade.

O que se observa nas classificações em geral é aquilo que se observa nas classificações bibliográficas em particular. Ao proporcionarem uma organização sistematizada do conhecimento, concorrem para uma localização mais rápida por parte de quem o procura.

1.3 Características gerais

Neste ponto pretendemos apresentar algumas das características fundamentais das classificações hierárquicas, incidindo a nossa análise sobre as classificações bibliográficas enciclopédicas.

No que concerne à sua estrutura geral, as classificações são constituídas por conjuntos de entidades que, por sua vez, constituem sistemas conceptualmente unitários e amplos, manifestando-se estes num elenco de

⁶¹ POMBO, Olga – *Da classificação dos seres à classificação dos saberes*. [Consult. 3 Nov. 2008] Disponível em [www:<URL:http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo.classificacao.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo.classificacao.pdf)

conceitos organizados de forma sistemática, cuja particularidade comum é a afinidade⁶² de uma ou mais características que constituem essas identidades.

Como foi referido no ponto (1.2) na acepção tradicional, a noção linear de uma classificação é aquela que se prende com a ideia de que é uma sucessão de dicotomias⁶³. Nesta acepção, os elementos que a constituem estão dispostos num determinado espaço classificatório de acordo com a ausência ou a presença de uma determinada propriedade permitindo, desta forma, determinar e enunciar, com elevado nível de precisão, o estabelecimento de uma nomenclatura.

Na prática, o cumprimento deste processo resulta na elaboração de classes artificiais.

Esta situação decorre do facto de um objecto poder ser classificado, à partida, sob várias dimensões, o que concorre inevitavelmente para que este seja passível de ser integrado em mais do que um espaço classificatório, pelo facto de poder ser inserido em mais do que um domínio conceptual. A situação mais decorrente e natural acontece quando um objecto é

⁶² A determinação das afinidades é feita tendo em conta o conjunto das características do ser. Isto quer dizer que devemos ter em consideração, simultaneamente, o ser completo e as relações orgânicas que se estabelecem entre os distintos seres.

⁶³ A dicotomia é um processo muito utilizado na classificação dos seres vivos. Apresenta em cada nível duas alternativas mutuamente exclusivas. Consiste em juntar objectos comuns numa mesma divisão separando-os simultaneamente daqueles que são diferentes. Por seu lado, os objectos diferentes irão constituir outras divisões, também elas homogéneas.

A separação e/ou a associação dos objectos nas respectivas classes efectua-se a partir das características intrínsecas à sua natureza. Devido a este motivo, existem determinados objectos que, pelo facto de não apresentarem características bem definidas, acabam por não se ajustar a nenhum domínio particular. Esta circunstância decorre, essencialmente, da relação que as classificações estabelecem com as estruturas conceptuais que foram pré-estabelecidas relativamente aos objectos a classificar. Na prática e, na maioria das situações, estes objectos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

- Excepcionalmente integram mais do que uma classe ou uma divisão, desvirtuando, neste sentido, o princípio puro da estrutura formal das classificações ditas clássicas;

ou

- São registados, na maioria dos casos obedecendo a critérios de analogia ou a critérios de necessidade de natureza essencialmente empírica a integrar apenas uma das possíveis classes.

A última solução apontada concorre para que se considere a classificação de determinados objectos demasiado artificial e que, por este facto, na prática seja difícil de se adequar de forma razoável às situações concretas, condição que leva a considerar estes casos ambíguos e pouco precisos.

Outra característica deste modelo de classificação prende-se com o facto de a sua aplicação pressupor a divisão ou subdivisão dos objectos em duas partes. Esta operação poderá ser efectuada de forma sistemática quantas vezes se entender necessário, baseando-se sempre na ausência ou na presença de uma determinada característica.

A permissão de tal procedimento concorre para que a divisão e subdivisão dos objectos sejam feitas de forma sucessiva e infinita dentro de uma mesma classe. Para que este processo decorra, será apenas necessário estabelecer novos critérios de classificação, através dos quais se irão estabelecer os níveis de igualdade e desigualdade entre os objectos a classificar.

considerado, relativamente quer às suas propriedades de conteúdo, quer às suas características formais.

Este caso observa-se também com alguma regularidade, nas circunstâncias em que apenas é considerado o conteúdo dos objectos, como acontece nos casos em que estes apresentam um conteúdo multidimensional. Nesta situação, eles poderão ser considerados para fins classificatórios em mais do que um domínio, dependendo, naturalmente, da diversidade das características que apresentem.

Na biblioteconomia, a ideia de se atribuir uma classificação aos objectos segundo as várias facetas foi seguida e defendida por Ranganathan, levando-o a construir uma classificação por facetas - Classificação Colon. A este propósito, na obra "*Philosophy of library classification*" pode ler-se o seguinte:

*At the same time they represent the multi-dimensional continuum of thought. Thus library classification is equivalent to a representation of a multi-dimensional continuum in a single dimension*⁶⁴.

No que respeita à estrutura de uma classificação, em geral, associamos-lhe a ideia de hierarquia que se manifesta na divisão sucessiva dos objectos subordinados uns aos outros, de acordo com critérios estabelecidos *a priori*.

A estrutura hierárquica que caracteriza as classificações pode ser um sistema mono-hierárquico ou um sistema poli-hierárquico. Um e outro são observados nas classificações bibliográficas. A estrutura mono-hierárquica é característica das primeiras classificações de tipo enciclopédico (século XIX), como a Classificação da Biblioteca do Congresso, a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal e outras, como a Classificação de Bliss e a Classificação Cólón, apresentam uma estrutura poli-hierárquica.

Para concluirmos este primeiro ponto, referimos ainda duas características das primeiras classificações bibliográficas de tipo enciclopédico, que resultam da sua estrutura, aspectos que também são comuns a outro tipo de classificações do saber, naturalmente. Referimo-nos à exaustividade e à exclusividade.

⁶⁴RANGANATHAN, S. R. *Philosophy of library classification*. 2006. P. 94.

Na perspectiva da lógica tradicional e, no que diz respeito ao seu aspecto formal, uma classificação para ser considerada ideal deve obedecer essencialmente a dois princípios; são os seguintes⁶⁵:

- a) *une classification strictement finie (domaine E fini, nombre de divisions fini, nombre de classes de chaque division fini, chaque ensemble de chaque division fini*
- b) *une classification strictement progressive.*

Estes dois princípios traduzem-se nos conceitos de exaustividade e de exclusividade, respectivamente.

Por um lado, todo o objecto terá de poder ser classificado numa determinada classe e, por outro, qualquer classe terá de enunciar todos os objectos do domínio que representa, concorrendo, desta forma, para que cada classe contenha todos os objectos a ela associados semanticamente, situação que converge, naturalmente, para a exaustividade (alínea a).

A alínea b refere que nenhuma classe ou divisão deverá conter objectos que se encontrem registados em classes anteriores, convergindo, desta forma, para a noção de progressão e simultaneamente de exclusividade. O desejável será que nenhum objecto seja registado nem em classes anteriores nem nas classes seguintes, devendo apenas integrar uma única classe - exclusividade.

Todavia, na prática não se observa a inexistência de classificações que se pautem de uma forma absoluta por estes dois princípios.

Neste sentido, concordamos com Apostel, quando ele refere que:

*La plupart des classifications que nous connaissons ne sont ni exhaustives ni exclusives; la plupart des classifications que nous connaissons n'ont pas de fondement de division unitaire*⁶⁶.

⁶⁵ APOSTEL, Leo – *Le problème formel des classifications empiriques*. 1963. P. 160.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 194.

De acordo com esta orientação, encontramos outros autores, como Buffon que, na sua obra *Histoire naturelle*, a propósito da classificação dos seres num quadro classificatório, refere o seguinte:

[...] c'est que ces grandes divisions que nous regardons comme réelles, ne sont peu-être exactes, [...] nous ne sommes pas sûrs qu'on puisse tirer une ligne de séparation entre le règne animal & le minéral [...] dans la Nature il peut se trouver des choses qui participent également des propriétés de l'un & de l'autre [...] ⁶⁷.

Ao verificar-se na prática, tal situação de exclusividade seria redutora e inoperante. Seria impossível as classificações progredirem, facto que concorreria para o seu atrofiamento e claustrofobia semântica - cada objecto fixa-se a um conceito exclusivo.

Relativamente a esta característica, no que concerne à Classificação Decimal Universal é sintomático o excerto do seguinte texto de H. la Fontaine et P. Otlet:

La classification décimale constitue donc une localisation parfaite des matières [...] Elle répond à ce principe essentiel de l'ordre bibliographique [...] une place pour chaque chose et chaque chose à sa place [...] cette idée est de l'essence même du système ⁶⁸.

1.4 Estrutura lógica

Dado o carácter geral que assume a ciência, torna-se impossível ao ser humano assimilar a sua totalidade. Devido a este facto, houve necessidade de dividir essa totalidade em ciências particulares ⁶⁹, de acordo com os diversos aspectos da realidade.

⁶⁷ BUFFON, Georges Louis Leclerc – *Histoire naturelle, générale et particulière: avec la description du Cabinet du Roy*. 1749-1804. P. 34.

⁶⁸ LA FONTAINE, Henri ; OTLET, Paul - *Création d'un répertoire bibliographique universel*. 1896. P. 18.

⁶⁹ Entende-se por este conceito, um conjunto de conhecimentos particulares, gerais e metódicos, que se relacionam com um determinado objecto.

Por outro lado, o universo constitui-se como um sistema harmonioso no qual as partes se encontram ordenadas em relação ao todo. Nesta ordenação observa-se uma hierarquia das causas e dos princípios que determinam, em última análise, a hierarquia das várias ciências que os abordam.

Essa hierarquia não pode ser determinada de forma arbitrária, mas há que, por um lado conservar a diferença entre as ciências particulares e, por outro, respeitar as vicissitudes que as unem, não perdendo de vista as relações de subordinação; para isso é necessário classificá-las. Para dar cumprimento a este propósito, ao longo dos tempos surgiram vários sistemas de classificação, alguns dos quais, dada a sua influência na construção das classificações bibliográficas, irão ser analisados no ponto relativo à classificação das ciências⁷⁰.

As primeiras classificações a surgirem e que se constituíram uma referência para a construção de outras classificações foram as classificações relativas às ciências naturais. São caracterizadas por uma vincada hierarquia, em que as componentes do objecto de estudo eram geralmente integradas em taxonomias.

Segundo Lahr, podemos distinguir as classificações sob dois aspectos: as classificações naturais e as classificações artificiais⁷¹.

De acordo com a teoria da classificação natural, todas as classificações devem obedecer aos seguintes princípios: ao da afinidade natural, ao da subordinação dos caracteres e ao da série natural.

Relativamente ao princípio da afinidade natural, este apenas é possível determinar se tivermos em consideração o ser completo e, ao mesmo tempo, considerarmos as relações orgânicas existentes entre os diferentes seres⁷².

⁷⁰ Ver: Capítulo III (1.2).

⁷¹ LAHR, C. - *Manual de Filosofia: resumido e adaptado do "Cours de Philosophie*, 1968. P. 402-403, distingue uma da outra essencialmente nos seguintes pontos: a primeira apoia-se na totalidade dos caracteres, a que se esforça por observar o valor real; além deste pressuposto, o fim que pretende atingir não é directamente prático, mas teórico ou científico; a classificação artificial pauta-se pelo facto de dar a conhecer toda a natureza dum ser e o conjunto da sua organização apenas pela situação que ocupa na classificação; acresce ainda o facto de estipular, de forma clara, as relações que existem entre um ser em particular e os outros do mesmo género.

⁷² Na prática, quando se classifica e, de acordo com este princípio, separam-se os caracteres essenciais dos acidentais reunindo-se num grupo todos aqueles que apresentem um maior número de caracteres essenciais comuns. O grupo inferior é a espécie.

No que concerne ao princípio da subordinação dos caracteres, segundo a formulação de A. Laurent de Jussieu⁷³, devem subordinar-se as divisões como o estão os caracteres em que elas se fundam.

De acordo com este princípio, a ordem dos caracteres essenciais dos seres não é igual para todos e, nesta medida, uns são subordinados, outros são dominantes⁷⁴.

No que respeita ao princípio da série natural, ele prende-se com a disposição dos grupos que se encontram no mesmo plano⁷⁵.

Estes princípios, que constituem a estrutura das classificações hierárquicas, tanto poderão aplicar-se à diversidade da temática cultural e científica como às classificações de amplitude enciclopédica.

Por isso os encontramos também espelhados nas primeiras classificações enciclopédicas, nomeadamente na Classificação Decimal Universal, na medida em que cumpre com eles. Todos os conceitos nela contidos se encontram dispostos segundo a regra da afinidade, pois na mesma classe são integrados apenas os que têm afinidade entre si. Além disso, todos eles se encontram hierarquicamente subordinados de acordo com as suas propriedades; por último, na Classificação Decimal Universal, tal como nas outras classificações consideradas, também se constituem grupos da mesma ordem e que, por isso, têm a mesma importância.

Cumpre referir e deixar claro que o sistema hierárquico, nas classificações em geral e nas classificações bibliográficas em particular, independentemente do desenho da sua tipologia, se alicerça nos fundamentos lógicos aristotélicos.

No que se refere às classificações bibliográficas de tipo enciclopédico, e em concreto às que são consideradas neste trabalho, o eixo estruturante da sua constituição hierárquica assenta nas noções aristotélico-escolásticas de

⁷³ Apud: LAHR, C. - *Manual de Filosofia: resumo e adaptado do "Cours de Philosophie"*. 1968. P. 406.

⁷⁴ Quando se classifica e, de acordo com esta regra, para determinar os grupos superiores, comparam-se as espécies entre si, com o objectivo de se reunirem num mesmo grupo mais alargado chamado género as que apresentarem um maior número de características comuns.

⁷⁵ Este princípio pressupõe que estes se classifiquem numa ordem progressiva, isto é, do menos perfeito para o mais perfeito.

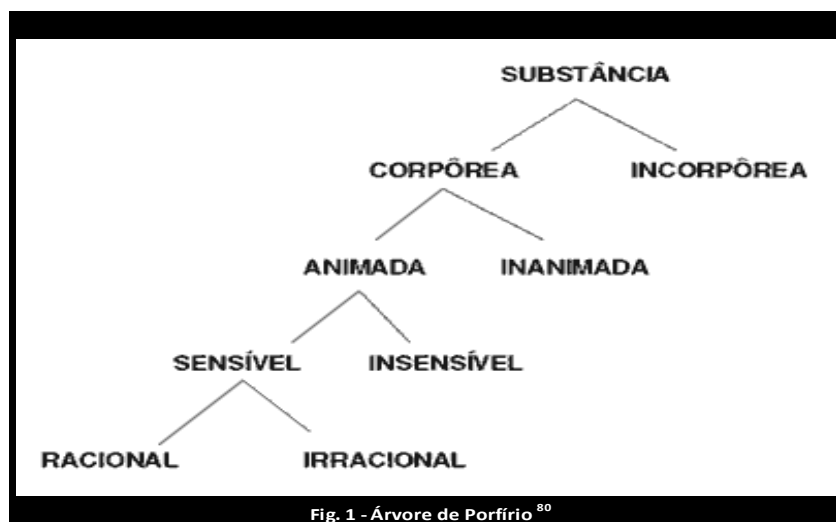
género, espécie, diferença específica, compreensão e extensão, noções que Aristóteles definiu para estudar o ser⁷⁶.

Porfírio (c. 232 – c. 304), filósofo alexandrino, na obra *Introductio in Praedicamenta*⁷⁷, define género como:

[...] *uma colecção de indivíduos que se comportam de um determinado modo em relação a um só ser e em relação uns aos outros [...] todos os que entre eles têm um certo parentesco em relação ao comum ancestral, e o nome que se lhes dá separa-os totalmente de todas as outras raças*⁷⁸.

Em relação à espécie, o conhecido pensador, entende-a como [...] *o que se subordina a um dado género [...]*⁷⁹.

É através do processo da relação género-espécie que, segundo Porfírio, pode dividir-se uma categoria geral de forma sucessiva, partindo de um predicado até chegar-se a uma noção particular.



⁷⁶ LAHR, C. no *Manual de Filosofia: resumido e adaptado do "Cours de Philosophie"*. 1968. P. 316, entende género como "... toda a ideia geral que contém debaixo de si outras ideias gerais; espécie a que encerra apenas indivíduos. A diferença específica é o atributo que, acrescentado ao género próximo, constitui a espécie.

⁷⁷ Esta obra foi traduzida para o latim por Boécio sob o nome *Isagoge*.

⁷⁸ Porfírio – *Isagoge: introdução às categorias de Aristóteles*. 1994. P. 53.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 59.

⁸⁰ Ver: <http://www.rterm.net/actes/2simposio/talamo.htm> [Consult. 6 Set. 2009]

Dentro deste contexto, Porfírio apresenta um modelo de classificação dicotómica⁸¹, que é habitualmente designado por *Árvore de Porfírio*⁸². Esta "árvore", incluída na *Isagoge às Categorias* de Aristóteles, baseia-se na teoria dos predicados deste autor e apresenta um conjunto hierárquico finito de géneros e espécies, que funciona por dicotomias sucessivas do geral para o particular, da maior extensão à maior compreensão.

Este processo, que consiste numa exemplificação esquemática da formação das ideias gerais, encontra-se subjacente a todas as classificações, não estando estas, contudo, sujeitas a um processo dicotómico, na medida em que a sua aplicação não cobre a diversidade de todas as especificações.

Relativamente à relação género-espécie e, no que diz respeito à formação de ideias, esta consiste no seguinte processo: à ideia de género próximo, junta-se a diferença específica, que irá resultar numa espécie.

No que se refere à estrutura das classificações bibliográficas consideradas, não podemos perder de vista a concepção das noções aristotélicas de *compreensão* de uma ideia e a de *extensão* de uma ideia.

Segundo Lahr⁸³, *entende-se por compreensão* ou *conteúdo* da ideia o conjunto dos elementos que a constituem; *extensão* da ideia é o conjunto dos indivíduos aos quais ela se estende.

De acordo com o mesmo autor, a compreensão de uma ideia encontra-se na razão inversa da sua extensão. Assim, quanto maior for a amplitude da extensão, menor será a amplitude da compreensão. Isto é, quanto mais simples for a ideia, mais geral ela é; quanto mais composta ela for, tanto mais particular ela há-de ser, quando comparada com outras ideias da mesma ordem.

Se fizermos corresponder estes conceitos lógicos à estrutura de uma classificação, designadamente à de uma classificação bibliográfica, iremos observar que ao género corresponde uma classe (um conjunto de objectos que apresentam entre si um certo grau de semelhança). Esta classe pode ser dividida em espécies, às quais corresponde uma subdivisão (conjunto de

⁸¹ Na classificação das ciências, a *Árvore de Porfírio* teve uma grande influência nas classificações dicotómicas, de entre as quais salientamos a de Ampère.

⁸² A *Árvore de Porfírio*, também chamada *Scala praedicamentalis*, cuja interpretação é válida, seja procedendo-se a uma leitura ascendente, seja a uma leitura descendente.

⁸³ LAHR, C. - *Manual de Filosofia: resumido e adaptado do "Cours de Philosophie"*. 1968. P. 315.

objectos com atributos comuns), pelo acréscimo de uma diferença específica (uma característica). O conjunto das espécies forma uma *classe*.

Tal como já referimos quando definimos o conceito de espécie, esta pode ser novamente subdividida pelo acréscimo de uma nova diferença específica, constituindo-se, nestes casos, novas classes que, por sua vez, irão originar novas espécies e assim sucessivamente.

Num sistema de classificação a hierarquia dos assuntos faz-se sempre a partir do nível de maior extensão para o de menor compreensão. Isto é, faz-se do geral para o particular.

Tomando como exemplo a notação 721.23 da Classificação Decimal Universal, que representa o assunto – “Parques nacionais”, se a decomposermos observa-se que: 7 (Arte) é um termo geral que representa um leque considerável de assuntos sendo, nesta perspectiva, um conceito de grande extensão. No entanto, e simultaneamente, é um conceito vazio de compreensão na medida em que não limita um assunto específico. Se considerarmos, o 72 (Arquitectura) verificamos que este termo já representa um conceito mais limitado, se o relacionarmos com o 7. Neste sentido, podemos dizer que 72 é uma notação de maior compreensão do que a notação 7, e de menor extensão relativamente à mesma notação. Este raciocínio é aplicado a esta cadeia hierárquica até encontrarmos o termo de maior especificidade – “Parques nacionais”, notação 721.23, ao qual corresponde um baixo nível de extensão e um alto nível de compreensão.

Ainda, e para concluir, consideramos que as divisões que estão subordinadas à notação 7 correspondem à sua extensão, enquanto que os conceitos simples e/ou compostos que a constituem correspondem à sua compreensão.

7 Arte

72 Arquitectura

721 Arquitectura paisagista

721.2 Composição da paisagem no geral

721.23 Parques nacionais

Ainda a propósito desta ideia – construção da estrutura lógica de um sistema de classificação e, de acordo com a mesma orientação, Sayers⁸⁴, na obra *Introduction to library classification*, refere o seguinte:

As a new difference is added to the stem a term of reduced extension and of increased intension is made; each positive term is at first a genus divided by the difference into two species, one of which in turn is regarded as a genus in relation to its species; the process being continued until individuals, who cannot logically be divided, and are the infima species or most specific terms, are reached.

Para concluir este assunto, no que diz respeito à relação entre a lógica formal e a construção da estrutura das classificações, não podemos deixar de destacar a clareza de pensamento de Paule Salvan, ao referir as relações que regem a ordem natural, que são as mesmas relações que regem as classificações. Tais relações, como ela refere, fazem-se por via descendente: da essência à existência, do geral ao particular e do género à espécie.

Des "catégories fondamentales" de longue date reconnues et qui ont une importance particulière pour l'étude des classifications permettront de déterminer les relations qui gouvernent un ordre universel – ordre naturel conforme à la raison allant, par voie descendante, de l'essence à l'existence, du général au particulier, du genre à l'espèce⁸⁵.

Relativamente à influência do pensamento aristotélico nas classificações bibliográficas, teremos ainda de considerar a noção de *categoria*, que vai estar presente em diversas obras ao longo do tempo⁸⁶.

⁸⁴ SAYERS, W. C. – *An introduction to library classification*. 1950. 1968. P. 31. Relativamente a esta matéria ver o capítulo II desta obra.

⁸⁵ SALVAN, Paule – *Esquisse de l'évolution des systèmes de classification*. 1967. P. 3.

⁸⁶ A ideia de *categoria* influenciou a obra de alguns autores da Idade Média, como Raimundo Lullus (1232-1315). Esta noção surge na sua obra *Ars Magna*. Na idade moderna, esta mesma noção encontra-se também presente na obra de John Wilkins (1614-1672), *Linguagem filosófica*.

Entende-se por *categoria* uma propriedade sob a qual pode ser analisado um ser.

Na obra *Categorias*, Aristóteles, no capítulo IV, apresenta a lista das dez categorias sob as quais o Ser se pode considerar. São as seguintes: Substância, Quantidade, Qualidade, Relação, Lugar, Tempo, Posição, Posse, Acção e Paixão⁸⁷.

Destas dez categorias, a mais importante é a *substância*, constituindo-se desta forma a essência do ser. Na obra citada, Aristóteles, refere-se a ela nas *Categorias* nestes termos:

[...] *aquilo a que chamamos substância de modo mais próprio, primeiro e principal – é aquilo que nem é dito de algum sujeito nem existe em algum sujeito como, por exemplo, um certo homem ou um certo cavalo.*

A diferença entre esta e as outras nove categorias consiste na distinção entre o género principal do ser e os géneros secundários.

Esta ideia além de já se encontrar no *Thesaurus of English words and phrases* (1852) de Peter Roget (1779-1869) vai assumir uma importância preponderante na estrutura da *Classificação Colon* (1933) de Ranganathan (1892-1972).

À luz da lógica aristotélica, Ranganathan constituiu um quadro fixo de cinco facetas, com vista à classificação de conteúdos temáticos. Era formado por: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo. Estas noções constituem-se como uma grelha de apoio à análise, funcionando como pontos orientadores para fazê-la.

A categoria deu lugar à faceta, constituindo as diversas facetas os diferentes ângulos sob os quais se observa a realidade.

⁸⁷ ARISTÓTELES – *Categorias*. 1995. P. 20.

Capítulo III
Organização do conhecimento

1 Organização do conhecimento [Apontamento histórico]

Após a exposição de alguns conceitos, da enumeração de algumas das suas características, da apresentação dos princípios lógicos sobre os quais se construíram as classificações no geral e as classificações bibliográficas em particular, importa agora apresentar uma breve sistematização comentada acerca da necessidade que o homem sentiu de organizar o conhecimento e de construir planos de classificação que servissem como instrumentos de referência de arrumação do mesmo.

Com este ponto pretendemos avaliar em que medida as classificações bibliográficas, nomeadamente a Classificação Decimal Universal, sofreram influências de todo este movimento, designadamente no que respeita à estrutura e no que respeita ao conteúdo.

Para responder aos objectivos enunciados, estruturamo-lo em duas partes. No ponto (1.1) será descrita e analisada a organização do conhecimento em si, considerando o critério da divisão e não o critério da classificação, entendido, este último, como uma sistematização baseada num plano formal. Para esta circunstância concorreu o facto da quase inexistência de planos de classificação devidamente formalizados para este fim, exceptuando-se o caso da Idade Média, com (o *Trivium* e o *Quadrivium*). Neste ponto, articulado com a organização do conhecimento procuraremos expor e, analisar as necessidades que concorreram para um tal propósito.

Para dar cumprimento a este objectivo, apoiamo-nos em obras de autores que nos pareceram ser os mais relevantes no desenvolvimento e na consolidação da organização do conhecimento.

No (ponto 1.2) continuamos a analisar esta temática, partindo da análise dos planos de classificação mais relevantes que se foram construindo, e que foram fonte de influência para outros ao longo da história.

Deste modo pretendemos contextualizar as classificações bibliográficas no plano mais amplo das mentalidades e, ao mesmo tempo, tentar identificar os pontos de afinidade entre estas e o modelo de organização tipo enciclopédico⁸⁸. Pretendemos também identificar as influências que os planos

⁸⁸ O movimento que designamos de tipo enciclopédico não é considerado na acepção literal do termo que se usa para o movimento filosófico do século XVIII.

de classificação filosófico-científicos que foram sendo construídos ao longo do tempo, exerceram sobre este tipo de classificações.

1.1 A organização do conhecimento [Segundo o critério da divisão]

Neste ponto, iremos referir e analisar a organização do conhecimento partindo da divisão do mesmo. Isto, porque na sua organização está implícito o conceito de divisão pois, na prática, o que se pretendia era organizar essas partes desestruturadas de uma forma lógica, de modo a que constituíssem um todo orgânico e consistente.

Para uma melhor clarificação desta ideia, passamos a definir o conceito de *divisão*.

Entendemos por *divisão* na sua concepção lógica – aquela que interessa neste contexto – uma operação que desmembra um todo abstracto e lógico (ideia geral) nos seus diversos elementos⁸⁹.

A divisão do conhecimento que foi construída ao longo dos tempos, ao contrário da sistematização, na maioria dos casos assenta apenas num critério arbitrário, muitas vezes de natureza empírica, e não em sistemas organizados segundo os critérios de uma classificação.

Antes de dar início à exposição e análise dos conteúdos sobre esta matéria, convém ainda registar o significado de um termo que irá ser usado ao longo da dita exposição. É o termo – *enciclopedismo*. A introdução deste termo justifica-se porque, não assumindo, na verdade, o significado formal que lhe foi atribuído no século XVII, (assente em princípios filosófico-científicos), as obras que iremos analisar são de tipo enciclopédico. São-no na medida em que estas também, como era pretensão do movimento enciclopédico do século XVIII, pretendiam abarcar todo o conhecimento geral (significado etimológico do termo *enciclopédia*), razão pelo qual é utilizado este termo ao longo do ponto (1.1.1).

⁸⁹ LAHR, C. - *Manual de Filosofia: resumo e adaptado do "Cours de Philosophie"*. 1968. P. 320.

1.1.1 Enciclopedismo: definição e caracterização

Definição

O termo *enciclopedismo* deriva da palavra *enciclopédia* que, por sua vez, deriva do étimo grego "ἐγκύκλιος παιδεία" [*enkyklios paideia*], que significa conhecimento geral.

O termo *enciclopédia* surge no século XVI, na Europa, como um neologismo. Contudo, é a partir do século XVII, quando o enciclopedismo se constitui como um movimento, que este termo se vulgariza aproximando-se do seu significado actual.

Caracterização

O enciclopedismo caracteriza-se por ter sido um movimento filosófico-cultural sustentado ideologicamente na Razão e no Iluminismo, que nasceu formalmente em finais do século XVII, inícios do XVIII. Foi na Europa e essencialmente em França que se desenvolveu, sendo os seus principais impulsionadores os filósofos das Luzes, entre os quais salientamos os nomes de Voltaire, Diderot e D'Alembert, além de Montesquieu, Rousseau e Buffon, entre outros, tendo atingido o seu apogeu com A *Encyclopédie* de Diderot e de D'Alembert.

Era seu objectivo *sistematizar* todo o conhecimento humano a partir dos novos princípios da Razão.

Marcaram este movimento, várias características, a saber:

Exaustividade: pretensão de abarcar todo o conhecimento. Esta pretensão não é apenas uma particularidade do carácter do movimento, formalmente instituído no século XVII verificando-se já o mesmo objectivo ao longo do tempo, em toda a organização do conhecimento que assenta neste modelo. A exaustividade apresenta, todavia, pontos de fragilidade. Um dos factores que contribuiu para a precariedade desta característica foi o facto de os conhecimentos se desactualizarem muito depressa, radicando esta

circunstância na introdução de novos conceitos e alterações nos já existentes, consequência do aparecimento de novos saberes que naturalmente, se iam integrando nos quadros culturais e mentais da época, sobretudo em épocas de transição, como foram os finais da Idade Média e o Renascimento.

Associada à ideia de compilar o conhecimento universal surge outra característica: a *selectividade*. Pelo facto de a organização do conhecimento ser exaustiva, era necessário criar critérios que permitissem separar o supérfluo do essencial. Olga Pombo, sobre este assunto, refere o seguinte:

[...] o que a enciclopédia então pretende não é tanto conter em si a totalidade imensa e indeterminada da produção literária e dos conhecimentos constituídos, mas ir ao encontro de tudo o que neles há de essencial, discriminar o que é importante, anular redundâncias, eliminar insignificâncias, sintetizar a informação dispersa e caótica⁹⁰.

Com esta pretensão, a enciclopédia assumia-se como um conjunto formal de textos que se encontravam ordenados sob determinados critérios, por vezes pouco definidos, afastando-se da apresentação formal que é característica de outras obras semelhantes como, por exemplo, os inventários e os repertórios.

A necessidade de organizar os saberes pressuponha, à partida, que este tipo de organização do conhecimento se fundasse numa *estrutura* que privilegiasse grandes quadros epistemológicos, situação que se verificou até à Idade Moderna. Até este período e, ao longo dele, o conhecimento era ordenado em grandes classes temáticas. Apenas na Idade Moderna, como iremos observar, foi introduzida a ordenação alfabética como critério de organização das matérias.

O facto de o conhecimento ser organizado em grandes classes concorria para a unidade semântica, particularidade que seria impossível de existir caso ele se apresentasse sob outro critério de ordenação como, por exemplo, a

⁹⁰ POMBO, Olga – Da enciclopédia ao hipertexto. [Consult. 8 Jun. 2008] Disponível em: [www:<URL:http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/cap1p2/genero.htm](http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/cap1p2/genero.htm).

ordem alfabética, sistema de arrumação que, dada a sua natureza, dispersa os assuntos com afinidades entre si.

O uso de um outro critério poderia concorrer para uma compilação de tipo inventário ou outro similar desvirtuando, nesta medida, a unidade semântica.

Importa referir que o facto de este modelo se servir, de forma implícita ou explícita de quadros epistemológicos, não convergia para a estagnação da apresentação do conhecimento. A dinâmica mental e social da época contribuía para que esses quadros se fossem alterando. Eles tinham de se adequar às necessidades da sociedade que, naturalmente, se caracteriza relativamente aos aspectos cognitivos, por ser mutável e efémera, contribuindo essencialmente, para tal situação, as transformações técnicas e culturais, que dão origem à emergência de novos saberes.

Para se adequar a estes novos paradigmas, a enciclopédia teve de se adaptar. Para isso, transformou os seus conteúdos, a sua estrutura e os seus propósitos procurando, deste modo, numa busca incessante, outros critérios que servissem de base aos recentes quadros epistemológicos, cujo objectivo último, como referimos, era dar resposta às novas exigências decorrentes dos comportamentos sociais, culturais e mentais que reflectiam, antes de mais, os novos paradigmas emergentes.

Outra característica da estrutura do conhecimento enciclopédico, era o facto de ela ser *hierárquica*. Esta característica esteve sempre presente na organização do conhecimento. Em todas as épocas observamos que se dá relevância a um ou mais saberes em detrimento de outros, de acordo com os valores e o pensamento do autor ou com a mentalidade do tempo.

A título de conclusão, podemos referir que o seu objectivo enquanto *género literário* se manifesta na síntese e na organização do conhecimento, de forma a proporcionar-lhe um acesso claro, preciso e actualizado. É neste sentido que entendemos que as enciclopédias são entidades dinâmicas e funcionais. O mesmo se observa nas classificações bibliográficas que, além de apresentarem esta característica em comum, em relação a este tipo de obras também são: exaustivas, selectivas e hierárquicas, tal como elas, constituindo-se neste sentido suas herdeiras, situação que iremos observar ao longo deste estudo.

1.1.2 A organização do conhecimento [Percurso histórico]

Passamos, de seguida a descrever e a analisar as diversas fases e características que este movimento assumiu ao longo dos tempos.

1.1.2.1 A organização do conhecimento na Antiguidade

Durante a Antiguidade, na maioria dos casos, a organização do conhecimento construía-se sem se dar grande relevância a planos de classificação prévios.

Apesar de encontrarmos reminiscências deste tipo de organização do conhecimento já no Antigo Egipto, na obra de Amenope (1250 a.C.), é nas Culturas clássicas⁹¹, cerca de 370 a.C., na Grécia e Roma, que primeiro aparece informação sobre a organização do conhecimento em forma de enciclopédia temática.

Na Grécia tardia, Speusipus (393-339 a.C.), autor grego, organizou por temas um conjunto de documentos relativos à História Natural, Matemática e Filosofia. As citações desta obra, encontradas em outros textos, levam-nos a concluir que ela exerceu uma influência significativa nos meios académicos de então e em períodos posteriores. Outros autores a considerar, no que se refere à organização dos saberes são Porfírio (c. 232 – c. 304), Varrão (Marcus Terentius Varro (116-27 a.C.), na Roma Antiga e Plínio (Caius Plinius Secundus (23/4-79)⁹².

⁹¹ O enciclopedismo desenvolveu-se em contextos escolares, tanto na Grécia Antiga como em Roma. Tinha como objectivo preservar as aulas dos professores. Sobretudo em Roma, tinha como propósito perpetuar o património cultural às gerações vindouras. Eram compilações sistemáticas do conhecimento, de autoria individual. Apresenta-se como exemplo desta ideia a obra de Varrão, que cobre as mais diversas áreas do conhecimento, entre as quais salientamos a história, matemática, filosofia, retórica... etc.

⁹² A obra de Plínio veio a servir de base ao enciclopedismo medieval. Ainda nos dias de hoje ela continua a ser uma referência no que diz respeito às áreas de escultura e pintura latinas. As informações, factos e curiosidades que apareceram registadas na sua obra, provêm de observações directas e de consultas feitas a obras de outros autores latinos e não latinos. Em suma, como características comuns ao enciclopedismo do Mundo Antigo, podem destacar-se as seguintes: eram obras de autores individuais; tinham como objectivo a formação educativa; tinham como público-alvo pessoas com um elevado nível de instrução que, para a época em causa, se restringia a uma elite e que apresentava características homogéneas.

É na obra de Plínio, *Naturalis Historia*, obra enciclopédica, que encontramos as primeiras tentativas de classificação. Com este autor a estrutura da organização do conhecimento assume, embora de forma incipiente, uma das particularidades mais relevantes, que a caracterizaria até à actualidade - a organização sistemática⁹⁴.

Cumprir referir que, na Antiguidade clássica, a organização do conhecimento antes de reflectir preocupações de natureza filosófica traduzia uma preocupação de natureza empírica. Nela enfatizavam-se os conteúdos de natureza prática, atribuindo-se especial relevância aos temas relacionados com a Geografia, a Medicina e a História.

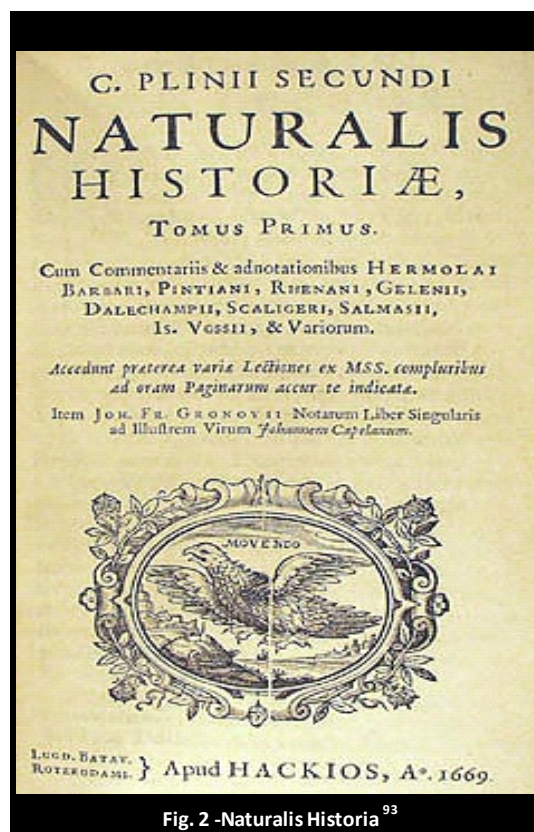


Fig. 2 - *Naturalis Historia*⁹³

O propósito da formalização do conhecimento em grandes obras enciclopédicas, não era propriamente a divulgação extensiva do conhecimento, porque eram poucos aqueles que então sabiam ler e escrever. Devido a tal circunstância, estas obras apenas chegavam a eruditos. Na maioria dos casos, eram elaboradas com o intuito de as oferecer a reis, pessoas poderosas ou a pessoas da própria família, com fins pedagógicos e didácticos⁹⁵.

⁹³ Ver: <http://www.w3c.it/talks/2009/storiaWeb/images/naturalisHistoria.jpg> [Consult. 2 Set. 2009]

Esta obra veio a servir de modelo para muitas outras, deste tipo, que se escreveram posteriormente.

⁹⁴ A sistematização desta obra manifesta-se no seguinte esquema: Cosmografia (Livro II), Geografia (III-VI), Zoologia e Botânica, incluindo as virtudes terapêuticas atribuídas aos animais e às plantas (VIII-XXXII), Mineralogia (XXXIII-XXXVII).

⁹⁵ Marcus Porcius Cato (234-149), mais conhecido como Catão, é um exemplo desta atitude. Numa obra que intitula *Libri ad Marcum filium*, (c. 183 a. C.) sistematizou um conjunto de informações sobre Agronomia, Medicina, Retórica e Guerra, para oferecer ao filho. Com esta obra,

Relativamente a este tipo de “sistematização” do conhecimento que se pauta por características funcionais, salientamos a obra de Varrão, pelo facto de esta apresentar particularidades práticas e utilitárias. Este autor produziu três obras, a saber: *Disciplinarum libri IX* (50 a.C.), *Antiquitates rerum humanarum et divinarum* e *Imagines*. Nestas, em particular na segunda, Varrão apresenta informações sobre a política, o povo romano, a geografia do espaço romano, a religião e o governo no Império Romano. Na obra *Imagines* apresenta, entre outros, temas que se encontram associados com as artes liberais e biografias de personagens gregas e romanas.

No quadro que se segue, pretendemos apresentar de forma sistemática as ideias que foram acabadas de expor:

Objectivos	- Organizar o conhecimento com o fim de o conservar e preservar - Divulgar a cultura da Antiguidade
Conteúdos	- Conhecimento universal (preferência de conteúdos relativos à prática)
Estrutura	- Hierárquica - Organização do conhecimento em áreas epistemológicas

Tabela 1. Movimento enciclopédico na Antiguidade Clássica

1.1.2.2 A organização do conhecimento na Idade Média

Seguimos este périplo da organização do conhecimento, com uma breve incursão na Idade Média.

No que respeita a este assunto, a Idade Média foi um período caracterizado por dois aspectos:

- pela compilação de compêndios e pela *Summae*;
- pela organização do conhecimento, em geral, segundo o *Trivium* e *Quadrivium*, que naquela época funcionava como uma classificação.

Marcus Porcius pretendia proporcionar ao filho um conjunto de informações práticas e úteis para a sua vida.

Neste período, a organização do conhecimento foi construída sob uma mentalidade teocêntrica. Podemos situá-lo em duas fases distintas.

A primeira, que corresponde à Alta Idade Média, foi caracterizada e dominada pela obra de Santo Agostinho (354-430), em especial por aquela que tem por título *De Doctrina Christiana*, que teve uma influência preponderante na cultura cristã medieval.

Ainda dentro da orientação cristã medieval, a par desta obra havia outras muito importantes; dada a sua enorme difusão e prestígio, pois eram consideradas obras fundamentais para muitos estudiosos e eruditos nessa época e em épocas posteriores, salientamos as obras de Cassiodoro (490-580) e as de Santo Isidoro de Sevilha (560-636).

Cassiodoro era um grande entusiasta de obras que tivessem o propósito de preservar o conhecimento e a cultura do seu tempo. Por isso, foi responsável por diversos trabalhos que tratavam temas gerais. De entre essas obras salientamos, a que foi publicada cerca do ano 551, que dá pelo título de *Institutiones divinarum et sæcularum litterarum*⁹⁷.

No início do século VII, o Bispo Isidoro de Sevilha organizou a obra *Etymologiarum sive Originum libri XX*⁹⁸.



Fig. 3 - *Institutiones divinarum et sæcularum litterarum*⁹⁶

⁹⁶ Ver: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/images/veado.jpg> [Consult. 12 Dez. 2009].

⁹⁷ Esta obra é composta por duas partes: a primeira debruça-se sobre as Sagradas Escrituras e a segunda sobre as sete Artes Liberais.

⁹⁸ Nesta obra, formada por vinte livros, são versados temas eclesiásticos e temas científicos como Matemática, Astronomia, Medicina, Anatomia humana, Zoologia, Geografia, Meteorologia, Geologia, Mineralogia, Botânica e Agricultura. Acrescem ainda a estes temas outros de natureza geral.

Importa referir que este autor, no Livro X, relativo à etimologia, já utiliza a ordem alfabética. A adoção de tal critério era pouco utilizada na disposição que era dada à organização dos saberes.

Inseridas no movimento escolástico da época, todas as obras que foram publicadas após Isidoro de Sevilha se encontravam imbuídas do espírito do tempo. Destas faz parte um conjunto de obras enciclopédicas que foram organizadas na segunda metade do século X, sob os auspícios de Constantino VII. Estas obras versavam assuntos de História, de Agricultura, de Medicina, de Veterinária, de Zoologia e de Direitos jurídicos.

Relativamente à Baixa Idade Média importa referir que, todas as actividades que foram desenvolvidas neste período serviram como alicerce ao novo movimento emergente – o Renascimento.

No que respeita à organização do conhecimento, salientam-se as *Summae* (Sumas) que eram “comentários” concisos e sistemáticos destinados a esclarecer um texto. Este género de literatura caracterizava-se por grandes sínteses que procuravam compreender a totalidade do saber⁹⁹.

Nos séculos XII e XIII, quando pela Europa Ocidental começaram a surgir as primeiras universidades, surgem também, em paralelo, as grandes obras de carácter enciclopédico, cujo objectivo era apoiar o ensino universitário.

Entre outros autores que se ocuparam da organização do conhecimento, na época considerada, destacamos as obras

*Eruditionis Didascalica*¹⁰¹, de Hugo de S. Victor (1096-1141) e a *Speculum Majus*¹⁰², do dominicano Vincent de Beauvais (1190-1264).



Fig. 4 - *Speculum Majus*¹⁰⁰

⁹⁹ Entre as Sumas teológicas e filosóficas destacam-se, pela sua excepcionalidade, a *Summa Theologica* e a *Summa contra gentiles* (Suma contra os pagãos e, em especial, os muçulmanos), de S. Tomás de Aquino.

¹⁰⁰ Ver: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/paginas/vbeauvais/speculum-maius.jpg> [Consult. 12 de Dez. 2009].

¹⁰¹ Esta obra, além de apresentar como inovação a organização do conhecimento assente na filosofia e não na teologia (como era natural na Idade Média), também introduz matérias relacionadas com a técnica, o que traduz a evolução científica e técnica emergente na Baixa

Na obra *Eruditionis Didascalica*, Hugo de S. Victor procura, dentro de um quadro epistemológico, estabelecer a relação entre as ciências e a filosofia. Para isso, procura desenhar uma classificação dos saberes, partindo não da Teologia mas da Filosofia. Dentro desta orientação, tenta ensaiar um modelo epistemológico classificatório segundo os diversos objectos e de acordo com os métodos das ciências e das artes.

A obra *Speculum Majus (Espelho Maior)* foi o principal compêndio usado na Idade Média. Tal como a obra de Hugo de S. Victor, esta pretendia também abarcar todo o conhecimento.

Esta obra monumental, elaborada entre 1250 e 1260, foi a maior obra de tipo enciclopédico que foi produzida até ao século XVIII.

Escrita originariamente em latim, no século XIV, foi, mais tarde, traduzida para francês, facto que revela a importância que ela assumiu, sobretudo no meio académico.

Após esta breve descrição podemos concluir que a organização do conhecimento na Idade Média obedeceu essencialmente a três pontos:

- 1) Uma concepção curricular, onde eram privilegiados os conteúdos e as questões pedagógicas. Este modelo de educação e ensino assentava essencialmente no *Trivium* e no *Quadrivium*, sistema que se impôs sobretudo nas Universidades medievais¹⁰³;

Idade Média. Este interesse apresenta-se numa parte da obra, a qual se designa - Filosofia mecânica. Neste capítulo estão representados os temas: lanifícios, balística, navegação, agricultura, caça e pesca, medicina, tecelagem e teatro. Cumpre referir que, nesta obra, o autor sistematiza a filosofia em quatro partes, a saber: *Filosofia Speculativa* (teórica); Filosofia prática ou activa; Filosofia *Mechanica* e Lógica ou *Sermonialis*.

¹⁰² Nesta obra o conhecimento encontra-se classificado em três partes: *Speculum naturale* (elencas todas as ciências e história natural conhecida na Europa Ocidental do século XIII, *Speculum doctrinale* (compilação de todo o saber escolástico da Idade Média); *Speculum historiale* (descreve a História do mundo desde a Criação até ao seu tempo e faz uma previsão do fim do mundo para o ano 2376). É-lhe ainda atribuída uma quarta parte, designada *Speculum morale* (apresenta uma selecção de textos de ética. Entre os autores que constituem esta suma destacam-se Aristóteles e S. Tomás de Aquino). No entanto, a sua autoria é questionada.

¹⁰³ Este sistema, que não era mais do que um plano de estudos, constava de sete disciplinas divididas em dois grupos: o *Trivium* (Lógica, Gramática e Retórica) e o *Quadrivium* (Aritmética, Música, Geometria e Astronomia). Pelo facto de ser constituído por sete disciplinas, também era conhecido pelas sete Artes Liberais. No mundo medieval, estas disciplinas eram consideradas, as indicadas para a formação do homem. Ao contrário das Artes mecânicas, caracterizadas por conterem disciplinas relacionadas com aspectos de natureza técnica, as Artes liberais caracterizavam-se por assentarem em pressupostos metafísicos e filosóficos.

- 2) Uma estrutura hierárquica, na qual cada disciplina tinha um lugar e uma função predeterminados, com base numa fundamentação teológica¹⁰⁴;
- 3) Características próprias do modelo de uma compilação¹⁰⁵.

Apesar de apresentar particularidades de natureza diversa, a organização do conhecimento, ao longo da Idade Média, tal como acontecera já durante a Idade Clássica, caracterizou-se pela funcionalidade.

Se na Idade Clássica se organizava o conhecimento com o intuito de preservar e de conservar as memórias do Mundo Antigo, na Idade Média a organização do conhecimento tinha como principal função garantir a moral e a religiosidade do Homem medieval. Para cumprir este propósito, a sua organização assentava na erudição que, na maioria dos casos, não ia além da compilação dos textos dos autores antigos. Este modelo apresentava, por um lado a vantagem de preservar os autores clássicos, por outro a desvantagem de o conhecimento se manter estagnado, não registando as transformações e inovações da actualidade, que se iam verificando à medida que o tempo passava.

A estas características acresce o facto de se tratar de uma sistematização que era orientada para os religiosos e, por essa razão, os textos serem escritos em latim.

Esta particularidade que foi assumida pela organização do conhecimento ao longo da Idade Clássica e Medieval - ser funcional (estar ao serviço de...) irá observar-se também na Idade Moderna (séc. XVI-XVIII).

¹⁰⁴ Bartholomaeus Anglicus (séc. XIII) *De proprietatibus rerum*. Nesta obra, o autor organizou o conhecimento partindo de dois planos, situados em níveis hierárquicos diferentes, a saber: Deus e o Homem. O criador e as coisas que criou - o metafísico e o material. Importa referir que os elementos que integram estes dois planos também se encontram ordenados hierarquicamente. De acordo com esta orientação encontrava-se já a obra de Cassiodoro (490-581), *De artibus ac disciplinis liberalium litterarum*. Nesta obra, onde se consagra o modelo que se adoptaria ao longo da Idade Média, como já referimos, o *Trivium* e o *Quadrivium*, o autor estrutura as sete Artes Liberais segundo uma organização hierárquica.

¹⁰⁵ Esta característica é apontada por Santo Agostinho. Este autor entende que deve ser reunida numa única obra toda a informação necessária para a interpretação e ensino dos textos sagrados. É neste sentido que a sua obra "enciclopédica" traduz todos os conhecimentos, desde os de natureza física (medicina, agricultura, geografia, etc.) aos que eram considerados na altura de natureza transcendental (astronomia, geometria, matemática, etc.).

Objectivos	- Organizar o conhecimento com fim pedagógico e didáctico (Escolástica) - Divulgação da Teologia e da Fé Cristã
Conteúdos	- Conhecimento universal (conteúdos teológicos)
Estrutura	- Hierárquica - Organização do conhecimento em áreas epistemológicas

Tabela 2. Movimento enciclopédico na Idade Média

1.1.2.3 A organização do conhecimento no Renascimento

Se na Idade Média a *organização* do saber se encontrava ao serviço de Deus e da Igreja, na Idade Moderna ela passou a estar ao serviço do Homem. Para isso, deixou de assumir uma atitude teocêntrica e passou a assumir uma atitude antropocêntrica.

Os interesses do Homem moderno são terrenos, pautam-se por características de natureza prática e factual. Com base nestes fundamentos, pretendia-se um tipo de ensino que respondesse às questões de uma sociedade laica. A Escolástica, que se impôs nas Universidades medievais e outras estruturas institucionais de ensino, vinculada essencialmente às Sagradas Escrituras e aos Padres da Igreja, é, no século XVI, substituída pelas obras dos autores clássicos e pelas de novos autores que vinculam o seu conhecimento à Razão e à Fé. A exegese dá lugar à livre interpretação dos textos.

Privilegiava-se o inédito e o diferente que emergia de uma forma voraz e alucinante. O conhecimento era na maioria dos casos, produto das descobertas portuguesas e espanholas¹⁰⁶, que abriram novos mundo ao mundo até então conhecido.

Emerge pela primeira vez o culto da curiosidade "científica" alicerçada no valor e na capacidade de interpretação do Homem e não de Deus.

É dentro desta conjuntura, laica e racionalista, que a organização do conhecimento se irá desenvolver.

¹⁰⁶ A viagem de Marco Polo ao Extremo-Oriente (1272-1295), a de Cristóvão Colombo à América (1492) e a de Vasco da Gama à Índia (1498).

No século XVI Rabelais introduz o termo *Enciclopédia* nas línguas nacionais.

O Homem renascentista pretende ser, ele próprio, a totalidade do conhecimento. Neste sentido, tenta abarcar todo o conhecimento possível: por um lado o saber já consolidado dos clássicos e árabes, por outro os novos saberes, que vão emergindo de uma forma exponencial mas desordenada.

Foi a simbiose deste conhecimento "híbrido", composto de novos e de velhos saberes, que os humanistas procuraram organizar.

A organização do conhecimento observada ao longo dos séculos XV e XVI, apesar de ser abundante, enferma por ser pouco rigorosa. O Homem sente-se perdido face ao volume excessivo e à grande diversidade de conhecimento produzido¹⁰⁷, não conseguindo encontrar critérios uniformes para o organizar.

Nesta tentativa de organização do conhecimento salientam-se os humanistas italianos: Domenico Bandini (1335-1418) com a obra *Fons memorabilium universi* e Giorgio Valla (1430-1500) com *De expetendis et fugiendis rebus*.

Mais do que uma sistematização propriamente dita, nestas obras observa-se a compilação de um conjunto de diversos conhecimentos entre os quais se destacam a Filosofia, a Física, a Metafísica, a Música, a Astrologia, a Política, a Moral, a Medicina, etc.

Ainda no século XVI, não podemos deixar de mencionar a obra *Dictionarium historicum, geographicum et poeticum* (1553), do humanista francês Charles Estienne (1504-1564).

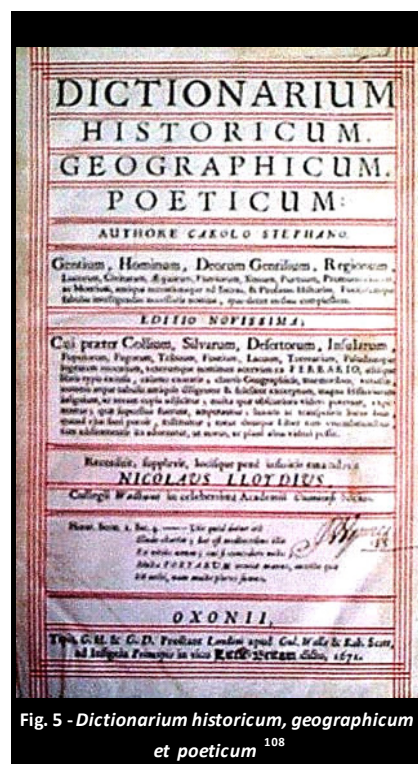


Fig. 5 - *Dictionarium historicum, geographicum et poeticum*¹⁰⁸

¹⁰⁷ Como temos referido ao longo deste excerto de texto, o Homem renascentista não só se preocupou em organizar os novos conhecimentos como em interpretá-los; numa tentativa de repor a *verdade* dos textos antigos, ele procura, nestes séculos, volta a ler os originais interpretando-os, agora, com base na Razão e validando esses saberes com o recurso à experiência.

¹⁰⁸ Ver: <http://chez.mana.pf/~sunset.tubuai/1671dictionarium.html> [Consult. 12 de Dez. 2009].

Outra obra a considerar também é o *Tradentis disciplinis* (1531), do humanista e pedagogo espanhol Juan Luís Vives (1492-1540)¹⁰⁹.

Embora a obra de Luís Vives apresente os conhecimentos desordenados, à semelhança das obras de outros humanistas, assume-se como uma das mais importantes dentro do enciclopedismo renascentista.

Na nossa perspectiva, apesar da notória ausência de critérios de que enferma a organização do saber na época renascentista, esta assumiu importância, na medida em que permitiu rectificar os erros que foram introduzidos pelos medievalistas nas Sumas elaboradas ao longo da Idade Média, sobretudo no que diz respeito aos textos da Antiguidade¹¹⁰.

Cumprir referir que, até finais do século XV, não era hábito elaborar sistemas para classificar as ciências, porque este objectivo não era considerado um fim em si mesmo; além disso, pesa também o facto de a maioria das ciências não se encontrarem definitivamente autonomizadas.

Objectivos	- Divulgar o conhecimento laico - Divulgar a cultura da Antiguidade
Conteúdos	- Conhecimento universal (construído com base na Razão e na Experiência)
Estrutura	- Hierárquica Organização do conhecimento em áreas epistemológicas (estrutura inconsistente)

Tabela 3. Movimento enciclopédico no Renascimento

1.1.2.4 A organização do conhecimento na Idade Moderna

No século XVII assiste-se à organização enciclopédica do conhecimento tal como a entendemos hoje. Às grandes compilações avulsas e dispersas do saber elaboradas no século precedente sucedem, agora, compilações

¹⁰⁹ Humanista espanhol, Juan Luís Vives é um homem do seu tempo. Embora tenha sido um preconizador das ideias aristotélico-tomistas, na sua obra observam-se características de um homem comprometido com os ideais humanistas. Foi um pensador que se preocupou com a educação do espírito mas que também não descurou os cuidados a ter com o corpo. Além disso, valorizou os métodos indutivos e experimentais como meios de atingir o conhecimento. Esta orientação é notória na obra *Tradentis disciplinis*, na qual apresenta um programa de estudos cujo conhecimento é estruturado segundo a observação dos factos e da razão.

¹¹⁰ Além disso, estes textos, que resultaram de uma nova sistematização, irão também conhecer novos públicos, pela primeira vez, graças ao aparecimento da imprensa.

sistemáticas, que se caracterizam por assentarem num princípio orientador comum e simultaneamente uniforme.

Foram introduzidos novos elementos epistemológicos e metodológicos na organização do conhecimento que concorreram, desta forma, para a sua nova estruturação. Partindo-se de critérios rigorosos e racionais, procedeu-se a uma *classificação* do saber.

Ao dogmatismo metafísico conducente a uma hierarquia de saberes fundada em bases teológicas, e que caracterizou a "sistematização" na Idade Média, sucede agora uma *sistematização* baseada em critérios lógicos, racionais e metodológicos, todavia, hierarquizada.

Deste modo e, tal como se tinha verificado nos séculos anteriores, também no século XVII, o interesse para sistematizar o saber, observou-se por parte de alguns filósofos; contudo, desta vez essa sistematização foi feita em moldes diferentes.

Expressão desta nova orientação epistemológica são as obras dos filósofos Johann Heinrich Alsted (1588-1638), *Encyclopaedia omnium scientiarum septem tomis distincta*, (1630), e de Juan Amós Coménio (1592-1670), *Pansophia* (1639), entre outras.

Todos estes autores, nas suas obras, tentaram organizar o conhecimento que se encontrava disperso, elaborar novos esquemas, enfim, unificar o conhecimento existente, conservando, todavia, a especificidade de cada ramo do saber. Este movimento de organização desenvolveu-se no sentido de perpetuar a especificação de cada saber. Ao mesmo tempo que se pretendia unificar o conhecimento, concorria-se de forma ingénuo e inconsciente, na nossa perspectiva, para a interdisciplinaridade.

Neste tipo de organização do conhecimento as preocupações assentavam indirectamente na sua centralização, porque como referimos, este apresentava-se fragmentada, umas vezes de forma implícita, outras de forma explícita.

Nesta perspectiva, assistimos a um empreendimento por parte de alguns autores, destinado a esbater as barreiras entre os ramos do saber. Neste percurso aproximavam-se os saberes pelas suas afinidades semânticas, preconizando, desta forma, a interdisciplinaridade. Ao mesmo tempo que os

identificavam, agrupavam-nos de forma sistemática, criando desta forma novos ramos do saber.

Na obra *Encyclopaedia omnium scientiarum septem tomis distincta*,¹¹¹ Alsted, imbuído de um espírito integrador e conciliador, procurou combinar, de forma pacífica, a cultura cristã com a cultura clássica. De acordo com esta orientação, colocou ao mesmo nível as ciências teóricas, as ciências práticas e as artes mecânicas. Revelando um espírito universal procurou organizar nela todas as áreas do conhecimento humano.

Importa referir que os primeiros quatro livros desta obra apresentam uma reflexão epistemológica na qual, entre outros temas, são abordados os que estão relacionados com a origem e a classificação das ciências.

Outro ponto inovador, no que se refere à organização dos saberes, que se inicia no século XVII e que se irá afirmar e consolidar no século seguinte é a adopção das línguas individuais na produção destas obras enciclopédicas.

Embora se tenham ainda publicado no início do século XVII algumas enciclopédias em latim, como a obra *Idea methodica* (1606), de Mathias Martini, na qual se aborda a classificação do conhecimento, e a obra *Anatomia ingeniorum et scientiarum* (1614) de Antonio Zara (1574-1621), a partir dos meados do século assistiu-se ao início da produção deste tipo de obras nas línguas nacionais; simultaneamente a apresentação dos esquemas temáticos e os respectivos assuntos passam a ser sujeitos à ordenação alfabética.

Das primeiras obras a serem produzidas neste novo modelo destacamos o *Grand dictionnaire historique, généalogique, géographique, etc...*, (1674), organizado por Louis Moréri, o *Le dictionnaire universel des arts et sciences* (1694), encomendado pela Academia das Ciências de Paris e, sob a direcção de Thomas Corneille é publicado o *Dictionnaire historique et critique* (1697), organizado sob a responsabilidade de Pierre Bayle¹¹².

¹¹¹ Esta obra é composta por 35 volumes, divididos em sete partes. Na primeira parte (4 primeiros livros), Alsted apresenta um estudo introdutório de natureza epistemológica sobre a ciência. Nas outras três partes apresenta todos os ramos do conhecimento. Em primeiro lugar apresenta a Filologia, que integra as disciplinas do *Trivium*; segue-se a Filosofia teórica, que integra, por sua vez as disciplinas do *Quadrivium*, e outras disciplinas. Segue-se a Filosofia prática, que engloba um conjunto exaustivo de disciplinas de natureza diversa, mas cujo denominador comum a todas elas, é o aspecto empírico.

¹¹² Esta última obra teve uma grande repercussão na Europa e teve também uma enorme influência na produção da *Encyclopédie* de Diderot e de D'Alembert. Por seu lado, a obra de Moréri, foi aquela que mais se divulgou na Europa; até ao final do século foi editada seis vezes,

Após esta exposição, podemos concluir que, se o Renascimento se viu confrontado com uma grande quantidade de informação avulsa, uma herdada e outra inédita, para a qual teve dificuldade em construir técnicas e esquemas de classificação, o século XVII caracterizou-se sobretudo pelas experiências e estudos efectuados para uma possível construção de um modelo de classificação do conhecimento.

Tal situação concorre para que possamos afirmar que, nos séculos XVI e XVII, a organização do conhecimento não passou de um projecto que foi umas vezes melhor desenhado do que outras.

No que diz respeito à organização do conhecimento, o século XVIII, traz consigo a afirmação e a consolidação de dois critérios que já tinham sido introduzidos no século XVII. Por um lado, a consolidação e a valorização das línguas individuais no mundo científico e filosófico em detrimento do latim, facto que concorre para uma maior divulgação do conhecimento universal, na medida em que este tipo de obras começa a ser consumido por todos aqueles que sabem ler a sua língua e não por um pequeno grupo de eruditos, na maioria dos casos eclesiásticos. A adopção das línguas individuais também concorre para que a produção científica e académica se dissocie e corte o cordão umbilical com o poder e a produção eclesiástica, que também usava o latim, ao tempo a língua oficial.

Por outro lado, assiste-se à afirmação e consolidação da ordem alfabética em detrimento da organização disciplinar do conhecimento, critério que tinha sido usado até então.

Este novo modelo de organização do conhecimento vai ao encontro da mentalidade e da sensibilidade deste século.

Se é um facto que, a introdução da ordem alfabética concorre para um acesso mais rápido e linear à informação, é também uma evidência que esta nova ordem contribui para a desestruturação do mundo disciplinar que se tinha instituído e consolidado na Idade Média e que, chegou até à Idade Moderna constituindo, na nossa perspectiva, uma ordem sagrada do mundo cognitivo.

tendo também sido traduzida para inglês. Em relação às outras obras produzidas, apresentava a particularidade de introduzir dados geográficos e biográficos.

Mais uma vez, a organização do conhecimento teve de se ajustar às novas realidades dos quadros mentais. Para isso, a apresentação sistemática por assunto é preterida em relação à apresentação por ordem alfabética. Concordamos com Olga Pombo, quando ela se refere a esta situação. Fá-lo nos seguintes termos: *Ela ajusta-se ao mundo dessacralizado com que o século XVIII se confronta*.¹¹³

A adopção desta nova concepção na organização dos saberes concorreu para que a organização do conhecimento, em termos formais, se aproximasse da de um dicionário.

Entre as obras publicadas de acordo com este novo conceito destacamos o *Dictionnaire des arts et des sciences* (1694), de Theodore Corneille (1606-1684), elaborado a pedido da Academia das Ciências de Paris, e o *Lexicon thecnicum or a Universal English dictionary of the arts and sciences* (1704-1710), de John Harris¹¹⁴, que foi encomendado pela Royal Society of London. Apesar de a primeira ter sido ainda publicada nos finais do século XVII, estas duas obras assumiram-se como as grandes obras nas quais a organização dos saberes se efectuou com bases nos dois princípios enunciados:

- o conhecimento aparecia disposto sob apresentação alfabética;
- o conhecimento encontrava-se registado nas línguas nacionais, caso vertente em francês e em inglês, respectivamente.

O século XVIII assume-se como o corolário do enciclopedismo. Expressão desta afirmação é a publicação de duas grandes obras: a *Cyclopaedia or an General dictionary of Arts and Sciences* (1728)¹¹⁵, de Ephraim Chambers (1680-1740) e a *Encyclopédie*, de Diderot e de D'Alembert.

No que concerne à obra *Cyclopaedia or a General dictionary of Arts and Sciences*, esta é apresentada como uma obra original, na medida em que o

¹¹³ POMBO, Olga - O século de ouro do enciclopedismo. [Consult. 8 Jun. 2008]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/cap2p4/secour.htm>.

¹¹⁴ John Harris foi o primeiro autor a organizar uma enciclopédia em inglês.

¹¹⁵ Relativamente à *Cyclopaedia or a General dictionary of Arts and Sciences*. Nesta obra as entradas apresentam-se sob ordenação alfabética. Acresce referir que ela influenciou a *Encyclopédie* de Diderot e de D'Alembert, pelo facto de ter sido proposto a Diderot que a traduzisse.

seu autor constrói uma teia de referências entre as entradas, que vão do geral para o particular, concorrendo, desta forma, para a unidade. Usando este expediente, o autor tenta dar uma ordem lógica e unitária aos assuntos nela tratados e que foram dispersos, naturalmente, pela ordem alfabética.

Esta obra seguiu a mesma orientação adoptada pelo *Lexicon thecnicum or a Universal English dictionary of the arts and sciences*, que tem como particularidades o facto de ser escrita em inglês, não fazer referência a biografias e favorecer todas as informações sobre ciências, artes e aquelas que estão relacionadas com o pensamento clássico e contemporâneo¹¹⁶.

Cumprir referir que, esta obra, no que diz respeito à sua organização, apresenta dois quadros de classificação das ciências. Um deles caracteriza-se por ser breve e nele poderem observar-se influências da classificação de Francis Bacon. O outro quadro que é, no essencial, a base desta obra, caracteriza-se pela evidente influência aristotélica e por ser mais extenso.

Sob a orientação de Denis Diderot (1713-1784) e de Jean Baptiste le Rond D'Alembert (1717-1783), foi publicado em Paris, em 1751, o primeiro volume da *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Esta obra que, originalmente, tinha começado por ser uma tradução das obras *Lexicon technicum*, de John Harris e *Cyclopædia*, de Chambers, seguiu uma trajectória diferente daquela que se tinha projectado inicialmente, acabando por ser uma nova obra alicerçada em novos conceitos.

A maior das obras inseridas neste movimento foi, sem dúvida, a *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*,

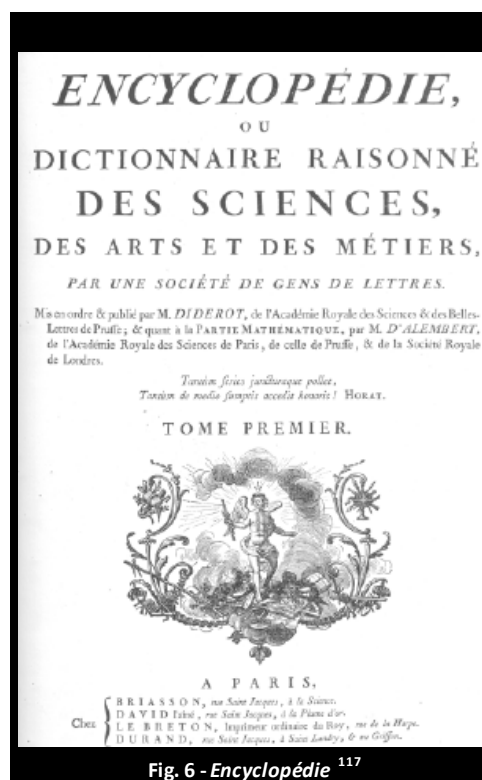


Fig. 6 - Encyclopédie¹¹⁷

¹¹⁶ Note-se que a *Encyclopaedia Britannica* (1768-1771) adoptou este modelo.

¹¹⁷ Ver: <http://clionauta.files.wordpress.com/2010/01/encyclopedia.jpg> [Consult. 12 Dez. 2009].

de Diderot e de D'Alembert, cujos últimos volumes foram publicados em 1772. Durante o período em que foi publicada, assumiu-se como o expoente máximo da organização do conhecimento.

O impacto desta obra na época foi imenso, graças aos temas que abordava e à forma como o fazia. De entre eles salientamos os temas sociais, os económicos, os políticos, os jurídicos e os teológicos.

A *Encyclopédie* foi considerada nos meios académicos e culturais, do tempo, como o baluarte do movimento iluminista na Europa.

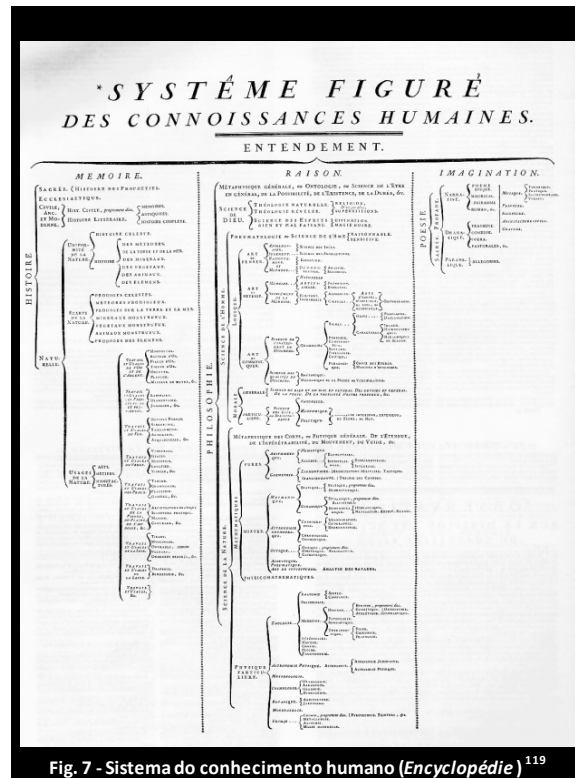
Era composta por uma taxonomia do conhecimento humano inspirada na obra de Bacon *Advancement of knowledge*. Devido a esta circunstância, o conhecimento apresentava-se dividido em três ramos: Memória, Razão e Imaginação. Estes ramos encontravam-se depois subdivididos em outros ramos do saber, como poderá observar-se na figura que apresentamos.

Neste esquema, que é o reflexo da mentalidade da época, a Religião aparece integrada na categoria da *Razão*, mais concretamente na parte relativa à Ciência de Deus¹¹⁸. Por curiosidade refira-se que, na mesma "subcategoria" também se encontra integrada a Magia Negra.

De uma forma geral, o princípio que estava subjacente a estas classificações assentava em divisões que se encontravam subordinadas umas às outras, tal como se observava nas classificações taxonómicas. Este tipo de classificação, construído com base nesta estrutura, foi o modelo que se impôs para organizar o conhecimento.

¹¹⁸ A propósito referir-se-á que, o facto de a religião aparecer subordinada a uma capacidade do Homem, provocou alguns problemas na época.

Nos séculos XIX e XX continua a tendência para organizar o conhecimento universal e para o publicar em grandes obras enciclopédicas ou em forma de verbetes, nos quais eles se encontravam organizados por ordem alfabética. Muitas destas obras de tipo enciclopédico já obedeciam a um plano prévio, no qual se encontravam desenhados os conteúdos que iriam compor a obra, assim como a ordem que eles assumiriam uns em relação aos outros. Exemplo desta orientação é a *Encyclopédie*.



Dentro desta linha, foi no século XIX que se construíram as primeiras classificações bibliográficas de tipo enciclopédico, de entre as quais salientamos a Classificação Decimal Universal.

Objectivos	- Divulgação do conhecimento laico. Difusão junto de todos os cidadãos: emprego das línguas nacionais
Conteúdos	- Conhecimento universal (construído com base na Razão e na Experiência)
Estrutura	- Hierárquica Organização do conhecimento em áreas epistemológicas (estrutura inconsistente) - Ordenação alfabética.

Tabela 4. Movimento enciclopédico na Idade Moderna

¹¹⁹ Ver: <http://aix1.uottawa.ca/~sperrier/europe/cours9/images/tree.french.jpg> [Consult. 12 Dez. 2009].

A título de síntese, apresentamos os seguintes pontos conclusivos:

Interessa referir que toda a organização do conhecimento tinha subjacente uma estrutura hierárquica mais ou menos vincada. Ao longo dos períodos considerados, observamos saberes que são ou subordinantes ou subordinados em relação a outros, de acordo, naturalmente, com as mentalidades que eram as vigentes na época.

A estrutura hierárquica considerada em si mesma, foi uma característica irrefutável que se manifestou, de uma forma implícita e/ou explícita, na apresentação dos saberes dentro de uma estrutura lógica e organizada de acordo com os valores da época à qual se refere. É neste sentido, por exemplo, que observamos a Teologia na Idade Média ser considerada o topo numa escala hierárquica, e na Idade Moderna a mesma disciplina aparecer subordinada à Razão. As classificações bibliográficas, embora partam de princípios de natureza diversa, de natureza lógica - também apresentam uma estrutura vincadamente hierárquica.

No que respeita à organização do conhecimento enciclopédico, será de referir que lhe subjazem critérios definidos *a priori*, que se assumem como coordenadas de referência servindo para individualizar e identificar com precisão, as várias tipologias relativas à organização do conhecimento ao longo dos tempos.

As classificações bibliográficas também foram construídas partindo de princípios considerados *a priori*. Este princípio salienta-se pela relevância conceptual e porque é considerado um eixo estruturante. Por exemplo na Classificação Decimal Universal, a um assunto corresponde sempre o mesmo código na respectiva tabela de classificação, sendo este determinado, *a priori*, independentemente de um documento.

Para concluir esta breve síntese, cumpre referir que, tal como aconteceu com o movimento enciclopedista, as classificações bibliográficas souberam interagir com a dinâmica social, o que se traduziu, na prática, por se adaptarem às novas realidades emergentes, como iremos comprovar na segunda parte deste trabalho.

No quadro que apresentamos de seguida, pretendemos estabelecer uma melhor visualização das afinidades existentes entre as principais

características que pautaram este movimento e as principais características das classificações bibliográficas.

Enciclopedismo		Classificações bibliográficas
Objectivos	Organização do conhecimento	Organização do conhecimento
Conteúdos	Representação do conhecimento universal	Representação do conhecimento universal
Estrutura	- Sistemas epistemológicos (até à Idade Moderna) - Alfabética e em sistemas epistemológicos	- Sistemas epistemológicos

Tabela 5. Afinidades entre o movimento enciclopédico e as classificações bibliográficas

1.2 A organização do conhecimento [Segundo o critério da sistematização]

Neste ponto por uma questão de consistência conceptual iremos utilizar a designação classificação do conhecimento em vez de organização do conhecimento. Esta circunstância prende-se com o facto de este tipo de organização se alicerçar, embora de forma embrionária, em quadros classificatórios.

Ao longo da história do conhecimento e, no que se refere à sua formalização em termos de organização, observamos que a sistematização foi uma actividade que esteve sempre presente nas preocupações culturais e científicas. Isto é, assistimos sempre à construção de sistemas, que consiste na disposição de forma estruturada dos elementos que constituem um conjunto, com o fim de formarem um todo organizado. Os elementos que formam essa estrutura são interdependentes na sua formação e obedecem a um critério único, de aplicação metódica, como um todo.

Desde sempre se assistiu a uma pretensão de sistematizar o conhecimento. O movimento de tipo enciclopédico a que fizemos referência no ponto anterior surge como uma das primeiras formas arcaicas de o sistematizar. Em paralelo com ele, a partir do século XVI, começam as primeiras tentativas de classificar as ciências, baseadas em critérios de natureza sistemática e científica.

Com a introdução deste ponto pretendemos apresentar os primeiros esquemas formais da classificação do saber, conhecer e analisar as suas estruturas e as suas características. Este ponto, tal como o anterior (1.1), assume no estudo do tema em análise um grande interesse, pelo facto de ter vindo a influenciar a construção dos planos de classificação bibliográfica.

Para dar cumprimento a este propósito iremos basear-nos em argumentos de carácter filosófico ou científico que marcaram uma posição irrefutável, ao longo dos tempos, relativamente à classificação do conhecimento.

Apesar de neste ponto colocarmos a ênfase na classificação das ciências, todavia, nos pontos (1.2.1; 1.2.2; 1.2.3) falamos em classificação do conhecimento e não em classificação das ciências. Esta circunstância prende-se com o facto, de nos períodos aos quais se referem os pontos que mencionamos, a ciência ainda não se considerar na acepção que teve a partir do século XVII. Independentemente desta situação, não obstante, ao longo dos períodos considerados, observou-se a vontade e a tentativa de se construírem planos para sistematizar o conhecimento.

1.2.1 A classificação do conhecimento [Percurso histórico]

Ao longo deste percurso propomo-nos analisar a obra e o pensamento de alguns autores que entendemos terem influenciado, de forma directa e indirecta, a construção das primeiras classificações bibliográficas de tipo enciclopédico como a Classificação Bibliográfica Universal.

1.2.1.1 A classificação do conhecimento na Antiguidade

Na Antiguidade clássica as classificações propostas tinham como objectivo a classificação do conhecimento, e não a das ciências na verdadeira acepção da palavra.

Deste modo, as classificações propostas para a organização do conhecimento tinham como pressupostos princípios filosóficos.

Platão (428/427 a. C - 348/347 a. C) foi o primeiro filósofo a classificar o conhecimento humano segundo bases filosóficas. Dividiu-o em três partes: Física, Ética, Lógica.

Aristóteles (384 a. C - 322 a. C), filósofo grego, contribuiu com os seus princípios filosóficos para a classificação do conhecimento no Ocidente durante mais de dois mil anos e foi o primeiro filósofo a debruçar-se sobre a classificação das ciências.

Os seus fundamentos filosóficos em obras posteriores, no que respeita à classificação das ciências, serão notórios em autores como: Roger Bacon (1214?-1294)¹²⁰, Descartes (1596-1650)¹²¹, Comte (1798-1857)¹²², Spencer (1820-1903)¹²³ e Bliss (1870-1955)¹²⁴, entre outros. Todos estes autores seguiram a proposta aristotélica na classificação que propuseram para o conhecimento.

Partindo do princípio de qual é o fim das ciências, Aristóteles dividiu-as baseando-se nas três operações básicas do Homem, a saber: pensar, agir e produzir. Tendo como alicerces estas três faculdades, divide-as em: ciências teóricas, ciências práticas e ciências produtivas ou poéticas.

Às ciências teóricas (Moral, Ética, Economia e Política) estava destinado contemplar a verdade; às ciências práticas (Matemática, Física e Filosofia) competia determinarem as regras através das quais se devem reger os actos humanos e às ciências produtivas (Poética, Retórica e Dialéctica), competia indicarem os meios a empregar na produção das obras exteriores.

Segundo Lahr¹²⁵, entre outras críticas, esta divisão enferma, por um lado, por dar pouca relevância às ciências contemplativas e omitir a História, por outro, pelo facto de as três faculdades: pensar, agir e produzir se relacionarem de forma intrínseca umas com as outras e, deste modo, não deixarem espaço para uma classificação.

¹²⁰ Gramática e Lógica; Matemática, Física, Metafísica e moral e, Teologia.

¹²¹ Lógica; Matemática, Filosofia, Medicina, Ciências Mecânicas e Ética.

¹²² Matemática, astronomia, Física, Química, Filosofia e Sociologia.

¹²³ Ciência abstracta (Lógica, Matemática), Ciência abstracta-concreta (Mecânica, Física, Química), Ciência concreta (Astronomia, Geologia, Biologia, Psicologia e Sociologia).

¹²⁴ Ciências abstractas, Ciências naturais, Ciências físicas, Ciências astronómicas, Ciências biológicas, Ciências antropológicas.

¹²⁵ LAHR, C. - *Manual de Filosofia: resumido e adaptado do "Cours de Philosophie"*. P. 344.

Apesar das críticas que lhe foram feitas, esta divisão das ciências veio a influenciar as obras de Juan Huarte (1535-1592), Francis Bacon (1561-1628) e a própria *Encyclopédie*.

Ainda na Antiguidade, é de salientar a classificação binária de Porfírio. Tal como referimos no ponto anterior, mais do que uma classificação, o sistema de Porfírio assume-se como a demonstração ténue da técnica de uma classificação. Como observámos, esta técnica, no essencial, traduz-se na relação inversa da ideia de extensão e da de compreensão.

1.2.1.2 A classificação do conhecimento na Idade Média

Relativamente à Idade Média, a divisão do conhecimento pautou-se pela existência de um modelo que dominou todo o Ocidente cristão. Foi o modelo escolástico de Cassiodoro (490-581), designado por *Trivium* e *Quadrivium*. Este modelo de classificação do conhecimento baseou-se nas Sete Artes Liberais¹²⁶, de Martius Capella (439). Talvez mais do que um quadro classificatório, este tenha sido um quadro construído com o fim de dividir e não de classificar. No entanto, entendemos que seria legítimo fazer-lhe uma referência neste ponto, porque, na prática, ele apresenta-se como uma verdadeira classificação do conhecimento usado como plano de estudos nas Universidades da Idade Média, e veio a ter uma forte influência em outros sistemas filosóficos de classificação posteriores. São exemplo desta influência a obra de Konrad Gessner (1516-65) e a de Francis Bacon (1561-1626).

¹²⁶ Das sete Artes Liberais faziam parte: a Gramática, a Dialéctica, a Retórica, a Geometria, a Astronomia, a Música e a Aritmética.

1.2.1.3 A classificação do conhecimento no Renascimento

Em relação a este período, no que respeita à classificação do conhecimento, no final do século XV, importa referir a obra do humanista florentino Angelo Poliziano (1454-1494) *Panepistemon*¹²⁸ (1495).

Nesta obra, Poliziano estabelece um sistema classificatório para o conhecimento, no qual, segundo Ingetraut Dahlberg, apresenta, de forma esquemática, as relações entre as ciências ou áreas do conhecimento. Segundo a mesma autora, foi com este texto que [...] *foi iniciado o "movimento" de elaboração de sistemas de classificação*¹²⁹.

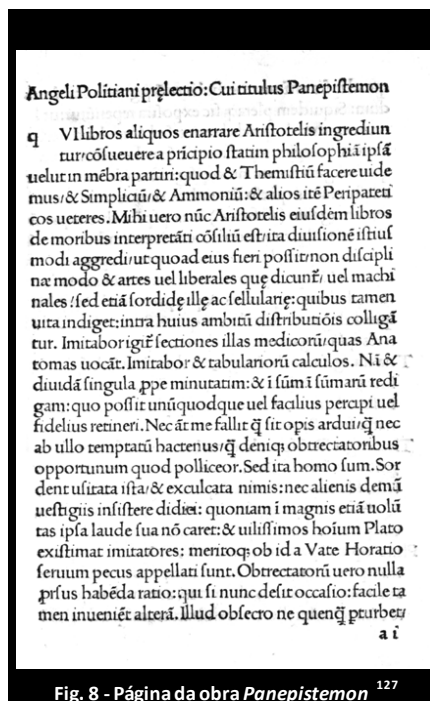


Fig. 8 - Página da obra *Panepistemon*¹²⁷

Cabe aqui referir que, no Renascimento, se esgotava em si próprio o princípio que era determinado para servir de base à sistematização. Apesar de algumas experiências pontuais observadas no século XVI, não era usual construir-se sistemas de classificação nos quais se apresentassem as relações entre as várias áreas do conhecimento.

De uma forma geral ao longo deste período, procuravam-se esquemas classificatórios que permitissem fazer a classificação de todos os domínios do saber de uma forma autónoma, sem que houvesse possibilidades da existência de qualquer tipo de relações entre as respectivas áreas. Uma ciência poderia apenas ocupar um único lugar dentro de um dado esquema global. O contrário era considerado uma "heresia" científica. Admitir as possíveis relações que se poderiam estabelecer entre os distintos ramos do

¹²⁷ Ver:

http://www.library.illinois.edu/rbx/exhibitions/Florentine%20Printing/POLIZIANOPANEPISTEMON_001.GIF [Consult. 10 Dez. 2009].

¹²⁸ Nesta obra o autor agrupou as ciências em três áreas, a saber: Teologia, Filosofia e Adivinhação. Subdividiu a Filosofia também em três partes: Teorética, Prática e Racional. Da Filosofia faziam parte a Gramática, a História, a Lógica, a Retórica e a Poética.

¹²⁹ DAHLBERG, Ingetraut - Teoria da classificação, ontem e hoje. [Consult. 28 Mai. 2009]. Disponível em WWW: <URL: http://.conexario.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm>.

saber ou as perspectivas sob as quais poderia ser considerada uma determinada área, era algo impensável na época.

Esta posição determinista quanto ao espaço que uma certa área do saber poderia ocupar num esquema de classificação, manifesta-se nas obras de Mário Nizolio e de Juan Huarte, ambas publicadas na segunda metade do século XVI. Ao conceberem um plano classificatório para os saberes, os dois autores não consideram as suas relações.

Juan Huarte, que é considerado o precursor do cartesianismo e do cognitivismo, na obra *Examen de ingenios* (1575), entre outros temas, desenvolveu metodologicamente uma sistematização enciclopédica da classificação dos saberes. Nela apresenta uma distinção inequívoca dos diferentes ramos de cada saber. De acordo com esta distinção cada ramo assenta numa faculdade humana diferente. Nesta obra, no capítulo XII, ele apresenta esta ideia nos seguintes termos:



Fig. 9 - Portada da obra: *Examen de ingenios*¹³⁰

Esta mesma diferencia hay entre el teólogo escolástico y el positivo: que el uno sabe la razón de lo que toca a su facultad; y el otro las proposiciones averiguadas y no más [...] ¹³¹.

No corpo deste mesmo capítulo, distingue a teologia positiva da teologia escolástica argumentando o seguinte:

¹³⁰ Ver: http://cvc.cervantes.es/img/conjuro_libros/09_examen_ingenios01_600.jpg [Consult. 20 Nov. 2009].

¹³¹ HUARTE DE SAN JUAN, Juan – *Examen de ingenios para las ciencias*. 1989. (Facs. De 1594). Capítulo XII. [Consult. 12 Jan. 2008]. Disponível em WWW: <URL: <http://.books.google.pt/>>.

[...] *la teórica de la teologia pertenece al entendimiento y el predicar, que es su práctica, a la imaginativa*¹³².

Se no capítulo XII separa o Direito teórico do Direito prático, no capítulo XIV, divide a Medicina em duas partes: Medicina teórica e Medicina prática.

O autor justifica as outras duas divisões com razões análogas às que foram invocadas para a Teologia.

Terminamos este ponto com a referência a Konrad Gessner (1516-1565), naturalista e bibliófilo que, com a sua obra *Bibliotheca Universalis* (1545), trouxe um decisivo contributo à história das classificações.

Este autor, num suplemento à referida obra chamado *Pandectarium sive partitionum universalis*, classificou por assunto os livros que compunham a obra *Bibliotheca Universalis*.

Apesar de ser uma classificação para livros de uma bibliografia impressa e não para uma colecção de obras de uma biblioteca, não deixa, contudo, de ser a primeira tentativa para organizar de forma metódica os livros. Por isso se reconhece este sistema como o primeiro esquema de classificação bibliográfico.



Fig. 10 - Portada da obra: *Bibliotheca Universalis*¹³³

¹³² *Ibidem*

¹³³ Ver: <http://www.ngzh.ch/Nj1966.gif> [Consult. 21 Nov. 2009].

1.2.1.4 A classificação do conhecimento na Idade Moderna: a classificação das ciências

A idade Moderna trouxe consigo uma nova forma de classificar o conhecimento, que foi a classificação das ciências.

Uma das primeiras classificações de relevo a considerar nesta época é a de Francis Bacon. A sua importância e o seu destaque devem-se à influência que veio assumir noutras classificações que foram elaboradas posteriormente.

Bacon, partindo de um pressuposto subjectivo na orientação aristotélica, classifica as ciências de acordo com as três faculdades intelectuais do Homem. Assim, segundo esta orientação, no II Livro *De dignitate et augmentis scientiarum*¹³⁵, na primeira parte, denominada *Partitiones scientiarum*, Bacon apresentou o seguinte plano: as Ciências da Memória, as Ciências da Imaginação e as Ciências da Razão.

À Memória correspondia a História (História natural, História civil e História sagrada), à Imaginação a Poesia (épica, dramática e alegórica) e à Razão a Filosofia (cujo objecto de estudo são Deus, o Homem e a Natureza). Esta classificação é expressa pelo autor no seguinte excerto:

*Partitio universalis doctrinae humanae, in Historiam, Poesim, Philosophiam, secundum tres intellectus facultates, Memoriam, Phantasiam, Rationem [...]*¹³⁶.

Esta classificação, tal como acontecia com aquela que fora proposta por Aristóteles, segundo alguns autores não distingue suficientemente as duas

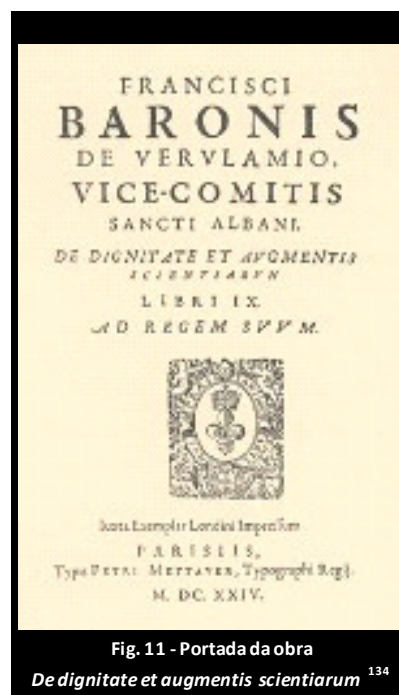


Fig. 11 - Portada da obra *De dignitate et augmentis scientiarum*¹³⁴

¹³⁴ Ver:

http://www.library.dal.ca/duasc/Bacon/images/thumbnails/G130_DeAugmentisScientiarum_1stParisEd.jpg [Consult. 15 Dez. 2009]

¹³⁵ Este texto é o primeiro da obra *Instauratio magna*.

¹³⁶ BACON, Francis - *De dignitate et augmentis scientiarum*. 1645. P. 121.

ciências em termos de classificação, por aproximar a História civil da História natural, já que entre as duas não há analogia possível¹³⁷.

Esta preocupação de sistematizar e de construir um “esquema” hierárquico do conhecimento encontra-se também na obra do mesmo autor, *Novum organum sive Indicia de interpretatione naturae* (1620). Nela, Bacon expõe o método indutivo e estabelece as relações hierárquicas que os saberes devem ter uns em relação aos outros. Expressão desta ideia é o que pode ler-se na seguinte passagem da referida obra:

[...] *a esas dos ciencias teóricas estarán subordinadas dos ciencias prácticas: á la física, la mecânica; á la metafísica, la magia [...]*¹³⁸.

Bacon pretendia que todas as informações que estão apresentadas nas suas obras fossem sujeitas a rigorosos critérios científicos. O seu grande projecto era construir uma enciclopédia, na qual o conhecimento humano se encontrasse estruturado em três partes: uma sobre a Natureza, outra sobre o Homem e uma terceira sobre a acção do Homem na Natureza; todavia, este seu projecto nunca foi concluído.

Outra obra que importa referir a propósito do tema em análise é a de Juan Amós Coménio *Pantaxia* ou *Universalis Sapientia*¹³⁹. Nesta obra é apresentado um plano sistemático das diferentes ciências e a relação que se estabelece entre elas. Começa por apresentar as Ciências da natureza, seguindo-se as Ciências humanas, a Filosofia, e finaliza o seu esquema com a Teologia.

Nos séculos XVII e XVIII, apesar de se terem observado algumas alterações à rigidez dos esquemas de sistematização, que se traduziram no facto de se considerarem as relações entre vários domínios, predominava o princípio da exclusividade baseada no determinismo. De acordo com ele, um dado domínio do conhecimento só podia ser classificado numa única área, sendo-lhe interdita a relação com outros domínios.

¹³⁷ LAHR, C. - *Manual de Filosofia: resumido e adaptado do "Cours de Philosophie"*. P. 344.

¹³⁸ BACON, Francis - *Nuevo órgano*. 1892. P. 18-19.

¹³⁹ Esta obra divide o mundo hierarquicamente em oito níveis: o Possível, o Ideal, o Inteligível, o Natural, o Artificial, o Moral, o Espiritual e o Eterno.

Entre os opositores à ideia de monohierarquia, no século XVIII, encontramos, entre outros percursores, André-Marie Ampère (1707-1788).

Ampère, na sua classificação das ciências, ao contrário de Bacon, parte de um pressuposto objectivo, facto que concorre para que a sua classificação adquira características científicas. Partindo de dois princípios: matéria e espírito, divide as Ciências em Ciências cosmológicas e em Ciências noológicas ou Ciências do mundo espiritual¹⁴⁰.

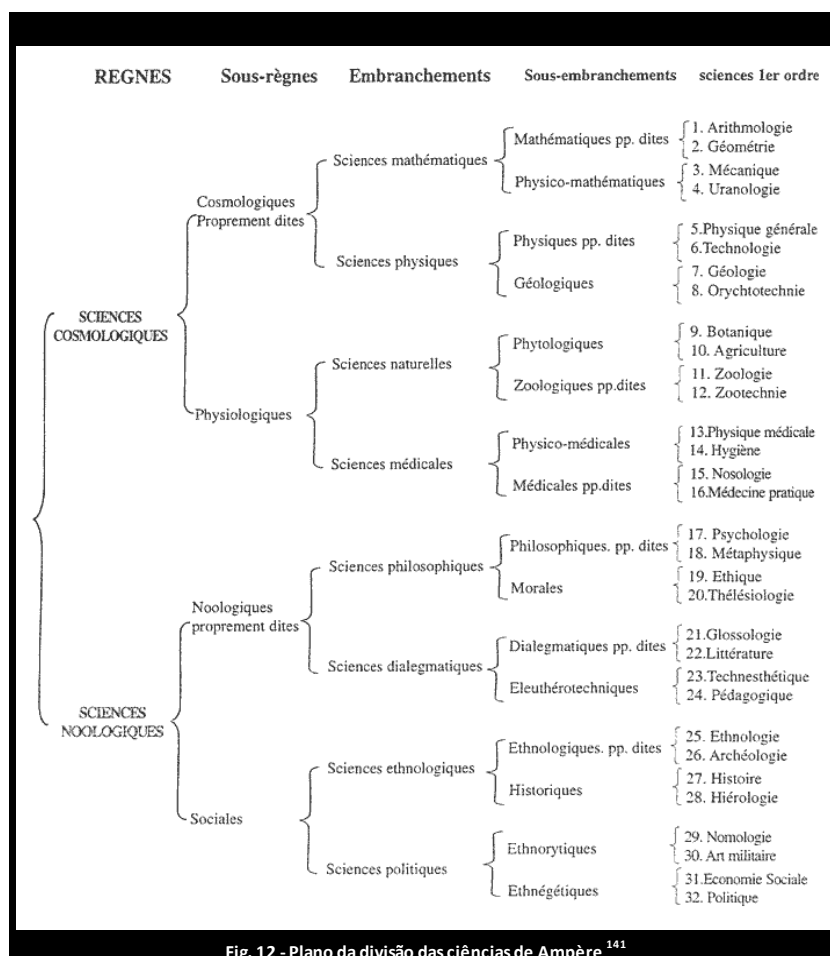


Fig. 12 - Plano da divisão das ciências de Ampère¹⁴¹

¹⁴⁰ As ciências cosmológicas propriamente ditas correspondem à matéria inorgânica e podem ser consideradas abstractas, como a matemática, ou concretas, como a física. As ciências fisiológicas correspondem à matéria orgânica, destas fazem parte outros dois tipos de ciências: as ciências médicas e as ciências naturais. As ciências noológicas dividem-se em Ciências noológicas propriamente ditas, tais como as Ciências filosóficas e as Ciências dialogmáticas (como, por exemplo, a linguística); estas Ciências integram ainda as Ciências sociais que, por sua vez, se dividem em Ciências políticas e Ciências etnológicas.

¹⁴¹ Ver: <http://www.sabix.org/bulletin/b37/37-28.gif>. [Consult. 20 Dez. 2009].

Entre críticas que foram feitas a esta classificação, destacamos as seguintes: possuir um número excessivo de subdivisões, por vezes ser arbitrária nos pormenores e não mostrar, de forma suficiente, a relação que existe entre as ciências.

Na obra *Essai sur la philosophie des sciences, or Exposition analytique d'une classification naturelle [...]*¹⁴², Ampère afirma que, na classificação das ciências não poderá apenas ser considerada a sua natureza, mas também deverão ser considerados os diversos pontos de vista sob os quais são tomados os objectos a classificar. Esta ideia encontra-se de forma explícita no seguinte excerto:

Depuis long-temps j'avais remarqué qu'il est nécessaire, dans la détermination des caractères distinctifs d'après lesquels on doit définir et classer les sciences, d'avoir égard non seulement à la nature des objects [...] mais encore aux divers points de vue sous lesquels on considère les objects.

Independentemente do nível de maior ou menor flexibilidade, pretendia-se que a hierarquização das ciências contribuísse para a localização inequívoca de cada ciência. Dentro de um quadro classificatório global, cada uma deveria ter um lugar predeterminado e imutável.

Nesta linha de pensamento e, como expoente máximo deste tipo de classificações que são baseadas na hierarquização, referiremos Lineu (1707-1778). É considerado o "pai" da moderna classificação biológica e a sua obra constitui, ainda hoje, uma ferramenta indispensável para a investigação dos seres vivos. Na obra *Systema Naturae (1735)*¹⁴³ expõe um esboço das suas ideias para uma classificação hierárquica das espécies.

¹⁴² AMPÈRE, André-Marie – *Essai sur la philosophie des sciences...* 1838. P. VI.

¹⁴³ Na obra *Systema naturae*, Lineu classifica as plantas, os animais e os minerais. Para classificar as plantas baseou-se nas características sexuais, para os animais e minerais classificou-os pela sua aparência externa. A hierarquia das taxonomias de Lineu, eixo estruturante deste sistema, partia da noção de Reino que, por sua vez era dividido em Filos, estes em classes, ordens, famílias, géneros e espécies e, dentro de cada um, em subdivisões. Foi neste trabalho (10ª ed. 1758), que Lineu iniciou a aplicação geral da nomenclatura binominal zoológica.

O sistema que apresenta, e que dá o nome à obra, baseava-se no conceito de taxonomia¹⁴⁵, assente numa hierarquia absolutamente redutora, que geralmente usava apenas uma característica para classificar os objectos, como acontecia nas plantas. Tal ideia concorreu para que esta classificação fosse criticada por outros autores, entre os quais Buffon, que contrapunha ao *fixismo* de Lineu uma classificação mais flexível, fundada na observação das formas inalteráveis da natureza, na identificação dos caracteres essenciais, relativos aos géneros, às espécies e às classes.

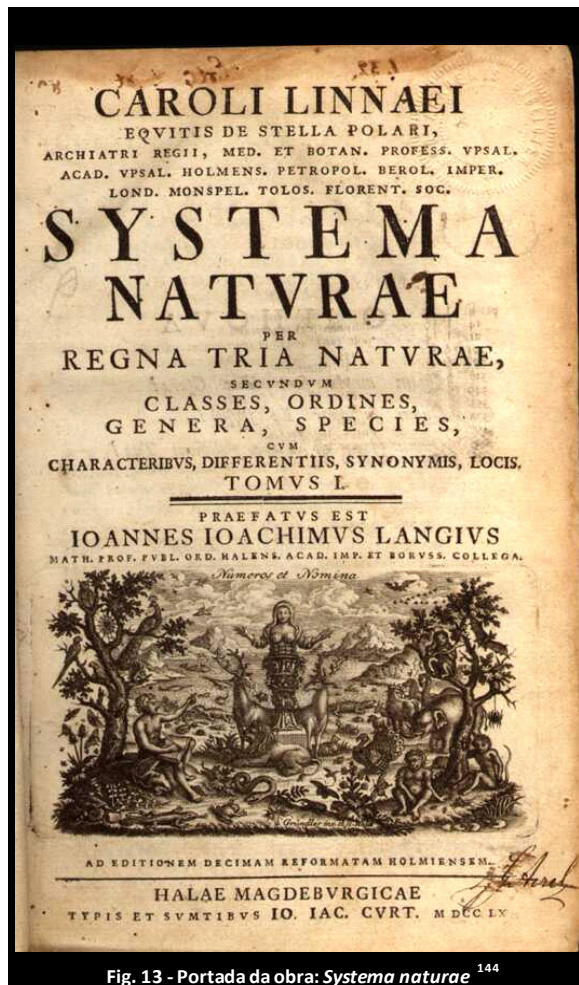


Fig. 13 - Portada da obra: *Systema naturae*¹⁴⁴

Nas taxonomias enumeravam-se todas as espécies de forma exaustiva. Este processo foi influenciar as classificações bibliográficas de tipo enciclopédico pois, tal como o sistema de organização das espécies proposto por este naturalista, também os assuntos neste tipo de classificações se encontram enumerados. Por tal ocorrência caracterizam-se estes tipos de classificações como enumerativas.

¹⁴⁴ Ver: <http://bibbild.abo.fi/hereditas/linneana/syn.jpg> [Consult. 14 Dez. 2009]

¹⁴⁵ A ideia de taxonomia não é inédita. No século XVI, entre outros humanistas, que se insurgiam e lutavam contra o método escolástico, baseado no *Trivium* e no *Quadrivium*, na maioria das Universidades Europeias destaca-se Pierre de La Ramée (1515-1572), lógico e filósofo francês. Este filósofo, influenciado pelo tratado de Porfírio, no qual se defende uma classificação do conhecimento baseada em dicotomias, numa tentativa de reformar o ensino tradicional, apresenta a substituição dos antigos métodos de memorização pelo método de memória artificial baseado em tabelas taxonómicas.

A classificação de Lineu foi criticada por outros filósofos naturalistas, que viram nela um instrumento extremamente compartimentado e assente em princípios redutores.

Entre autores que criticaram a proposta de Lineu, como já referimos destaca-se Georges Buffon (1707-1788), naturalista francês, que contrapõe ao “imobilismo descritivo” da classificação esquemática de Lineu, uma observação e descrição baseadas na variedade de formas e do comportamento dos objectos a classificar. Na interpretação dos fenómenos, este autor assume uma dimensão antropológica: o Homem é o centro. Para Buffon uma classificação dos objectos apenas faz sentido se tiver em conta a relação que se estabelece entre o Homem e eles. Ao contrário de Lineu, que isola e “disseca” os objectos em si próprios, Buffon para efeitos de classificação dos mesmos, considera a sua relação com o meio envolvente. Para este naturalista, a natureza só podia ser entendida como um todo. Sistematizando o seu pensamento em relação à classificação de conhecimento, podemos afirmar que Buffon considera o *Homem* como fundamento primeiro na sua classificação.

Buffon, contrário ao “fixismo” de Lineu, entende que é impossível compartimentar de forma categórica os objectos em classes, géneros e espécies, estabelecidos *a priori*, na medida em que existem sempre determinadas particularidades que são comuns a objectos de outras classes, géneros e espécies. Desta forma, classificar um objecto em qualquer destas divisões será sempre um processo *arbitrário*.

Partindo destes princípios, Buffon divide as Ciências em duas classes principais, a saber: História civil e História Natural. Fá-lo na expressão que se segue:

*On pourroit donc diviser toutes les sciences en deux classes principales [...] la première est l'Histoire Civile, & la seconde, l'Histoire naturelle [...].*¹⁴⁶

Destas ciências irão ramificar outras, naturalmente.

¹⁴⁶ BUFFON, Georges Louis Leclerc – *Histoire naturelle, générale et particulière : avec la description du Cabinet du Roy*. 1749-1804. P.31.

Importa referir o importante papel que Buffon teve na classificação do conhecimento. Traduziu-se numa divisão assente em critérios flexíveis e métodos que se tentavam adequar às particularidades dos objectos a classificar. Buffon, ao contrário de outros filósofos racionalistas/experimentalistas, não se preocupou em estudar um único método, pois entendia que não havia um método perfeito que se adequasse à multiplicidade dos seres.

Pelo que fica exposto, em relação à sistematização, observamos que o século XVIII se caracterizou pela preocupação de classificar as Ciências Naturais partindo de critérios racionais e científicos. A pretensão de classificar as Ciências irá estender-se ao século XIX, no qual assistiremos aos primeiros ensaios e estudos de sistematização, agora nas Ciências Sociais.

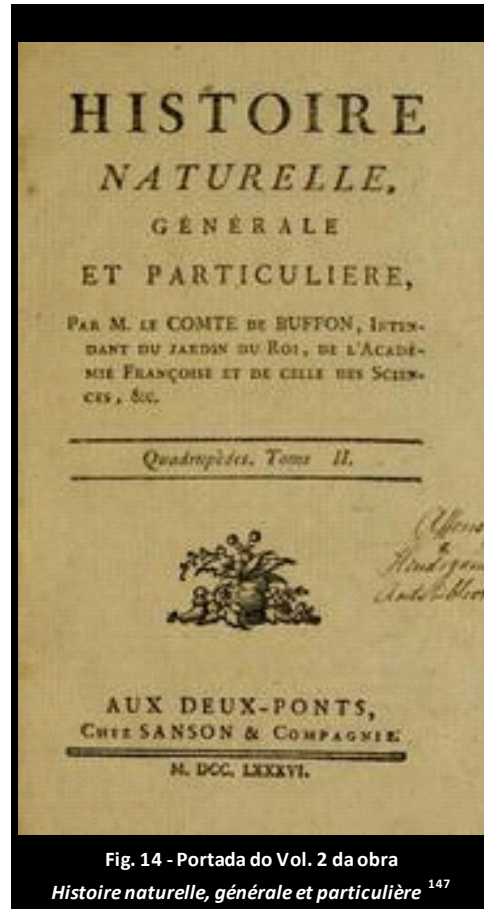


Fig. 14 - Portada do Vol. 2 da obra *Histoire naturelle, générale et particulière*¹⁴⁷

1.2.1.5 A classificação do conhecimento no século XIX: a classificação das ciências

No século XIX, embora haja algumas excepções, continuou a prevalecer a sistematização do conhecimento alicerçada na hierarquia.

Esta ideia desenvolveu-se e consolidou-se a ponto de o próprio acto de construir planos de classificação com vista à sistematização do conhecimento se ter tornado uma actividade natural entre os filósofos. Era necessário criar

¹⁴⁷ Ver: <http://images.google.pt/images?hl=pt-PT&source=hp&q=Histoire%20naturelle%2C%20g%C3%A9n%C3%A9rale%20et%20particuli%C3%A8re%3A%20avec%20la%20description%20du%20Cabinet%20du%20ro&um=1&ie=UTF-8&sa=N&tab=wi> [Consult. 14 Dez. 2009].

novos quadros classificatórios que, por um lado, permitissem classificar as novas ciências que se emancipavam da Filosofia natural, e por outro, servissem para classificar as novas ciências emergentes sobretudo das áreas sociais, como a Sociologia e a Psicologia.

Os quadros classificatórios deveriam estar, naturalmente, de acordo com os quadros mentais da época. No caso concreto dentro dos padrões do Positivismo.

Um dos fundamentos mais relevantes no pensamento do século XIX era a ideia de progresso. A formalização deste princípio assentava na ordem que se deveria basear na noção de hierarquia. No século XIX, esta ideia encontrava-se subjacente a qualquer actividade. Deste modo, vamos encontrar o conceito de hierarquia na generalidade dos quadros sistemáticos deste século relativos ao conhecimento, em particular no que se refere à classificação das ciências. De um modo geral, estes caracterizam-se por apresentarem esquemas de classificação rígidos, excepcionalmente abertos a alguma flexibilidade.

Foi desta forma que, ao longo do século XIX, se assistiu à proliferação de esquemas de classificações seja nas Ciências naturais, seja nas Ciências sociais.

Esta prática repercutiu-se também na área da biblioteconomia, onde se iniciou a construção de sistemas de classificação. Nesta área, este movimento traduziu-se na publicação dos primeiros planos enciclopédicos de classificação biblioteconómicos, cujo objectivo se manifestava na organização do conhecimento: em catálogos de livreiros, em catálogos de bibliotecas e na arrumação física das espécies numa biblioteca. É no século XIX que aparecem formalizados e instituídos os primeiros esquemas enciclopédicos de classificação bibliográfica.

Entre outras classificações que apareceram no século XIX, salientamos as de Auguste Comte e Herbert Spencer, dada a importância que tiveram na construção de outras classificações.

Auguste Comte (1798-1875) foi um filósofo que marcou o pensamento da segunda metade do século XIX. Da sua obra destaca-se, pela sua novidade

e particularidade conceptual, o facto de ter fundado o Positivismo e a Sociologia¹⁴⁸.

Grosso modo, o Positivismo¹⁴⁹ caracteriza-se pela subordinação da Imaginação à Razão.

O facto de Comte subordinar a Imaginação à Razão, naturalmente não é sinónimo da sua negação. Para Comte não é possível existir ciência sem imaginação. A participação da subjectividade, que radica na imaginação, é um factor imprescindível na elaboração da ciência, o que não se pode perder de vista é a realidade – a objectividade dos factos.

Partindo deste princípio chegamos à seguinte conclusão epistemológica: a compreensão da realidade apenas é possível partindo da relação contínua entre o objectivo e o subjectivo e o abstracto e o concreto. É neste fundamento, simultaneamente dicotómico e dialéctico, que Comte vai basear todo o seu pensamento, inclusive a própria classificação das ciências.

No geral, o método positivo caracteriza-se pela observação. Para Comte, qualquer plano de classificação das ciências deveria passar pelo método positivo, fossem as Ciências naturais ou outras. A este propósito, registamos o seguinte excerto:

¹⁴⁸ Cumpre referir que Comte procurou sistematizar o progresso humano, num processo que designou a Lei dos três estados, considerado por alguns autores como o fundamento indiscutível de toda a sua obra.

Partindo da observação da percepção da ideia de progresso humano, Comte divide a sua evolução em três estados, a saber: o estado teológico ou fictício, o estado metafísico ou abstracto e o estado científico ou positivo.

No estado teológico os fenómenos são explicados com o recurso ao sobrenatural, pela arbitrariedade de entidades sobrenaturais. Nesta fase procuravam-se as primeiras e últimas causas dos fenómenos.

O segundo estado, o metafísico, apresenta-se como um estado de transição entre o estado teológico e o estado positivo. Neste estado, apesar de se encontrar ainda a presença de entidades sobrenaturais na explicação dos factos, já se procuram as causas na própria realidade. Este estado é caracterizado pelas abstracções personalizadas.

O terceiro estado surge no seguimento e como o corolário dos outros dois. Os factos são explicados por leis gerais, abstractas e positivas. A procura do absoluto dá lugar ao relativo, o absoluto, dada a sua natureza, considera-se inacessível.

Importa referir que esta sistematização não é original de Comte. Ela radica na doutrina de Torgot e, mais tarde, de Condorcet, que também tiveram a pretensão de dividir e classificar a evolução humana partindo da faculdade intelectual do Homem.

Cumpre referir que esta Lei não é apenas aplicada ao Homem no que diz respeito à sua evolução colectiva, mas é também aplicada ao ser individual. Assim, a criança explica os factos através do sobrenatural, o adolescente corresponde ao estado metafísico e o ser adulto consegue atingir o nível "positivista" das coisas.

¹⁴⁹ Numa visão geral, a filosofia positivista caracteriza-se essencialmente pela negação da aplicação de um único princípio no que concerne à explicação dos fenómenos naturais e sociais e pela aplicação do método positivo às ciências. Relativamente ao método, este não poderia ser o mesmo para todas as ciências, dado o facto de a sua natureza ser diversa.

D'un autre côté, la théorie générale des classifications, établie dans ces derniers temps par les travaux philosophiques des botanistes et des zoologistes, permet d'espérer un succès réel dans un semblable travail, en nous offrant un guide certain par le véritable principe fondamental de l'art de classer, qui n'avait jamais été conçu distinctement jusqu'alors. Ce principe est une conséquence nécessaire de la seule application directe de la méthode positive à la question même des classifications, qui, comme toute autre, doit être traitée par observation, au lieu d'être résolue par des considérations à priori.¹⁵⁰

Concretamente, em relação à classificação das Ciências, Comte preconiza que estas se devem classificar considerando o seu objecto, partindo do nível mais simples para o mais complexo. É com base nesta ideia (do nível mais simples para o mais complexo) que Comte estabelece o seu plano de classificação das ciências, assente, naturalmente, numa hierarquiação.

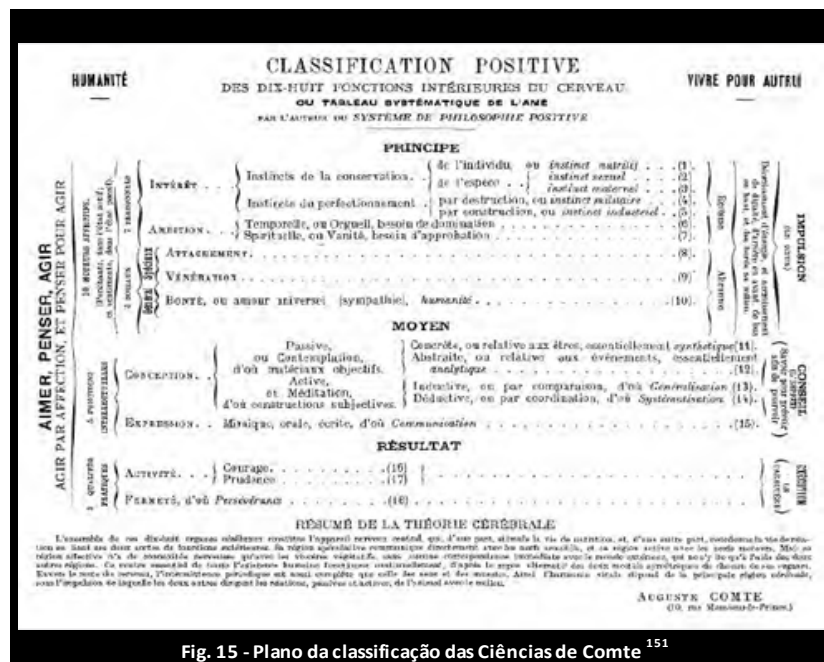


Fig. 15 - Plano da classificação das Ciências de Comte¹⁵¹

¹⁵⁰ COMTE, Auguste – *Cours de philosophie positive*. 1877. P. 49.

¹⁵¹ Ver: <http://images.google.pt/images?hl=pt-PT&um=1&q=Classification+des+sciences+%22Auguste+Comte%22&sa=N&start=63&ndsp=21> [Consult. 14 dez. 2009].

De acordo com este raciocínio, e segundo este autor, as ciências não atingiriam o nível “positivo” ao mesmo tempo. As primeiras a conseguirem atingir esse estágio foram as Matemáticas, na medida em que esta ciência se caracteriza por um elevado nível de generalidade e, ao mesmo tempo, apresenta um objecto de estudo simples e indeterminado. Com base no mesmo raciocínio seguem-se a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia e, por último, a Sociologia.

Como já referimos, a ordem de organização desta classificação parte do simples para o complexo e do abstracto para o mais concreto, apresentando-se este último critério a principal base da classificação de Comte, como podemos observar na seguinte passagem do *Cours de philosophie*:

*Il faut distinguer, par rapport à tous les ordres de phénomènes, deux genres de sciences naturelles: les unes abstraites, générales, ont pour objet la découverte des lois qui régissent les diverses classes de phénomènes, en considérant tous les cas qu'on peut concevoir; les autres concrètes, particulières, descriptives, et qu'on désigne quelquefois sous le nom de sciences naturelles [...]*¹⁵².

Partindo desta ordem de ideias, a Sociologia, num primeiro momento designada Física social, é a ciência que Comte considera mais complexa, na medida em que apresenta como objecto de estudo a Economia, a Ética, a Filosofia da história, uma parte da Psicologia (a outra parte da Psicologia encontra-se na Biologia) e a Política. É, portanto, um objecto complexo, acrescentando ainda a sua dimensão concreta. Devido a este facto, a Sociologia é a última a atingir o estado positivo.

Dentro deste sistema hierárquico, convém referir que as ciências concretas se encontravam subordinadas às abstractas e, por, seu lado as complexas dependiam das mais simples. Além desta dependência, os objectos de cada ciência particular dependiam dos objectos das outras ciências. Deste modo, Comte construiu um esquema de classificação hierarquizado mas ao

¹⁵² *Ibidem*, p. 54.

mesmo tempo criou também uma teia de interrelações entre as várias ciências.

Resumindo: Comte, na sua classificação das ciências, parte dos seguintes princípios:

Que na natureza os factos mais simples são também os mais gerais; que toda a ordem de existência superior considera como pressuposto ordens de existência mais simples e consequentemente mais gerais.

Conclui-se destes princípios que a dificuldade de conhecer os objectos é directamente proporcional à sua complexidade. Deste modo, os fenómenos físicos e químicos, que são os mais gerais e os mais simples, são os que se apresentam mais fáceis para estudar.

Partindo destas premissas, Comte conclui que a complexidade crescerá na razão inversa da generalidade e que cada uma das ciências suportará as ciências mais elementares e gerais. Dado este facto, deve partir-se do estudo das ciências mais simples e subir gradualmente até às mais complexas.

A classificação de Comte, construída com base nestes fundamentos, tem a vantagem de ser objectiva e de apresentar com grande clareza o vínculo e a hierarquia das ciências. Todavia, esta posição relativamente à classificação das ciências vai ser criticada por alguns autores, que a consideram demasiado incompleta e redutora, na medida em que não toma em linha de conta as ciências que têm por objecto o mundo e o espírito; além disso, criticam também a dependência que algumas ciências apresentam em relação a outras.

Embora adoptando a mesma base que ele, um dos autores que criticou Comte foi Herbert Spencer (1820-1903). Trata-se de um filósofo inglês, positivista e seguidor das ideias evolucionistas de Charles Darwin, que trouxe para a filosofia. Um dos seus objectivos era sistematizar todos os conhecimentos no âmbito da Ciência moderna, aplicando nessa sistematização os princípios do evolucionismo. Foi dentro deste espírito que construiu uma classificação para as ciências.

A construção deste novo sistema, no fundo, surge como uma reacção ao sistema que fora proposto por Comte. Ao mesmo tempo que critica o sistema e os fundamentos apresentados por este autor na obra *Cours de Philosophie*,

concebe um novo sistema. Expressão desta ideia é o seguinte excerto, que foi extraído da obra *Classification des sciences*:

*Dans cet opuscule, consacré en partie à la critique de la classification de Comte, j'ai prouvé que ni l'ordre de succession suivant lequel cet auteur dispose les sciences, ni tout autre ordre suivant lequel on peut les disposer, ne représentent, soit leur dépendance logique, soit leur dépendance historique.*¹⁵³

Concretamente, Spencer classifica as ciências em dois grandes domínios, de acordo com os seus diferentes aspectos, com os seus objectivos e com os seus métodos, como ele próprio refere:

*Elles se partagent en deux classes, différentes d'aspect, de but et de méthodes.*¹⁵⁴

Partindo deste princípio, este autor classifica as ciências em dois grupos:

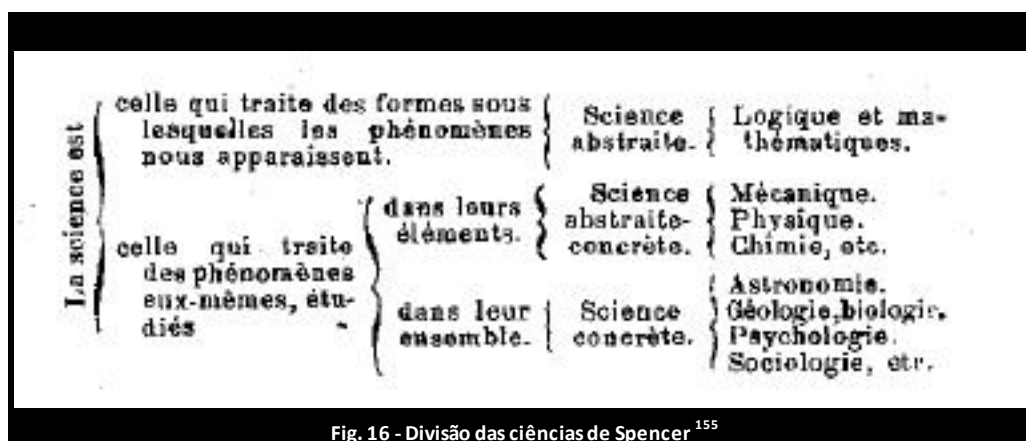
- Ciências que estudam as formas sob as quais os fenómenos se nos apresentam;
- Ciências que estudam os fenómenos em si mesmos.

No primeiro grupo encontramos as Ciências abstractas, das quais fazem parte a Lógica e as Matemáticas.

No segundo grupo Spencer subdivide-as. Fá-lo em dois grupos de acordo com os seguintes critérios: aquelas que são estudadas de acordo com os seus elementos designa-as de Ciências abstracto-concretas, e exemplifica com a Mecânica, a Física e a Química; e aquelas que são estudadas integradas no seu conjunto. A este último grupo chama-lhe Ciências concretas e delas fazem parte a Astronomia, a Geologia biológica, a Psicologia e a Sociologia.

¹⁵³ Spencer, Herbert – *Classification des sciences*, 1930. P. 1.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 5.



Os critérios que estão subjacentes à sua classificação diferem daqueles que foram considerados por Comte, o que concorre para que o seu esquema de classificação seja diferente. Enquanto Comte considera cada ciência contendo uma parte abstracta e uma parte concreta, Spencer atribui apenas uma destas dimensões a cada ciência.

1 Enciclopédismo e classificação do conhecimento: pontos de convergência e influências nas classificações bibliográficas

Ao longo do percurso descrito, no que concerne ao enciclopédismo e à classificação das ciências, não podemos ignorar a influência que, tanto um como outro movimentos, exerceram sobre as classificações bibliográficas de tipo enciclopédico, nomeadamente sobre a Classificação Decimal Universal.

Não pretendendo sermos exaustivos quanto aos pontos em que convergem, referiremos apenas aqueles que, na nossa perspectiva, exerceram uma influência significativa, nomeadamente quanto aos objectivos, ao conteúdo e à estrutura.

Relativamente aos *objectivos* há uma convergência total, na medida em que tanto as classificações bibliográficas como o enciclopédismo e a

¹⁵⁵ SPENCER, Herber – *Classification des sciences*. 1930. P. 6.

classificação das ciências, propunham, como principal objectivo, a *organização do conhecimento humano para uma melhor localização e compreensão*.

Da leitura do exposto ficou claro que a pretensão de todos estes autores foi a de organizar o conhecimento, independentemente do seu nível de sistematização, pretensão que é também constatada em qualquer classificação bibliográfica de tipo enciclopédico. Radicando em razões diversas, assiste-se, em todos estes meios, a uma procura incessante de representar o conhecimento universal com o fim de o tornar acessível. Baseado nesta ideia entendemos que todos eles nasceram alicerçados numa razão de ordem funcional – organizar o conhecimento para o tornar acessível.

Ao longo de todo o texto assistimos a esta função - da organização do conhecimento, umas vezes radicada em necessidades de natureza empírico-culturais, outras radicada em necessidades de ordem científico-culturais.

De acordo com este contexto e, para responder a necessidades de natureza empírico-culturais, na Antiguidade procedera-se à organização do saber com o intuito de conservar os valores e a cultura Antiga. Na Idade Média a organização do conhecimento esteve ao serviço da Igreja e, directamente, do movimento escolástico. No Renascimento pretendeu-se, com a organização dos saberes, recuperar a cultura da Idade Antiga e divulgar os novos conhecimentos. Na Idade Moderna, imbuída do espírito empírico-racionalista, a organização do conhecimento baseada em fundamentos, agora de natureza científico-culturais, teve como função sistematizar os saberes existentes e emergentes, de acordo com os novos parâmetros inerentes ao conceito da Ciência moderna, para que fossem acessíveis a todos os indivíduos.

Nas classificações das ciências, esta preocupação manifesta-se na elaboração de planos estruturados, onde se pudesse organizar de forma sistemática o conhecimento.

Esta característica funcional também se encontra nas classificações bibliográficas. A sistematização do conhecimento nelas contida assume, no essencial, uma função empírica, tal como o enciclopedismo e as classificações das ciências. Ao organizarem o conhecimento disponibilizam-no de forma ordenada à sociedade, em catálogos impressos ou em linha e na arrumação física das obras numa Biblioteca. Com elas, o acesso e a localização do saber

tornam-se mais rápidos, constituindo, deste modo, o meio entre a informação e aquele que dela necessita.

Relativamente ao *conteúdo*, quer nas obras de tipo enciclopédico, quer nos planos de classificação das ciências, quer nas classificações bibliográficas ele é o mesmo – o *conhecimento universal*.

É para dar cumprimento a esta função, que encontramos todo o saber conhecido representado, umas vezes de forma incipiente ou elaborada, outras de forma simples ou complexa, consistente ou dispersa ou, outras vezes, exaustiva e/ou incompleta, nestas obras e nos planos de classificação. As primeiras classificações bibliográficas tiveram também esta pretensão de expressarem o conhecimento universal, todavia sob forma codificada. Assim, as primeiras classificações enciclopédicas pretenderam representar nos seus planos todo o conhecimento que se encontrava já depositado nas bibliotecas e aquele que deveria, num futuro próximo, nelas ser incorporado. Uma das mais significativas foi a Classificação da Biblioteca do Congresso, desenvolvida pela Biblioteca que lhe deu nome, e que surgiu da necessidade sentida por esta Instituição, de organizar por assunto os seus documentos. Outro caso foi o da Classificação Decimal Dewey, que foi fruto da mesma necessidade, esta desenvolvida para responder à organização por assunto das obras do Colégio de Amherst (Nova Iorque). Por último, a Classificação Decimal Universal, que surgiu para classificar os assuntos das obras que integrariam o Repertório bibliográfico universal. Este reportório seria constituído por todas as obras impressas desde Gutenberg até finais do século XIX. Esta classificação, mais do que as outras, assume pretensão de integrar todo o saber conhecido. A expressão da mesma encontra-se no seu próprio nome – Classificação Decimal *Universal*. Todavia, e independentemente deste aspecto particular, consideramos as classificações mencionadas como as primeiras classificações de tipo enciclopédico.

De todas as afinidades comuns que é possível identificar entre o enciclopedismo, os planos de classificação das ciências e as classificações bibliográficas, o *conteúdo* é aquele que é, na nossa perspectiva, mais evidente.

Atrevemo-nos a afirmar que estas classificações bibliográficas não são mais do que obras de tipo enciclopédico, cujo conteúdo se apresenta codificado.

A *estrutura* das classificações foi, no nosso entender, a característica que maior influência sofreu dos planos que foram desenhados para a classificação das ciências.

Em todos os planos de classificação se observa uma hierarquia mais ou menos explícita. No que diz respeito à estrutura observa-se que, dentro de cada sistema do saber, há a considerar o facto de determinados autores, como Comte, já considerarem as relações entre as diversas ciências e atribuírem a uma ciência, por exemplo, uma dimensão prática e uma dimensão teórica.

Observa-se também que há outros autores que limitam os campos do conhecimento em verdadeiras taxonomias impenetráveis, nas quais o conhecimento, uma vez registado numa dada classe de acordo com um dado critério, não poderia pertencer a outra, como é o caso da classificação proposta por Lineu.

Outros autores são de opinião que, uma vez registada uma ciência como prática não poderá ser considerada como teórica, aplicando-se o mesmo raciocínio no que respeita ao concreto e ao abstracto, como Spencer propõe nos princípios que estão subjacentes à sua classificação.

Todas estas características estruturantes vieram a ter uma influência decisiva nas primeiras classificações bibliográficas. Todas três apresentam uma estrutura hierárquica, em que os assuntos, em teoria, se encontram registados em classes com características de uma taxonomia onde, uma vez registado um assunto, não poderá vir a pertencer a outra classe.

No entanto e, no que se refere à Classificação Decimal Universal, um assunto poderá ser registado numa outra classe, representando a notação o mesmo assunto, mas numa outra dimensão; o mesmo facto poderá ocorrer dentro de uma mesma classe. É nesta acepção dinâmica e interactiva que os assuntos na Classificação Decimal Universal se associam semanticamente. Ao mesmo assunto poderá ser atribuída uma dimensão concreta e abstracta, prática e teórica, de acordo com o valor conceptual do assunto, num

determinado momento, e nesta situação serem-lhe atribuídas duas notações diferentes.

No estudo que apresentamos, concluímos que o enciclopedismo como movimento dinâmico se foi adaptando às novas mentalidades emergentes, manifestando-se esta atitude na alteração e introdução de novos conteúdos e na alteração da sua estrutura, de forma a responder, com maior eficácia, às necessidades e questões que lhe eram colocadas.

Dado o interesse deste assunto, é objectivo deste nosso trabalho saber até que ponto as classificações bibliográficas conseguiram dar resposta à emergência de novos paradigmas.

Este propósito será concretizado através de um estudo de caso: A representação do conceito Étnia na Classificação Decimal Universal, que constituirá o objecto de estudo da segunda parte deste trabalho.

Capítulo IV
Sistemas de classificação percursores
das classificações bibliográficas

1 Classificações precursoras dos sistemas de classificação de tipo enciclopédico

Tal como observamos no desenvolvimento do capítulo III, desde cedo o Homem sentiu necessidade de organizar o conhecimento em grandes classes epistemológicas.

Esta necessidade levou a que fossem criados planos de classificação que tinham como principal objectivo servir de formato para a organização do conhecimento.

Neste ponto apresentamos uma breve síntese da natureza e função das classificações bibliográficas de tipo enciclopédico, com especial atenção para a Classificação Decimal Universal.

Nele serão abordados pontos que entendemos fundamentais para a sua compreensão e contextualização. Para cumprir este propósito iremos referir as classificações que, não sendo bibliográficas, exerceram, todavia, uma influência relevante na sua construção.

Apresentaremos também uma exposição sobre os conteúdos e a estrutura destas classificações, dando especial relevo à Classificação Decimal Universal, na medida em que é o objecto de estudo.

Para uma maior compreensão dos sistemas de classificação considerados, nomeadamente a Classificação Decimal Universal, importa apresentar uma breve suma dos sistemas de classificação que, embora não tendo sido construídos com o objectivo de organizar o conhecimento numa biblioteca, não deixam de ser uma referência na história da classificação, dada a influência que vieram a ter sobre os sistemas bibliográficos. Falamos, naturalmente, dos sistemas de classificação filosóficos e dos sistemas de classificação científicos, que já abordámos de forma mais pormenorizada no ponto anterior, a propósito da organização e sistematização do conhecimento.

Referiremos também, pela sua influência nos sistemas de classificação bibliográficos, as classificações que foram construídas por bibliófilos e livreiros para arrumarem os livros nos seus catálogos. Note-se que os séculos XVII e XVIII foram extremamente prolíficos na elaboração de catálogos de livreiros.

Por último iremos abordar as primeiras classificações bibliográficas e as influências directas que tiveram nos grandes sistemas enciclopédicos do século XIX, inícios do século XX.

1.1 As classificações filosóficas e as classificações científicas

Como já observamos, antes, as classificações bibliográficas sofreram grande influência deste tipo de classificações.

Criadas sobre pressupostos filosóficos e/ou científicos, foram essenciais na concepção e desenvolvimento das classificações bibliográficas que, apesar de todos os constrangimentos, ainda hoje continuam a ser o instrumento mais usado para a organização do conhecimento em geral e da arrumação por assunto numa parte considerável das bibliotecas.

Apesar da sua natureza e função serem diversas, na medida em que lhes subjazem fundamentos ontológicos e cognitivos, pelo facto de pretenderem organizar os seres e os saberes, elas constituíram os seus alicerces. As classificações bibliográficas, além de pretenderem organizar o conhecimento e, neste sentido, apresentarem uma faceta cognitiva, também pretendem arrumar o conhecimento fisicamente nas estantes. Por isso concordamos com Langridge, quando ele afirma que as classificações filosóficas estão relacionadas apenas com a natureza do conhecimento e as classificações bibliográficas não só consideram esta particularidade como também estão relacionadas com as necessidades do utilizador.¹⁵⁶

Apesar de em alguns casos terem existido sistemas que nasceram por reacção a outros, o facto mais evidente é que em todos eles se encontram linhas de continuidade, mesmo que em alguns casos elas sejam apenas residuais. A influência que exerceram uns sobre os outros é por demais evidente. É por isso que consideramos a influência destes nas classificações bibliográficas, quer como um percurso absolutamente natural, quer seja a nível de pressupostos, quer seja a nível de estrutura.

Assim, se fizermos uma breve retrospectiva dos sistemas filosóficos que abordamos, no respectivo ponto, verificamos que o sistema proposto por

¹⁵⁶ LANGRIDGE, D. W. - *Subject analysis: principles and procedures*. 1989. P. 100.

Capella influenciou o sistema proposto por Cassiodoro e este, por sua vez influenciou o sistema de Konrad Gessner (1516-1565), célebre botânico e bibliófilo.

Este autor, através do suplemento intitulado *Pandectarium sive partitionum universalis*, no qual classificou por assunto os livros que constituíam o catálogo que organizou a *Bibliotheca universalis* (1545), trouxe um grande contributo à história das classificações.

Não sendo uma classificação para arrumação dos livros numa biblioteca, mas sim uma bibliografia impressa, não deixou de ser inovadora a preocupação de arrumar os livros por assunto; por isso o seu sistema é considerado como o primeiro esquema de classificação bibliográfica.

No entanto é a Bacon que se deve a maior contribuição para o estudo dos sistemas de classificação bibliográficos. A classificação que este propõe para a divisão do conhecimento, apesar de algumas críticas que a apontavam como linear e redutora, constituiu-se ao longo dos tempos um modelo de referência na construção de outros sistemas de classificação.

Este novo modelo epistemológico, veio a influenciar outros pensadores nos séculos posteriores como Diderot e D'Alembert na elaboração da *Encyclopédie*, assim como Thomas Jefferson (1743-1826). Este último adoptou este modelo na classificação da sua biblioteca particular, concepção que, mais tarde, viria a reflectir-se, na classificação da Biblioteca do Congresso, que incorporou a sua biblioteca.

Também teve influência na classificação proposta por Jacques-Charles Brunet (1780-1867), na de William Torrey Harris (1835-1909) que, invertendo a classificação proposta por Bacon, criou, desta forma, um novo sistema que, por sua vez foi influenciar, mais tarde, a Classificação de Melvil Dewey (1851-1931).

Relativamente às classificações científicas é de salientar a classificação proposta por Lineu, na qual se apresenta a hierarquia da classificação científica dos seres vivos. Esta hierarquia manifesta entre outras, as noções de classe, género, espécie e taxonomia.

A construção da estrutura desta classificação vai influenciar a estrutura das primeiras classificações bibliográficas, nomeadamente no que diz respeito à noção de classe e taxonomia.

Foi de facto, a nível da estrutura que as classificações científicas mais influenciaram as classificações bibliográficas. É também de referir que, tal como este tipo de classificações naturalistas, as classificações bibliográficas pretenderam ser exaustivas e enumerativas. Também elas pretenderam esgotar todo o conhecimento relativo a um tema na respectiva classe, tal como aconteceu com as classificações dos animais e das plantas.

Tal como a maioria das classificações científicas, as classificações bibliográficas de tipo enciclopédico, procuraram, na teoria, enumerar os assuntos, não lhes conferindo qualquer tipo de relação explícita que não fosse a hierárquica, concorrendo, deste modo, para outra característica – a exclusividade.

1.2 As classificações utilizadas nos catálogos dos livreiros

A esta proliferação de classificações dos saberes com bases filosóficas e científicas que aparecem a partir, essencialmente, do século XVII, vieram juntar-se as classificações que foram criadas para organizarem os livros nos catálogos dos livreiros e bibliografias relativas a bibliotecas públicas e a bibliotecas privadas.

Tal como aconteceu com as classificações com base filosófica, também as classificações com bases científicas e as classificações dos livreiros eram destituídas de características práticas. No geral, estes tipos de classificações não serviam para arrumar os livros por assunto numa biblioteca de forma sistemática. No entanto, quer umas quer outras foram as classificações que mais se apróximaram das classificações bibliográficas.

Entre outros critérios, a organização das obras nos catálogos de livreiros assentava em classificações que tinham subjacente o assunto como norma de arrumação. Devido ao impacto que algumas das classificações que estiveram na base da organização destes catálogos tiveram no seu tempo e, em trabalhos classificatórios posteriores entendemos que seria de grande interesse salientar alguns desses catálogos, no nosso trabalho.

Assim, entre outros esquemas de classificação propostos para a ordenação de obras em catálogos impressos, salientamos a classificação

proposta por Aldo Manuzio (1449?-1515), tipógrafo italiano, designada *Libri Graeci impressi*, (1498)¹⁵⁷, pela influência que exerceu nas classificações bibliográficas.

No século XVII há a considerar, essencialmente, duas obras: a de Gabriel Naudé (1600-1653), a *Bibliotheca Cordesiana Catalogus* (1643), na qual os livros se encontram classificados em doze classes¹⁵⁸ e o *Esquema dos Livreiros de Paris* (1678), conhecido também por *Sistema francês*, cuja a autoria é incerta. Uns atribuem-na ao jesuíta francês Jean Garnier (1612-1681), outros atribuem-na ao livreiro Gabriel Martin.

Este sistema exerceu grande influência em outras classificações como na do bibliógrafo francês Jacques-Charles Brunet (1780-1867).

A obra que este autor escreveu, intitulada *Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres*, publicada em 1810, é uma bibliografia internacional da qual constam todos os livros raros editados até à data da sua publicação.

Devido à extensão desta obra, numa tentativa de facilitar

a pesquisa, Brunet elaborou um esquema de classificação que designou *Table méthodique*. Nesta classificação o conhecimento humano encontra-se dividido em cinco classes¹⁶⁰, às quais correspondiam as cinco primeiras partes do

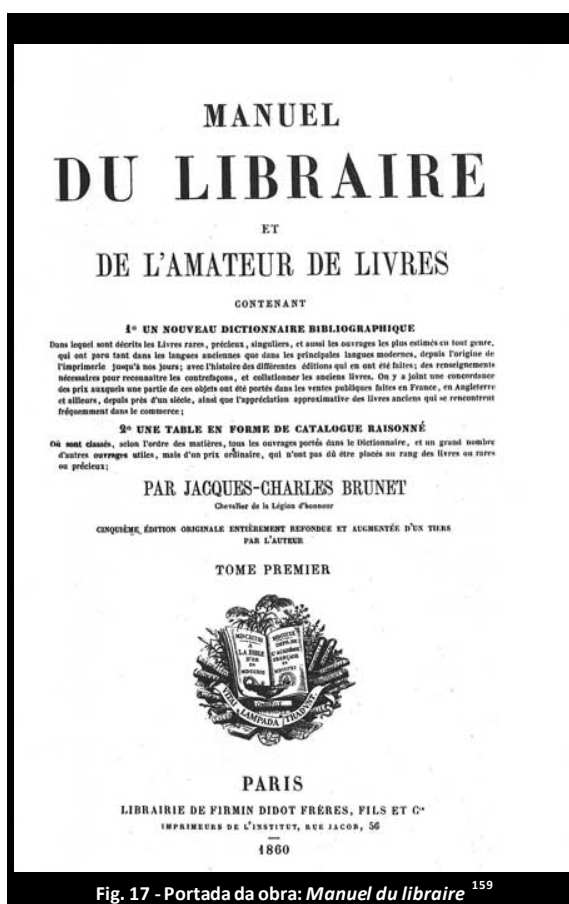


Fig. 17 - Portada da obra: *Manuel du libraire* ¹⁵⁹

¹⁵⁷ Esta obra consistia num catálogo de venda de livros gregos, publicado em 1498, no qual eles se encontravam classificados pela seguinte ordem: Gramática, Poética, Lógica, Filosofia e Escritura sagrada.

¹⁵⁸ As classes são: Teologia, Medicina, Bibliografia, Cronologia, Geografia, História, Arte militar, Jurisprudência, Direito, Filosofia, Política e Literatura.

¹⁵⁹ Ver: <http://www.bne.es/export/sites/BNWEB1/imagenes/COLECCIONES/Bibliografia8g.jpg> [Consult. 15 Dez. 2009].

¹⁶⁰ Teologia, Jurisprudência, História, Filosofia e Literatura.

catálogo. Para a sexta parte do catálogo utilizou o *Esquema dos livreiros de Paris*.

Apesar de ser considerado um esquema de classificação pouco flexível, nomeadamente no que respeita às capacidades de adaptação aos novos campos do saber, que começavam a emergir e de possuir uma notação complicada - notação mista (números romanos, árabes e letras) foi muito utilizado na Europa ao longo de todo o século XIX.

Deverá ainda referir-se que ele veio influenciar alguns esquemas de classificação: o proposto por Thomas Hartwell Horne (1780-1862), que foi publicado na obra *Outlines for the classification of a Library*, a Classificação do Museu Britânico e a classificação proposta por Edwards Edwards (1812-1886) na obra *Memoirs of Libraries*.

Ao longo deste ponto e, a título de conclusão, podemos dizer que as classificações bibliográficas têm como precursores os sistemas filosóficos e os sistemas das ciências, como os de: Aristóteles, Cassiodoro, Francis Bacon e Auguste Comte. Os tipos de organização e classificação do conhecimento que apresentaram viriam a influenciar directamente os modelos de organização bibliográfica, nomeadamente os de tipo hierárquico.

É de elementar justiça científica referir que os sistemas dos livreiros também foram importantes, na sua génese, embora muitos destes esquemas também tenham sido construídos com base nos sistemas filosóficos e científicos.

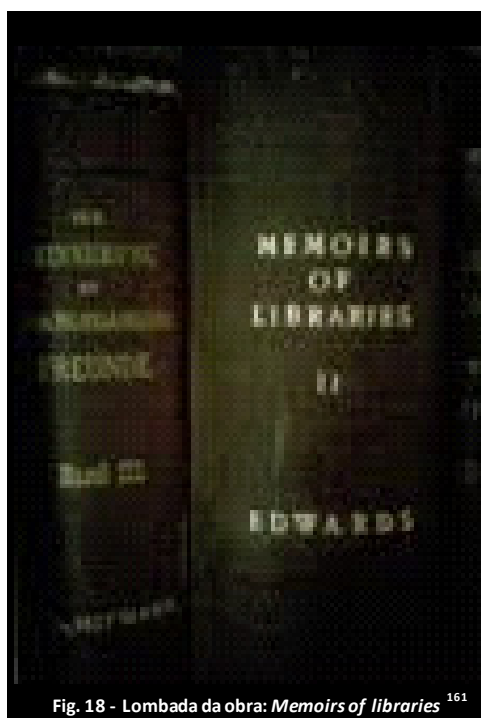


Fig. 18 - Lombada da obra: *Memoirs of libraries*¹⁶¹

¹⁶¹ Ver: http://farm3.static.flickr.com/2479/3845173256_871f55ebc5.jpg [Consult. 16 Dez. 2009].

Capítulo V
As classificações bibliográficas de tipo enciclopédico

1 As classificações bibliográficas de tipo enciclopédico [Considerações históricas]

Como observamos ao longo dos III e IV capítulos, o Homem desde os tempos mais remotos, demonstrou a preocupação de construir esquemas que o ajudassem a organizar o conhecimento.

Primeiro dividindo-o, para uma melhor arrumação; depois sistematizando-o, obedecendo a métodos e critérios rigorosos.

Porém, chegou uma altura em que foi necessário arrumar os suportes onde o conhecimento se manifestava – os livros. Nos finais do século XVIII e inícios do XIX, com a criação das grandes Bibliotecas nacionais e universitárias, que trouxeram consigo o livre acesso, sentiu-se a necessidade de dar aos livros uma determinada ordem nas estantes. Essa ordem, em vez de ser ditada por características físicas, como o tamanho, passou a ser imposta pelo assunto que os livros abordavam.

Face ao desajustamento dos sistemas existentes, pois os que se tinham construído, essencialmente a partir de finais do século XVI, serviam para sistematizar o conhecimento e não para arrumar os livros nas bibliotecas, foi necessário criar novos sistemas. Assim, no século XIX construíram-se os primeiros sistemas de classificação bibliográfica aceites pela maioria do mundo ocidental para classificar as obras que se encontravam nas bibliotecas.

Estes esquemas bibliográficos foram precedidos de outros esquemas, também bibliográficos, pois a urgência de arrumar os documentos nas bibliotecas foi uma necessidade que se fez sentir ao longo da história. Por volta de 640 a. C. já se encontram os primeiros resíduos de classificação nas tábuas de argila da Biblioteca Assíria, do rei Assurbanípal.

Ashurbanipal's library was also classified and catalogued¹⁶².

As bibliotecas da Grécia e da Roma Antiga estavam divididas em duas secções: a pagã e a cristã.

Pela sua importância na história da classificação, referimos mais uma vez o esquema de classificação de livros de Calímaco¹⁶³. Este esquema foi

¹⁶² THOMPSON, James - *A history of the principles of librarianship*. 1974. P. 140.

inspirado na classificação de Aristóteles. Consistia num catálogo onde as obras se dividiam pelas profissões dos respectivos autores. O sistema obedecia a uma ordem cronológica relativamente aos períodos. No que se referia aos autores, obedecia à ordem alfabética. Para indicar a localização dos livros usava a primeira palavra do texto. Este esquema era composto por oito grandes classes, a saber¹⁶⁴:

- 1) *Epic writers;*
- 2) *Dramatic writers;*
- 3) *Writers on law;*
- 4) *Philosophical writers;*
- 5) *Historical writers;*
- 6) *Oratorical Works;*
- 7) *Rhetorical Works;*
- 8) *Miscellaneous Works.*

Segundo James Thompson¹⁶⁵, pode dizer-se com alguma certeza que a Biblioteca de Alexandria foi organizada por assunto.

De acordo com o mesmo autor, as bibliotecas na Idade Média continuam a ser arrumadas por assunto, embora algumas vezes elas sejam também arrumadas pelo tamanho das obras ou pela sua ordem de aquisição.

A partir do século XII, e nos três tipos de bibliotecas existentes: privadas, pertença dos reis e grandes senhores, universitárias e monásticas, sobretudo nestas últimas, das quais se conhecem catálogos, as obras eram arrumadas por tamanhos, autores e temas.

As que se encontravam divididas por temas, estavam divididas em classes.

Geralmente, a sua divisão obedecia aos seguintes critérios: as obras seculares eram separadas das teológicas, as escritas em latim das escritas em outras línguas.

¹⁶³ Bibliotecário da Biblioteca de Alexandria (260-240 a. C.)

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 141.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 140 - 141.

Os documentos teológicos eram divididos em categorias, como: escrituras, comentários, bibliografias, etc., os documentos seculares eram divididos com base no plano do *Trivium* e do *Quadrivium*.

*The University library of the Sorbonne in the late thirteenth century, for exemple, was arranged in major subject divisions, including those of the trivium and quadrivium, plus theology, medicine and law*¹⁶⁶.

Ao longo do Renascimento e da Idade Moderna permanece a organização das bibliotecas e das bibliografias por assunto. Na maioria dos casos, as classificações usadas na organização de bibliografias, listas de livreiros e colecções particulares aplicam-se também às bibliotecas. Entre outras, destacamos pela sua importância o sistema de classificação de Konrad Gessner que, segundo W. C. Berwick Sayers¹⁶⁷, faz a transição entre a organização antiga e a organização moderna.

A par destas, utilizam-se ainda classificações arbitrárias e utilitárias, que enfermam pela inexistência de pressupostos filosóficos e científicos. Todavia, a arrumação das obras por tamanho continua a prevalecer sobre qualquer outro critério dado o seu carácter prático.

Foi preciso chegar ao século XIX para se construírem os primeiros sistemas bibliográficos devidamente estruturados e aceites pelas bibliotecas da época. Todas as tentativas até então levadas a efeito para tal fim não tinham resultado. A tarefa de organizar os livros numa biblioteca apresentava-se mais árdua do que aquela que tinha sido a de classificar as ciências, isto é, o conhecimento. Devido à sua complexidade, esta tarefa para alguns autores era um absurdo, como por exemplo para Stanley Jevons, que na obra *Principles of science*, dedicou o XXX capítulo ao estudo da classificação; aí refere o seguinte:

Classification by subjects would be an exceedingly useful method if it were practicable, but experience shows it to be a logical

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 143.

¹⁶⁷ *Apud: Ibidem*, p. 146.

*absurdity. It is a very difficult matter to classify the sciences, so complicated are the relations between them. But with books the complication is vastly greater, since the same book may treat of different sciences, or it may discuss a problem involving many branches of knowledge*¹⁶⁸.

Neste excerto de texto de Stanley, é manifesta a dificuldade de aplicar, como método, uma classificação por assunto às ciências, devido às relações de afinidade que se estabelecem entre elas. Para este autor, tal propósito ganha maior complexidade se se aplicar aos livros, na medida em que um livro particular pode tratar de diversos assuntos e, neste caso, ser difícil de escolher uma perspectiva.

A esse respeito, pode ler-se na mesma página:

A good account of the steam-engine will be antiquarian, so far as it traces out the earliest efforts at discovery; purely scientific, as regards the principles of thermodynamics involved; technical, as regards the mechanical means of applying those principles; economical, as regards the industrial results of the invention; biographical, as regards the lives of the inventors. A history of Westminster Abbey might belong either to the history of architecture, to the history of the church, or the history of England. If we abandon the attempt to carry out an arrangement according to the natural classification to the sciences, and form comprehensive practical groups, we shall be continually perplexed by the occurrence of intermediate cases and opinions will differ ad infinitum as to the details.

Com este fragmento de texto Stanley demonstra a sua perplexidade face às alternativas possíveis de classificação de determinados assuntos, motivo que concorre para a sua descrença na classificação dos livros.

¹⁶⁸ JEVONS, W. Stanley – *The principles of science: a treatise on logic and scientific method*. 1913. P. 715.

Inconscientemente este autor pronuncia-se sobre o modo de classificar assuntos relacionados, interdisciplinares. Esta situação seria apenas resolvida de forma cabal no século seguinte, com as classificações facetadas, nomeadamente com a Classificação Colon.

Esta perplexidade e descrença nas classificações que tinham como propósito organizar os livros nas bibliotecas, iria ser ultrapassada ainda no mesmo século com a construção dos grandes sistemas de classificação bibliográficos.

O percurso histórico dos grandes sistemas de classificação bibliográfica coincide com o percurso das grandes bibliotecas do séc. XIX.

Na sua essência, as classificações bibliográficas proporcionam a organização intelectual dos recursos de uma dada unidade de informação. Reagrupam os mesmos assuntos e os assuntos semanticamente vizinhos e, ao mesmo tempo, reagrupam fisicamente os documentos que tratam do mesmo assunto ou de assuntos com afinidades semânticas. Para dar cumprimento a este objectivo, utilizam um código simbólico que serve para a organização das obras nas estantes.

Foi em meados do século XIX que se desenvolveram as grandes classificações bibliográficas, ainda hoje usadas. Isso aconteceu devido ao crescimento das grandes bibliotecas, designadamente nos Estados Unidos da América, como o caso da Biblioteca do Congresso.

As classificações bibliográficas foram as primeiras linguagens documentais controladas. O primeiro destes grandes sistemas foi a Classificação da Biblioteca do Congresso, à qual se seguiu a Classificação Decimal de Dewey. Logo a seguir, e também no mesmo espaço geográfico, apareceram formalmente as primeiras linguagens documentais controladas de tipo combinatório sendo o primeiro instrumento normalizado a *List of Subject Headings for Use in Dictionary Catalogs* (1895), da Biblioteca do Congresso.

1.1 Os grandes sistemas de classificação bibliográfica do século XIX e inícios do XX [Definição, função, objectivos, composição e tipologia]

Embora as primeiras tentativas de classificação bibliográfica remontem à Antiguidade com a de Calímaco, em Alexandria, e se deva o primeiro sistema de classificação bibliográfico ao bibliófilo seiscentista Konrad Gessner, é, no século XIX que aparecem os primeiros grandes sistemas bibliográficos. Como referimos entre outros autores que se preocuparam com as classificações bibliográficas neste século destacamos, pelo interesse das suas classificações na história das mesmas: E. Edwards, J. C. Brunet, J. Brown, C. Cutter, T. H. Horne, W. T. Harris e, naturalmente, Melvil Dewey.

Todos estes autores foram herdeiros do espírito metódico, enciclopédico e racionalista do movimento das "Luzes", assim como do positivismo. Para eles apenas um fundo devidamente organizado era digno do nome de biblioteca. A organização das matérias que continham as obras, deveria seguir a "ordem natural das ciências". Devido a esta circunstância, é notória a influência que tiveram os esquemas de classificação das ciências criados no decurso dos séculos XVII, XVIII e XIX, sobre as classificações bibliográficas.

A ordem que preconizavam para os documentos deveria permitir uma organização gnoseológica, fundamentada e funcionalmente metódica como se se tratasse de uma grande enciclopédia.

Devido a esta ideia e à influência dos modelos anglo-saxónicos do livre acesso ao documento, prática que se deveria tornar corrente na maioria das bibliotecas, o modelo de arrumação puramente material, baseada na natureza física do documento ou assente na ordem de entrada dos documentos, deixa de fazer sentido. Ao substituí-lo, emerge uma nova ordem de organização baseada no assunto do documento.

A aplicação deste novo paradigma organizacional pressupõe uma classificação para ordenar os documentos. É neste contexto e, para dar cumprimento a esta pretensão que surgem, na segunda metade do século XIX, os primeiros sistemas de classificação bibliográfica.

À sua construção subjazem dois tipos de preocupações. Uma, de natureza teórica, pretendia que estas classificações fossem sistemáticas e

baseadas em princípios lógicos. Outra, de natureza empírica, que se prendia com o facto de estas terem de responder às necessidades das instituições para as quais eram criadas.

Por isso, a sua estrutura traduzia, muitas vezes, a estrutura pedagógica e curricular das instituições académicas, assim como as diversas áreas de investigação que contemplavam, quando eram criadas para responder a necessidades de tipo académico, como foi o caso da Classificação Decimal de Dewey. Outras traduziam necessidades de outra natureza, que não a académica, como foi o caso da Classificação da Biblioteca do Congresso, cuja origem assenta em pressupostos de natureza empírica.

Pelo facto de presidirem à sua criação razões idênticas, os primeiros sistemas apresentam, no seu conjunto, características comuns, a saber:

- 1) São classificações de tipo enciclopédico, pretendendo abranger todas as áreas dos saberes;
- 2) Têm origem no esquema de classificação filosófica do conhecimento de Francis Bacon;
- 3) Apresentam uma estrutura hierárquica traduzida na coordenação das classes principais e subordinação das subdivisões;
- 4) Todas elas se internacionalizaram.

Para concluir, podemos inferir que os grandes sistemas de classificação bibliográfica do século XIX assumem duas funções: destinam-se à classificação efectiva, à ordenação dos documentos de uma biblioteca por classes temáticas, e são consideradas, também, na organização gnoseológica e informacional da biblioteca, entendida como um sistema de informação coerente e estruturado. Por isso, reconhecemos a este tipo de classificações duas dimensões: enquanto instrumento de classificação do conhecimento assumem uma dimensão lógica e teórica; enquanto método de arrumação de documentos nas estantes de uma biblioteca e de estruturação dos respectivos catálogos sistemáticos, assumem uma dimensão pragmática e material.

1.1.1 Definição de sistema de classificação bibliográfica

A Norma ISO 5127/6-1983 (E/F), define sistema de classificação como:

*Langage documentaire destiné à la représentation structurée de documents ou de données au moyen d'indices et de termes correspondants pour en permettre une approche systématique à l'aide, si nécessaire, d'un index alphabétique*¹⁶⁹.

Uma outra definição que nos pareceu importante, em termos de um maior esclarecimento, é aquela que apresenta a *Encyclopedia of library and information science* e que, por isso, passamos a transcrever:

*A library classification is a device for defining specific classes of information and for showing the relations which exist between them. In this way it performs its basic function, which is to assist the retrieval of information from stores (libraries, bibliographies, indexes) by allowing a searcher first to locate a specific class in which relevant material is believed likely to be and then to make adjustments to the search [...] by expanding or contracting the initial class according to whether too little relevant material or too much nonrelevant material is found in it. The second function is achieved by collocation, i.e, bringing together in propinquity those classes which are closely related*¹⁷⁰.

Partindo destas definições, podemos deduzir que um sistema de classificação bibliográfica é um esquema controlado e estruturado de conceitos. Estes apresentam-se distribuídos sistematicamente de forma lógica em classes, organizados do geral para o particular, em níveis sucessivos de subordinação hierárquica.

¹⁶⁹ ISO 5127-6:1983 (E/F). In *Documentation et information: recueil de normes ISO I*, 1988. P. 93.

¹⁷⁰ *Encyclopedia of library and information science*. 1969. Vol. 2. P. 369.

Os assuntos que se encontram agrupados em classes, estabelecem entre si relações de coordenação e/ou subordinação conceptual hierárquica, ou seja: classes, subclasses, divisões, subdivisões, secções, etc., estruturadas do geral para o particular, em que os assuntos são definidos e relacionados de acordo com níveis opostos de *extensão* e *compreensão*.

Cada assunto é expresso por um código que o representa de forma geral ou específica indicando, geralmente, em que contexto ou perspectiva ele se encontra tratado.

A função de qualquer sistema de classificação é organizar o conhecimento, para que este possa ser recuperado de forma precisa e pertinente. Para dar cumprimento a esta função, os códigos de uma classificação assumem dois objectivos: servem para o representar e para o recuperar.

1.1.2 Objectivos e função

A classificação bibliográfica tem como principal objectivo organizar o conhecimento humano em grandes classes epistemológicas, ao mesmo tempo que o organiza fisicamente nas estantes numa biblioteca.

Tem ainda como função recuperar a informação. Nesta perspectiva e, segundo Michèle Hudon¹⁷¹, a uma classificação bibliográfica cumprem três funções:

- 1) *L'organisation des concepts, des idées et des sujets (fonction cognitive)*
- 2) *L'organisation des représentations documentaires (fonction bibliographique);*
- 3) *L'organisation des documents eux-mêmes (fonction bibliothéconomique ou fonction de rangement)¹⁷².*

¹⁷¹ HUDON, Michèle – *Le passage au XXIe siècle des grandes classifications documentaires*. 2006. P. 1.

¹⁷² *Apud: Ibidem.*

Na primeira função cabe a uma classificação organizar os assuntos extraídos de um documento num grande tema, em conjunto com outros semanticamente afins.

Na segunda função cumpre às classificações representar os documentos a partir dos assuntos neles contidos.

Na terceira função compete à classificação arrumar os documentos por assuntos numa biblioteca, fazendo-o através do recurso a uma notação que, nesta circunstância, serve igualmente de cota.

Na sua maioria as classificações bibliográficas foram criadas para dar cumprimento à terceira função, isto é, pretenderam responder a uma necessidade prática, utilitária - organizar o conhecimento em grandes sistemas temáticos.

1.1.3 Composição do sistema [Tabelas principais, tabelas auxiliares, índice e notação]

As classificações bibliográficas do século XIX, inícios do século XX, caracterizam-se por apresentarem uma estrutura muito semelhante.

Geralmente são compostas por: tabelas principais, tabelas auxiliares, notação e índice.

Tabelas Principais

As tabelas principais são formadas por classes que se subdividem em subclasses, sendo esta nomenclatura a essência da estrutura da maioria das classificações bibliográficas. Muitas vezes as classes são também designadas por categorias ou sistemas, facto que concorre para que se designe a este tipo de linguagem, categorial e/ou sistemática.

Cada classe representa um grande tema. A escolha desse tema, como observamos no capítulo II (1.4), é determinada através da aplicação de uma característica seleccionada para o efeito. Cada uma dessas classes é sujeita a uma nova característica formando, desta maneira, as subclasses que se

podem subdividir novamente dando origem a outras subdivisões que representam outros assuntos mais específicos. A subdivisão faz-se sempre de forma hierárquica, obedecendo a uma ordem decrescente: do geral para o particular.

As classes são formadas por conceitos que ocupam um lugar pré-definido. Estes conceitos estão relacionados entre si através de relações hierárquicas, que poderão ser monohierárquicas ou polihierárquicas, dependendo dos sistemas em que se encontram integradas.

A título de exemplo, referimos a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal como monohierárquicas e a Classificação Colon, como uma classificação que apresenta uma estrutura polihierárquica.

Tabelas auxiliares

As tabelas auxiliares são listas de assuntos aos quais corresponde uma determinada notação, tal como acontece nas tabelas principais, sendo estas constituídas pelos auxiliares.

Servem para perspectivar o assunto principal em outras dimensões semânticas, como por exemplo: forma, espaço geográfico, espaço cronológico, etc. Geralmente os auxiliares são traduzidos por símbolos e sinais. O grande contributo dos auxiliares prende-se com o facto de trazerem consigo a possibilidade de se ultrapassar a rigidez que é atribuída às classificações enumerativas. Com este expediente consegue ultrapassar-se a unidimensionalidade que lhes é atribuída, isto é, apenas permitirem representar um assunto numa única perspectiva. Deste tipo de classificações, e na sua essência, fazem parte a Classificação da Biblioteca do Congresso, a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal.

Os auxiliares têm como função essencial especificar o assunto ou representar assuntos compostos e/ou complexos.

Notação

Na ISO 5127/6-1983 (E/F), a definição de notação consiste no:

[...] *ensemble de symboles et de règles d'application utilisés pour la représentation de classes et de leurs relations*¹⁷³.

Entre as várias definições possíveis para o conceito - notação, apresentamos aquele que é referido por Paule Salvan. Para esta autora uma notação:

[...] *est constituée par l'ensemble des symboles désignant les classes et les subdivisions*¹⁷⁴.

Uma notação é, antes de mais, um termo de indexação controlado, na medida em que serve para representar e recuperar informação.

De acordo com estas definições, podemos concluir que uma notação é um código que representa um assunto num sistema de classificação.

A notação, como refere Paule Salvan na sua definição, constitui o conjunto dos símbolos numéricos ou alfanuméricos que designam e representam as classes e subdivisões de uma classificação bibliográfica.

Cada código é singular, nunca se repetindo dentro da mesma classificação.

Dentro das classes estão dispostos hierarquicamente traduzindo a relação hierárquica entre os assuntos que compõem as classes.

Estes códigos são símbolos artificiais e podem ser alfabéticos, numéricos ou alfanuméricos, dependendo do sistema em que estão integrados. Quando são constituídos apenas por letras ou por algarismos denominamos notações puras, como por exemplo a classificação de Cutter, na sua essência, pois apenas usa letras¹⁷⁵, o mesmo acontece com a Classificação de Dewey, que só usa números. Quando as notações são constituídas por letras e por números

¹⁷³ ISO 5127-6:1983 (E/F). In *Documentation et information: recueil de normes ISO I*, 1988. p. 95.

¹⁷⁴ SALVAN, Paule - *Esquisse de l'évolution des systèmes de classification*. 1967. P. 13.

¹⁷⁵ Nas divisões relativas ao geográfico, este autor usa números.

são designadas notações mistas; é o caso da Classificação de Bliss e da Classificação da Biblioteca do Congresso.

Na sua grande maioria as notações são mistas; este tipo de notação é precisamente aquele que permite uma maior flexibilidade na representação dos assuntos. Devido a este facto, é difícil encontrar classificações com notações puras.

As notações são usadas para representar os assuntos num catálogo sistemático, e assim o utilizador pode recuperar, através delas, os documentos. A notação pode ser utilizada na elaboração das cotas; no desempenho desta função, cumpre à notação arrumar os documentos fisicamente nas estantes. Nesta circunstância, a notação desempenha um papel preponderante nas bibliotecas de livre acesso.

A ordem que os documentos ocupam nas estantes reflecte a ordem hierárquica que os assuntos têm nas classificações.

Índice

Segundo a Norma ISO 999(1996), entende-se por índice:

*Alphabetically or otherwise ordered arrangement of entries, different from the order of the document or collection indexed, designed to enable users to locate information in a document or specific documents in a collection*¹⁷⁶.

Tal como a definição refere, um índice é um arranjo ordenado de entradas, que se apresentam de forma alfabética ou outra, diferente da ordem do documento ou colecção indexada e cuja função é permitir aos utilizadores localizar a informação num documento ou documentos específicos de uma colecção.

Partindo desta definição, e tendo em conta as particularidades do mesmo, podemos definir um índice de uma classificação bibliográfica como

¹⁷⁶ ISO - *Information and documentation - guidelines for the content, organization and presentation of indexes*, 1996. P. 2.

uma lista alfabética constituída, na teoria, por todos os assuntos que compõem um sistema de classificação. Os assuntos são representados por um código que, como sabemos, é designado notação. A cada assunto de um índice corresponde uma ou mais notações que se encontram listadas nas tabelas principais ou nas auxiliares.

Entre outras particularidades, o índice não inclui expressões equivalentes para todas as notações de uma classificação, o que concorre para que, algumas vezes, a um assunto corresponda mais do que uma notação, dependendo do ponto de vista sob o qual o assunto se encontra tratado. Nestes casos, as notações são separadas por ponto e vírgula ou por setas de orientação.

Como qualquer índice, este em particular, tem a função de orientar, no caso concreto, o classificador no acto de classificar, ao indicar-lhe a notação relativa a um determinado assunto. Remete o classificador para as notações de uma tabela principal ou auxiliar, permitindo, assim, localizar os números correspondentes a um assunto concreto. Este procedimento efectua-se partindo de uma linguagem natural que é própria de um índice. Os verdadeiros termos de indexação controlados que compõem um índice e as tabelas de um sistema de classificação são as notações.

Tal procedimento também se verifica em relação ao utilizador no momento da pesquisa, quando este consulta um catálogo sistemático.

Neste sentido, podemos afirmar que ao índice cumpre a função de localizar as notações correspondentes a um determinado assunto concreto.

Qualquer notação extraída de um índice deverá ser sempre confirmada na respectiva tabela. Nesta medida, um índice deverá ser sempre entendido como um guia.

1.1.4 Tipologia das classificações

Entre os critérios que era possível adoptar para estabelecer uma tipologia das classificações optámos pelo conteúdo, coordenação e estrutura.

1.1.4.1 Conteúdo [enciclopédicas e especializadas]

Os primeiros sistemas de classificação bibliográfica que surgiram nos finais do século XIX, inícios do século XX, caracterizaram-se por pretenderem abarcar todo o conhecimento, constituindo-se, assim, sistemas de tipo enciclopédico.

Esta característica prendia-se com dois aspectos: um de âmbito pragmático e outro de âmbito teórico-prático.

O primeiro relaciona-se com o primeiro objectivo das classificações - ordenar por matérias as obras de uma biblioteca.

As bibliotecas para as quais tinham sido criadas, bibliotecas públicas e bibliotecas universitárias, eram depositárias de obras que versavam uma grande diversidade de matérias. Tal situação justificava que as classificações que iriam servir para organizar estas matérias, nestas bibliotecas, tivessem de ser de tipo enciclopédico.

O segundo aspecto prende-se, já numa segunda fase, com a classificação, não apenas entendida como instrumento utilitário - meio através do qual se arrumariam as obras nas estantes; mas também como um instrumento que por outro lado, proporcionaria a ordenação de livros por assunto em bibliografias nacionais ou internacionais, como foi o caso da Classificação Decimal Universal.

A esta segunda fase corresponde também a necessidade de se organizar o conhecimento por grandes temas em catálogos - os catálogos sistemáticos também designados por catálogos metódicos.

São de tipo enciclopédico, entre outras, as seguintes classificações bibliográficas: Classificação da Biblioteca do Congresso, Classificação Decimal de Dewey e Classificação Decimal Universal.

A necessidade de *classificações especializadas* consolida-se apenas por meados do século XX, quando há necessidade de representar o conhecimento de forma específica, para responder por um lado a um tipo de utilizador que solicitava o pormenor, por outro aos serviços, também eles especializados, que começaram a proliferar em virtude desse tipo de utilizador.

Estas são constituídas, geralmente, com base num tema mais ou menos alargado, de acordo com as especificidades dos serviços que as elaboram.

Desse tema dependem outros subtemas que se encontram relacionados entre si através de uma relação hierárquica, tal como acontece nas classificações de tipo enciclopédico.

Por vezes acontece que algumas classificações especializadas não são mais do que uma classe desenvolvida de uma classificação de tipo enciclopédico, editada independentemente, com o índice relativo a essa classe. Como exemplo deste caso apresentamos algumas classes da Classificação Decimal Universal.

Este tipo de classificações vem “aparentemente” reduzir os problemas que as classificações de tipo enciclopédico geravam ao pretenderem representar todas as áreas do saber. As especializadas limitam o âmbito do assunto adequando-o, assim, a um determinado perfil de utilizador e de serviço.

Esta capacidade de especificar permite que estas classificações se adaptem às empresas e centros de documentação, situação difícil de acontecer se considerarmos uma classificação de tipo enciclopédico.

Entre as classificações especializadas mais conhecidas, destacam-se, pela sua difusão e uso a Classificação Decimal Astronáutica, a Classificação da OCDE e a Classificação da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos.

Foi esta pretensão, que pode considerar-se irreflectida e exagerada, por parte das classificações, para representarem o conhecimento de forma específica que as afastou do seu principal objectivo – agrupar.

A ambição de se aproximarem das linguagens combinatórias, ao pretenderem representar o conhecimento de forma específica; assim como a introdução dos sistemas informáticos, que de início não conseguiram gerir as suas particularidades, concorreram para o seu desajustamento como instrumentos de recuperação da informação após os meados do século XX. Esta posição apenas veio a inverter-se já no final do mesmo século.

Neste sentido, Chaumier¹⁷⁷ refere o seguinte:

¹⁷⁷ CHAUMIER, Jacques – *Análisis y lenguajes documentales*. 1986. P. 12.

El advenimiento de las máquinas para tratar la información, que pasaron a ser los ordenadores, señalará, hacia los años 60, el retroceso de las "clasificaciones" en provecho de los "tesauros" antes de convertirse éstos, en el transcurso de los años setenta, en el instrumento privilegiado entre todos los sistemas documentales.

Para representarem a especificidade as classificações socorreram-se de todas as suas particularidades. Assim, as classificações enumerativas recorreram a notações específicas, as classificações mistas, como a Classificação Decimal Universal, usavam e abusavam da sintaxe, recorrendo para tal ao uso dos auxiliares. As classificações facetadas, como a Classificação Colon, recorriam ao uso dos dois pontos.

Toda esta especificidade "*contra-natura*", relativamente às classificações enumerativas, e esta flexibilidade proporcionada, designadamente no que respeita às classificações mistas e facetadas veio redundar, naturalmente, em notações cabalísticas e, por isso mesmo, ininteligíveis aos utilizadores e difíceis de gerir pelos computadores, que ainda se encontravam num estado embrionário, no que respeita a esta matéria.

Neste sentido concordamos com Vickery¹⁷⁸, relativamente à flexibilidade, quando refere que as classificações facetadas desenvolvidas com base nos trabalhos de S. Ranganathan, resultam numa desvantagem em relação à pesquisa.

Todavia concordamos que, dadas as suas características, as classificações por facetas são o tipo que melhor se adapta ao conhecimento especializado, por se tornar mais fácil analisar um tema específico nos seus diversos aspectos.

1.1.4.2 Coordenação

Entende-se por coordenação a operação que consiste em estabelecer uma ou mais relações entre conceitos.

¹⁷⁸ VICKERY, B. C. – *La classification a facettes*. 1963. P. 3.

Segundo alguns autores, entre os quais Van Slype e Courrier, a coordenação poderá dar-se em dois tempos: um no momento da representação dos assuntos - pré-coordenação, o outro no momento da pesquisa - pós-coordenação.

Sobre este assunto Courrier refere o seguinte¹⁷⁹:

Le premier aspect qui permet de décrire les langages documentaires est la coordination, en ce sens que l'on distingue deux types principaux de langages documentaires: les langages précoordonnés et les langages postcoordonnés.

Les langages précoordonnés sont appelés ainsi parce qu'ils coordonnent avant le stockage les différents concepts qui forment un sujet. Il s'agit des langages largement utilisés dans les bibliothèques: système de classification et listes de vedettes-matière [...]

Les langages postcoordonnés permettent au contraire de juxtaposer les concepts au moment de l'analyse, de façon à pouvoir les coordonner après le stockage, c'est-à-dire au moment de la recherche.

Numa perspectiva pragmática e redutora, Van Slype¹⁸⁰ conclui que às linguagens pré-coordenadas correspondem as linguagens codificadas e às linguagens pós-coordenadas as linguagens vocabulares.

[...] la coordinación entre los elementos que constituyen la indización se hace a posteriori, en el momento de la indización y de la interrogación, y no a priori, en el momento de la construcción del lenguaje documental, como es el caso de los lenguajes de clasificación. Por este motivo, se dice que la indización a través de un lenguaje combinatorio se efectúa siguiendo el principio de la post-coordinación.

¹⁷⁹ COURRIER, Yves – *Analyse et langage documentaires*. 1976. P. 183.

¹⁸⁰ SLYPE, Georges Van – *Los lenguajes de indización*. 1993. P. 22.

Relativamente à *coordenação*, por princípio e, de uma forma geral, os sistemas de classificação consideram-se linguagens pré-coordenadas. Para tal situação concorre o facto de o classificador, no momento da classificação de um documento, poder estabelecer através de expedientes que elas próprias proporcionam, nomeadamente as classificações mistas e facetadas, relações entre conceitos da mesma classe, assuntos compostos, ou entre assuntos de distintas classes, assuntos complexos. É de referir, contudo, que os primeiros sistemas bibliográficos, numa primeira fase, não contemplavam esta possibilidade, tendo vindo a adoptá-la paulatinamente, como foi o caso da Classificação da Biblioteca do Congresso.

Actualmente, com as funcionalidades que os sistemas informáticos proporcionam, no momento da recuperação da informação, cada vez será mais fácil caminhar para a pós-coordenação, sem que para isso seja necessário recorrer a estes expedientes.

O utilizador, tal como acontece quando usa um tesouro ou outro tipo de linguagem pós-coordenada, poderá combinar no momento da pesquisa os assuntos que entender mais adequados, de acordo com a sua necessidade de informação.

Na nossa perspectiva, esta possibilidade, por um lado contribui para ultrapassar alguns inconvenientes atribuídos a este tipo de classificações e, por outro, aproxima-as mais do verdadeiro espírito das classificações – agrupar.

No que respeita à ultrapassagem dos inconvenientes, esta traduz-se na permissão de aceder a assuntos compostos ou complexos através de notações breves. Para esta situação concorre o facto de, através de duas notações com um nível reduzido de especificidade, o utilizador poder ter acesso à informação de que necessita. Para que tal situação ocorra é apenas necessário que o utilizador recorra a uma pesquisa booleana.

Por outro lado, o facto de as notações serem breves permite uma maior inteligibilidade das mesmas, que para a maioria dos utilizadores ainda continuam a ser códigos cabalísticos.

Por último, a aplicação de notações breves, concorre para evitar a dispersão dos assuntos, convergindo, em tal situação, para que os assuntos se integrem em sistemas epistemológicos mais alargados.

1.1.4.3 Estrutura

A estrutura base das classificações bibliográficas do século XIX foi influenciada pelas classificações desenhadas pelos filósofos e pelos naturalistas, como já tivemos oportunidade de referir. Deste modo, estas foram alicerçadas nos princípios da filosofia aristotélico-tomista, e também no espírito racionalista-empirista do século XVIII.

A influência que mais vinca estes dois pólos tem a ver essencialmente com dois princípios. Estes irão ser os principais fundamentos teóricos da estrutura das classificações dos séculos XIX e XX, a saber: a divisão do conhecimento em classes e a estrutura hierárquica.

Estes princípios marcaram definitivamente a arquitectura destes sistemas até à actualidade.

Segundo a estrutura das classificações elas podem ser: enumerativas, mistas e facetadas.

Todavia, relativamente a esta tipologia referimos que não existe nenhuma classificação que possua uma estrutura pura, tendo em conta, nomeadamente, os elementos que caracterizam as classificações enumerativas e as facetadas.

Para obviar a esta limitação, desde cedo as classificações enumerativas, tais como a Classificação da Biblioteca do Congresso e a Classificação Decimal de Dewey, sentiram necessidade de incorporar na sua estrutura expedientes que lhes possibilitassem ir mais além do que representar o aspecto analítico.

Os números elencados nas tabelas principais, que ocupavam um lugar predeterminado, não eram suficientes para representar um tipo de conhecimento cada vez mais caracterizado pela interdisciplinaridade. A sua pretensão traduzia-se, também, na necessidade de representar os assuntos sob uma forma mais precisa e sintética. Por esta via, a síntese passou a ser um objectivo cuja concretização passava pela construção de notações baseadas em auxiliares.

Com o propósito de atingir uma maior inteligibilidade deste assunto, e para contextualizar a Classificação Decimal Universal, objecto do nosso estudo, apresentamos, de seguida, uma breve descrição das características

da estrutura de cada um dos tipos referidos. Para um melhor entendimento, iremos ilustrar cada tipo com um sistema particular.

Classificações enumerativas [Fundamentos e características]

Dentro das classificações enciclopédicas, as classificações de tipo enumerativo são as mais antigas. Assumem-se como os sistemas bibliográficos mais tradicionais. Nasceram de uma necessidade prática, que se consubstancializou na ordenação dos livros nas estantes dentro de grandes classes de assuntos.

Tal como a própria designação revela, compete-lhes enumerar todas as matérias. Cada classe deverá, pois, enumerar todos os assuntos da matéria geral que representa. Na teoria, existe uma independência semântica entre as classes.

Relativamente ao conteúdo, elas podem ser enciclopédicas, quando abarcam todas as áreas do conhecimento, ou especializadas quando abarcam uma área particular dele.

Este tipo de classificações apresenta os seguintes fundamentos e características:

- uma estrutura monohierárquica, na qual as classes obedecem a um princípio de dependência lógica e, nas quais os conteúdos mais específicos se encontram compreendidos em conteúdos mais gerais. A notação está dependente hierarquicamente da notação que a precede, encontrando-se esta subordinada à primeira, naturalmente. Esta hierarquia manifesta-se ao longo das classes e subclasses. Dentro das classes, as notações apresentam-se sob uma ordem decrescente, ou seja do geral para o particular;
- o conhecimento encontra-se dividido, apresentando todas as matérias e as suas subdivisões de forma sistemática em classes e subclasses, dividindo-se estas, geralmente, em números consecutivos de 10 subdivisões;

- tabelas extensas e exaustivas contendo, na teoria, todas as matérias possíveis de serem classificadas na prática, seja numa classificação enciclopédica, seja numa classificação especializada;
- notações puras numéricas e simples, que permitem representar o analítico. A notação destes sistemas é hierárquica e, regra geral, expressa a própria estrutura do esquema da classificação;
- unidimensionais, isto é: na teoria, um assunto apenas pode ser perspectivado sob um ponto de vista, não dando margem para representar os vários aspectos sob qual é estudado por um determinado autor;
- são sistemas construídos *a priori*, em que as notações que as constituem são determinadas independentemente dos documentos;
- são linguagens apenas analíticas, na medida em que não possuem funcionalidades para representar matérias que num documento se encontram perspectivadas em vários aspectos, muito menos quando são assuntos compostos ou complexos. Esta situação advém do facto de nas classes que compõem os sistemas enumerativos, a sua distribuição ser monolítica, o que concorre para que não seja possível efectivar a síntese;
- geralmente são de tipo enciclopédico.

Entre outras classificações de tipo enumerativo, escolhemos para apresentar como exemplo a Classificação Decimal de Dewey, pelo facto de a Classificação Decimal Universal derivar deste sistema, e também por este sistema ser aquele que maior impacto teve nas bibliotecas do mundo ocidental.

Este sistema será analisado quanto à sua origem histórica, fundamentos, características e composição, elementos de análise, que, de resto, serão considerados no estudo dos outros sistemas de classificação.

Classificação Decimal de Dewey

Origem e contextualização histórica

A Classificação Decimal de Dewey, criada por Melvil Dewey (1851-1931), bibliotecário na Amherst College Library, foi publicada pela primeira vez em 1876, sob o título: *A Classification and Subject Index for Cataloging and Arranging the Books and pamphlets of a Library*. Esta Classificação foi aquela que mais se disseminou por todo o mundo e foi a mais utilizada no mundo ocidental, situação que ainda hoje se mantem.

A segunda edição foi publicada em 1885, sob o título: *Decimal classification and relatix index*. Apenas na décima sexta edição é que o nome de Dewey passou a integrar o título.

Nos Estados Unidos da América, nesta época, o livre acesso nas bibliotecas começava a dar os primeiros passos, situação à qual Dewey não foi alheio. Esta nova modalidade de acesso aos documentos, pressupunha uma nova organização dos documentos por parte das bibliotecas.

Dewey, homem da sua época, foi sensível à nova modalidade de acesso aos documentos, e procurou construir uma classificação que lhe possibilitasse dar cumprimento a este novo desafio.

A aplicação de tal sistema apenas faria sentido caso os documentos estivessem arrumados por assunto, de forma sistemática, nas respectivas estantes. Este facto contribuiu para o grande sucesso deste sistema de classificação, pois o emprego decimal dos números permitia a localização relativa dos livros nas estantes. Este facto concorreu para a sua expansão e memorização.

Outra situação que contribuiu para a sua disseminação mundial foi o facto de o Instituto Internacional de Bibliografia, em 1885, ter necessidade de adoptar um sistema para compilar um reportório bibliográfico universal. Tal situação levou a que se tomasse como base este sistema para criar outro, a Classificação Decimal Universal.

Outro ponto a salientar prende-se com o facto de, a partir de 1930, as fichas impressas da Biblioteca do Congresso, passarem a registar as notações da Classificação Decimal de Dewey.

Entre os sistemas de classificação já existentes, Dewey foi influenciado pelo sistema do tipógrafo Natale Battezzati (séc. XIX). Este sistema tinha sido proposto ao Congresso de tipógrafos e livreiros realizado em Nápoles em Setembro de 1871, e foi por ele adoptado como referência para a ordenação da bibliografia italiana.

Outro sistema que influenciou Dewey foi o sistema de William Torrey Harris (1835-1909), que este tinha concebido para a St. Louis Public School Library. Este sistema sofreu influência indirecta do de Francis Bacon. Harris, usou este sistema de forma inversa. Com base, neste sistema, dividiu o conhecimento em dez classes principais, sendo cada uma constituída por um número variável de divisões. A divisão que fez do conhecimento reflecte, no seu conjunto, a divisão que dele se fazia nos finais do século XIX. Foram estas características que o sistema de Dewey herdou da classificação de Harris.

Dewey construiu o seu sistema, tal como havia feito Harris, dotando-o de nove classes principais (1 ao 9) e atribuindo o zero à classe das generalidades.

Para se ter uma ideia mais clara sobre este assunto base, observemos o quadro que se segue.

Bacon 1623	Harris 1870	Dewey 1876	Classes
Memória { { História { { Natural { Civil	Razão { { Filosofia { Religião { Ciências sociais e políticas { Ciências naturais e aplicadas	Obras gerais { Filosofia { Religião { Ciências sociais	000 100 200 300
Imaginação { { Poesia { { Narrativa { Dramática { Alegórica	Imaginação { { Belas-Artes { Poesia { Ficção { Miscelânea literária	Razão { { Filologia { Ciências puras { Ciências aplicadas	400 500 600
Razão { { Filosofia { { Ciência de Deus { Ciência da natureza { Ciência do homem	Memória { { Geografia e viagem { História civil { Biografia Apêndice Miscelânea	Imaginação { { Belas Artes { Literatura { Geografia { Biografia { História	700 800 910 920 930/999
			900

Fig. 19 - Esquema das classificações de Bacon, Harris e Dewey¹⁸¹

¹⁸¹ BARBOSA, Alice Príncipe – *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. 1969. P. 203.

Apesar de ter sido idealizado com o objectivo de responder a necessidades de ordem prática – arrumar por assunto os fundos bibliográficos, da Biblioteca do Amherst College, este sistema teve uma base científica, o sistema de classificação de Dewey, ao contrário do da Biblioteca do Congresso. Deste modo, caracteriza-se por ser uma classificação sistemática, com base científica.

Por seu lado, a Classificação da Biblioteca do Congresso é uma classificação empírica e utilitária: nasceu com o propósito de arrumar livros nas estantes. Foi-se desenvolvendo de acordo com as necessidades pontuais da Biblioteca do Congresso. Devido ao aspecto utilitário, as bases científicas, filosóficas e todos os pressupostos cognitivos teóricos que estiveram e vieram a estar presentes em outros sistemas de classificação, foram preteridos, neste sistema particular, em favor do interesse pragmático.

Concordamos com alguns autores, entre os quais Gil Urdiciain, quando refere que a organização do conhecimento assente em bases teóricas e abstractas deu lugar ao interesse utilitário.¹⁸²

Fundamentos e características

Neste ponto do trabalho procuramos apresentar os principais fundamentos e características da Classificação Decimal de Dewey. A sua apresentação será o mais breve possível. Esta opção prende-se com o facto desta classificação apresentar a maioria dos fundamentos e das características das classificações enumerativas, que já apresentamos no ponto anterior. Todos os pontos que passaremos a descrever serão desenvolvidos com um maior pormenor quando caracterizarmos a Classificação Decimal Universal, objecto do nosso trabalho.

Passaremos a apresentar os fundamentos e características que nos parecem ser os mais ilustrativos, e que identificam este sistema como singular.

¹⁸² GIL URDICIAIN, Blanca– *Manual de lenguajes documentales*. 1996. P. 87-90. Ver tb. BARBOSA, Alice Príncipe – *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. 1969. P. 53-54.

a) Sistema decimal

A grande novidade deste sistema foi o uso de uma notação decimal. A mais-valia desta Classificação consiste no facto de as notações serem decimais, situação que permite representar os conceitos de uma forma mais específica, conferindo-lhe ao mesmo tempo uma grande flexibilidade na representação dos mesmos.

Segundo Dubuc¹⁸³, designa-se classificação decimal todo o esquema sistemático de classificação que empregue uma notação sob a forma decimal para representar os assuntos nele contidos.

On appelle classification décimale tout schéma systématique de classement employant pour symboliser les sujets qu'il contient une notation à forme décimale.

A notação consiste numa sequência de números que não são considerados inteiros, mas sim decimais: números que são tratados como se fossem precedidos de zero, vírgula. Cada índice poderá ser dividido no máximo de dez índices, imediatamente inferiores.

O sistema decimal nunca tinha sido usado para a ordenação de livros entre si.

O matemático húngaro Tarkas von Bolyai em 1833, e o físico e filósofo francês André-Marie Ampère em 1834, utilizaram o sistema decimal para classificar as ciências.

No que respeita à área da bibliografia, o primeiro ensaio de que se tem notícia, data de 1583, quando François Graudé La Croix de Maine (1552-1592?) tentou aplicar este sistema à divisão das obras de uma bibliografia.

¹⁸³DUBUC, René – *La Classification Décimale Universelle*. 1964. P. 13.

Em 1790, a Biblioteca de Glasgow tenta aplicar o mesmo método. Seguiu-se o método apresentado pelo bibliotecário americano Nathaniel B. Shurtleff (1810-1874) na obra *A decimal system for the arrangement and administration of libraries* que foi publicado em 1856.

Estes três sistemas preconizavam apenas a organização de bibliotecas em pequenas salas, contendo cada uma 10 estantes de 10 prateleiras numeradas de 1 a 10. Em nenhum destes sistemas se encontra o sistema decimal aplicado aos próprios assuntos dos livros.

A primeira vez que isto aconteceu foi com a Classificação Decimal de Dewey, à qual se seguiu a Classificação Decimal Universal.

b) Sistema *a priori*

Tal como acontece com os outros sistemas de classificação, a Classificação Decimal de Dewey é uma linguagem construída *a priori*. Isto quer dizer que a sua construção é independente dos documentos, designadamente a determinação das notações que representam os assuntos.

c) Sistema mono-hierárquico

Como todas as classificações bibliográficas, a Classificação Decimal de Dewey é caracterizada por ser um plano de classificação hierárquico. Nele, as

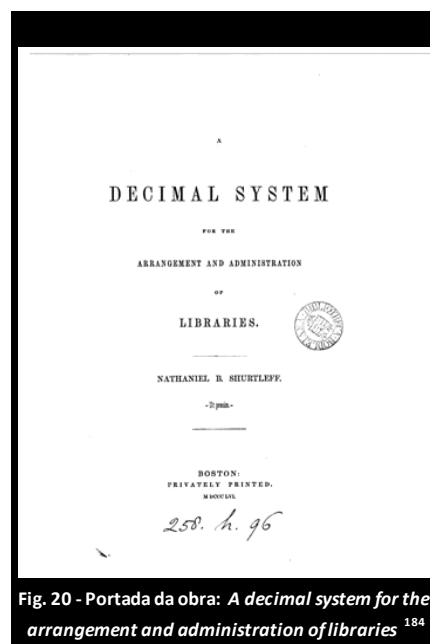


Fig. 20 - Portada da obra: *A decimal system for the arrangement and administration of libraries*¹⁸⁴

¹⁸⁴ Ver:

http://books.google.pt/books?id=HB0CAAAAQAAJ&dq=A+decimal+system+for+the+arrangement+and+administration+of+libraries&printsec=frontcover&source=bl&ots=jxe5zRI4T_&sig=6MJdlLbPJUieTgxGCVpZ2xa_59I&hl=pt-PT&ei=LakwS8u9A8ei4QaL67mqCA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=6&ved=0CB0Q6AEwBQ#v=onepage&q=&f=false [Consult. 21 Dez. 2009].

notações sucedem-se hierarquicamente do geral para o particular, e encontram-se subordinadas umas às outras, segundo o nível de especificidade do assunto que representam.

Cada dígito que se coloque à direita de outro dígito, indica *a priori* uma maior especificidade de um determinado assunto.

Cada notação corresponde no sistema a um único assunto.

d) Linguagem pré-cordenada

Numa leitura conceptual, esta situação manifesta-se na possibilidade de se poder coordenar *a priori* um ou mais conceitos, quando se constroem as notações.

Na sua essência este sistema não é pré-coordenado, porque esta classificação não possui na sua estrutura - base expedientes que lhe permitam tal funcionalidade. Esta característica traduz-se na prática na possibilidade de se construirem notações compostas que, por seu lado, representam assuntos compostos. Esta situação é apenas cumprida devido ao facto de a Classificação Decimal de Dewey possuir tabelas auxiliares.

e) Sistema exaustivo

A Classificação Decimal de Dewey apresenta como característica, entre outras, o facto de elencar de forma exaustiva todos os assuntos conhecidos e, como tal, passíveis de serem classificados.

f) Sistema universal

Relativamente ao seu conteúdo, como classificação que se integra dentro das de tipo enciclopédico, pretende abranger todas as áreas do saber, conferindo-lhe esta característica, um carácter universal.

g) Sistema controlado e estruturado

A Classificação Decimal de Dewey é uma linguagem controlada. Esta característica deve-se ao facto de a cada notação corresponder um único assunto.

É também uma linguagem estruturada, pelo facto de apresentar relações hierárquicas, pois assenta numa estrutura vincadamente hierárquica.

Implicitamente apresenta relações associativas, tal como a Classificação Decimal Universal. Este facto acontece devido ao facto de existirem assuntos que se poderão encontrar classificados em diferentes classes, dependendo da perspectiva. Tomando como exemplo o vestuário, este assunto poderá ser classificado no 155.95 (nos casos em que se estuda a influência que o vestuário tem no aspecto psicológico); no 391, quando se associa o vestuário aos usos e costumes; ou no 746.92, quando aparece associado à moda, ao Design.

Composição

1 Tabelas principais

Neste sistema o conhecimento encontra-se dividido em dez classes principais que, por sua vez, se encontram subdivididas. Cada classe principal tem dez divisões e cada divisão encontra-se, por seu lado, dividida em dez secções, e assim sucessivamente.

Tomando como base a Tabela abreviada francesa, extraída da XXIIe¹⁸⁵ edição integral em língua inglesa, passamos a apresentar a estrutura geral das classes principais:

¹⁸⁵ Esta tabela foi publicada em 2003 pela OCLC (Dublin, Ohio), sob a direcção de Joan Mitchell. Esta edição é composta por quatro volumes, a saber:
Vol. 1: Guia de utilização. Tabelas auxiliares.
Vol. 2: Tabelas principais (005-599).
Vol. 3: Tabelas principais (600-999).
Vol. 4: Índice.

000	Informática, informação e generalidades
100	Filosofia e Psicologia
200	Religião
300	Ciências sociais
400	Línguas
500	Ciência
600	Tecnologia
700	Arte e lazer
800	Literatura
900	Geografia e História

Tabela 6. Classes principais da Classificação Dewey

Como podemos verificar, cada classe é composta por três algarismos. Quando consideramos os grandes campos do conhecimento, isto é, quando não os subdividimos em divisões ou secções, o sistema impõe que a sua notação seja preenchida com zeros.

A título de exemplo, podemos observar que na classe 500, o algarismo 5 representa a classe – Ciência, e os dois zeros, representam a divisão e a secção. Deste modo, a notação 510, é composta pela classe 5, divisão 1 e a secção mantém-se vazia. O conjunto dos três algarismos representa a matemática.

2 Tabelas auxiliares

Como a maioria dos sistemas de classificação, também a Classificação Decimal de Dewey apresenta tabelas auxiliares. Como já referimos, as notações que integram estas tabelas servem para precisar o assunto principal, representado pela classe principal. Essa precisão pode expressar-se em diferentes perspectivas, tal como: históricas, geográficas, cronológicas, etc.

De acordo com a 21ª edição abreviada em língua francesa da Classificação Decimal de Dewey, são sete as tabelas auxiliares, a saber:

Tabela 1: Subdivisões comuns.

Tabela 2: Regiões geográficas, períodos históricos e pessoas.

Tabela 3: Subdivisões para as artes, a literatura e géneros literários.

Tabela 4: Subdivisões de língua e de famílias de língua.

Tabela 5: Raças, etnias e nacionalidades.

Tabela 6: Línguas.

Tabela 7: Pessoas¹⁸⁶.

Dentro destas Tabelas auxiliares damos especial relevância às tabelas 1 e 2, devido ao seu uso. Com um uso mais restrito seguem-se a Tabela 5, e por último, as Tabelas 3 e 4 (línguas, literatura e artes), que se usam apenas nestas áreas do conhecimento.

3 Notação

A notação da Classificação Decimal de Dewey tem duas características fundamentais: é uma notação pura, constituída apenas por algarismos arábés e, é constituída por números decimais o que concorre para que esta notação seja hierárquica e apresente uma grande plasticidade.

Na notação desta Classificação há a considerar uma particularidade que contribui para que se designe *notação de síntese*. Na prática, esta designação expressa-se na aplicação de um ponto (.), sempre que se necessita de expandir, como é o caso das relações entre assuntos. Esta situação traduz-se, por exemplo, quando precisamos de representar um assunto composto. Neste caso recorre-se à aplicação da *notação de síntese*. Aqui síntese significa a união de dois ou mais elementos de um todo, isto é, a tradução de uma notação composta.

¹⁸⁶ Nesta edição foi suprimida esta tabela, devido ao facto de coincidir com a Tabela 1. Observava-se uma redundância com a subdivisão comum - 08.

4 Índice

Sendo, no geral, em tudo semelhante a qualquer outro índice de um sistema de classificação, inclui, todavia, entradas remissivas.

O índice apresenta um elevado nível de pormenor, apresentando sob cada termo todos os pontos de vista relacionados com aquele assunto, assim como as respectivas notações. Pelo exposto, o índice do sistema da Classificação Decimal de Dewey é considerado, por muitos autores e utilizadores deste sistema, como um dos que apresentam uma estrutura mais eficaz para consulta.

Classificações facetadas [Fundamentos e características]

Outro tipo de classificações a considerar, na análise da estrutura, são as classificações facetadas.

Uma classificação por facetas é, segundo Vickery:

[...] une table des termes normalisés qu'il est possible d'utiliser dans une description des documents suivant les matières qu'ils contiennent. Ces termes sont d'abord groupés en domaines homogènes [...] Dans chacun des domaines, les termes sont divisés en groupes connus sous le nom de "facettes" et à l'intérieur de chaque facette ils peuvent être classés hiérarchiquement. Les facettes sont énumérées dans le schéma suivant une ordre déterminé [...] Cet ordre de combinaison permet de mettre en évidence l'ordre des relations qui existent entre les différents termes¹⁸⁷.

De uma forma geral, podemos dizer que as classificações de tipo facetado ou sintético, são aquelas que se baseiam na análise e decomposição de uma matéria. Para uma matéria ser classificada com base neste sistema, a matéria-objecto de classificação tem de se decompor nas suas partes

¹⁸⁷ VICKERY, B. C. – La classification a facettes. 1963. P. 5.

componentes para, numa segunda fase, através de expedientes que são próprios desta classificação, se voltarem a unir. Este processo, se por um lado, permite conservar a autonomia de cada matéria, por outro proporciona ao classificador uma relativa autonomia para classificar o assunto. Assim sendo, podemos concluir que cada documento classificado pressupõe *a priori* um processo de síntese. Ao contrário das classificações enumerativas, que distribuem os assuntos pelas suas classes de forma exaustiva e, em muitos casos, fixa, as classificações facetadas dão liberdade ao classificador para criar as notações nas situações que se justifiquem.

Por isso concordamos com Foskett, quando refere o seguinte acerca da Classificação Colon, nomeadamente em relação à autonomia do classificador:

One of the other basic ideas behind CC is that of "autonomy for the classifier" [...] Ranganathan has tried to go one stage further: to give the individual classifier the means to construct class numbers for new foci which will be in accordance with those that the central organization will allow by means of a set of devices or rules of universal applicability¹⁸⁸.

Este tipo de classificações apresenta os seguintes fundamentos e características:

- uma estrutura polihierárquica, em que cada categoria pode aplicar-se a um conjunto de caracteres;
- são classificações de elevado nível de flexibilidade, que lhe é conferida, pela sua estrutura maleável;
- não apresentam tabelas extensas e exaustivas, devido ao facto de, através dos seus expedientes, se poderem classificar vários assuntos, sem para tal necessitarem de estar elencados de forma exaustiva;
- apresentam notações mistas, constituídas por números e letras. Devido a estas características estas notações apresentam grande flexibilidade;

¹⁸⁸ FOSKETT, A. C. – The subject approach to information. 1977. P. 343.

- apresentam-se multidimensionais: um assunto pode ser perspectivado sob vários pontos de vista permitindo, desta forma, representá-lo sob os vários aspectos, de acordo com a perspectiva do autor.

Dentro das classificações de tipo facetado, escolhemos para exemplificar a Classificação Colon. A nossa opção baseia-se no facto de este sistema ser aquele que, dentro dos sistemas facetados, tem maior repercussão e por ter sido aquele que mais rapidamente se difundiu nas bibliotecas de todo o mundo. Além disso, veio a influenciar a construção de outros sistemas facetados.

Este sistema, além de ser usado como instrumento de classificação, acresce outra mais-valia, como instrumento de análise. A fórmula (PMEST), usada para classificar os assuntos dos documentos, também pode ser usada para fazer a análise de qualquer documento, independentemente de este ser classificado ou não.

Tal como aconteceu com a Classificação Decimal de Dewey, este sistema será, também, analisado quanto à sua origem histórica, fundamentos e características e à sua composição.

Classificação Colon

Origem e contextualização histórica

A Classificação Colon, também designada pela Classificação dos dois pontos, foi idealizada pelo filósofo e matemático Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972).

Devido ao facto de ser bibliotecário da Biblioteca da Universidade de Madras, e porque pretendia introduzir o livre acesso nesta biblioteca, Ranganathan estudou os vários sistemas de classificação existentes. Fê-lo, observando as suas limitações e as suas vantagens, com o intuito de criar um novo sistema. Após este estudo, concluiu que os sistemas existentes, na sua

maioria, se caracterizavam pela rigidez no que respeita à estrutura. Deste modo, resolveu construir um novo sistema baseado na flexibilidade das suas notações; essa flexibilidade traduzia-se essencialmente no uso dos dois pontos (:).

Ao contrário das classificações bibliográficas anteriores, esta baseou-se na moderna teoria das classificações. Relativamente a este assunto, cumpre referir que Ranganathan baseou a sua teoria de classificação na de Bliss¹⁸⁹, com quem mantinha correspondência¹⁹⁰; Bliss era também mentor de uma classificação de tipo facetado, que foi publicada em 1935, sob o título: *A system of bibliographic classification*.

A Classificação Colon, foi publicada pela primeira vez em 1933, e nela se manifesta a principal teoria deste autor. Com a sua publicação inaugurou-se uma nova era nos estudos da classificação bibliográfica.

A partir da criação do *Classification Research Group*, em Londres (1948), a classificação por facetas passou a ser aplicada a campos do conhecimento especializados. Contribuiu para tal situação o princípio base da sua filosofia – um assunto poder ser analisado sob cinco categorias.

Para muitos autores, esta classificação é considerada mais uma reflexão e um exercício teórico e académico do que propriamente uma classificação.

Ainda que rompa com os sistemas tradicionais de classificação, nomeadamente com os de estrutura enumerativa, nesta classificação observam-se algumas linhas de continuidade, tal como a divisão do conhecimento em classes e a organização do conhecimento dito tradicional.

Independentemente de todas as críticas que lhe foram dirigidas, são inegáveis o contributo e o impulso teórico e filosófico que trouxe consigo para o estudo das classificações bibliográficas.

¹⁸⁹ Alguns dos pontos subjacentes ao sistema de Bliss e que, de alguma forma, influenciaram o pensamento de Ranganathan foram:

- Localização alternativa: um determinado assunto podia ser colocado em mais do que um lugar, ficando a sua localização física ao critério da biblioteca, que passaria a usar esse critério de uma forma coerente e consistente.

- Utilização de notações breves e concisas: o conhecimento deveria ser representado por notações sumárias, que não concorressem para a ambiguidade. É de referir que Bliss nunca deu cumprimento a este princípio.

- Utilização de uma notação mista, ou seja notações alfanuméricas.

¹⁹⁰ Na sequência da correspondência mantida com Bliss, em 1937, Colon publicou a sua obra *Prolegomena to library classification*, na qual se expressa a sua teoria sobre a qual sustenta a sua classificação.

Grosso modo, podemos afirmar que a sua aplicação prática como sistema de classificação se circunscreveu, de uma forma geral, ao Oriente, nomeadamente à Índia. Esta situação prende-se, entre outras razões, com questões de mentalidade e culturais. Apesar disso, tanto na Europa como nos Estados Unidos, este sistema foi e continua a ser muito importante, porque se assume como modelo estruturante do conhecimento. A sua influência, como já referimos, observa-se não só na construção de outras linguagens de tipo categorial, mas também na construção de outros tipos de instrumentos da linguagem combinatória, como é o caso dos tesouros facetados, nomeadamente no desenvolvimento da parte facetada.

Fundamentos e características

Neste ponto propomo-nos apresentar os fundamentos e as características essenciais da Classificação Colon. Tal como observámos no ponto anterior relativamente à Classificação Decimal de Dewey, e como apenas se trata de um exemplo, esta apresentação pretende ser a menos exhaustiva possível. Concorre, ainda, para a brevidade da apresentação das características deste sistema de classificação, o facto de elas se diluírem no ponto relativo às características gerais das classificações facetadas.

Após estas breves palavras de introdução, passamos de seguida a expor e a analisar os fundamentos e as características que nos parecem ser os mais particulares da Classificação Colon.

a) Sistema facetado

As principais características deste sistema são as noções de faceta e focos.

Para a concepção das facetas, Ranganathan foi influenciado pelas categorias aristotélicas.

Para Ranganathan, a análise de um assunto por facetas significa que um assunto particular poderá ser perspectivado sob as diversas manifestações

das suas características ou facetas. Esta possibilidade concorre para que este sistema se torne multidimensional e ilimitado. As facetas são a referência da Classificação Colon e obedecem a postulados predeterminados. Cada divisão de uma faceta chama-se foco e uma faceta poderá apresentar um número indeterminado de focos.

Um assunto pode ter uma faceta base e muitos focos isolados. Nestas situações ter-se-á uma classe composta.

Cada uma das facetas de um assunto e os focos de cada uma delas, são considerados como manifestações das cinco categorias fundamentais. Estas categorias são traduzidas pela fórmula PMEST, tal qual Ranganthan postulou na sua obra *Prolegomena to library classification*:

There are five and only five fundamental categories – Time, Space, Energy, Matter, and Personality. [...] This set of fundamental categories, is, for brevity, denoted by the initonym PMEST¹⁹¹.

Para uma maior inteligibilidade, apresentamos o desdobramento desta fórmula no quadro que se segue.

Categorias fundamentais	Símbolos de ligação	Símbolos das facetas
Personalidade	P	, (Vírgula)
Matéria	M	; (Ponto e vírgula)
Energia	E	: (Dois pontos)
Espaço	S	. (Ponto)
Tempo	T	` (Apóstrofo)

Tabela 7. Categorias de Ranganathan

Passamos a analisar cada uma destas categorias, também vulgarmente chamadas facetas¹⁹².

¹⁹¹ RANGANATHAN, S. R – *Prolegomena to library classification*. 2006. P. 398.

¹⁹² *Ibidem*, 398-401. A ordem da sua apresentação é igual àquela que se encontra nesta obra.

Tempo – Ao contrário das outras facetas, esta é de fácil identificação. Tem como função localizar o assunto num espaço cronológico. Apresenta correspondência com as tabelas cronológicas. Na gramática esta faceta corresponde ao complemento circunstancial de tempo.

Espaço – Tal como acontece com a faceta tempo, esta também se assume de fácil identificação. Tem como função localizar o assunto num espaço geográfico. Corresponde às tabelas geográficas. Na gramática corresponde ao complemento circunstancial de lugar.

Energia – Esta faceta está associada à acção, ao movimento, à técnica, ao verbo, ao tratamento, aos procedimentos e às operações. Por analogia com as outras duas esta corresponderá, na gramática, ao verbo.

Matéria – Tal como acontece com a faceta energia, esta também se assume de difícil identificação. Geralmente manifesta-se através de um elemento material, uma propriedade ou qualidade. Compreende entre outros componentes, métodos, operações, etc. Neste sentido, esta faceta corresponde ao objecto sobre o qual o processo se manifesta. Corresponderia, numa expressão gramatical ao complemento directo.

Personalidade – De todas as facetas é aquela que apresenta maior dificuldade em ser identificada. Um método que se usa para a sua determinação é a exclusão, isto é, se depois de analisarmos um assunto à luz de todas as outras facetas nenhuma delas se lhe aplicar, então, por exclusão de partes, tratar-se-á da faceta personalidade.

Dentro da lógica aristotélica corresponderá à substância, isto é, à primeira categoria.

Numa linguagem natural, à faceta Personalidade corresponderá o sujeito.

Através da classificação por facetas podemos analisar um assunto. Isto é, podemos analisar um documento sob todos os aspectos, através da fórmula PMEST.

b) Sistema polihierárquico

Como acontece com todos os sistemas de classificação, também a Classificação Colon é um sistema hierárquico. Porém, ao contrário da Classificação Decimal de Dewey e de todos os outros sistemas enumerativos, este apresenta-se como polihierárquico, permitindo que se estabeleçam várias relações entre os assuntos. Nele, os assuntos encontram-se associados uns aos outros através de relações de coordenação e de subordinação. Prevê relações dentro do mesmo assunto e entre os assuntos.

c) Sistema analítico-sintético

Este sistema, devido à sua natureza, permite a construção de notações compostas.

Na prática dá possibilidade a um classificador de analisar e considerar um assunto sob as várias perspectivas em que ele se encontra tratado num documento. Com base na fórmula PMEST, um classificador na fase da análise poderá interrogar e decompor o assunto de um documento de acordo com cinco facetas previstas. Aquando da representação dos conceitos seleccionados num documento, este sistema oferece-lhe expedientes para que traduza esse assunto composto ou complexo.

Assim sendo, podemos concluir que esta classificação, por um lado, serve como instrumento de análise – PMEST, e por outro lado, apresenta mecanismos para a representação dessa análise - os dois pontos.

Como se poderá inferir, esta metodologia analítico-sintética, proporciona ao classificador um elevado nível de autonomia na classificação dos documentos e permite a individualização conceptual dos documentos e a sucessiva introdução de novos assuntos.

Este sistema é a primeira classificação analítico-sintética.

Os dois pontos, principal característica deste sistema, e que o individualiza dos outros, não constitui uma inovação. Paul Otlet já os tinha usado na Classificação Decimal Universal. Nesta classificação, a adopção dos dois pontos não constitui a base do sistema, como acontecia na Classificação Colon. Eles eram apenas símbolos, como outros, das tabelas auxiliares.

Serviam apenas para representar assuntos compostos e complexos, nos casos em que tal se justificasse.

d) Sistema exaustivo

A característica de exaustividade não pode ser entendida como nas classificações enumerativas, nomeadamente na Classificação Decimal de Dewey, que já tivemos oportunidade de caracterizar. Na Classificação Colon, esta característica prende-se com o facto de ela proporcionar a divisão de um assunto de forma exaustiva, até ele ser esgotado no seu conteúdo.

Ao contrário das classificações enumerativas, esta característica não se reporta à exaustividade das classes, dado que na Classificação Colon esta situação não ocorre devido à natureza do próprio sistema. O facto de se poderem representar todos os assuntos através dos expedientes que a integram, nomeadamente os dois pontos, concorre para que não seja necessário as classes serem exaustivas.

e) Sistema estruturado

A Classificação Colon apresenta uma estrutura hierárquica. Não sendo monohierárquica, neste sistema os assuntos também se encontram registados nas respectivas classes estabelecendo-se entre eles, relações de coordenação e de subordinação.

f) Notação *a posteriori*

Na Classificação Colon as notações não são pré-determinadas, elas são construídas com base no documento. São a análise do documento e, naturalmente, os conceitos dele extraídos, é que determinam a notação. Neste sistema, como já referimos a propósito de outras características, não existe a necessidade de se construírem notações *a priori*.

g) Sistema universal

No que respeita ao seu conteúdo, não pretendendo ser exaustiva, esta classificação pretende abranger todo o conhecimento, concorrendo deste modo para ter um carácter universal.

Composição

a) Tabelas principais

Ranganathan estruturou o seu sistema em 42 classes principais, subdivididas, por sua vez, em 10 subclasses. Nelas registam-se as disciplinas tradicionais agrupadas em três rubricas:

- Ciências naturais e aplicadas;
- Ciências humanas;
- Ciências sociais e sua aplicação.

z	Generalia	LX	Pharmacognosy
1	Universe of knowledge	M	Useful arts
2	Library science	Δ	Spiritual experience and mysticism
3	Book science	MZ	Humanities and social sciences
4	Journalism	MZA	Humanities
A	Natural sciences	N	Fine arts
AZ	Mathematical sciences	NX	Literature and languages
B	Mathematics	O	Literature
BZ	Physical sciences	P	Linguistics
C	Physics	Q	Religion
D	Engineering	R	Philosophy
E	Chemistry	S	Psychology
F	Technology	Σ	Social science
G	Biology	T	Education
H	Geology	U	Geography
HX	Mining	V	History
I	Botany	W	Political science
J	Agriculture	X	Economics
K	Zoology	Y	Sociology
KX	Animal Husbandry	YX	Social work
L	Medicine	Z	Law

Fig. 21 - Classes principais da Classificação Colon¹⁹³

b) Tabelas auxiliares

Com o propósito de permitir uma flexibilidade, a Classificação Colon integra na sua estrutura tabelas auxiliares. Estes auxiliares chamam-se *isolados comuns* e são representados pelo símbolo (CI).

As tabelas auxiliares são quatro e servem para todo o sistema. Estas tabelas são constituídas pelos auxiliares de forma, que incluem, além dos auxiliares de forma de apresentação do documento, outras subdivisões comuns. Estas são apresentadas, geralmente, através das letras minúsculas do alfabeto.

Outro auxiliar é o cronológico, que é representado, também, pelas letras minúsculas do alfabeto e pelo símbolo (TI). Este representa o tempo, como a sua própria designação refere.

¹⁹³ BROWN, A. G.; LANGRIDGE, D. W.; MILLS, J. - Subject analysis and practical classification. 1976. P. 146.

O espaço é outro auxiliar que aparece representado por números em sequência decimal e pelo símbolo (SI). Representa, naturalmente, conceitos geográficos.

O último auxiliar é a língua, que também é representada por números decimais, numa sequência de 1 a 9. O símbolo usado é o (LI).

Tal como os auxiliares no geral estes servem para precisar e especificar os assuntos.

c) Notação

A notação deste sistema é mista. Na primeira edição, os dois pontos (:) eram o único símbolo de ligação entre os assuntos; após a 4ª edição foram introduzidos outros símbolos.

Actualmente esta notação é composta por: símbolos, letras maiúsculas do alfabeto romano, números árabes, letras minúsculas do alfabeto romano, letras gregas, hífenes, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, ponto, aspas, setas e parêntesis.

Outra particularidade que caracteriza a notação do sistema Colon, é o facto de ela não ser pré-definida, como acontece com as notações da Classificação Decimal de Dewey e da Classificação Decimal Universal. Esta situação acontece pelo facto de estas de poderem construir à medida que vão surgindo os assuntos para classificar.

d) Índice

Tal como acontece com outras classificações, a Classificação Colon também apresenta um índice, onde se encontram organizados os assuntos que integram as tabelas.

Capítulo VI
Classificação Decimal Universal

1 CDU [Origem e contextualização histórica, definição e função, fundamentos, características e critérios de aplicação]

A matéria exposta e analisada neste ponto insere-se, numa perspectiva lógica, no ponto anterior; por isso este será subsidiário dele.

A Classificação Decimal Universal integra-se nos sistemas de classificação considerados mistos. Nesta perspectiva, e considerando o capítulo V (Ponto 1.1.4), os principais tipos de sistemas bibliográficos, faria todo o sentido que este ponto integrasse a estrutura do anterior, numa linha que nos parece ser coerente, tanto a nível conceptual, como a nível estrutural.

A razão de inserirmos esta matéria num ponto independente, prende-se com o facto de este sistema de classificação ser o nosso objecto de estudo. Nesta medida, pareceu-nos justificável que a Classificação Decimal fosse tratada com um maior grau de especificidade, nomeadamente quanto aos fundamentos e características, estrutura e critérios de aplicação.

Entendemos que a sua apresentação pormenorizada constituirá uma mais-valia relativamente ao entendimento da segunda parte do nosso trabalho, que constitui o cerne da tese apresentada.

Por uma questão de coerência e uniformidade relativamente à apresentação dos outros sistemas de classificação considerados no capítulo anterior, (Classificação Decimal de Dewey e Classificação Colon), na sua abordagem iremos utilizar uma metodologia e uma estrutura análogas. No entanto, e como já referimos, a sua apresentação será mais detalhada, recorrendo à utilização de exemplos, nos casos que nos parecerem justificáveis para um entendimento inequívoco.

Esta matéria, no geral, constituiu objecto de estudo de um outro trabalho académico elaborado pela mesma autora¹⁹⁴, cuja leitura recomendamos, para um maior desenvolvimento.

¹⁹⁴ SIMÕES, Maria da Graça – CDU: fundamentos e procedimentos. 2008.

1.1 Origem e contextualização histórica

Em finais do século XIX, a Classificação Decimal de Dewey veio dar origem a um outro sistema de classificação decimal, também reconhecido e aplicado num número considerável de bibliotecas no mundo.

A Classificação Decimal Universal, essencialmente, é um sistema de classificação decimal. Teve a sua origem na Classificação Decimal de Dewey. Entre outros projectos, o Instituto Internacional de Bibliografia, na 1ª Conferência Internacional de Bibliografia em 1985, considerou a elaboração de um repertório bibliográfico universal. Esta responsabilidade ficou a cargo de dois juristas belgas: Paul Otlet e Henry la Fontaine.

A Classificação Decimal Universal nasceu com o objectivo de ordenar a compilação de um repertório universal de bibliografia. A sua criação encontra-se ligada à Sociedade das Nações. Para organizar toda a documentação, necessitava-se de um sistema de classificação que lhes permitisse uma organização do conhecimento de forma metódica e sistemática. Esta preocupação foi manifestada por Paul Otlet e La Fontaine na Conférence Bibliographique Internationale.

Nos oito pontos que constituíam os princípios para a elaboração do Repertório Bibliográfico Universal, o propósito de adoptar um sistema de classificação que proporcionasse a arrumação das obras por matérias, encontra-se exposto no segundo ponto:

*Ce répertoire doit donc être à fois alphabétique par noms d'auteur et méthodique par ordre de matières. Il faut aussi que les matières connexes soient groupées afin d'éviter au chercheur les investigations trop nombreuses qui résultent de l'éparpillement des matières.*¹⁹⁵

Aparentemente, o sistema de classificação que responderia a estas solicitações, sobretudo por ser decimal, era a classificação Decimal de Dewey”.

¹⁹⁵ LA FONTAINE, Henri; OTLET, Paul – *Création d'un répertoire bibliographique universel*. 1895. P. 4.

Por volta de 1896, a Classificação Decimal de Dewey já era utilizada com êxito assinalável em várias bibliotecas públicas nos Estados Unidos, sendo adoptada no total de mais de mil bibliotecas.¹⁹⁶

Apesar da Classificação Decimal de Dewey ser um sistema decimal, o que lhe conferia a possibilidade de expansão dos assuntos, apresentava, todavia, uma desvantagem: era pouco flexível, devido ao facto de a sua estrutura ser enumerativa, não permitindo a representação de assuntos compostos e/ou complexos. Para contornar esta situação, o Instituto Internacional de Bibliografia solicitou autorização a Melvil Dewey para a introdução de sinais e símbolos que possibilitassem notações mais extensas, às quais, naturalmente, corresponderiam assuntos específicos, assim como a representação de assuntos compostos.

A introdução destes elementos conferiu ao sistema maior poder de síntese, tornando-o simultaneamente mais flexível e mais pormenorizado. Este facto foi a contribuição mais significativa que trouxe a nova classificação – a Classificação Decimal Universal.

Como se pode depreender deste contexto, ao contrário de outros sistemas de classificação, a Classificação Decimal Universal é, pela sua natureza, uma classificação bibliográfica, na medida em que o seu principal objectivo foi organizar por assunto um extenso repertório.

Este propósito é inovador, na época, considerando outras classificações já existentes, que eram puramente teóricas, como as filosóficas ou científicas. Ainda coexistia outro tipo de classificações, estas de tipo pragmático e utilitarista, como era o caso, em primeiro lugar da Classificação da Biblioteca do Congresso, e num segundo plano a Classificação Decimal de Dewey. Estas duas classificações tinham como objectivo arrumar os documentos por assunto nas estantes.

A Classificação Decimal Universal (CDU) teve origem na 5ª edição da Classificação Decimal de Dewey. Paul Otlet, após ter analisado os sistemas de classificação conhecidos, como já referimos, optou pelo de Dewey. Para esta opção contribuíram essencialmente três factores:

¹⁹⁶ *Ibidem*. P. 12.

- o conhecimento humano organizado em taxonomias;
- a notação constituída apenas por algarismos árabes;
- o princípio decimal subjacente à sua estrutura.

O primeiro e o segundo argumentos contribuíram de uma forma decisiva para a universalidade, característica desde sempre atribuída à Classificação Decimal Universal. Universalidade porque, se por um lado, representava todo o ideário epistemológico do século XIX, por outro, os números eram conhecidos no mundo Ocidental, o que concorria para a tornar numa verdadeira linguagem universal.

Relativamente ao terceiro ponto, o facto de a Classificação Decimal de Dewey assentar num princípio decimal, permitia-lhe intercalar conceitos de forma infinita.

Em 1905 foi publicada a sua primeira edição em francês designada *Manuel du Répertoire de Bibliographie Universelle*, também chamada *Classificação de Bruxelas*, pelo facto de a sede do Instituto Internacional de Bibliografia se situar nesta cidade. Esta primeira versão foi publicada sob os auspícios deste Instituto.

Em 1931 o Instituto Internacional de Bibliografia foi transferido para Haia, onde permaneceu até 1991, passando a chamar-se Instituto Internacional de Documentação. Entre 1927-1933, sob a sua égide, foi publicada a 2ª edição em língua francesa, com o título *Classification Décimale Universelle*. A extensão desta edição era o dobro do da primeira.

No Congresso Mundial de Documentação, em 1937, alterou-se o nome do Instituto Internacional de Bibliografia para o de Federação Internacional de Documentação (FID), designação que se manteve até 1992. Entre outras tarefas, cumpria a este Instituto, através das suas comissões, a publicação, em vários idiomas, de novas edições desenvolvidas, médias, abreviadas e especializadas da Classificação Decimal Universal. Competia-lhe ainda, publicar periodicamente as *Extensions and Corrections to the UDC*, onde são divulgadas as actualizações efectuadas numa ou em outra classe, até à publicação de novas edições.

A partir de 1992, o controlo das edições e traduções desta Classificação passou para um Consórcio de Editores com sede em Liège. Uma das primeiras

medidas deste Consórcio foi a criação de uma base de dados designada *Master Reference File-MRF*. Esta base constitui um ficheiro de referência, que é actualizado todos os anos após a publicação das *Extensions and Corrections to the UDC*.

A Classificação Decimal Universal é o sistema de classificação, desde sempre preferido na Europa e nos países em desenvolvimento não anglófonos, formados na tradição europeia de biblioteconomia.

Regra geral é utilizada para a organização física de grandes colecções em bibliotecas, assim como para a sua inventariação por assunto em catálogos.

Dadas as suas particularidades, ao longo do tempo, a sua aplicação foi mais preponderante em serviços especializados do que em serviços de características gerais.

Enquanto o emprego da Classificação Decimal de Dewey se verifica geralmente nas bibliotecas dos países anglófonos,¹⁹⁷ o emprego da Classificação Decimal Universal utiliza-se, regra geral, em bibliotecas de países francófonos, e em países da Ásia, da América Latina e da África.

1.2 Definição e função

Na edição da Classificação Decimal Universal de 1927-1933¹⁹⁸, este sistema de classificação é definido nos seguintes termos:

[...] *classification systématique dans sa disposition et encyclopédique dans son contenu, - à notation décimale dont les nombres se combinent entr'eux selon certaines fonctions. - classification exposée dans des tables à entrées méthodiques et alphabétiques, - permettant à volonté une indexation sommaire ou détaillée, - d'application universelle à toutes espèces de*

¹⁹⁷ A partir de 1930 a própria Biblioteca do Congresso adoptou a Classificação Decimal de Dewey, nos catálogos impressos. A British Library também usa este sistema para os catálogos sistemáticos.

¹⁹⁸ Institut International de Bibliographie - *Classification décimale universelle: tables de classification pour les bibliographies, bibliothèques et archives...* 1927-1933. P. XVI.

documents et d'objets – à toutes les collections ou parties d'un organisme documentaire, - appropriée aux besoins de la science spéculative et à ceux de l'activité pratique, - susceptible à la fois d'invariabilité et de développement illimité, - prenant place dans l'organisation internationale de la Documentation, - conçue elle-même comme base de l'Organisation mondiale du Travail intellectuel.

Tendo como ponto de partida esta definição tão completa, podemos dizer que a Classificação Decimal Universal, como todas as outras classificações, é uma linguagem documental que se integra nas linguagens de tipo categorial, pelo facto de o conhecimento se encontrar dividido em grandes categorias epistemológicas.

Dentro da tipologia dos sistemas de classificação, quanto ao *conteúdo*, é uma classificação enciclopédica, na medida em que abarca todos os ramos do saber. Quanto à *estrutura*, é um sistema misto, pelo facto de a sua natureza apresentar características de uma classificação enumerativa - elenca todas as matérias e as suas subdivisões de forma sistemática em classes e subclasses. No entanto, como incorpora na sua estrutura tabelas auxiliares, que são constituídas por um conjunto de expedientes que lhe proporcionam ir mais além do que representar apenas o aspecto analítico dos assuntos - característica dos sistemas enumerativos - estas tabelas permitem-lhe também representar o sintético - característica dos sistemas facetados. Esta circunstância concorre para que se insira a Classificação Decimal Universal dentro dos sistemas mistos.

Tal como acontece com as outras estruturas de organização do conhecimento de tipo categorial, à Classificação Decimal Universal subjaz um grande princípio - *a organização do conhecimento* - que se manifesta na arrumação do mesmo em *grandes grupos de matérias*, apresentando-se esta característica a sua principal função.

Tendo como ponto de partida este princípio, na prática ele materializa-se em duas dimensões distintas:

- a organização do conhecimento de uma forma lógica e sistemática em catálogos; esta arrumação caracteriza-se por ser sintética; o termo de ordenação é um código numérico que permite ordenar hierarquicamente o conteúdo dos documentos, possibilitando, desta maneira, o acesso ao conhecimento pelo geral;
- a organização física dos documentos em estantes, designadamente nas bibliotecas de livre acesso, permitindo ao utilizador conhecer as obras que existem numa biblioteca sobre o mesmo assunto e sobre assuntos afins e, sobretudo, dar a conhecer ao utilizador obras que desconhece.

1.3 Fundamentos e características

a) Sistema construído a priori

Constitui um primeiro fundamento o facto de a Classificação Decimal Universal ser, como no geral todas as classificações, uma linguagem construída *a priori*, o que quer dizer que as notações foram atribuídas e fixadas a um determinado assunto, independentemente dos documentos. Os dígitos que constituem estes códigos também são inalteráveis dentro desse mesmo código; a sua inversão resultaria na representação de um assunto distinto.

b) Linguagem pré-coordenada

A pré-coordenação, inerente à constituição das próprias notações das tabelas principais e das tabelas auxiliares, é também um princípio a considerar.

O carácter enumerativo deste sistema herdado da Classificação Decimal de Dewey, não se esgota no elencar dos índices de uma classe. Essa característica é também inerente à própria notação. Por exemplo, a notação

726 *Arquitectura religiosa* é constituída de uma forma enumerativa pelo número 7, que representa o conceito *Arte*, o número 2 que, junto do 7 forma 72 *Arquitectura*, e o número 6 que, junto do 72 forma o 726 e que representa *Arquitectura Religiosa*. Partindo deste exemplo, e abstraindo-nos do plano formal, concluímos então, numa leitura conceptual, que o 726 é um código constituído por três conceitos que foram pré-coordenados *a priori* para formarem um conceito composto.

Situação análoga ocorre nas notações que compõem as tabelas auxiliares. A título de exemplo apresentamos o Auxiliar comum de lugar (469) *Portugal*. O (4) representa o conceito *Europa*, o (46) *Península Ibérica* e o (469) representa *Portugal*. Se, em vez de juntar ao (46) o número 9, juntar o 0, esta notação (460) representa o conceito *Espanha*.

Posto isto, conclui-se que a pré-coordenação na Classificação Decimal Universal se observa a duas dimensões:

- *a posteriori*, quando se parte das tabelas auxiliares – é realizada pelo classificador;
- *a priori*, quando se tem em conta a própria estrutura da notação.

Após a coordenação, os conceitos que formam a notação fundem-se num único conceito, perdendo a sua autonomia conceptual de origem.

O alto grau de pré-coordenação na Classificação Decimal Universal, poderá, por vezes, comprometer a pesquisa, na medida em que se torna extremamente difícil a um utilizador, saber construir um enunciado de pesquisa que apresente uma gigantesca cadeia de números, assim como saber a ordem de citação dos elementos nessa cadeia. Até ao final do século XX esta circunstância, que era real na maioria das unidades de informação, tornava-se incontornável.

Com o desenvolvimento dos sistemas informáticos aplicados às bibliotecas, esta situação alterou-se. O acesso à informação, seja através das linguagens pré-coordenadas, de tipo vocabular, seja das de tipo categorial, torna-se mais eficaz e mais amigável. A adopção das pesquisas booleanas a este tipo de linguagens faz a diferença pela positiva. A estrutura das listas de encabeçamentos de matéria aproxima-se dos tesauros, na medida em que se

deixaram de construir grandes cadeias de termos, (em alguns casos verdadeiros *mini-abstracting*), o que facilita a pesquisa. Esta alteração verificada na estrutura das listas de encabeçamentos de matérias, associadas às booleanas, concorrem para que um utilizador possa usufruir de toda a liberdade para coordenar os conceitos. Esta faculdade possibilita ao utilizador construir ele próprio as suas equações de pesquisa, de acordo com as suas necessidades de informação. Com as significativas alterações tecnológicas, o utilizador já não necessita de construir uma cadeia pré-definida de conceitos, isto é, de acordo com a ordem pela qual foram introduzidos.

Em muitos casos o desconhecimento desta ordem concorria para o silêncio da informação.

Este tipo de pesquisa que se observou, relativamente às linguagens vocabulares de tipo pré-coordenado, também se veio a verificar nas categoriais. Ele traz consigo uma maior flexibilidade nas pesquisas por classificação, no caso concreto pela Classificação Decimal Universal, na medida em que os sistemas informáticos vieram proporcionar a pesquisa por qualquer código que componha a notação composta, independentemente do lugar que nela ocupa.

Esta funcionalidade resulta numa mais-valia para o utilizador, que não precisa de saber a ordem pré-definida das notações e, assim, consegue ter acesso à informação. As alterações informáticas concorreram para valorizar os sistemas pré-coordenados, no caso concreto a valorização da Classificação Decimal Universal, como intermediária entre a informação e o utilizador.

Outra vantagem em no que respeita às classificações, nomeadamente no que respeita à Classificação Decimal Universal como sistema de classificação misto, prende-se com o facto de se poder representar com grande especificidade e exaustividade o resultado da análise, através de códigos sintéticos, algo que as linguagens pós-coordenadas não podem dar.

Com as alterações sofridas relativamente às linguagens categoriais, estas passam a assumir potencialidades e características que até então eram apanágio das linguagens pós-coordenadas.

O facto de se poderem fazer pesquisas booleanas, à semelhança das linguagens pós-coordenadas, foi um valor acrescentado ao incremento das

pesquisas por classificação. O recurso aos índices pré-coordenados, para efeito de pesquisa, é agora uma realidade.

c) *Sistema mono-hierárquico*

A Classificação Decimal Universal, na sua essência, apresenta uma estrutura hierárquica, na qual as classes obedecem a um princípio de dependência lógica, em que os conteúdos mais específicos se encontram compreendidos dentro dos conteúdos mais gerais, situação análoga aos de todos os sistemas enumerativos. Será esta a relação hierárquica que se estabelece entre os códigos que constituem as classes e subclasses.

Estas relações estabelecem-se sempre dentro da mesma subclasse, um assunto apenas pode ocorrer dentro de uma classe e num determinado ponto da sua estrutura, encontrando-se de acordo com o princípio da lógica aristotélica em que uma taxonomia não pode aceitar elementos de outras taxonomias. Assiste-se, assim, à exclusão de elementos de classes de um mesmo nível.

Um código está dependente hierarquicamente do código que o precede, logo, o código que se lhe segue estará subordinado a este, naturalmente. Dentro de uma subclasse, os códigos apresentam-se por uma ordem decrescente.

Na teoria, tal como acontece com outros sistemas de base mono-hierárquica, um assunto apenas poderá ser perspectivado sob um ponto de vista, conferindo este facto à Classificação Decimal Universal uma dimensão unidimensional. Esta ideia é expressa por Paul Otlet, na seguinte expressão:

*La Classification décimale constitue donc une localisation parfaite des matières. Elle répond à ce principe essentiel de l'ordre bibliographique [...] une place pour chaque chose et chaque chose à sa place [...] cette idée est de l'essence même du système*¹⁹⁹.

¹⁹⁹ LA FONTAINE, Henri; OTLET, Paul – *Création d'un répertoire bibliographique universel*. 1895. P. 18.

Como teremos oportunidade de observar ao longo deste trabalho, na prática, esta característica não corresponde ao preconizado na teoria.

Se tivermos em conta as tabelas auxiliares, a estrutura monohierárquica traduz-se numa estrutura poli-hierárquica, possibilitando, através destas, representar o mesmo assunto sob várias perspectivas, o que lhe confere uma dimensão multidimensional.

d) *Linguagem exaustiva e específica*

A característica atrás enunciada concorre para outras que se encontram relacionadas com essa: a *exaustividade* e *especificidade*.

O facto de numa categoria semântica apenas serem admitidos conceitos uma única vez sob a respectiva faceta, concorre para que a Classificação Decimal Universal se apresente como um sistema marcado *a priori* por estas duas características.

Tal circunstância leva a que se enumerem *a priori* todos os assuntos previsíveis de serem usados num sistema documental, de uma forma exaustiva. À partida, esta característica confere-lhe, na teoria, a possibilidade de representar todos os assuntos expressos nos documentos, portanto, um número infinito de matérias.

À *exaustividade* (número de conceitos possível de representar), está associada a *especificidade*, que tem a ver com o nível de expressão com que se representa um conceito.

O comportamento relativamente à exaustividade também é observado no que concerne à especificidade. A estrutura da Classificação Decimal Universal está desenhada de forma a poderem representar-se, não só assuntos com um elevado nível de generalidade, mas também assuntos caracterizados por um elevado nível de especificidade. Para esta última possibilidade concorrem indiscutivelmente o facto de ser um sistema decimal e o facto de ser provido de símbolos e signos auxiliares.

e) *Linguagem decimal*

Como já foi referido, esta característica constitui a principal herança do sistema de Dewey, sendo ainda hoje considerado o principal elo de afinidade entre os dois sistemas. Consiste no facto de os números das tabelas principais serem tratados como se fossem números decimais. É esta faceta da classificação que permite representar o conhecimento até ao infinito.

Termo vocabular	Notação	Nº Decimal
Ciências Sociais	3	0,3
Política	32	0,32
Formas de organização política...	321	0,321
Origens do governo...	321.1	0,321.1

Apenas desta forma se compreende o facto de o número 3 preceder o 32 e assim sucessivamente. Cada número poderá ser dividido em dez, o que quer dizer que cada número se poderá dividir em dez conceitos. Como são considerados números decimais, cada dígito que se juntar à direita representa um conceito cada vez mais específico, com a particularidade de apenas se recorrer a números e não a outros elementos como, por exemplo, letras.

Esta possibilidade proporciona ainda o reconhecimento destes códigos em qualquer parte do mundo independentemente do seu idioma.

f) *Linguagem universal*

Outra característica herdada da Classificação Decimal de Dewey, concorreu para a larga difusão e consolidação da Classificação Decimal Universal no mundo ocidental: o facto de as suas notações serem numéricas fez com que fosse considerada uma linguagem supralinguística. Sobre este assunto, pode ler-se, na *Création d'un Répertoire Bibliographique Universel*, o seguinte:

*Cette classification présente un triple avantage. Elle constitue d'abord une nomenclature des connaissances humaines, fixe, universelle et pouvant s'exprimer en une langue internationale, celle des chiffres.*²⁰⁰

Ser uma linguagem universal, assume assim, uma dupla dimensão, na medida em que a sua universalidade lhe é também atribuída pelo facto de ser enciclopédica quanto ao seu conteúdo, abarcando, na teoria, todo o conhecimento humano. A este propósito, na edição de 1927-1933, pode ler-se o seguinte:

*Classification encyclopédique des connaissances – La Classification décimale dans ses développements scientifiques, tend à donner un inventaire complet de toutes les sciences, de toutes les idées, de toutes les institutions, de toutes les activités et de tous les objets*²⁰¹.

Esta particularidade contribuiu para que este sistema fosse, desde logo, adoptado quer por bibliotecas gerais, quer por bibliotecas especializadas.

Esta característica é endémica à sua génese, na medida em que nasceu, como sabemos, para organizar por temas o Repertório Bibliográfico Universal.

g) Sistema normalizado

Outro princípio tem a ver com o facto de a Classificação Decimal Universal ser uma linguagem normalizada. Este fundamento prende-se com a circunstância de, ao longo da sua história, estar presente a preocupação de a sua elaboração, desenvolvimento e difusão serem efectuados de acordo com instruções emanadas de organismos de normalização nacionais e

²⁰⁰ LA FONTAINE, Henri; OTLET, Paul - *Création d'un repertoire bibliographique universel*. 1895. P. 5.

²⁰¹ Institut International de Bibliographie - *Classification décimale universelle: tables de classification pour les bibliographies, bibliothèques et archives...* 1927-1933. P. VI.

internacionais, tais como a FID e, actualmente, o Consórcio Editor da Classificação Decimal Universal.

Tal preocupação normativa tem como objectivo garantir uma prática que se quer uniforme e consistente, com vista a obter resultados pertinentes e precisos na recuperação da informação.

h) Sistema analítico-sintético

Quando referimos esta característica relativamente às classificações, no nosso entender, ela poderá ser considerada em duas acepções: uma de dimensão conceptual alargada e outra de dimensão conceptual reduzida.

No que concerne à primeira acepção, entendemos que todas as classificações são analítico-sintéticas, na medida em que todas representam os assuntos que resultam da análise do conteúdo de um documento. Nesta perspectiva, e partindo do significado linguístico deste termo, é evidente que todas são analíticas e todas são sintéticas, porque têm como objectivo representar e disponibilizar o conteúdo resultante da *análise* dos documentos de forma *abreviada*.

Abstraindo da leitura linguística destes termos e analisando-os à luz de um contexto documental, concluímos que apenas algumas são analítico-sintéticas. São analítico-sintéticas as classificações facetadas e mistas, devido ao facto de possuírem expedientes que lhes permitem decompor a análise de um determinado assunto nas suas várias perspectivas e, ao mesmo tempo, esses expedientes permitirem representar, de forma sintética, o resultado dessa análise.

O facto de a Classificação Decimal Universal possuir tabelas auxiliares, permite-lhe fazer uma análise conceptual exaustiva, que se traduz na decomposição de cada assunto nas suas várias facetas. Simultaneamente, mediante um processo de síntese, estes são combinados entre si através dos expedientes que constituem estas tabelas. Como teremos oportunidade de observar, geralmente os auxiliares mantêm-se ligados à matéria representada pelo número principal. Este processo dá origem a notações compostas que

representam assuntos compostos e complexos, tal como podemos observar no exemplo que se segue:

Termo vocabular	Notação
Crescimento urbano, meio ambiente, Brasil, séc. 20	711.4:504(81)"19"

i) Sistema semi-facetado

Como temos observado ao longo desta breve exposição sobre os fundamentos e as características da Classificação Decimal Universal, este sistema é, na sua essência, enumerativo, circunstância que é notória de forma explícita. No entanto, também se observam com frequência rasgos estruturais atribuídos às classificações facetadas. Por este motivo, que passamos a expor através de alguns exemplos, conclui-se que a Classificação Decimal Universal é um sistema semi-facetado.

A noção de faceta na Classificação Decimal Universal observa-se a duas dimensões:

1- Em relação às tabelas auxiliares

Esta primeira dimensão tem a ver com a possibilidade conferida pelas tabelas auxiliares, através de expedientes "facetados", isto é, de permitir perspectivar um assunto em várias dimensões:

Termo vocabular	Notação
Pintura renascentista italiana	75.034(=1:450)
Pintura no século XIX	75"18"

2- A própria noção de faceta está presente em algumas classes

Esta particularidade concorre para o surgimento de um conjunto de subclasses resultante da divisão de uma classe, a partir da aplicação de um determinado princípio ou característica. Para ilustrar esta ideia, apresentamos o seguinte exemplo, extraído da subclasse *72 Architectura*.

Se partirmos da faceta edifícios, iremos encontrar na subclasse:

Arquitectura 72

Faceta [Edifícios]

Edifícios religiosos 726

Edifícios com fins educativos 727

Edifícios de habitação 728

Como podemos observar nos exemplos apresentados, encontramos os edifícios perspectivados em três categorias distintas: religiosos, com fins educativos e de habitação. Esta tipologia, baseada na faceta imóvel [função], garante-nos, à partida, que podemos analisar este assunto sob as perspectivas apresentadas.

Na Classificação Decimal Universal, além das facetas, podemos ainda encontrar subfacetas. Por exemplo, se partirmos do assunto Máquina e tomarmos como faceta a noção Transportes, esta possibilitará organizar este conceito em três subfacetas, como podemos observar no exemplo apresentado:

Máquinas 62

Faceta [Transportes] 656

Subfaceta [conteúdo]

Transporte de mercadorias 656.13

Transporte de passageiros 656.025

Subfaceta [operação]

Transporte terrestre...656.1/.5

Transporte aéreo 656.7

Transporte marítimo 656.61

Subfaceta [Combustível, fonte de calor]

Aquecimento a gás 62-62

Aquecimento eléctrico 62-65

j) Sistema controlado e estruturado

Iniciamos este ponto referindo o controlo morfológico. Neste tipo de linguagem podemos considerar que existe controlo morfológico, porque a cada índice corresponde apenas um assunto.

Tal como acontece nas linguagens vocabulares controladas, nas quais se estabelecem relações sintáticas e semânticas, também nas linguagens categoriais se estabelece este tipo de relações. É nesta medida que se considera a Classificação Decimal Universal uma linguagem estruturada. No entanto, devido à sua natureza, as relações encontram-se implícitas na própria estrutura.

Neste tipo de linguagem, ao contrário do que acontece nas de tipo vocabular, as relações que se estabelecem entre os termos, que neste caso se apresentam sob forma de notações, não são assinaladas através de qualquer expediente que as torne explícitas e inequívocas, pois, tal como se referiu, na sua maioria estas relações são inerentes à própria constituição do sistema.

Com o propósito de contribuir para um melhor entendimento deste ponto, sistematizaram-se as relações de acordo com a tipologia observada na linguagem vocabular, designadamente nos tesouros:

- Relações sintáticas
- Relações semânticas.

Relações sintáticas

Este tipo de relações pode ser observado na Classificação Decimal Universal pelo facto de este sistema ser constituído também por tabelas

auxiliares. Estas relações são estabelecidas através do recurso aos auxiliares comuns gerais e aos auxiliares especiais. Podem observar-se em duas situações distintas: dentro da mesma classe ou entre classes diferentes.

Quando se estabelecem *dentro de uma mesma classe ou subclasse* representam assuntos compostos.

Termo vocabular	Notação
Imigração, impacto no desenvolvimento económico, Europa, séc. 20	314.74:330.3(4)"19"

Quando se estabelecem *entre classes diferentes* representam assuntos complexos, como, por exemplo:

Termo vocabular	Notação
Imposto sobre o tabaco, Espanha	336.22:663.97(460)

Nos casos em que se constroem notações com o recurso aos auxiliares especiais, os quais, dada a sua natureza, apenas se aplicam a algumas classes ou subclases, constituem-se notações que, na teoria, podemos denominar "sintagmas nominais". Este facto ocorre por estas notações apresentarem uma unidade conceptual análoga ao que acontece na linguagem vocabular, conferida pela circunstância de estes auxiliares se caracterizarem por uma função sintética de um nível elevado, onde em muitos casos os conceitos que formam esses índices acabam por se diluir, perdendo assim a sua autonomia, como podemos observar nos exemplos que se seguem:

Termo vocabular	Notação
Teoria da arte moderna	7.036.01
Reabilitação urbanística	711.025

Relações semânticas

São as relações semânticas que controlam e estruturam o vocabulário documental ao nível do significado. Por analogia com as linguagens vocabulares controladas, também vamos encontrar na Classificação Decimal Universal *relações de tipo hierárquico e associativo*.

Em relação às *relações de equivalência*, importa referir que estas não são necessárias num sistema de classificação. Se a sua existência num tesouro ou em listas de encabeçamentos de matérias se justifica para controlar a sinonímia inerente à linguagem natural, numa classificação esta razão não tem sentido porque, neste tipo de linguagem, os conceitos são representados por códigos que, no caso da Classificação Decimal Universal, são numéricos. Outra razão que pesa para a sua inexistência prende-se, no nosso entender, com o facto de cada conceito estar integrado e fixo *a priori* numa estrutura hierarquizada – classe - que o identifica conceptualmente de forma inequívoca, anulando, desta maneira, a ambiguidade causada pela sinonímia.

Vejamos, a título de exemplo, o caso dos minerais. Quando são abordados numa perspectiva de composição química, classificam-se no 549 *Mineralogia*; quando são abordados numa perspectiva de exploração, classificam-se no 622 *Mineração*.

Relativamente às *relações hierárquicas*, estas são, por excelência, as que se estabelecem numa classificação. Na Classificação Decimal Universal constituem o tipo de relações básicas, pelo facto de este ser um sistema que apresenta um elevado nível de hierarquização e por ser decimal. Apresentam-se na sua estrutura de forma explícita, como podemos observar no exemplo que se segue:

Termo vocabular	Notação
Finanças	336
Finanças públicas	336.1
Teoria e métodos da gestão das finanças públicas	336.11

No que respeita às *relações associativas*, elas também estão presentes na Classificação Decimal Universal. Apesar de, na teoria, se classificar este sistema como mono-hierárquico, na prática algumas matérias aparecem em várias subclasses, circunstância que ocorre com significativa frequência.

Esta situação verifica-se devido ao facto de este sistema ser enciclopédico, abarcando, portanto, todo o conhecimento. Desta forma, uma matéria poderá ser classificada na perspectiva sob a qual é tratada num documento, sendo-lhe atribuído o índice (aferido mediante uma análise criteriosa) que melhor se adequar à situação concreta.

Ela concorre também para que, no índice alfabético, a uma determinada rubrica corresponda mais do que uma notação. Quando se observa esta situação, ela é assinalada através de uma seta ou de um ponto e vírgula, que, desta forma, traduzem as relações de associação.

Termo vocabular	Notação
Cartografia	528.9 → 912
Hipoteca	347.27; 347.46; 657.41

1.4 Composição

a) Tabelas principais

A distribuição do conhecimento na Classificação Decimal Universal faz-se por 10 classes principais, que vão de 0 a 9. Os quadros epistemológicos e a ordem segundo a qual se encontram dispostos actualmente mantêm-se de acordo com o estipulado no plano original concebido por Paul Otlet, nos *Principes et règles de la Classification Décimale*. Entre outros assuntos abordados nesta obra, Paul Otlet justifica a ordem geral das matérias adoptadas por Dewey.²⁰²

²⁰² DUBUC, René – *La classification décimale universelle*. 1964. P. 29.

Na classificação de Dewey, como observámos no ponto relativo a esta matéria, o conhecimento universal encontra-se dividido em nove classes principais: Filosofia, Religião, Ciências sociais, Filologia, Ciências naturais, Técnica e ciências práticas, Arte, Literatura e História, e mais uma classe, onde se encontram classificadas as obras gerais²⁰³. Esta divisão representa o quadro epistemológico positivista e filosófico do século XIX. Alguns autores vêem na ordem atribuída às classes a importância que as matérias tinham na sociedade deste século.

Como sabemos, a Classificação Decimal Universal sofreu influência directa da Classificação Decimal de Dewey, herdando desta as classes principais e a notação decimal. Por seu lado, a Classificação Decimal de Dewey sofreu influências da classificação de William Torrey Harris. Esta classificação reflectia os programas do ensino universitário norte-americano, dado que Charles Dewey era bibliotecário do Amherst College Library e, ao conceber este sistema, fê-lo para organizar os livros desta Biblioteca por assunto.

Esta preocupação convergiu para a ideia generalizada de que a divisão do conhecimento apresentada nos sistemas Dewey e Classificação Decimal Universal tenha concorrido para que estes sejam caracterizados como sistemas assentes na alta tecnicidade e elitismo académico. Entre os autores que comungam desta ideia, encontra-se Nicole Robinet, ao referir que estes sistemas foram: "Conçus par des lettrés pour des lettrés."²⁰⁴

²⁰³ Confrontar com a Classificação Decimal de Dewey.

²⁰⁴ Cf. ROY, Richard – *Classer par centres d'intérêt*. (1986). P. 226.

0	Generalidades. Ciência e conhecimento. Organização. Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações
1	Filosofia. Psicologia
2	Religião. Teologia
3	Ciências sociais. Estatística. Política. Economia. Comércio. Direito. Administração pública. Forças Armadas. Assistência social. Seguros. Educação. Etnologia
4	[Vazia]
5	Matemática e ciências naturais. Meio ambiente. Matemática. Astronomia. Astrofísica. Investigação espacial. Geodesia. Física. Química. Ciências da terra. Ciências geológicas. Paleontologia. Ciências biológicas. Botânica. Zoologia
6	Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia. Agricultura. Transporte. Gestão de empresas. Indústria
7	Arte. Recreação. Entretenimento. Desporto
8	Língua. Linguística. Literatura
9	Geografia. Biografia. História

Tabela 8. Classes Principais da CDU

Na Classificação Decimal Universal, como podemos observar no esquema apresentado, o conhecimento encontra-se organizado em dez grandes temas, repartidos respectivamente em dez classes, que vão da classe 0 à classe 9. Importa referir que a classe 4 se encontra actualmente vazia. Em edições anteriores a 1962 encontrava-se preenchida com a *Linguística*, disciplina que hoje se encontra na classe 8, junto da *Literatura*.

Estas dez classes dividem-se em outras dez áreas e assim sucessivamente. Dada esta característica estrutural, o seu desenvolvimento torna-se ilimitado.

As classes principais são o tronco do sistema da *Classificação Decimal Universal*. É a partir delas que se desenvolve toda a sua estrutura. É também às classes principais que se aplicam os números que constam das tabelas auxiliares, permitindo-lhe uma dinâmica funcional que faz deste sistema uma classificação mista.

Em oposição aos auxiliares, as notações que compõem estas tabelas chamam-se números principais. Ao contrário dos índices que compõem as tabelas auxiliares, estes são isentos de qualquer símbolo, sendo a notação constituída apenas por números árabes.

Os números principais têm como função representar o conteúdo principal de um documento. Estes números formam as classes e subclasses. Dentro das subclasses formam-se outras subclasses mais específicas designadas divisões.

Cada uma das classes é representada por um só dígito, a subclasse por dois e a divisão por três.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Ciências puras	5
Matemática	51
Considerações fundamentais e gerais da matemática.	510

b) Tabelas auxiliares

A técnica de classificar através deste sistema é idêntica àquela que pressupõe qualquer sistema de classificação.

Como observámos no capítulo I, voltamos a referir, que o próprio acto de classificar pressupõe a análise prévia do documento, que consiste na identificação e selecção dos assuntos a classificar. Após a análise, recorre-se ao índice alfabético para localizar a notação que traduz o assunto identificado, confirmando-se, de seguida, a correspondência desta nas tabelas principais e/ou auxiliares. Caso se justifique, ou seja, perante assuntos compostos e/ou complexos, terá de construir-se a notação.

A eventual complexidade que se poderá encontrar na aplicação deste sistema decorre, geralmente, do uso das tabelas auxiliares. Assim, conscientes desta questão, passaremos a apresentar a definição, características, função e aplicabilidade destas tabelas, socorrendo-nos, para o efeito, de vários exemplos.

Os auxiliares que formam as tabelas da Classificação Decimal Universal são de dois tipos:

- Auxiliares comuns gerais;
- Auxiliares especiais.

Uns e outros são representados por símbolos e signos, sendo estes códigos aqueles que conferem a sintaxe à Classificação Decimal Universal. A sintaxe consiste na associação destes às notações principais, constituindo, deste modo, uma unidade e formando, simultaneamente, notações compostas, também designadas por índices compostos. É com base nesta possibilidade que se pode dizer que os auxiliares trouxeram consigo a síntese, ao proporcionarem a composição de assuntos compostos e complexos.

Paralelamente, o uso dos auxiliares possibilita, por um lado, um maior nível de especificidade na representação dos assuntos, e por outro lado uma restrição conceptual do assunto representado, sendo, de resto, esta a sua função.

Por exemplo, na notação, 33(450)"19", o 33 representa o conceito *Economia*, notação que foi extraída da classe principal 3 *Ciências Sociais*; a esta notação foi associado o Auxiliar de lugar (450), que representa *Itália* e o Auxiliar de tempo "19" para a representação do século.

O método de construção de uma notação composta, quando esta é formada por auxiliares comuns gerais, é o mesmo que se usa quando se querem construir notações compostas por auxiliares especiais.

Estrutura e dinâmica dos Auxiliares

Tal como se observa em relação às notações das tabelas principais, estes elementos encontram-se também agrupados e organizados hierarquicamente formando, deste modo, "classes".

Mais do que o desenvolvimento de alguns conceitos que constituíam determinadas subclasses, foi a introdução e o desenvolvimento dos auxiliares a mais-valia trazida pela Classificação Decimal Universal em relação às

classificações já existentes, como a da Biblioteca do Congresso e a Dewey, de uso alargado e reconhecido já na época. O desenvolvimento e a evolução dos auxiliares manifesta-se, em termos práticos, como já referimos, na possibilidade de representar assuntos compostos e complexos que outras classificações ao tempo não permitiam representar de forma tão sistemática.

Foi esta estrutura dinâmica mais completa, flexível e enriquecedora, que contribuiu para que este sistema fosse adoptado, desde cedo, em todo o tipo de bibliotecas. A grande vantagem em relação à *Classificação de Dewey*, onde já existiam também auxiliares, reflecte-se na sua diversidade e no seu maior número. Além disso, há a considerar a introdução dos dois pontos, símbolo que veio permitir relacionar os assuntos, como iremos observar mais adiante.

Outro ponto a considerar, no que concerne aos auxiliares, é o facto de estes nesta classificação, ao contrário do que acontece na Dewey, se encontrarem explícita e individualmente identificados. Isto quer dizer que na Classificação Decimal Universal, a cada auxiliar corresponde um símbolo que o caracteriza, identificando, deste modo, o seu significado e distinguindo-o dos outros auxiliares. Esta diferença formal contribui para que as perspectivas que representam sejam reconhecidas inequivocamente sem deixar margem à ambiguidade na leitura conceptual dos índices, contrariamente ao que se observa na Dewey, onde estes aparecem diluídos na própria notação, contribuindo para a ambiguidade, sobretudo, para utilizadores que estejam pouco familiarizados com o sistema.

A introdução dos auxiliares permitia ultrapassar a unidimensionalidade própria das classificações enumerativas e mono-hierárquicas, características dos sistemas mais tradicionais, como a Classificação da Biblioteca do Congresso, contribuindo, deste modo, para a multidimensionalidade que, na prática, se traduz na flexibilidade do sistema.

Signos e sinais

Antes de iniciarmos o estudo dos auxiliares e, dado o relevo que eles assumem neste sistema, entendemos que seria útil uma apresentação dos mesmos.

Os signos e sinais são elementos que integram a estrutura da Classificação Decimal Universal; são geralmente extraídos da ortografia e da matemática. É através deles que se identificam as perspectivas sob as quais um assunto está tratado num determinado documento. Além destas características, são eles que dão forma aos auxiliares.

Os signos que fazem parte do sistema Classificação Decimal Universal são:

+	/	:	::	'	*	()	""	-	A/Z	[]	=	→	≡
---	---	---	----	---	---	----	----	---	-----	----	---	---	-----	---	---

Tipologia dos signos

Os signos dividem-se em dois tipos, sendo o critério de distinção a *função* que desempenham no sistema de classificação.

Uns usam-se na notação para representar o conteúdo dos documentos, outros fazem parte formal das notações. Estes últimos têm como função auxiliar na leitura das notações e no manuseamento das tabelas.

Segundo a sua função, no acto de classificar podemos sistematizá-los em:

- Signos classificativos;
- Signos não classificativos.

Signos com função classificatória: função e aplicação

Os signos classificativos permitem representar assuntos compostos ou complexos e têm uma função sintética, na medida em que permitem associar assuntos, constituindo, deste modo, os elementos sintácticos do sistema.

+ Adição	* Asterisco
/ Extensão consecutiva	() Parêntesis
: Relação simples	"" Aspas
:: Ordenação	- Hífen
` Apóstrofo	A/Z Recurso ao alfabeto

Tabela 9. Signos com função classificatória

+ Adição – Tabela 1a

Este signo, extraído da linguagem matemática, tem o mesmo significado daquele que lhe é atribuído na aritmética.

Permite representar os assuntos de um documento, que poderão estar associados semanticamente ou não entre si, mas que se encontram estudados de forma independente dentro desse documento particular. A única relação de afinidade entre eles é o facto de se encontrarem estudados no mesmo documento.

Os assuntos neste documento devem assumir o mesmo nível de importância e, nas tabelas de classificação, a ordem sequencial não deve ser consecutiva.

Este signo tem uma função extensiva, pelo facto de permitir formar índices que combinam vários conceitos, o que lhes confere um significado extensivo. Geralmente aplicam-se nas seguintes situações:

- 1) *Obra que aborda três temas que estão associados semanticamente entre si, estudados de forma independente e que não se encontram elencados na tabela segundo uma ordem sequencial.*
- 2) *Obra que aborda dois temas que não estão associados semanticamente entre si, estudados de forma independente e que não se encontram elencados na tabela segundo uma ordem sequencial.*

Embora seja um signo ao qual não se recorre com grande assiduidade, ele aplica-se com relativa frequência para coordenar auxiliares geográficos ou assuntos onde esteja implícita essa noção, como demonstra este exemplo:

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Arquitectura em Itália e Espanha	72(450+460)
Cultura e arte em Portugal	008+7(469)

Se o último exemplo tratasse de um estudo comparado da cultura e da arte em Portugal, ou seja, da influência que a cultura portuguesa teve na arte, o signo de adição teria de ser substituído pelo de relação. Contudo, na prática, muitas vezes fomentada por indicações de alguns manuais e/ou por indicação de algumas tabelas, induz-se a que se criem distintos pontos de acesso para cada assunto estudado.

Este método, sendo, na teoria, absolutamente pacífico, pois efectivamente trata-se de dois ou mais assuntos independentes, na prática, poderá, todavia, levar a conclusões erradas. Quando se visualiza num OPAC pode pensar-se que estamos perante assuntos que são abordados em documentos diferentes.

Por outro lado, se as tabelas postulam estes signos para assumirem estas funções, por uma questão de uniformidade, sempre que possível devem usar-se. A ausência do sinal +, nos casos postulados pelas tabelas, a nosso ver, só se justifica quando o número de notações a coordenar construa um índice que, dada a sua extensão, seja ininteligível e prejudique uma prática que se quer clara e precisa. Nestes casos, as notações devem ser registadas em separado.

/ Extensão consecutiva – Tabela 1a

Na Classificação Decimal Universal, este signo designa-se por barra oblíqua ou diagonal e representa extensão.

A barra oblíqua permite representar matérias extensas num mesmo índice, estudadas no mesmo documento, desde que esses assuntos se encontrem consecutivos nas tabelas, substituindo, deste modo, o signo de adição.

A técnica de aplicação consiste no registo da primeira notação, aplicando-se, de seguida, a barra à qual se associa outra notação ou parte dela (última parte), se for esse o caso.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Receita e despesa pública	336.2/.5

Este método tem uma dupla função: por um lado, reduzir os índices, na medida em que vai suprimir e/ou abreviar as notações ou partes destas que se encontram compreendidas entre as duas notações; por outro lado, economizar, em relação aos pontos de acesso, na medida em que apenas se constitui um índice para representar conceitos complexos ou compostos.

Em alguns casos estes já aparecem constituídos nas tabelas principais e nas tabelas auxiliares:

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Formas modernas de governo	321.6/.8
Pequenas Antilhas	(729.7/.8)

Tal como o signo de adição +, este constitui um índice amplo, atribuindo-se-lhe, deste modo, uma função extensiva.

Dentro dos Auxiliares comuns gerais, é o signo através do qual se consegue atingir um maior grau de síntese, havendo casos em que assume uma função integrativa.

A teoria preconizada no ponto relativo ao signo de adição + é análoga à que se aplica a este signo /.

Sempre que se observem as situações prescritas nas indicações das tabelas, e desde que não colida com a prática usual dos serviços, deve-se usar a barra oblíqua ou o signo da adição. A adopção de qualquer um destes

signos depende, desta forma, da política de classificação usada num determinado serviço. O seu condicionamento está relacionado com a adopção de sistemas pós-coordenados ou pré-coordenados.

Como estes signos proporcionam a pré-coordenação, em serviços onde se opte pela pós-coordenação, só em casos muito restritos se deverá aplicar tal prática.

O facto de se criar um ponto de acesso para cada matéria – pós-coordenação – irá proporcionar uma maior liberdade na combinação de notações na hora da pesquisa. A pós-coordenação também permite recuperar cada conceito através da respectiva notação, o que concorre para que, nos casos em que se coloque tal pretensão, o uso da barra oblíqua seja inadequado.

O uso deste signo, como podemos observar nos exemplos expostos, em alguns casos fracciona as notações e, noutros casos, elimina-as, pois a barra “suprime” notações ou parte delas, encontrando-se, todavia, em qualquer uma destas circunstâncias, subentendidas. No entanto, como não se encontram efectivamente registadas, geralmente por limitações de *software*, não é possível pesquisar pelas notações subentendidas pelo uso da barra oblíqua, facto que concorre para que sejam consideradas inadequadas a serviços automatizados, onde, regra geral, se privilegia a pós-coordenação.

: Relação simples – Tabela 1b

Os dois pontos representam uma relação simples ou geral entre conceitos. Esta relação é reversível.

A *relação simples* serve para relacionar dois ou vários conceitos quando, no mesmo documento, estes se encontram estudados uns em relação ao(s) outro(s). Assim, desde que esta situação se observe, deve recorrer-se a esta prática. No entanto, existem situações, já previstas nas tabelas, que evitam o recurso aos dois pontos.

Termo vocabular	Notação correcta	Notação errada
Sociologia económica	316.334	316:33:00

As relações que os dois pontos estabelecem são simples e recíprocas, e nelas os termos que as compõem têm valores semânticos iguais, situação que lhes permite inverter a ordem das notações, podendo, deste modo, recuperar-se o documento através de qualquer uma delas.

Relativamente à ordem de citação dos índices que compõem estas notações compostas, não se encontram normas precisas para se estabelecer o registo das mesmas, facto que se atribui à circunstância de o peso dos índices ser geralmente igual.

Para alguns autores, a ordem a considerar deverá seguir a sequência dos índices da Classificação Decimal Universal²⁰⁵, como se observa nos exemplos que se seguem:

Termo vocabular	Notação
Política, bibliografia	016:32
Ética na arte	17:07

Para outros, deverá dar-se prioridade à notação ou notações que representem o assunto ou assuntos principais do documento²⁰⁶, como se verifica neste exemplo:

Termo vocabular	Notação
Crescimento urbano, impacto sobre o ambiente	711.4:504

Seguindo este raciocínio e, partindo deste exemplo, infere-se que, apesar de as matérias serem equivalentes semanticamente, o autor deu maior relevo ao crescimento urbano, facto que concorreu para que fosse

²⁰⁵ DUBUC, René – *La classification décimale universelle : manuel pratique d'utilisation*. 1964. P. 55.

²⁰⁶ MORENO FERNANDEZ, Luis Miguel; BORGOÑÓS MARTÍNEZ, María Dolores – *Teoría y práctica de la clasificación decimal universal (CDU)*. 1999. P. 73.

registada em primeiro lugar a notação relativa ao crescimento urbano e, em segundo, a notação relativa aos danos ambientais.

Muitas vezes estas normas são destituídas por outras de carácter prático. Um dos factores que contribui para tal, tem a ver com a arrumação física das obras, quando esta se baseia num sistema de classificação. Nestes casos dar-se-á primazia à notação que represente o assunto que for mais relevante para o serviço.

Assim, se este documento, que ilustra o exemplo anterior, fizesse parte do fundo bibliográfico de uma biblioteca de ciências naturais, provavelmente teríamos de inverter a ordem das notações.

Ao contrário do sinal de adição e da barra oblíqua, que ampliam o sentido do índice ao qual se aplicam, as relações expressas pelos dois pontos restringem o tema.

Na teoria, o número de conceitos que se podem relacionar é ilimitado e, além desta particularidade, as relações entre os conceitos podem estabelecer-se entre um número diversificado de categorias. Relativamente a este ponto, Miguel Benedito²⁰⁷ sistematizou-as da seguinte forma:

- 1) *Relação geral não específica*²⁰⁸
- 2) *Relação direccional*: um documento que se dirige a um grupo específico ou a uma matéria
- 3) *Relação comparativa*: um documento que estuda a comparação entre duas matérias
- 4) *Relação de diferença*: um documento que trata o estudo das diferenças entre duas matérias
- 5) *Relação de influência*: um documento que estuda a influência de um fenómeno ou tema sobre outro. Neste caso, o assunto que exerce a influência, regra geral, regista-se em segundo lugar

Apesar de ser consensual a ideia de que os dois pontos servem para relacionar assuntos entre si – e com eles se estabelecerem relações gerais em

²⁰⁷ BENEDITO, Miguel – *El sistema de clasificación decimal universal*. 1996. P. 29

²⁰⁸ É uma relação de natureza geral em que houve a necessidade de se relacionarem dois conceitos.

que as notações assumem valores semânticos idênticos –, em algumas situações também lhes está implícita outro tipo de relações, como é o caso das relações de subordinação:

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Desenho assistido por computador	741:004 ou 004:741
Arquitectura digital	72:004 ou 004:72

Como podemos observar, em ambos os exemplos existe uma relação implícita de subordinação. A noção de computador ou informática, nos dois casos, está subordinada ao desenho e à arquitectura, respectivamente. Nestes contextos, as noções de subordinação restringem-se aos instrumentos, sendo desenho e arquitectura os assuntos principais.

Como os dois pontos servem para representar qualquer tipo de relação, torna-se difícil reconhecer quando estamos perante conceitos apenas coordenados ou perante conceitos subordinados.

Apesar de a aplicação alargada do uso dos dois pontos ser observada ao longo das tabelas principais e auxiliares, estes, no entanto, nunca se podem registar entre uma classe principal e um auxiliar. A sua aplicação apenas é possível entre números da mesma categoria, isto é, entre duas notações extraídas da classe principal ou entre duas notações extraídas da tabela auxiliar.

:: Ordenação – Tabela 1b

Este signo representa uma dupla relação também chamada relação fixa.

Utiliza-se para fixar a ordem das notações que compõem um índice composto. Entre os conceitos representados existe uma relação de subordinação. Usam-se os dois pontos para fixar o significado original de cada índice que compõe a notação composta, evitando, assim, falsas interpretações em relação ao tema representado.

Termo vocabular	Notação
Escola de pintura	377::75
Ensino da filosofia	37::1

Da leitura do primeiro exemplo, depreende-se que é um documento que trata de escolas de pintura e não sobre a pintura nas escolas. Se usássemos uma simples relação a leitura seria ambígua, na medida em que as duas leituras seriam possíveis. O mesmo raciocínio é válido para o exemplo relativo ao ensino da filosofia.

O índice composto pelas duas notações constitui uma unidade, na qual o número principal é o que precede os dois pontos duplos. Nesta notação o índice que se encontra depois dos dois pontos duplos está subordinado à notação que se encontra antes.

` Apóstrofo

Este signo representa a integração.

O apóstrofo tem como função a síntese e a integração de conceitos. Neste sentido, em analogia com a barra oblíqua, este signo proporciona uma economia de números, pois a função integradora que o caracteriza proporciona-lhe a fusão de notações, evitando-se, assim, a repetição de números e o recurso aos dois pontos.

Para se proceder a esta operação, é condição que os índices que compõem as respectivas notações tenham um radical comum.

Por último, referimos que este símbolo forma o auxiliar especial `0/'9, que, juntamente com os auxiliares -1/-9 e os auxiliares .01/.09 constituem os auxiliares especiais, que iremos desenvolver noutra parte deste trabalho. Pelo facto de integrarem este tipo de auxiliares, este símbolo só poderá ser aplicado nos casos indicados na tabela.

* **Asterisco**

É um símbolo que introduz elementos externos à Classificação Decimal Universal.

Este símbolo separa os números da Classificação Decimal Universal dos signos alfanuméricos ou números que lhes são externos, isto é, os elementos que não são parte integrante da tabela. Sempre que esta situação ocorre, recomenda-se que se mencione em nota explicativa a fonte da qual foram extraídos esses elementos externos.

Recorre-se a este expediente quando se pretende especificar um assunto através da introdução de uma palavra, símbolo ou número que são extraídos de fontes externas à Classificação Decimal Universal.

A título de exemplo, referimos a sua aplicação na subclasse 54, quando é necessário expressar conceitos que se encontram na tabela periódica e na subclasse 630. No entanto, o seu uso poderá correr ao longo de toda a tabela.

Exemplos:

Termo vocabular	Notação
Isótopo de carbono de massa 14	546.26.027*14 ²⁰⁹
Biologia florestal	630*12 ²¹⁰

"" **Aspas – Tabela 1g**

As aspas são o símbolo que expressa o tempo cronológico.

Determinam a noção de tempo, circunscrevendo um conceito no espaço temporal. Usam-se nos auxiliares comuns de tempo.

Qualquer indicação cronológica deve ser composta no mínimo por dois dígitos.

²⁰⁹ Extraído da Tabela periódica.

²¹⁰ Extraído da *Forest Decimal Classification*.

Termo vocabular	Notação
Demografia, Europa, séc. 8-12	317(4)“07/11”

() Parêntesis

O parêntesis curvo, expressa a noção de espaço geográfico e também as de raça e nacionalidade.

Tem como propósito, não só contextualizar um assunto num determinado espaço geográfico, mas também serve para perspectivar um assunto na sua dimensão étnica, nacional e de raça, embora a estes últimos tenha de adicionar-se um sinal de igual dentro dos parêntesis a preceder os números.

Exemplos:

Termo vocabular	Notação
Artesanato português	745(=1:469)

- Hífen

O hífen quando associado aos respectivos números, tem como objectivo, representar aspectos relacionados com a propriedade, material e pessoa, constituindo, nestes casos, os Auxiliares comuns -02, -03, -05, respectivamente.

Além destes auxiliares ainda constituem os Auxiliares especiais -1/-9.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Médicos	61-051
Vestuário de linho	677-037.1
Romance	82-31

A/Z – Recurso ao alfabeto

Cumpra-se o objectivo de especificar os assuntos recorrendo, para tal, ao alfabeto.

Tal como os elementos introduzidos pelo asterisco, o signo A/Z, é também um símbolo externo à Classificação Decimal Universal. Mesmo sendo um elemento externo a este sistema, o asterisco é aqui omitido, sendo estes auxiliares aplicados directamente ao índice que os antecede. Entre estes e o número principal não existe nenhum espaço, constituindo, deste modo, uma unidade perceptível. Também se torna dispensável referir em nota a origem destes elementos, ao contrário do que acontece quando se aplica o asterisco.

A notação da Classificação Decimal Universal é pura, como já referimos no ponto apropriado; no entanto, há situações, designadamente nas bibliotecas especializadas e noutros serviços especializados, em que se justifica, dada a ocorrência de um dado assunto, representá-lo de forma pormenorizada. Perante estes casos particulares, que se caracterizam por um elevado nível de especificidade, quando se utilizam apenas as notações numéricas, corre-se o risco de estas se tornarem extremamente extensas e incompreensíveis.

Para obviar a tais situações, recomenda-se que se recorra a este expediente A/Z, na medida em que ele restringe numericamente as notações, tornando-as, simultaneamente, mais inteligíveis. Esta particularidade confere a este sistema a possibilidade de classificar qualquer assunto independentemente da sua especificidade, nomeadamente documentos cujos temas sejam: lugares, nomes de pessoas, instituições, etc.

Estes signos podem manifestar-se em termos simples, em expressões, siglas, acrónimos, nomes próprios e nomes de instituições. Em muitos casos o

recurso a este símbolo é imprescindível, já que nas tabelas, regra geral, não existem notações para representarem assuntos que incluam nomes próprios.

Quando se aplicam junto a um auxiliar geográfico colocam-se entre parênteses curvos. No caso de nomes próprios e instituições, seguem-se as indicações estipuladas nas regras de catalogação no que concerne à forma de encabeçamentos de autores.

Cumpre referir que o signo A/Z se aplica a todas as classes, uma vez que são elementos externos à Classificação Decimal Universal. Na literatura da especialidade, por vezes aparecem associados aos auxiliares comuns gerais, observando-se a sua recomendação ao longo da tabela.

Para ilustrar esta ideia, apresentamos alguns casos em que a sua aplicação é considerada mais relevante e necessária:

- 1) Caso em que se deseja localizar com precisão um assunto na dimensão espacial, geralmente no que concerne à História e à Geografia (classe 9), recorre-se ao auxiliar comum de lugar + A/Z.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Expedição, Amazónia	910.4(81Amazónia)

- 2) Caso em que se pretende classificar um documento cujo tema seja uma biografia individual (subclasse 929).

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Gandhi, Mohandas Karamchand, biografia	929Gandhi, Mohandas Karamchand

- 3) Caso em que se pretende individualizar a obra literária de um autor independentemente da forma em que se apresente: um título particular, compilação, estudo, recensão crítica, etc. (subclasse 82).

Termo vocabular	Notação
<i>Os Miseráveis</i>	821.133.1-31Hugo, Victor

- 4) Caso em que se pretende individualizar a obra de um artista, arquitecto, escritório de arquitectura ou outra actividade e ainda para exposições de arte (classe 7).

Termo vocabular	Notação
Wright, Frank Lloyd, obra	72Wright, Frank Lloyd

Signos não classificatórios: função e aplicação

= Signo de igual
. Ponto
... Reticências
→ Flecha
Tabela 10. Signos não classificatórios

= Signo de igual

Este signo serve para formar os auxiliares comuns de língua e os auxiliares comuns de raça, grupo étnico e nacionalidade, sendo este último precedido de parêntesis.

Termo vocabular	Notação
Química, dicionário em inglês	54(03)=111
Arte cigana	7.031.4(=214.58)

. Ponto

Neste esquema de classificação, o ponto tem uma dupla função. Por um lado, assume uma função classificatória, quando o concebemos junto dos auxiliares especiais.01/.09.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Teoria da pintura	75.01

Por outro lado, o ponto também assume uma função não classificatória. Esta situação verifica-se quando faz parte de uma notação e esta é constituída por mais de três dígitos. Nestes casos regista-se no final de cada conjunto de três dígitos, contando da esquerda para a direita.

Nesta circunstância, o ponto serve apenas para facilitar a leitura da notação, assumindo, desta forma, uma função de ordem prática e funcional. A repetição do ponto dentro de uma notação denuncia a especificidade de um assunto.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Campos de concentração	343.819.5

... Reticências²¹¹

Indicam que o número principal ao qual estão ligadas poderá ser mais especificado.

Estas poderão ser usadas em qualquer lugar da notação. O espaço que indica poderá ser preenchido por uma notação principal. Ao juntar-se-lhe outro número, deverá ser respeitada a ordem de pontuação convencional, isto é, depois de três dígitos deverá ser colocado um ponto.

²¹¹ Este símbolo desapareceu da Classificação Decimal Universal, não se encontrando no Ficheiro Básico de Referência desde 2000. No entanto, por uma questão de demonstração da dinâmica deste sistema, entendeu-se que seria de alguma mais-valia integrá-lo neste trabalho.

Note-se que as reticências são um recurso de visualização na estrutura das tabelas, mas não devem aparecer nas notações reais. O espaço deverá ser preenchido pelos dígitos adequados.

Termo vocabular	Notação
Nitratos	661.8...43

Os dígitos que se seguem às reticências podem juntar-se a qualquer uma das subdivisões de 661.8. Por sua vez, *...43*, que representa *Nitratos*, poderá ser associado a *661.857 Compostos de prata*. Partindo deste princípio, para a representação do conceito *Nitrato de prata* seria:

Termo vocabular	Notação
Nitrato de prata	661.857.43

→ Seta

Este signo tem como objectivo remeter o utilizador para notações que representam conceitos relacionados ou semanticamente próximos aos expressos pelo número base, sob o qual aparece esta seta indicadora. Neste sentido é um símbolo de orientação.

Assume a função de uma relação associativa, na medida em que nos remete para números que representam o mesmo conceito sob outro ponto de vista. É usada no índice da classificação.

355.016 Antimilitarismo

→ *172.4; 343.34*

Auxiliares comuns gerais [Definição e características]

Designam-se auxiliares comuns gerais as notações que constituem as tabelas auxiliares da Classificação Decimal Universal e que têm como característica o facto de poderem ser aplicados a todas as classes principais do referido sistema 0/9, sem quaisquer restrições a não ser as inerentes à própria matéria a classificar.

Estes auxiliares são constituídos por símbolos e por sinais (tabelas 1a e 1b) e por outros auxiliares que compõem as restantes tabelas.

Os auxiliares comuns gerais têm como função completar, modificar e especificar a notação que, em regra, foi extraída de uma classe principal e que, geralmente, representa o assunto principal de um documento.

Por analogia com as linguagens vocabulares, o auxiliar tem a função de modificador. Os auxiliares tanto podem alargar o sentido do assunto representado pela notação principal, como também o podem restringir. É o caso dos símbolos / e +, que ampliam o sentido da notação principal e o símbolo :, que o restringe.

Quando associados a uma classe principal, estes auxiliares representam sempre uma informação adicional, traduzem o assunto principal nas dimensões em que o assunto é estudado no respectivo documento, enriquecendo, nesta perspectiva, o assunto principal.

Termo vocabular	Notação
Propriedade fundiária, França, séc. 15	332.21(44)"14"

O auxiliar de lugar (44) e o cronológico "14", perspectivam a *propriedade fundiária* numa dimensão espacial e cronológica, tornando, deste modo, a informação mais precisa e pertinente a quem pesquisa.

Alguns auxiliares, para além de traduzirem uma dimensão analítica, podem também informar sobre a tipologia do documento, bem como fornecer informação sobre o seu suporte físico. Nestes casos, estas características são representadas pelos Auxiliares comuns de forma.

Termo vocabular	Notação
Mamíferos, África, vídeo	599(6)(086.8)

Dada a sua importância, não podemos deixar de registrar uma breve nota teórica sobre a sua aplicação que, de resto, se enquadra numa doutrina mais vasta sustentada no principal objectivo das classificações – agrupar em classes.

Como já foi referido, por uma questão de eficácia prática e de cumprimento do principal objectivo das classificações, é desejável que as notações principais sejam breves e simples. Este princípio não é exclusivo das classes principais, devendo também ser observado no que concerne à aplicação de qualquer auxiliar. A sua utilização deverá, todavia, ser determinada em função da ocorrência do assunto num determinado fundo. A não observância desta regra levará à dispersão do conhecimento no catálogo sistemático, o que resulta no desvirtuamento do objectivo deste catálogo.

Tipologia

Quanto à sua função, os Auxiliares comuns gerais dividem-se em dois grupos:

- Independentes;
- Dependentes.

Auxiliares comuns gerais independentes

Os Auxiliares comuns gerais independentes, tanto se podem associar a uma classe principal, como também se podem registar separados, constituindo, assim, um ponto de acesso independente.

Os auxiliares que constituem este conjunto são:

Tabela 1c – Auxiliares de língua (=...)
 Tabela 1d – Auxiliares de forma (=...)
 Tabela 1e – Auxiliares de lugar (1/9)
 Tabela 1f – Auxiliares de raça ou nacionalidade (=...)
 Tabela 1g – Auxiliares de tempo "..."

Tabela. 11. Auxiliares comuns gerais independentes

Auxiliares de língua (Tabela 1c): Função e aplicação

Símbolo = [Este auxiliar é representado por um sinal *de igual*]

Estes auxiliares empregam-se quando se pretende expressar a língua em que se encontra o documento. Dada esta circunstância, é utilizado com frequência em obras que contêm traduções.

Na prática, este auxiliar é pouco utilizado, uma vez que a informação que faculta, geralmente está explícita no próprio documento, bem como no título e outros elementos formais que fazem parte da descrição bibliográfica. A sua aplicação torna-se útil quando se pretendem organizar os documentos pela língua. Revela-se de grande importância em serviços²¹² onde existe grande número de edições bilingues e/ou multilingues ou quando se pretende indicar aos utilizadores a língua da qual foi traduzido um determinado texto. Numa notação, o auxiliar de língua geralmente regista-se depois dos outros auxiliares. Esta ordem poderá ser alterada, se um serviço pretender organizar a sua documentação por língua e não pelo assunto principal.

Este auxiliar integra os números compreendidos entre =1/=9. Como todos os outros auxiliares e, por analogia com as classes principais, encontram-se organizados de forma hierárquica.

²¹² Escolas de idiomas.

Termo vocabular	Notação
Línguas eslavas	=16
Línguas eslavas do Oriente	=161
Russo	=161.1

É a partir deste auxiliar que se formam as línguas e as literaturas individuais. As subdivisões do *811 Línguas* são construídas utilizando a tabela auxiliar de línguas =1/=9, substituindo o sinal de igual por um ponto, sendo o mesmo raciocínio aplicável às subdivisões *821.1/.8 Literaturas individuais*.

Para efeitos de classificação, uma notação não pode ser substituída por outra o que quer dizer, que não se pode classificar um estudo sobre uma língua ou literatura individuais utilizando um auxiliar de língua.

Cada um tem uma função autónoma e específica. Assim, às subdivisões *811* cumpre classificar documentos cujo objecto é ou está relacionado com estudos de uma língua individual. Os Auxiliares de língua, como já foi referido, têm como função indicar apenas em que língua está escrito um dado documento.

Termo vocabular	Notação
Literatura espanhola ²¹³	821.134.2=113.6

Partindo desta possibilidade conferida por este tipo de auxiliar - construção de línguas e de literaturas individuais - concluiu-se, na teoria, que, conhecendo-se os denominadores comuns das línguas e literaturas individuais - *811* e *821.1*, respectivamente - apenas terá de se associar o auxiliar de língua para se construir qualquer notação relativa às línguas e às literaturas individuais que se encontram omissas na Classificação Decimal Universal.

²¹³ Texto em sueco.

Termo vocabular	Notação
Língua italiana	811.131.1
Forma-se a partir de: 811 Língua =131.1 Língua italiana	
Literatura italiana	821.131.1
Forma-se a partir de: 821 Literatura =131.1 Língua italiana	

Regista-se, contudo, que por motivo de eventuais erros, tal prática será de evitar devendo por isso, consultar-se sempre a tabela de classificação. De seguida, apresenta-se um conjunto de situações nas quais ocorre com frequência o uso do auxiliar de língua.

1) *Obras em língua original*

Nesta categoria incluem-se as obras escritas numa língua individual, da qual se pretende dar indicação.

Termo vocabular	Notação
Política ²¹⁴	32=14'02

2) *Traduções*

Obras traduzidas de uma língua para outra língua. À notação da classe principal acrescenta-se a língua que foi objecto de tradução, precedida de =030, logo seguida da língua na qual se encontra o texto escrito.

²¹⁴ Texto em grego clássico.

Termo vocabular**Notação**

Física ²¹⁵	53=030.112.2=134.2
-----------------------	--------------------

3) *Dicionários bilingues***Termo vocabular****Notação**

Língua francesa – língua portuguesa, dicionário	811.133.1(038)=134.3
---	----------------------

4) *Documentos multilingues*

Os documentos multilingues poderão ser classificados recorrendo ao auxiliar de língua =00, ou aos auxiliares de língua individual apresentados por ordem crescente.

Termo vocabular**Notação**

Medicina, manual ²¹⁶	61(035)=00 61(035)=111=131.1=134.3
---------------------------------	---------------------------------------

5) *Tradução de obras literárias*²¹⁷

Estas obras classificam-se registando a literatura original da qual foram traduzidas (obra de criação), acrescentando-se o género literário e o autor, se as circunstâncias assim o justificarem e, por fim, adicionando-se a língua para as quais foram traduzidas e o auxiliar especial.03.

²¹⁵ Texto traduzido do alemão para o espanhol.

²¹⁶ Texto em inglês, italiano e português.

²¹⁷ Ver também a informação exposta na subclasse 82, relativamente à aplicação do .03.

Termo vocabular	Notação
<i>Os Lusíadas</i> ²¹⁸	821.134.3-1Camões, Luís de=131.1.03

Auxiliares de forma (Tabela 1d): Função e aplicação

Símbolo (0...) [Este auxiliar é representado por um 0 entre parêntesis curvos]

Os auxiliares de forma utilizam-se para indicar a forma sob a qual se expressa um assunto; geralmente, apresentam-se junto da notação principal. Nos casos em que é necessário reunir fisicamente todos os documentos de um mesmo tipo, a ordem de citação dos elementos pode ser invertida. Esta situação ocorre com alguma frequência nas seguintes tipologias de documentos: obras de referência, guias, manuais, teses, legislação.

- 1) *Para o caso de ser necessário reunir todos os dicionários:*

Termo vocabular	Notação
Física, dicionário	(038)53

Grosso modo, estes auxiliares podem subdividir-se em dois grupos:

- Auxiliares que representam a forma extrínseca²¹⁹;
- Auxiliares que representam a forma intrínseca.

Os primeiros prendem-se com as características físicas de um documento, que geralmente podemos associar ao suporte, por exemplo, os

²¹⁸ Tradução para o italiano.

²¹⁹ A divisão proposta vai ao encontro da referida por McILWAINE, I. C. – *Guía para el uso de la CDU*. 2003. P. 56.

documentos tridimensionais (sólidos), os documentos sonoros e audiovisuais, obras de referência, periódicos, etc.

Os segundos prendem-se com a sua apresentação, nomeadamente com a apresentação histórica, textos legais, etc.

Por vezes, devido a questões de precisão e clareza, convém classificar um assunto com os dois tipos de auxiliares. Nestes casos, a ordem de citação dos elementos será:

Notação principal + auxiliar de forma intrínseca + auxiliar de forma extrínseca.

Termo vocabular	Notação
Cinema, história, registo sonoro	791(091)(086.7)

À semelhança das tabelas principais, também os auxiliares de forma se encontram estruturados hierarquicamente.

Devido ao facto de serem estes auxiliares os que indicam ao utilizador que consulta um catálogo sistemático a forma sob a qual se encontra determinada matéria, estes são usados com frequência, contribuindo, desta forma, para que os resultados da pesquisa sejam mais claros e precisos.

Entre estes destacam-se os que se referem às obras de referência, publicações periódicas, manuais e outros documentos de ensino, catálogos de objectos, documentos legais e o auxiliar que expressa a apresentação histórica.

Recomenda-se especial atenção para a aplicação do auxiliar relativo às obras de referência, devido ao facto de a sua constituição numérica ser igual à das notações relativas às mesmas matérias que integram a classe 0. No entanto, cada um deles assume uma função diferente em termos de classificação. Enquanto os primeiros representam a forma, os segundos representam a matéria.

Assim, relativamente à aplicação dos auxiliares, esta justifica-se quando temos um documento cujo assunto principal se apresente sob a forma de catálogo ou bibliografia.

Termo vocabular	Notação
Bibliografia jurídica	34(01)

Em relação à aplicação da notação extraída da classe 0, esta justifica-se quando temos um documento cujo assunto principal incide sobre o estudo de catálogos, bibliografias etc.

As dúvidas de aplicação também podem ser extensivas ao uso do auxiliar (083.82) e o índice 01 e ao uso do auxiliar (09) em relação à classe 9.

O auxiliar (083.82) e os outros números que dependem deste, aplicam-se a catálogos de objectos, a catálogos de exposições sobre um assunto ou vários assuntos, sejam colectivas ou individuais, excluindo-se, naturalmente, desta notação os catálogos bibliográficos.

Termo vocabular	Notação
Picasso, Pablo, catálogo de exposição	75Picasso, Pablo(083.82)
Dinis, Júlio, catálogo de exposição	012Dinis, Júlio

O primeiro exemplo representa um catálogo sobre a obra de um pintor, o segundo representa um catálogo bibliográfico da obra de um autor individual.

Relativamente ao (09) e à classe 9.

Termo vocabular	Notação
História da vida privada	394(091) ²²⁰
História de Portugal	94(469)

O primeiro exemplo representa o estudo de um assunto numa perspectiva histórica, em que este é estudado num período de tempo alargado ou curto de forma diacrónica. Estudam-se, geralmente, os factores que lhe estiveram na origem, o seu desenvolvimento e o seu *terminus*.

²²⁰ Também poderá ser classificada em 930.85.

O último exemplo estuda o assunto numa perspectiva historiográfica, onde as fontes históricas, assim como o respectivo método, têm um peso considerável, ultrapassando, por isso, a mera descrição histórica. Existem, no entanto, situações nas quais se torna difícil optar por uma ou outra alternativa. Apenas uma análise cuidada e conjugada com o interesse dos serviços e dos fundos poderá ditar a opção mais adequada.

Para concluirmos o estudo dos auxiliares de forma, referimos que estes também são usados nos casos em que se pretendem classificar obras concretas. Nestes casos, assumem o valor de uma notação extraída das tabelas principais.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
O Público	(05)Público

Auxiliares comuns de lugar (Tabela 1e): Função e aplicação

Símbolo (1/9) [Este auxiliar é representado por um *parêntesis*]

Função e aplicação

Os auxiliares comuns de lugar servem para expressar a dimensão geográfica, a localização ou algum outro aspecto espacial relacionado com o assunto de um documento.

Relativamente à história geral e à geografia regional, os auxiliares de lugar já aparecem associados às respectivas notações.

Estes auxiliares são imprescindíveis para a construção das notações que representam *908 Monografias*, *913 Geografia regional* e a *94 História em geral*.

Termo vocabular	Notação
Espanha, estudo monográfico	908(460)
Geografia de Itália	913(450)
História da China	94(510)

No que concerne a esta regra cumpre-nos referir que, até 1994, a construção da notação para classificar estes três assuntos era diversa. Na nossa perspectiva, a opção anterior a esta data encontrava-se mais de acordo com o espírito da classificação, na medida em que preservava de uma forma mais íntegra e explícita a unidade, a síntese, enfim, a função integradora que desde sempre caracterizou este sistema, como se pode observar no exemplo que se segue:

Termo vocabular	Notação
História do Japão	952.0 ²²¹
	94(520) ²²²

Como podemos observar no primeiro exemplo, ao dígito 9 foi acrescentado o auxiliar de lugar (520), constituindo, deste modo, uma notação simples, situação que não se pode observar no segundo exemplo, no qual o mesmo assunto é representado por uma notação composta. Concluiu-se, portanto, que a função de síntese e, sobretudo, a função de integração se encontram diluídas e difusas.

O mesmo raciocínio é válido para a classificação da geografia e das monografias.

Quando em serviços especializados, é necessário adoptar um elevado grau de especificidade para representar um determinado local e a tabela não o privilegia, deve, nestes casos, recorrer-se a topónimos.

Termo vocabular

Notação

²²¹ Edição anterior a 1994.

²²² Edição actual.

Dunas de Quiaios	551.435 (469.322Quiaios)
------------------	-----------------------------

Estes auxiliares têm uma expressão muito representativa, que lhes é conferida pelas possibilidades de representar um amplo campo de conteúdos, relativo não apenas ao espaço geográfico tal como vulgarmente é conhecido, como também no que respeita à representação do espaço extraterrestre.

Termo vocabular	Notação
Universo ²²³	(15)

Tal como acontece com os outros auxiliares, geralmente registam-se a seguir a uma notação principal que representa o assunto específico de um documento.

No entanto, em casos especiais, quando são suficientemente significativos para representar de forma clara e inequívoca um determinado assunto, estes podem expressar-se isolados. Esta situação ocorre, por exemplo, nos casos de um estudo abrangente de um determinado país ou região.

Termo vocabular	Notação
Amazónia, estudos	(811.3)

Outro caso em que estes auxiliares ocorrem independentes das notações principais observa-se quando se classificam documentos em que importa destacar o aspecto geográfico, constituindo esse o ponto de interesse do documento. Nesta situação, inscrevem-se alguns documentos cartográficos.

Termo vocabular	Notação
Mapa da China	(510)

²²³ Considerando o espaço cósmico em geral.

Quanto à sua estrutura, cumpre referir que a composição desta tabela particular apresenta um nível de complexidade superior ao das outras tabelas de auxiliares. Esta apresenta dois grupos de notações fundamentais:

- *Notações que representam lugares concretos.* Destas fazem parte as que aparecem enumeradas de forma sistemática na tabela e que se situam no (0/9);
- *Divisões analíticas* ou também designadas *subdivisões auxiliares especiais*. Sempre que se justifique, estas podem aplicar-se ao longo de toda a tabela e são introduzidas pelo (-0/-9).

As divisões analíticas ligam-se ao número que as precede através de um hífen. Estas, tanto podem ser aplicadas a locais concretos e específicos como continentes, países, cidades ou locais de dimensão ainda mais reduzida, como também podem ser aplicadas a lugares cuja determinação geográfica seja pouco precisa, isto é, uma localização geral.

Termo vocabular	Notação
Pesca desportiva, Sul de Portugal	799.1(469-13)

Nos casos em que a designação Norte e Sul fazem parte do nome oficial do país ou da região, estes aparecem registados na tabela com as respectivas notações e, como tal, devem ser usadas pelo classificador.

A título de curiosidade, informa-se que o hífen verificado nos números relativos aos pontos cardeais é, nestes índices, substituído por um ponto, como podemos observar nos exemplos apresentados.

Termo vocabular	Notação
Irlanda do Norte	(410.7)

Os auxiliares de lugar servem também de referência na construção de notações que pressupõem os auxiliares de:

- língua (=...)
- raça e etnia (=1:...)

Esta possibilidade concretiza-se através da sintaxe entre o auxiliar de lugar e o auxiliar de raça e etnia, respectivamente. A associação do auxiliar de raça e etnia ao auxiliar de lugar, permite a construção de notações que representam conceitos relacionados com os povos associadas a determinados lugares (=1:1/9).

Termo vocabular	Notação
Vida familiar dos romanos	392.3(=1:37)

De igual modo, associando o auxiliar de lugar ao auxiliar de língua, podem construir-se notações para representar conceitos relacionados com a expressão linguístico-cultural.

Termo vocabular	Notação
Economia, América espanhola	33(7/8=134.2)

Estes auxiliares permitem ainda relacionar e ligar espaços geográficos, bastando, para este efeito, recorrer aos símbolos prescritos na tabela para estes casos: dois pontos :, barra oblíqua / e adição +.

Termo vocabular	Notação
Relações culturais luso-brasileiras	008(469:81)
Educação, Suíça alemã	37(494.1/.3)
Mamíferos, Ásia e África	599(5+6)

Auxiliares comuns de raça, grupo étnico e nacionalidade (Tabela 1f): Função e aplicação

Símbolo (=...) [Este auxiliar é representado por um *parêntesis e um sinal de igual*]

Função e aplicação

Estes auxiliares têm como função indicar a nacionalidade ou os aspectos étnicos estudados num determinado documento. Constituem-se por duas vias:

- a partir dos auxiliares comuns de língua;
- a partir dos auxiliares de lugar.

A primeira via ocorre quando as notações são relativas a raças e povos que se identificam pela língua.

Termo vocabular	Notação
Árabes	(=411.21)

Esta notação formou-se através da língua, no caso concreto, a língua árabe:

=411.21

A possibilidade de construir as notações a partir da língua é particularmente prática e cómoda, na medida em que possibilita a formação de raças ou etnias que não se encontram registadas na tabela. Nestas situações, apenas se coloca o auxiliar de língua entre parêntesis curvos.

Termo vocabular	Notação
Civilização visigótica	(=114.3)

A segunda via de construção destes auxiliares, como referimos, assenta nos auxiliares de lugar. Esta possibilidade permite particularizar a população de um determinado país, representando, por exemplo, um povo identificado como um estado político:

Termo vocabular	Notação
Portugueses	(=1:469)

Na construção desta notação apenas teve de recorrer-se ao auxiliar de lugar, (469) *Portugal*.

Esta regra é seguida para a representação dos povos do mundo moderno que não se apresentam registados na tabela. Como a própria tabela indica no respectivo local, estes devem construir-se partindo do auxiliar de lugar (4/9), sendo este relacionado com o índice (=1). O mesmo procedimento aplica-se na construção das notações relativas aos povos antigos.

Termo vocabular	Notação
Sociedade portuguesa, África	316.32(=1:469)(6)
Direito romano	34(=1:37)

Para uma melhor compreensão, apresenta-se, de seguida, um conjunto de exemplos que ilustram as duas situações expostas.

- 1) *Aplicação dos auxiliares comuns de raça, grupo étnico e nacionalidade que representam aspectos étnicos ou a nacionalidade.*

Termo vocabular	Notação
Rituais ciganos	392.1(=214.58)
Música polinésia	78(=622.82)

- 2) *Aplicação dos auxiliares comuns de raça, grupo étnico e nacionalidade que representam um povo identificado como um estado político.*

Termo vocabular	Notação
Vinhos portugueses	663.2(=1:469)

Conclui-se este ponto referindo que este auxiliar também pode ter a função de uma notação principal, quando a raça, um povo ou uma nacionalidade é a matéria principal de um determinado documento.

Exemplos:

Termo vocabular	Notação
Os ciganos	(=214.58)
Os árabes	(=411.21)

Auxiliares comuns de tempo (Tabela 1g): Função e aplicação

Função e aplicação

O auxiliar comum de tempo aplica-se quando se pretende localizar ou limitar cronologicamente o tema de um documento. O seu uso prende-se com o conteúdo e não com a data de publicação do documento classificado. Representa-se sempre através de números árabes e, na maioria dos casos, quando associado a outros auxiliares na construção de uma notação, aplica-se no final.

Termo vocabular	Notação
Pintores portugueses, séc. 20	75-051(=1:469)"19"

A contagem do tempo assenta no calendário cristão, encontrando-se, todavia, ao longo da tabela outros sistemas distintos do calendário

gregoriano. Este tipo de contagem expressa-se através do "3/7" e seu desenvolvimento. Estes números representam conceitos que se encontram situados em grandes períodos cronológicos ou conceitos relacionados com períodos profanos.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Primavera	"321"
Idade da pedra	"631/634"
Idade Média	"04/14"

Normalmente, o tempo expressa-se em unidades que vão desde o século até ao ano. No caso do século, representam-se os dois primeiros dígitos da respectiva centúria e o ano representa-se através dos 4 dígitos que o compõem, naturalmente.

Para os anos anteriores ao nascimento de Cristo, regista-se um hífen antes do número. Aqui, o hífen assume o mesmo significado que lhe é atribuído na Aritmética.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Ano 90 antes de Cristo	"-0090"

No caso de se pretenderem representar datas precisas que limitem temporalmente um determinado acontecimento, a ordem de citação dos elementos será: ano.mês.dia.

Nos casos em que não se podem determinar os períodos cronológicos de uma forma precisa, ou quando são acontecimentos que abarcam um período dilatado de tempo, regista-se o início e o final do período, separando-os através de uma barra oblíqua.

Em situações de períodos indefinidos utilizam-se as reticências. Em determinadas situações, este auxiliar também se usa como uma notação principal.

Termo vocabular	Notação
Século XX	"19"

Auxiliares comuns gerais dependentes

Estes auxiliares designam-se comuns gerais dependentes devido ao facto de acompanharem em todas as situações a notação principal, pelo que nunca podem, por si só, constituir um ponto de acesso.

Tipologia

Os auxiliares que constituem este conjunto são:

.001/.009	Tabela 1i – Auxiliares de ponto de vista
-0...	Tabela 1k – Auxiliares comuns de características gerais
-02	Auxiliar comum de propriedade
-03	Auxiliar comum de materiais
-05	Auxiliar comum de pessoas e características pessoais

Tabela 12. Auxiliares comuns gerais dependentes

Auxiliares de Ponto de vista (Tabela 1i)²²⁴ : Função e aplicação

Símbolo .00 [Este auxiliar é representado por *um ponto e dois zeros* .00]

Função e aplicação

Estes auxiliares têm como função perspectivar uma matéria nos vários pontos de vista sob os quais essa matéria poderá ser considerada (teórico .001, prático .002, económico-financeiro .003, utilização e funcionamento .004, etc.). Nesta medida, estes auxiliares funcionam como facetas que se podem aplicar a qualquer notação das tabelas principais.

Servem para representar a perspectiva sob a qual um autor trata uma determinada matéria, traduzindo, deste modo, os pontos de vista do autor. Nesta medida, a aplicação deste auxiliar justifica-se quando a perspectiva sob a qual se encontra tratado um determinado conteúdo, influencia de tal forma o documento a classificar, a ponto de este ser procurado pelo utilizador mais pelo seu ponto de vista, do que pelo seu tema principal.

Em relação à ordem de citação, num índice, estes registam-se em último lugar. No caso de uma notação ser composta por este auxiliar e por um auxiliar especial, o auxiliar de ponto de vista coloca-se em último lugar. Nunca se pode começar uma notação por ele.

Termo vocabular	Notação
Construção civil, medidas de segurança	69.001.25

No caso de o índice ser constituído também por um auxiliar comum de lugar ou de tempo, estes registam-se no final.

²²⁴ Estes auxiliares foram excluídos da tabela em 1998, pelo facto de serem pouco expressivos; apesar de na teoria serem extensivos a toda a tabela, na prática geralmente aplicavam-se essencialmente às classes, 5, 6, 7.

A sua inclusão justifica-se pelo facto de existirem serviços que ainda usam este auxiliar.

Auxiliar comum de propriedade (Tabela 1k): Função e aplicação²²⁵

Símbolo -02 [Este auxiliar é representado por *hífen zero dois -02*]

Função e aplicação

Estes auxiliares servem para especificar a propriedade ou atributos das entidades representadas pela notação principal.

Registam-se sempre associados ao número principal, não podendo constituir um ponto de acesso independente.

Exemplo:

Termo vocabular	Notação
Poesia anónima	82-1-028

Estes auxiliares não devem ser confundidos com os auxiliares de forma, (cf. Tabela 1d).

Relativamente a este ponto, há três situações a considerar:

- 1) *Casos em que a forma seja o tema.*
Nos casos em que a forma tenha conteúdo informativo, estes devem ser classificados na classe principal.
- 2) *Casos em que a forma seja parte componente do tema.*
Nesta situação, a forma é propriedade intrínseca ao tema e, por isso, recorre-se ao auxiliar -02.
- 3) *Nos casos em que essa "propriedade" não passe de uma mera apresentação formal, então, recorre-se à forma.*

²²⁵ Estes auxiliares, tal como os auxiliares de materiais, pessoa e características pessoais, fazem parte dos auxiliares comuns de características gerais (Tabela 1k), tendo em comum o facto de se representarem tipograficamente por *traço zero -0*. Na ordem de citação encontram-se subordinados ao número principal ou ao auxiliar especial, se for esse o caso.

Auxiliar comum de materiais (Tabela 1k): Função e aplicação

Símbolo -03 [Este auxiliar é representado por *hífen zero três -03*]

Função e aplicabilidade

Este auxiliar, como o próprio nome indica, representa os materiais e/ou os elementos que constituem os objectos e/ou produtos.

Aplica-se a todas as classes principais, desde que o aspecto material esteja subordinado ao assunto, sendo, contudo, nas subclasses 66/67 que a sua aplicação é mais relevante. A razão desta preponderância prende-se com o facto de estas subclasses representarem os aspectos relacionados com fabrico dos produtos, assim como o seu processamento.

Além destas, regista-se também uma aplicação significativa, por razões óbvias, na subclasse 69 *Construção civil* e na classe 7, nesta no que respeita aos materiais usados nos objectos de arte.

Termo vocabular	Notação
Construção em betão	69-033.3
Escultura em granito	73-032.5

Uma vez que se trata de auxiliares dependentes, estes não podem ser registados sozinhos ou na primeira posição de um índice composto, constituindo-se, nesta medida, sufixos de uma notação principal.

O seu uso requer uma atenção especial para não serem aplicados a documentos que tratem de estudos gerais sobre materiais (estes casos são classificados em 620.2) ou a documentos cujo assunto sejam testes de materiais (estes são classificados em 621.0) ou, por último, a documentos cujo conteúdo seja a análise química dos produtos (neste caso são classificados em 543).

Para a representação de materiais compostos, recorre-se à combinação deste auxiliar com o apóstrofo '. Nestes casos, o apóstrofo será registado na segunda posição, logo a seguir ao -03, evitando, assim, a repetição de um segundo -03.

Termo vocabular	Notação
Têxteis de fibras vegetais e sintéticas	677-037.1'4

**Auxiliar comum de pessoa e características pessoais (Tabela 1k):
Função e aplicação**

Símbolo -05 [Este auxiliar é representado por *hífen zero cinco* -05]

Função e aplicação

Os auxiliares comuns de pessoa e características pessoais servem para indicar estas características, desde que não exista uma notação principal ou auxiliar especial para as representar.

Através dos números *-051* e *-052*, estes auxiliares permitem expressar os papéis dos agentes activos e passivos, respectivamente.

Termo vocabular	Notação
Médico	616-051
Doente	616-052

Sempre que se justifique, podem associar-se a estes (*-051* e *-052*) outros auxiliares do mesmo tipo que representem outras facetas pessoais (*-053/-054*).

Termo vocabular	Notação
Crianças doentes	616-052-053.2

Além de se combinarem entre si, estes auxiliares também podem combinar-se com outro tipo de auxiliares.

Termo vocabular	Notação
Eleitores do sexo feminino, Portugal, década de 80	324-052-055.2(469)"198"

Desde que o aspecto pessoal esteja subordinado ao assunto principal, estes aplicam-se a todas as classes.

Em conclusão, apresentamos alguns exemplos que ilustram a sua aplicação no que respeita à representação de algumas características pessoais, tais como profissão, nacionalidade, sexo, parentesco, etc.:

Auxiliares especiais. Secção II

Definição e características

Ao contrário dos auxiliares comuns gerais, estes não se aplicam a todas as classes ou subclasses. Não sendo a sua aplicação extensiva a todos os números principais das tabelas, o seu uso é expressamente indicado ao longo da mesma. É nesta medida e, ao contrário do que acontece relativamente aos auxiliares gerais, estes encontram-se junto dos números aos quais se aplicam, dependendo sempre destes. Por tal facto integram-se dentro da tipologia dos auxiliares dependentes.

Constitui outra sua característica a circunstância de estes auxiliares, embora não fazendo parte do sistema enumerativo normal das tabelas, apresentarem uma estrutura hierárquica entre eles análoga à que é observada nas tabelas principais e nas tabelas dos auxiliares comuns gerais. Uma diferença a registar entre estes auxiliares e os auxiliares comuns, prende-se com o facto de a mesma notação dos auxiliares especiais poder ter diferentes significados quando aplicada a diferentes números. Assim, o seu significado depende do número principal ao qual estão ligados, circunstância que não lhes confere um significado próprio.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Substâncias químicas. Reagentes	54-4
Ensaio	82-4
Representações teatrais. Ensaios. Competições, ...	792.09
Crítica literária. Estudos literários	82.09

Existem, contudo, ao longo das tabelas, exceções a esta regra, observando-se situações em que o mesmo auxiliar, independentemente do número ao qual esteja ligado, expressa, regra geral, a mesma faceta, seja na mesma classe, seja em classes distintas.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Teoria da arquitectura	72.01
Teoria da pintura	75.01
Teoria. Conceitos...Teorias individuais.	336.01
Teoria e princípios da engenharia mecânica.	621.01

Função

Como os Auxiliares comuns gerais têm como função especificar ou completar o assunto principal, acresce a esta função geral outra mais específica, que consiste na expressão de facetas ou diferentes perspectivas do assunto representado pelo número principal dos quais dependem.

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Jogos matemáticos	51-8
Técnicas. Perícia profissional. Habilidade.	7.02
Semiótica	81'22

Tipologia

Os auxiliares que constituem esta tipologia são:

-1/-9	Hífen
.01/.09	Ponto Zero
` 0/´9	Apóstrofo

Tabela 13. Auxiliares especiais

Estes auxiliares, normalmente agrupam-se em duas categorias: o ponto zero e o hífen designam-se divisões analíticas, distinguindo-se conceptualmente do apóstrofo, o qual apresenta uma função distinta dos outros dois, como irá observar-se no ponto respectivo.

Auxiliar especial hífen: Função e aplicação

Símbolo -1/-9 [Este auxiliar é representado por um *hífen*]

Função e aplicação

O hífen tem uma função analítica ou distintiva e aplica-se para representar elementos componentes, propriedades e outros pormenores do assunto expresso pelo número principal.

Entre outras subclasses, aplica-se em 51/52: no 51 representa, entre outras facetas, as técnicas, os cálculos, os mecanismos e os métodos; no 52 representa as propriedades, os processos e as partes. Aplica-se ainda no 62-1/-9 e 66-9, em particular, em 62/69, para expressar pormenores mecânicos e de engenharia. Este auxiliar usa-se ainda em 82-1/-9, para indicar as formas literárias.

Termo vocabular	Notação
Molas de borracha	62-272
Poesia	82-1

Auxiliares especiais ponto zero: Função e aplicação

Símbolo .01/.09 [Este auxiliar é representado por *ponto zero*]

Função e aplicação

Como acontece com o auxiliar especial -1/-9, este tem uma função analítica. No entanto, a sua aplicação faz-se de uma forma mais ampla e diversificada ao longo das tabelas, proporcionando, deste modo, a constituição de conjuntos e subconjuntos de conceitos que se repetem. Esses conceitos são de natureza diversa, referindo-se, a título de exemplo, os aspectos relativos a estudos, actividades, processos, operações, instalações e equipamento, sendo os aspectos mencionados relativos ao assunto representado pelo número principal ao qual se aplicam. Esta faculdade permite estudar um assunto sob diversas perspectivas.

Regra geral, encontram-se associados à classe 3 (3.07/.08; 30/39), assumindo estes um significativo nível de desenvolvimento em 35; à classe 5 (528, 53, 54, 556, 57/59); à classe 6; à classe 7 (7.01/.09), onde se verificam algumas excepções na sua aplicação; e, por último, às classes 8 e 9.

Termo vocabular	Notação
Isótopos	54.02
Arte renascentista	7034
Literatura irlandesa, crítica	821.111(417).09

Auxiliar especial apóstrofo: Função e aplicação

Símbolo `0/9 [Este auxiliar é representado por um *apóstrofo*]

Função e aplicação

Este auxiliar tem essencialmente uma função sintética e, sobretudo, integrativa, proporcionando, deste modo, a representação de assuntos compostos através de notações complexas. Esta função aproxima-o da função exercida pela barra oblíqua.

O apóstrofo, dada a sua natureza, aparece com menor frequência que os outros auxiliares especiais. Em alguns casos, aparece enumerado na íntegra junto das respectivas notações; noutros casos, deriva de números principais mediante subdivisões paralelas.

Casos enumerados na íntegra:

Termo vocabular	Notação
Literatura grega clássica	821.14'02
Culturas nómadas	903'1
Ortografia	81'35

Casos derivados:

Termo vocabular	Notação
Partido nacionalista liberal republicano	329.17'23'12
Forma-se a partir de:	
329.17 Partido nacionalista	
329.23 Partido republicano	
329.12 Partido liberal	

Ordem de citação dos elementos²²⁶

Definição e objectivos

Entende-se por ordem de citação a disposição que é atribuída aos elementos que constituem uma notação composta.

Como temos observado ao longo deste trabalho, para representar o conteúdo de um documento, muitas vezes é necessário construir-se índices compostos, que são formados pelas notações extraídas das tabelas principais e pelas notações extraídas das tabelas comuns e especiais.

Por uma questão de uniformidade e de coerência nos produtos resultantes da classificação – como são os catálogos sistemáticos e as bibliografias temáticas – e também por razões de coerência na ordenação física das obras nas estantes - torna-se imprescindível a existência de regras de ordenação que regulem e prescrevam, dentro do possível, uma ordem que garanta a consistência destes produtos, com vista a uma maior eficiência e eficácia na recuperação da informação.

Após a consulta de alguns manuais e da própria Classificação Decimal Universal, concluiu-se que não se impõe uma regra universal em relação à ordem de citação dos auxiliares. Ao longo das leituras efectuadas deparámos com regras díspares relativamente a este aspecto. No entanto, dentro da diversidade encontrada, todos os autores consultados convergem em dois pontos:

- a ordenação dos elementos deverá ser efectuada do geral para o particular e os números registados da esquerda para a direita;
- a ordem dos elementos é inversa à ordem sequencial apresentada nas tabelas da Classificação Decimal Universal.

²²⁶ McILWAINE, I. C. – *Guía para el uso de la CDU*. 2003. p. 48-55; 110-111; BENITO, Miguel – *El sistema de Clasificación Decimal Universal*, 1996, p. 53; LÓPEZ-HUERTAS PÉREZ, María José – *Estructura de la Clasificación Decimal Universal*. 1999. P. 221-222. DÍEZ CARRERA, Carmen – *Técnicas y regimen de uso de la CDU*. 1999. P. 28-30.

Com base nestes princípios conclui-se que o procedimento normal a seguir será então:

Notação principal + Auxiliares especiais + Auxiliares comuns

Ordem de citação dos auxiliares comuns gerais

Em relação aos auxiliares comuns gerais, salvo excepções, deverá seguir-se a seguinte ordem:

Número principal + Auxiliares dependentes + Auxiliares independentes.

A ordem que se recomenda na citação destes elementos é a seguinte:

Índice principal + Ponto de vista ou matéria + Raça e nacionalidade + Lugar + Tempo + Forma + Língua

Termo vocabular	Notação
Artesanato português, França, ensaio em língua portuguesa	745(=1:469)(44)(042)=134.3
Literatura inglesa, Espanha, séc. 19, antologia em língua espanhola	821.111(460)“18”(082)=134.2

Excepções à ordem convencionada

A ordem convencionada para o uso dos auxiliares, como vimos, não é categórica, pelo que o classificador, sempre que se justifique por interesse do serviço, poderá alterá-la. Deste modo, consideram-se situações excepcionais as seguintes:

1) *Situação em que o tempo antecede o espaço*

Regra geral, observa-se o inverso, constituindo esta exceção uma regra para alguns autores²²⁷, tal como podemos observar no seguinte modelo de citação:

Número principal + Auxiliar comum de pessoa + tempo + lugar + forma + língua

Termo vocabular	Notação
Arte barroca, séc. 16, Itália, tese em língua inglesa	72.034"15"(450)(043)=111

A situação observada ocorre devido a questões de ordem lógica, pretendendo-se com ela contribuir para um melhor entendimento do assunto expresso na notação.

2) *Situação que se prende com os textos legislativos – decretos, éditos, ordenações, posturas, etc.*

Nestes casos o auxiliar de forma precede o auxiliar de tempo. Importa referir que a ocorrência de tal situação se justifica para determinar que a data corresponde ao texto legislativo e não à matéria.

Termo vocabular	Notação
Horário de trabalho, decreto-lei de 1976	331.31(094.1)"1976"

²²⁷ McILWAINE, I. C. – *Guia para el uso de la CDU*. 2003. P. 49. V. T.: BATLEY, Sue – *Classification in theory and practice*. 2005. P. 102-104.

3) *Situação em que o auxiliar precede a classe principal*

Como observamos atrás, todos os autores estão de acordo ao considerarem o primeiro elemento de ordenação uma notação extraída das classes principais. Todavia, por questões de ordem prática, designadamente no que respeita à arrumação física, essa ordem pode ser invertida:

Termo vocabular	Notação
Economia, dicionário	(038)33

Ordem de citação dos auxiliares especiais

Para a citação dos auxiliares especiais não se verifica uma ordem tão convencional como a que é observada nos auxiliares comuns gerais. Regra geral, colocam-se imediatamente junto ao número principal ao qual estão associados. Há casos em que se aplica apenas um auxiliar e existem casos em que se observa a combinação com outros auxiliares especiais e/ou comuns, como se pode depreender dos seguintes exemplos:

a) *Casos relativos à aplicação de um auxiliar especial*

Termo vocabular	Notação
Romance português	821.134.3-31

b) *Casos onde se observa a sua aplicação numa cadeia homogénea (o mesmo tipo de auxiliar)*

Termo vocabular	Notação
Teoria da arte moderna	7.036.01

- c) *Casos onde se observa a sua aplicação numa cadeia heterogénea*
(com os três tipos de auxiliares especiais)

Termo vocabular	Notação
Novela inglesa, estudo	821.111-32.09
Partido monárquico liberal, oposição	329.2'1.05

- d) *Aplicação conjunta dos dois tipos de auxiliares*

Termo vocabular	Notação
Arquitectura românica, Espanha, tese	72.033(460)(043)

Dado o número significativo de excepções, recomenda-se que, por questões de uniformidade e de consistência do catálogo, após a eleição de um critério, este seja utilizado por todos os classificadores de um serviço, ou pelos vários classificadores de uma rede, se for esse o caso.

[...] *Cet ordre doit être étudié avant tout en fonction des besoins exacts des utilisateurs de la collection classée: il est essentiel qu'il soit adopté préalablement une fois pour toutes, qu'il soit clairement expliqué et motivé, et enfin rigoureusement suivi.*²²⁸

Neste sentido, a inclusão deste ponto pretende, acima de tudo, ser um contributo para a sensibilização da aplicação sistemática de um só critério, como garante da pertinência na recuperação da informação por tema.

- c) Notação

A notação do sistema Classificação Decimal Universal é uma notação pura e decimal. É constituída por algarismos árabes.

²²⁸ DUBUC, René – *La classification décimale universelle*. 1964. P. 150.

Devido ao facto de a Classificação Decimal Universal prever um tipo de expediente externo ao sistema – Auxiliar A/Z, que se integra nos Auxiliares Comuns Gerais, nas situações em que se aplica –, a notação torna-se mista.

Outra particularidade a considerar prende-se com o facto de, na sua essência, este sistema ser constituído por notações simples. No entanto, devido à existência das tabelas auxiliares, estas, quando aplicadas aos números principais, transformam uma notação simples numa notação composta.

Esta característica torna a notação flexível, permitindo-lhe representar o assunto nas suas diversas facetas, concorrendo, deste modo, para que se ultrapasse a rigidez das notações puras construídas *a priori*.

A notação apresenta uma estrutura hierárquica, característica comum a toda a estrutura do sistema. Por este facto, ao algarismo da direita corresponderá sempre um maior grau de especificidade.

Tem a notação como característica principal o facto de ser decimal, o quer dizer que cada algarismo se pode dividir em dez sucessivamente, o que, na teoria, torna a divisão infinita.

Para facilitar a leitura da notação coloca-se um ponto de três em três algarismos, sendo que este ponto não tem valor classificatório.

d) Índice

O índice, como todos os índices de uma classificação, é uma lista alfabética constituída, na teoria, por todos os assuntos que compõem o sistema aos quais corresponde a respectiva notação relativa às tabelas principais ou auxiliares. Neste sentido, é constituído pela rubrica e pela referência, que neste caso é uma notação.

O índice não inclui expressões equivalentes para todas as notações de uma classificação, o que concorre para que, algumas vezes, a uma expressão corresponda mais do que uma notação distinta, dependendo do ponto de vista sob o qual o assunto é tratado. Nestas circunstâncias, como já foi referido em outros pontos, as notações são separadas por ponto e vírgula ou por setas de orientação.

Na medida em que agrega todas as perspectivas sob as quais um assunto é tratado na classificação, o índice permite, neste caso concreto, o reagrupamento dos assuntos que ficam dispersos na classificação.

Liberdade

condicional 343.26, 343.84

da vontade 159.947

de associação 342.72; 351.75

A principal função do índice é remeter para as notações de uma classificação, permitindo assim localizar os números correspondentes a um assunto concreto. Este procedimento faz-se partindo de uma linguagem natural, já que os termos que compõem um índice não são controlados.

O índice permite ao utilizador e ao profissional procurar rapidamente em que classe e sob que notação está classificado qualquer conceito expresso em linguagem natural.

Qualquer notação extraída de um índice deverá ser sempre confirmada na respectiva tabela. Neste sentido, um índice deverá ser sempre visto como um instrumento de localização, como um guia.

II Parte
CDU: representação e evolução de um
conceito - Etnia

Nota prévia à apresentação da II Parte

Na primeira parte deste trabalho pretendeu apresentar-se uma contextualização e reflexão teórica sobre as classificações bibliográficas no geral, e sobre a Classificação Decimal Universal em particular.

O estudo apresentado, seguindo a própria dinâmica estrutural das classificações bibliográficas, foi efectuado do geral para o particular.

Seguindo esta orientação, foram, em primeiro lugar, apresentados e analisados conceitos que estão estritamente associados às classificações bibliográficas, designadamente o conceito: Classificar. Partindo da sua definição, foram abordadas as suas complexidades e afinidades semânticas relativamente ao conceito de classificação.

Além deste aspecto e com o intuito de o posicionar de forma clara e precisa relativamente ao conceito – Classificação, foram ainda considerados, com o recurso ao texto de alguns teóricos da Indexação/Classificação, os seus princípios e os seus procedimentos.

De seguida, passou-se à definição do termo Classificação. A apresentação das suas características e da sua estrutura lógica, no geral, e o das classificações bibliográficas, em particular, constituíram este ponto como um dos mais relevantes da parte considerada.

A organização do conhecimento, primeiro considerada numa acepção de mera divisão, pautada por critérios essencialmente funcionais, e depois considerada sob a forma sistemática, obedecendo a verdadeiros planos estruturados de classificação, concorreu para que este ponto se constituísse como esteira mental, no que respeita à contextualização lógica e cognitiva das classificações bibliográficas. Tal circunstância, deve-se ao facto de estas surgirem como herdeiras legítimas das suas características, assumindo-se, deste modo, elas próprias, como instrumento dinâmico e privilegiado da organização do conhecimento.

Num plano mais específico, e com o propósito de contextualizar a Classificação Decimal Universal no movimento dos grandes sistemas bibliográficos de tipo enciclopédico, apresentou-se uma descrição dos planos de classificação que lhe foram percursores e que, de forma directa e/ou indirecta, vieram a influenciar a sua estrutura.

Para concluir esta parte de reflexão crítica, foi apresentada, com a brevidade possível, a filosofia do sistema da Classificação Decimal Universal, que se traduziu na apresentação dos seus fundamentos e da sua estrutura. Entendemos que, apenas partindo desta teoria estrutural se poderá entender a dinâmica deste sistema, no que respeita à representação e organização lógica das novas emergências sociais e mentais.

Tendo em conta este fio condutor, a segunda parte do trabalho pretende assumir-se como uma demonstração concreta das suas capacidades de resposta a estas novas realidades, essencialmente no que respeita a dois segmentos: imparcialidade e dinâmica. No primeiro segmento com base na análise dos resultados, pretendemos verificar se existe da parte deste sistema objectividade em representar o conhecimento; no segundo pretendemos averiguar se se observam alterações, que se manifestam na introdução de novos assuntos e eliminação de outros no que respeita à evolução conceptual.

O estudo qualitativo dos dados, apoiado na quantificação dos mesmos e na análise dos resultados compõe, na sua maioria, o corpo da segunda parte deste trabalho.

Com o recurso a grelhas de recolha de dados e a gráficos, nos quais se encontraram reflectidas as variáveis consideradas na amostragem, iremos avaliar até que ponto os termos e os conceitos que constituem essas variáveis expressam, de uma forma objectiva, os paradigmas e teorias da etnicidade, considerados, evidentemente, num dado período cronológico, no caso concreto o século XX. O objectivo específico da II Parte do nosso trabalho é saber até que ponto existe ruptura ou continuidade, divergência ou convergência entre as classificações e os paradigmas e teorias da etnicidade.

Capítulo VII
Objectivos e desenho da investigação

1 Objectivos e desenho da investigação

1.1 Objectivos

Neste ponto passamos a registar, de forma sucinta, os objectivos que expusemos de forma mais pormenorizada na Introdução. São os seguintes:

- Analisar o comportamento da Classificação Decimal Universal no que respeita à representação da dinâmica sócio-cultural do século XX, concretamente no que respeita ao conceito Etnia.
- Aferir até que ponto pode considerar-se a Classificação Decimal Universal um sistema de classificação imparcial, por isso fiável, no que respeita à representação e recuperação da informação.

1.2 Desenho da investigação

Depois da exposição teórica, baseada numa revisão bibliográfica, sobre o universo conceptual das classificações em geral, e cujo propósito foi contextualizar a Classificação Decimal Universal no que respeita à sua dimensão semântica e à sua dimensão formal relativamente à organização do conhecimento, passamos, de seguida, a descrever a metodologia que foi utilizada no desenvolvimento deste estudo.

Assim, para dar cumprimento aos objectivos que nos propusemos, desenhámos a seguinte estratégia, que passamos a registar e a desenvolver:

1ª Fase

Objectivo: Recolha de dados

- a) Universo
- b) Amostra
- c) Critérios para a selecção das unidades de análise
- d) Delimitação do objecto – unidades de análise.

2ª Fase

Objectivo: Análise de dados

- a) Crítica dos dados recolhidos
- b) Análise terminológica
- c) Análise conceptual.

Antes de darmos início à descrição dos itens considerados, cumpre referir que o paradigma metodológico que sustenta o desenho da investigação em curso é de natureza qualitativa. O argumento que apoia esta eleição em detrimento do paradigma quantitativo, que tem como objectivo a quantificação objectiva dos dados relativos ao fenómeno estudado, prende-se, naturalmente, com a natureza da investigação e com o cumprimento do seu objectivo primordial. Mais do que quantificar dados, perseguindo inclusivamente objectivos que se vinculam à generalização dos resultados, pretendemos analisá-los em profundidade, para melhor compreender a sua natureza e complexidade. Para darmos cumprimento a esta pretensão, entendemos que o melhor caminho a seguir seria o paradigma qualitativo.

Para concluirmos esta breve introdução à abordagem metodológica pretendida, não podemos deixar de referir que a concretizamos com um estudo de caso.

A nossa opção por esta estratégia metodológica prende-se com o facto de entendermos ser aquela que nos permite um estudo profundo e exaustivo do objecto de estudo, ao mesmo tempo que nos proporciona, por um lado, um conhecimento alargado do objecto e, por outro, um estudo pormenorizado do tema em discussão. Permite ainda o estudo de um fenómeno complexo que envolve diversas variáveis, como é o caso do nosso estudo.

Além deste argumento, teve ainda um peso considerável na nossa escolha o facto de o estudo de caso, uma vez aplicado a uma única situação, geralmente ser suficiente para a compreensão de outros casos similares. Acresce ainda referir que esta metodologia é também usada, segundo Robert K. Yin²²⁹, em investigações que apresentam as seguintes características:

²²⁹ Yin, Robert K. – *Estudo de caso*. 3ª ed. 2005. P. 32.

- Investigar um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real e, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos.

Estes foram, entre outros, os factores que maior impacto tiveram na nossa decisão, o que concorreu, naturalmente, para que tivéssemos optado por esta modalidade metodológica, na medida em que ela se ajustava ao nosso objectivo. A escolha de tal metodologia leva-nos a pensar que, partindo da representatividade e evolução do conceito Etnia na Classificação Decimal Universal, será possível avaliar, com um razoável nível de segurança, por um lado as capacidades estruturantes deste sistema em se adequar aos novos quadros mentais emergentes, concretamente no que se refere à elasticidade das classes, subclasses e das próprias notações, relativamente à representação e organização de novos conhecimentos.

Por outro lado, permitir-nos-á avaliar até que ponto este sistema, em questões de representação das mentalidades e ideologias, é refractário ou evolutivo, no que respeita à introdução de novos quadros epistemológicos.

De acordo com as suas características, esta abordagem metodológica apresenta a vantagem de, ao estudarmos o conceito Etnia, podermos estender o seu estudo a outros conceitos evolutivos que se encontravam enraizados na vida real e contemporânea como, por exemplo, o feminismo ou a exclusão social. A relevância destes conceitos na sociedade e nas mentalidades actuais deveria, em nosso entender, concorrer para a elaboração de estudos nos quais se sedimentassem estas realidades tão em voga na actualidade.

Dentro dos métodos possíveis para sustentar e caracterizar os itens apresentados na primeira fase da investigação que respeita à recolha de dados, apoiamo-nos no método descritivo. Esta escolha prende-se com o facto de entendermos ser este o método que melhor se adequa à fase da recolha de amostras e à descrição das unidades de análise, de forma a resultar da sua aplicação a constituição de um corpo de dados consistente que permita, em última análise, uma interpretação pertinente e objectiva dos dados, de forma a criarmos tese.

No seu todo e, de uma forma geral, a primeira fase do desenho metodológico é uma etapa de simples caracterização do universo de estudo, bem como dos critérios subjacentes à recolha das amostras, para além da explicação das limitações e das condicionantes principais envolvidas na conquista dos objectivos propostos, sem qualquer implicação analítica ou interpretativa. Foi este facto, entre outros enunciados neste trabalho, que nos levou a optar por um estudo descritivo.

O método descritivo apresenta como características essencialmente o facto de se basear na observação dos dados, assim como o seu registo objectivo, com o intuito de permitir uma análise consistente dos dados ou fenómenos. Ao descrever os dados ou factos, permite relacionar *a posteriori* as variáveis entre si ou com outras variáveis diferentes.

Para a escolha deste método, contribuiu ainda o facto de ele proporcionar elementos para uma análise nos moldes que acabamos de referir, tendo em conta a função das variáveis envolvidas tal como as apresentamos. Com base nestes argumentos entendemos ser este o método adequado para apoiar a primeira fase da nossa metodologia.

Relativamente às etapas do estudo, a primeira fase do desenho metodológico tem como objectivo a recolha de elementos que irão constituir, naturalmente, um corpo de dados sobre o qual irão incidir as análises necessárias, concretamente a análise terminológica e a conceptual.

Assim, de acordo com a ordem dos itens apresentados na primeira fase, passamos ao desenvolvimento dos mesmos:

Primeira fase: Recolha de dados

a) Universo

Relativamente ao universo considerado para a escolha das edições das classificações usadas, ele torna-se difícil de quantificar em termos precisos. Esta situação decorre do facto de não podermos determinar com exactidão o número de edições da Classificação Decimal Universal que foram publicadas

ao longo do século XX. Podemos precisar que, até 1933, foram publicadas duas edições. A partir desta data torna-se quase impossível saber quantas mais foram publicadas. Na origem de tal situação encontram-se os seguintes argumentos: por um lado os países, individualmente, passaram a ter a possibilidade de publicar as suas edições da Classificação Decimal Universal de acordo com as suas necessidades específicas, edições estas que eram devidamente submetidas a aprovação e respectivamente autorizadas pela FID e, mais tarde, pelo Consortium. Esta circunstância concorreu para a proliferação de um número considerável de edições desenvolvidas, médias e abreviadas.

Por outro lado, a passagem da responsabilidade editorial pelas diversas instituições: Institut International de Bibliographie, The International Federation for Information and Documentation (FID) e, por último, o UDC Consortium, concorreu, também, para um “descontrolo”, no que se refere a uma contabilização das ditas edições.

Assim, entre outras edições possíveis de um universo analítico que, como vimos é impossível de determinar com precisão, escolhemos intencionalmente cinco; fizemo-lo de acordo com os critérios que passaremos a descrever no ponto seguinte.

Antes, porém, deverá referir-se que estas cinco edições não são modelos representativos de uma população, em termos de comparação com vista à generalização, tal como acontece num estudo estatístico clássico; são, antes, representativas de características e de situações de importância cabal para dar cumprimento aos objectivos primordiais do estudo. Neste sentido, os objectivos deste estudo não têm o propósito de ser quantitativos, mas analítico-interpretativos.

b) Amostra

Para a concretização do nosso objectivo de estudo baseamo-nos em cinco unidades de análise, concretamente em cinco edições do sistema, Classificação Decimal Universal, a saber:

Manuel Abrégé du répertoire bibliographique universel, 1905; *Classification Décimale Universelle: tables de classification pour les bibliographies, bibliothèques et archives...*, 1927-1933; edição alemã *Dezimal-Klassifikation (Gesamtausgabe). 3 International Ausg. Berlin : Beuth-Vertrieb*, 1934-1953; *Classification Décimale Universelle*, 1967-1973 e *Classification Décimale Universelle*, 1990-1993, (actualizada em 1998).

c) Critérios para a selecção das unidades de análise

Relativamente à selecção das unidades de análise, elas pautam-se, no geral, pelos seguintes argumentos:

Foram seleccionadas apenas as edições desenvolvidas (1905; 1927-1933; 1934-1953) e as edições médias (1967-1973; 1990-1993) da Classificação Decimal Universal. A opção por tabelas de edição desenvolvidas e médias, prende-se com o facto de estas edições nos proporcionarem um desenvolvimento mais exaustivo do seu conteúdo do que as tabelas abreviadas, concorrendo, deste modo, para uma melhor localização da matéria.

O facto de utilizarmos duas edições médias a partir de 1967 tem a ver com a circunstância de, por um lado, estas edições apenas existirem a partir de 1967, por outro elas serem suficientemente desenvolvidas para nos permitirem fazer um estudo exaustivo e credível do assunto que nos propomos estudar. Por esta circunstância, optámos pelas edições médias desenvolvidas em detrimento das desenvolvidas, pelo facto de estas últimas apresentarem um elevado nível de desenvolvimento e deste modo, poderem dispersar o conhecimento. Tal situação poderia perturbar a descrição e análise dos dados.

Consideramos como primeira unidade de análise a 1ª edição da Classificação Decimal Universal, publicada em 1905. Esta opção prende-se com o facto de ela ser a primeira edição deste sistema de classificação e, por isso, considerarmos o seu conteúdo como uma referência para a leitura da segunda edição e das outras que se seguem. Entendemos que seria importante ter uma visão global da forma como as matérias que são

consideradas no nosso estudo se encontravam referenciadas, quanto à terminologia e quanto à disposição dos seus conteúdos.

No que respeita à opção pela 2ª edição (1927-1933), a sua escolha baseou-se essencialmente no facto de se distanciar da primeira edição, em termos cronológicos, de aproximadamente trinta anos, critério que decidimos para a selecção das unidades de análise, pelas razões já enunciadas. Acresce ainda o facto de o espaço cronológico considerado abarcar a Primeira Guerra Mundial, período durante o qual se observaram grandes convulsões sociais, políticas, culturais e mentais e que, de alguma forma, têm a ver com a matéria em estudo. É ainda um período caracterizado, no aspecto das mentalidades, por ideias que fazem parte do universo do paradigma antropológico, no que respeita ao conceito Etnia. De acordo com esta linha de orientação antropológica encontramos conceitos tais como: raça, colonialismo, povos colonizados, indígenas, tribos, etc. Como tal, pareceu-nos que poderia ser uma mais-valia para o nosso estudo observar até que ponto esta edição espelhava esta realidade ou ela se encontrava omissa nela.

Relativamente à edição alemã (1934-1953) e à sua escolha, ela prendeu-se com o facto de ter sido uma edição que foi publicada ao longo da Segunda Guerra Mundial, por um país que foi um dos principais beligerantes. Além disso, foi um período no qual se assistiu a um significativo embate de ideias. Desta colisão ideológica resultou a valorização conceptual de alguns termos em detrimento de outros. Outros conceitos e os seus significantes foram quase eliminados da comunicação, por se entender que eram pejorativos e denunciavam uma ideologia que não era bem vista pela maioria dos países que entraram na guerra. Alguns conceitos como, por exemplo, imperialismo, xenofobia, raça, racismo, refugiados, minorias, nacionalismo, etc., passaram a ser considerados social e ideologicamente incómodos.

Muitos destes conceitos foram desenvolvidos na Alemanha, por este tempo, num contexto de guerra. Devido a esta situação, entendemos que seria interessante observar de que modo estas ideias, que se encontram plenamente integradas no nosso tema, aparecem representadas nesta edição.

Deste modo, abrimos uma excepção para esta edição, ao não respeitar o período de intervalo entre a publicação das respectivas edições que nos propusemos adoptar. Entendemos que não consultar esta edição seria uma

lacuna, na medida em que, através da sua observação, podemos verificar com alguma segurança possível a imparcialidade ou parcialidade do sistema relativamente a este tema.

No que respeita à edição de 1967-1973, a sua escolha baseou-se essencialmente no facto de ser a primeira edição média desenvolvida que foi editada sob os auspícios da FID.

O facto de esta edição ser média desenvolvida poder-nos-ia levar a pensar numa ruptura metodológica, na medida em que as outras três edições anteriores são desenvolvidas, todavia, tal não se verifica. Nesta edição e na seguinte, a de 1990-1993(1998), também ela edição média, observamos, de uma forma geral, a mesma linha de continuidade, quer no que respeita à estrutura, quer no que respeita à disposição dos conteúdos. A única diferença observada restringe-se à especificidade da representação dos assuntos. Os resultados obtidos com base nesta edição, salvo as alterações que se traduzem na eliminação e introdução de assuntos próprias de uma nova edição, em nada se distinguem das outras edições.

Relativamente à última edição considerada, publicada em 1990-1993 com alterações de 1998, foi a que elegemos para interrompermos as recolhas de dados. As razões prendem-se essencialmente com o facto de ser a última edição publicada pelo *Consortium* no século XX. Como não era nosso propósito considerarmos outras edições a não ser as que foram publicadas no século XX, desde que elas nos facultassem dados suficientes para a elaboração do nosso estudo, o que se verificou, terminamos a recolha de dados com esta edição.

Como podemos observar, as classificações seleccionadas encontram-se compreendidas, cronologicamente, entre 1905 e 1998, o que perfaz um período de cobertura analítica de aproximadamente cem anos (noventa e três anos). Ainda, considerando-se este intervalo, optámos por seleccionar as edições publicadas num período que mediasse, sensivelmente, trinta anos. Tal critério prende-se com o facto de entendermos ser este período de tempo razoável para se empreenderem e conseqüentemente se observarem alterações culturais e mentais na sociedade. Além disso, nesta edição, foi também considerado o facto de os anos de publicação coincidirem com períodos paradigmáticos da História. De acordo com esta linha de raciocínio e,

excepcionalmente, foi ainda considerada a edição alemã *Dezimal-Klassifikation (Gesamtausgabe). 3 International Ausg. Berlin: Beuth-Vertrieb, 1934-1953*, independentemente de esta quase coincidir com a publicação da edição francesa de 1927-1933.

Antes de iniciarmos a exposição de todos os procedimentos, cumpre referir que, para um melhor entendimento da distribuição das matérias consideradas, em cada uma das classificações observadas levamos a cabo a descrição dos conteúdos e estrutura das tabelas de auxiliares e subclasses consideradas. Este procedimento foi efectuado em todas as edições.

Passamos, de seguida, a apresentar os critérios subjacentes à selecção e recolha dos elementos, em cada uma das edições mencionadas, sobre os quais incidiu a análise e que, por isso, se constituíram variáveis²³⁰.

Partimos da definição do conceito Etnia para identificarmos os elementos conceptuais fundamentais que se iriam constituir em variáveis.

Após uma revisão bibliográfica feita em obras de referência, tais como dicionários gerais e da especialidade, assim como em outras tipologias de documentos, definimos o conceito Etnia. Observamos que ele assenta,

²³⁰ As variáveis são características que são medidas, controladas ou manipuladas numa investigação. Entre os vários aspectos que são considerados na sua distinção, consideramos o papel que assumem numa determinada pesquisa e na forma como podem ser medidas.

Neste sentido, constituíram-se como variáveis deste trabalho, variáveis de tipo qualitativo e independentes, por serem aquelas que melhor se adequam ao objectivo desenhado: demonstrar em que medida as classificações são dinâmicas, enquanto instrumentos de organização do conhecimento.

Esta opção prende-se, naturalmente, com a sua própria natureza. Designam-se variáveis qualitativas, porque são difíceis de mensurar, isto é, não se podem quantificar de forma objectiva. Porém, podem ser codificadas para terem significado.

Estas variáveis servem para comparar dados. Permitem fazer associações entre elas, quando é considerada mais do que uma, como é o caso desta investigação.

Além disso, são instrumentos adequados para a construção de tabelas onde se representa a distribuição da frequência das mesmas, conduzindo-nos estas, se o desejarmos, a resultados percentuais, informação que se revela fundamental para uma análise crítica.

Outro ponto que pesou na sua eleição foi o facto de serem as variáveis mais simples de tratar do ponto de vista da análise descritiva, método que usamos para demonstrar a nossa hipótese de trabalho.

São variáveis independentes, porque não são controladas nem manipuladas pelo investigador.

essencialmente, nas seguintes características primordiais: língua, religião, costume, raça, antropologia, literatura e pertença regional. Estes elementos, que constavam em todas as definições que encontramos, umas vezes de forma implícita outras de forma explícita, passaram então a enquadrar-se no nosso estudo como variáveis.

Com estes elementos constituímos uma grelha conceptual, que funcionou como um filtro na recolha dos dados. Passamos, de seguida, a apresentar essa grelha conceptual. Nela serão registadas as noções que dão consistência ao conceito Etnia, assim como as classes da Classificação Decimal Universal que lhes correspondem:

Noções que constituem o conceito – Etnia	Classes da Classificação Decimal Universal
Língua	Auxiliares de língua; Língua e Literatura
Raça e Nacionalidade	Auxiliares de raça e nacionalidade
Religião	Religião
Costumes	Ciências sociais (Antropologia cultural, Direito, Educação, Política, Economia, ... etc.)

Tabela 14. Grelha de análise

Como pode verificar-se na grelha que se apresenta e, de acordo com a selecção destes elementos, foram escolhidas as classes e respectivos auxiliares que os representavam e, neste sentido, foram constituídas como variáveis deste trabalho.

Assim, fizemos corresponder a estes elementos as classes da Classificação Bibliográfica Universal nas quais se encontravam representados, a saber: *Auxiliares de língua*, *Auxiliares de raça e nacionalidade*, *Auxiliares de pessoa*; 2 *Religião*; 3 *Ciências sociais*; 4 *Língua*; 5 *Ciências puras*; e 8 *Linguística e Literatura*.

Após termos efectuado este procedimento verificamos as matérias específicas dentro de cada uma delas e que correspondiam à nossa matéria.

Assim, destas classes foram extraídas as notações que representavam de uma forma inequívoca os conceitos relacionados com o conceito Etnia, ou que com eles se encontravam associados de forma semântica. Para concretizarmos este procedimento, percorremos, ao longo de quatro meses consecutivos, nove grupos classificatórios (tabelas de auxiliares e subclasses) de cinco edições (três desenvolvidas e duas médias desenvolvidas). O volume de dados percorrido foi de aproximadamente trinta e quatro mil entradas. Este percurso, sistemático e metódico, foi levado a cabo numa atitude comparativa, procurando estabelecer as relações relevantes entre as variáveis identificadas. Considerando este volume de entradas, percorremos notação por notação e fomos de forma minuciosa e gradual através de um processo de selecção eliminando as notações que não correspondiam ao objectivo pretendido e privilegiando aquelas que se integravam no nosso propósito. A título de exemplo apresentamos as seguintes notações:

341.233.1 Tutelle internationale

341.234 Droits des minorités

341.236 Responsabilité des Etats du chef des actes de leurs fonctionnaires ou nationaux

A notação que se encontra a verde foi a eleita, na medida em que se enquadrava na nossa matéria de estudo; as outras foram preteridas. Este percurso foi usado para todas as classes consideradas. Foi um processo que descrevemos como exaustivo e pormenorizado, na medida em que cada tabela de auxiliares e subclasses que correspondiam às variáveis consideradas foram depuradas, notação por notação, para que a recolha de dados fosse a mais exaustiva e completa possível. Quando se encontravam assuntos relacionados com o conceito Etnia, eram extraídos das respectivas tabelas e registados de imediato nas grelhas que foram construídas *a priori* para o efeito. Este procedimento foi efectuado uniformemente para todas as edições.

Estas notações foram registadas numa tabela individual. Deste modo, foi criada uma tabela para cada variável e para cada edição. Estas tabelas tinham

como objectivo o registo da recolha de dados. Cumpre referir que estas tabelas de recolha de dados se encontram localizadas nos pontos do trabalho adequados, embora dispersas ao longo do capítulo IX - *Estudo estatístico da representação e evolução do conceito Etnia na Classificação Decimal Universal*.

De seguida aos procedimentos previamente descritos, ainda na recolha dos dados, procedeu-se do seguinte modo:

Para auxiliar na comparação dos dados, a partir da segunda edição usámos a seguinte metodologia no registo dos dados: registámos em letra corrente todos os assuntos que tinham continuidade nas edições seguintes, a negro e assinalámos a verde os assuntos que apareciam pela primeira vez. Foram, ainda, assinalados entre parêntesis rectos e a amarelo-torrado os assuntos que eram eliminados²³¹ de edição para edição. Foi desta forma que foram sendo, paulatina e sistematicamente recolhidos todos os dados julgados relevantes para procedermos à análise.

Após esta recolha, foram contabilizadas também de forma exaustiva todas as entradas relativas aos Auxiliares e subclasses, nas quais se encontrava abordada a matéria considerada. Depois de se efectuar o registo numérico, numa segunda fase, foram também contabilizadas apenas as entradas relativas ao conceito Etnia, que perfazem aproximadamente quatro mil e seiscentas entradas num total de aproximadamente trinta e quatro mil. Este procedimento permitiu apurar o diferencial entre o total de entradas registadas nas tabelas auxiliares e subclasses respectivas e o número de entradas relacionado com o conceito Etnia, que ronda aproximadamente vinte e nove mil e quatrocentas.

Total de entradas	Entradas relacionadas com Etnias	Diferencial de entradas
34000	4600	29000

²³¹ A edição na qual se observa um maior número de entradas eliminadas é na de 1967-1973. Esta situação deve-se ao facto de esta edição ser a primeira edição média desenvolvida. As edições que tinham sido publicadas anteriormente (1905, 1927-1933, 1934-1953) são desenvolvidas.

Depois desta contabilização e, com o objectivo de nos proporcionar informação quantitativa e individualizada, organizada de forma sistemática e susceptível de ser mais facilmente analisada, elaborou-se um conjunto de gráficos, cujos procedimentos de elaboração iremos descrever no ponto relativo à análise.

d) Delimitação do objecto – unidades de análise

No que respeita à delimitação do objecto, temos a referir o seguinte:

Dado que a Classificação Bibliográfica Universal é publicada em diversos países do mundo, optámos por utilizar, nas nossas análises, as edições que foram publicadas no contexto europeu. Esta opção prende-se com o facto de termos verificado, inicialmente, que a primeira e segunda edições foram publicadas na Europa e, por uma questão de uniformidade, seguimos essa linha. Outro argumento que pesou na nossa decisão foi o facto de a Classificação Decimal Universal ter sido construída por dois europeus, Paul Otlet e Henri La Fontaine. Estes autores criaram este sistema de classificação com o objectivo de resolver uma necessidade que se diz internacional, mas que, na prática, se identificava com a realidade europeia – a organização de um repertório bibliográfico internacional.

Relativamente ao espaço temporal, as classificações consideradas circunscrevem-se ao século XX. O primeiro argumento prende-se com razões de natureza lógica. A primeira classificação data de 1905 e a última que foi editada pelo Consortium até à data do início deste trabalho foi publicada em 1990-1993, com actualizações em 1998.

Acresce ainda o facto de termos circunscrito o objecto do estudo de caso ao século XX. Isto porque, à semelhança da Classificação Decimal Universal, o conceito Etnia é uma noção que consideramos moderna/contemporânea, que nasceu e se desenvolveu ao longo deste século. É nesta medida que observamos o nascimento e morte de paradigmas, assim como assistimos à emergência e decadência das teorias relativas ao mesmo conceito. A propósito desta ideia, importa referir que o conceito etnicidade surge e

desenvolve-se apenas a partir da década de 50 do século XX, como poderemos observar no ponto relativo à descrição do objecto de estudo.

Por todas estas razões que, como verificamos, resultam mais de uma imposição e condição natural das próprias unidades de análise e objecto do nosso estudo de caso do que de uma escolha, tivemos de nos circunscrever ao século XX.

Outro requisito que tivemos em conta na delimitação das unidades de informação foi a entidade que publicou as classificações que usamos. De acordo com este requisito, apenas utilizamos classificações que foram publicadas pelo próprio organismo responsável pela edição da Classificação Decimal Universal ou sob o seu auspício. Este critério prende-se com o facto de este organismo ser o único com autoridade para editar ou autorizar a publicação deste sistema, seja uma edição abreviada, uma edição média ou uma edição desenvolvida. Por esta circunstância, entendemos ser esta a melhor opção.

Podemos verificar que a edição de 1905 e a de 1927-1933 foram publicadas pelo *Institut International de Bibliographie*, a edição de 1967-1973 pela *Fédération Internationale de Documentation* (FID) e a edição de 1990-1993(1998) foi publicada pelo *UDC Consortium*. A edição alemã de 1934-1953 foi publicada pela *Deutschen Normenausschuss*. Como pode observar-se, todas as edições seleccionadas foram editadas sob a responsabilidade de Organismos normativos, facto que lhes confere credibilidade.

<i>Classificações</i>	<i>Editora</i>	<i>País</i>	<i>Ano</i>
<i>Manuel abrégé du répertoire bibliographique universel</i>	<i>Institut International de Bibliographie</i>	Bruxelas	1905
<i>Classification Décimale Universelle : tables de classification pour les bibliographies, bibliothèques et archives</i>	<i>Institut International de Bibliographie</i>	Bruxelas	1927-1933
<i>Dezimal-Klassifikation (Gesamtausgabe)</i>	<i>Deutschen Normenausschuss</i>	Berlin	1934-1953
<i>Classification Décimale Universelle</i>	<i>Fédération Internationale de Documentation (FID)</i>	Bruxelas	1967-1973
<i>Classification Décimale Universelle</i>	<i>UDC Consortium</i>	Liège	1990-1993

Tabela 15. Classificações consideradas neste estudo

Segunda fase: análise dos dados recolhidos

Após a descrição da primeira fase relativa à recolha de dados, antes de passarmos à descrição metodológica da segunda fase, importa referir que o corpo de dados obtidos na primeira fase em termos de relevância e pertinência se revelou adequado para responder às perguntas da investigação em curso.

Neste sentido, podemos afirmar que as entradas (notações e respectivas explicações) registadas nas grelhas reflectem, de forma cabal, os resultados das recolhas. Como verificamos na alínea relativa aos critérios usados na selecção das unidades de análise, cada variável, na grelha correspondente, foi contabilizada com fins comparativos. Com o propósito de melhor visualizar, representar e analisar o volume de dados observados e seleccionados, foram

construídos gráficos. Com a elaboração destes gráficos pretendemos responder às seguintes questões:

- 1- Saber de que forma se encontra distribuído este conceito nas respectivas classes e subclasses e observar a sua representação percentual nas diferentes edições da Classificação Decimal Universal.
- 2- Elaborar um estudo comparativo da representação do conceito Etnia nas classes, em valores absolutos e percentuais, por edição.
- 3- Apresentar um conjunto de considerações finais sobre a representação e a evolução do conceito Etnia ao longo das edições que foram consideradas.

Assim, para responder ao primeiro ponto, com base no número referente à contabilização das subclasses, ao número total de entradas das mesmas e ao número das entradas que se ocupam do conceito Etnia, elaborou-se um conjunto de gráficos circulares, nos quais se encontra projectada a percentagem das respectivas variáveis relativamente ao total das respectivas subclasses.

Estes gráficos tiveram como objectivo proporcionar uma melhor visualização do número de subclasses e de entradas relativas às variáveis que foram consideradas.

Para responder ao segundo ponto foi elaborado um novo conjunto de gráficos de barras. Dividimos este conjunto de gráficos em dois subconjuntos: um deles representa o número absoluto de entradas sobre o conceito Etnia relativamente a cada variável ao longo de cada edição, o outro representa a mesma realidade em termos percentuais. Com estes dois tipos de gráficos pretendeu fazer-se um estudo comparativo do comportamento das variáveis que foram consideradas ao longo das diferentes edições.

Para responder ao terceiro ponto foram elaborados dois gráficos: um gráfico cumulativo relativo a todas as entradas que constituem as classes consideradas neste estudo (trinta e quatro mil) e o número total de entradas

relativas ao conceito objecto de estudo que foram extraídas dessas classes (quatro mil e seiscentas). Estes números permitiram-nos determinar em termos percentuais a representatividade do conceito Etnia no total das entradas.

No segundo gráfico deste conjunto de dois, encontram-se projectados os valores percentuais de todas as variáveis relativas ao conceito considerado no que respeita a cada edição. Ele tem como fim permitir uma leitura diacrónica, em termos percentuais, da evolução deste conceito ao longo das edições.

No final de cada gráfico procedeu-se à respectiva leitura.

A leitura efectuada foi uma leitura comparativa, na qual foram sendo destacados os níveis de preponderância e os níveis menos expressivos de cada uma das variáveis que foram consideradas e registados os pontos de estabilidade, recessão e evolução das mesmas, ao longo das edições analisadas.

Utilizamos esta metodologia para todos os gráficos.

Após a apresentação pormenorizada dos critérios para a selecção das unidades de análise e os procedimentos que foram usados, passamos, de seguida, a descrever as unidades de análise.

De uma forma geral, na segunda fase da investigação pretendemos analisar ao mesmo tempo e de forma comparada, as cinco classificações seleccionadas, no que respeita às variáveis consideradas: Língua, Religião, Ciências Sociais, Antropologia e Literatura.

O método geral que sustenta esta segunda fase é o método analítico.

Este método é um complemento ao estudo descritivo, na medida em que vai analisar os dados que resultaram da aplicação do método descritivo. Como o próprio nome indica, tem como objectivo a análise do produto resultante dos procedimentos que foram empregues na recolha dos dados.

Nesta investigação, a aplicação deste método, no essencial, manifesta-se na comparação dos dados resultantes da primeira fase com um conjunto de variáveis que se seleccionaram para o efeito. Estas variáveis resultaram de um modelo teórico que foi criado com base nos paradigmas e teorias da etnicidade. Assim, podemos dizer que a técnica usada nesta segunda fase é a análise comparativa.

Portanto, a análise comparada e fundamentada desta informação irá permitir-nos demonstrar o objectivo central deste trabalho de investigação – observar até que ponto as classificações bibliográficas do contexto europeu do século XX conseguem representar e organizar os novos conhecimentos emergentes neste mesmo século; ao mesmo tempo, importa averiguar se as podemos considerar estruturas da organização do conhecimento imparciais e dinâmicas. Isto é: por um lado, pretende saber-se se representam o conhecimento de uma forma objectiva, sem se deixarem influenciar pelas correntes dominantes políticas, sociais e culturais e, por outro, se representam a evolução das correntes sócio-culturais, assim como os quadros mentais que se manifestaram neste século.

No que respeita à análise do corpo de dados, ela foi efectuada com base em duas perspectivas:

- a) análise terminológica;
- b) análise conceptual.

Apesar da análise terminológica e da análise conceptual se completarem e, num plano teórico quase se sobreporem e, por isso, serem passíveis de se analisarem em conjunto, decidimos analisá-las separadamente, pelo facto de serem elementos de naturezas diferentes. Além disso, o volume e a diversidade dos dados que foram obtidos na fase da recolha permitem-nos e simultaneamente condicionam-nos a proceder a estes dois níveis de análise.

A distinção entre estes dois níveis justifica-se ainda, pelo facto de pretendermos contemplar as propostas analíticas dadas pela revisão da literatura e, especialmente, pelas demarcações teórico-metodológicas daí decorrentes.

Análise terminológica

A análise da terminologia prende-se, como é evidente, com os termos que foram empregues para a designação dos assuntos que se encontram registados nas grelhas de acordo com as variáveis consideradas. Estes termos

são as explicações que nos aparecem associadas às notações. Como poderemos inferir, estas designações acabam por se identificar com um determinado modelo mental e cultural. Na análise de todas as variáveis utilizamos o mesmo modelo de análise que foi referenciado previamente.

O modelo teórico que dá sustentação à análise dos dados recolhidos na fase prévia é constituído pelos paradigmas antropológico e sociológico e as respectivas teorias. No último encontram-se integradas as teorias da assimilação étnica, do pluralismo étnico e do conflito étnico, que consideramos as mais relevantes para o nosso estudo.

Para a construção deste modelo recorreu-se à literatura específica sobre o tema-problema – Etnia. Com o recurso ao dito modelo pretendemos “regular” a análise dos dados e verificar a sua pertinência ou não, para o caso em questão.

Neste sentido, para a análise terminológica recorreremos aos elementos de análise que se encontram registados nas grelhas de resultados.

Como já referimos, estes elementos que, em última análise, compõem as variáveis, foram sujeitos a uma comparação meticulosa e exaustiva com o modelo baseado nos paradigmas e teorias previamente criado.

Esta comparação permitiu-nos identificar e associar, como era nosso objectivo, determinados termos simples ou compostos aos paradigmas e às teorias consideradas. Foi através desta comparação que conseguimos observar se existia uma linha de continuidade, de ruptura e/ou de inovação entre os paradigmas e teorias considerados e as classificações. Esta observação permitiu-nos ainda identificar as linhas de convergência ou divergência entre as edições consideradas e o modelo conceptual. Saber, por exemplo, se as edições de 1905 e 1927-1933 convergem no sentido em que representam termos que se encontram relacionados com o paradigma antropológico, que era aquele que vigorava neste período; saber se as edições de 1967-1973 e 1990-1993(1998) se encontram de acordo, no geral, com o paradigma sociológico ou se divergem e se aproximam do paradigma antropológico. O mesmo raciocínio é válido para as demais teorias que foram consideradas.

O procedimento levado a cabo para o cumprimento deste propósito traduziu-se no levantamento de todas as variáveis e na sua consequente

análise terminológica. Deste modo, partimos das grelhas de análise, num total de trinta e seis, e fomos comparando todos os termos (quatro mil e seiscentas entradas) que as constituíam com os termos que definem e caracterizam os paradimas e teorias abordados no nosso estudo sobre o conceito Etnia.

Em muitos casos, para validar alguns termos, fomos observando as suas frequências de ocorrência.

Análise conceptual

Neste nível de análise irão privilegiar-se os conteúdos. Tal como aconteceu com a análise terminológica, a análise de conteúdo baseou-se essencialmente nas grelhas de resultados. Com o propósito de obtermos uma análise mais consistente, os resultados destas grelhas foram completados com os elementos percentuais que resultaram da elaboração dos gráficos, sobretudo daqueles que se referem à frequência de cada uma das variáveis e ao seu percurso individual, ao longo das respectivas edições.

Ao contrário do que foi observado no item anterior, este tipo de análise incide sobre os conceitos. À semelhança do que observamos anteriormente, com este passo metodológico pretendemos verificar também os pontos de continuidade e de ruptura no que respeita aos paradigmas e às teorias consideradas. Esta análise será feita a nível conceptual entre as edições seleccionadas, indicando, sempre que possível, as suas frequências de ocorrência.

Pretendemos ainda observar até que ponto as edições da Classificação Decimal Universal reflectem os paradigmas e as teorias a nível conceptual, e verificar se a Classificação Decimal Universal consegue acompanhar as alterações que ocorreram, sobretudo as sociais e as mentais, integrando conceitos novos e eliminando outros. Como já referimos, para responder a esta questão, optámos metodologicamente por estabelecer duas cores quando registamos os assuntos nas respectivas grelhas.

Este procedimento metodológico concorreu para que distinguíssemos, de uma forma imediata, os novos conceitos que eram inseridos e aqueles que iam sendo eliminados ao longo das edições.

No que respeita à sua análise específica, utilizámos o mesmo procedimento que descrevemos para a análise dos termos, neste ponto, no que concerne ao aspecto conceptual.

Fizemos um levantamento de todas as variáveis e das respectivas grelhas, as mesmas consideradas na análise anterior, verificamos em todas as entradas os conceitos que se encontravam representados e, se estes se enquadravam nos paradigmas e teorias consideradas.

Para completar esta análise, com o propósito de chegarmos a conclusões o mais objectivas possível, procedemos também, tal como tínhamos feito na análise dos termos, à observação das frequências de ocorrência para determinados conceitos nas respectivas tabelas.

Assim, fomos observando e analisando as entradas que se foram mantendo ao longo das edições consideradas, as novas entradas, as entradas que foram eliminadas e as que, em alguns casos, voltaram a ser reintroduzidas.

Tipos de análise	Fases da análise	Entradas manipuladas
Terminológica	<ul style="list-style-type: none"> - Observação e análise das entradas que se mantiveram ao longo das edições consideradas - Observação e análise das entradas que foram introduzidas pela primeira vez - Observação e análise das entradas eliminadas - Observação e análise das reentradas - Aferição da aplicação dos paradigmas e teorias da etnicidade. 	1225 ²³²
Conceptual	<ul style="list-style-type: none"> - Observação e análise das entradas que se mantiveram ao longo das edições consideradas - Observação e análise das entradas introduzidas pela primeira vez - Observação e análise das entradas eliminadas - Observação e análise das reentradas - Aferição da aplicação dos paradigmas e teorias da etnicidade. 	1225

Tabela 16. Tipos de análise e respectivas fases

²³² Este número de entradas corresponde àquele que foi efectivamente analisado, quer no que respeita à forma, quer ao conteúdo. Ele foi extraído das quatro mil e seiscentas entradas relativas às entradas sobre Etnias que se encontram registadas nas edições consideradas. O diferencial entre este número e o total (quatro mil e seiscentas) corresponde ao desenvolvimento dos Auxiliares de língua, Língua, Literatura e Religião, que não foram considerados na sua

Este minucioso procedimento deu-nos condições para aferir se um dado conceito se encontrava ou não integrado num determinado paradigma ou numa das teorias da etnicidade que descrevemos.

Sempre que se justificou recorreremos a dados estatísticos para completar e esclarecer determinadas ideias.

Foi apenas com base neste exaustivo trabalho, que foi possível fazer uma análise consistente, não se observando qualquer desvio que compromettesse a sua interpretação em termos de ambiguidade. Tal situação concorreu para uma análise objectiva e a obtenção de conclusões sólidas.

Este procedimento rigoroso e minucioso conferiu ao nosso estudo a fiabilidade e a consistência que julgamos desejável num trabalho desta natureza.

Concluiremos esta abordagem metodológica referindo algumas fragilidades com as quais deparamos na elaboração deste trabalho, concretamente nesta II Parte.

A primeira fragilidade metodológica prende-se com o facto de termos utilizado dois tipos diferentes de edições relativas à Classificação Decimal Universal. As edições *Manuel abrégé du répertoire bibliographique universel* (1905), *Classification Décimale Universelle: tables de classification pour les bibliographies, bibliothèques et archives...* (1927-1933) e *Dezimal-Klassifikation: Gesamtausgabe* (1934-1953), que são edições desenvolvidas; as edições *Classification Décimale Universelle* (1967-1973) e *Classification Décimale Universelle (1990-1993)* (actualizada em 1998), que são médias desenvolvidas.

Esta situação deveu-se ao facto de nos ter sido impossível aceder a edições desenvolvidas a partir da década de 60 do século XX, período cronológico que nos interessava considerar para o nosso estudo.

Apesar da opção tomada não ter influenciado os resultados, entendemos que este trabalho enferma, neste ponto particular, de uma certa falta de uniformidade e de consistência que são desejáveis num trabalho desta natureza.

especificidade, pelo facto de que não iriam acrescentar nada de significativo à análise nem às conclusões.

Outra fragilidade prende-se com a própria estrutura de algumas das edições que foram consideradas. O facto de algumas subclasses não apresentarem os elementos que as constituem de forma precisa e explícita concorreu, como podemos verificar na II Parte do trabalho, para não podermos apresentar os dados estatísticos da forma objectiva como pretendíamos e, por esse facto, em alguns casos escusarmo-nos a apresentar os respectivos gráficos.

Capítulo VIII
Etnia

1 Etnia e Grupos étnicos [Definição, caracterização e considerações gerais]

1.1 Etnia [Definição, caracterização e considerações gerais]

Segundo o *Dicionário de língua portuguesa contemporânea*²³³, o termo Etnia deriva do étimo grego *ethnos*, que significa *povo*. O mesmo dicionário apresenta esta definição também no âmbito sociológico como: *grupo humano de dimensão variável com unidade linguística e cultural*.

Os gregos usavam este termo quando se queriam referir aos povos bárbaros ou aos povos gregos não organizados segundo o modelo da cidade-estado. Neste sentido, este termo também assumia a conotação de estrangeiro.

O significado desta palavra, apesar de ter sido conotado com outros como, por exemplo, gentio ou pagão, na Idade Moderna, em oposição aos cristãos, nunca se afastou semanticamente do seu significado original, preservando este sentido ao longo dos séculos XIX e XX.

No *Dicionário breve de sociologia*²³⁴, entende-se por Etnia:

População constituída por indivíduos com a mesma origem e com a mesma cultura, fundamentada na mesma língua, história e território.

Devido aos acontecimentos históricos que alteraram fronteiras e povos, torna-se difícil conseguir localizar correctamente uma etnia. Apesar disso, o sentimento de pertença dos seus membros continua a ser o elemento fundamental para descrever a situação de etnia.

Geralmente, o conceito Etnia e, mais concretamente, o de Minoria étnica, são conceitos que o senso comum associa ao de exclusão social. Neste

²³³ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. 2001. P. 1613.

²³⁴ PITÉ, Jorge – *Dicionário breve de sociologia*. 1997. P. 55.

sentido, algumas vezes são relacionados com as franjas da população que muitas vezes por intolerância são marginalizadas pelos outros elementos que a compõem. Falar de etnias, em muitos casos, é sinónimo de ostracismo social.

De uma forma geral, associa-se este conceito a um segmento da sociedade que se distingue dos demais elementos da mesma, que constituem relativamente a estes uma maioria, pela língua ou dialecto, raça/etnia e religião.

1.2 Grupos étnicos [Definição, caracterização e considerações gerais]

Após uma revisão bibliográfica sobre a definição deste conceito feita em vários dicionários encontramos, *grosso modo*, duas acepções: uma, que descreve o Grupo étnico como uma unidade orgânica caracterizada pela homogeneidade sustentada na noção de nacionalismo, raça e cujos membros partilham uma cultura própria; outra de âmbito mais restrito, identifica o Grupo étnico como uma minoria social que partilha uma ideologia, costumes e instituições comuns. Nesta última acepção entende-se um Grupo étnico como uma célula social dentro de uma sociedade mais ampla.

Segundo Narrol²³⁵, e partindo de uma abordagem antropológica, entende-se por Grupo étnico uma população que:

- *perpetua-se biologicamente de modo amplo,*
- *compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais,*
- *constitui um campo de comunicação e de intercação,*
- *possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.*

²³⁵ *Apud*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne – *Teorias da etnicidade*. 1998. P. 189-190.

Partindo desta abordagem antropológico-etnográfica, podemos identificar quatro características que, *grosso modo*, identificam um Grupo étnico: diferença racial, diferença cultural, barreiras linguísticas e, por vezes, alguma hostilidade em relação a outras sociedades. Apesar de serem, na maioria dos casos, numericamente minoritários relativamente ao todo social, apresentam determinadas crenças e costumes, que permitem identificá-los em relação à comunidade à qual pertencem.

Esta concepção tradicional de Grupo étnico, que assenta essencialmente na diferença cultural, concorre para que estes grupos sejam encarados como mundos separados, alicerçados nas características morfológicas das culturas que os suportam.

No âmbito de uma abordagem sociológica e, de acordo com o *Dicionário de Sociologia*²³⁶, identificam-se os grupos étnicos com os movimentos sociais das populações urbanas, que se começaram a observar a partir da década de 60 do século XX. Os indivíduos que integravam estes grupos viviam em bairros degradados. Os membros destes grupos identificavam-se por comungarem de um mesmo projecto comum que, na maioria dos casos, se manifesta na defesa de uma língua, costumes e origens comuns.

Neste sentido, um Grupo étnico assume-se por evidenciar um conjunto de singularidades, tais como: uma particularidade linguística, um conjunto de práticas regulares e comuns no que respeita à cultura e à herança de um património histórico comum. Todavia, é a valorização do significado destes “símbolos” que imprime coerência e continuidade a estes grupos. É também o significado destes símbolos que os particulariza, através de um “processo dicotómico” em relação a outros grupos.

Estes grupos, alicerçados numa consciência de identidade comum, legada por uma herança também comum, constituem-se, em última análise, como modelos de referência a seguir por parte dos membros do próprio grupo. Nos casos em que estes se encontram “integrados” num espaço social que detém o poder, portanto dominante, são hostilizados, pelo facto de não serem considerados membros da sociedade local. É neste contexto que surge

²³⁶ MAIA, Rui Leandro, ed. – *Dicionário de sociologia*. 2002. P. 183.

o conceito de Minoria étnica, ou Grupo minoritário que, na maioria dos casos, é discriminado.

Em geral, na base desta discriminação não se encontra apenas um preconceito social "efémero e mutável", mas razões de natureza histórica e estrutural.

Há casos em que os grupos étnicos se podem identificar com um território, com uma estrutura social organizada e coesa, construída sobre os seus princípios enquanto possuidores e defensores de uma identidade particular.

Em outros casos, porém, apresentam uma estrutura amorfa e dispersa, na qual não existem referências homogêneas, a não ser aquelas que constituem as bases para o identificar como grupo étnico individualizado, isto é, um conjunto de referências que servem de fronteira relativamente a outros grupos étnicos.

Ao longo da história e, na maioria dos casos, por razões de vária natureza, estes grupos foram identificados como uma ameaça para o espaço social no qual se encontravam "integrados", isto é, para a maioria dominante.

Nos casos em que constituem sociedades externas, são considerados como uma ameaça para outras sociedades.

Devido a esta situação, ao longo da história os grupos étnicos, que constituem minorias, frequentemente foram discriminados nos direitos mais elementares que assistem a um ser humano.

Foi apenas a partir da segunda metade do século XX, nas sociedades democratas, que estes grupos começaram a usufruir dos mesmos direitos daqueles que constituíam, numericamente, a maioria da sociedade. O corolário desta situação, em muitas sociedades, manifesta-se na protecção social, cultural e políticas de que são objecto.

Neste sentido, muitos grupos étnicos usufruem de um estatuto que lhes permite conservar e preservar a sua cultura, religião e língua, sem serem discriminados.

Este reconhecimento manifesta-se em diversos diplomas legislativos, de natureza variada, mas que apresentam, em comum, o mesmo objectivo: lutar contra a discriminação e a exclusão social das etnias.

Entre outros diplomas legislativos, pela sua relevância internacional, salientamos: Declaração universal dos direitos humanos (Art. 1, 2, 7 e 23); Convenção dos direitos civis e políticos; Convenção internacional sobre Direitos económicos, sociais e culturais (Art. 2, 14, 24, 26 e 27); Convenção para a prevenção e castigo de crime de genocídio (Art. 1 e 2); Convenção para a eliminação de toda a forma de discriminação racial (Art. 2, 5 e 6); Convenção dos direitos das crianças (Art. 2, 17, 28, 29 e 30); Convenção contra a discriminação da educação (Art. 3 e 5); e a Convenção da Organização Internacional do Trabalho OIT sobre povos indígenas e tribais (Art., 2, 3, 6 e 7).

Todavia, actualmente, em muitas das sociedades ditas democráticas, apesar de se empreenderem esforços para tal, ainda não se cumpre o Artigo 1, da Declaração universal dos direitos humanos:

*Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade*²³⁷.

1.3 Teorias e paradigmas relativos à etnicidade

Antes de iniciarmos o estudo particularizado de cada uma das teorias, importa referir que este tema foi marcado, de uma forma geral, por dois grandes modelos: o primeiro é o que assenta essencialmente na antropologia cultural, e se situa cronologicamente nos finais do século XIX e primeira metade do século XX. O segundo é o modelo sociológico assente essencialmente em estudos sociológicos, que emerge a partir da segunda metade do referido século.

O modelo antropológico, que se sustenta essencialmente nos estudos efectuados no âmbito da antropologia cultural, que foram levados a cabo em África e na América do Sul, caracteriza-se por descrever as sociedades ditas

²³⁷ ONU. Assembleia Geral – *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em [www.<URL: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#01](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#01). [Consult. 30 Mai. 2008].

“primitivas”, numa acepção que é, na maioria dos casos, decorrente de sistemas coloniais arcaicos e estáticos. Muitas destas sociedades “primitivas” não eram mais do que o resultado da aplicação de taxonomias construídas *a priori*, e aplicadas às novas culturas que se encontravam nas explorações, conforme se ia tendo contacto com estes continentes. Nesta perspectiva e, no nosso entender, as taxonomias tornaram-se um instrumento ao serviço da ordem colonial, que serviam para classificar os grupos étnicos de uma forma objectiva, tendo em conta apenas as suas diferenças culturais, sendo este dado considerado o elemento de fronteira em relação aos outros grupos étnicos e ao próprio povo colonizador. Este sistema de classificação, racional e erudito, aplicado de uma forma arbitrária tanto pelos etnólogos como pelos administradores coloniais, concorreu inevitavelmente para a criação de grupos étnicos fictícios. Neste sentido, muitas “tribos” foram “inventadas” e “reinventadas”.

Este modelo, em especial, durante a segunda metade do século XX, sofreu consideráveis alterações. Tal situação deve-se ao facto de, por esta altura, os assuntos relacionados com os grupos étnicos e todas as questões associadas às etnias, terem sido perspectivados à luz de uma abordagem sociológica. Esta perspectiva, como irá verificar-se ao longo da exposição das teorias da etnicidade, irá privilegiar a interacção social. Nesta abordagem o estático dá lugar ao dinâmico.

Os trabalhos efectuados pelos sociólogos e pelos antropólogos,²³⁸ que baseavam os seus estudos em trabalhos de campo, convergiram para o mesmo denominador comum: os grupos étnicos não podiam ser considerados em si próprios, isolados, tendo em conta apenas as suas especificidades culturais, mas, pelo contrário, deveriam ser considerados como uma entidade que se destaca pela diferenciação cultural entre grupos que interagem num espaço de relações interétnicas. Neste sentido, a teoria anterior, que sustenta a definição de grupo étnico como um conjunto de pessoas que apresenta traços culturais diferentes, é considerada redutora e ultrapassada. Esta nova corrente pretende, acima de tudo, averiguar quais, e sob que condições, um grupo chega a existir como uma identidade étnica consciente de si própria.

²³⁸ Cumpre referir que estes sociólogos, na sua grande maioria, fizeram estudos sobre os imigrantes na sociedade americana, e os antropólogos fizeram incidir os seus estudos de campo essencialmente nas “sociedades exóticas” de África.

Pretendia-se, em última análise, entender os processos da sua construção e as formas como interagem. Neste sentido, a objectividade característica da corrente etnológica foi substituída pela subjectividade da corrente defendida, na sua maioria, por sociólogos e por parte de alguns antropólogos culturais.

Na Europa do século XX, a utilização do termo "étnico", pelo senso comum, está estritamente relacionada com a noção de Raça.

Na primeira metade deste século esta noção encontra-se associada ao conceito - Colonialismo, na segunda metade do referido século encontra-se relacionada com o conceito - Imigração.

Nas duas concepções o étnico é aquele que é diferente do "outro". Esta perspectiva tinha mais ênfase e relevo no espaço social europeu.

De uma forma geral podemos dizer que a primeira acepção está relacionada com uma concepção antropológica, em que a diferença cultural assume um papel preponderante na classificação dos ditos grupos étnicos.

Nesta acepção salienta-se a ideia de Raça e Tribo, sendo esta última noção considerada como uma especificidade da sociedade não-ocidental.

Caracteriza-se ainda por ser uma noção isolada de forma absoluta e discreta.

O estatuto destes grupos é considerado sob uma abordagem estática e objectiva, sendo classificados, como já referimos, segundo tabelas taxonómicas antropológicas.

A partir da segunda metade do século XX, mais concretamente após a reprovação das teorias racistas (1945), que estiveram na base do Nacional - socialismo, teorias que tinham sido desenvolvidas essencialmente entre a Primeira e Segunda Guerras e, de acordo com as normas jurídicas e socialmente aceites, o termo Raça é progressivamente substituído pelo termo Etnia. Se, no que respeita à forma, existe de facto uma ruptura, no que respeita ao conteúdo semântico deste termo, ele mantém-se, na medida em que os imigrantes extra-europeus continuam a ser identificados como o "outro", o estranho em relação ao europeu. É neste contexto que a tribo dá lugar ao grupo étnico. O seu estudo, baseado nesta nova concepção, alicerça-se, a partir deste momento, nas propriedades de um processo social, em

detrimento das características de grupo que os individualizam como grupo coeso e homogéneo. Segundo Eriksen²³⁹,

[...] os aspectos dinâmicos e racionais substituíram os aspectos estáticos e o processo tornou-se mais importante que a estrutura.

A tomada de consciência desta nova atitude, em última análise, concorre para que o estudo destes grupos seja considerado sob a forma como a diversidade étnica é socialmente articulada e preservada, e não como os seus aspectos culturais são distribuídos.

Neste sentido, podemos dizer que existe uma valorização da abordagem sociológica em relação à abordagem etnológica.

Todavia, e apesar desta evolução, é vulgar no senso comum adoptar-se o termo etnia ou tribo para designar as “sociedades primitivas”.

Com o propósito de procedermos a uma análise pautada pela maior acuidade possível, no que respeita à representação e evolução deste conceito nas edições das classificações consideradas, passamos, de seguida, a expor e a analisar, com a maior brevidade possível, as teorias e paradigmas relativamente ao conceito de Etnia e à sua evolução ao longo do século XX.

Durante o século XX, entre outras, podemos identificar, essencialmente, quatro teorias: a teoria da assimilação, a teoria do pluralismo, a teoria do conflito étnico e a teoria da mobilização étnica.

Segundo Joseph Hraba²⁴⁰, estas teorias podem ser reduzidas a dois grandes paradigmas: o primeiro paradigma assenta no conceito de modernidade e enfatiza a liberdade individual, correspondendo ao modelo do liberalismo clássico (primeira metade do século XX). O segundo paradigma, também assente no conceito de modernidade, enfatiza o crescimento organizacional e o efeito deste no crescimento da etnicidade, na sociedade moderna. Este segundo paradigma situa-se na segunda metade do século XX.

Assim, segundo o mesmo autor, a teoria da assimilação e a teoria do pluralismo identificam-se com o primeiro - o individualismo liberal. Por outro

²³⁹ *Apud*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne – *Teorias da etnicidade*. 1998. P. 64.

²⁴⁰ HRABA, Joseph; HOIBERG, Eric – *Ideational origins of modern theories of ethnicity: individual freedom vs. organizational growth*. P. 381.

lado, a teoria do conflito étnico que, segundo este autor, actua como transição para a teoria da mobilização étnica, situa-se no segundo paradigma.

1.3.1 Teoria da assimilação

Uma das teorias a considerar no âmbito da sociologia é a da unicidade liberal, essencialmente caracterizada pela liberdade de escolha, pela ausência de constrangimentos sociais e pela liberdade individual.

Na sociologia liberal os grupos raciais e étnicos são vistos como grupos “folclóricos” e estáticos no processo social. Esta concepção estática, que já tinha sido denunciada pelo sociólogo americano Everett Hughes, na década de 40 do século XX, relativamente aos grupos étnicos, ganhou um novo fôlego na década de sessenta, com o antropólogo cultural Fredrik Barth, ao considerá-los como uma identidade colectiva e dinâmica.

Esta nova concepção é construída e transformada na interacção dos grupos sociais, através de processos de exclusão e inclusão que, em última análise, fixam os limites do próprio grupo e determinam, ao mesmo tempo, os elementos que o integram ou não.

Na perspectiva de Fredrik Barth, a etnicidade caracteriza-se por um conjunto de acções e reacções de um grupo com outros grupos. A fronteira entre os grupos étnicos não se estabelece a partir do critério das diferenças culturais, mas da interacção social. Nesta perspectiva, podemos entender a etnicidade como um processo evolutivo e, acima de tudo, como uma relação social. Esta abordagem opõe-se à abordagem etnológica, que considera os grupos étnicos um conjunto imutável e intemporal de aspectos culturais. Nesta acepção, o Grupo étnico aparece estigmatizado, como um somatório de indivíduos que possuem, como denominador comum, a pertença e comunhão da mesma cultura. Nela, entre outros aspectos, relevamos a língua, rituais, crenças, valores, etc. que se herdaram dos ancestrais e se transmitem aos descendentes, construindo-se, desta forma, uma história de grupo intemporal e estática.

A teoria da assimilação, tal como a define a teoria das relações cíclicas da Escola de Chicago, integra-se no paradigma do individualismo liberal, e é considerada como uma das últimas etapas do processo de integração social.

De acordo com o postulado por esta Escola, a assimilação é precedida pelo ciclo da competição, o ciclo do conflito e por último o da adaptação. Segundo a mesma Escola, ela é entendida como uma fusão que permite a integração dos diferentes grupos numa sociedade cultural comum. Em última análise, a assimilação é, antes de mais, um processo que se resume à dissolução dos grupos étnicos e à absorção dos seus elementos pela sociedade na qual se encontram inseridos. Ainda, e segundo a mesma Escola, esta apenas será completa quando

[...] *os imigrantes e os nativos partilharem os mesmos sentimentos, as mesmas lembranças e as mesmas tradições*²⁴¹.

Para muitos autores, como por exemplo Park & Burgess²⁴², a assimilação não pode ser confinada à aniquilação das culturas minoritárias, na maioria das vezes identificada com os imigrantes, em benefício da cultura da comunidade de acolhimento. Segundo estes autores, a integração destes grupos na sociedade de acolhimento não passa pela destruição dos seus valores e do seu modo de vida. A solução para tal questão encontra-se num compromisso entre grupos mais alargados e inclusivos.

Estudos efectuados nesta área comprovaram que, na sociedade americana, a integração caracterizada pela pluralidade de diversos tipos de vida e valores, se tornou uma mais-valia para determinados grupos sociais, ao permitir-lhes aceder a posições económicas e políticas de relevo dentro da sociedade global. Um caso de sucesso deste tipo de "assimilação" foi o caso dos judeus. O aproveitamento dos recursos económicos, políticos e psicológicos da própria *comunidade judaica* concorreu para o sucesso deste grupo na sociedade global norte-americana. Foi a partir destas observações que, durante a década de 50 do século XX, se desenvolveram as teorias da integração. Estas teorias entendem que a sociedade deve absorver um novo

²⁴¹ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne – *Teorias da etnicidade*. 1998. P. 65.

²⁴² *Apud*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne – *Teorias da etnicidade*. 1998. P. 65.

elemento sem, contudo o destituir da sua estrutura-base. As teorias funcionalistas, que se observaram ao longo dos anos 50 do século XX, definem a integração dos imigrantes e dos grupos minoritários como um processo, segundo o qual a sociedade consegue absorver estes novos elementos sem, contudo, eliminar os seus eixos estruturantes.

Todavia, apesar desta posição dominar a década de 50, a assimilação continua a ser entendida como um processo de aculturação em que os grupos étnicos são absorvidos e se diluem na sociedade de acolhimento.

Nesse sentido, a aculturação do *étnico* pressupõe, à partida, dois elementos que interagem: por um lado, os próprios grupos étnicos, que se constituem como os proponentes a candidatos da assimilação; no lado contrário a sociedade global, entendida nesta perspectiva como um todo integrado.

Para concluir a descrição desta teoria cumpre referir que esta se alicerça nos fundamentos das sociedades industriais, cujo objectivo se manifesta no universalismo e na padronização dos comportamentos sociais. O meio de atingir esta universalidade passaria pela escolarização e pela cultura de massas.

A filosofia liberal da sociologia americana (décadas de 50 e 60) prevê nesta teoria, plasmada essencialmente na assimilação dos emigrantes, um processo inevitável e irreversível.

1.3.2 Teoria do pluralismo

A partir dos anos 60, a teoria da assimilação começa a ser colocada em causa devido aos estudos efectuados com base em observações empíricas que, na maioria, se manifestavam em casos de estudo.

Na sociedade americana, os resultados que se previam com a sua aplicação estão longe daqueles que eram esperados. Num estudo elaborado por dois sociólogos, Glazer e Moynihan, verificou-se que em Nova Iorque continuavam a existir grupos étnicos muito bem definidos, ao ponto de ser possível identificar cinco grupos: negros, porto-riquenhos, judeus, italianos e irlandeses. Esta observação veio gerar algum desconforto e desconfiança, na

medida em que, teoricamente, e de acordo com a teoria da assimilação, esta heterogeneidade já não deveria existir.

Um estudo elaborado no seio destes grupos veio concluir que eles apresentavam uma nova identidade étnica, que nada ou pouco tinha a ver com os antigos valores e comportamentos culturais que os imigrantes da primeira geração tinham trazido dos seus povos e geografias de origem, e que, por seu lado, os elementos da segunda geração tentavam a todo custo esconder. Perante tal evidência, concluiu-se que esta nova etnicidade era o produto da combinação do antigo sentimento de pertença a um Grupo étnico particular com experiências vividas na sociedade de acolhimento.

Na prática, a sociedade apresentava-se como um tecido social, composto por um conjunto de subsociedades que, relativamente à estrutura se mantinham separadas, mas que dificilmente se conseguiam distinguir através das diferenças culturais.

Testemunho de que a aculturação dos imigrantes e a padronização dos estilos de vida urbana não vingaram, de acordo com a doutrina preconizada pela teoria da assimilação, é o facto de muitos dos grupos étnicos instalados nos Estados Unidos da América como, por exemplo, os italianos, continuarem a atribuir uma grande importância aos valores étnicos, como alavanca da mobilização colectiva.

Se era um facto irrefutável que as particularidades culturais dos distintos grupos étnicos se tinham vindo a diluir paulatinamente, na medida em que se constatava uma certa uniformização cultural, era também irrefutável que as diferenças étnicas não tinham desaparecido e eram um recurso de mobilização colectiva.

Esta situação, que tem como epicentro a tendência para o desaparecimento das diferenças étnicas, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, se constituíam como fonte de mobilização colectiva, tal como nos Estados Unidos da América, foi também observada na África moderna e na Europa. Em África manifestou-se nos movimentos tribalistas; na Europa manifestou-se nos movimentos regionalistas.

Em África, ao mesmo tempo que os antigos costumes tribais tendiam a desaparecer, como consequência do desenvolvimento das cidades e da inclusão dos seus elementos na vida urbana, e também como consequência

da influência dos *mass-média* nas comunidades tribais, a consciência da identidade étnica, por um lado, tendia a diluir-se, mas, ao mesmo tempo, assumia-se como um factor importante de mobilização colectiva.

O mesmo processo observou-se nos movimentos regionais na Europa.

Neste sentido, assistiu-se, como refere Horowitz²⁴³ ao *paradoxo da etnicidade*. Por um lado, nomeadamente nos países mais evoluídos, observa-se a redução da diversidade cultural, por outro, as distinções étnicas tendem cada vez mais a afirmar-se dentro de um outro contexto.

Neste contexto alternativo, e, ao contrário do que postulavam as teorias assimilacionistas, não era a separação e o isolamento dos grupos étnicos que relevava a identidade e consciência étnica, mas sim o compromisso que estes assumiam face à sociedade global, e que se manifestava nas actividades que exerciam na mesma. É a partir do momento em que as minorias étnicas se inserem na sociedade global, que estas começam a tomar consciência das suas particularidades culturais enquanto grupo. É então, a partir deste momento, que se tornam um recurso da mobilização colectiva. Esta situação seria impossível quando as minorias viviam em zonas periféricas e lhes era negado o acesso a determinadas actividades.

As teorias de assimilação, tal como eram entendidas pelos defensores, concorriam para que os estudiosos não conseguissem vislumbrar as permanências étnicas.

Pelo exposto, podemos concluir que a teoria do pluralismo étnico entende a sociedade como o conjunto de grupos que tende a preservar a sua identidade cultural, na qual não existe lugar para o hóspede e para o hospedeiro. Uma sociedade onde cada elemento tem um lugar próprio e igualmente legítimo. Assim, na sociedade americana ser um afro-americano passou a não ser sinónimo de ser meio americano, mas sim a ser um elemento tão americano como qualquer outro elemento da sociedade. Nesta circunstância, a pertença étnica de cada um deixa de ser um obstáculo à ascensão social e até, em determinados casos, passa a constituir uma mais-valia para essa ascensão. Em última análise, no caso americano, as

²⁴³ *Ibidem*, p. 71.

especificidades étnicas representam a própria natureza da identidade do povo americano.

Se até à década de 70 ser-se étnico era um desprestígio, agora, tomando como ponto de partida a teoria do pluralismo, ser-se étnico é sinónimo de prestígio.

1.3.3 Teoria do conflito étnico

Ao longo dos anos 70 do século XX, assistiu-se, essencialmente nos Estados Unidos da América, ao ressurgimento da importância dos grupos étnicos, nomeadamente no que respeita ao seu papel na definição das identidades sociais. Nessa década observou-se ainda a ênfase e valorização do conteúdo que a pertença étnica representa para cada indivíduo.

Assim, e de acordo com esta nova orientação pluralista, o facto de se pertencer a um Grupo étnico deixou de ser um obstáculo à aspirada igualdade social, sendo a etnicidade considerada, nesta perspectiva, uma alavanca para a mesma, manifestando-se na participação activa no que respeita à vida política e económico-social. É neste sentido que o termo étnico deixa de ser identificado com o imigrante, com aquele que é estrangeiro, e começa a ser aplicado a todos os grupos que constituem a própria sociedade americana. Deixa de ser um estigma e transforma-se num compromisso.

Contudo, esta paridade relativamente aos grupos étnicos que formam a sociedade americana, não deixa de ser ingénua e aparente, na medida em que se observa um fosso entre os grupos étnicos constituídos pelos negros e os grupos étnicos constituídos pelos brancos.

Muitos autores, entre os quais Gleason²⁴⁴, vêem neste renascimento étnico uma resposta de natureza ideológica e política dos grupos étnicos brancos, para confrontar os grupos étnicos negros. Partindo desta rivalidade racial, a etnicidade passa a ser valorizada de forma positiva na sociedade americana, constituindo-se os grupos de origem europeia os mais considerados.

²⁴⁴ Apud: *Ibidem*, p. 74

A etnicidade constitui-se, assim, em movimento ideológico.

Perante esta nova perspectiva desenham-se vários cenários: há autores que vislumbram nesta nova atitude um comportamento estratégico, com vista à obtenção de melhores condições de competição, situação que é paradigmática das sociedades modernas; para outros autores, ela é considerada como uma nova forma de organização social característica do novo paradigma das sociedades contemporâneas. Face a este novo modelo, o problema que importa resolver já não é o estudo do processo de integração dos imigrantes, mas o estudo dos factores que se encontravam na origem da conservação e preservação da etnicidade na sociedade americana. Tal situação concorre para que se observe uma transferência do âmbito da questão. O problema, que até aqui residia na "periferia social", constituída pelas especificidades dos imigrantes, passa agora a residir na própria sociedade americana.

Os autores mais radicais rejeitam a ideia do renascimento étnico e entendem que, a longo prazo, se irá assistir a uma assimilação destes grupos.

Existem ainda outros autores que vêem no *ethnic revival* um indicador de que as diferenças étnicas deixaram de ser um obstáculo à ascensão social.

A etnicidade, dentro das teorias da mobilização, tem como objectivo incitar o grupo à realização de propósitos políticos.

Nesse sentido, referimos que esta teoria foi colocada em prática por grupos que competiam pelo poder na África contemporânea.

De uma forma geral, esta teoria traduz-se na organização de grupos, de acordo com orientações étnicas, com o propósito de suportarem a competição económica e política. Na maioria das situações estes grupos não passam de instrumentos constituídos de forma artificial, cuja existência é mantida para obter dividendos colectivos, quase sempre políticos e económicos.

Nestas teorias, cuja identidade e ideologias são sustentadas para exercer influência na política, economia e sociedade, a etnicidade é perspectivada numa dimensão de solidariedade de grupo, que emerge em casos de situações de conflito entre indivíduos que aspiram a interesses comuns.

Na maioria dos casos a manifestação mais evidente dos conflitos étnicos é o confronto violento, que não só põe em causa as perspectivas económicas

das regiões em que eclodem, como colocam muitas vidas em perigo, terminando frequentemente em casos de genocídio, como sucedeu no Ruanda ou nos Balcãs.

Estes confrontos étnicos ocorrem numa geografia dispersa, como poderá observar-se pelos seguintes exemplos: Burundi, Sudão, Indonésia, Oriente Médio, Afeganistão, Irlanda do Norte, entre tantos outros países.

Na Europa, este tipo de conflitos assenta essencialmente em questões de reivindicação de nacionalismos que, na maioria das situações, se encontram relacionados com a falta de perspectivas de melhores condições de vida.

Outro factor determinante nos conflitos étnicos frontais é o próprio sentimento nacionalista, que se manifesta no desagrado de ver os símbolos da sua identidade (língua, cultura, traços fenotípicos, religião e raça) a serem submetidos a um poder estranho, com o qual, na maioria dos casos, não existe qualquer tipo de vínculos de identidade.

Os laços que se criam nestes grupos, por um lado podem ser aglutinadores dos membros da sociedade, mas por outro também poderão ser fracturantes, quando são aproveitados por líderes oportunistas que vêm neles uma forma de mobilizar a sociedade e, com esta situação, se permitem colher dividendos políticos e económicos.

Ao longo do século XX, aquele que consideramos o conflito mais marcante é sem dúvida o do nacionalismo exacerbado mesclado por um profundo sentimento de racismo, como o que se manifestou na Alemanha no período da segunda Guerra Mundial. Como todos sabemos, este sentimento nacionalista/racista, sustentado pelo Partido do Nacional-Socialismo (1933-1945), conduziu ao holocausto.

Entre os artigos considerados em programa, constituído por vinte e cinco pontos, do Nacional-Socialismo, publicado em 1920 pelo Partido Nazi, faziam parte ideias como: pangermanismo, racismo e antissemitismo.

A atitude alemã face à raça, nesta época, concorreu para que estas noções, fossem consideradas pejorativas e proibitivas. A ela estava associada a noção de racismo, que ao longo da história justificou actos abomináveis como a escravatura ou o genocídio.

Face a esta situação, começou a usar-se, em substituição de Raça o termo Etnia que, na verdade, são conceitos diferentes, porque se baseiam em naturezas diversas.

Apesar da desvalorização do termo Raça, ele continuou e continua a ser usado nos dicionários de Ciências sociais, assim como nos catálogos de bibliotecas, como por exemplo no Catálogo da Biblioteca do Congresso e no Catálogo da Biblioteca Britânica.

Na linha de renascimento dos nacionalismos, assistimos por toda a Europa a complexos processos de autonomia e separação nacionalista, umas vezes manifestados sob forma de conflitos latentes, outras sob a forma de conflitos frontais e bélicos. Para ilustrar esta realidade apresentamos como exemplos os casos dos conflitos étnicos que se desenvolveram nos Balcãs com o desmembrar da Jugoslávia (a Independência da Bósnia; a Questão Basca; a Questão Irlandesa e os Conflitos no Cáucaso (a Questão da Chechénia).

Ao longo do século XX, ainda relacionada com os problemas de identidade nacional, assistiu-se a uma situação que, não assumindo, no geral, contornos de confronto étnico, teve uma importância decisiva no desenvolvimento da teoria da mobilização e da teoria do conflito étnico – a imigração em larga escala.

Foi nos Estados Unidos da América, por volta de meados do século XX, que foram elaborados, de forma consistente e sistemática, os primeiros estudos sociológicos sobre este tema. O factor que concorreu para este estudo foi o facto de a sociedade Norte-Americana se consciencializar que o “étnico”, tal como era definido pelo senso comum, não era apenas o índio da América Central e do Sul ou o aborígene australiano descritos pelos antropólogos. Era sobretudo aquele que era parte integrante da própria sociedade Norte-Americana, constituindo-a como um todo. Os “étnicos” eram os negros e os brancos, não sendo estes últimos anglo-saxões. Eram os imigrantes da primeira geração, que tinham chegado aos Estados Unidos no século XIX e inícios do séc. XX.

Esta realidade, que se observou nos Estados Unidos, veio também a verificar-se, num presente futuro, na Europa, nomeadamente em França. Aos problemas levantados pelo ressurgimento dos movimentos regionalistas e às reivindicações das minorias etnolinguísticas, veio juntar-se a

consciencialização crescente de que a França era constituída por cidadãos de diversas etnias, como bascos, bretões, corsos, etc., e que estes não estavam dispostos a diluirm-se numa sociedade global mas, muito pelo contrário, pretendiam manter as suas identidades culturais.

O segundo grande factor desta destabilização da identidade comum foi a imigração, que se observou essencialmente entre a década de 40 e a década de 60. O contingente destes imigrantes era constituído, sobretudo, por pessoas oriundas das antigas colónias da África do Norte e da África Negra, por aqueles que pediam asilo, e também por aqueles que fugiam, por um lado dos regimes comunistas, por outro, das ditaduras latino-americanas e africanas. A estas origens acresciam ainda todos os europeus que viviam nos restantes países da Europa, e que anteviam em França um país de novas oportunidades.

Toda esta situação concorreu para que, gradualmente, se desenvolvesse e propagasse um sentimento de xenofobia e racismo, que se ia manifestando, não sob forma de confronto aberto, mas sob outras formas mais sofisticadas e “controladas”.

Este cenário, caracterizado por relações inter-étnicas, concorreu para a elaboração de estudos sociológicos sobre as mesmas, à semelhança do que ocorria nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Evidentemente que estes temas também foram objecto de reflexões e discussão públicas, chegando, como se assiste actualmente, a ser assunto de debate na Assembleia Nacional, em alguns países, como por exemplo em França.

Todas estas manifestações de conflitos étnicos, que se observaram em França, Estados Unidos e Grã-Bretanha, viriam a ocorrer em outros países da Europa, ao longo da segunda metade do século XX, continuando todavia, ainda hoje, a observar-se. Identificada esta circunstância, apresentamos, como exemplo, os seguintes casos:

O caso português a partir de 1974. Neste caso podemos identificar duas situações distintas. Por um lado, a descolonização de África, que trouxe consigo a inevitabilidade da chegada de pessoas negras e brancas que aí habitavam. Por outro, o aparecimento dos movimentos separatistas das Ilhas; em Espanha, com os movimentos separatistas, como os Bascos; na Bélgica,

com os movimentos separatistas Flamengos e Valões, que arrastaram consigo, entre outros, os aspectos linguísticos.

Assim, nas culturas que supomos homogéneas, podemos observar três tipos de conflitos étnicos, que radicam em três factores distintos: por um lado os conflitos étnicos radicados em questões de regionalismos, na Europa (França, Grã-Bretanha e Espanha); os conflitos linguísticos, na Bélgica e no Canadá e, por último, os conflitos étnicos nacionalistas no Leste Europeu e os conflitos tribais em África.

A estes três factores acresce um quarto – a religião. Esta situação ocorre com maior incidência nas regiões disseminadas por todo o Oriente. São os casos do Próximo e Médio-Oriente, dos conflitos entre os Judeus e os Muçulmanos e no Extremo-Oriente, o caso do Tibete e da China, ou o do Ceilão (Sri Lanka).

Pelo exposto podemos concluir que este assunto, além da sua actualidade, é caracterizado por um elevado nível de complexidade, que se foi manifestando, ao longo de todo o século XX, assumindo umas vezes formas pacíficas, outras vezes formas profundamente violentas.

Além de lhe identificarmos estas características, reconhecemos-lhe, sobretudo, o interesse que naturalmente representa para uma melhor compreensão do homem como ser individual, e como agente social que interage com outros homens.

Nesta perspectiva, entende-se o Homem como produto de uma dupla e complexa identidade. Por um lado, possuidor de uma identidade que é construída pelo legado herdado dos seus ancestrais, por outro, construída pelas experiências que diariamente vai acumulando na interacção com os seus pares.

Assim, entre tantos outros temas de inegável interesse que reuniam, *a priori*, todas as condições para serem eleitos como objecto de estudo, optámos por este, da etnicidade, na medida em que o consideramos da maior relevância para o desenvolvimento e crescimento da dignidade humana e da condição de relacionamento entre os grupos sociais.

Outro motivo que foi considerado para a sua selecção, este de natureza mais técnica, foi o facto de ser um conceito evolutivo e, deste modo, permitir observar e testar, com base nas classificações bibliográficas consideradas, as

diversas alterações pelas quais passou ao longo do século XX. Para comprovar esta evolução, nada melhor do que as diversas teorias que se foram formando ao longo do século XX, integradas em diferentes paradigmas. Como observamos, por vezes foram consideradas sob uma abordagem antropológico-etnológica; em outras situações foram inscritas numa abordagem de natureza mais sociológica.

Pelos motivos acima expostos, reconhecemos neste assunto um elevado interesse e, por isso, o elegemos como objecto de estudo de caso.

Apenas um assunto que fosse objecto de tantas e tão inúmeras mutações, ao longo de um período tão breve e limitado, numa visão estrutural, serviria para verificar se a Classificação Decimal Universal se adequa eficazmente aos novos quadros mentais, que foram emergindo ao longo do século XX. Neste sentido, pensamos que a adopção deste tema é, entre outras possíveis, uma das que mais se ajusta para verificar a credibilidade e a contemporaneidade deste instrumento de representação e recuperação da informação.

Desta forma, baseando-nos na definição de etnia, iremos seleccionar nas edições consideradas as várias classes e os vários auxiliares que representam as características deste conceito - material que já tivemos oportunidade de enunciar em pontos anteriores, e que, por ser redundante, nos dispensamos de voltar a enunciar.

Capítulo IX
Estudo estatístico da representação e
evolução do conceito Etnia na CDU

I-IX Representação e descrição estatística das classes relativas ao conceito Etnia nas edições da CDU consideradas

Como já antes referimos, este capítulo estrutura-se em dois subcapítulos (I-IX e II-IX). Neste subcapítulo apresentamos o estudo estatístico da representação e evolução desta matéria nas classes seleccionadas, enquanto que no segundo subcapítulo apresentaremos a análise fundamentada dos resultados dos dados estatísticos.

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento deste primeiro subcapítulo, iremos recorrer, como referimos no capítulo relativo ao desenho metodológico, à seguinte abordagem:

- 1- Distribuição deste conceito nas classes e a sua representação numérica nas ditas classes nas diferentes edições da Classificação Decimal.
- 2- Estudo comparativo da representação do conceito Etnia nas classes e edições consideradas: em valores absolutos e relativos (percentuais).
- 3- Considerações finais da representação e evolução do conceito Etnia.

Após esta breve introdução sobre os procedimentos passamos a apresentar e a desenvolver a primeira parte deste capítulo, começando pelo ponto um:

1 Distribuição deste conceito nas classes e a sua representação numérica nas ditas classes nas diferentes edições da CDU

1.1 Manuel abrégé du répertoire bibliographique universel. 1905

Apesar de não constar no seu nome a designação Classificação Decimal Universal, para muitos autores esta obra é a primeira edição formal deste sistema de classificação. Foi publicada em 1905, pelo Institut International de Bibliographie.

Esta edição estrutura-se em duas partes, a saber:

A primeira é constituída por uma parte introdutória, na qual é registada um conjunto de informações gerais sobre o Instituto Internacional de Bibliografia e o Repertório Bibliográfico Universal.

A segunda é constituída pelo próprio sistema de classificação. Esta parte encontra-se estruturada em quatro divisões: na primeira são expostas as regras de aplicação deste sistema; a segunda diz respeito às tabelas principais (0-9), a terceira integra as tabelas dos auxiliares (subdivisões comuns) e a quarta constitui o Índice alfabético.

Todas as classes são introduzidas por um pequeno sumário das matérias que contemplam, precedidas pelas respectivas notações. Segue-se um esquema geral das divisões principais da respectiva classe e uma lista de outras matérias que se encontram relacionadas com o tema principal da classe considerada.

De acordo com a ordem que se encontra na própria tabela, iniciamos o nosso trabalho com os Auxiliares de Língua.

Auxiliares de Língua: Estrutura e conteúdo

Como se refere na breve apresentação desta subclasse, estes Auxiliares podem aplicar-se a todas as obras que foram e/ou são escritas numa determinada língua.

Relativamente aos Auxiliares considerados e registados nesta edição, quanto à sua estrutura, eles encontram-se desenvolvidos deste modo: Língua inglesa =2; Língua alemã =3; Língua francesa =4; Língua italiana =5; Língua espanhola =6; Latim =7; Grego =8 e a notação =9 para outras línguas.

Partindo do observado, podemos sistematizar estes auxiliares em três grupos.

O primeiro integra os auxiliares de =2/=6, que correspondem ao conceito de língua moderna; o grupo de auxiliares =7/=8 diz respeito às línguas clássicas e, por último, o auxiliar =9 corresponde às línguas que não se encontram registadas nos dois grupos anteriores e que, em última análise, expressam as línguas que, na época, eram as mais consideradas no mundo ocidental, devido ao facto de serem usadas na produção escrita.

Relativamente ao conteúdo, como podemos inferir da sua estrutura, ele é composto por todas as línguas que existem ou que já existiram.

Como o objectivo do nosso trabalho é o estudo da representação dos assuntos sobre o conceito Etnia e assuntos com ele relacionados, na tabela que se segue foram apenas registadas, de forma desenvolvida, as notações relacionadas com este assunto, critério que, de resto, será usado para o estudo e para a elaboração de todas as outras tabelas que se seguem.

<i>[=2/=6 Auxiliaires de langues individuelles]</i>
<i>[=7/=8 Langues classiques]</i>
<i>=91 Langues indo-européennes, indo-germaniques ou aryennes</i>
<i>=92 Langues sémitiques</i>
<i>=93 Langues hamitiques ou khamitiques</i>
<i>=94 Langues dites touraniennes. Langues ouralo-altaïques</i>
<i>=95 Langues de l'Asie</i>
<i>=96 Langues de l'Afrique</i>
<i>=97 Langues de l'Amérique du Nord</i>
<i>=98 Langues de l'Amérique centrale et des Antilles</i>
<i>= 99 Langues malayo-polynésiennes</i>

Tabela 17. *Table des subdivisions par langues ou idiomes*

Após o levantamento das matérias que consideramos relevantes para o estudo da nossa temática, para uma análise mais objectiva e consistente, passamos, de seguida, à análise da frequência das respectivas ocorrências, de forma a permitirem a elaboração de gráficos que nos facilitem a leitura destas mesmas ocorrências.

Para dar cumprimento a este propósito, iremos proceder a duas operações: a primeira consiste em estabelecer a percentagem relativa ao número de subclasses que esta rubrica ocupa no conjunto das subclasses que constituem os Auxiliares de língua.

A segunda operação consiste, numa primeira etapa, no levantamento numérico de todas as entradas que constituem os auxiliares das línguas correntes; numa segunda etapa proceder-se-á ao levantamento de todas as entradas que se ocupam do assunto que é objecto de estudo. Para este efeito, consideramos como entradas, as subclasses, divisões e subdivisões.

Estes procedimentos permitem-nos, por um lado obter a proporção do espaço que ocupam as subclasses relacionadas com conceito Etnia, por outro, obter a proporção das entradas relativas a estas matérias nas respectivas classes e subclasses.

Com o propósito de se obterem resultados quantificáveis e mais facilmente comparáveis, estes procedimentos serão aplicados a todas as

edições da Classificação Decimal Universal que foram consideradas para este trabalho.

Neste caso concreto, serão contabilizadas as subclasses, cujo conteúdo representa as línguas (vivas e mortas), que na época eram as mais utilizadas no mundo ocidental. Estas, como temos oportunidade de observar na tabela, ocupam as subclasses [=2/=8], sendo as outras línguas, que na sua maioria serão utilizadas por povos de outras culturas e etnias, registadas no =9 e seu desenvolvimento.

De acordo com o considerado, registamos:

Sete subclasses que representam as línguas individualmente consideradas, como: a *Língua inglesa*, *Língua francesa*, *Língua italiana*, *Latim*, *Grego antigo*, entre outras; e *uma subclasse* na qual se registam as Línguas integradas numa só classe que, na maioria dos casos, são menos usadas no “dito mundo ocidental e civilizado”. Destas destacamos, entre outras pelo número de pessoas que a usavam, a *Língua russa* =91.7, a *Língua árabe* =92.7, a *Língua chinesa* =95.1. Outras línguas são consideradas nesta subclasse, das quais destacamos as seguintes: =96.2 Língua dos bosquímanos, = 97.15 Língua dos Sioux ou Língua dos Esquimós =99.37. O total de subclasses é de oito.

Relativamente ao número de entradas relacionadas com o conceito Etnia, nos dois grupos de subclasses considerados, foram observadas as seguintes ocorrências:

Entre as subclasses =2/=8 foram registadas aproximadamente noventa entradas, na subclasse =91 foram registadas aproximadamente trezentas entradas.

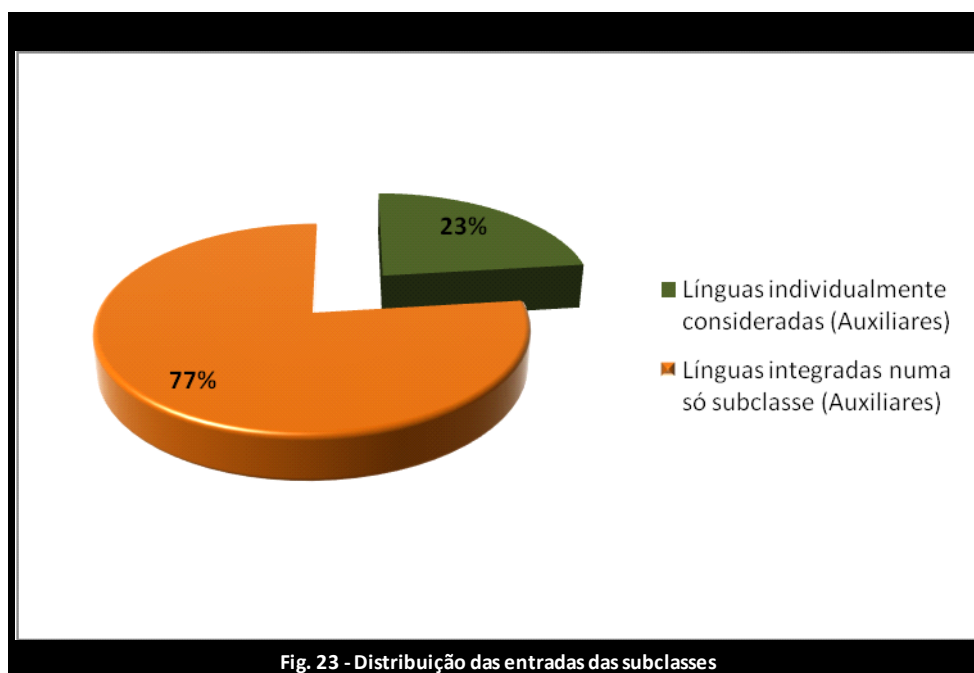
O total de entradas nesta subclasse é de aproximadamente quatrocentas.

Partindo dos valores relativos à contagem das subclasses que se ocupam desta matéria, elaboramos o gráfico que se segue. Da sua leitura podemos verificar que a ocorrência das subclasses que apresentam uma maior percentagem diz respeito àquelas que representam as Línguas individualmente consideradas (87%), cabendo ao grupo das Línguas integradas numa só subclasse uma representação substancialmente inferior, que se traduz em (13%).



No que respeita à distribuição das entradas relativas às matérias consideradas, e de acordo com o registo das mesmas na respectiva tabela desta edição, chegamos aos seguintes resultados percentuais: 23% de entradas dizem respeito ao grupo das Línguas individualmente consideradas e 77% traduzem o grupo das Línguas integradas numa só subclasse, assumindo-se este grupo como preponderante.

Registamos ainda o facto de a relação de proporcionalidade verificada para os dois grupos de línguas correntes ser inversa nestes dois gráficos situação que irá ser analisada no subcapítulo relativo à Análise dos resultados.



Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade: Estrutura e conteúdo

Relativamente a estes Auxiliares, cumpre referir que esta edição não os contempla de forma desenvolvida e explícita. Aparecem registados a seguir aos auxiliares de lugar e a preceder os de língua, sob o nome: (=) *Peuples répandus en plusieurs pays* (Subdivisions ethniques).

Refere-se neste ponto que a sua formação tem como base as línguas.

*Les subdivisions suivantes sont empruntées à la classification de langue.*²⁴⁵

Esta ideia aparece reforçada no seguinte excerto do texto, localizado na introdução à divisão 572 *Anthropologie. Ethnologie. Ethnographie*, no ponto C, que se designa *Races et variétés humaines*:

²⁴⁵ Institut International de Bibliographie – *Manuel du répertoire bibliographique universel*. 1905. *Peuples répandus en plusieurs pays* (Subdivisions ethniques).

Au point de vue bibliographique, l'uniformité et la concordance étant avant tout désirables, il n'y a donc aucun inconvénient à identifier la classification par races avec la classification par langues. En conséquence, on a formé une table de subdivisions communes par races, en empruntant toutes les divisions de 4 Linguistique et en les faisant précéder du signe conventionnel (=...).

Ex.: 4.926 Langue arabe

(=926) Race arabe ²⁴⁶.

Os auxiliares que aparecem registados nesta subdivisão "étnica" são os seguintes:

(= 2)	<i>Anglais en général. Anglo-Saxons</i>
(= 3)	<i>Allemands en général. Races germaniques</i>
(= 7)	<i>Latins en général. Races latines</i>
(= 91)	<i>Aryennes. Races indo-européennes</i>
(= 918)	<i>Slaves en général</i>
(= 92)	<i>Sémites en général</i>
(= 924)	<i>Juifs</i>
(= 927)	<i>Arabes</i>

Tabela 18. *Subdivisions ethniques: Peuples répandus en plusieurs pays*

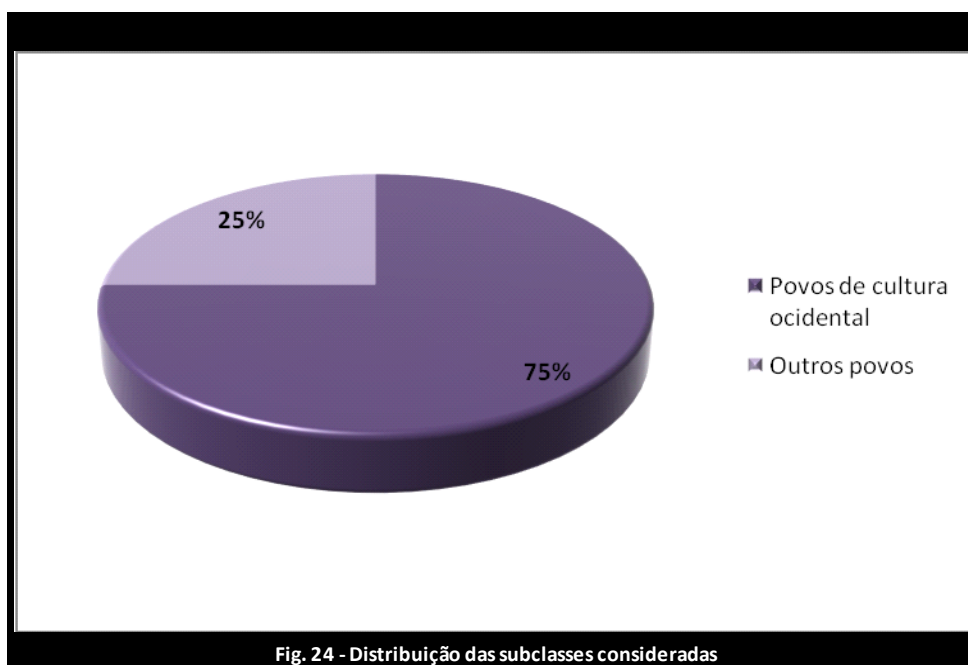
Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade.

Pelo que é observado na tabela 2, verificamos que os povos que eram mais conhecidos, isto é, aqueles que constituíam o mundo ocidental, ocupam três subclasses (=2/=7), ocupando os outros povos apenas uma subclasse (=91). O total das subclasses é de quatro, encontrando-se vazias as subclasses de (=4/=6) e a subclasse (=8).

²⁴⁶ Institut International de Bibliographie – *Manuel du répertoire bibliographique universel*. 1905. Classe 5. Divisão 572.
O exemplo da citação foi incorrectamente construído, uma vez que as línguas árabes se encontram representadas sob a notação 492.7.

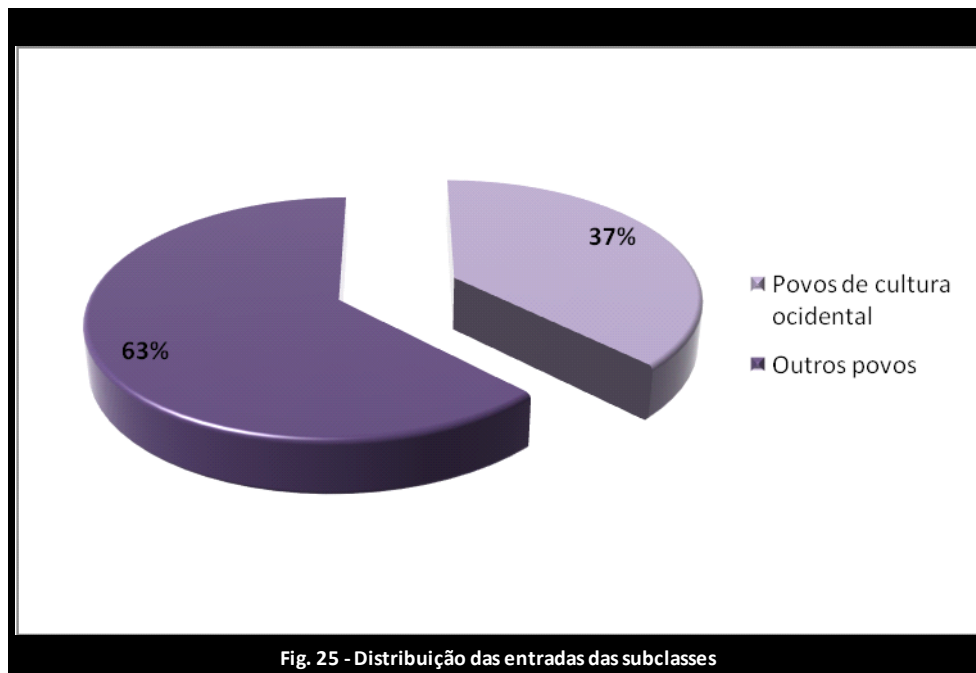
No que respeita ao levantamento das entradas específicas, existem três para os povos ditos ocidentais e cinco para todos os outros povos, o que perfaz um total de oito entradas.

De acordo com o gráfico apresentado, podemos observar que a variável que regista um valor percentual superior é aquela que se refere às matérias relativas aos povos de cultura não-ocidental, 75%, povos que identificamos, de uma forma geral, com a matéria objecto de estudo. Com uma percentagem menos significativa segue-se a variável que representa os povos ditos de cultura ocidental, 25%.



Relativamente à percentagem do número de entradas que estas ocupam nas respectivas subclasses, verifica-se a mesma situação que foi observada no gráfico anterior. A variável predominante é aquela que representa os povos que, na sua maioria, se integram no objecto de estudo - Etnia, assumindo 63% do todo considerado. A variável relativa aos povos, que o senso comum designa por civilizados e que, na maioria dos casos, se identificam com aqueles que ocupam uma hegemonia política e económica

sobre os outros, tendo sido em alguns casos potências colonizadoras, regista uma percentagem pouco expressiva em relação à variável predominante. O seu valor traduz-se em 37%.



Classe 2 – *Religião e Teologia: Estrutura e conteúdo*

A estrutura e o respectivo conteúdo desta classe revelam a importância atribuída à religião Cristã, nomeadamente no que respeita ao Catolicismo. A supremacia deste assunto relativamente a outros é, por si só, uma evidência.

A subclasse 27 encontra-se preenchida apenas com assuntos relacionados com a Igreja Católica. Neste sentido, esta subclasse é relativamente às outras a mais homogénea e consistente a nível de conteúdo.

A assimetria que se verifica no desenvolvimento das suas subclasses é, desde sempre, um ponto de fragilidade deste sistema, que concorre para as diversas e abundantes críticas que lhe são feitas.

Relativamente à subclasse 29, ponto fulcral do nosso tema de estudo, ela engloba as religiões que não foram consideradas nas subclasses anteriores.

Assim, sob as divisões 292 à 299, classifica-se, como sabemos, tudo o que diz respeito às religiões que não sejam cristãs, seja sob o ponto de vista científico, crítico, sociológico e histórico, seja sob o ponto de vista dogmático, polémico, apologético e prático.

Nesta divisão são classificadas as várias religiões correspondentes aos diversos grupos étnicos, como poderá observar-se na tabela.

Nesta primeira edição, esta classe estrutura os seus conteúdos da seguinte forma: *21 Religião natural. Teologia racional; 22/28 Religião cristã. Cristianismo; 23 Teologia dogmática. Teologia sistemática; 24 Teologia prática, moral, mística e ascética; 25 Teologia pastoral; 26 Igreja; 27 História da Igreja e do Cristianismo. Patrística; 28 Igrejas e seitas cristãs diversas. Cristianismo; 29 Religiões não cristãs. História das religiões.*

Como podemos observar, relativamente ao seu conteúdo, ela estrutura-se, essencialmente, em três grupos: *21 Religião natural. Teologia racional; 22/28 Religião Cristã. Cristianismo; 29 Religiões não cristãs. História das religiões.*

Pelo facto de a divisão 299 ser aquela que contém a matéria que interessa para o nosso estudo, esta foi objecto de maior desenvolvimento, com vista a proporcionar uma análise mais pormenorizada.

Dada a sua natureza, esta classe, relativamente a outras que compõem este Sistema de classificação, é aquela que apresenta uma maior homogeneidade a nível conceptual. Mantém, todavia, relações privilegiadas de afinidade semântica com as classes: 1, 3 e 8.

Na tabela que se segue, tal como procedemos na anterior, iremos registar as notações que representam assuntos sobre e relacionados com o conceito Etnia, neste caso concreto, a religião.

22/28 Religion chrétienne. Christianisme
29 Religions non-chrétiennes
291 Science des religions
292 Religion chez les Grecs et les Romains
293 Religion chez les Germains et les Wendes
294 Religions des Indous
295 Parsisme. Mazdéisme. Mithriacisme
296 Judaïsme
297 Islamisme. Mahométisme
298 Mormonisme
299 Religion chez les diverses races
299.1 Aryas. Indo-européens
299.2 Sémites
299.3 Religion chez les races Hamitiques
299.4 Touranien, peuples ouro-altaïque, Finnois, Mongols...
299.5 Religion chez les races asiatiques
299.6 Races africaines. Races noires
299.7 Races Nord-Américaines et de l'Amérique Centrale. Peaux-Rouges
299.8 Races Sud-Américaines
299.9 Races Malayo-Polynésiennes

Tabela 19. Classe 2 - Religion

A estrutura desta classe e respectivo conteúdo permitem observar que a religião professada na maioria do mundo ocidental é o Cristianismo, por esse facto ela ocupa, exceptuando uma subclasse, toda a classe 2.

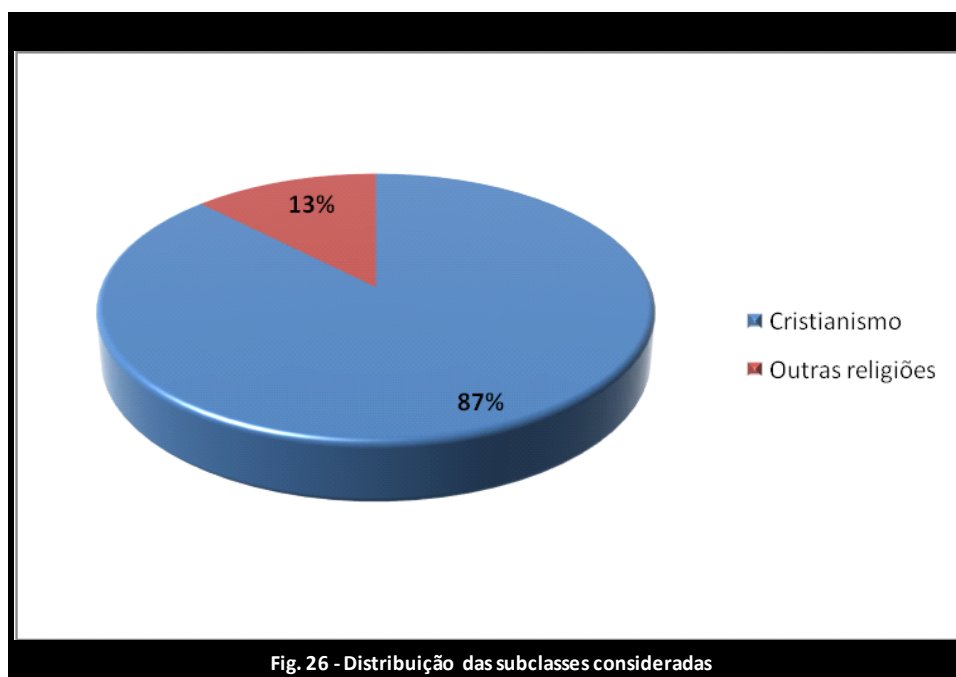
O Cristianismo ocupa sete subclasses, situando-se estas entre o 22/28. As *Religiões não-cristãs*, estas, professadas na maioria por culturas que não se identificam com a cultura daqueles que professam o Cristianismo, pertencendo muitas dessas pessoas que a constituem a grupos étnicos, ocupa uma subclasse, o 29. O total das subclasses desta classe é de nove, não sendo 20 preenchido.

Cumprе referir que o Cristianismo é representado neste sistema de classificação por aproximadamente mil e cem entradas, as Religiões não-cristãs por cento e doze. O total desta classe perfaz sensivelmente mil duzentas e vinte entradas.

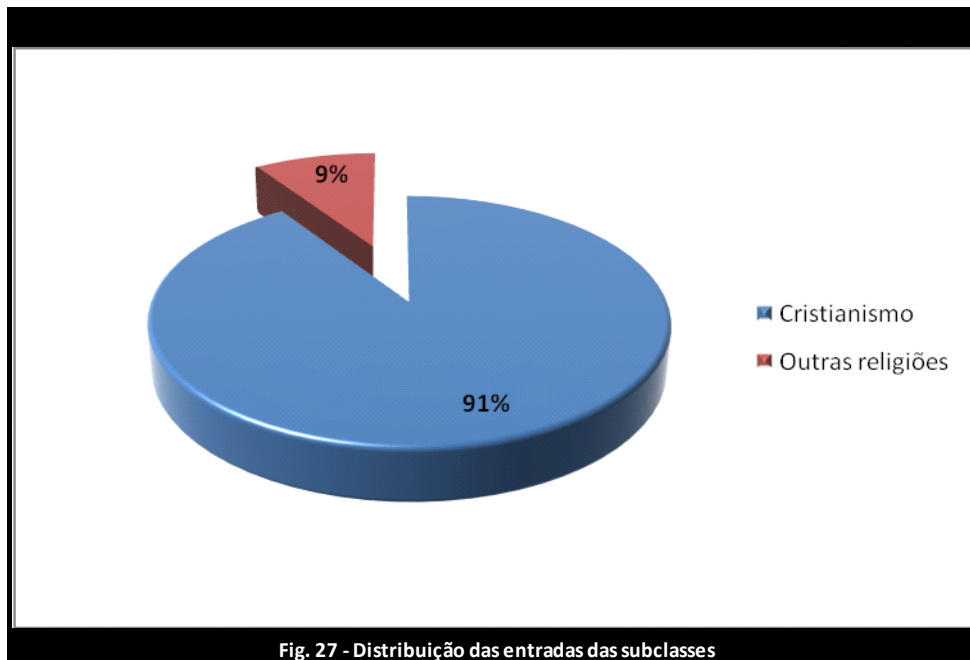
Partindo dos valores apresentados na tabela anterior, podemos observar os seguintes valores percentuais:

No que se refere à distribuição da matéria objecto de estudo nas subclasses que constituem esta classe, ela assume uma percentagem pouco relevante, 13%, quando comparada com a matéria que, na maioria dos casos não se encontra relacionada ou não traduz o objecto de estudo. É o caso da religião cristã que ocupa 87%, na qual o catolicismo é constituído por um número considerável de entradas.

O gráfico que se apresenta é, por si, só a tradução destas expressões.



Em relação à distribuição das entradas nas respectivas subclasses, elas apresentam sensivelmente a mesma percentagem que as observadas no gráfico anterior. Assim, como se pode observar neste gráfico, o Cristianismo ocupa um espaço percentual de 91% e as Outras religiões que, na sua maioria coincidem com os cultos religiosos professados pelas diversas etnias, ocupam uma percentagem quase irrelevante, quando comparada com a do Cristianismo: 9%.



Classe 3 - Ciências sociais: Estrutura e conteúdo

Esta classe estrutura os seus conteúdos nas seguintes subclasses: 30 *Sociologia em geral*; 31 *Estatística*; 32 *Política*; 33 *Economia política*; 34 *Direito*; 35 *Administração e Direito administrativo*; 36 *Assistência, seguros e pensões*; 37 *Ensino e educação*; 38 *Comércio, transportes e comunicações*; 39 *Usos, costumes e folclore*.

Relativamente ao conteúdo, esta classe é constituída por matérias relacionadas com as Ciências sociais. Ao contrário da classe 2, é uma classe bastante heterogénea, relativamente aos conteúdos, como podemos observar através da sua estrutura.

Abrange matérias que vão desde a sociografia à etnografia. Neste sentido, e considerando as outras classes que compõem este sistema, a classe 3 é aquela que apresenta um conteúdo mais heterogéneo. Este aspecto, que observaremos ao longo da análise de algumas das suas

subclasses, manteve-se desde esta primeira edição até à última. No entanto, e apesar da diversidade de temas que trata, ela apresenta um denominador comum entre todas as subclasses que a integram: todas elas tratam de um aspecto relacionado com a organização social. Este aspecto confere-lhe uma unidade semântica. Esta classe apresenta afinidades com as classes: 1, 5, 6 e 9.

Na tabela que se segue, tal como aconteceu com as duas classes anteriores, registam-se as notações que consideramos significativas em termos de representatividade do conceito considerado para estudo, assim como os assuntos que com ele estão relacionados de forma significativa.

<i>308 Conditions de la vie politique et sociale en général des divers pays, régions, villes, peuples et races. Géographie sociale.</i>
<i>312 Démographie. Population</i>
<i>312.9 Répartition et composition de la population à divers points de vue</i>
<i>312.91 Selon les lieux de naissance ou d'origine (nationalité, indigénat)</i>
<i>312.97 Selon les religions</i>
<i>312.991 Selon les langues et les races</i>
<i>323 Politique intérieure</i>
<i>323.1 Mouvement et questions des nationalités, des races et des langues</i>
<i>325 Colonisation. Migration</i>
<i>325.1 Immigration</i>
<i>325.2 Emigration</i>
<i>325.354 Traitement des indigènes</i>
<i>326 Esclavage, servitude, servage, émancipation</i>
<i>326.1 Commerce des esclaves. Traite</i>
<i>326.2 Contrats de servitude</i>
<i>326.3 Serfs et servage. Formes diverses de servitude personnelle</i>
<i>326.4 Lutte contre l'esclavage. Antiesclavagisme</i>
<i>326.8 Abolition de l'esclavage.</i>
<i>329 Partis politiques et sociaux</i>

Tabela 20. Classe 3 - Sciences sociales et Droit

329.3 <i>D'après la religion</i>
329.31 <i>Catholiques</i>
329.32 <i>Anticléricaux</i>
329.4 <i>D'après la race et la langue</i>
340 <i>Droit en général. Droit compare</i>
340.5 <i>Législation comparée. Jurisprudence ethnologique et droit des peuples primitifs en général</i>
341 <i>Droit international</i>
341.012 <i>Principe des nationalités</i>
341.5 <i>Droit international privé [Situation des étrangers]</i>
342 <i>Droit constitutionnel. Droit public</i>
342.7 <i>Droit primordiaux et garanties des citoyens et des associations</i>
342.71 <i>Qualité de citoyen: Nacionalité</i>
342.724 <i>Egalité des races et des religions. Situation des juifs, des races étrangères et primitives</i>
342.731 <i>Liberté de conscience et des cultes</i>
342.814 <i>Nationalité, race, religion</i>
343 <i>Sciences pénales</i>
343.42 <i>Contre la liberté des cultes</i>
343.431 <i>Asservissement. Esclavage</i>
343.957 <i>Ethnographie criminelle. Criminalité chez les différentes races</i>
347 <i>Droit privé. Droit civil</i>
347.167 <i>Religion et race</i>
347.167.1 <i>Religion</i>
347.167.2 <i>Race</i>
347.176 <i>Nationaux ou régnicoles ; étrangers ou aubains</i>
347.177 <i>Gens livres et gens de conditions servile. Serfs</i>
348 <i>Droit ecclésiastique. Droit civil ecclésiastique. Droit canonique</i>
348.1/.7 <i>Droit ecclésiastique catholique ou Droit canonique</i>
348.8/.9 <i>Droit ecclésiastique des autres églises</i>
351 <i>Activités propres aux administrations publiques</i>
351.756 <i>Mesures de police à l'égard des étrangers</i>
371 <i>Pédagogie et pédagogues</i>
371.9 <i>Education de catégories spéciales de personnes</i>
371.94 <i>Esclaves libérés. Nègres</i>
371.95 <i>Indiens</i>
371.96 <i>Orientaux. Enseignement des indigènes dans les pays non civilisés</i>
371.98 <i>Etrangers</i>
371.99 <i>Coéducation des races</i>

Tabela 20. Classe 3 - Sciences sociales et Droit

<i>377 Education religieuse, morale et cléricale</i>
<i>377.8 L'Église chrétienne et l'instruction</i>
<i>377.9 L'Église non chrétienne et l'instruction</i>
<i>391 Costumes et parures</i>
<i>392 Coutumes relatives à la vie privée</i>
<i>392.1 Naissance. Baptême. Circoncision</i>
<i>392.2 Sacrifices humains</i>
<i>392.21 Sacrifices et exposition des enfants</i>
<i>392.22 Sacrifices des vieillards</i>
<i>392.4 Fiançailles. Promesse de mariage. Courtisage</i>
<i>392.5 Mariage. Noces. Polygamie. Monogamie</i>
<i>393 Mort. Traitement des morts. Funérailles. Rites mortuaires. Cérémonies funèbres</i>
<i>393.1 Enterrement</i>
<i>393.2 Crémation. Incinération</i>
<i>393.3 Embaument. Momies</i>
<i>393.4 Exposition des morts</i>
<i>393.9 Coutumes spéciales relatives aux funérailles. Danses funèbres. Mutilation des cadavres. Veuvage</i>
<i>394 Vie publique. Habitudes. Relations et manifestations diverses de la vie sociale.</i>
<i>394.3 Jeux. Danses. Bals</i>
<i>394.8 Duel, suicide</i>
<i>397 Populations nomades. Gypsies</i>
<i>398 Folklore proprement dit</i>
<i>398.1 Traditions primitives</i>
<i>398.2 Légendes, contes, narrations traditionnelles</i>
<i>398.21 Contes</i>
<i>398.221 Sagas</i>
<i>398.22 Saga mythologique</i>
<i>398.3 Superstitions, croyances, usages populaires divers</i>
<i>398.31 Feu</i>
<i>398.312 Culte du feu</i>
<i>398.314 Divination par le feu</i>
<i>398.318 Feu dans les maladies</i>
<i>398.32 Localités surnaturelles</i>
<i>398.332.1 Fêtes du printemps</i>
<i>398.332.2 Fêtes de l'été</i>
<i>398.332.3 Fêtes de l'automne</i>
<i>398.332.4 Fêtes de l'hiver</i>

398.4 <i>Le monde surnaturel</i>
398.41 <i>Les êtres surnaturels...</i>
398.411 <i>Fées, ondines, elfes</i>
398.412 <i>Lutins</i>
398.414 <i>Esprits</i>
398.42 <i>Apparitions surnaturelles. Apparitions aériennes. Fantômes</i>
398.6 <i>Enigmes, rébus, devinettes, symboles, formulettes, devises</i>
399 <i>Usages de la guerre</i>

Tabela 20. Classe 3 - Sciences sociales et Droit

Como podemos observar na tabela apresentada, o assunto Etnia e outros temas com ele relacionados aparece pulverizado por toda a classe 3. Nas dez subclasses que constituem esta classe, esta matéria encontra-se representada em sete, a saber: 30, 31, 32, 34, 35, 37 e 39.

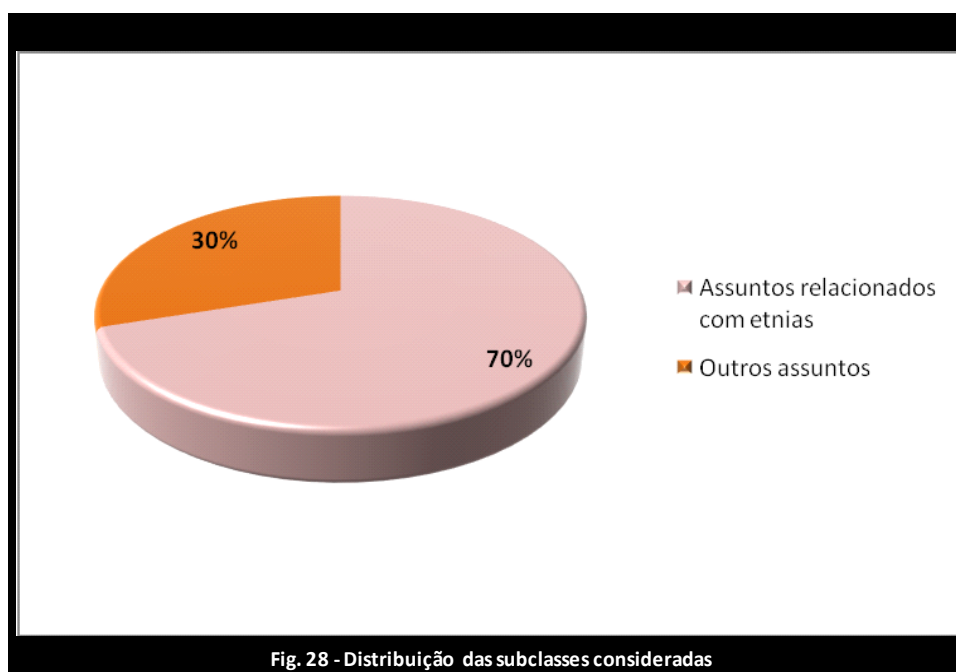
O total de entradas das sete subclasses perfaz aproximadamente quatro mil e setecentas, encontrando-se divididas da seguinte forma: Subclasse 30 *Généralités*, três entradas (corresponde a três divisões: 301, 304, 308); subclasse 31 *Statistique*, quarenta e duas entradas; subclasse 32 *Politique*, setenta e cinco entradas; subclasse 34 *Droit, législation, jurisprudence*, duas mil e oitocentas entradas; subclasse 35 *Droit administratif. Administration*, mil e quinhentas entradas, 37 *Enseignement*, cento e noventa entradas; subclasse 39 *Coutumes. Folklore*, cem entradas.

Relativamente ao assunto estudado, ele apresenta o seguinte número de entradas: 30 *Généralités*, uma entrada (corresponde à divisão: 308); subclasse 31 *Statistique*, cinco entradas; subclasse 32 *Politique*, dezassete entradas; subclasse 34 *Droit, législation, jurisprudence*, vinte e três entradas; subclasse 35 *Droit administratif. Administration*, duas entradas, 37 *Enseignement*, dez entradas; subclasse 39 *Coutumes. Folklore*, quarenta e três entradas. O número total de entradas relativamente à representatividade deste assunto no conjunto destas subclasses é de cento e uma entradas.

O apuramento do número das subclasses que se ocupam destas matérias na classe 3, permitiu-nos chegar aos resultados que se expressam no gráfico que se segue. Assim, quanto à distribuição desta matéria pelas subclasses que constituem a classe 3, podemos observar que a percentagem

que traduz a frequência de subclasses que incluem o nosso objecto de estudo é preponderante, 70%, quando comparada com a daquelas que não incluem estes assuntos, 30%.

Contudo, quando analisamos a frequência da representatividade dos assuntos relacionados com etnias no conjunto de todas as divisões destas subclasses, verificamos que essa frequência é de apenas 2% (cento e uma entradas num total de quatro mil e setecentas).



No que respeita à distribuição de entradas nas respectivas subclasses, como pode observar-se no gráfico que se segue, ela apresenta percentagens muito diversificadas. Os seus valores situam-se entre o 1%, relativo ao Direito, e os 43%, relativos aos Costumes. Devido à sua expressão percentual, realçamos ainda as subclasses relativas às Generalidades e à Política, com 33% e 23%, respectivamente.

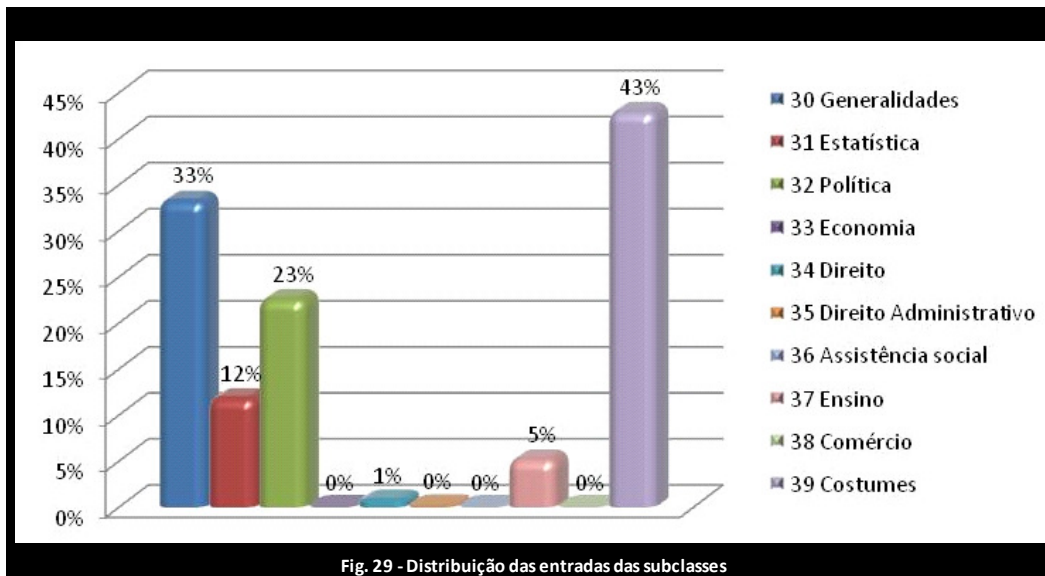


Fig. 29 - Distribuição das entradas das subclasses

Classe 4 - Filologia e Linguística: Estrutura e conteúdo

No que respeita aos conteúdos, de uma forma genérica, esta classe trata de todos os assuntos relacionados com a língua em geral e com as línguas em particular. Assim, representa todos os assuntos que se prendem com a linguística entendida como ciência da língua, assuntos sobre filologia literária, assuntos sobre o ensino das línguas e aborda, também, todos aqueles que são assuntos relacionados com as línguas individuais.

É uma classe que se relaciona directamente com os auxiliares comuns de língua.

Deste modo e, como podemos observar, os seus conteúdos encontram-se estruturados de acordo com o modelo apresentado para os auxiliares de língua. Assim, divide os seus conteúdos na seguinte estrutura: 4 *Generalidades*; 41 *Filologia geral e comparada*; 42 *Língua inglesa*; 43 *Língua alemã*; 44 *Língua francesa*; 45 *Língua italiana*; 46 *Língua espanhola*; 47 *Língua latina*; 48 *Língua grega* 49 *Outras línguas*.

Partindo destes dados, podemos dizer que esta classe se organiza, basicamente, em três divisões: 4/41 *Generalidades e Filologia*; 42/48 *Línguas individualmente consideradas*; e 49 *Línguas integradas numa só subclasse*.

Passamos, de seguida, a apresentar a tabela onde se encontram as notações que consideramos objecto de estudo do nosso trabalho.

<i>[42/49 Philologie spéciale]</i> ²⁴⁶
491 <i>Langues Indo-européennes, indo-germaniques ou aryennes</i>
492 <i>Langues sémitiques</i>
493 <i>Langues hamitiques ou khamitiques</i>
494 <i>Langues dites touraniennes. Langues ouralo-altaïques</i>
495 <i>Langues de l'Asie</i>
496 <i>Langues de l'Afrique</i>
497 <i>Langues de l'Amérique du Nord</i>
498 <i>Langues de l'Amérique du Sud</i>
499 <i>Langues malayo-polynésiennes</i>

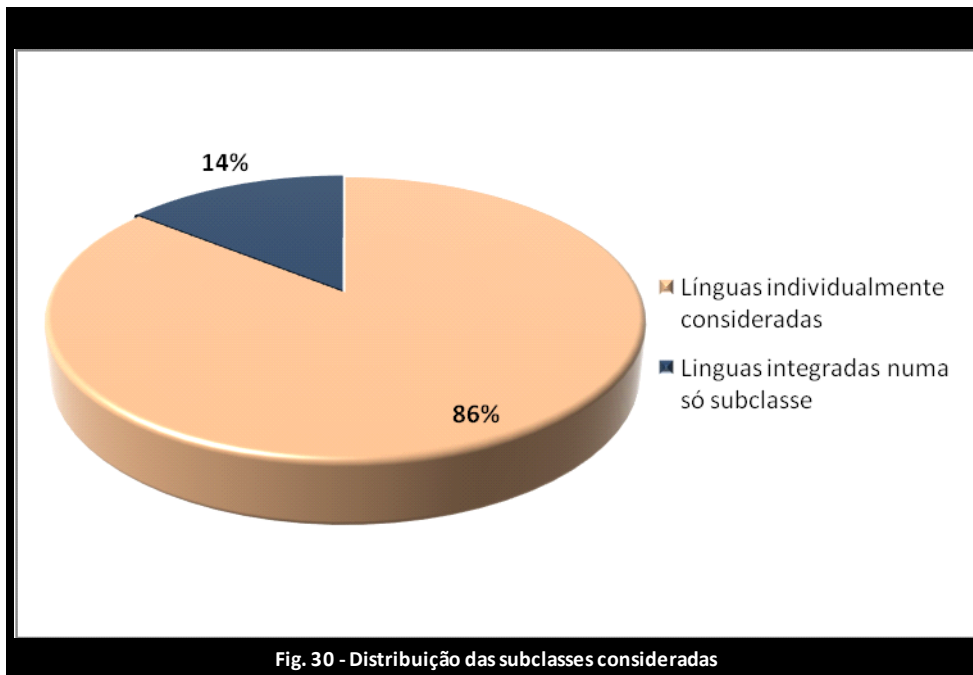
Tabela 21. Classe 4 - Philologie. Linguistique

O caso das línguas é muito semelhante ao dos Auxiliares de língua.

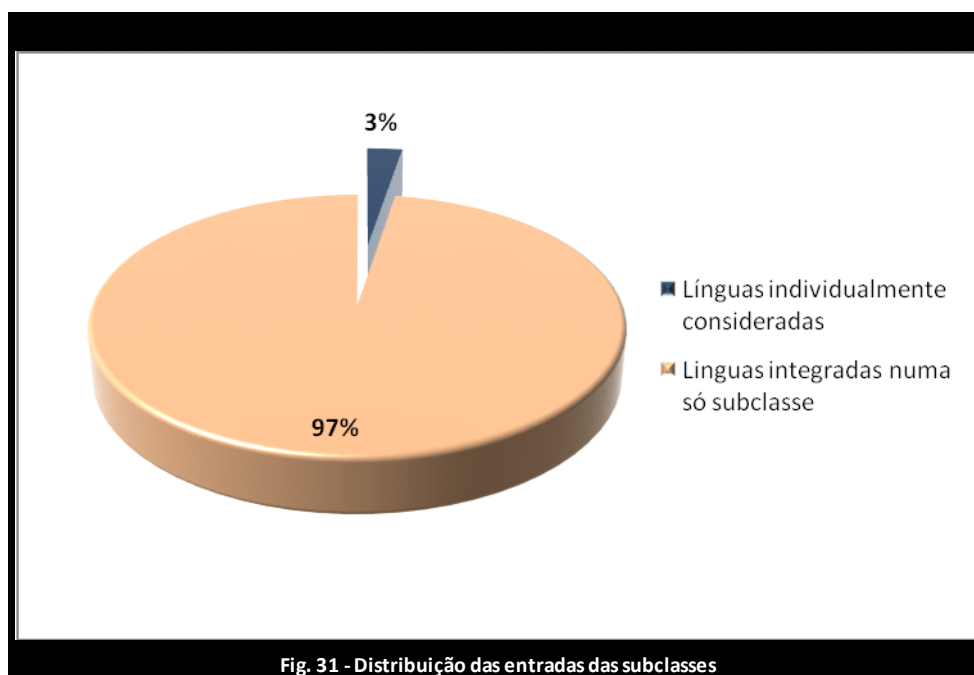
Assim, no que se refere às línguas mais utilizadas e mais comumente aceites no mundo ocidental, que se localizam entre as subclasses 42/48, elas perfazem nesta edição o número aproximado de oitenta entradas. No que respeita às línguas que eram usadas por outros povos que não os europeus, o número aproxima-se das trezentas entradas, o que perfaz um total sensivelmente de quatrocentas entradas nesta subclasse.

Tal como observamos nos Auxiliares de língua, também na classe 4 se verifica a mesma situação, como nos é dado observar pelo gráfico que apresentamos. As Línguas individualmente consideradas ocupam um número de subclasses que se traduz em 86% do todo, enquanto as Línguas integradas numa só subclasse ocupam um espaço de 14%.

²⁴⁷ O parêntesis recto será introduzido nas tabelas em todos os casos em que seja registada informação externa às tabelas originais.



Relativamente à percentagem do número de entradas observa-se a situação inversa. As Línguas individualmente consideradas apresentam uma percentagem mínima, 3%, quando comparadas com a percentagem expressa pelas Línguas integradas numa só subclasse, 97%.



Classe 5 - Ciências puras: Estrutura e conteúdo

Esta classe debruça-se sobre as ciências puras. Fazem parte dela os seguintes assuntos: *Matemática 51; Astronomia 52; Física 53; Química 54; Geologia 55; Paleontologia 56; Antropologia e Biologia 57; Botânica 58 e Zoologia 59.*

Na subclasse *57 Antropologia. Biologia* encontramos, na divisão *572 Antropologia. Etnologia. Etnografia*, referência às raças e variedades humanas.

Na introdução a esta divisão pode ler-se que a classificação das raças e dos povos não apresentava ainda um carácter definitivo no quadro epistemológico da época. Devido a esta indefinição, foram feitas muitas tentativas de classificação para estipular um quadro classificatório para esta matéria. Após estes ensaios, chegou-se à conclusão que a melhor solução para responder a este caso, seria o recurso à língua. Como já referimos no ponto sobre os Auxiliares de Raça, grupo étnico e nacionalidade, este foi o meio usado para completar determinados assuntos puramente antropológicos.

Nesta introdução podemos ainda ler que nela serão classificados todos os documentos relativos não apenas ao conjunto das raças, mas também os assuntos relativos a cada uma das raças em particular.

De acordo com o exposto, apresentamos um breve desenvolvimento desta divisão, na qual passamos a registar as notações que se encontram directamente relacionadas com o nosso tema.

<i>57 Sciences biologiques</i>
<i>572 Anthropologie. Ethnologie. Ethnographie</i>
<i>572.6 Caractères sociaux et ethniques en général</i> ²⁴⁸
<i>[572.7] Classification des races et des peuples</i> ²⁴⁹
<i>572.9 Anthropologie spéciale. Ethnologie. Races, peuples en particulier et variétés humaines diverses</i> ²⁵⁰

Tabela 22. Classe 5 - Sciences pures

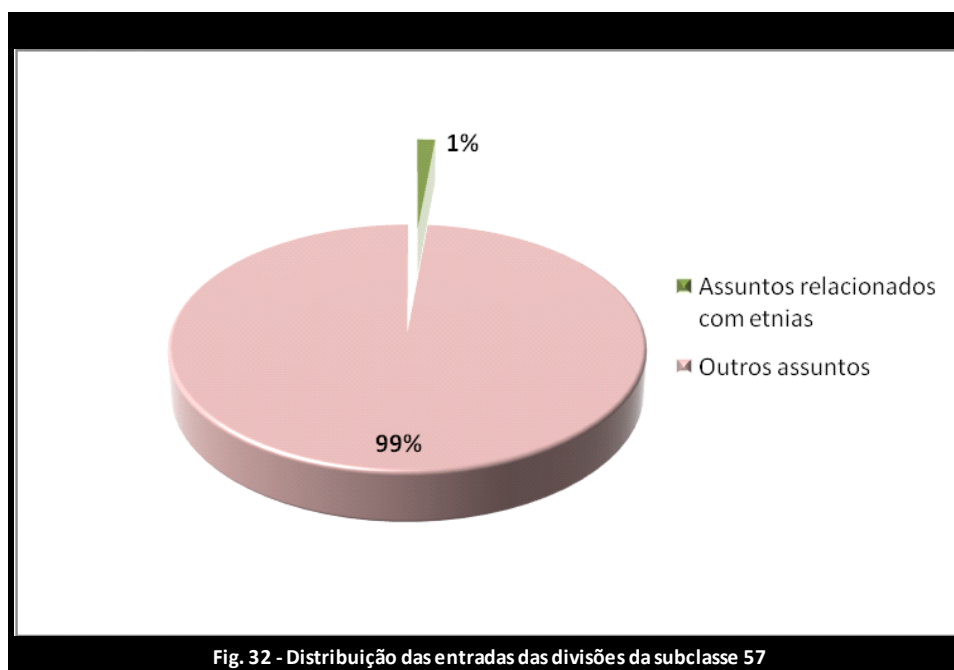
No que diz respeito à subclasse *57 Sciences biologiques*, cuja divisão 572 é ocupada com a Antropologia, Etnologia e Etnografia, ela contém, aproximadamente duzentas e setenta entradas, quatro das quais se encontram preenchidas por assuntos relacionados com o conceito Etnia.

Tal como podemos observar no gráfico que se segue, a matéria objecto de estudo ocupa uma percentagem irrelevante, que se traduz em 1% da subclasse 57.

²⁴⁸ Em casos que se justifique relacionar com a classe 3 e com a classe 4.

²⁴⁹ Em casos que se justifique relacionar com os Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade.

²⁵⁰ Em casos que se justifique relacionar com os Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade, Auxiliares de lugar e Auxiliares de tempo.



Classe 8 - Literatura. Belas Letras: Estrutura e conteúdo

Quanto ao conteúdo, a classe 8, de uma forma geral, integra a literatura em geral, estudos literários, assim como as obras de literatura propriamente dita, isto é, obras das diversas línguas particulares.

Tal como se observa na classe 4, encontra-se estritamente relacionada com os Auxiliares de língua.

Estrutura-se da seguinte forma: *8.0 Escritos sobre literatura; 82 Literatura inglesa; 83 Literatura alemã; 84 Literatura francesa; 85 Literatura italiana; 86 Literatura espanhola; 87 Literatura latina; 88 Literatura grega; 89 Literatura de línguas individuais.*

Assim, à semelhança do que aconteceu nas outras classes relacionadas com esta, podemos sistematizar os seus conteúdos nos seguintes conjuntos: *80 Literatura em geral; 82/89 Literatura relativa às línguas individualmente consideradas; 89 Literaturas integradas numa só subclasse e que, por este motivo, não foram consideradas em 82/89.*

Passamos, de seguida, a apresentar a tabela que nos dá conta dessa ocorrência.

[82/89 Littérature des diverses langues]
[891 Littératures Indo-européenes, indo-germaniques ou aryennes]
[892 Littératures sémitiques]
[893 Littératures hamitiques ou khamitiques]
[894 Littératures dites touraniennes. Littératures ouralo-altaïques]
[895 Littératures de l'Asie]
[896 Littératures de l'Afrique]
[897 Littératures de l'Amérique du Nord]
[898 Littératures de l'Amérique du Sud]
[899 Littératures malayo-polynésiennes]

Tabela 23. Classe 8 – Littérature. Belles-Lettres

Relativamente à classe 8, ela segue muito de perto os números que se observam nos Auxiliares de língua e os que se manifestam na classe 4.

O número de entradas entre as subclasses 82/89 é de sete.

Para este número reduzido contribui o facto de a tabela postular que se subdividam as literaturas individuais de acordo com as línguas que são indicadas na classe 4. Devido a tal facto, consideramos para o estudo estatístico os dados que são apresentados explicitamente na classe 4. De acordo com esta informação, recordamos que a variável Línguas individualmente consideradas apresenta uma percentagem 3% e a variável Línguas integradas numa só subclasse expressa uma percentagem de 97%.

1.2 Classification Décimale Universelle: tables de classification pour les bibliographies, bibliothèques et archives... 1927-1933

Esta edição apresenta pela primeira vez a designação de Classificação Decimal Universal, nome que se manteve até à actualidade. Do título faz parte um complemento de título extenso, que descreve toda a tipologia de

documentos à qual se aplica. Foi publicada entre 1927-1933 pelo Institut International de Bibliographie, tal como aconteceu com *Manuel abrégé du répertoire bibliographique universel*.

Apesar de ter sido publicada pelo mesmo editor, esta edição apresenta uma estrutura diferente da anterior. A matéria que integrava a primeira parte (sobre o Instituto Internacional de Bibliografia e sobre o Relatório Bibliográfico Universal), é eliminada nesta edição.

Assim, esta edição apresenta-se estruturada em dois volumes:

O primeiro é composto pelos princípios e regras da Classificação Decimal e Universal; nele, entre outros assuntos, consideram-se as regras de aplicação dos auxiliares. É composto ainda pelas tabelas principais (0-9). Tal como observamos na edição de 1905, também nestas as classes principais são precedidas por um breve sumário das matérias que integram.

O segundo volume é composto pelas tabelas dos auxiliares e pelo índice alfabético.

Partindo do mesmo critério utilizado na 1ª edição, iniciamos o registo das notações que representam assuntos relacionados com o conceito Etnia e outros assuntos com elas associados pelos auxiliares de Língua.

Auxiliares de Língua: Estrutura e conteúdo

Na tabela C, tal como se observou na edição anterior, encontram-se registados todos os assuntos relativos às línguas individuais. Como auxiliares comuns que são, estes podem ser usados ao longo de todo o sistema. Assim, e à semelhança da 1ª edição, as línguas contempladas nesta tabela são as seguintes: Língua inglesa, à qual corresponde a notação =2; Língua alemã, notação =3; Língua francesa, notação =4; Língua italiana, notação =5; Língua espanhola, notação =6; Latim, notação =7; Grego, notação =8; as outras línguas que não foram contempladas nas notações referidas, encontram-se registadas no =9.

Desta forma, constituem-se essencialmente 3 grupos, tal como observamos na edição anterior: =2/=6; =7/=8; =9, que contemplam os mesmos assuntos que se apresentam registados na 1ª edição.

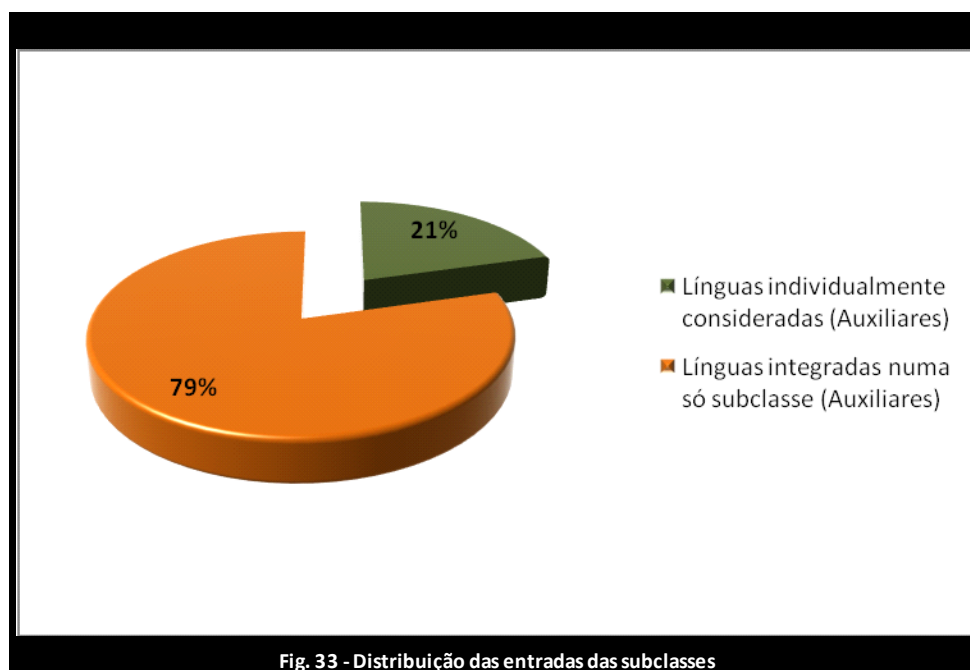
Pelo exposto verificamos que elas quer a nível de conteúdo, quer a nível de estruturas são muito idênticas.

[=2/=6 <i>Auxiliaires de langues individuelles</i>]
[=7/=8 <i>Langues classiques</i>]
=91 <i>Langues indo-européennes</i>
=92 <i>Langues sémitiques</i>
=93 <i>Langues hamitiques ou khamitiques</i>
=94 <i>Touraniennes</i>
=95 <i>Langues de l'Asie</i>
=96 <i>Langues de l'Afrique</i>
=97 <i>Langues de l'Amérique du Nord</i>
=98 <i>Langues de l'Amérique du Sud</i>
= 99 <i>Langues océaniques</i>

Tabela 24. Table des Subdivisions de langues

O número de entradas que constitui esta subdivisão é idêntico ao da anterior, observando-se aproximadamente um total de trezentas e trinta entradas, correspondendo cerca de setenta às Línguas individualmente consideradas e cerca de duzentas e setenta às Línguas integradas numa só subclasse, das quais fazem parte as línguas usadas na maioria por povos que não são ocidentais.

De acordo com os resultados expressos no gráfico que se apresenta, podemos referir que as línguas individualmente consideradas continuam a apresentar uma menor percentagem, 21%, quando comparada com a percentagem ocupada pelas Línguas integradas numa só subclasse, 79%.



Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade: Estrutura e conteúdo

Nesta edição estes Auxiliares continuam a não figurar de forma desenvolvida. Situam-se no mesmo ponto da tabela, mas apresentam a designação alterada. Se na edição anterior se designavam *Peuples répandus en plusieurs pays*, nesta edição passam a designar-se: *Peuples et races répandus en plusieurs pays*.

Tal como acontece na edição anterior, esta edição refere também que estes Auxiliares são formados através da língua, e apresenta uma breve exposição das línguas mais significativas.

Afirma também que os povos e as tribos são classificados sob a notação 572.9 com o auxiliar de lugar respectivo.

Termo vocabular	Notação
Tribo de Bamargwato	572.9(681.1)

Termina ao referir que o estudo das raças e dos povos se encontra registado em *572.9 Antropologia especial. Etnologia*.

Exemplo:

Termo vocabular	Notação
Antropologia dos semitas, anatomia.	572.9(=92):611

Estes Auxiliares continuam a não ser referenciados numa tabela específica, apresentando-se registados no final da *Tabela C Subdivisões de lugar*.

(= 2) <i>Anglais en général. Anglo-Saxons</i>
(= 3) <i>Allemands en général. Races germaniques</i>
(= 7) <i>Latins en général. Races latines</i>
(= 91) <i>Aryens. Races indo-européennes</i>
(= 918) <i>Slaves en général</i>
(= 92) <i>Sémites en général</i>
(= 924) <i>Juifs</i>
(= 927) <i>Arabes</i>

Tabela 25. Subdivisions ethniques : Peuples et Races
Répandus en plusieurs pays

Relativamente a estes Auxiliares, eles são constituídos nesta edição por um total de oito entradas sendo três relativas aos povos e raças ocidentais, e correspondendo cinco entradas, aos povos e raças orientais. No que respeita ao número e à sua distribuição, são exactamente iguais aos da primeira edição, 37% Povos de Cultura Ocidental; 63% Outros povos. Por este motivo dispensamo-nos de apresentar o gráfico.

Classe 2 – Religião e Teologia: Estrutura e conteúdos

Na edição considerada não se encontram alterações significativas no que respeita à estrutura e aos conteúdos. Continuam a observar-se três grupos

distintos de conteúdos: 21 *Religião natural. Teologia racional*; 22/28 *Religião Cristã. Cristianismo*; 29 *Religiões não cristãs*.

Nesta classe e segundo a introdução à mesma, as matérias que nela devem ser registadas são aquelas que tratam a religião de acordo com as seguintes perspectivas: as religiões propriamente ditas; as diversas questões que se prendem com a religião; os países e localidades onde se exercem as religiões; os grupos étnicos que as professam; os períodos históricos nos quais se situam.

Nesta introdução são também referidas regras de aplicação e mencionadas as relações mais susceptíveis de se efectuarem, seja entre a mesma classe, seja entre classes distintas, dependendo, naturalmente, da perspectiva sob a qual o assunto é tratado.

Apesar das alterações não serem significativas, entendemos dever registá-las, na medida em que as consideramos elementos expressivos para uma análise sociológica.

<i>22/28 Religion chrétienne. Christianisme</i>
<i>29 Religions diverses</i>
<i>291 Questions religieuses</i>
<i>292 Religion des Grecs et des Romains</i>
<i>293 Religion des Germains et des Wendes</i>
<i>294 Religions des Indous</i>
<i>295 Parsisme. Zoroastrianisme. Mazdéisme. Mithriacisme</i>
<i>296 Judaïsme</i>
<i>297 Islamisme. Mahométisme</i>
<i>[298 Mormoisme]</i>
<i>299 Autres religions</i>
<i>299.1 Religions des Aryas. Indo-européens</i>
<i>299.2 Religions des Sémites</i>
<i>299.3 Peuples Hamitiques</i>
<i>299.4 Touraniens, peuples ouro-altaïques.</i>
<i>299.5 Peuples asiatiques</i>
<i>299.6 Races africaines, races noires</i>
<i>299.7 Peuples Nord-Américains et peuples de l'Amérique centrale. Peaux-Rouges</i>

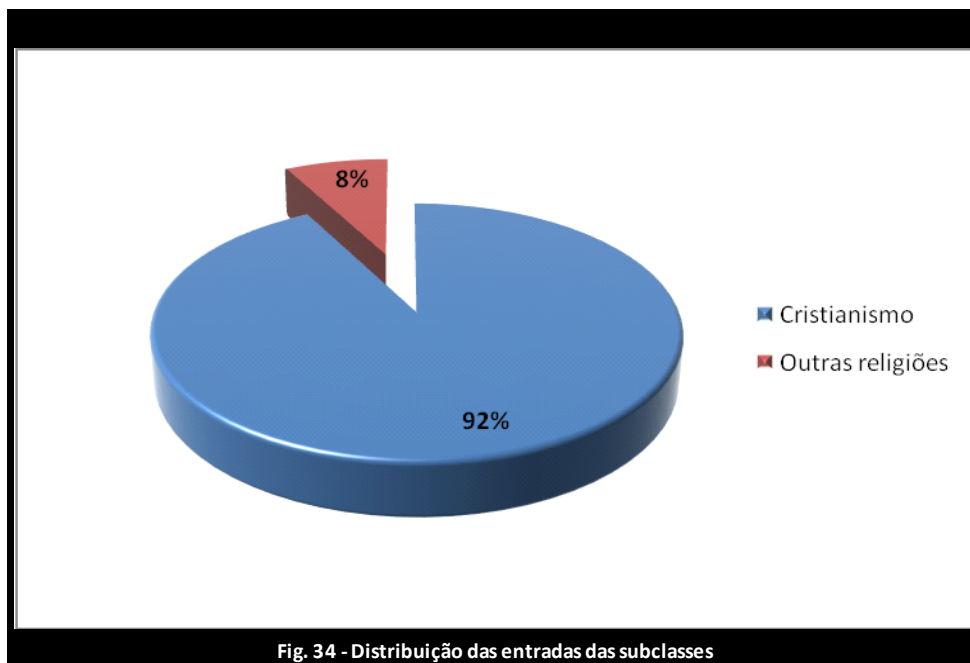
Tabela 26. Classe 2 – Religion. Théologie

299.8 <i>Peuples Sud-Américains</i>
299.9 <i>Peuples Malayo-Polynésienes</i>

Tabela 26. Classe 2 – Religion. Théologie

No que respeita à classe 2, tal como observamos nas rubricas anteriores, os números não se distanciam significativamente dos da 1ª edição; esta matéria, no total, apresenta cerca de mil e trezentas entradas, correspondendo mil e duzentas ao *Cristianismo 22/28*, e cerca de cem às *Religiões não cristãs, 29*.

Tal como se pode observar no gráfico que segue e, à semelhança do que observamos no anterior, o Cristianismo continua a ser a variável preponderante em termos percentuais, apresentando 92% de entradas, enquanto que a percentagem relativa ao segmento Outras religiões apresenta 8%, afigurando-se, neste caso, pouco significativo.



Classe 3 - Ciências sociais: Estrutura e conteúdos

Relativamente a esta classe, tal como observamos nas anteriores, não existem alterações significativas no que respeita à estrutura. Relativamente ao conteúdo observa-se a introdução de novos assuntos.

À semelhança do observado na classe 2, também esta classe é precedida por uma introdução, na qual se expõem as regras de aplicação, quer a nível técnico, quer a nível de conteúdo.

Relativamente ao conteúdo, esta refere que nela serão representados os assuntos relativos à sociedade em geral, as diversas espécies de sociedade e os seus elementos, órgãos e estrutura, assim como as ciências e as disciplinas, tais como a sociologia, economia social, etc. Outras questões sociais como questões filosóficas, religiosas, científicas, técnicas, artísticas, geográficas ou históricas também serão contempladas, desde que se encontrem tratadas sob o ponto de vista social.

Importa referir que a designação dos assuntos se torna mais específica, como é o caso, por exemplo, da divisão *323.1 Mouvements et questions des Nationalités. Races et Langues*.

Como referimos, apesar desta matéria não apresentar alterações relevantes, entendemos útil apresentar a respectiva tabela, para se observarem as novas introduções de assuntos.

<i>308 Sociographie. Description générale des sociétés. Situation, conditions et état de la vie politique et sociale en général des divers pays, régions, villes, peuples et races. Géographie sociale.</i>
<i>312 Démographie. Population</i>
312.15 Natalité d'après les races
312.25 Mortalité suivant les races (blancs, nègres, juifs, indiens, chinois)
<i>312.9 Répartition et composition de la population à divers points de vue</i>
<i>312.91 Selon les lieux de naissance ou d'origine (nationalité, indigénat)</i>
<i>312.97 Selon les religions</i>
<i>312.991 Selon les langues et les races</i>

Tabela 27. Classe 3 - Sciences sociales

312.97 <i>Selon les religions</i>
312.991 <i>Selon les langues et les races</i>
321 L'Etat, les sociétés, les classes sociales
321.2 Hordes, tribus, clans,... castes, gentes. Phratries, curies
323 <i>Politique intérieure</i>
323.1 <i>Mouvement et questions des nationalités, des races et des langues</i>
325 <i>Migration. Colonisation</i>
325.1 <i>Immigration</i>
325.2 <i>Emigration. Expatriation</i>
325.22 Protection des émigrants
325.23 Emigrations saisonnières
325.28 Transport des émigrants
325.3 Politique coloniale, indigène. Colonies et possessions extérieures...
325.32 Colonisation et migration intracontinentales. Transfert de populations. Déportations en masse
325.33 Colonisation et migration intérieures...
325.352 Gouvernement indigène. Chefferies. Conseils indigènes
325.354 <i>Sujets indigènes. Traitement et statut des indigènes. Politique indigène.</i>
325.4 Colonisation passive. Etude des colonies particulières
325.5 Types de colonisation
326 <i>Esclavage, servitude, servage, émancipation</i>
326.1 <i>Commerce des esclaves. Traite</i>
326.2 <i>Contrats de servitude. Coolies</i>
326.3 <i>Serfs et servage. Formes diverses de servitude personnelle...</i>
326.4 <i>Lutte contre l'esclavage. Antiesclavagisme</i>
326.7 Théorie en faveur de l'esclavage. Esclavagisme
326.8 <i>Abolition de l'esclavage.</i>
329 <i>Partis politiques et sociaux</i>
329.3 <i>D'après la religion</i>
329.31 <i>Catholiques</i>
329.32 <i>Anticléricaux</i>
329.4 <i>D'après la race et la langue</i>
340 <i>Droit en général. Droit comparé</i>
340.5 <i>Législation comparée. Jurisprudence ethnologique et droit des peuples primitifs en général</i>
341 <i>Droit international</i>
341.012 <i>Principe des nationalités. Droit des peuples</i>
341.234 Droits des minorités

Tabela 27. Classe 3 - Sciences sociales

341.41 Infractions diverses commises à l'étranger ou par des étrangers. Application de la loi pénale quant aux lieux
341.42 Décisions judiciaires étrangères en matière criminelle
341.43 Expulsion, Exclusion, refoulement, renvoi des étrangers. Réfugiés politiques. Droit d'asile
341.5 Droit international privé [Situation des étrangers]
342 Droit public
342.7 Droits primordiaux. Garanties assurées aux citoyens et associations
342.71 Statut et capacité politique en général. Nationalité. Indigénat. Citoyennat
342.711 Naturalisation
342.712 Nationalité originaire
342.714 Abdication de nationalité. Droits supranationaux
342.717 Droits politiques accordés aux étrangers
342.721 Liberté individuelle. Esclavage. Servage. Inviolabilité de la personne humaine.
342.724 Egalité des races et des religions. Situation des juifs, des races étrangères et primitives
342.725 Emploi des langues. Langues nationales officielles
342.731 Liberté de conscience et des cultes
342.814 Nationalité, race, religion
342.827 Représentation des minorités...
343 Sciences pénales
343.221.52 Sauvages et primitifs
343.42 Liberté des cultes
343.431 Asservissement. Esclavage. Traite. Servitude
343.975 Ethnographie criminelle. Criminalité chez les différentes races
347 Droit privé. Droit civil
347.167 Religion et race
347.167.1 Religion
347.167.2 Race
347.173 Indigènes et colons dans les colonies
347.176 Nationaux ou régnicoles ; étrangers ou aubains
347.177 Gens livres et gens de conditions servile. Serfs
348 Droit ecclésiastique. Droit civil ecclésiastique. Droit canonique
348.1/.7 Droit ecclésiastique catholique ou Droit canonique
348.8/.9 Droit ecclésiastique des autres églises
351 Activités propres aux administrations publiques
351.756 Mesures de police à l'égard des étrangers
368 Assurance

368.834 Esclavage
371 Pédagogie et pédagogues
371.9 Education de catégories spéciales de personnes
371.974 Esclaves libérés. Nègres
371.975 Indiens. Peaux-rouges
371.976 Orientaux. Occidentaux.
371.98 Nationalités étrangères. Ecoles spéciales pour étrangers. Ecoles des minorités nationales. Ecoles créées à l'étranger
371.99 Coéducation des races
377 Education religieuse, morale et cléricale
377.8 L'Eglise chrétienne et l'instruction
377.9 L'Eglise non chrétienne et l'instruction
391 Vêtements, costumes. Parures
391.8 Masques
391.91 Tatouages
391.92 Mutilations et déformation : anneaux dans le nez et les oreilles, perforation des lèvres, etc.
392 Coutumes relatives à la vie privée
392.1 Naissance. Baptême. Circoncision. Puberté, majorité
392.11 Coutumes prénatales
392.12 Naissance
392.123 Avortement, infanticide, infanticide systématique
392.14 Baptême
392.15 Circoncision
392.17 Rituels de puberté
392.18 Rituels de majorité
392.2 Sacrifices humains
392.21 Sacrifices et exposition des enfants
392.22 Sacrifices des vieillards
392.23 Sacrifices de prisonniers
392.24 Homicides rituels
392.241 Décapitations
392.242 Hommes tigres, hommes panthères
392.27 Mutilation des victimes
392.4 Fiançailles. Promesse de mariage. Courtisage
392.5 Mariage
392.51 Coutumes nuptiales. Noces
392.52 Jus primae noctis. Droit du seigneur
392.53 Agamie

Tabela 27. Classe 3 - Sciences sociales

392.54 Formes diverses du mariage
392.541 Mariage par groupes
392.542 Endogamie, exogamie
392.543 Mariage consanguin
392.544 Polyandrie, polygamie
392.546 Mariage par rapt
392.547 Mariage par achat
392.57 Coutumes au cours du mariage. Période de menstruation
392.62 Concubinage. Mariage morganatique
392.63 Célibat, célibat rituel
392.64 Promiscuité
392.65 Prostitution, prostitution sacrée
392.81 Rites du repas. Coutumes y relatives
392.83 Aliments prohibés, impurs
392.84 Végétarisme rituelique
392.89 Cannibalisme. Anthropophagie
393 Mort. Traitement des morts. Funérailles. Rites mortuaires. Cérémonies funèbres
393.1 Enterrement. Ensevelissement. Inhumation
393.2 Crémation. Incinération
393.3 Embaument. Momies. Masques de morts
393.4 Expositions des morts. Veillée des morts
393.9 Coutumes spéciales relatives aux funérailles
393.93 Danses funèbres.
393.94 Oraisons funèbres. Chants funèbres
393.95 Offrandes funèbres. Repas funèbres
393.97 Mutilation des cadavres
394 Vie publique. Vie sociale. Vie populaire. Habitudes. Relations et manifestations diverses. Sociabilité.
394.24 Représentations populaires. Mystères, allégories, pantomimes, farces
394.3 Jeux. Danses. Bals
394.8 Duel, suicide
397 Populations nomades. Gypsies
398 Folklore proprement dit
398.1 Traditions primitives
398.2 Légendes, contes, narrations traditionnelles
398.21 Contes
398.22 Sagas

Tabela 27. Classe 3 - Sciences sociales

398.221 <i>Saga mythologique</i>
398.222 <i>Saga chrétienne ou légende proprement dite</i>
398.3 <i>Superstitions, croyances, usages populaires divers</i>
398.31 <i>Le feu</i>
398.312 <i>Culte du feu</i>
398.314 <i>Divination par le feu</i>
398.318 <i>Feu dans les maladies</i>
398.32 <i>Localités surnaturelles</i>
398.33 <i>Jours de fêtes</i>
398.332.1 <i>Fêtes du printemps</i>
398.332.2 <i>Fêtes de l'été</i>
398.332.3 <i>Fêtes de l'automne</i>
398.332.4 <i>Fêtes de l'hiver</i>
398.4 <i>Le monde surnaturel</i>
398.41 <i>Les êtres surnaturels...</i>
398.411 <i>Fées, ondines, elfes</i>
398.412 <i>Lutins, nutons, gnomes</i>
398.413 <i>Dragons</i>
398.414 <i>Esprits</i>
398.42 <i>Apparitions surnaturelles. Apparitions aériennes. Fantômes</i>
398.6 <i>Enigmes, rébus, devinettes, symboles, formulettes, devises</i>
[399 <i>Usages de la guerre</i>]

Tabela 27. Classe 3 - Sciences sociales

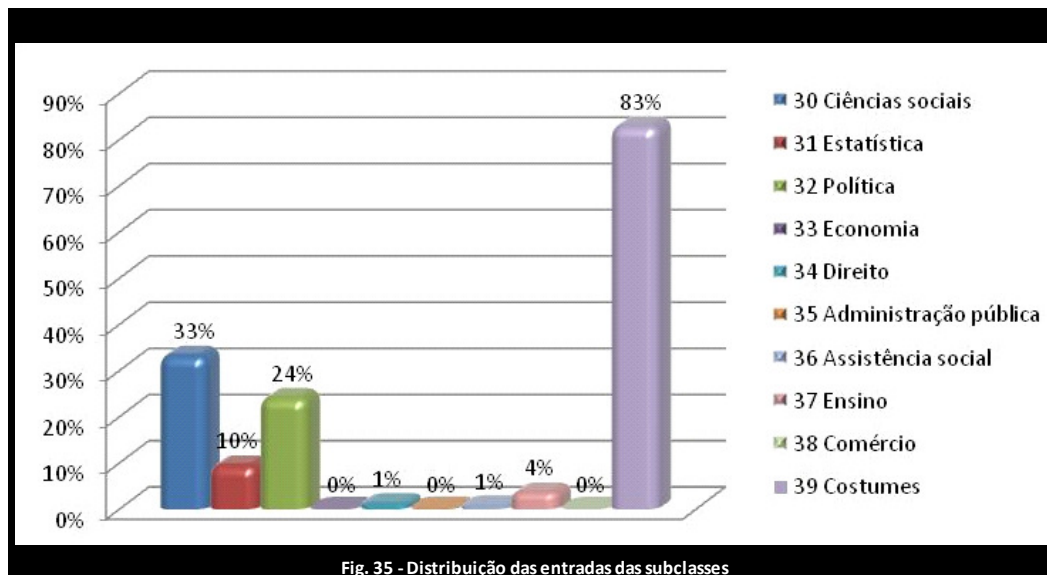
Referimos que de um total de dez subclasses, a matéria abordada encontra-se repartida por oito.

No que respeita ao número de entradas desta classe, ela é constituída aproximadamente por cinco mil e quinhentas, que se encontram repartidas pelas seguintes divisões e subclasses: 30 *Sciences sociales* (geral), três entradas; 31 *Statistique*, com setenta e três entradas; 32 *Politique* com cento e vinte entradas; 34 *Droit. Législation. Jurisprudence*, com cerca de três mil cento e cinquenta entradas; 35 *Administrations publiques*, com cerca de mil e quatrocentas entradas; 36 *Assistance. Assurance et œuvres sociales*, com cerca de trezentas entradas; 37 *Enseignement*, duzentas e setenta e oito entradas; 39 *Ethnographie. Coutumes. Folklore*, aproximadamente cem entradas.

A matéria considerada encontra-se representada por: uma entrada na subclasse 30; sete na subclasse 31; vinte e nove entradas na subclasse 32; trinta e nove entradas na subclasse 34; duas entradas na subclasse 35; duas entradas na subclasse 36; dez entradas na subclasse 37; e oitenta e três entradas na subclasse 39. As entradas relacionadas com a matéria que é objecto de estudo perfazem um total de cento e oitenta e três.

Relativamente à distribuição destas matérias nas respectivas subclasses podemos observar que a percentagem da subclasse 39 *Costumes* 83%, continua a ser aquela que apresenta um maior peso percentual. Seguem-se-lhe a subclasse 30 *Ciências sociais* (Generalidades) com 33% e a subclasse 32 *Política* com 24%.

Todavia, quando analisamos a frequência da representatividade dos assuntos relacionados com etnias no conjunto de todas as divisões destas subclasses, verificamos que essa frequência é de apenas 3% (cento e oitenta e três entradas num total de cinco mil e quinhentas).



Classe 4: Filologia e Linguística: Estrutura e conteúdos

Nas observações gerais relativas a esta classe refere-se que nela deverão ser classificadas a Linguística propriamente dita, considerada como ciência da língua e também na perspectiva de fenómeno natural. À semelhança da edição anterior, nela serão ainda classificados os estudos científicos das diversas línguas existentes ou daquelas que já existiram. Assim, a Linguística geral ou a Filologia comparada propriamente dita é classificada sob a *subclasse 41*.

O estudo das diversas línguas em particular será classificado nas *subclasses 42/49*.

Nesta introdução à classe 4 são descritos, de uma forma pormenorizada, determinados conceitos relacionados com esta matéria, para que não resultem ambiguidades semânticas aquando da sua classificação.

Apesar de se observar uma homogeneidade relativamente à estrutura e aos conteúdos, quer no que respeita aos conteúdos, quer no que respeita à estrutura, para uma melhor compreensão, optámos por apresentar a respectiva tabela.

42/49 <i>Langues et dialectes divers</i>
491 <i>Langues Indo-européennes, indo-germaniques, indo-germaniques</i>
492 <i>Langues sémitiques</i>
493 <i>Langues hamitiques ou khamitiques</i>
494 <i>Langues dites touraniennes. Langues ouralo-altaïques</i>
495 <i>Langues de l'Asie</i>
496 <i>Langues de l'Afrique</i>
497 <i>Langues de l'Amérique du Nord</i>
498 <i>Langues de l'Amérique du Sud</i>
499 <i>Langues d'Océanie</i>

Tabela 28. Classe 4 - Philologie. Linguistique

Registamos o facto de a divisão 498 se passar a chamar *Langues de l'Amérique du Sud* e a divisão 499 ter passado a designar-se *Langues d'Océanie*.

No que se refere às Línguas individualmente consideradas, que se encontram representadas entre as subclasses 42/48, perfazem nesta edição o número aproximado de cento e vinte e oito entradas. No que respeita às línguas que se encontram entre as divisões 491/499, elas são representadas por cerca de trezentas e setenta entradas, o que perfaz um total de cerca de quinhentas entradas, no conjunto das duas subclasses.

Relativamente à percentagem das Línguas, como podemos observar, regista-se um peso substancial no que respeita à variável Línguas integradas numa só categoria, 74%, cabendo uma percentagem menos significativa à variável Línguas individualmente consideradas, 26%.

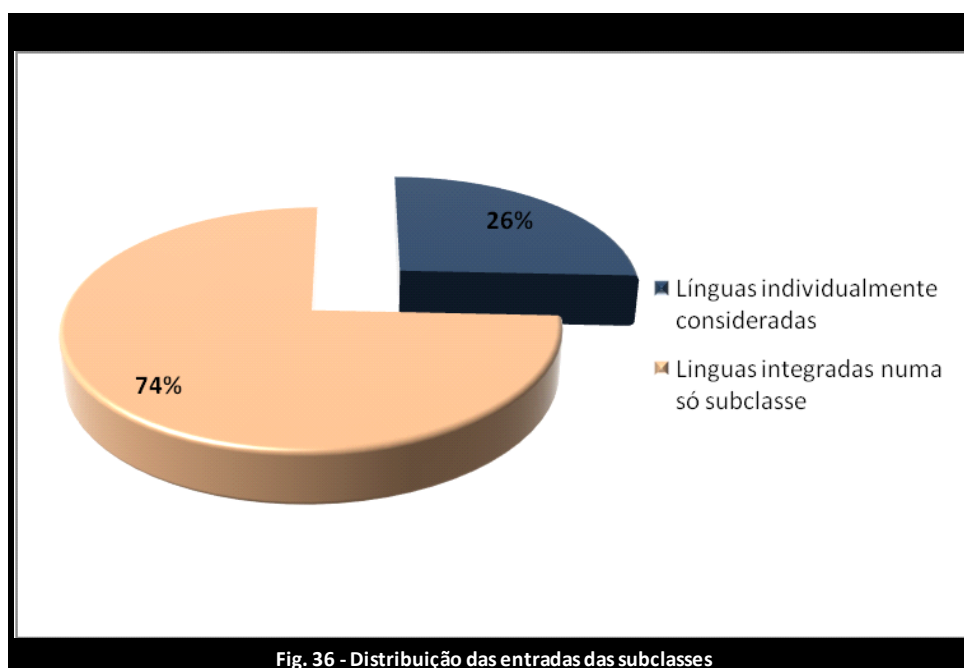


Fig. 36 - Distribuição das entradas das subclasses

Classe 5 - Ciências puras: Estrutura e conteúdo

No que respeita à classe 5 *Ciências puras*, e à subclasse 57 *Ciências biológicas*, em particular, mantêm-se as divisões 571/572 sob a designação *Anthropobiologie*. Ao 571 corresponde a Arqueologia pré-histórica e ao 572 a Antropologia. Etnologia.

No breve preâmbulo que precede a divisão 572 podemos ler a definição de Antropologia. Aí, este conceito é considerado, no sentido lato, como a ciência que estuda o homem em todas as suas expressões e manifestações e, no sentido restrito, como a ciência da diversidade da tipologia humana.

Para efeitos de classificação, nela serão apenas classificados os documentos que se situem no sentido restrito, independentemente do seu ponto de vista.

57 Sciences biologiques
572 Anthropologie. Ethnologie
572.2 Diversité de l'espèce humaine. Races, types variétés
[572.6] Caractères sociaux et ethniques en général
[572.7] Classification des races et des peuple
572.9 Anthropologie spéciale. Ethnologie. Races, peuples en particulier et variétés humaines diverses ²⁵¹

Tabela 29. Classe 5 - Sciences pures

No que respeita à subclasse 57, as entradas são sensivelmente as mesmas, diminuindo as entradas relativas à divisão 572, que dizem respeito ao conceito Etnia e assuntos com elas associados. Nesta edição encontram-se apenas três entradas como podemos observar na Tabela 29.

Relativamente aos valores percentuais, eles são iguais aos da primeira edição: 1% Assuntos relacionados com etnias e 99% Outros assuntos. Por este facto, abtemo-nos de apresentar o respectivo gráfico.

²⁵¹ Em casos que se justifique relacionar com os Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade, Auxiliares de lugar e Auxiliares de tempo.

Classe 8 – Literatura e Belas Letras: Estrutura e conteúdos

De acordo com as observações gerais, no que respeita a esta classe, os assuntos que se poderão classificar nela são todos aqueles que se referem à literatura entendida no sentido restrito e entendida também no sentido lato.

No sentido restrito serão classificadas as obras literárias propriamente ditas, consideradas nos diversos géneros literários. Serão ainda classificadas as obras originais, traduções, resumos e adaptações, assim como os estudos sobre as obras literárias, quer seja numa perspectiva histórica, crítica, polémica, comentário, etc. Serão ainda considerados os estudos teóricos e técnicos, a crítica e a história da literatura.

De uma forma geral, podemos dizer que serão classificados nela o conjunto das obras escritas numa língua em particular e todos os documentos que se identifiquem com o estilo literário.

A distribuição destes conteúdos segue, no geral, a estrutura da mesma classe da edição anterior. Todavia, há a referir que no desenvolvimento da subclasse 89 desapareceram as seguintes divisões: 896 *Littératures de l’Afrique*; 897 *Littératures de l’Amérique du Nord* e 898 *Littératures de l’Amérique du Sud*. No geral, não se observam diferenças significativas, nem a nível de estrutura, nem a nível de nomenclatura.

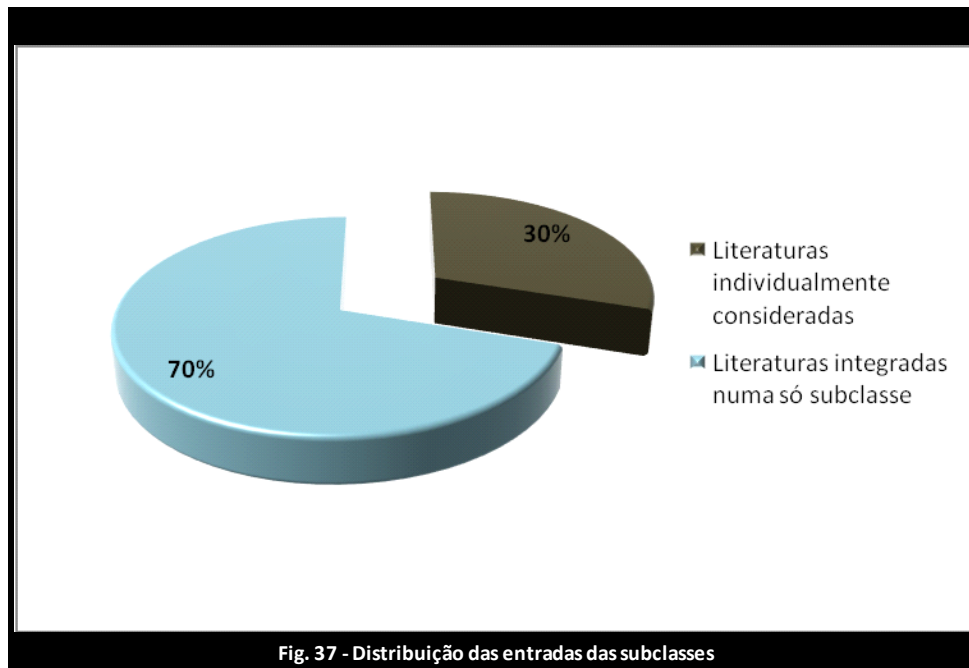
[82/89 Littérature des diverses langues]
891 Littératures indo-européenne[s], slaves, lettes
892 Littératures sémitiques
893 Littératures hamitique[s], copte, éthiopienne
894 Littératures touraniennes : mongole, turque
895 Littératures orientales : chinoise, japonaise
[896 Littératures de l’Afrique]
[897 Littératures de l’Amérique du Nord]
[898 Littératures de l’Amérique du Sud]
899 Littératures polynésiennes

Tabela 30. Classe 8 – Littérature. Belles-Lettres

O número de entradas que perfazem as subclasses 82/89 é de dez. As Literaturas individualmente consideradas ocupam nove entradas e a subclasse 89, Literaturas integradas numa só subclasse, ocupa vinte e uma entradas.

Esta circunstância prende-se com o facto de esta subclasse se encontrar desenvolvida, ao contrário das outras.

De acordo com o expresso no gráfico, podemos referir que os resultados percentuais traduzem uma preponderância no que respeita ao segmento Literaturas integradas numa só categoria, 70%, apresentando o segmento Literaturas individualmente consideradas uma percentagem inferior que se traduz em 30%, quando comparada com o outro segmento considerado.



1.3 Dezimal-Klassifikation: Gesamtausgabe. 1934-1953

Relativamente à 2ª edição da Classificação Decimal Universal esta edição que foi publicada em (1927-1933), contém mais 7000 entradas, e é constituída por 5 volumes, a saber:

- a) O 1º volume contém uma introdução, que apresenta o conteúdo e a estrutura da mesma inclui exemplos. Apresenta regras de aplicação deste Sistema. Além desta informação, contém as tabelas dos auxiliares comuns e dos auxiliares especiais. Contém ainda as classes principais (0-2).
- b) O 2º volume é composto pelas classes principais (3 e 4).
- c) O 3º volume é composto pela classe 5.
- d) O 4º volume é composto pelas classes (6-9).

Apresenta ainda um índice alfabético em 3 tomos; o primeiro integra os assuntos de A-G, o segundo os assuntos de H-R e o terceiro os assuntos de S-Z. Todos estes tomos constituem o 5º volume.

À semelhança do que fizemos para as edições anteriores, passamos de seguida ao registo das notações.

Auxiliares de Língua: Estrutura e conteúdo

Na edição alemã *Dezimal-Klassifikation: Gesamtausgabe*, de 1934-1953, os Auxiliares de língua, como se pode observar na respectiva tabela, não sofreram alterações significativas relativamente à edição anterior, quer no que respeita à estrutura, quer no que respeita ao conteúdo.

Registamos, todavia, a alteração das línguas clássicas, que na edição de 1927-1933 se encontravam representadas sob as notações =7/=8, e que agora passam a ser registadas apenas na notação =7, libertando-se a notação =8 para registar as línguas eslavas.

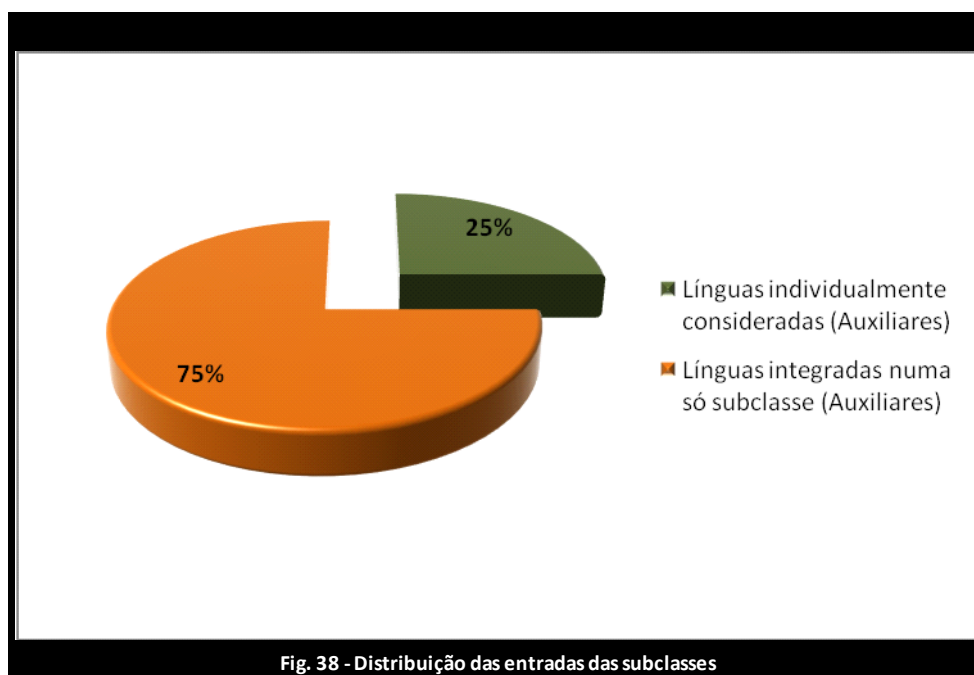
Registamos ainda o facto de os auxiliares de língua portuguesa e o auxiliar de língua espanhola se terem separado, sendo o auxiliar da língua espanhola =60 e o auxiliar da língua portuguesa =690. No grupo das línguas australianas, malaicas e indonésias foram também acrescentadas outras línguas individuais como, por exemplo, =992.213 *Malaiisch auf Sumatra*; =992.216 *Südmalaiisch*.

<i>[=2/=6 Allgemeine Anhängeszahlen Sprachen und sprachstämme]</i>
<i>=7 Klassische Sprachen</i>
=81 Slavische Sprachen im allgemeinen
<i>=9 Orientalische und sonstige</i>
<i>=91 Indogermanische Sprachen</i>
<i>=92 Semitische Sprachen</i>
<i>=93 Hamitische Sprachen</i>
<i>=94 Turanische Sprachen</i>
<i>=95 Asiatische Sprachen</i>
<i>=96 Afrikanische Sprachen</i>
<i>=97 Nord-und mittelamerikanische Sprachen</i>
<i>=98 Südamerikanische Sprachen</i>
<i>=99 [Austronesisch. Indonesisch. Malaiisch Sprachen]</i>

Tabela 31. Allgemeine Anhängeszahlen der Sprache

Relativamente ao número de entradas que constitui a tabela dos Auxiliares de língua, elas perfazem aproximadamente quatrocentas, encontrando-se distribuídas do seguinte modo: cerca de cem ocupam-se das línguas individualmente consideradas, clássicas e eslavas, e cerca de trezentas representam as línguas integradas numa só subclasse.

Como pode observar-se nas edições anteriores, também nesta a variável preponderante diz respeito à variável Línguas integradas numa só subclasse, 75%, apresentando a variável Línguas individualmente consideradas uma percentagem de apenas 25%.



Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade: estrutura e conteúdo

Ao contrário do que se observa na edição anterior, nesta, este tipo de Auxiliares já se encontram desenvolvidos e devidamente estruturados, constituindo uma tabela própria: *Tafel e. Rassen und Völker*.

Como pode observar-se na tabela que se segue, foram acrescentadas notações para representar as raças, as etnias e os povos num âmbito geral. Esta tendência irá observar-se também na edição de 1967-1973. Exemplo desta orientação são as notações (=1-5) para os povos colonizados e o (=1.100) para os povos cosmopolitas.

A contrastar com esta tendência generalista, no que respeita à representação das raças podemos observar também a possibilidade que esta tabela proporciona relativamente à representação dos povos considerados individualmente. Para que isso se verifique, a tabela propõe uma subdivisão de acordo com a tabela dos Auxiliares de lugar. É neste sentido que encontramos a notação: (=1.4)//(=1.9) *Völker bestimmter Länder*.

(=1-5) Koloniale Rassen und Völker
(=1-6) Mischlinge
(=1-81) Autochtone Rassen
(=1-82) Kreolen
(=1-86) Rassen in konventioneller Bedeutung. Rassenangehörigkeit in bezug auf die Nationalität
(=1.100) Kosmopoliten
(=1.2) Völker bestimmter geographischer Gegenden
(=1.3) Völker bestimmter Länder des Altertums
(=1.4)//(=1.9) Völker bestimmter Länder
(=2) Weisse Rasse im allgemeinen. Abendländische Rassen. Nordische Rassen
(=20) Engländer. Angellsächsische Rasse
(=3) Deutsche. Germanische Rassen
(=71) Lateiner. Lateinische Rassen
(=81) Slaven, allgemein
(=9) Orientalische Rassen im allgemeinen. Farbige Rassen
(=91) Arier. Indogermanische Rassen
(=92) Semiten, allgemein
(=924) Juden. Israeliten
(=927) Araber

Tabela 32. Rassen und Völker

Esta tabela é formada por vinte entradas. Por analogia com as outras edições, também nesta, cinco delas representam o objecto de estudo.

As vinte entradas, como pode observar-se na tabela 32, não expressam de forma clara e precisa as notações relativas aos povos específicos. Devido a este facto, que nada contribui para o rigor numérico que exige a elaboração dos gráficos, neste ponto particular não procederemos à elaboração do gráfico respectivo. Contudo, esta matéria será objecto de análise no ponto adequado.

(Tabela I k) Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais

Nos aditamentos que esta edição apresenta, já refere este tipo de auxiliares, apesar de não os apresentar de forma estruturada.

Nela são apresentados o Auxiliar -053, que representa características relacionadas com a idade, o Auxiliar -055, que representa características segundo o sexo, o Auxiliar -056, que representa características relacionadas com o carácter físico ou mental, o Auxiliar -057, que representa a pessoa segundo a actividade profissional e o Auxiliar -058, que representa a pessoa segundo a situação social.

Cumpre referir que o Auxiliar -054, que representa as características segundo a nacionalidade ou a raça, ainda não consta nesta edição.

Classe 2 – *Religião e Teologia: Estrutura e conteúdo*

No que respeita a esta temática, nesta edição não se encontram alterações nem relativamente às edições anteriores, nem relativamente aos conteúdos, nem no que respeita à estrutura, como podemos verificar na tabela que se segue.

<i>22/28 Christliche Religion</i>
<i>29 Allgemeine und vergleichende Religionswissenschaft. Nichtchristliche Religionen</i>
<i>291 Allgemeine und vergleichend Religionswissenschaft</i>
<i>292/299 Nichtchristliche Religionen</i>
<i>293 Religionen der germanischen und baltisch-slavischen Völker</i>
<i>294 Indische Religionen</i>
<i>295 Persische Religionen</i>
<i>296 Nachbiblisches Judentum</i>
<i>297 Islam. Mohammedanismus</i>
<i>299 Sonstige Religionen</i>
<i>299.1 Religionen der Arier</i>
<i>299.2 Religionen der Semiten</i>
<i>299.3 Religionen hamitischer Völker</i>
<i>299.4 Religionen turanischer und uro-altaischer Völker</i>
<i>299.5 Religionen ostasiatischer Völker</i>
<i>299.6 Religionen afrikanischer Völker</i>
<i>299.7 Religionen nord-und mittelamerikanischer Völker</i>

Tabela 33. Classe 2 – Religião

299.8 Religionen südamerikanischer Völker
 299.9 Religionen worgeschichtlicher Volksstämme und nichtzivilisierter Völker

Tabela 33. Classe 2 –Religion

Relativamente ao número de entradas desta classe, deve referir-se que elas se mantêm quase inalteráveis, relativamente à edição anterior. As entradas desta classe perfazem aproximadamente mil trezentas e cinquenta. O Cristianismo ocupa cerca de mil e duzentas e cento e trinta entradas que dizem respeito às religiões não cristãs, dizendo o remanescente das duas variáveis respeito a temas gerais sobre Religião e Teologia.

No gráfico que se apresenta podemos observar que o segmento Cristianismo continua a ser a religião que ocupa a maior percentagem, 90%, ocupando o segmento Outras religiões uma percentagem pouco relevante, 10%.

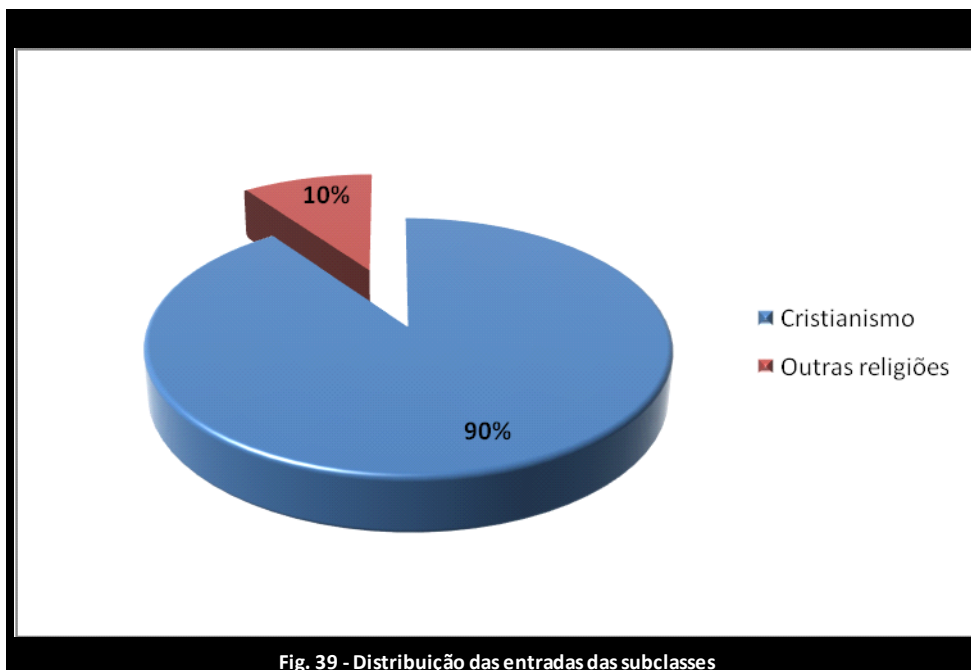


Fig. 39 - Distribuição das entradas das subclasses

Classe 3 Ciências sociais: Estrutura e conteúdos

No que respeita à estrutura e conteúdos desta classe, eles são sensivelmente iguais aos da edição de 1927-1933.

Relativamente a esta matéria, ela encontra-se distribuída por 8 subclasses. A subclasse 30 *Soziologie. Soziale Frage. Soziographie*; 31 *Statistik*; 32 *Politik. Allgemeine Staatslehre*; 34 *Recht. Rechtswissenschaft*; 35 *Öffentliche Verwaltung. Kriegskunst. Kriegswissenschaften*; 36 *Fürsorge. Volkshilfe. Versicherung. Zusammenschlüsse zu sozialen Zwecken*; 37 *Erziehung. Unterricht*; 39 *Völkerkunde. Volkskunde. Sitte. Brauchtum. Volksleben. Folklore*.

308 Bedingungen des politischen und sozialen Lebens. Soziale Lage einzelner Länder, Völker und Rassen. Sozialgeographie
312 Bevölkerungswissenschaft
312.15 Geburten nach Abstammung, Rasse, <i>Volkstum</i> , <i>Sprache</i>
312.151 Nach Abstammung
312.152 Nach Rasse
312.153 Nach <i>Volkstum</i>
312.154 Nach <i>Sprache</i>
312.25 Sterblichkeit nach Abstammung, Rasse, <i>Volkstum</i> , <i>Sprache</i>
312.251 Nach Abstammung
312. 252 Nach Rasse
312.253 Nach <i>Volkstum</i>
312.254 Nach <i>Sprache</i>
312.6 Physische Beschaffenheit Bevölkerung. Rasse, Grösse...
312.9 Verteilung und Zusammensetzung der Bevölkerung. Bevölkerungsdichte
312.91 Nach Geburtsorten oder Heimatsorten
312.95 Nach Abstammung, Rasse, <i>Volkstum</i>, <i>Sprache</i>
312.951 Nach Abstammung
312.952 Nach Rasse
312.953 Nach <i>Volkstum</i>
312.954 Nach <i>Sprache</i>
312.99 Nach Religion, sozialer Lage, Klassen, Bildungsgrad
321 Gesellschaft. Staat

Tabela 34. Classe - 3 Sozialwissenschaften. Recht. Verwaltung

321.2 Horden. Stämme. Dorfgemeinschaften. Kasten
323 Innere Politik
323.1 Nationale Bewegungen. Nationale Fragen. Rassen. Sprachen. Nationale Minderheiten. Irredenta
323.112 Verteilung und Verbreitung von Rassen und Nationalitäten
323.113 Rassen- und Staatsangehörige im Ausland
323.114 Irredentismus. Rassistische Expansionsbestrebungen
323.12 Bewegungen gegen bestimmte Rassen und Nationalitäten
323.13 Bewegungen zugunsten bestimmter Rassen und Nationalitäten
323.15 Nationale Minderheiten. Optanten
323.34 Sklaven. Leibeigene
325 Wanderung. Kolonisation. Besitzungen. Schutzgebiete
325.1 Einwanderung
325.2 Auswanderung
325.22 Schutz von Auswanderern
325.23 Saisonauswanderer. Im Ausland arbeitende Saisonarbeiter. Sachsendiener
325.25 Emigranten
325.252 Freiwillige Emigranten
325.254 Flüchtlinge. Vertriebene
325.28 Beförderung von Auswanderern
325.3 Aktive Kolonisation
325.32 Kolonisation und Wanderungen innerhalb eines Erdteiles
325.33 Kolonisation und Wanderungen innerhalb eines Landes. Binnenwanderung. Binnenkolonisation. Siedlung
325.352 Selbständige Regierung in Kolonien. Dominien
325.354 Behandlung und Zustand der Eingeborenen. Eingeborenenpolitik
325.4 Passive Kolonisation
325.5 Typen von Kolonien
326 Sklaverei. Dienstbarkeit. Schutzherrschaft. Befreiung
326.1 Sklavenhandel. Mädchenhandel
326.2 Kulis
326.3 Leibeigene. Sklaven. Formen der persönlichen Abhängigkeit
326.4 Bekämpfung der Sklaverei
326.7 Bergünstigung der Sklaverei
326.8 Abschaffung der Sklaverei
329 Politische Parteien
329.3 Nach Religionen

Tabela 34. Classe - 3 Sozialwissenschaften. Recht. Verwaltung

329.31 Katholiken
329.32 Antiklerikale
329.37 Antisemiten
[329.4 D'après la race et la langue]
340 Recht im allgemeinen. Vergleichende Rechtswissenschaft
340.5 Vergleichende Rechtswissenschaft
341 Internationales Recht
341.012 Grundsatz der Nationalitäten. Recht der Nationalitäten
341.234 Recht der Minderheiten
341.41 Im Ausland begangene strafbare Handlungen. Von Ausländern begangene strafbare Handlungen
341.42 Wirkung ausländischer Strafrechtsurteile
341.43 Ausweisung. Politische Flüchtlinge. Asylrecht
341.52 Ausländern gewährt Rechte. Recht zur Niederlassung
341.53 Rechtliche Beziehungen zwischen Inländer und Ausländern
342 Öffentliches Recht. Staatsrecht. Verfassungsrecht
342.7 Grundrechte. Staatsbürgerrechte
342.71 Staatsbürger. Politischer Zustand. Voraussetzungen. Nationalität. Indigenat. Bürgerrecht
342.711 Einbürgerung. Naturalisation
342.712 Angeborene Staatsangehörigkeit. Ursprüngliche Staatsangehörigkeit. Bürgerrecht durch Geburt
342.714 Verzicht auf die Staatsangehörigkeit. Überstaatliche Rechte
342.717 Politische Rechte von Ausländern
342.72/.73 Rechte von Staatsbürgern. Staat und Einzelperson
342.721 Persönliche Freiheit. Leibeigenschaft. Sklaverei. Unverletzlichkeit der Person. Willkürliche Verhaftung
342.724 Gleichheit von Rassen und Religionsbekenntnissen. Stellung fremder Rassen und primitiver Rassen
342.725 Sprachen. Amtliche Landessprache
342.731 Freiheit von Religionsbekenntnissen. Gewissensfreiheit. Freiheit von Kultus und Gottesdienst
342.814 Staatsangehörigkeit. Rasse. Religion
342.827 Minderheitenvertretung. Verhältnismässige Vertretung. Proportionalwahlsystem. Absolute oder relative Mehrheit. Quorum. Umkehrbarkeit von Stimmen
343 Strafrecht
343.221.52 Wilde. Urmenschen
343.42 Strafbare Handlungen gegen die Freiheit der Religionsübung
343.431 Knechtung. Sklaverei. Menschenhandel
343.975 Kriminalethnographie. Kriminalität verschiedener Rassen

Tabela 34. Classe - 3 Sozialwissenschaften. Recht. Verwaltung

347 Zivilrecht
347.167 Religion. Abstammung. Rasse
347.167.1 Religion
347.167.2 Abstammung. Rasse
347.173 Eingeborene. Ansiedler in Kolonien
347.176 Staatsangehörige. Inländer. Ausländer
347.177 Freie. Unfreie. Leibeigene. Hörige. Sklaven
348 Kirchenrecht
348.1/.7 Katholisches Kirchenrecht
348.1/.6 Inneres Kirchenrecht der Katholischen Kirche
Kanonisches Recht
348.7 Ausseres Kirchenrecht der Katholischen Kirche.
Kirchenstaatsrecht
348.8/.9 Kirchenrecht der übrigen
348.83 Anglikanisches Kirchenrecht
348.84 Protestantisches Kirchenrecht
348.841 Lutherisches Kirchenrecht
348.842 Reformiertes Kirchenrecht
348.85 Presbyterianisches Kirchenrecht
348.87 Methodistisches Kirchenrecht
348.94 Buddhistisches Kirchenrecht
348.96 Jüdisches Kirchenrecht
348.97 Islamisches Kirchenrecht
351 Eigentliche Aufgaben der öffentlichen Verwaltung
351.756 Überwachung von Ausländern. Fremdenpolizei
351.756.1 Nationalisierung. Naturalisierung
368 Versicherungswesen
368.41 Unfallversicherung
368.412.5 Inländische und ausländische Arbeitnehmer
368.412.52 Ausländische Arbeitnehmer
[368.834 Esclavage]
371 Schulorganisation. Unterrichtsorganisation. Erziehungssysteme
371.9 Erziehung besonderer Gattungen von Personen
371.97 Erziehung sonstiger besonderer Gattungen
371.974 Erziehung befreiter Sklaven. Negererziehung
371.975 Indianererziehung
371.976 Erziehung von Orientalen
371.98 Erziehung von Ausländern
371.99 Koedukation von Rassen

Tabela 34. Classe - 3 Sozialwissenschaften. Recht. Verwaltung

[377 Education religieuse, morale et cléricale]
[377.8 L'Eglise chrétienne et l'instruction]
[377.9 L'Eglise non chrétienne et l'instruction]
379 Schule und Öffentlichkeit. Schulpolitik. Öffentliche Schulen. Privatschulen
379.35 Geist der Erziehung. Schulpolitik vom religiösen und konfessionellen Gesichtspunkt
379.355 Schulpolitik vom religiösen und konfessionellen Gesichtspunkt
379.363 Schulpolitik und nationale, konfessionelle oder sprachliche Minderheiten
391 <i>Kleidung. Trachten. Schmuck</i>
391.8 <i>Masken. Larven</i>
391.91 <i>Tätowierungen. Bemalungen</i>
391.92 <i>Künstliche Missbildungen und Verstümmelungen. Ohringe. Nasenringe. Trepanationen usw</i>
391.98 Schmuck von Tieren, Pflanzen und Sachen
392 <i>Sitte und Brauch im Privatleben</i>
392.1 <i>Geburt. Taufe. Beschneidung. Pubertät. Geschlechtsreife. Mündigkeit. Grossjährigkeit</i>
392.11 <i>Gebräuche vor der Geburt</i>
392.12 <i>Geburt</i>
392.123 <i>Abtreibung. Kindesmord. Engelmacherei</i>
392.14 <i>Taufe</i>
392.15 <i>Beschneidung</i>
392.17 <i>Mannbarkeitserklärung. Initiationszeremonien. Jünglingsweihe</i>
392.18 <i>Mündigkeitserklärung</i>
392.2 <i>Tötung von Menschen</i>
392.21 <i>Töten una Aussetzen von Kindern</i>
392.22 <i>Töten von alten Menschen</i>
392.23 <i>Töten von Gefangenen</i>
392.24 <i>Ritueller Tötungen</i>
392.241 <i>Kopfgängerei</i>
392.242 <i>Tötungen durch Tiger-und Panthermenschen</i>
392.244 Ritueller Kindermord
392.27 <i>Verstümmelungen von Opfern</i>
392.28 Wüteriche. Werwölfe. Vampyre
392.4 <i>Hofmachen. Flirt. Eheversprechen. Verlobung</i>
392.42 Hofmachen. Flirt. Fensterln
392.44 Eheversprechen
392.46 Verlobung

392.5 Heirat. Eheschliessung
392.51 Hochzeitsgebräuche
392.52 Jus primae noctis. Herrenrecht
392.53 Agamie. Ehelosigkeit. Hagestolz. Junggesellen. Alte Jungfern
392.54 Eheformen
392.541 Gruppenehe
392.542 Ehen innerhalb und ausserhalb von Stämmen
392.543 Ehe unter Blutsverwandten
392.544 Vielmännerei (Polyandrie). Vielweiberei (Polygamie)
392.544.1 Vielmännerei
392.544.2 Vielweiberei
392.545 Einehe
392.546 Ehe mittels Frauenraub
392.547 Ehe mittels Brautkauf
392.57 Lebensgewohnheiten in der Ehe. Menstruationsgebräuche usw
392.6 Beziehungen zwischen den Geschlechtern
392.62 Konkubinat. Morganatische Ehe
392.63 Zölibat. Religiöse Eheverbote
392.64 Promiskuität
392.65 Prostitution
392.81 Gebräuche beim Zubereiten und Geniessen von Speisen
392.83 Verbotene Speisen
392.84 Religiöser Vegetarismus
392.86 Gebräuche beim Zubereiten und Geniessen von Getränken. Trinksitten
392.89 Kannibalismus. Menschenfresserei
393 Tod. Leichenbehandlung. Leichenbegängnisse. Totenbräuche. Leichenfeiern
393.1 Erdbestattung. Beerdigung
393.2 Feuerbestattung. Einäscherung
393.3 Einbalsamierung. Mumien. Totenmasken
393.4 Aufbahrung von Leichen. Totenwachen
393.7 Trauer
393.9 Besondere Gebräuche bei Bestattungen
393.93 Totentänze
393.94 Totengebete. Leichengesänge. Totenklage
393.95 Opfertgaben bei Bestattungen. Leichenschmäuse
393.951 Opfertgaben
393.952 Leichenschmäuse

Tabela 34. Classe - 3 Sozialwissenschaften. Recht. Verwaltung

393.97 Leichenverstümmelungen
393.98 Witwenstand. Witwerstand
393.988 Witwenverbrennung
394 Öffentliches Leben. Gesellschaftliches Leben. Volksleben
394.24 Volksunterhaltungen, z. B. Sackhüpfen, Wurstschnappen, Wettkle
394.3 Spiele. Reigen. Tänze. Bälle
394.8 Zweikampf. Duell. Selbstmord
394.84 Zweikampf. Duell
394.86 Selbstmord. Harakiri
397 Nomadenvölker. Zigeuner
398 Folklore im engeren Sinne
398.1 Wesen der volkstümlichen Überlieferung
398.2 Erzählungen. Märchen. Sagen. Legenden. Schwänke. Schnurren
398.21 Märchen
398.22 Sagen
398.221 Mythologische Sagen
398.222 Christliche Sagen. Legenden
398.25 Schwänke. Schnurren
398.3 Volksglaube. Volksbrauch. Aberglaube
398.31 Das Feuer
398.312 Feueranbetung
398.314 Wahrsagung aus Feuer
398.318 Feuer bei Krankheiten
398.32 Glaube und Brauch in bezug auf bestimmte örtlichkeiten
398.33 Glaube und Brauch in bezug auf bestimmte Zeiten und Feste
398.332.1 Frühling
398.332.2 Sommer
398.332.3 Herbst
398.332.4 Winter
398.4 Die übersinnliche Welt
398.41 Gut und böse Geister
[398.411 Fées, ondines, elfes]
[398.413 Dragons]
[398.414 Esprits]
398.42 Gespenster. Spuk. Irrlichter usw
398.43 Die elementarische Welt. Elementargeister
398.431 Erdgeister. Gnome. Kobolde. Heinzelmännchen. Berggeister

398.432 Wassergeister. Undinen. Nixen
398.433 Luftgeister. Sylphen. Elfen
398.434 Feuergeister. Salamander
398.44 Drachen. Lindwürmer
398.46 Riesen. Zwerge
398.47 Hexen
398.6 Rätsel. Scherzfragen. Scherzreden. Sinnsprüche. Wahlsprüche
398.8 Volkslieder
398.81 Heimatlieder. Vaterlandslieder

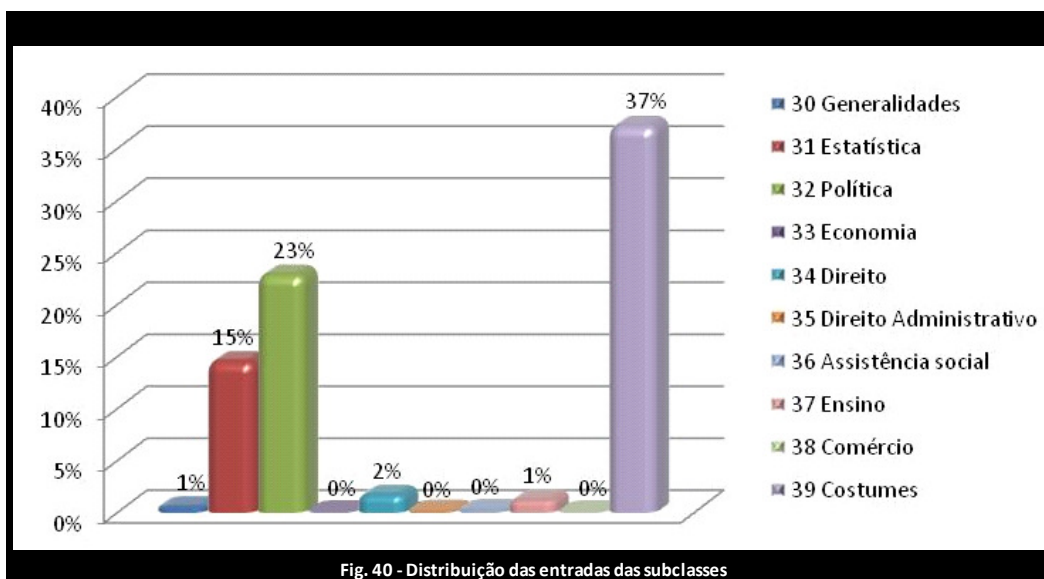
Tabela 34. Classe - 3 Sozialwissenschaften. Recht. Verwaltung

Relativamente ao número de entradas, elas são constituídas aproximadamente pelo seguinte: subclasse 30, cento e setenta entradas; subclasse 31, cento e trinta entradas; subclasse 32, cento e setenta entradas; subclasse 34, duas mil e novecentas entradas; subclasse 35, duas mil e trezentas entradas; subclasse 36, mil e cem entradas; subclasse 37, noventa e setenta entradas e a subclasse 39, duzentas e noventa entradas, o que perfaz um total de aproximadamente seis mil entradas.

Relativamente à matéria objecto de estudo, ela ocupa nestas oito classes as seguintes entradas: subclasse 30, uma entrada; subclasse 31, dezanove entradas; subclasse 32, trinta e nove entradas; subclasse 34, cinquenta e duas entradas; subclasse 35, três entradas; subclasse 36, quatro entradas; subclasse 37, doze entradas, e a subclasse 39, cento e oito entradas, o que perfaz um total de duzentas e trinta e sete entradas relativas a esta matéria.

O gráfico apresentado revela a realidade percentual das entradas que se ocupam da matéria objecto de estudo observada nas edições anteriores. Assim, esta matéria continua a ser preponderante na subclasse 39 Costumes, seguindo-se-lhe as subclasses 32 e 31. Estas variáveis representam os seguintes valores percentuais: 37%, 23% e 15%, respectivamente.

No entanto, quando verificamos a frequência da representatividade dos assuntos relacionados com o conceito Etnia no conjunto de todas as divisões destas subclasses, verificamos que essa frequência é de uns inexpressivos 4% (duzentas e trinta e sete entradas, num total de seis mil).



Classe 4 - Filologia e Linguística: Estrutura e conteúdos

Tal como observamos na edição anterior, esta classe é constituída pela subclasse 40 *Allgemeines*, 41 *Allgemeine Sprachwissenschaft und Philologie*, 42/49 *Einzelne Sprachen und Sprachstämme*, sendo este último conjunto subdividido da seguinte forma: 42/46 *Romanische Sprachen*; 42/48 *Abendländische Sprachen* e 49 *Orientalische Sprachen. Afrikanische Sprachen. Amerikanische Sprachen. Ozeanische Sprachen.*

É nesta última notação e no seu desenvolvimento que se encontra o maior número de línguas usadas pelas culturas que, de forma geral, se designam por etnias.

<i>42/49 Einzelne Sprachen und Sprachstämme</i>
<i>491 Indogermanische, indogermanische oder arische Sprachen</i>
<i>492 Semitische Sprachen</i>
<i>493 Hamitische Sprachen</i>
<i>494/499 Isolierende und agglutinierende Sprachen</i>
<i>495 Asiatische Sprachen</i>
<i>496 Afrikanische Sprachen</i>
<i>497/498 Amerikanische Sprachen</i>
<i>497 Nordamerikanische und mittelamerikanische Sprachen</i>
<i>498 Südamerikanische Sprachen</i>
<i>499 Austronesische (maliisch-polynesische) Sprachen. Australische Sprachen. Papuasprachen. Tasmanische Sprachen. Antarktische Sprachen</i>

Tabela 35. Classe 4 - Philologie. Linguistique

Os conteúdos que formam as subclasses representadas nesta tabela são expressos pelo seguinte número de entradas: subclasses *42/48*, que representam as Línguas individualmente consideradas e que, como já referimos, são as mais usadas nas culturas europeias e em alguns países colonizados por estas, apresentam cerca de setenta entradas. A subclasse *49*, que representa as Línguas integradas numa só categoria, é constituída por aproximadamente seiscentas e setenta entradas, o que perfaz um total de setecentas e trinta entradas.

O gráfico que apresentamos de seguida, demonstra uma realidade semelhante àquela que observamos nos Auxiliares de Língua. A percentagem relativa à variável Línguas integradas numa só categoria, 90%, é amplamente superior à percentagem relativa à variável Línguas individualmente consideradas, cujo valor percentual se manifesta num inexpressivo 10%.



Classe 5 - Ciências puras: Estrutura e conteúdos

Relativamente à classe 5, *Ciências puras* e à subclasse 57, *Ciências biológicas* em particular, mantém-se a divisão 572 sob a designação *Anthropobiologie*.

Em comparação com a edição francesa de 1927-1933, o assunto objecto de estudo apresenta a mesma estrutura e o mesmo número de entradas, tal como podemos observar pela tabela que apresentamos. Dado este facto, dispensamo-nos de apresentar o seu número. Ao fazê-lo concorreríamos para a redundância.

<i>57 Biologische Wissenschaften</i>
<i>572 Anthropologie</i>
<i>572.2 Verschiedenartigkeit der Menschen. Rassen. Arten. Abarten</i>
<i>572.9 Spezielle Anthropographie. Die einzelnen Rassen. Rassenkunde im allgemeinen</i>

Tabela 36. Classe 5 - Sciences pures

Classe 8 – Literatura e Belas Letras: Estrutura e conteúdos

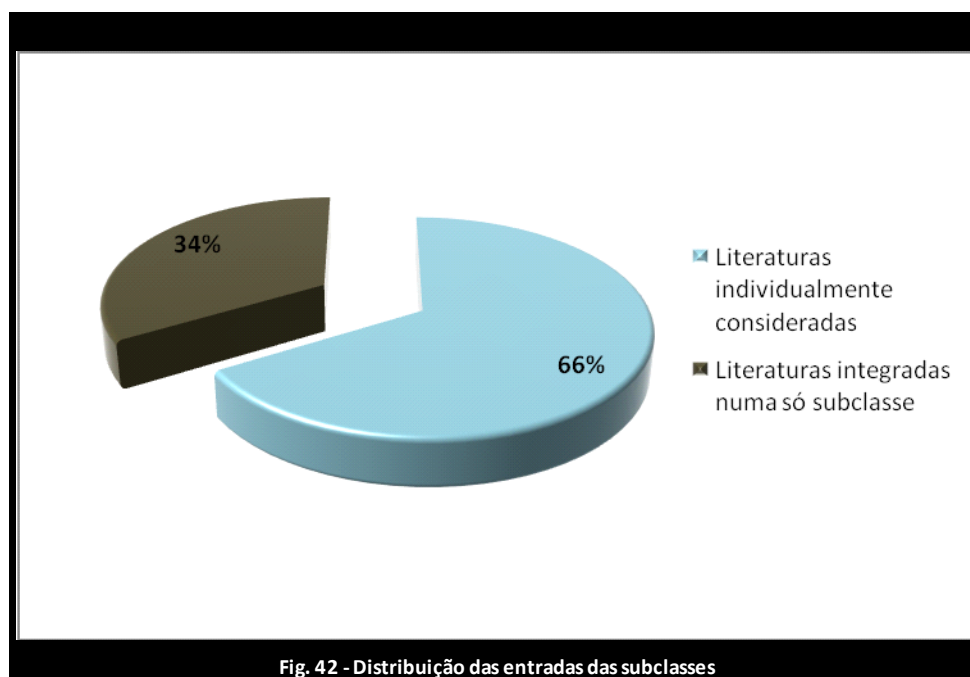
Em relação a esta classe, ela continua a ser constituída por todas as matérias que encontramos na tabela da edição anterior. Esta estrutura-se essencialmente em dois grandes grupos: *8-1/-9 Besondere Anhängeszahlen zur Kennzeichnung der Dichtungsgattungen* (géneros literários) e pelo conjunto formado pelas notações *82/89 Die Literatur der einzelnen Nationen, Völker, Stämme usw* (literaturas individuais), sendo este último conjunto o considerado para objecto de estudo, em especial o desenvolvimento da subclasse 89, como podemos observar na tabela que se segue.

82/89 Abendländische Literaturen
89 Orientalische Literatur
891 Indoeuropäische, indogermanische oder arische Literatur
892 Semitische Literatur
893 Hamitische Literatur
894/899 Literatur der isolierenden und agglutinierenden Sprachen
894 Turanische Literatur
895 Asiatische Literatur
899 Polynesische Literatur

Tabela 37. Classe 8 – Schöne Literatur (Wortkunstwerke)

O número de entradas entre as subclasses *82/88*, que representa as Literaturas individualmente consideradas é de setenta e cinco e a subclasse *89* que representa as Literaturas integradas numa só subclasse e o seu desenvolvimento, ocupa trinta e oito entradas.

Não apresentando valores percentuais tão elevados como aqueles que se observam no gráfico relativo à Língua (Classe 4), este gráfico também apresenta a variável relativa às Literaturas integradas numa só classe, com uma percentagem superior, 66%, relativamente à percentagem da variável das Literaturas individualmente consideradas, que apresenta um valor inferior, expressando-se este em 34%.



1.4 Classification Décimale Universelle. 1967-1973

Esta edição apresenta uma particularidade face às outras edições consideradas: é a primeira edição média desenvolvida. Estas edições surgiram devido ao facto de as edições abreviadas que se iam publicando em diversas línguas apresentarem as matérias pouco desenvolvidas, não dando, desta forma, uma resposta adequada aos serviços que as utilizavam. Por outro lado, as classificações completas eram de difícil manuseamento e aplicação, devido ao elevado nível de desenvolvimento que apresentavam.

Por isso para contemplar uns e outros, o Comité Central de Classification decidiu elaborar uma tabela média desenvolvida. A tal propósito, pode ler-se no prefácio desta edição o seguinte:

Le Comité Central de Classification (CCD) de la Fédération Internationale de Documentation (FID), qui détient l'autorité suprême pour les questions de C.D.U. [...] décida en l'année 1962 de commencer la préparation d'une édition de la C.D.U. dont le

*contenu devrait se situer entre l'édition abrégée et l'édition complète*²⁵².

Quanto à sua estrutura, apresenta dois volumes.

O primeiro é constituído pela Introdução, na qual são apresentadas a natureza e características do sistema, assim como algumas regras de aplicação do mesmo, nomeadamente no que respeita aos auxiliares. É ainda constituído pelas tabelas dos auxiliares comuns e pelos auxiliares especiais. A estas tabelas seguem-se as tabelas principais, que são constituídas pelas classes principais (0/9).

O segundo volume é constituído pelo índice alfabético, relativo aos assuntos que integram as tabelas auxiliares e as tabelas principais.

Ao contrário das outras edições anteriores, esta já não contempla a Classe 4. O seu conteúdo foi, como sabemos, transferido para a classe 8.

Após esta breve introdução, passamos ao registo da informação pertinente para o nosso estudo.

Auxiliares de Língua: Estrutura e conteúdo

Esta tabela de classificação já apresenta algumas diferenças no que respeita ao conteúdo, e no que respeita à estrutura relativamente à edição alemã de 1934-1951 e às outras edições que foram consideradas.

Nesta edição os Auxiliares de língua integram a tabela I C.

Em termos de classificação continuam a ter a mesma função: exprimir a língua em que um documento está escrito.

Relativamente aos conteúdos desta subdivisão, eles sofreram alteração. Pela primeira vez aparece, de forma explícita, a noção de poliglota na notação =00, assim como uma notação para tradução, =03.2/.9//=2/=9. Aparecem

²⁵² FEDERATION INTERNATIONALE DE DOCUMENTATION (FID) – *Classification Décimale Universelle*. 1967-1973. (Preface).

também outras notações para representar os conceitos de línguas vivas, línguas mortas e línguas artificiais, =083; =084 e =089, respectivamente.

Assiste-se ainda à aglutinação das línguas clássicas sob a notação =7. Casos há em que se observa um maior nível de especificação no que respeita a estes auxiliares.

Relativamente à estrutura, ela apresenta-se, de uma forma geral, idêntica àquela que é apresentada nas edições anteriores. Todavia algumas subclasses que eram usadas para representar determinadas línguas, dada a sua especificidade, nesta edição passam a ser divisões.

Tendo em conta as alterações observadas, e antes de apresentarmos a tabela onde figuram os elementos que são objecto de análise, podemos observar, no que respeita à estrutura, que a subdivisão de língua se caracteriza por três conjuntos de notações:

=00/=089 Generalidades
 =20/=883 Línguas mais correntes
 =91/99 Outras línguas

Note-se ainda que, com alguma frequência, se observam saltos de subclasses para divisões e vice-versa.

Para concluir, referimos ainda que, pela primeira vez, aparecem subdivisões, o que se justifica dada a especificidade que esta edição apresenta nesta matéria relativamente às outras edições.

Exemplo:

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Língua persa moderna	=915.5

Passamos, de seguida, a apresentar a tabela relativa aos Auxiliares de língua, no que se refere às Línguas individualmente consideradas, assim como os Auxiliares de língua relativos às Línguas integradas numa só categoria, muitas das quais, salvaguardando algumas excepções, são faladas por grupos étnicos, designadamente as que integram as subclasses =91/=99.

<i>=20/=883 Auxiliaires de langues individuelles [Línguas correntes]</i>
<i>=91 Langues indo-européennes, indo-germaniques ou aryennes</i>
<i>=92 Langues sémitiques</i>
<i>=93 Langues chamitiques</i>
<i>=941 Langues mandchoues</i>
<i>=951 Chinois</i>
<i>=961 Hottentot</i>
<i>=97/=98 Langues autochtones américaines (indiennes)</i>
<i>=97 Langues autochtones de l'Amérique du nord et de l'Amérique centrale</i>
<i>=98 Langues autochtones de l'Amérique du sud</i>
<i>=99 Langues austronésiennes (malayo-polynésiennes)</i>

Tabela 38. Table I c - Divisions communes de langues

Relativamente aos Auxiliares de língua são compostos numericamente por quarenta e quatro línguas individuais, que integram as mais usadas; as línguas menos conhecidas apresentam-se em número de setenta. As duas perfazem um total de cento e catorze línguas individuais, que se situam nesta tabela entre as subclasses =20/=91.

Como se observa no gráfico que se apresenta, os Auxiliares das Línguas relativos às Línguas individualmente consideradas manifestam uma percentagem de 39% e os Auxiliares relativos às Línguas integradas numa só classe apresentam um valor percentual mais elevado, que se traduz em 61%.

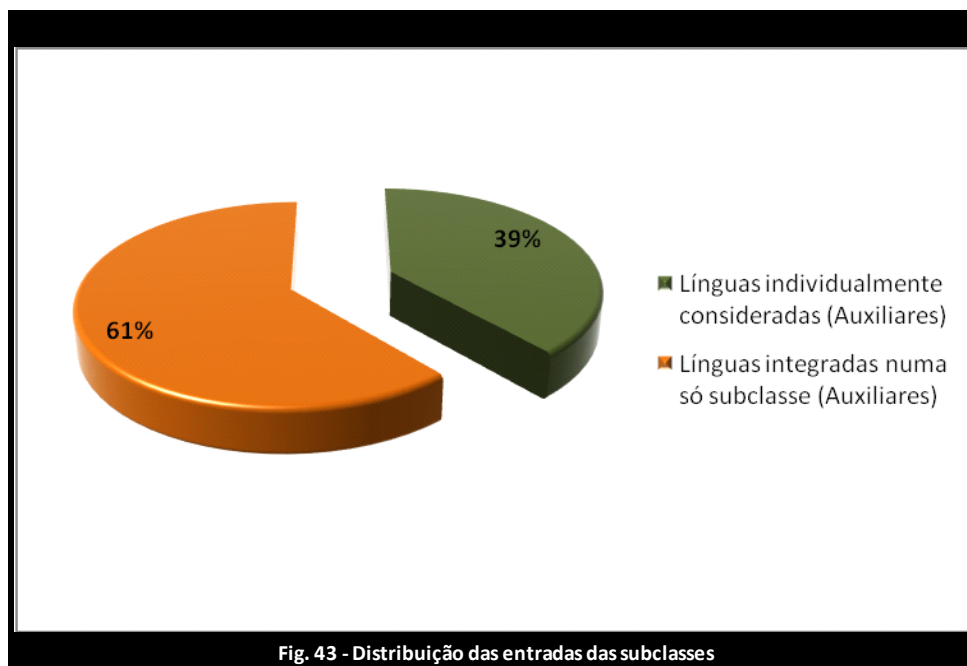


Tabela (If) - Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade: estrutura e conteúdo

Relativamente a estes Auxiliares, importa referir que é a primeira vez que estes Auxiliares aparecem estruturados numa tabela específica, que é designada como Tabela If.

Considerando os seus conteúdos, podemos estruturar esta Divisão Comum em seis conjuntos temáticos:

O primeiro, que designaremos por Raças e povos no sentido comum do termo, compreende as sub-classes (=081/=088); o segundo grupo compreende os povos de regiões físicas determinadas e situa-se no (=1.2); o terceiro grupo diz respeito às nacionalidades particulares do Mundo Antigo, tema que se encontra representado no (=1.3); as notações (=1.4/.9) compreendem as Nacionalidades particulares do Mundo Moderno. Por último consideramos as notações (=2/=9), que representam, nesta edição, as diversas raças e nacionalidades, assim como os grupos linguístico-culturais.

Da sistematização apresentada podemos observar que nesta matéria as diferenças são significativas. Para termos uma visão geral das alterações existentes passamos a apresentar a seguinte tabela:

(= 081/=088) Races et peuples en général
(=1.2) Peuples de territoires géographiques déterminés
(= 1.3) Peuples de pays déterminés de l'Antiquité
(=1.4)/(=1.9) Peuples de différents pays
(=2/=9) Races et nationalités variées. Groupes linguistico-culturels
(=2) Race blanche en général. Races occidentales
(=20) Race anglo-saxonne
(=3) Race germanique
(=4) Race romane
(=71) Latins. Race latine
(=81) Slaves en général
(=9) Races orientales en général. Races de couleur
(=91) Ariens. Races indo-germaniques
(=92) Sémites, en général
(=924) Juifs, Israélites
(=927) Arabes
(=95) Races asiatiques. Mongols
(=951) Chinois
(=96) Races africaines (autochtones). Nègres

Tabela 39. (Table 1 f) Divisions communes de races et de peuples

No que respeita aos Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade, de uma forma geral eles apresentam um total de vinte e duas entradas, encontrando-se distribuídos da seguinte forma: onze entradas representam conceitos de natureza geral; duas representam os povos Antigos e catorze entradas representam as diferentes raças. Apresenta ainda uma entrada que se pode desenvolver de acordo com os Auxiliares de lugar modernos, no caso de se pretender representar os povos modernos. O facto de este último tipo de Auxiliares não se apresentarem de forma discriminada e precisa, concorreu para a impossibilidade de apresentarmos a sua distribuição de uma forma

objectiva, como é o pretendido. Ao fazê-lo perderíamos significado, ao mesmo tempo que concorreríamos para a ambiguidade.

Acresce ainda o facto de a metodologia que foi usada na construção dos gráficos se basear em dados explícitos nas tabelas, circunstância que concorre para afastarmos qualquer tipo de informação subentendida.

Todavia, os resultados obtidos através da leitura da tabela, tal como acontece em outras situações análogas, serão objecto de análise nos pontos adequados. Esta situação também se verifica neste tipo de Auxiliares da edição anterior.

(Tabela I k) Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais

Pela primeira vez aparece este tipo de Auxiliares que, tal como o nome indica, servem para representar as características de pessoa, desde que não exista uma notação principal ou um Auxiliar especial para as representar.

Estes Auxiliares também contemplam, na notação *-054*, que representa questões relacionadas com as etnias, nacionalidade e/ou raça, como podemos observar na tabela que se segue.

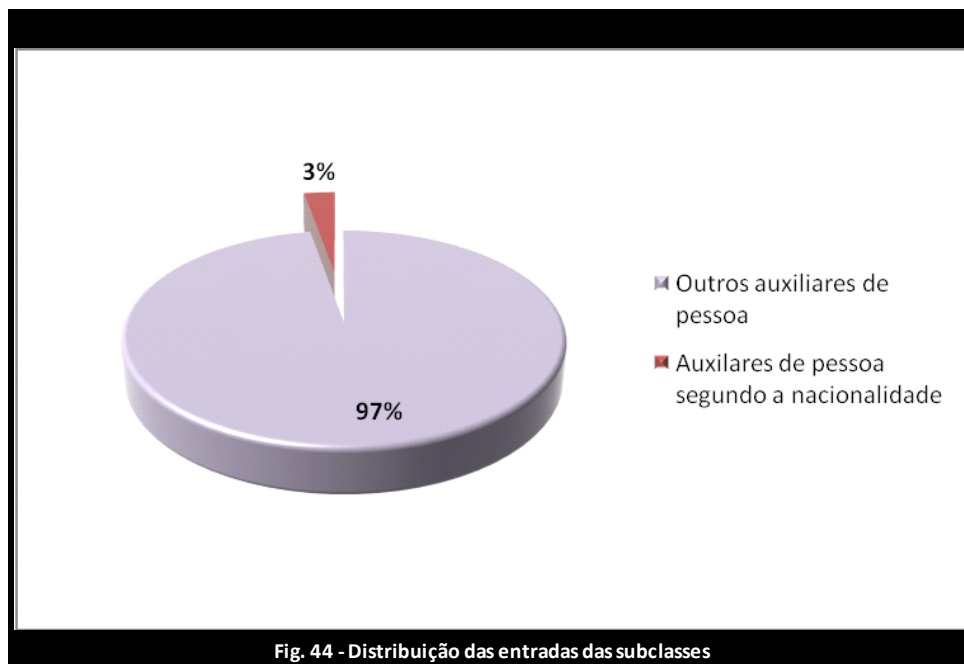
Numa breve nota de aplicação aos mesmos são apresentadas indicações relativamente à sua aplicação.

<i>-05 Personnes</i>
<i>-054 D'après la nationalité ou la race</i>
<i>-054.1 Appartenant à une race fortement métissée</i>
<i>-054.2 Appartenant à une race peu métissée</i>

Tabela 40. (Table I k) Personnes

Nesta tabela, os Auxiliares de pessoa, perfazem um total de cento e oito entradas. Destas, três apresentam características afins da matéria objecto de estudo e cento e cinco apresentam outras características relativas ao conceito de pessoa.

A percentagem da variável Auxiliares de pessoa segundo a nacionalidade apresenta o valor de 3%. A variável relativa aos Outros tipos de Auxiliares de pessoa apresenta uma percentagem de 97%.



Classe 2 – Religião e Teologia: Estrutura e conteúdo

Relativamente a esta classe, tal como acontece com a edição em língua alemã, não se encontraram alterações significativas. No que respeita à estrutura há a salientar a introdução da divisão 298 Diversas religiões europeias. Esta divisão foi eliminada das edições de 1927-1933 e da de 1934-1953.

Há ainda a referir a alteração da designação de algumas subclasses e divisões.

Apesar de não se encontrarem grandes alterações de estrutura e conteúdos, observam-se alterações substanciais em relação ao número de entradas. Observa-se a mesma situação no que se refere à sua distribuição pela Religião cristã e pela Religião não-cristã.

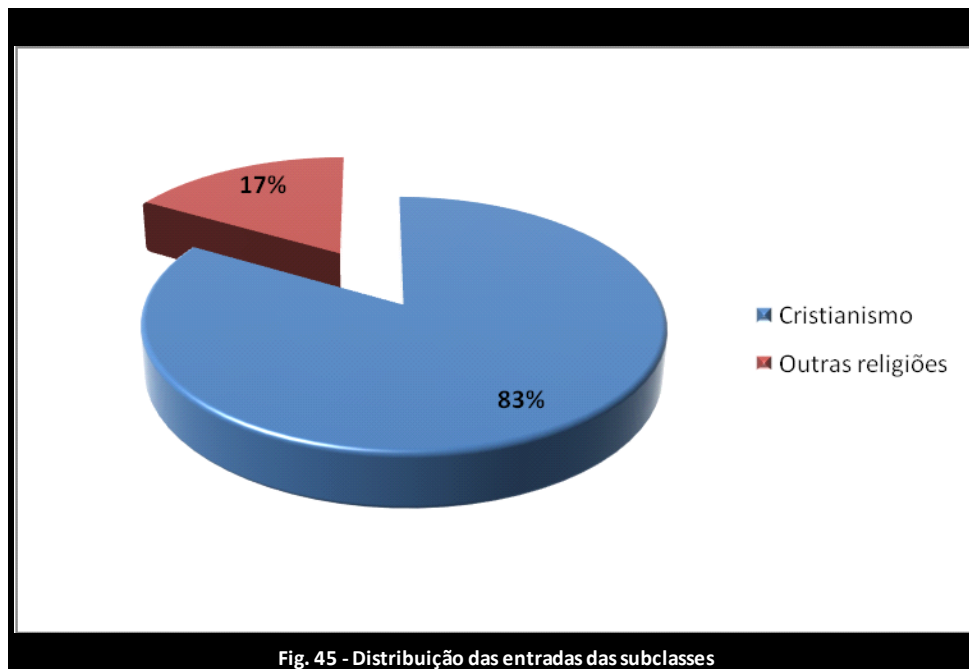
<i>[22/28 Religion chrétienne. Christianisme]</i>
<i>29 Religions diverses</i>
<i>291 Science et Histoire comparée des religions</i>
<i>292 Religion des Grecs (anciens) et des Romains (ancien[s]), Mythologie classique</i>
<i>293 Religion des Germains et des Wendes</i>
<i>294 Religions des Hindous</i>
<i>295 Religions perses</i>
<i>296 Religion juive</i>
<i>297 Islamisme. Mahométisme</i>
<i>299 Autres religions</i>
<i>299.1 Religions des Aryas</i>
<i>299.2 Religions des Sémites</i>
<i>299.3 Religions des peuples hamitiques. Egyptiens</i>
<i>299.4 Religions des peuples touraniens et peuples ouro-altaïques. Finnois. Mongols. Magyars. Samoyèdes. Tartares, tribus sibériennes. Lapons</i>
<i>299.5 Religions des peuples asiatiques orientaux</i>
<i>299.6 Religions des peuples africains. Cafres. Bantous. Hottentots. Baschimans. Bassoutos. Berbères. Gallas</i>
<i>299.7 Religions des peuples nord-américains et peuples de l'Amérique centrale</i>
<i>299.8 Religions des peuples sud-américains. Précolombiens. Caraïbes. Incas. Péruviens. Chibchas</i>
<i>299.9 Religions des peuples malayo-polynésiens. Australiens. Papous. Mélanésiens. Malais. Micronésiens. Polynésiens</i>

Tabela 41. Classe 2 - Religion. Théologie

Quantificando os dados observados, registamos aproximadamente quinhentas entradas relativas ao Cristianismo e aproximadamente cem para as religiões não-cristãs, o que perfaz um total aproximado de seiscentas entradas para todas as religiões.

Apesar de se ter observado esta alteração numérica das entradas, o Cristianismo continua a ocupar as mesmas sete subclasses que já ocupava na edição anterior. Estas encontram-se compreendidas entre os números 22/28. As religiões não-cristãs continuam a ocupar apenas a subclasse 29.

Neste gráfico continuamos a verificar a percentagem hegemónica da variável Cristianismo, 83% sobre as percentagens relativas à variável Outras religiões, 17%.



Classe 3 – Ciências sociais. Direito. Administração

No que respeita a esta classe, de uma forma geral, ela mantém a estrutura que foi observada nas outras edições, notando-se, contudo, uma certa tendência para a especificação das notações, facto que concorre para que apresente um maior número de subdivisões; é o que acontece, por exemplo, em 312.991 *Selon les langues et les races*.

O número significativo de subdivisões que se observa nesta tabela, no geral, e no desenvolvimento dos assuntos sobre o conceito Etnia e com elas relacionados, traduz, naturalmente, a especificidade destas matérias na mesma.

Ainda relativamente ao conteúdo, e no que respeita a esta temática, verifica-se que foram introduzidas algumas matérias relativamente à edição de 1927-1933; observa-se também a eliminação de outras.

Estas e outras alterações irão ser consideradas no capítulo relativo à análise dos resultados.

308 Conditions de la vie politique et sociale. Situation sociale des différents pays, peuples et races. Géographie sociale.
3 12 Demographie. Population
[312.15 Geburten nach Abstammung, Rasse, Volkstum, Sprache]
[312.151 Nach Abstammung]
[312.152 Nach Rasse]
[312.153 Nach Volkstum]
[312.154 Nach Sprache]
[312.25 Sterblichkeit nach Abstammung, Rasse, Volkstum, Sprache]
[312.251 Nach Abstammung]
[312. 252 Nach Rasse]
[312.253 Nach Volkstum]
[312.254 Nach Sprache]
[312.6 Physische Beschaffenheit Bevölkerung. Rasse, Grösse...]
312.9 Répartition et composition de la population. Densité de la population
[312.91 Nach Geburtsorten oder Heimatsorten]
312.95 Selon la descendance, la race, la nation et la langue
[312.951 Nach Abstammung]
[312.952 Nach Rasse]
[312.953 Nach Volkstum]
[312.954 Nach Sprache]
312.99 Selon la religion, les conditions sociales, les classes, le degré d'instruction
[321 Gesellschaft. Staat]
[321.2 Horden. Stämme. Dorfgemeinschaften. Kasten]
323 Politique intérieure
323.1 Mouvements nationaux. Questions nationales. Minorité[s] nationales
323.11 Composition de la population d'après les nationalités. Mélange, séparation, extension des races, langues et nationalités
323.12 Mouvements contre certaines races ou nationalités

Tabela 42. Classe 3 - Sciences sociales. Droit. Administration

323.13 <i>Mouvements en faveur de certaines races ou nationalités</i>
323.14 Exagérations nationalistes (Supériorité raciale)
323.15 <i>Minorités nationales</i>
323.17 Autonomie et autodétermination des nationalités
[323.34 Sklaven. Leibeigene]
325 <i>Migration, colonisation, possession</i>
325.11 <i>Colonisation et migration dans un pays</i>
325.14 <i>Immigration, immigrant</i>
325.2 <i>Emigration, émigrant</i>
325.25 <i>Emigrants, proscrits, évacués, personnes déplacées, déportés</i>
325.25:2 <i>Pour des cause religieuses</i>
325.25:572.9 <i>Pour des causes racistes</i>
325.254 <i>Réfugiés, personnes déplacées</i>
325.27 Rapatriement
[325.28 Beförderung von Auswanderern]
325.3 <i>Colonisation en général. Politique Coloniale</i>
[325.32 Kolonisation und Wanderungen innerhalb eines Erdteiles]
[325.33 Kolonisation und Wanderungen innerhalb eines Landes. Binnenwanderung. Binnenkolonisation. Siedlung]
[325.352 Selbständige Regierung in Kolonien. Dominien]
[325.354 Behandlung und Zustand der Eingeborenen. Eingeborenenpolitik]
[325.4 Passive Kolonisation]
325.45 Organisation intérieure et administration des colonies et quelques territoires non souverains. Politique vis-à-vis des indigènes
325.45-054. 2 Population indigène en voie de développement
325.45-058.57 Population indigène évoluée
325.452 Gouvernement indigène. Chefferies. Conseils indigènes
[325.5 Typen von Kolonien]
326 <i>Esclavage, lutte contre l'esclavage</i>
326.1 <i>Commerce des esclaves</i>
326.2 <i>Contrats de servitude. Coolies</i>
326.3 <i>Serfs et servage. Formes diverses de servitude personnelle...</i>
326.4 <i>Lutte contre l'esclavage</i>
[326.7 Bergünstigung der Sklaverei]
326.8 <i>Abolition de l'esclavage</i>
329 <i>Partis politiques et sociaux</i>
329.3 <i>Partis et mouvements à tendance religieuse</i>
329.31 <i>Catholiques</i>

Tabela 42. Classe 3 - Sciences sociales. Droit. Adminidtration

329.32 Anticléricaux
329.36 Partis et mouvements à tendance antireligieuse
[329.37 Antisemiten]
329.4 Partis et mouvements à buts racistes ou linguistique[s]
340 Droit en général. Droit comparé
340.5 Jurisprudence ethnologique. Droit des peuples primitifs. Différences et analogies entre les droits de différents peuples, races et époques.
341 Droit international
341.012 Principe des nationalités. Droit des nationalités
341.234 Droit des minorités
341.41 Infractions diverses commises à l'étranger ou par des étrangers. Application de la loi pénale quant aux lieux
341.42 Effet du jugement étranger de droit pénal
341.43 Expulsion. Réfugiés politiques. Droit d'asile
341.5 Situation des étrangers
[341.52 Ausländern gewährt Rechte. Rechte zur Niederlassung]
[341.53 Rechtliche Beziehungen zwischen Inländer und Ausländern]
342 Droit constitutionnel. Droit public
342.7 Droits premiers. Droits des citoyens... garantis à l'étranger...
342.71 Qualité de citoyen. Nationalité
342.711 Naturalisation
342.712 Nationalité originaire
342.714 Renonciation à la nationalité. Droits supranationaux. Option
342.717 Droits politiques accordés aux étrangers
[342.72/.73 Rechte von Staatsbürgern. Staat und Einzelperson]
342.721 Liberté individuelle
342.724 Egalité des races et des religions
[342.725 Sprachen. Amtliche Landessprache]
342.731 Liberté de religion. Liberté de conscience et du culte
342.814 Nationalité. Race. Religion
342.827 Représentation des minorités...
343 Droit pénale
343.221.52 Sauvages et primitifs
343.42 Infractions contre la liberté des cultes
343.431 Asservissement. Esclavage, traite, servitude personnelle
343.975 Ethnographie criminelle. Criminalité chez les différentes races
347 Droit civil

[347.167 Religion. Abstammung. Rasse]
[347.167.1 Religion]
[347.167.2 Abstammung. Rasse]
[347.173 Eingeborene. Ansiedler in Kolonien]
[347.176 Staatsangehörige. Inländer, Ausländer]
[347.177 Freie. Unfreie. Leibeigene. Hörige. Sklaven]
348 Droit ecclésiastique
[348.83 Anglikanisches kirchenrecht]
[348.84 Protestantisches Kirchenrecht]
[348.841 Lutherisches Kirchenrcht]
[348.842 Reformiertes Kirchenrcht]
[348.85 Presbyterianisches Kirchenrcht]
[348.87 Methodistisches Kirchenrcht]
[348.94 Buddhistisches Kirchenrcht]
[348. 96 Jüdisches Kirchenrcht]
[348.97 Islamisches Kirchenrcht]
[371.9 Education de catégories spéciales de personnes]
348.1/.7 Droit ecclésiastique catholique
348.8/.9 Droit ecclésiastique des diverses églises (non catholique)
351 Activités propres à l'administration politique
351.756 Surveillance des étrangers. Police pour les étrangers. Statut des étrangers
[351.756.1 Nationalisierung. Naturalisierung]
[368 Versicherungswesen]
[368.41 Unfallversicherung]
[368.412.5 Inländische unäusländische Arbeitnehmer]
[368.412.52 Ausländische Arbeitnehmer]
[368.834 Esclavage⁹
[371 Schulorganisation Unterrichtsorganisation. Erziehungssysteme]
[371.9 Erziehung besonderer von Personen]
[371.97 Erziehung sonstiger besonderer Gattungen]
[371.974 Erziehung befreiter Sklaven. Negererziehung]
[371.975 Indianererziehung]
[371.976 Erziehung von Orientalen]
[371.98 Erziehung von Ausländern]
[371.99 Koedukation]
376 Education. Formation et enseignement de catégories particulières de personnes

Tabela 42. Classe 3 - Sciences sociales. Droit. Administration

376.66 Enfants de personnes itinérantes, nomades, marins, bateliers
376.68 Enfants d'étrangers
376.7 Education de groupes nationaux spéciaux, minorités
376.72 Groupes religieux ou confessionnels
376.74 Groupe ethniques ou linguistiques
[379 Schule und Öffentlichkeit. Schulpolitik. Öffentliche Schulen. Privatschulen]
[379.35 Geist der Erziehung. Schulpolitik vom religiösen und konfessionellen Gesichtspunkt]
[379.355 Schulpolitik vom religiösen und konfessionellen Gesichtspunkt]
[379.363 Schulpolitik und nationale, konfessionellen oder sprachliche Minderheiten]
391 Costumes. Costume folklorique. Modes. Décorations
391.8 Masques
391.91 Tatouages
391.92 Mutilations et déformations. Anneaux dans le nez et les oreilles, trépanations, etc.
391.98 Parures des animaux. Ornaments et vêtements
392 Coutumes et usages dans la vie privée
392.12 Naissance
392.14 Baptême
392.15 Circoncision
392.17 Rituels de puberté
392.18 Rituels de majorité
392.2 Mort de personnes, par ex. : de personnes âgées, de prisonniers. Décapitation. Loups-garous
[392.21 Töten una Aussetzen von Kindern]
[392.22 Töten von alten Menschen]
[392.23 Töten von Gefangenen]
[392.24 Rituelle]
[392.241 Kopfjägerei]
[392.242 Tötungen durch Tiger-und Panthermenschen]
392.27 Mutilation des victimes
[392.28 Wüteriche. Werwölfe. Vampyre]
392.4 Courtisage. Flirt. Promesse de mariage. Fiançailles
[392.42 Hofmachen. Flirt. Fensterin]
[392.44 Eheversprechen]
[392.46 Verlobung]
392.5 Mariage

Tabela 42. Classe 3 - Sciences sociales. Droit. Administration

392.51 <i>Coutumes nuptiale. Noces</i>
392.52 <i>Jus primae noctis. Droit du seigneur</i>
392.53 <i>Agamie. Célibat. Vieux garçons. Vieilles filles</i>
392.54 <i>Formes diverses du mariage</i>
[392.541 Gruppeneche]
[392.542 Ehen innerhalb und ausserhalb von Stämmen]
[392.543 Ehe unter Blutsverwandten]
392.544 <i>Union multiples (Polygamie)</i>
[392.544.1 Vielmännerei]
[392.544.2 Vielweiberei]
[392.545 Einehe]
392.546 <i>Mariage par rapt</i>
392.547 <i>Mariage par achat</i>
[392.57 Lebensgewohnheiten in der Ehe. Menstruationsgebräucheusw]
[392.6 Beziehungen zwischen den Geschlechtern]
392.62 <i>Concubinage. Mariage morganatique</i>
[392.63 Zölibat. Religiöse Eheverbote]
[392.64 Promiskuität]
392.65 <i>Prostitution</i>
392.81 <i>Rites du repas. Coutumes y relatives</i>
392.83 <i>Aliments prohibés</i>
[392.84 Religiöser Vegetarismus]
392.89 <i>Cannibalisme. Anthropophagie</i>
393 <i>Mort. Traitement des morts. Funérailles. Rites mortuaires. Cérémonies funèbres</i>
393.1 <i>Enterrement. Ensevelissement. Inhumation</i>
393.2 <i>Crémation. Incinération</i>
393.3 <i>Embaumement. Momies. Masques des morts</i>
393.4 <i>Exposition des morts. Veillée des morts</i>
393.7 <i>Deuil</i>
393.9 <i>Coutumes spéciales relatives aux funérailles. Danses funèbres. Mutilation des cadavres. Veuvage</i>
[393.93 Totentänze]
[393.94 Totengebete. Leichengesänge. Totenklage]
[393.950Opfergaben bei Bestattungen. Leichenschmäuse]
[393.951 Opfergaben]
[393.952 Leichenschmäuse]
395.97 <i>Mutilation des cadavres</i>

Tabela 42. Classe 3 - Sciences sociales. Droit. Administration

[393.98 Witwenstand. Witwerstand]
[393.988 Witwenverbrennung]
394 Vie publique
394.24 Représentations populaires. Mystères, allégories, pantomimes, farces
394.3 Jeux. Danses. Bals
[394.8 Zweikampf. Duell. Selbstmord]
394.84 Duel
394.86 Suicide
397 Types spéciaux de populations au point de vue de leurs mœurs et coutumes. Peuples primitifs. Populations nomades. Gipsies. Tziganes
398 Folklore proprement dit
398.1 Traditions primitives
398.2 Contes. Légendes. Anecdotes. Bouffonneries. Facéties
[398.21 [Märchen]
[398.22 Sagas]
[398.221 Saga mythologique]
398.3 Superstitions, croyances populaires, usages populaires divers
398.31 Croyance et usage en relation avec le feu
[398.312 Feueranbetung]
[398.314 Wahrsagung aus Feuer]
[398.318 Feuer bei Krankheiten]
398.32 Croyance et usage en relation avec les localités surnaturelles...
[398.33 Glaube und Brauch in bezug auf bestimmte Zeiten und Feste]
398.332 Fêtes principales et époques principales
398.332.1 Fêtes du Printemps
398.332.2 Fêtes de l'Été. Solstice d'Été
398.332.3 Fêtes de l'Automne
398.332.4 Fêtes de l'Hiver
398.4 Le monde surnaturel
398.41 Bons et mauvais esprits
398.42 Apparitions surnaturelles. Apparitions aériennes. Fantômes
[398.43 Gespenster. Spuk. Irrlichter usw]
[398.431 Erdgeister. Gnome. Kobolde. Heinzelmännchen. Berggeister]
[398.432 Wassergeister. Undinen. Nixen]
[398.433 Luftgeister. Sylphen. Elfen]
[398.434 feuergeister. Salamander]
398.44 Dragons

398.46 <i>Géants. Nains</i>
[398.47 <i>Hexen</i>]
398.6 <i>Enigmes. Rebus. Devinettes</i>
398.8 <i>Chants populaires</i>

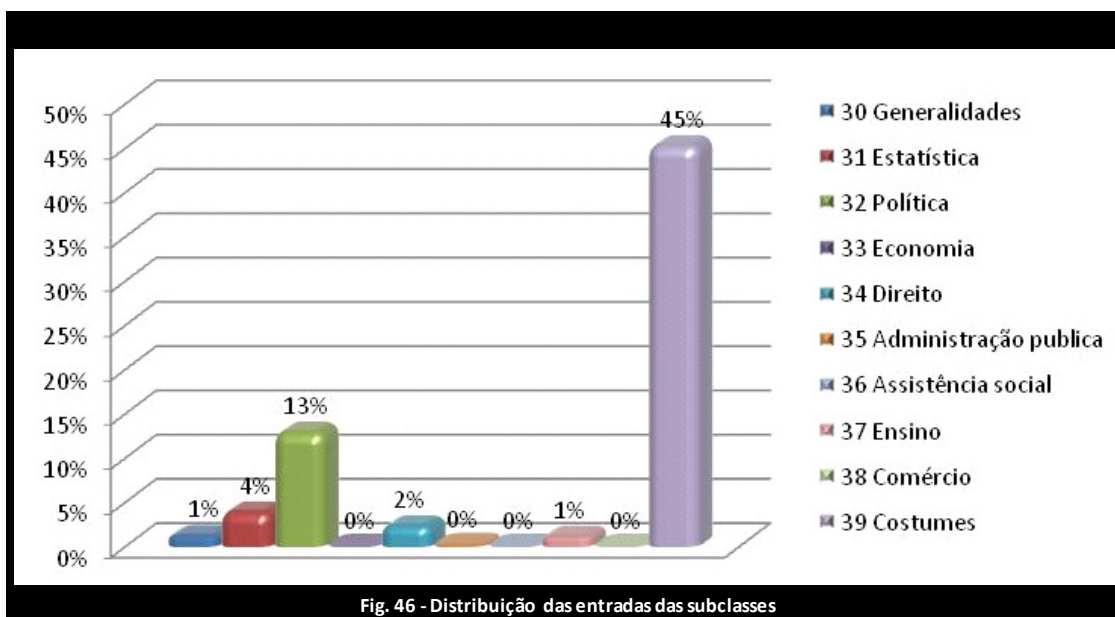
Tabela 42. Classe 3 - Sciences sociales. Droit. Administration

No que respeita a esta classe, tal como observado nas outras edições, o objecto de estudo distribui-se por um número significativo de subclasses, a saber: 30; 31; 32; 34; 35; 37; 39. Deste modo, num total de dez subclasses, esta matéria encontra-se presente em sete subclasses. O total de entradas das sete classes referidas é de aproximadamente três mil, encontrando-se estas distribuídas pelas subclasses referidas da seguinte maneira: setenta e oito, cem, duzentas, mil duzentas, novecentas, quinhentas e cento e trinta, respectivamente.

A matéria de estudo, nestas classes, traduz-se nos seguintes valores: subclasse 30 *Sociologie*, uma entrada; subclasse 31 *Statistique*, quatro entradas; subclasse 32 *Politique*, vinte e seis entradas; subclasse 34 *Droit. Jurisprudence*, vinte e nove; subclasse 35 *Activités propres à l`administration publique*, duas entradas; subclasse 37 *Educacion. Enseignement. Formation. Loisirs*, seis entradas; subclasse 39 *Ethnologie. Folklore, coutumes. Moeurs, usages. Vie sociale*, cinquenta e nove entradas, o que perfaz no total cento vinte e sete entradas, acerca desta matéria.

Atendendo aos valores projectados no gráfico que se apresenta, verifica-se uma percentagem considerável no que respeita à variável da subclasse 39 *Costumes*, que apresenta uma percentagem de 45%. A esta seguem-se a subclasse 32 *Política*, que apresenta uma percentagem de 13% e a subclasse 30 *Generalidades*, que regista uma percentagem de 4%.

Ao observarmos a frequência da representatividade dos assuntos relacionados com o conceito Etnia no conjunto de todas as divisões destas subclasses, verificamos que é de apenas 4% (cento e vinte e sete entradas num total de três mil) tal como o observado na edição anterior.



Classe 4 – Filologia e linguística

Esta classe nesta edição encontra-se vazia. O seu conteúdo passou para a classe 8.

Classe 5: Ciências puras: estrutura e conteúdo

Nesta edição a Antropologia ocupa a divisão 572.

Esta divisão pode estruturar-se em quatro grandes grupos. O primeiro ocupa as subdivisões 572.1/.4 e corresponde às Generalidades da espécie humana e Origens do Homem. À subdivisão 572.5 corresponde a Somatologia; à subdivisão 572.7 corresponde a Morfologia e à subdivisão 572.9 correspondem os assuntos de Antropologia especial, tais como raças, povos em particular e Etnologia.

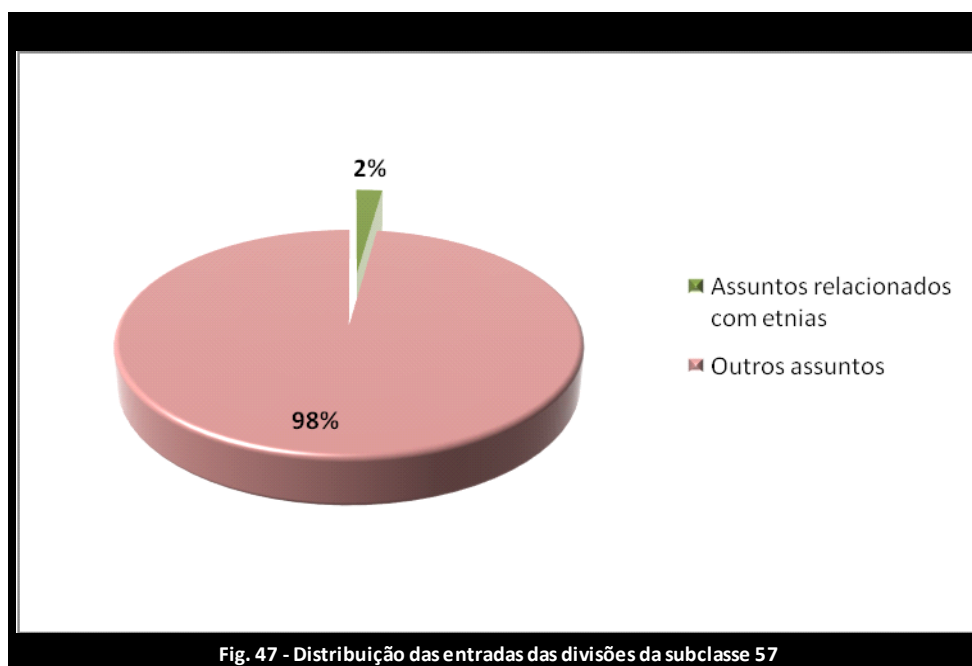
Relativamente aos conteúdos propriamente considerados, podemos observar que apresentam um maior nível de desenvolvimento, essencialmente no que respeita à Antropologia especial, representada sob a subdivisão 572.9.

<i>57 Sciences biologiques</i>
<i>572 Anthropologie</i>
<i>572.2 Diversité de l'espèce humaine. Races, types, variétés</i>
<i>572.79 Anthropobiologie. Physiologie des races. Pathologie des races</i>
<i>572.795 Mélanges de races. Croisements de races humaines</i>
<i>572.9 Anthropologie spéciale. Races, peuples en particulier. Ethnologie</i>
<i>572.9(=...) Races et variétés humaines divisées par groupes ethniques</i>
<i>572.94 Européides. Race blanche</i>
<i>572.95 Mongoloïdes, race jaune (y compris les races indiennes)</i>
<i>572.96 Négrides, race noire (y compris les races mélanésiennes et australiennes)</i>

Tabela 43. Classe 5 - Sciences pures

Em relação à subclasse *57 Sciences biologiques*, é formada por cerca de quatrocentas entradas, ocupando a matéria de estudo na divisão *572 Anthropologie*, nove entradas.

De acordo com este gráfico, podemos observar uma percentagem extremamente significativa no que respeita à variável Outros Assuntos, 98% e uma percentagem irrelevante em relação ao todo, no que concerne à variável Assuntos relacionados com etnias, 2%.



Classe 8 - Linguística. Filologia. Literatura: Estrutura e conteúdo

É nesta classe que se observam as alterações de fundo no que respeita à estrutura. Este facto prende-se com a eliminação da classe 4 *Linguística e Filologia*, o que obrigou a que os conteúdos que esta classe compreendia passassem para a classe 8.

Nesta circunstância e, segundo o ponto de vista estrutural, esta classe passou a dividir-se em duas subclasses: a subclasse 80 *Linguística e Filologia gerais* e a subclasse 82 *Literatura em geral*.

No que respeita à subclasse 80 *Linguística e Filologia* esta, por sua vez, divide-se essencialmente em três grupos: 800 *Questões gerais* relativas à língua, 801 relativas à Linguística e Filologia gerais e as subdivisões 802/809, Línguas individuais. É sobre este último grupo que nos iremos deter para uma análise mais pormenorizada, porque é nele que se encontra a matéria relacionada com o nosso objecto de estudo.

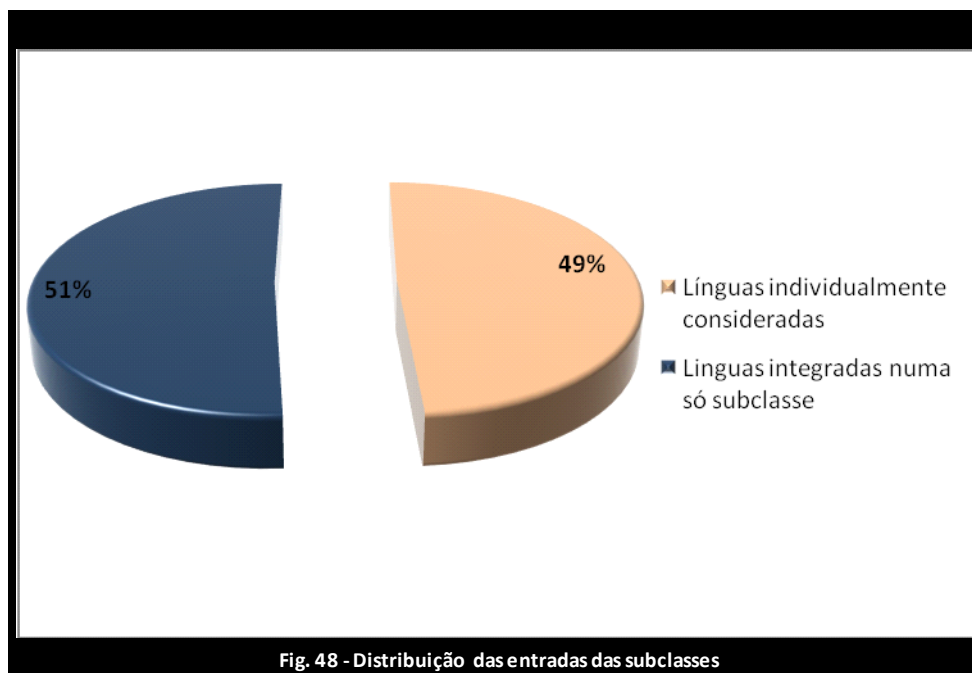
Por último, cumpre referir que estas subclasses apresentam uma estrutura e conteúdos diversos daqueles que assumem na edição de 1927-1933, como se pode verificar na tabela que se segue.

802/809 <i>Langues individuelles</i>
809 <i>Langues orientales, africaines et autres</i>
809.1 <i>Langues indo-européennes (indo-germaniques, aryennes)</i>
809.2 <i>Langues sémitiques</i>
809.3 <i>Langues hamitiques</i>
809.41 <i>Langues ouralo-altaïques</i>
809.5 <i>Langues asiatiques</i>
809.6 <i>Langues africaines: nègres, etc.</i>
809.7 <i>Langues amérindiennes septentrionales et centrales</i>
809.8 <i>Langues amérindiennes méridionales</i>
809.9 <i>Langues austronésiennes, malayo-polynésiennes et d'Australasie</i>
82/89 <i>Littérature individuelle</i>
891.1 <i>Littératures indiennes en général</i>
892.4 <i>Littérature hébraïque</i>
892.7 <i>Littérature arabe</i>
893.1 <i>Littératures égyptiennes (anciennes)</i>
894.35 <i>Littérature turque</i>
894.511 <i>Littérature hongroise (magyare)</i>
894.541 <i>Littérature finnoise</i>
895.1 <i>Littérature chinoise</i>
895.6 <i>Littérature japonaise</i>

Tabela 44. Classe 8 - Linguistique. Philologie. Littérature

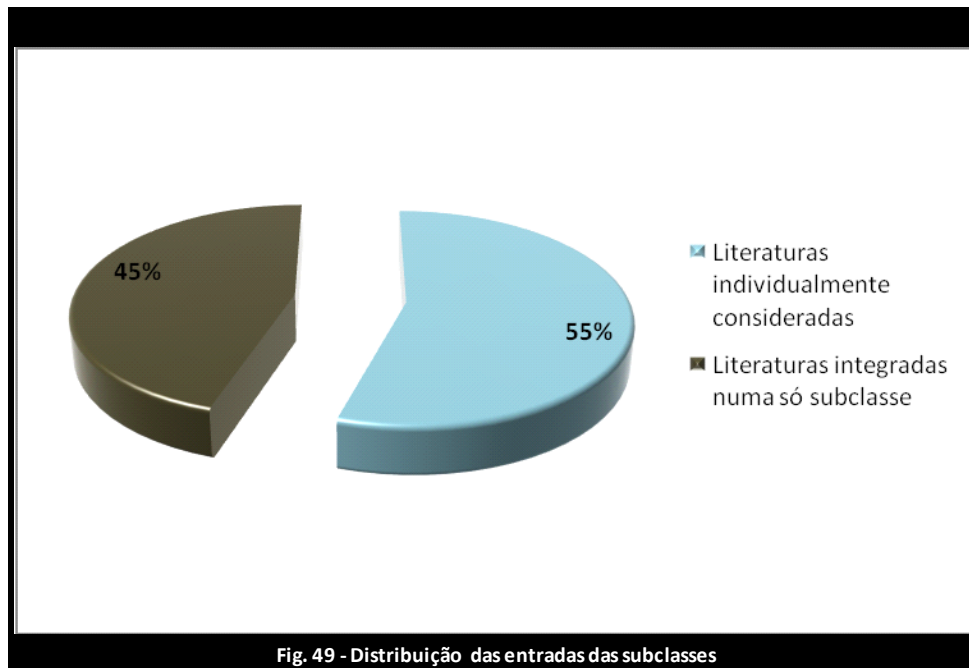
Em relação à classe 8, ela é constituída por cerca de quatrocentas entradas.

Destas entradas, cerca de cento e cinquenta correspondem às divisões 802/809 *Langues individuelles*, setenta e duas são relativas às Línguas individualmente consideradas e setenta e cinco correspondem à subclasse 809, que representa a variável Línguas integradas numa só subclasse que, nesta edição, se denomina *Langues orientales, africaines et autres*.



As subclasses *82/89 Littérature individuelle* ocupam nesta classe trinta e uma entradas, sendo catorze delas representativas das literaturas que se encontram relacionadas com o objecto de estudo.

No que respeita à distribuição das entradas relativas à subclasse da Literatura, observa-se algo semelhante ao que foi observado no gráfico anterior; assim, a variável Literaturas integradas numa só subclasse, apresenta uma percentagem de 45% e a variável Literaturas individualmente consideradas apresenta uma percentagem de 55%.



1.5 Classification Décimale Universelle. 1990-1993. (Act. em 1998).

Esta tabela baseia-se essencialmente em dois trabalhos distintos: a selecção oficial EMI publicada na edição média desenvolvida (2. Auflage, 1978/1985, FID 550) e a edição média internacional em língua inglesa (1985/1988, FID 571).

Esta 2ª edição da Classificação Decimal Universal (edição média internacional), publicada entre 1990-1993, é composta por dois volumes.

O primeiro volume é formado pela introdução, na qual é apresentada uma breve história deste sistema, os princípios, a estrutura dos conteúdos e algumas regras de aplicação relativas aos auxiliares. Contempla ainda as tabelas dos auxiliares gerais e dos auxiliares especiais, assim como as tabelas principais constituídas pelas classes 1-5. Termina com o índice alfabético relativo às matérias que compõem as tabelas que o constituem.

O segundo volume é constituído pelas tabelas que integram as classes 6-9 e pelo índice alfabético respectivo.

Relativamente a esta edição, serão contempladas e observadas as classes consideradas nela, assim como as alterações que lhes foram introduzidas publicadas em 1998. Cumpre referir que estes aditamentos compõem o 3º volume desta edição.

Passamos, de seguida, a registar as entradas observadas nos Auxiliares de Língua e que se relacionam com o nosso objecto de estudo – Etnia.

Auxiliares de Língua: Estrutura e conteúdo

Se em relação aos volumes que foram publicados entre 1990-1993 não se observam grandes alterações, quer de estrutura quer de conteúdo, em relação ao volume que foi publicado em 1998, as alterações verificadas são significativas, nomeadamente no que respeita à Tabela 1 (C) Divisões comuns de língua. Estas alterações manifestam-se essencialmente na introdução de novas notações, que representam novos assuntos. As alterações são também notórias no que respeita à estrutura específica.

Entre outras, referimos a introdução do apóstrofo para representar as origens e períodos da língua, assim como as fases relativas ao desenvolvimento da mesma. Neste auxiliar importa referir, em particular, o auxiliar =...’282 proposto para representar os Dialectos. Línguas locais e regionais.

Relativamente às alterações introduzidas a esta edição em 1998, devemos ainda considerar os Auxiliares de língua propriamente dita.

Nesta edição os Auxiliares de língua encontram-se sistematizados em dois grandes grupos:

- Auxiliares de línguas naturais =1/=8
- Auxiliares de línguas artificiais =9.

De acordo com estas alterações, os Auxiliares comuns de língua estruturam-se em três grandes grupos:

- =...0/=...282 Origens e períodos da língua. Fases de desenvolvimento.
- =00/=03 Questões gerais, como assuntos relacionados com textos originais e traduções.
- =1/=9 Línguas naturais e línguas artificiais.

Passamos apresentar a tabela relativa aos Auxiliares de língua, considerando as alterações que foram introduzidas em 1998.

=1/=9 <i>Langues (naturelles et artificielles)</i>
=1/=8 <i>Langues (naturelles)</i>
=1 <i>Langues indo-européennes en général</i>
=21/=22 <i>Langues indo-iraniennes</i>
=29 <i>Langues indo-européennes mortes</i>
=34 <i>Langues méditerranéennes mortes</i>
=35 <i>Langues caucasiennes</i>
=41 <i>Langues afro-asiatiques</i>
=51 <i>Langues ouralo-altaïques</i>
=61 <i>Langues austro-asiatiques</i>
=71 <i>Langues indo-pacifiques</i>
=8 <i>Langues des indiens d'Amérique (Amérindien)</i>
=81 <i>Langues nord-amérindiennes en général</i>
=87 <i>Langues amérindiennes centrales et septentrionales</i>
=9 <i>Langues artificielles</i>

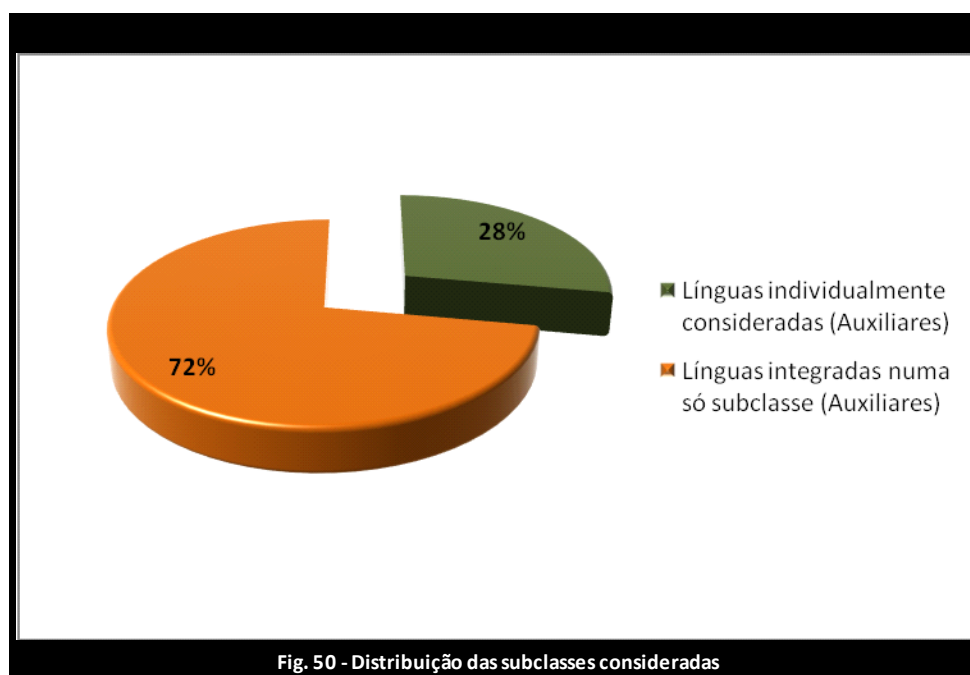
Tabela 45. (Table 1c) Divisions communes de langue

Relativamente ao número de entradas dos Auxiliares de Língua, que representam as línguas individualmente consideradas e aquelas que são utilizadas por povos que, na maioria, constituem a nossa matéria, =1/=8 *Langues (naturelles)*, é de duzentas e cinquenta e cinco entradas, aproximadamente.

Este número de entradas distribui-se pelos seguintes conjuntos de línguas: =11/=15 (*Langues germaniques en général; Langues classiques; Langues romanes; Langues celtiques*), que se encontram representados por cerca de setenta e sete entradas, as outras línguas que se situam entre as notações =16/=8 (*Langues slaves et baltes; Langues indo-iraniennes;*

Langues méditerranéennes mortes; Langues caucasiennes; Langues afro-asiatiques; Langues hamitiques; Langues ouralo-altaïques; Langues paléo-asiatiques; Langues austronésiennes; Langues des indiens d'Amérique entre outras), apresentam cerca de duzentas entradas.

Relativamente à percentagem destas duas variáveis, assume sensivelmente os mesmos valores que assumia na edição anterior. A variável Auxiliares das Línguas integradas numa só subclasse apresenta 72% das entradas consideradas e a variável relativa aos Auxiliares das Línguas individualmente consideradas apresenta uma percentagem de 28%.



Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade: estrutura e conteúdo

Relativamente aos Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade podemos observar que a sua estrutura, no geral, se mantém idêntica à da edição anterior, considerando-a até à notação (=1.4/.9). Todavia, a estrutura sofre alterações substanciais a partir da notação relativa às Raças e diversas nacionalidades e aos grupos linguístico-culturais (=2/9).

Interessa ainda referir a introdução da notação (=089), que representa o conceito Raças produzidas artificialmente.

De uma forma geral e, relativamente ao conteúdo, observamos que esta tabela apresenta um maior nível de especificação em relação às anteriores.

Tendo em conta a estrutura e os conteúdos, podemos sistematizá-los a partir do (=11/=8), Raças e diversas nacionalidades. Grupos linguístico-culturais.

A notação (=11/=2) integra as Raças e povos Indo-europeus; outro grupo a considerar é o (=2/=8), que compreende as Raças orientais, africanas e outras raças. Inclui também as raças e povos de cor.

Para uma observação mais pormenorizada passamos a apresentar a tabela relativa a este assunto, na qual se inscrevem as alterações verificadas, quer a nível de estrutura, quer a nível de conteúdos.

(=11/=8) <i>Races et peuples en général</i>
(=1.2) <i>Peuples de régions physiques déterminées</i>
(= 1.3) <i>Nationalités particulières du Monde ancien</i>
(=1.4/.9) <i>Nationalités particulières du Monde moderne</i>
(=11/=8) <i>Races et nationalités variées. Groupes linguistico-culturels</i>
(=11/=2) <i>Race et peuples Indo-Européens</i>
(=11/=19) <i>Races blanches en général. Races occidentales.</i>
(=11) <i>Races et peuples germaniques</i>
(=111) <i>Races et peuples parlant l'anglais. Races et peuples «anglo-</i>
(=112.2) <i>Peuples parlant allemand. Germanophones</i>
(=13) <i>Races et peuples romans. Races et peuples latins</i>
(=133.1) <i>Races et peuples parlant français. Races et peuples gaulois.</i>
(=16) <i>Races et peuples slaves en général. Slaves</i>
(=2/=8) <i>Races orientales, africaines et autres. Races et peuples de</i>
(=21) <i>Races et peuples indiens</i>
(=214.58) <i>Peuple romani. Tsiganes</i>
(=41) <i>Races et peuples Afro-Asiatiques</i>
(=411) <i>Races et peuples sémites</i>
(=411.16) <i>Hébreux. Juifs. Israélites</i>

Tabela 46. (Table 1f) Divisions communes de races et de nationalités

(=411.21) Arabes
(=414) Races et peuples d'Afrique noire. Noirs
(=512.3) Races et peuples mongoliques, mongols
(=521) Japonais
(=581) Races et peuples sinitiques. Chinois
(=62) Austronésiens
(=622.82) Polynésiens
(=72) Peuples aborigènes d'Australie
(=81/=82) Peuples amérindiens du Nord (Indiens d'Amérique du Nord)
(=87) Peuples amérindiens du Sud et du Centre (Indiens d'Amérique du Sud)

Tabela 46. (Table 1f) Divisions communes de races et de nationalités

No que respeita aos Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade, são representados por um total de vinte e sete entradas.

Deverá referir-se que, neste cômputo, apenas foram consideradas as entradas relacionadas com as nacionalidades particulares do Mundo antigo, Mundo moderno, (=1.3/=1.4/9) e as notações que representam as raças e nacionalidades diversas (=2/=8).

Apesar de metodologicamente ser difícil identificar quais os povos que se classificam no grupo dos comumente mais conhecidos e que se integram, de forma geral, nos parâmetros da cultura ocidental, por uma questão de coerência entendemos seguir o critério das edições anteriores no que respeita ao seu registo. Desta forma, registamos oito entradas para os povos que se situam entre as notações (=1.3/=1.4/9) e dezasseis entradas para todos os outros povos, notações (=2/=8).

Importa referir que, de acordo com a metodologia desenhada para o levantamento das entradas, apenas contemplámos aquelas que se encontram registadas de forma explícita nas respectivas tabelas. Deste modo, não foi contemplado o número de entradas relativo quer ao desenvolvimento do (=1.3) *Nationalités particulières du Monde ancien*, quer ao desenvolvimento da notação (=1.4/.9) *Nationalités particulières du Monde moderne*. Para esse efeito e, seguindo as indicações de aplicação desta *Tabela 1(f)*, teríamos de recorrer à *Tabela 1c*, relativa às subdivisões de lugar.

Dada esta circunstância, tal como já aconteceu em situações análogas com as outras edições consideradas, não apresentamos o gráfico respectivo²⁵³.

Tabela (1k) Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais

Estes são, sem dúvida, os auxiliares que, nesta edição, sofreram um maior desenvolvimento. Aparecem registados sob a notação -054. Para uma maior especificação das características que se pretendem representar, em alguns casos recorre-se a outros auxiliares, como acontece, por exemplo, com os de lugar e os de raça e grupo étnico.

Exemplos:

Termo vocabular	Notação
Pessoas de cor	-054(=9)

Termo vocabular	Notação
Membros de minorias nacionais	=054.57(=083)

De acordo com o exposto, passamos a representá-los na tabela que se segue.

-05 Personnes
-054 Personnes considérées d'après leurs caractéristiques ethniques, nationalité, citoyenneté, etc.
[-054.1 Appartenant à une race fortement métissée]
[-054.2 Appartenant à une race peu métissée]
-054.4 Résidents (nationaux ou étrangers)
-054.5 Résidents nationaux. Citoyens d'un pays
-054.51 Nationaux par la naissance

Tabela 47. Table 1(k) -05. Personnes

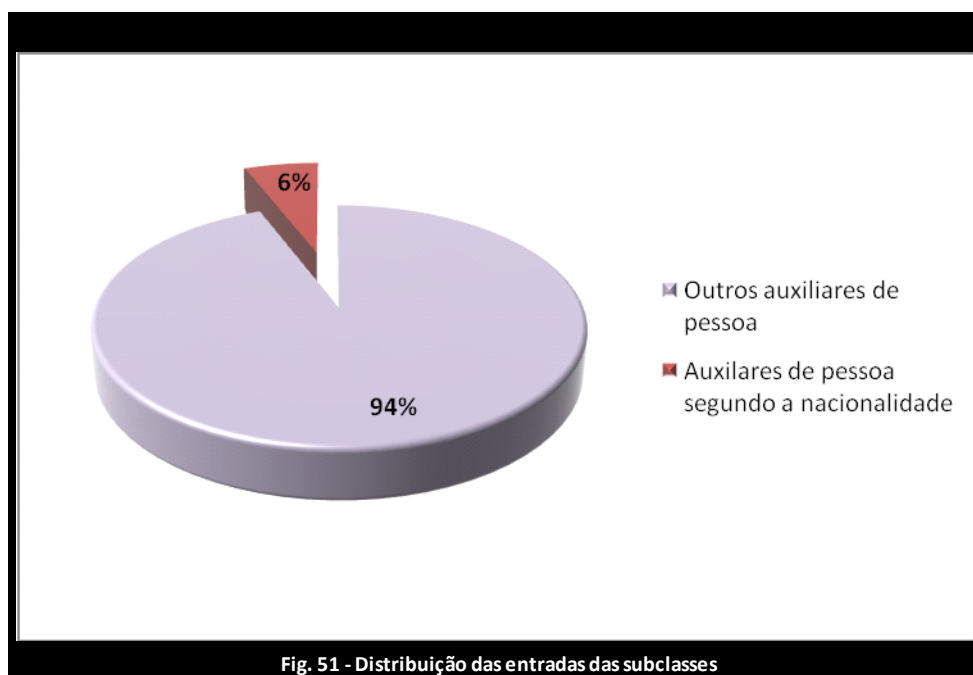
²⁵³ Ver o mesmo tipo de auxiliares nas edições de 1934-1953 e 1967-1973.

-054.52 Citoyens naturalisés
-054.57 Membres de minorités nationales
-054.6 Résidents étrangers. Résidents extérieurs
-054-62 Résidents étrangers. Colons
-054.64 Étrangers hostiles. Envahisseurs
-054.65 Prisonniers de guerre
-054.68 Non résidents. Visiteurs étrangers
-054.7 Expatriés. Exilés. Rapatriés. Emigrants. Apatrides
-054.72 Migrants volontaires. Immigrants. Emigrants
-054.73 Réfugiés. Personnes déplacées
-054.74 Exilés politiques. Personnes déportées. Clandestins
-054.75 Rapatriés
-054.78 Apatrides

Tabela 47. Table 1(k)-05. Personnes

Relativamente a estes Auxiliares, nesta edição eles contabilizam, no total, aproximadamente duzentos e setenta, constituindo o grupo representado sob a notação *-054 Personnes considérées d'après leurs caractéristiques ethniques, nationalité, citoyenneté, etc.*, um número de dezassete entradas.

Apresentando-se este tipo de auxiliares, no geral, com uma percentagem muito idêntica à da edição anterior, contudo observa-se uma ligeira subida no que respeita à variável Auxiliares de pessoa segundo a nacionalidade que, nesta edição, apresenta uma percentagem de 6%, contudo a variável Outros auxiliares assume a maior percentagem 94%.



Classe 2 – Religião e Teologia: Estrutura e conteúdo

Em relação a esta classe, é de referir que não se encontram alterações significativas relativamente aos conteúdos considerados para a análise.

Todavia, no que diz respeito à classe em geral será de referir que se observam alterações, essencialmente no que diz respeito à sua estrutura. Para proporcionar um maior nível de especificação nas matérias foi alargada a utilização dos Auxiliares analíticos (-0/-9).

Exemplo:

<i>Termo vocabular</i>	<i>Notação</i>
Padres	271-393

Para que se tenha uma ideia mais clara dos seus conteúdos, passamos a apresentar a respectiva tabela das entradas que representam os assuntos objecto de estudo.

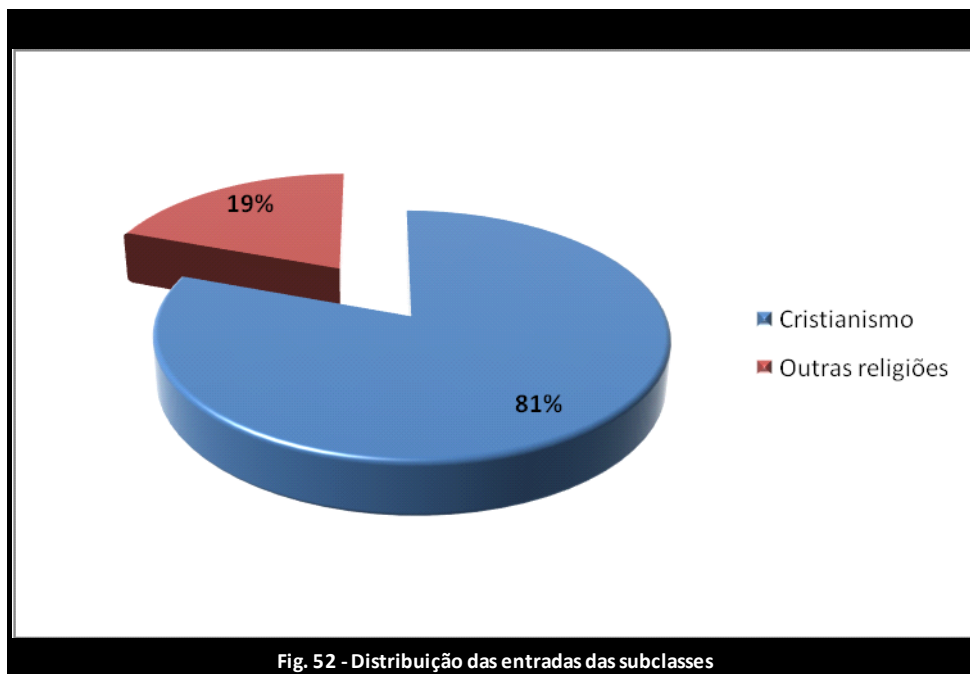
<i>[22/28 Religion chrétienne. Christianisme]</i>
<i>29 Religions diverses et cultes non chrétiens</i>
<i>291 Questions religieuses. Histoire comparée des religions. Hiérologie</i>
<i>292 Religion des Grecs (anciens) et des Romains (anciens), Mythologie classique</i>
<i>293 Religions anciennes et mythologies des Scandinaves, Baltes et Slaves</i>
<i>294 Bouddhisme. Brahmanisme. Religions des Hindous</i>
<i>295 Religions perses. Parsisme. Zoroastrisme (Zoroastre). Mazdéisme (Avesta). Mithraïsme</i>
<i>296 Religion juive</i>
<i>297 Islam. Mahométisme. Sectes sunnites</i>
298 Religions et mouvements religieux récents
<i>299 Autres religions</i>
<i>299.1 Religions des Aryas, indo-européens</i>
<i>299.2 Religions des Sémites</i>
<i>299.3 Religions des peuples hamitiques, de l’Égypte ancienne</i>
<i>299.4 Religions des peuples touraniens et peuples ouralo-altaïques. Finnois. Mongols. Magyars. Samoyèdes. Tartares, tribus sibériennes. Lapons</i>
<i>299.5 Religions des anciens peuples asiatiques orientaux</i>
<i>299.6 Religions des peuples africains. Cafres. Bantous. Hottentots. Boschimans. Bassoutos. Berbères. Gallas, etc.</i>
<i>299.7 Religions des peuples de l’Amérique du Nord et de l’Amérique centrale</i>
<i>299.8 Religions des peuples indiens de l’Amérique du sud (sud-américains). Précolombiens. Caraïbes. Incas. Péruviens. Chibchas</i>
<i>299.9 Religions des peuples malayo-polynésiens. Aborigènes australiens. Papous. Mélanésiens. Malais. Micronésiens. Polynésiens</i>

Tabela 48. Classe 2 - Religion. Théologie

Assim, quantificando os dados observados, registamos aproximadamente quinhentas e quarenta entradas relativas ao Cristianismo e aproximadamente cento e trinta entradas relativas às Religiões não-cristãs, o que perfaz um total aproximado de seiscentas e setenta entradas para todas as religiões.

Apesar de se ter observado esta alteração numérica relativamente às entradas, deverá referir-se que o Cristianismo continua a ocupar o mesmo número de subclasses (sete), as subclasses 22/28 e as Religiões não-cristãs a ocupar (uma), a subclasse 29.

Relativamente a esta classe, mais uma vez observamos o predomínio das subclasses relativas ao Cristianismo 22/28, com 81%, relativamente à variável Outras religiões, que apresenta uma percentagem de apenas 19%.



Classe 3 – Ciências sociais. Direito. Administração: Estrutura e conteúdo

No que respeita a esta classe, considerando esta edição, ela apresenta uma estrutura no seu geral idêntica às das edições anteriores.

Acontece que, ao longo dela, nomeadamente no que respeita à matéria objecto de estudo, em determinados casos a estrutura da subclasse mantém-se, alterando contudo os seus conteúdos; como por exemplo a notação 340.5.

Esta notação surge na estrutura da edição de 1967-1973 e na edição de 1990, alterando-se, no entanto, os respectivos conteúdos.

Todavia, a nível de estrutura das notações, podemos verificar que elas apresentam um maior nível de desenvolvimento quando comparadas com as das edições anteriores. Esta situação prende-se com o facto de as matérias consideradas apresentarem um maior nível de especificidade.

Relativamente aos conteúdos que são tomados em linha de conta na nossa área de estudo, comparando-os com as edições anteriores, eles encontram-se contemplados num maior número de divisões. Damos como exemplo as divisões *314 Demografia. Estudo da população* e a introdução do *316 Sociologia* que contempla, de uma forma significativa, este assunto.

É ainda notório o crescimento desta matéria ao longo de toda a classe, como pode observar-se na tabela que apresentamos.

<i>308 Sociographie. Etudes descriptives de la société</i>
<i>312 Statistique de la population</i>
<i>312.9 Statistique de répartition, distribution et de composition de la population. Densité de la population</i>
<i>312.95 Selon la filiation, l'origine sociale, la race, la nationalité, la langue</i>
<i>312.99 Selon la religion, la condition sociale, la classe sociale,...</i>
314 Démographie. Etude de la population
314.045 Migrations forcées
314.156 Politique démographique en relation avec les questions nationalistes et raciales. Politique raciste. Politique de génocide, etc.
314.7 Migrations
314.72 Migrations internes
314.74 Migrations internationales, vers des pays étrangers. Migrations externes
314.742 Immigration
314.743 Emigration
314.745.2 Expatriation et expatriés. Réfugiés. Personnes déplacées. Evacués. Expulsés. Déportés. Exilés
314.745.4 Rapatriements et rapatriés
316 Sociologie
316.273 Psychologie ethnique. Ethnopsychologie
316.323.3 Sociétés esclavagistes

Tabela 49. Classe 3 - Sciences sociales

316.323.8 Sociétés coloniales et néo-coloniales
316.324.3 Sociétés nomades
316.343.43 Population autochtone
316.347 Stratification sociale sur base de l'origine nationale, raciale, ethnique ou de l'appartenance religieuse
316.347.2 Majorités. Minorités
323 Politique intérieure. Affaires intérieurs. Politique interne
323.1 Mouvements et problèmes nationalistes, populaires, ethniques. Minorités nationales. Minorités ethniques
323.11 Composition de la population d'après les nationalités. Mélange, séparation, extension des races, langues et nationalités
323.113 Ressortissants nationaux à l'étranger
323.118 Séparation des races. Ségrégation raciale
323.12 Mouvements contre certaines races ou nationalités
323.13 Mouvements en faveur de certaines races ou nationalités particulières
323.14 Chauvinisme. Ethnocentrisme. Racisme
323.15 Minorités nationales et ethniques
323.17 Autonomie et autodétermination des nationalités
325 Migration. Colonisation
325.11 Migrations internes. Exode rural. Déplacement de population
325.14 Immigration. Immigrants. Immigrés. Politique d'immigration
325.2 Emigration. Émigrant. Politique d'émigration
325.25 Emigrants. Expatriés. Exilés. Proscrits
325.25:2 Pour des causes religieuses
325.25:572.9 Pour des causes racistes
325.254 Emigrants forcés. Evacués. Personnes déplacées. Réfugiés. Exilés. Déportés
325.27 Rapatriement
325.3 Colonisation en général. Politique coloniale
325.45 Organisation et administration des colonies et quelques territoires non souverains
[325.45-054.2 Population indigène en voie de développement]
[325.45-058.57 Population indigène évoluée]
325.452 Gouvernement indigène et ses organes administratifs. Parlement indigène
325.454 Traitement et statuts des populations indigènes. Statut politique des populations indigènes. Respect du statut politique des populations indigènes
326 Esclavage. Travail forcé
326.1 Traite des esclaves. Commerce des esclaves
326.3 Servage

Tabela 49. Classe 3 - Sciences sociales

326.4 Lutte contre l'esclavage
326.8 Abolition de l'esclavage. Affranchissement. Libération
327 Relations internationales. Politique mondiale. Affaires étrangères...
327.39 Mouvements d'intégration et de rassemblement basés sur des principes linguistiques, ethniques, raciaux, religieux ou géographiques
327.58 Citoyens et nationaux à l'étranger. Problèmes des minorités nationales en voie de naturalisation sur le plan de la politique étrangère
329 Partis politiques et mouvements à caractère politique
329.3 Partis et mouvements basés sur des objectifs religieux
329.36 Partis et mouvements basés sur des objectifs antireligieux
329.4 Partis et mouvements basés sur des objectifs ethniques, raciaux, linguistiques
329.42 Mouvements pronant la séparation des races (Apartheid)
[340 Droit international]
[340.5 Jurisprudence ethnologique. Droit des peuples primitifs. Différences et analogies entre les droits de différents peuples, races et époques]
341 Droit international
[341.012 Principe des nationalités. Droit des nationalités]
341.215.43 Colons. Immigrants. Emigrants. Domicile. Résidence
341.234 Droit des minorités
341.41 Infractions pénales commises à l'étranger
[341.42 Effet du jugement étranger de droit pénal]
341.43 Expulsion. Rapatriement. Déportation...
341.485 Génocide. Meurtre d'individus appartenant à des groupes nationaux, ethniques, ou raciaux en vue de leur extermination
[341.5 Situation des étrangers]
341.95 Statut des étrangers en droit privé
342 Droit public. Droit constitutionnel. Droit administratif
342.7 Droits fondamentaux. Droits de l'homme
342.71 Nationalité. Citoyenneté
342.711 Naturalisation
342.714 Renonciation à la nationalité. Droits supranationaux. Option
342.715 Perte de nationalité. Apatrides
342.717 Droits politiques des étrangers
342.721 Liberté individuelle. Habeas corpus. Inviolabilité de la personne

342.724 <i>Egalité raciale. Libre choix du culte. Egalité religieuse. Egalité d'opinion philosophique, de race et de couleur. Minorités ethniques</i>
342.725 Droits linguistiques. Langue nationale. Langue maternelle. Langues officielles et assimilées
342.731 <i>Liberté de conscience. Liberté de culte, de religion</i>
342.814 <i>Nationalité, race, religion</i>
342.827 <i>Représentation des minorités...</i>
343 <i>Droit pénal. Infractions pénales</i>
343.42 <i>Infractions contre la liberté des cultes</i>
343.431 <i>Asservissement. Esclavage. Commerce des esclaves. Traite des esclaves</i>
343.343.6 Passage illicite des frontières. Emigration illégale, clandestine
343.4 Infractions contre les libertés fondamentales, contre les droits de l'homme
[343.957 Ethnographie criminelle. Criminalité chez les différentes races]
347 <i>Droit civil</i>
347.176.2 Etrangers. Nationaux étrangers
348 <i>Droit ecclésiastique</i>
348.1/.7 <i>Droit ecclésiastique catholique</i>
348.8/.9 <i>Droit ecclésiastique des diverses églises (non catholiques)</i>
351 <i>Activités propres à l'administration publique</i>
351.756 <i>Contrôle des étrangers. Police des étrangers. Statut des émigrés. Permis de séjour. Visas</i>
364 Problèmes sociaux requerant aide et assistance. Typologie de l'aide sociale
364.146 Pluralité culturelle (par les différences dans les mœurs et les coutumes
37 Education. Enseignement. Formation. Loisirs
37.043 Facteurs collectifs. Education commune ou séparée (intégration ou ségrégation de race, de sexe, etc.). Coéducation. Mixité.
376 <i>Education, formation et enseignement de catégories spéciales de personnes. Ecoles spéciales</i>
376.66 <i>Education de personnes itinérantes, sans domicile fixe. Enfants de nomades, de gitans, de bateliers, etc.</i>
376.68 <i>Education des étrangers, des immigrés</i>
376.7 <i>Education de groupes spéciaux et de minorités nationales</i>
376.72 <i>Education de groupes de religion particulière, d'individus appartenant à des groupes religieux ou confessionnels particuliers</i>
376.74 <i>Education de groupes appartenant à des races, des ethnies, des langues particulières</i>
391 <i>Costumes. Habillement. Costumes nationaux. Mode. Parures. Ornaments</i>
391.8 <i>Masques. Masques couvrant le visage. Dominos</i>

Tabela 49. Classe 3 - Sciences sociales

391.91 <i>Tatouages. Peintures sur le corps</i>
391.92 <i>Mutilations décoratives rituelles. Sgnes décoratifs rituels. Boucles d'oreille. Anneaux dans le nez. Pincement des lèvres, etc. Scarifications</i>
[391.98 <i>Parures des animaux. Ornaments et vêtements</i>]
392 <i>Coutumes, habitudes, usages relatifs à la vie privée</i>
392.12 <i>Naissance. Coutumes relatives à la naissance</i>
392.14 <i>Baptême</i>
392.15 <i>Circoncision</i>
392.17 <i>Cérémonies d'initiation. Rites relatifs à la puberté. Rites de passage. Rites d'initiation</i>
392.18 <i>Passage de l'adolescence à l'âge adulte. Obtention de la majorité</i>
392.2 <i>Meurtres d'êtres humains. Meurtre de prisonniers, de personnes âgées. Sacrifices humains. Meurtres rituels. Chasseurs de têtes. Loups-garous</i>
392.27 <i>Mutilations sacrificatoires</i>
392.4 <i>Temps des rencontres. Fiançailles. Engagement pré-nuptial. Promesse de mariage. Temps des accordailles</i>
392.5 <i>Mariage. Temps des épousailles. Engagement nuptial</i>
392.51 <i>Coutumes relatives au mariage</i>
392.52 <i>Droit supposé du seigneur féodal. Droit de cuissage. Droit du seigneur</i>
392.53 <i>Célibat. Agamie. Célibataires. Vieilles filles</i>
392.544 <i>Polygamie. Polyandrie. Polygynie</i>
392.546 <i>Mariage par capture. Rapt nuptial</i>
392.547 <i>Mariage par achat</i>
392.62 <i>Concubinage. Mariage morganatique. Union libre. Mariage coutumier</i>
392.63 <i>Célibat rituel. Abstinence, non consommation du mariage pour des raisons religieuses</i>
392.65 <i>Prostitution</i>
392.81 <i>Coutumes relatives à la préparation et à la consommation de la nourriture. Coutumes alimentaires</i>
392.83 <i>Aliments interdits</i>
392.89 <i>Cannibalisme. Anthropophagie. Ingestion de chair humaine</i>
393 <i>Mort. Traitement des morts. Funérailles. Rites mortuaires</i>
393.1 <i>Inhumation. Enterrement</i>
393.2 <i>Crémation. Incinération. Bûchers funéraires</i>
393.3 <i>Embaumement. Momies. Masques des mortuaires</i>
393.4 <i>Exposition des morts. Veillée des morts. Ultimes hommages</i>
393.7 <i>Deuil</i>

393.9 <i>Autres coutumes funéraires. Cortèges funèbres. Danses et chants funèbres. Fêtes funéraires. Offrandes. Immolation et incinération des veuves. Mutilation des cadavres.</i>
394 <i>Vie publique. Vie sociale. Vie quotidienne...</i>
394.3 <i>Jeux. Danses. Bals</i>
394.84 <i>Duel</i>
394.86 <i>Suicide. Hara-Kiri</i>
397 <i>Types spéciaux de populations au point de vue de leurs mœurs et coutumes. Peuples primitifs. Populations nomades. Gipsies. Tziganes</i>
398 <i>Folklore proprement dit</i>
398.1 <i>Traditions primitives</i>
398.2 <i>Légendes populaires. Contes populaires. Histoires fabuleuses. Sagas, Anecdotes. Bouffonneries. Facéties</i>
398.3 <i>Coutumes et croyances populaires. Superstitions. Histoires de « Vieilles femmes »</i>
398.31 <i>Croyance et coutumes relatives au feu. Feux du solstice. Pyromancie. Pyrolâtrie. Grands feux. Feux de la Saint-Jean.</i>
398.32 <i>Croyances et coutumes relatives à des endroits particuliers. Cimetières. Ruines. Forêts. Sources. Croyances et coutumes relatives à des époques et à des fêtes particulières</i>
398.332 <i>Fêtes et époques principales</i>
398.332.1 <i>Fêtes du Printemps</i>
398.332.2 <i>Fêtes de l'Été. Solstice d'Été</i>
398.332.3 <i>Fêtes de l'Automne</i>
398.332.4 <i>Fêtes hivernales</i>
398.4 <i>Le monde surnaturel</i>
398.41 <i>Bons et mauvais esprits. Démons. Diables. Croque-mitaines. Cauchemars. Epouvantails</i>
398.42 <i>Fantômes. Revenants. Feux-follets</i>
398.43 <i>Monde élémentaire. Esprits de la terre. Esprits de la nature. Gnômes. Fées. Elfes. Lutins</i>
398.44 <i>Dragons</i>
398.46 <i>Géants. Nains</i>
398.6 <i>Devinettes. Enigmes. Rébus...</i>
398.7 <i>Livres de songes. Clef des songes. Interprétation populaire des rêves</i>
398.8 <i>Chants populaires. Chansons traditionnelles...</i>

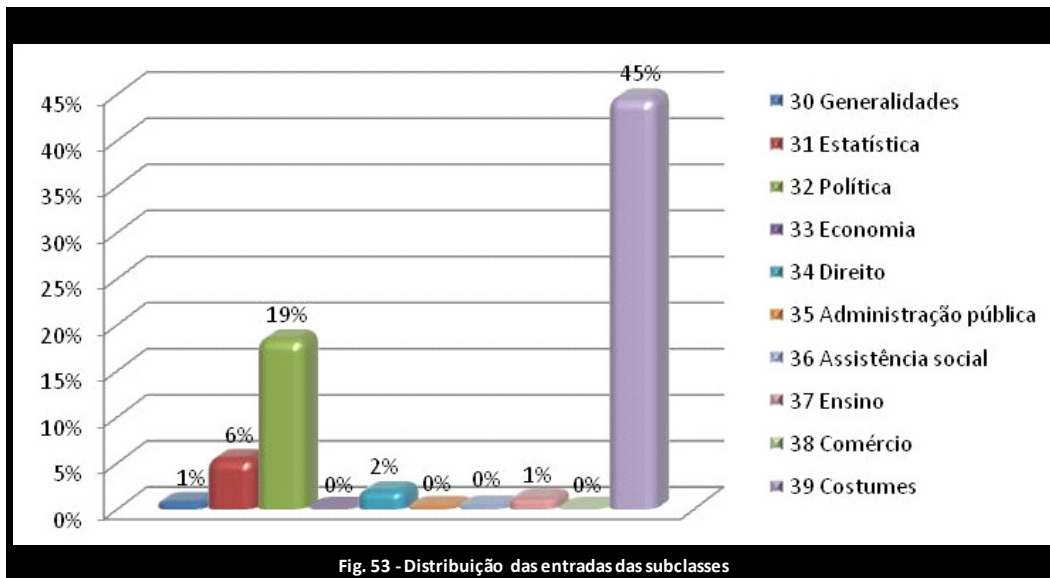
Tabela 49. Classe 3 - Sciences sociales

No que respeita ao assunto objecto de estudo, ele encontra-se distribuído na classe 3, por oito subclasses. O total de entradas destas oito classes é de aproximadamente quatro mil e trezentas entradas, encontrando-se estas distribuídas da seguinte forma: *30 Sciences sociales en général.*

Théories, méthodologie et méthodes des sciences sociales. Sociographie, cento e trinta entradas, encontrando-se uma entrada sobre este tema na divisão 308. Segue-se a subclasse 31 *Statistique. Démographie. Sociologie*, com cerca de quatrocentas entradas, com vinte e duas entradas sobre o tema abordado. A subclasse 32 *Politique. Science Politique*, apresenta cerca de trezentas entradas, sendo trinta e sete entradas desta subclasse ocupadas com assuntos relacionados com o objecto de estudo. Segue-se a subclasse 34 *Droit. Jurisprudence. Législation*, que ocupa nesta classe aproximadamente mil e quinhentas entradas, encontrando-se trinta ocupadas com assuntos associados ao conceito Etnia. A subclasse 35 *Administration Publique. Gouvernement. Affaires militaires*, ocupa aproximadamente novecentas entradas, sendo duas entradas dedicadas ao tema em análise. A subclasse 36 *Assistance sociale. Prévoyance et aide sociales. Assurances*, ocupa cerca de seiscentas entradas, traduzindo-se este tema em duas delas. A subclasse 37 *Education. Enseignement. Formation. Loisirs*, apresenta cerca de seiscentas entradas, encontrando-se sete destas ocupadas com a matéria objecto de estudo. Por último, segue-se a subclasse 39 *Ethnologie. Ethnographie. Coutumes. Usages. Traditions. Art de vivre. Folklore*, com cento e trinta entradas; destas, cinquenta e nove representam o nosso objecto de estudo. O total de entradas nesta classe, sobre este assunto, é de cento e cinquenta e nove.

Como poderá observar-se no gráfico que se segue, no que respeita à distribuição das entradas das subclASSES consideradas, continua a predominar a subclasse 39, a subclasse 32 e a subclasse 31; com 45%; 19% e 6%, respectivamente.

Quando analisamos a frequência da representatividade dos assuntos relacionados com o conceito Etnia no conjunto de todas as divisões destas subclASSES, verificamos que essa frequência é de 4%, tal como observamos nas outras duas edições anteriores (cento e cinquenta e nove entradas num total de quatro mil e trezentas).



Classe 4 – Filologia e linguística

Esta classe nesta edição encontra-se vazia, porque o seu conteúdo passou para a classe 8.

Classe 5 - Ciências puras: Estrutura e conteúdo

A matéria relativa ao conceito Etnia e outros assuntos afins localizada na divisão 572 da subclasse 57, encontra-se estruturada conforme o que observamos na edição anterior, o mesmo acontecendo com os seus conteúdos.

Salientamos, todavia, que se assiste a alterações no que diz respeito à terminologia, como podemos verificar na tabela que se segue.

<i>57 Biologie. Sciences biologiques en général</i>
<i>572 Anthropologie. Ethnologie. L'origine de l'Homme</i>
<i>572.2 Diversité, hétérogénéité de l'espèce humaine. Races. Types physiques. Variétés</i>
<i>572.79 Anthropobiologie. Physiologie des races. Pathologie des races</i>
<i>572.795 Mélanges de races. Croisements de races humaines</i>
<i>572.9 Anthropologie spéciale. Ethnologie. Races particulières. Théorie des races</i>
[572.9(=...) Races et variétés humaines divisées par groupes ethniques]
<i>572.94 Formes europides. Race blanche. Race caucasóide</i>
<i>572.95 Formes mongoloídes. Race jaune. Race amérindienne</i>
<i>572.96 Formes négroídes. Race noire, nègre. Races mélanésienne et australóide</i>

Tabela 50. Classe 5 – Sciences pures

Nesta edição a subclasse *57 Biologie. Sciences biologiques en général* é constituída por cerca de quatrocentas entradas, sendo oito delas representativas da matéria em estudo.

O valor das percentagens das variáveis consideradas é igual ao que foi observado na edição anterior, pelo que nos subtraímos à elaboração do respectivo gráfico.

Classe 8 - Linguística. Filologia. Literatura: Estrutura e conteúdo

Nesta edição continuam as alterações já observadas na edição anterior, nomeadamente no que se refere à estrutura.

Observa-se o mesmo eixo estruturante verificado na edição anterior e manifesta-se na divisão desta classe em duas subclasses. Contudo, as notações que representam os respectivos assuntos, assim como o seu desenvolvimento são diferentes, por isso, passamos a descrevê-los.

Mantém-se a subclasse *80*, que se ocupa das Questões gerais relativas à Linguística, à Literatura e à Filologia.

Observa-se a introdução da subclasse *81*, que traduz os conceitos relativos à Linguística e às Línguas, ocupando a Literatura em geral a subclasse *82*. Na divisão *821* são registadas as literaturas relativas às línguas particulares.

A estrutura desta classe contempla abundantemente os Auxiliares especiais, nomeadamente o Apóstrofo, no que respeita à subclasse *81*, e o Hífen, -1/-9, na subclasse *82*, para traduzir os géneros literários.

Apresenta-se, de imediato, a respectiva tabela.

<i>811 Langues</i>
<i>811.1 Langues Indo-Européennes en général</i>
<i>811.21/22 Langues indo-Iraniennes</i>
<i>811.29 Langues mortes indo-européennes</i>
<i>811.41 Langues Afro-Asiatiques</i>
<i>811.42 Langues Nilo-sahariennes</i>
<i>811.51 Langues Ouralo-Altaïques</i>
<i>811.58 Langues Sino-Tibétaines</i>
<i>811.8 Langues des indiens d'Amérique</i>
<i>821 Littératures relatives à des langues particulières</i>

Tabela 51. Classe 8 - Langue. Linguistique. Philologie. Littérature

No que respeita à subclasse *80 Linguistique. Philologie. Langage. Langues* e à subclasse *82 Littérature en général*, elas perfazem um total de aproximadamente seiscentas entradas. Destas, cerca de quatrocentas e cinquenta constituem a subclasse *80* e cerca de cento e setenta constituem a subclasse *82*.

No que concerne à matéria objecto de estudo, ela é representada nas duas subclasses consideradas através dos seguintes números: duzentas e cinquenta dizem respeito às línguas que representam um património linguístico na sua maioria pouco divulgado e conhecido pela maioria da sociedade ocidental; quarenta e três traduzem o património linguístico desses mesmos povos.

Relativamente à distribuição das entradas destas duas variáveis, cumpre referir que as Línguas individualmente consideradas apresentam uma

percentagem de 15% e que a variável Línguas integradas numa só subclasse apresenta uma percentagem de 85%, sendo, por isso, a variável predominante.



No que respeita à subclasse 82 *Literatura*, tal como já foi referido em situações semelhantes ao longo do presente ponto, não elaboramos o gráfico, pelo facto de os elementos que se encontram registados de forma explícita nesta subclasse desta edição, não nos facultarem os elementos precisos e objectivos para a elaboração do mesmo. Situação análoga ocorre nos Auxiliares comuns de Raça e Nacionalidade²⁵⁴. Todavia, através dos elementos que nos são dados a observar, podemos inferir que o número de entradas relativamente à variável *Literatura* integradas numa só subclasse é superior à variável *Literatura* individualmente considerada. Apesar desta observação, assiste-se a um crescimento da variável *Literatura*, individualmente considerada relativamente à edição anterior.

²⁵⁴ Ver edições: 1934-1953; 1967-1973 e 1990 (1998).

2 Estudo comparativo da representação do conceito de Etnia nas classes e edições consideradas: em valores absolutos e relativos (percentagem)

Para um melhor entendimento do processo de evolução da representação do conceito Etnia na Classificação Decimal Universal passamos, de seguida, a apresentar um conjunto de gráficos, que dizem respeito a cada uma das variáveis consideradas neste estudo. Cada gráfico representa o percurso de cada uma das variáveis ao longo das respectivas edições. Essa leitura, de acordo com os gráficos apresentados, será feita em termos absolutos (número de entradas) e em termos percentuais (relativamente ao peso que cada variável assume dentro de cada subclasse).

A leitura dos gráficos será feita com base numa comparação, na qual serão referenciados os níveis de preponderância e os níveis menos expressivos de cada uma das variáveis entre si e entre os seus pares, ao longo das edições consideradas. Sempre que for possível, será também referenciado o comportamento das variáveis relativamente aos seguintes parâmetros: estabilidade, recessão e evolução.

Estes procedimentos têm como objectivo observar o seu comportamento ao longo de um período aproximado de Cem anos. Esta metodologia será aplicada a todos os gráficos que se seguem.

2.1 Descrição do comportamento das variáveis

Neste ponto iremos registar o comportamento das variáveis ao longo das edições consideradas.

2.1.1 Auxiliares de língua

Relativamente ao gráfico que se apresenta, revela valores no que respeita ao segmento Línguas individualmente consideradas que, ao longo das

edições, oscilam entre quarenta e quatro entradas registadas na edição de 1967-1973 e as cem entradas na edição de 1934-1953. O segmento Línguas integradas numa só classe apresenta uma oscilação entre as duzentas entradas verificadas na edição de 1990-1993(1998) e as trezentas registadas nas edições de: 1905 e 1934-1953.

De acordo com estes dados, verificamos que a variável Línguas integradas numa só subclasse é preponderante em relação à outra variável.

Relativamente ao comportamento das variáveis consideradas, ele pauta-se, no geral, pela oscilação com percurso regressivo da variável preponderante, Línguas integradas numa só classe, que regista trezentas entradas na primeira edição e duzentas na última edição.

Esta variável apresenta uma oscilação relativamente ao número de entradas que se verifica ao longo das edições. Assim, apresenta o pico de entradas nas edições de 1905 e 1927-1933, (trezentas), observando-se o nível mais baixo de entradas na edição de 1967-1973, (setenta), voltando a recuperar na edição de 1990-1993(1998) na qual regista duzentas entradas.

Relativamente à variável Línguas individualmente consideradas, apesar de não se assumir como a variável preponderante, é aquela que se inscreve num quadro de evolução, apesar de apresentar picos de contracção, como acontece na 2ª edição com setenta entradas, quando comparada com as noventa entradas registadas na 1ª edição, ou se compararmos as quarenta e quatro entradas registadas na edição de 1967-1973, com as cem registadas na edição de 1934-1953. Todavia, apresenta uma retoma de trinta e três entradas na edição de 1990-1993(1998), registando setenta e sete entradas, como podemos observar no gráfico. Este valor torna-se mais significativo se tivermos em conta que as duas últimas edições são médias desenvolvidas.

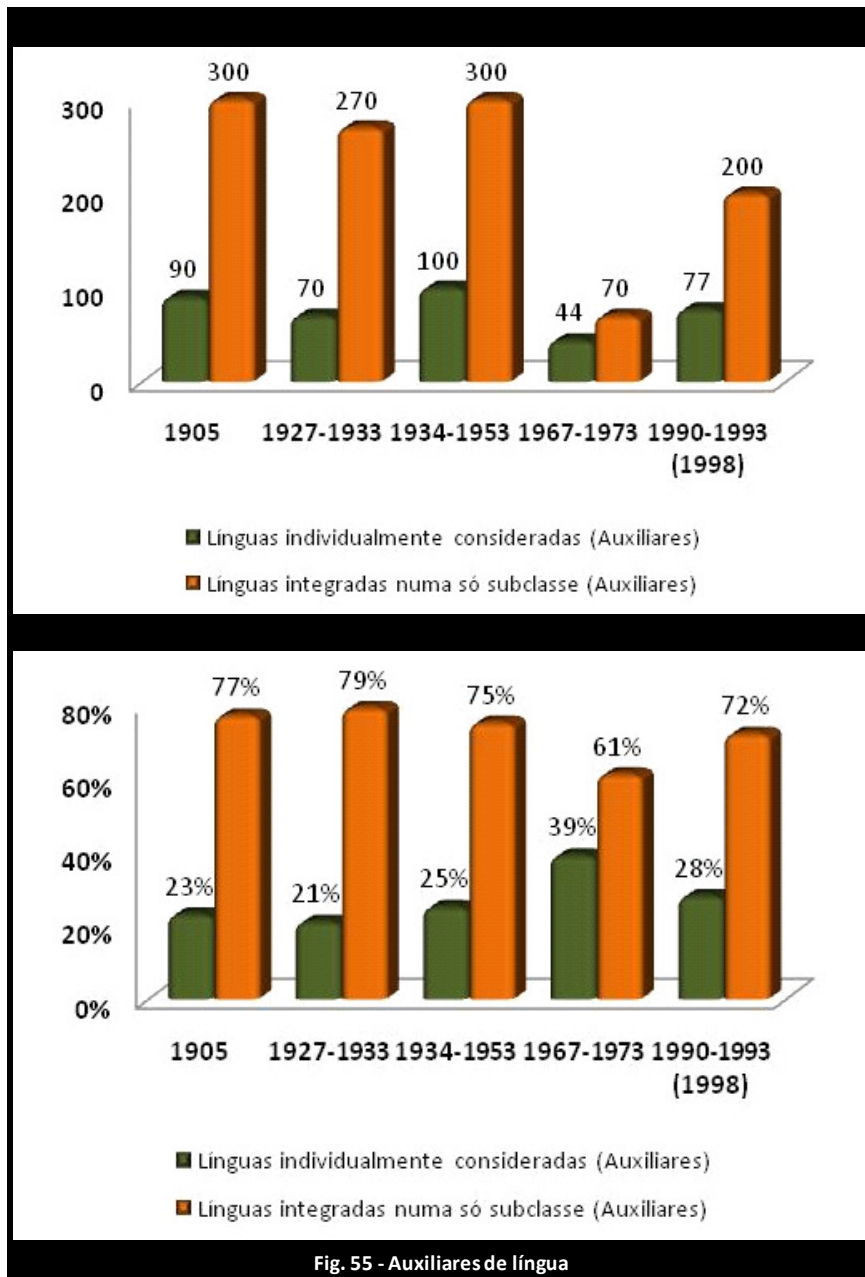


Fig. 55 - Auxiliares de língua

Relativamente ao gráfico que se apresenta (Fig. 55), este revela valores referentes ao segmento Línguas individualmente consideradas, que oscilam ao longo das edições entre os 21% (1927-1933) e os 39% (1967). O segmento Línguas integrado numa só subclasse apresenta uma oscilação entre os 61% (1967) e 79% (1927-1933). De acordo com estes dados, verificamos que a

variável Línguas integradas numa só subclasse é preponderante em relação à outra variável.

No que respeita ao comportamento das variáveis consideradas, ele pauta-se, no geral, pela recessão da variável preponderante, Línguas integradas numa só classe, que regista 77% na primeira edição e 72% na última. No percurso considerado, esta variável perde 5 pontos percentuais.

Todavia, será de referir que a oscilação verificada por esta variável apresenta níveis manifestamente irregulares, apresentando-se o pico 79% na segunda edição. A partir desta edição começa a verificar-se uma recessão, assumindo esta o valor mais baixo (61%) na edição de 1967-1973.

Relativamente à variável Línguas individualmente consideradas, apesar de não se assumir como a variável preponderante é, todavia, aquela que se inscreve, num quadro de evolução, embora discreta, apesar de apresentar picos de contracção como acontece na 2ª edição. Apresenta uma percentagem de 23% na primeira edição e 28% na última apresentando ao longo do seu percurso um ganho de 5 pontos percentuais. Assume o seu pico percentual, 39%, na edição de 1967.

2.1.2 Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade

Em relação ao gráfico que se segue podemos observar no que respeita às variáveis Povos de cultura ocidental e Outros povos, nos anos em que nos foi possível determinar os valores e, com base nos quais elaboramos o respectivo gráfico, esta variável mantém o mesmo valor, cinco entradas. O mesmo acontece à variável Povos de cultura ocidental que apresenta três entradas, nas duas edições consideradas.

Relativamente a estas variáveis elas pautam-se pela estabilidade, quer no que respeita à variável preponderante Outros povos, quer no que respeita à variável Povos de cultura ocidental.

Apesar da hegemonia pertencer à variável Outros povos, a amplitude relativa ao número de entradas observadas entre as duas variáveis apresenta-se pouco expressiva, manifestando-se em duas entradas.

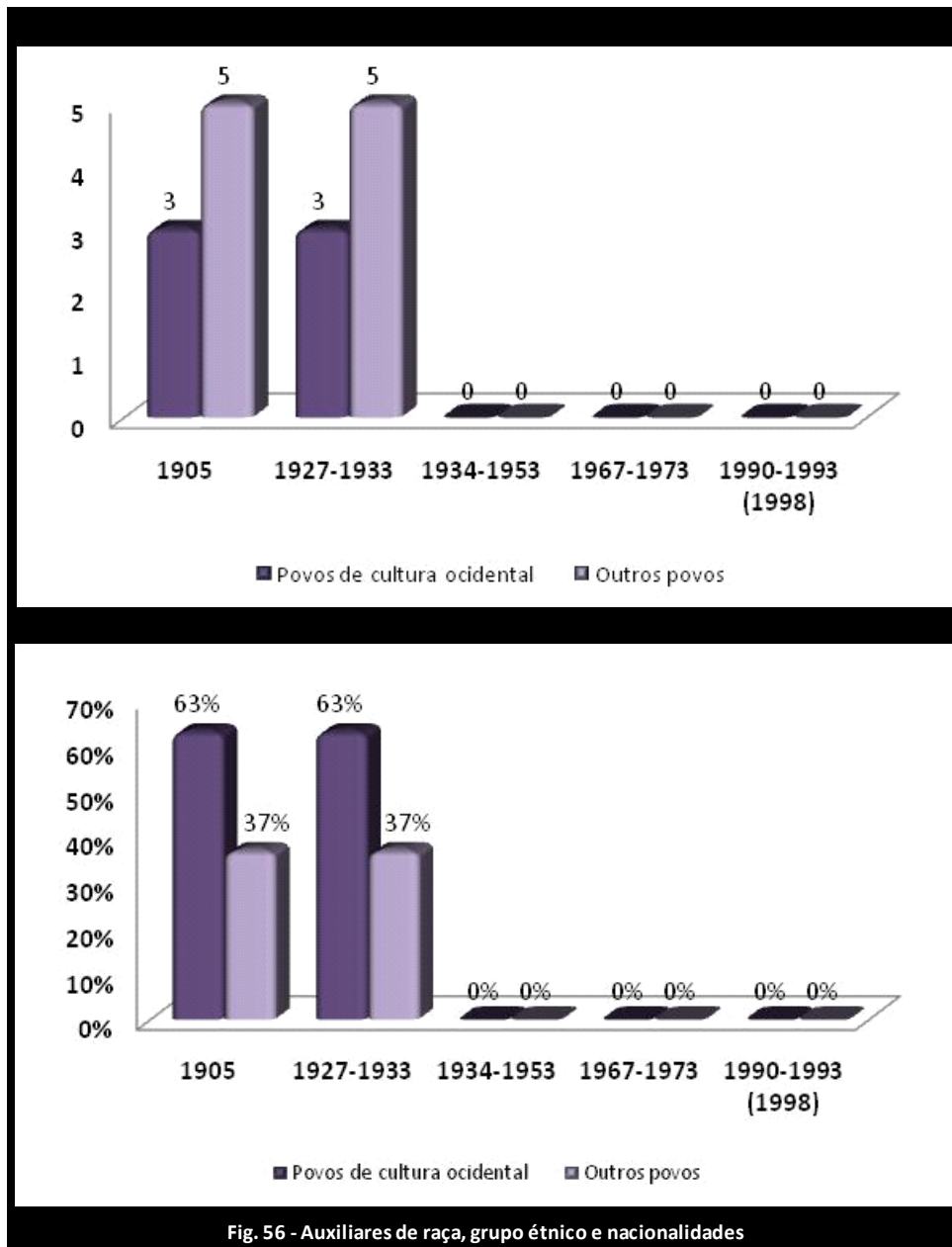


Fig. 56 - Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidades

Em relação ao gráfico que se segue (Fig. 56) podemos observar no que respeita às variáveis Povos de cultura ocidental e Outros povos, que estas, tal como aconteceu com o gráfico anterior (Fig. 55), mantêm os mesmos valores. Os Povos de cultura ocidental apresentam 63% (1905; 1927-1933) e a variável Outras culturas apresenta um valor de 7% (1905; 1927-1933). Os

valores percentuais entre as duas variáveis registam uma amplitude extremamente significativa, (56%), pertencendo a hegemonia à variável Outros povos, tal como acontece quando a consideramos em valores absolutos.

Avaliados os dados, podemos afirmar que estas variáveis se pautam pela estabilidade percentual, quer no que respeita à variável preponderante, Outros povos, que apresenta 63% na primeira e na segunda edições, quer no que respeita à variável Povos de cultura ocidental, que apresenta uma percentagem de 7% em cada uma das edições mencionadas.

2.1.3 Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais

Como já foi referido aquando da elaboração dos outros gráficos relativos a estas variáveis, apenas são considerados os dados das edições de 1967 e 1990-1993(1998), pelo facto de esta variável apenas ser integrada neste sistema a partir de 1967.

Apesar de se verificar uma significativa diferença de entradas relativamente à variável Auxiliares de pessoa segundo a nacionalidade, três e dezassete entradas (1967; 1990-1993(1998) respectivamente, é a variável Outros auxiliares de pessoa que é a preponderante, apresentando cento e cinco e duzentas e setenta entradas nas edições de 1967; 1990-1993(1998), respectivamente.

Os dois segmentos: Auxiliares de pessoa segundo a nacionalidade e Outros Auxiliares de pessoa, apresentam um aumento que se manifesta em mais do dobro das entradas, se compararmos os mesmos nas edições consideradas, apresentando as duas uma significativa evolução.

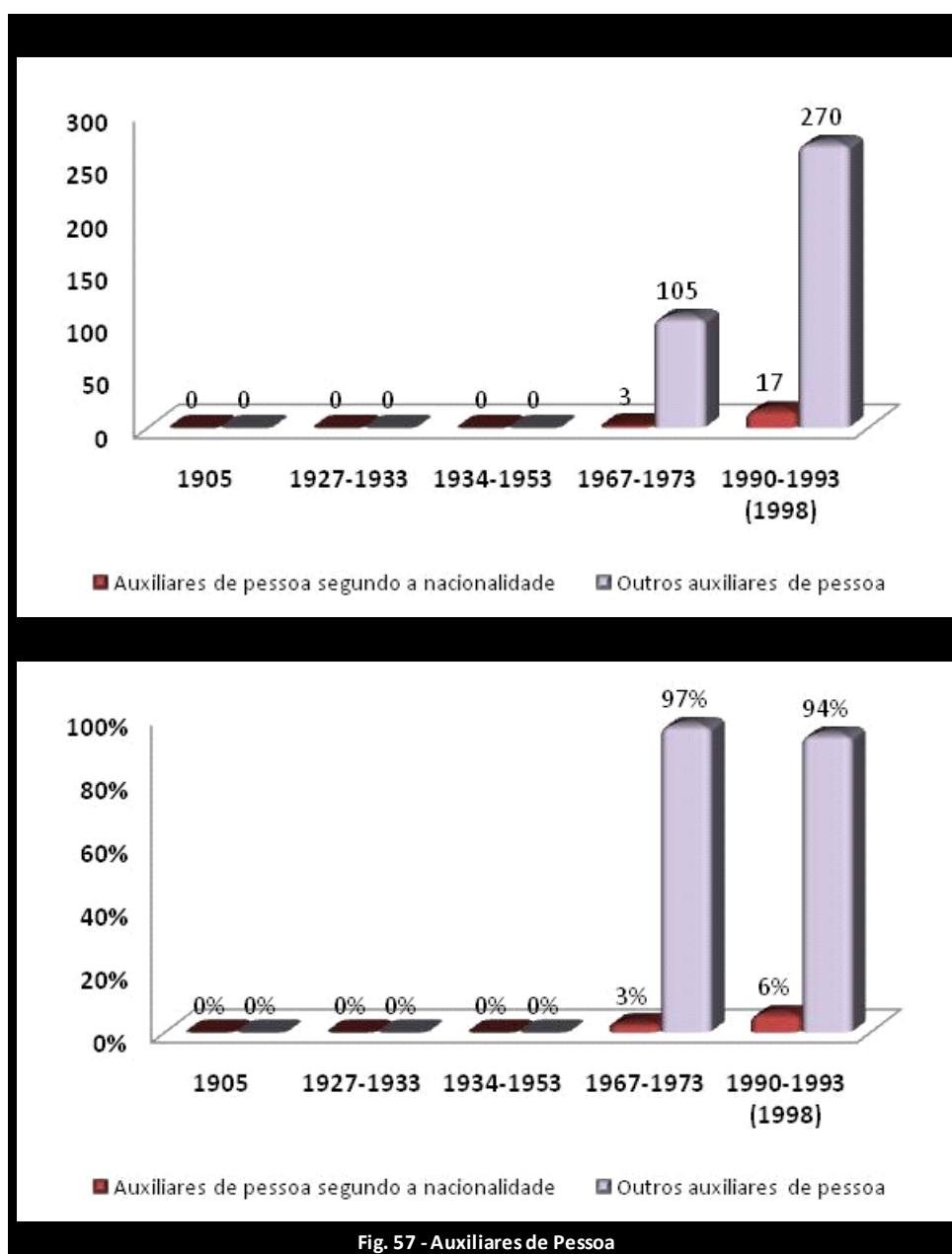


Fig. 57 - Auxiliares de Pessoa

Este gráfico (Fig. 57), apesar de projectar valores percentuais, é muito idêntico ao anterior. Assim, verifica-se uma significativa diferença percentual relativamente às duas variáveis consideradas: 94% (1967-1973) e 88% 1990-1993(1998). Apesar de ser a variável Outros auxiliares de pessoa que se assume como preponderante, é o segmento Auxiliares de pessoa segundo

a nacionalidade que mais cresce em termos percentuais ao longo do período considerado, 3 pontos percentuais, traduzindo-se no dobro da percentagem, quando comparamos as duas edições. Deste modo, a variável Outros auxiliares de pessoa entra em regressão, tal como pode verificar-se no gráfico anterior (Fig. 56).

2.1.4 Religião

Os resultados expressos neste gráfico permitem-nos fazer a seguinte leitura: a amplitude entre as duas variáveis ao longo do período considerado é absolutamente clara e significativa. O Cristianismo é a variável preponderante, oscilando entre as mil e duzentas entradas nas edições de 1927-1933 e 1934-1953 e as quinhentas e quinhentas e quarenta entradas nas edições de 1967-1973 e 1990-1993(1998), respectivamente.

Neste gráfico também podemos verificar que, além de a variável Outras religiões assumir um valor menos expressivo, quando comparada com a variável Cristianismo, ela cresceu dezoito entradas ao longo do período considerado.

No que concerne às variáveis consideradas observamos que a variável preponderante Cristianismo entra em recessão a partir da edição alemã. É nesta edição, a par da edição de 1927-1933, que esta variável atinge o seu pico de crescimento de mil e duzentas entradas.

A variável Outras religiões, não sendo a variável preponderante, é aquela que regista uma evolução mais uniforme ao longo das edições consideradas, situando-se entre as cento e doze entradas (1905) e as cento e trinta na última edição considerada.

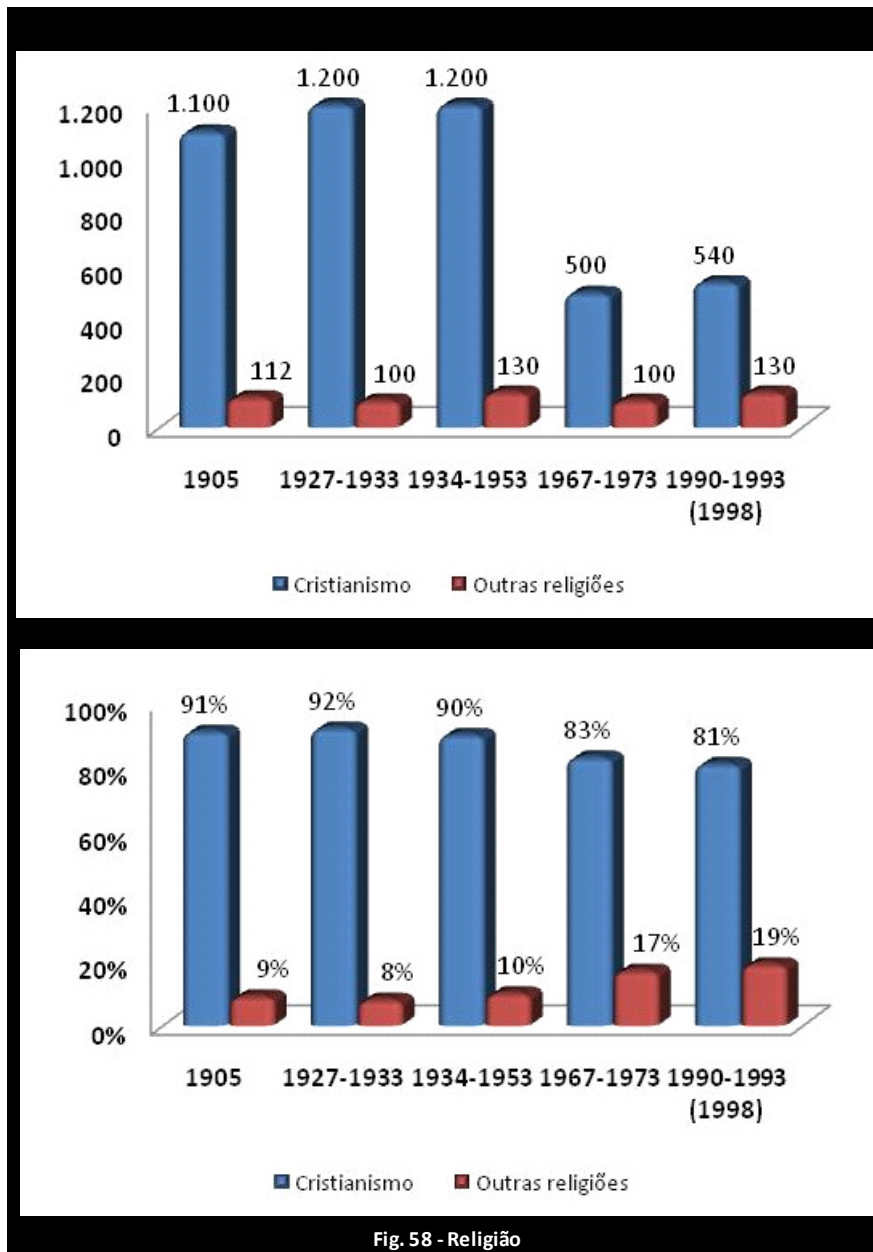


Fig. 58 - Religião

Os resultados expressos neste gráfico (Fig. 58) traduzem os mesmos resultados que foram observados no gráfico anterior, neste em termos percentuais, naturalmente. O Cristianismo é a variável preponderante, oscilando entre os 92% (1927-1933) e os 81% registados em 1990-1993(1998).

Da leitura deste gráfico também podemos verificar que, além de a variável Outras religiões apresentar um valor pouco significativo, tendo em conta a variável Cristianismo, ela cresceu de 9% para 19% ao longo do período considerado, ganhando neste período 10 pontos percentuais sendo, desta forma, aquela que mais cresce a partir da edição de 1927-1933.

Deste modo, a variável preponderante Cristianismo entra em recessão a partir desta edição (1927-1933), sendo nesta mesma edição que esta variável atinge o seu pico de crescimento, 92%, situação, que de resto, se pode observar também no gráfico relativo aos valores absolutos.

Na primeira edição (1905) ela regista 91% e na última edição (1990-1993(1998) regista 81%, perdendo ao longo deste período 10% para a variável Outras religiões. Esta variável (Outras religiões) regista na edição de 1905, 9% das entradas e, na edição de 1990-1993(1998) regista 19%. Deste modo, e tal como já tínhamos observado no gráfico anterior, é das duas variáveis consideradas aquela que apresenta um crescimento mais consistente.

2.1.5 Ciências sociais

Para um melhor entendimento do seu comportamento passamos, de seguida, à apresentação dos resultados de cada uma das variáveis que compõem esta classe nas edições consideradas.

Generalidades: no que respeita a esta variável observamos que o seu valor não ultrapassa uma entrada em todas as edições.

Estatística: relativamente a esta variável, ela apresenta, de uma forma geral, flutuações entre as cinco entradas na edição de 1905 e as vinte e duas entradas na edição de 1990-1993(1998).

Devido ao facto da passagem da edição desenvolvida de 1934-1953 para a edição média desenvolvida de 1967-1973, observa-se um decréscimo de quinze entradas assistindo-se, contudo, a uma recuperação de dezoito entradas logo na edição seguinte (1990-1993(1998)).

Política: nesta variável, à semelhança do que foi observado na variável anterior, verificam-se também algumas oscilações, embora pouco significativas; é de assinalar uma ligeira subida da 1ª edição (1905) para a de 1927-1933 (doze entradas) e desta para a edição de 1934-1953 (dez entradas).

Economia: esta variável não apresenta qualquer número de entradas, devido ao facto desta subclasse não fazer referência ao tema em estudo.

Direito: Esta variável apresenta flutuações significativas que oscilam entre as edições de 1905, vinte e três entradas e, trinta e nove entradas na edição de 1934-1953.

De acordo com o número de entradas projectadas no gráfico, podemos verificar uma evolução até à edição de 1934-1953. A partir desta edição assiste-se a um decréscimo das entradas. Todavia, não podemos considerar este facto significativo, dada a circunstância de as edições que se lhes seguem serem médias desenvolvidas.

Administração Pública: esta variável apresenta valores quase inexpressivos relativamente às outras variáveis, que se manifestam em duas entradas em todas as edições, exceptuando-se a edição alemã, que apresenta três entradas.

Assistência Social: esta variável apresenta valores muito idênticos à variável anterior, que se traduzem nos seguintes números: dois, quatro e dois, que correspondem à edições de 1927-1933, 1934-1953 e 1990-1993(1998), respectivamente, e zero entradas nas edições de 1905 e 1967-1973.

Ensino: como se pode observar no gráfico, esta variável manifesta uma diminuição, que se traduz na redução de três entradas entre as edições de 1905 e a de 1990-1993(1998).

Comércio: nesta variável verifica-se a mesma situação que foi observada na variável Economia.

Costumes: esta variável apresenta um aumento da primeira (1905) para a segunda edição (1927-1933), que se manifesta em quarenta entradas. A edição de 1934-1953 é aquela que apresenta um maior desenvolvimento desta matéria, apresentando cento e oito entradas. Entre a edição de 1967-

1973 e a de 1990(1993) assistimos à eliminação de uma entrada. Por isso, podemos referir que esta variável apresenta dois tipos de comportamentos: um entre a primeira e a segunda edição, que se traduz numa inflação; outro, que se situa entre a segunda edição e a última e que se expressa numa pequena depressão.

Descrição dos resultados das variáveis relativamente a cada edição

No que respeita à edição da Classificação Decimal Universal de 1905, observamos que as variáveis que se assumem como preponderantes são as seguintes: os Costumes, com quarenta e três entradas, o Direito com vinte e três e a Política com dezassete entradas. Seguem-se outras duas variáveis que, no conjunto, assumem valores substancialmente inferiores quando comparados com as variáveis predominantes; são elas: o Ensino, com dez entradas e a Estatística, com cinco entradas.

Relativamente à edição de 1927-1933, verificamos que as variáveis que se apresentaram preponderantes na edição anterior continuam a sê-lo nesta. Assinalamos um acréscimo relativamente à variável Costumes que passa, nesta edição, a registar oitenta e três entradas; segue-se a variável Direito, que apresenta trinta e nove entradas.

No que concerne às variáveis Ensino e Estatística, continuam a ser aquelas que mais se aproximam das edições preponderantes: nesta edição registam sete entradas. A Estatística e o Ensino conservam o mesmo número de entradas que tinham na edição anterior, dez entradas.

Na edição alemã de 1934-1953 continua a observar-se a preponderância das três variáveis anteriores.

As variáveis Costumes e Política apresentam uma subida significativa relativamente à edição de 1927-1933, que se traduz em cento e oito e trinta e nove entradas, respectivamente.

No que concerne às variáveis Estatística e Ensino, elas apresentam também uma subida nesta edição. A Estatística apresenta dezanove entradas e o Ensino regista doze.

No que respeita à edição de 1967-1973, continuamos a verificar a mesma situação que foi observada nas edições anteriores. Apesar de algumas alterações no número de entradas causadas em parte, como já referimos, pelo facto de esta edição ser média desenvolvida, o que diminui significativamente o seu número, as variáveis Costumes, Direito e Política continuam a consolidar a sua posição, assumindo-se, portanto, como variáveis preponderantes.

A variável Costumes apresenta cinquenta e nove entradas. Quanto à variável Direito, apresenta vinte e nove entradas.

A variável Política, apesar de diminuir o número de entradas, apresenta nesta edição vinte e seis entradas, não se afastando muito dos valores que apresenta na edição anterior (1934-1953), apesar de esta ser desenvolvida.

No que respeita às variáveis Estatística e Ensino, continuam a ser aquelas que mais se aproximam das variáveis preponderantes. Em relação à variável Estatística apresenta quatro entradas.

Relativamente à variável Ensino, tal como aconteceu com a variável anterior, assistimos também a uma descida; nesta edição apresenta seis entradas.

Relativamente à edição de 1990-1993(1998), a preponderância continua a pertencer às variáveis Costumes, Política e Direito.

Assim, nesta edição a variável Costumes apresenta cinquenta e oito entradas, o Direito trinta e a Política vinte e sete.

No que respeita às variáveis Estatística e Ensino, elas apresentam o seguinte comportamento: a variável Estatística apresenta uma subida acentuada relativamente às outras edições; como podemos verificar no gráfico, nesta edição apresenta vinte e duas entradas. No que respeita à variável Ensino, regista sete entradas, mais uma do que a edição anterior.

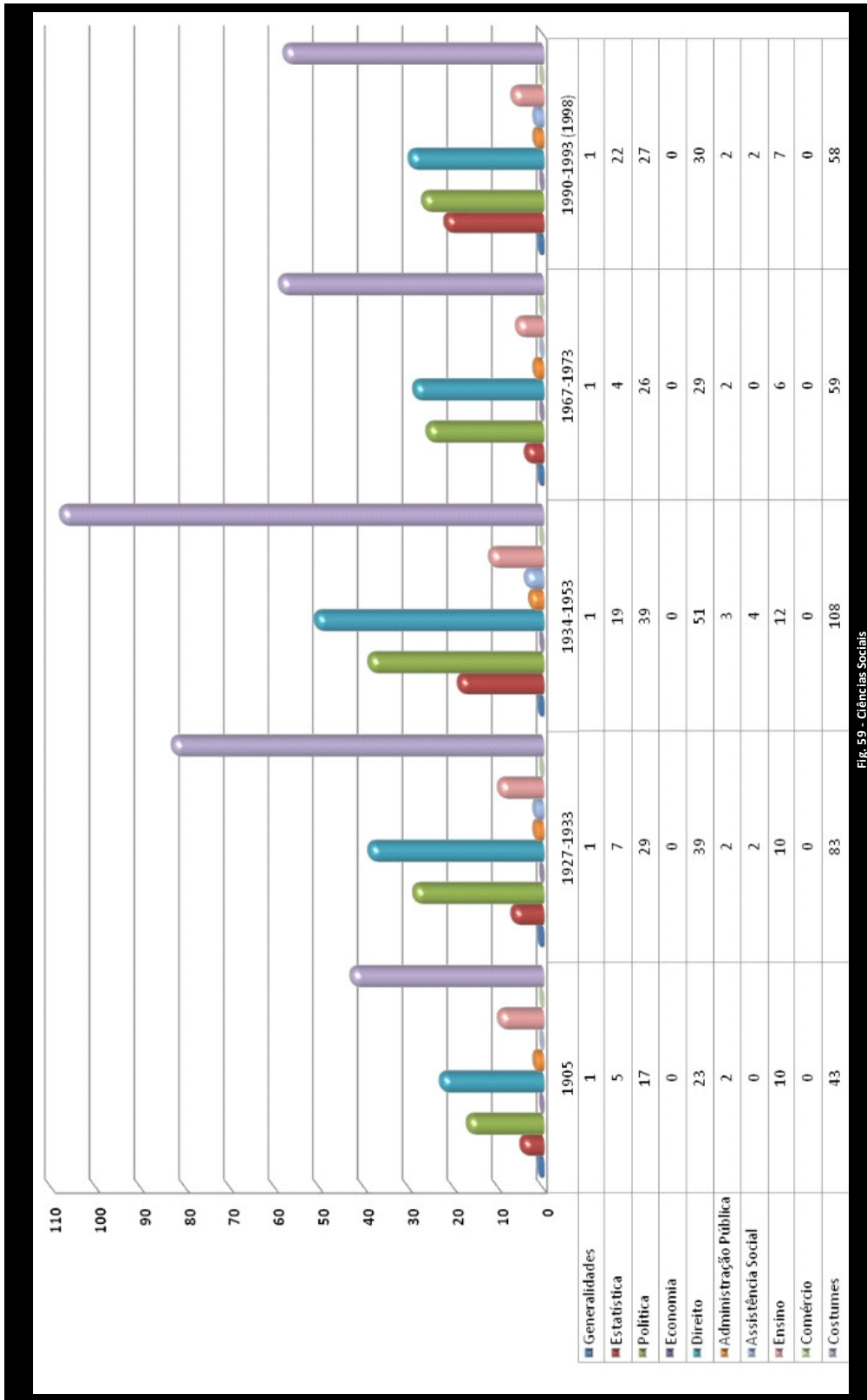


Fig. 59 - Ciências Sociais

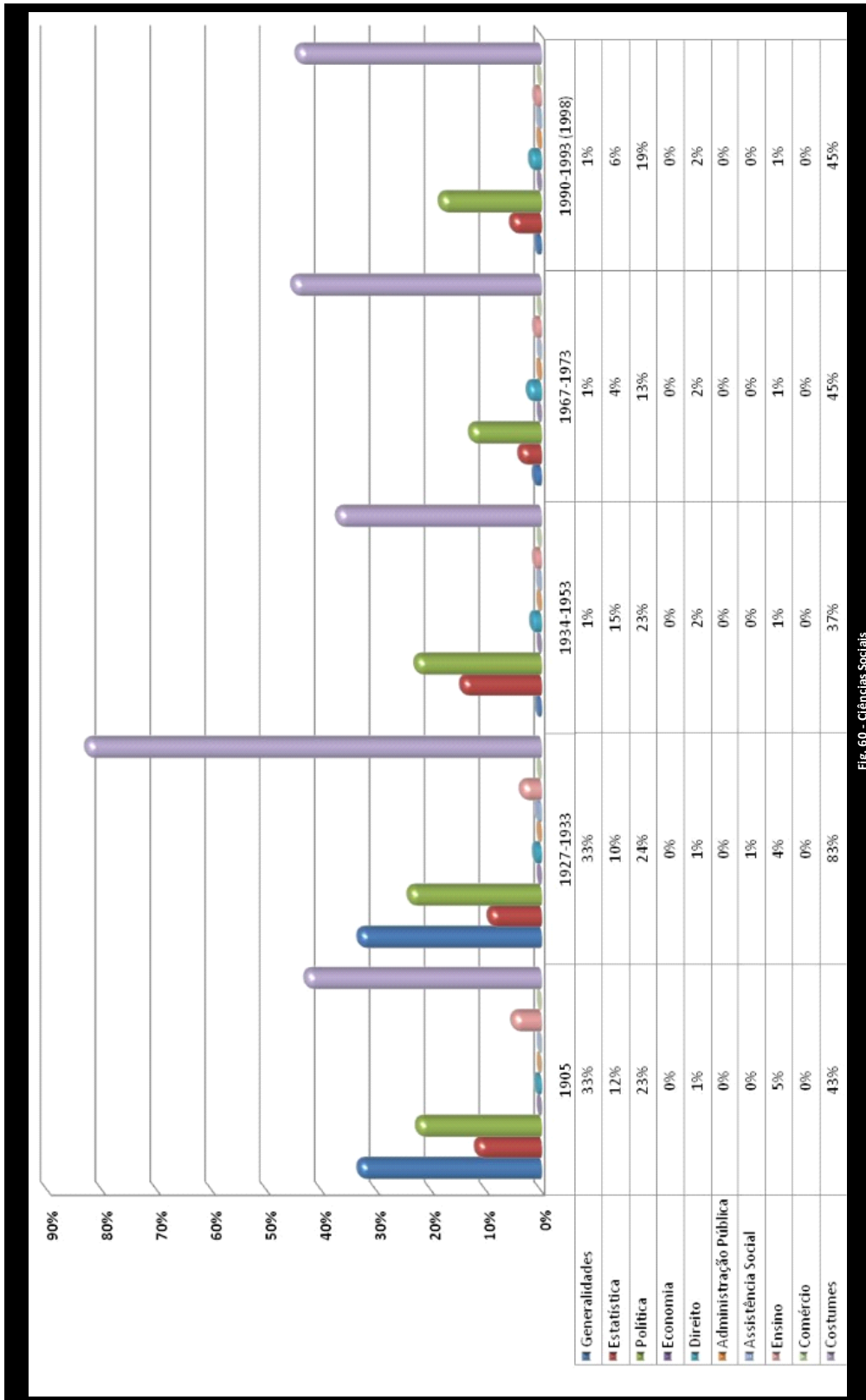


Fig. 60 - Ciências Sociais

Os resultados que o gráfico (Fig. 60) traduz são o reflexo da representação percentual de todas as subclasses da classe 3 Ciências Sociais, com especial incidência para aquelas que expressam o nosso objecto de estudo.

Usando o mesmo critério aplicado na leitura do gráfico anterior (Fig. 59), passamos a descrever os resultados de cada uma das variáveis, das respectivas subclasses, agora em valores percentuais.

Generalidades: esta variável caracteriza-se ao longo das edições consideradas por dois resultados distintos: nas duas primeiras edições apresenta 33% de percentagem e nas outras três edições consideradas 1%. Ao longo deste período perde 32% de representatividade entre as edições de (1905; 1927-1933) e as de (1934-1953/1990-1993(1998).

Estatística: relativamente a esta variável, ela apresenta valores que se situam entre os 12% na edição de 1905 e os 6% na edição de 1990-1993(1998). Perde neste espaço de tempo 6 pontos percentuais para as outras variáveis consideradas. O valor percentual com maior expressividade é registado na edição de 1934-1953, 15%. De uma forma geral, esta variável apresenta flutuações pouco acentuadas, exceptuando a registada entre a edição de 1934-1953 e a edição de 1967-1973, (11%).

Política: no que respeita à Política observa-se, em traços gerais, a mesma situação que se verifica na variável anterior. Esta regista o maior valor percentual na edição de 1927-1933 (24%) e o menor na edição de 1967-1973 (13%). As oscilações entre os valores das edições consideradas verificam-se sobretudo entre a edição de 1934-1953 e a de 1967-1973.

Economia: tal como foi referido na descrição do gráfico anterior, esta variável não apresenta qualquer valor relativamente ao objecto de estudo.

Direito: no que respeita a esta variável, importa referir que os seus valores percentuais oscilam entre 1% nas duas primeiras edições e 2% nas três últimas edições.

Administração pública: esta variável, devido à sua frequência quase nula, apresenta 0% em todas as edições que foram consideradas.

Assistência Social: esta variável apresenta os mesmos valores que foram observados na variável Administração pública, 0%, exceptuando-se na edição de 1927-1933, na qual regista um inexpressivo 1%.

Ensino: no que concerne a esta variável, ela apresenta o seu valor mais expressivo na primeira edição (1905) 5%, registando 1% a partir da edição de 1934-1953 até à última edição. Deste modo, traduz uma perda de 4% para as outras variáveis que foram consideradas.

Comércio: pelas razões que foram invocadas para a Economia, esta variável apresenta um valor de 0%.

Costumes: no que respeita a esta variável, ela é a que apresenta uma percentagem mais expressiva ao longo das edições consideradas, atingindo o seu pico na edição de 1927-1933, (83%) e o valor menos expressivo relativamente às outras edições na de 1934-1953 (37%).

Como podemos verificar no gráfico em questão é uma das variáveis que apresenta oscilações mais acentuadas ao longo das edições. Estas oscilações traduzem-se em ciclos de regressão e ciclos de crescimento, como iremos observar no ponto que segue.

Descrição dos resultados das variáveis relativamente a cada edição

Relativamente à Classificação Decimal Universal de 1905, observamos que as variáveis que se assumem como preponderantes são as seguintes: os Costumes com 43%, as Generalidades com 33% e a Política com 23%. A variável que mais se aproxima destas é a Estatística com 12%. Como podemos verificar no gráfico considerado todas as outras variáveis se situam abaixo deste valor.

No que concerne à edição de 1927-1933, relativamente ao factor preponderância, assistimos à mesma situação verificada na edição anterior. Assinalamos, contudo, um crescimento extremamente significativo da variável Costumes que regista 83%. Segue-se a variável Generalidades com 33% e a variável Política com 24%. Tal como se verificou na edição anterior, a variável que se apresenta mais próxima destas três é a variável Estatística com 10%.

Na edição alemã de 1934-1953 observam-se alterações significativas no que respeita ao factor preponderância relativamente às duas edições anteriores.

Nesta edição (1934-1953) as variáveis Costumes e Política continuam a ser as variáveis preponderantes registando 37% e 23%, respectivamente. A alteração mais significativa verifica-se na variável Generalidades que, a partir desta edição, irá sempre registar um inexpressivo 1%. A variável que se encontra mais próxima destas três é o Direito com 2%.

No que respeita à edição de 1967-1973, a variável Costumes continua a liderar as percentagens nesta edição registando 45%. Segue-se a Política com 13% e a Estatística com 4%. A variável Direito continua a ser a variável que mais se aproxima das variáveis preponderantes.

Relativamente à edição de 1990-1993(1998), a preponderância continua a pertencer às variáveis Costumes, com os mesmos 45% que foram registados na edição anterior. Seguem-se a Política e a Estatística com 19% e 6%, respectivamente. Tal como temos verificado ao longo das outras edições, a variável Direito é aquela que se lhes aproxima, com 2%.

Descrição do comportamento geral das variáveis da classe 3: termos absolutos e termos percentuais

No que respeita às subclasses da classe 3, que nesta situação se constituem como variáveis partindo dos parâmetros estabilidade, recessão e crescimento, podemos registar o seguinte comportamento em número de entradas:

De uma forma geral todas as variáveis apresentam oscilações, que se traduzem, umas vezes em recessão, outras vezes em evolução. Este comportamento de recessão ou de evolução verifica-se de uma forma moderada, não apresentando, no geral, de uma edição para a outra saltos significativos. Cumpre ainda referir que, em alguns casos, se observa uma linha de estabilidade.

Relativamente à estabilidade, temos a registar, quanto às variáveis, o seguinte: Generalidades que assume sempre o mesmo valor ao longo das edições consideradas (uma entrada), a variável Administração Pública que apenas apresenta uma oscilação de uma entrada. Registamos ainda neste item a Assistência social, cuja oscilação registada ao longo das cinco edições da Classificação Decimal Universal se situa entre as duas entradas, se compararmos todas as edições. Esta circunstância concorreu para que a tenhamos integrado neste parâmetro.

No que respeita ao parâmetro da recessão salientamos a variável Ensino. Esta variável apresenta na 1ª edição dez entradas subindo para doze na edição de 1934-1953, e entra em recessão a partir da edição de 1967-1973, apresentando metade das entradas verificadas na edição anterior (seis entradas).

Relativamente ao conjunto das variáveis que se integram num quadro de evolução, temos a considerar os Costumes, a Estatística, a Política e o Direito.

A variável Costumes, no conjunto das outras variáveis, é a preponderante em todas as edições. Na edição de 1905 regista quarenta e três entradas evoluindo para as cento e oito na edição de 1934-1953. Entra em recessão a partir desta edição, facto que não é expressivo, se tivermos em linha de conta que a edição de 1967-1973 é uma edição média desenvolvida. Além disso, se compararmos o número de entradas da edição de 1905 (quarenta e três) com o número de entradas das duas edições médias consideradas, (cinquenta e nove (1967-1973) e cinquenta e oito (1990-1993(1998)), estes são superiores ao número daqueles que esta variável apresenta na 1ª edição. Por esta razão, integramos os Costumes no conjunto das variáveis que apresentam uma evolução.

A variável Direito apresenta o mesmo comportamento que é registado na variável Costumes. Na primeira edição (1905) regista vinte e três entradas, sendo por isso uma das variáveis preponderantes, posição que vai reforçar nas edições seguintes, apresentando trinta e nove entradas na edição de 1927-1933 e cinquenta e uma na edição alemã de 1934-1953,

constituindo-se, desta forma, nestas duas edições como a segunda variável preponderante.

A partir da edição de 1967-1973 entra em recessão pelos mesmos motivos que invocamos para explicar a recessão da variável anterior. Todavia, esta variável não só apresenta mais uma entrada na edição de 1990-1993(1998), quando comparada com a edição anterior, passando de vinte e nove entradas para trinta, como também, e à semelhança do que observamos na variável Costumes, o número que apresenta na última edição (trinta entradas) é superior ao apresentado na edição de 1905 (vinte e três entradas).

Relativamente à evolução salientamos a Estatística e a Política como as duas variáveis que apresentam um crescimento significativo em relação às outras variáveis. Tal como se observa nos parâmetros anteriores, apesar de se verificarem oscilações, a evolução faz-se sem grandes sobressaltos.

Assim, a Estatística, apesar de não ser uma variável preponderante, é a variável que apresenta um crescimento mais significativo, se tivermos em conta o número de entradas registado na primeira edição (cinco) e o número registado na última edição (vinte e duas). Ao longo deste período esta variável apresenta um crescimento de dezassete entradas.

Assinalamos o maior pico de crescimento entre a edição de 1967-1973 (quatro entradas) e a de 1990-1993(1998) (vinte e duas entradas), apresentando esta variável um aumento de dezoito entradas.

A Política é do conjunto das variáveis preponderantes aquela que regista uma evolução mais estável ao longo das edições consideradas. Esta variável regista dezassete entradas na primeira edição e vinte e sete na última, o que perfaz um crescimento de dez entradas. Entre a edição de 1927-1933 e a edição de 1934-1953 também se observa um crescimento de dez entradas, mantendo-se, assim, de uma forma geral, uma estabilidade. A partir da edição de 1934-1953 esta variável entra em recessão, pelos motivos já mencionados nas variáveis anteriores. Todavia, termina numa posição confortavelmente positiva relativamente ao número de entradas, se compararmos a edição de 1990-1993(1998) (vinte e sete entradas) com a edição de 1905 (dezassete entradas).

Tal como procedemos no ponto relativo à leitura dos resultados apresentados em valores absolutos, passamos, de seguida, a descrever o comportamento geral das variáveis da classe 3, partindo dos valores percentuais.

À semelhança do verificado no gráfico relativo ao número de entradas (Fig. 59), de uma forma geral todas as variáveis apresentam oscilações que se traduzem, umas vezes em recessão, outras em evolução. Este comportamento verifica-se de uma forma paulatina, não apresentando, de uma edição para a outra, no geral, saltos significativos, observando-se em alguns casos uma linha de estabilidade.

Relativamente à estabilidade, temos a registar as seguintes variáveis: Generalidades nas duas primeiras edições assume uma percentagem de 33% e nas três últimas uma de 1%. Apresentando o mesmo percurso de estabilidade, segue-se a Assistência social que, à excepção da edição de 1927-1933 na qual regista 1%, nas outras edições regista 0%. Por último, de acordo com este parâmetro, registamos o Direito que assume 1% nas duas primeiras edições e 2% nas três últimas.

No que respeita ao parâmetro da recessão, ao contrário do observado no gráfico relativo ao número de entradas, as variáveis que entram em recessão são: a Estatística, a Política e o Ensino, sendo que esta última também já se encontrava em recessão no gráfico relativo à Fig. 59.

A Estatística perde metade dos pontos percentuais (6%) entre a edição de 1905 (12%) e a edição de 1990-1993(1998), 6%. A Política entre as duas edições consideradas perde 4% registando, deste modo, 23% na primeira edição e 19% na última. Nesta linha de recessão converge também o Ensino; esta variável regista 5% na edição de 1905 e 1% de 1990-1993(1998) perdendo, deste modo, 4% no percurso considerado. A partir da edição de 1934-1953 entra numa linha de estabilidade, registando ao longo das três últimas edições 1%.

No que respeita à evolução percentual, a única que se inscreve neste quadro é a variável Costumes, com uns tímidos 2% entre a edição de 1905 (43%) e a de 1990-1993(1998) (45%).

Importa referir que os valores apresentados relativamente a todas as variáveis consideradas são produto de oscilações, que em todos os casos se traduzem em regressão e crescimento, como podemos verificar através dos valores projectados nos respectivos gráficos.

2.1.6 Língua

O gráfico que representa os valores absolutos em termos de entradas, expressa uma manifesta preponderância da variável Línguas integradas numa só subclasse, quando a comparamos com a variável Línguas individualmente consideradas.

A variável Línguas integradas numa só subclasse apresenta uma oscilação entre as seiscentas e sessenta entradas registadas na edição de 1934-1953 e as duzentas e cinquenta registadas na edição de 1990-1993(1998). A variável Línguas individualmente consideradas apresenta valores que flutuam entre as oito entradas (edição de 1905) e as setenta e duas (edição de 1967-1973).

Relativamente ao comportamento das variáveis consideradas, apresentamos as seguintes observações: as duas apresentam significativas oscilações, que se caracterizam pela descida e pela subida bruscas de cada uma delas. A variável preponderante, Línguas integradas numa só classe, regista trezentas entradas na primeira edição e mais do dobro na edição de 1934-1953 (seiscentas e sessenta entradas), para apresentar uma brusca descida (setenta e cinco entradas na edição de 1990-1993(1998)). Como podemos observar, apresenta o seu valor mais relevante na edição de 1934-1953 e o nível mais reduzido na de 1967-1973. Apresenta uma forte recessão nesta última edição, observando-se uma retoma na edição de 1990-1993(1998), que se traduz em mais cento setenta e cinco entradas.

No que respeita à variável Línguas individualmente consideradas, ela apresenta um comportamento extremamente irregular. Começa com oito entradas na edição de 1905, atinge o pico do número das entradas na edição de 1927-1933 com cento e vinte e oito, e apresenta uma recessão na edição de 1934-1953 (setenta entradas).

Quanto às edições médias desenvolvidas verifica-se uma descida no número de entradas na edição de 1990-1993(1998) (quarenta e três), relativamente à edição de 1967-1973, que apresenta setenta e duas.

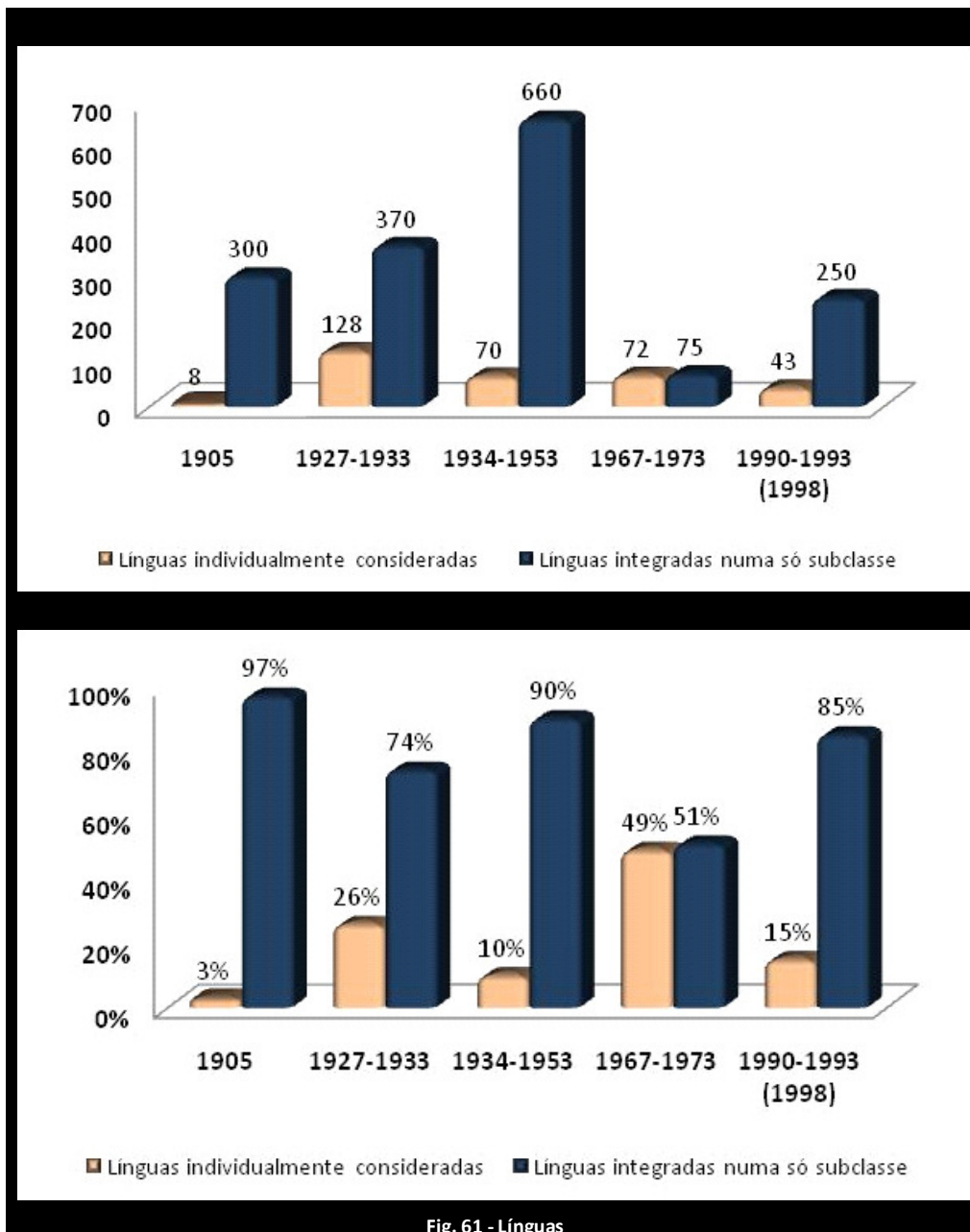


Fig. 61 - Línguas

O gráfico relativo aos valores percentuais, no que respeita a esta variável, expressa uma manifesta preponderância da variável Línguas integradas numa só subclasse, quando a comparamos com a variável Línguas individualmente consideradas, tal como tínhamos inferido da leitura do gráfico que representa os valores absolutos.

A variável Línguas integradas numa só subclasse, apresenta uma oscilação entre os 51% (1967) e os 97% (1905), enquanto a variável Línguas individualmente consideradas apresenta valores percentuais que flutuam entre os 3% (1905) e os 26% (1927-1933).

Neste gráfico verificamos um comportamento semelhante ao ocorrido no gráfico anterior no que respeita ao comportamento das variáveis consideradas. Deste modo, importa destacar os seguintes registos: as duas variáveis apresentam oscilações por vezes acentuadas, que se caracterizam pela regressão ou crescimento de uma delas em relação à outra.

Estas oscilações manifestam-se nos seguintes comportamentos percentuais: a variável preponderante, Línguas integradas numa só classe, que regista 97% na primeira edição e 85% na última, perde 12 pontos percentuais ao longo do percurso considerado. Esta apresenta o seu valor percentual mais significativo na primeira edição, 97%, e o nível mais reduzido, 51% na edição de 1967-1973. Como podemos observar, esta variável entra em recessão a partir da primeira edição, observando-se uma retoma situada nos 90% na edição de 1934-1953, seguindo-se uma baixa logo na edição de 1967-1973, na qual regista 51%, para ir retomar a sua posição preponderante logo na edição seguinte, com 85%.

Relativamente à variável Línguas individualmente consideradas, apesar de não ser como a variável preponderante, é aquela em que se observa uma pequena evolução, embora tímida e extremamente irregular.

Este comportamento observa-se no seguinte percurso: na primeira edição apresenta uma percentagem de 3%, à qual se segue uma subida na segunda edição que se manifesta em 26%, para na edição alemã (1934-1953) se observar uma contracção, registando nesta edição 10%. Na edição de 1967 observa-se o maior pico de crescimento, 49%, ao qual se segue uma nova contracção na edição de 1990-1993(1998), na qual regista 15%.

2.1.7 Antropologia

No gráfico que se segue podemos observar a nítida superioridade da variável Outros assuntos. Os valores desta variável atingem o seu pico nas edições médias desenvolvidas, (1967-1973), (1990-1993(1998)), apresentando estas edições igual número de entradas, quatrocentas.

Se compararmos a variável Outros assuntos com a variável Assuntos relacionados com etnias, esta última apresenta valores pouco significativos, que se situam entre quatro e oito entradas, relativos à primeira e última edição considerada. Observa-se ainda que a oscilação relativamente aos valores que esta apresenta ao longo das edições é inexpressiva.

No que respeita às variáveis consideradas, elas assumem um comportamento ao longo das diversas edições, que se caracteriza, de uma forma geral, pela estabilidade. A variável Outros Assuntos, nas edições de 1967-1973 e de 1990-1993(1998), como podemos observar no respectivo gráfico, apresenta o mesmo número de entradas (quatrocentas). E entre a primeira e a terceira edições apresenta um número de entradas muito semelhante, diferindo apenas em três.

Deste modo, esta variável apresenta um nítido e contínuo crescimento. A variável Assuntos relacionados com etnias apresenta um crescimento de quatro entradas entre a edição de 1905 (quatro entradas) e a última edição, na qual regista oito entradas. Relativamente às oscilações relativas ao crescimento, ela apresenta um percurso idêntico ao da outra variável considerada.

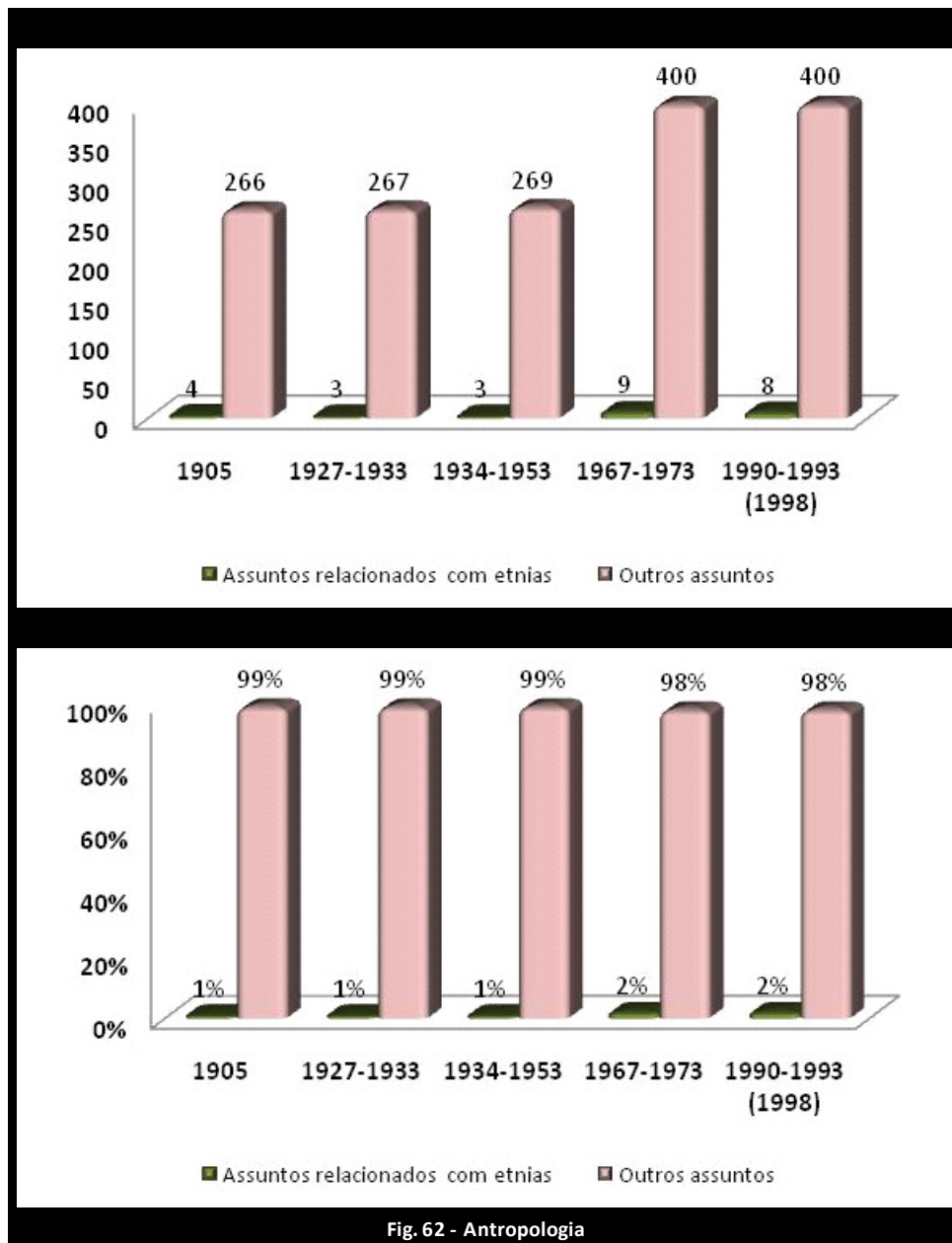


Fig. 62 - Antropologia

No gráfico que se apresenta relativamente aos valores percentuais, podemos observar, tal como verificamos na leitura do gráfico relativo aos valores absolutos, que a variável Outros assuntos é a preponderante, atingindo um valor de quase 100% em relação à variável Assuntos relacionados com etnias, que não ultrapassa os 2% (1967, 1990-1993(1998)).

Observa-se ainda que a oscilação relativamente a esta variável é inexpressiva, traduzindo-se em 1% a cada ano.

No que se refere à variável Assuntos relacionados com etnias, ela assume um comportamento semelhante ao observado na outra variável.

Regista 1% nas três primeiras edições e 2% nas duas últimas, traduzindo-se esta oscilação em 1%.

Relativamente às duas variáveis consideradas, podemos afirmar que ao longo das diversas edições, elas assumem um comportamento que se caracteriza, de uma forma geral, pela estabilidade. A variável Outros assuntos assume 99% na primeira e segundas edições, valor que assume também, como se poderá observar no gráfico, na edição alemã. Nas edições de 1967-1973 e de 1990-1993(1998), como se poderá observar no gráfico, assume um valor de 98%.

No percurso das edições consideradas observa-se, portanto, uma perda de um ponto percentual.

No que se refere à variável Assuntos relacionados com etnias, ganha um ponto percentual ao longo das edições consideradas, observando-se, deste modo, um percurso que é inverso ao da outra variável.

2.1.8 Literatura

As variáveis que se apresentam no gráfico relativo aos valores absolutos caracterizam-se essencialmente por registarem um nível significativo de oscilações relativamente ao número de entradas que apresentam.

A variável Literaturas integradas numa só subclasse apresenta uma oscilação entre as 600 entradas (1905) e as catorze entradas na edição de 1967-1973. A variável Literaturas individualmente consideradas apresenta números que flutuam entre as três na edição de 1905 e as setenta e cinco entradas na edição de 1934-1953.

Com base neste gráfico podemos também observar, embora de uma forma gradual, o crescimento da variável Literaturas individualmente

consideradas. Comportamento inverso é o da variável Literaturas integradas numa só classe.

No gráfico considerado verificamos, nas três primeiras edições, a preponderância da variável Literaturas integradas numa só subclasse.

Assim, esta variável apresenta uma oscilação entre os 45% (1967) e os 97% (1905), e a variável Literaturas individualmente consideradas apresenta valores percentuais que flutuam entre os 3% (1905) e os 55% (1927-1933).

Com base nestes valores podemos observar, embora de uma forma gradual, uma crescente percentagem da variável Literaturas individualmente consideradas que se traduz em (52%). O mesmo se observa, mas de forma inversa, relativamente à variável Literaturas integradas numa só classe. Esta apresenta um acentuado decréscimo percentual, entre a primeira edição e a edição de 1967-1973 que se manifesta em (52%).

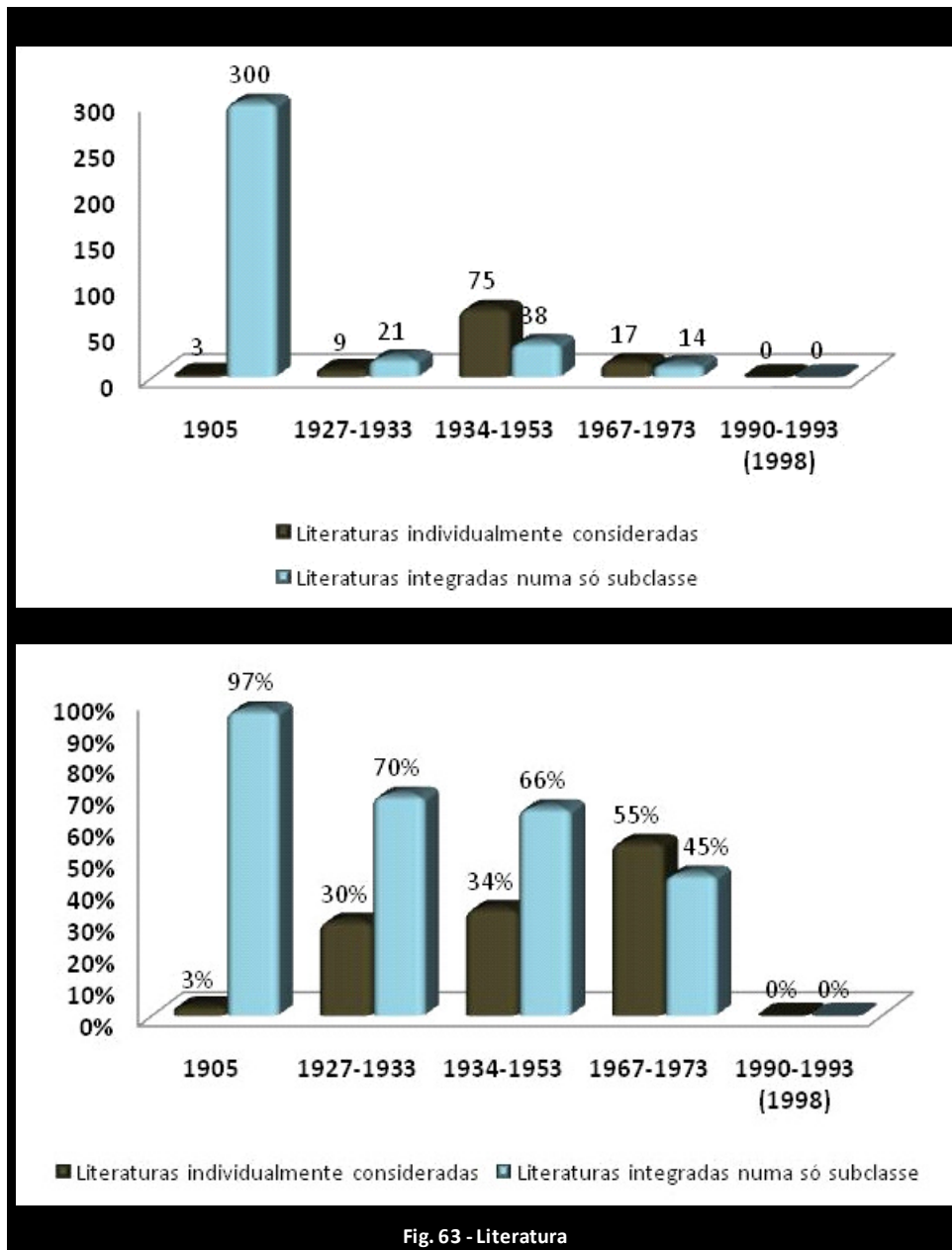


Fig. 63 - Literatura

Apresenta o seu valor mais relevante, relativamente ao crescimento na primeira edição, 97%, e o nível mais reduzido, 45%, na edição de 1967-1973. A recessão acontece a partir da primeira edição, observando-se uma queda progressiva ao longo de todas as edições, até atingir o valor mais baixo em 1967-1973.

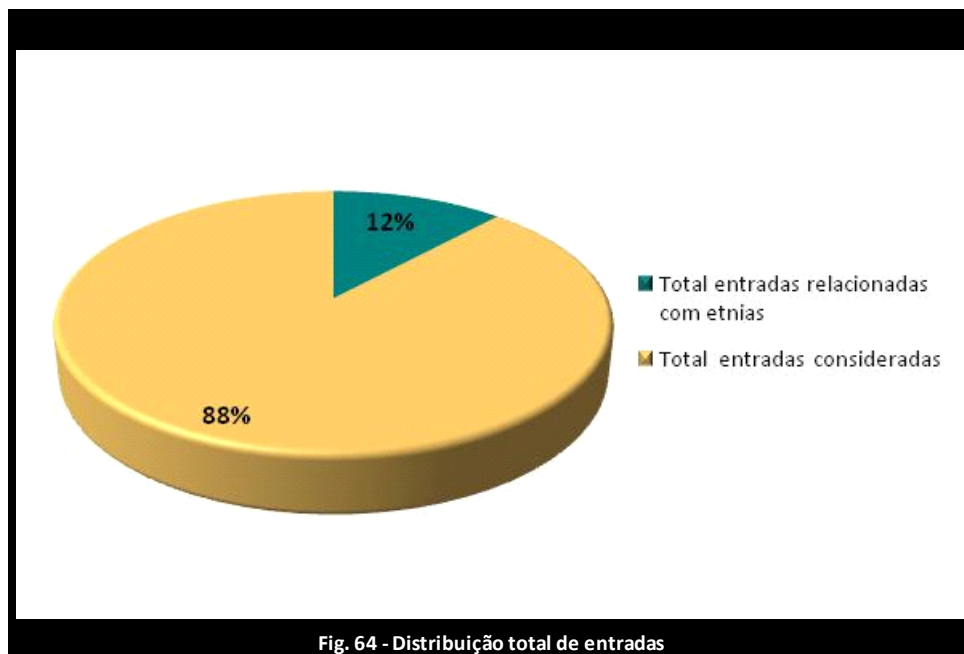
No que respeita à variável Literaturas individualmente consideradas, apesar de não ser a variável preponderante é, todavia, aquela que apresenta uma evolução. Esta evolução regista-se logo entre a primeira edição (3%) e a segunda (30%). Entre uma e outra regista-se um crescimento de (27%). A partir da segunda edição observa-se um crescimento moderado e contínuo, que culmina na edição de 1990-1993(1998) em 45%.

Com base no exposto na tabela, no que respeita à aplicação desta subclasse, supomos que o crescimento da subclasse 821 Literaturas relativas às línguas particulares deverá crescer de forma exponencial de acordo com os Auxiliares de língua. Esta circunstância acontece devido ao facto de a tabela neste ponto particular recomendar que se classifiquem as línguas individuais segundo a Tabela de auxiliares de língua 1(c).

Deste modo, e tendo em conta o gráfico relativo aos Auxiliares de Língua (Fig. 56), a variável Línguas integradas numa só classe apresenta uma ligeira descida ao longo das edições consideradas, (5%) entre a primeira e a última edição. A variável Línguas individualmente consideradas apresenta um percurso inverso: uma subida de (5%). Regista 23% na primeira edição e 28% na segunda.

3 Considerações finais da representação e evolução do conceito Etnia

Com o propósito de sintetizar esta parte, apresentamos um gráfico cumulativo das entradas, no qual se observará o diferencial entre o total das entradas que compõem todos os auxiliares e classes considerados ao longo deste estudo, e o número total de entradas destas variáveis relativamente ao conceito Etnia.

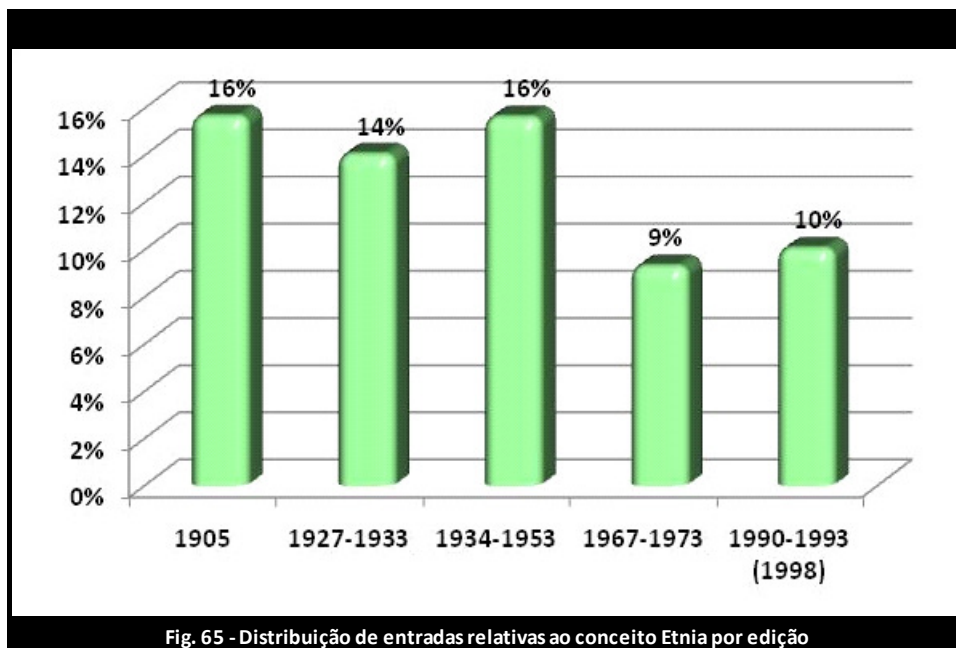


O gráfico apresentado permite-nos verificar que, num universo constituído por um número significativo de entradas que se traduz em 88% (trinta e quatro mil), apenas uma fatia de 12% (quatro mil e seiscentas) diz respeito ao assunto estudado.

Para completarmos esta ideia e termos uma noção clara da representação e evolução desta matéria, finalizamos este capítulo com a

apresentação de um gráfico no qual pode observar-se o comportamento do conceito Etnia ao longo das edições que foram consideradas.

Os dados projectados nos gráficos reflectem o peso percentual deste tema nas classes seleccionadas. Podemos observar que é nas edições de 1905 e de 1934-1953 que a representação do conceito Etnia apresenta uma percentagem maior. A regressão que se observa na edição de 1967-1973, tem a ver com o facto de ela ser uma edição média desenvolvida. Todavia, exceptuando esse facto, apesar de não se observarem valores muito significativos, as oscilações que se observam não são significativas: regista-se uma flutuação entre os 2% e 1%, como podemos verificar no respectivo gráfico. Tal circunstância leva-nos a concluir que, de uma forma geral, existe uma estabilidade percentual relativamente a esta matéria ao longo das edições consideradas.



II-IX Análise fundamentada dos resultados

1 Análise terminológica e análise conceptual

Como já referimos, partindo das edições da Classificação Decimal Universal consideradas neste estudo, em particular, das variáveis usadas ao longo deste trabalho, iremos analisar as linhas de continuidade e de ruptura no que respeita aos paradigmas e teorias da etnicidade.

Referimos que esta análise, será feita sob duas perspectivas: terminológica e conceptual.

1.1 Análise terminológica: linhas de continuidade e linhas de ruptura em relação aos paradigmas e teorias da etnicidade

1.1.1 Auxiliares de língua

Os termos que se encontram registados nas subclasses =9 para designar as línguas, não sofreram alteração entre a edição de 1905 e a edição de 1934-1953.

As designações das línguas que integram estas subclasses coincidem com as grandes áreas geográficas às quais se encontram associadas. Assim, na sua nomenclatura encontramos, nomes como: Línguas da Ásia, Línguas da África, etc.

A partir da edição de 1990-1993(1998), a par da alteração da estrutura, também se observou uma pequena alteração na sua designação.

Neste sentido, os Auxiliares de língua, embora continuando associados a grandes áreas geográficas, estas contudo em alguns casos apresentam designações mais restritas, como é o caso das Línguas dos índios da América e a Língua dos ameríndios do norte em geral.

Desta breve exposição infere-se que, a par da presença do elemento geográfico, que continua a ser o preponderante na designação das línguas,

nesta edição observa-se a introdução de um elemento que revela a componente povo.

1.1.2 Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade

No que respeita a esta matéria, podemos registar dois aspectos importantes: nas edições de 1905 e 1927-1933 para designar estes auxiliares usam-se, entre outros termos, o de *raça* e nunca se utiliza, de forma explícita, o termo *povo*. Este facto leva-nos a admitir a predominância do conceito *raça* sobre o conceito *povo*. Neste caso, observa-se a presença do paradigma antropológico.

Na edição alemã de 1934-1953 aparece pela primeira vez o termo *povo* em simultâneo com o termo *raça*. Todavia, nas designações continua a verificar-se a preponderância do termo *raça* sobre o termo *povo*. A edição de 1967-1973 também apresenta esta situação. Este facto apenas se altera na edição de 1990-1993(1998), na qual verificamos que estas duas noções aparecem em igualdade de circunstâncias.

Nesta última edição é notória a presença do segundo paradigma da etnicidade, o sociológico, em que a noção de *raça* é progressivamente substituída pela noção de *povo*, tendência que se verifica a partir da edição alemã.

1.1.3 Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais

Como já foi referido, este tipo de Auxiliares apenas surge pela primeira vez na edição de 1967. A terminologia utilizada na edição de 1967 apresenta algumas particularidades que a identificam com a concepção antropológica, como é o caso da presença da palavra *raça*.

Na edição de 1990-1993(1998) este conjunto de auxiliares aparece mais desenvolvido e, neles também se observa a introdução de novos termos que se apresentam vinculados à nova concepção sociológica, tais como: *Membros de minorias nacionais*, *Imigrantes* ou *Residentes estrangeiros*. Além desta, a designação *raça* é eliminada destes auxiliares.

1.1.4 Religião

No que respeita à terminologia aplicada na classe 2 – Religião, sofre uma alteração a partir da edição de 1927-1934. Na edição de 1905 encontramos expressões como: *Religion chez les diverses races*, para designar uma divisão, seguindo-se um conjunto de subdivisões (299.3, 299.5/299.9), que também usam a mesma terminologia. A partir da edição de 1927-1934, embora numa subdivisão apareça ainda o termo Raça: *Races africaines, races noires* (299.6) para designar a religião dos povos negros, o termo raça é, em todos os outros casos, substituído pelo termo povos, o que faz deste caso particular uma excepção.

Desta ocorrência inferimos que possa ter havido uma influência da nova acepção do conceito Raça que, como sabemos, se difundiu em reacção às ideias xenófobas germanistas. A partir dos meados do século XX, este termo começa a ter uma carga pejorativa e, em sua substituição, passam a usar-se noções como povo ou etnias.

É de referir que a própria edição alemã (1934-1953) também adopta estas novas noções, eliminando o termo Raça na classe relativa à Religião, como demonstram as seguintes expressões: *Religionen afrikanischer Völker; Religionen nord-und mittelamerikanischer Völker* e *Religionen südamerikanischer Völker*.

1.1.5 Ciências sociais

Os termos empregues na classe 3 suscitam-nos os seguintes comentários: até à edição alemã de 1934-1953 a terminologia empregue para a designação dos assuntos que se encontram registados na classe considerada enquadram dentro do paradigma antropológico que marcou, como sabemos, a primeira metade do século XX. Assim, na edição de 1905 é com alguma frequência que encontramos em diversas subclasses os termos: *Raça, Indígenas, Escravatura, Servidão*.

O que se observou nesta edição continua a observar-se na edição de 1927-1933. Esta situação é reforçada quando assistimos à introdução de novos assuntos que, muitas vezes, se manifestam no aditamento de mais uma divisão ou uma subdivisão. A nomenclatura à qual se recorre para explicar as respectivas notações são termos que também têm a ver com o paradigma antropológico. Assim, e dentro deste espírito surgem-nos, entre outros, termos como: *tribos, clans, conselho de indígenas, selvagens e primitivos, indígenas e colonos e criminalidade de acordo com a raça*.

Todavia, já encontramos novos termos que se aproximam do paradigma sociológico, como é o caso dos termos *Direito das minorias e Representação das minorias*.

Na edição alemã, de uma forma geral, mantém-se a mesma terminologia.

No que respeita à edição de 1967-1973, assistimos à eliminação de determinados termos que são conotados com o paradigma antropológico.

Palavras como *Raça* aparecem com menor frequência e outras são eliminadas. Entre as palavras eliminadas salientamos as seguintes: *Tratamento e estatuto dos indígenas, Diversas formas de servidão pessoal, Selvagens e primitivos, Criminalidade de acordo com as diferentes raças, Colonização e migração intercontinentais, etc.* Em simultâneo com a eliminação destes termos, assistimos à introdução de outros novos, mais próximos do novo paradigma, que se caracteriza pela sua natureza sociológica. Naturalmente, estes novos termos servem para designar os assuntos que representam os temas decorrentes da nova conjuntura sociocultural.

Dentro desta nova dimensão sociológica referimos termos como *Minorias nacionais, Autonomia e autodeterminação das nacionalidades, Grupos étnicos ou linguísticos, Repatriados, Educação de grupos especiais, minorias*, termos esses que se encontram repartidos nas divisões relativas à Demografia, à Política interna, à Migração e à Educação.

Estas alterações terminológicas que se integram, na sua maioria, dentro do paradigma sociológico, continuam a revelar-se na edição de 1990-1993(1998). Nesta edição encontramos novos termos que não veiculam apenas este novo paradigma, mas que são indicadores da teoria do conflito

étnico. Nesta perspectiva, embora se continuem a encontrar termos associados ao paradigma antropológico, é inegável a introdução de novos termos que denunciam as novas teorias emergentes no que respeita à etnicidade, mormente, como já foi referido, no que concerne à teoria do conflito. A título de exemplo apresentamos os seguintes termos : na divisão da Demografia encontramos: *Política demográfica em relação com as questões nacionais e raciais. Política racista. Política de genocídio. Refugiados. Pessoas deslocadas.* Na divisão da Sociologia encontramos expressões como: *Estratificação social com base na origem nacional, racial e étnica. Psicologia étnica. Etnopsicologia, Separação de raças. Segregação racial.* Na divisão relativa às Relações internacionais e Política externa encontramos, entre outros, os termos: *Movimentos de integração baseados nos princípios linguísticos, étnicos e raciais, Problemas das minorias nacionais..., Apartheid.*

1.1.6 Língua e Literatura

Nas edições de 1905 e de 1927-1933, tal como acontece com os Auxiliares de língua, também a designação das línguas e das literaturas coincide com as grandes áreas geográficas, com as quais se encontram relacionadas. Neste sentido, entre outras designações, encontramos as seguintes: *Línguas da América do Norte e Literatura da Ásia.*

Esta situação é repetida na edição de 1934-1953.

Todavia, é de referir que nestas edições já se observam, quer na língua, quer na literatura, designações que têm a ver com o nome dos povos ao qual se encontram ligadas. Deste modo, encontramos as seguintes expressões: *Línguas Indo-europeias; Literaturas polinésias ou Literatura semítica.*

A partir da edição de 1967, com a concentração da língua e da literatura na classe 8, assistimos, quer no que respeita às línguas, quer no que respeita à literatura, a designações baseadas na noção de povo. Deste modo encontramos as seguintes designações: *Línguas africanas, Literatura hebraica, Literatura chinesa ou Literatura japonesa.*

Relativamente a este assunto, na edição 1990-1993(1998), mantém-se a tendência que se começou a desenhar nas edições de 1927-1933 e 1934-1953 e que se consolidou na edição de 1967, nomeadamente no que respeita à Literatura. Assim, nesta edição, continua a manter-se a noção de povo que aparece referenciada de forma implícita, como pode observar-se nas seguintes expressões: *Línguas indo-iranianas*; *Línguas dos Índios da América*, ou no caso da Literatura, em que esta herda e se individualiza através do nome da própria língua de um povo. A título de exemplo, apresentamos as seguintes designações: *Literatura húngara*, *Literatura finlandesa* e *Literatura vietnamita*, entre outras.

Também nesta classe, relativamente à sua terminologia, se observa, apesar de forma indirecta, uma propensão inequívoca para a utilização do elemento povo e nacionalidade, componente que se encontra associada essencialmente à Literatura e, em última análise, às características étnicas, nomeadamente no que respeita ao paradigma sociológico.

A título de síntese e, no que concerne ao percurso da terminologia relativamente aos paradigmas e às teorias da etnicidade, podemos referir que as classificações consideradas traduzem, embora de forma gradual, essas mesmas teorias e a sua evolução, apesar de, na maioria dos casos, a terminologia que se identifica com a concepção antropológica continue a ser a mais significativa.

Assim, e a este propósito, podemos dizer que as edições de 1905, 1927-1933 e 1934-1953, embora apresentando alguns rasgos característicos do paradigma sociológico, traduzem, de um modo geral, o paradigma antropológico, ao contemplar um conjunto de expressões que se identificam com este paradigma.

Contudo, nas edições de 1967 e 1990-1993(1998), estes termos, apesar de em alguns casos se manterem, em outros são substituídos por expressões que estão mais próximas do novo paradigma emergente – o paradigma sociológico. É neste paradigma que elas vão encontrar sustentabilidade ao representarem os novos conceitos.

Neste sentido, e considerando os três vectores sob os quais nos propomos analisar este assunto, podemos referir que assistimos a uma ruptura terminológica entre as primeiras edições e as duas últimas. Esta

ruptura concorreu inevitavelmente para uma inovação, na medida em que houve necessidade de se adoptarem novos termos para representar novos conceitos.

Por outro lado, e em simultâneo, assistimos também a um percurso de continuidade, na medida em que se observa uma presença constante de determinados termos desde a edição de 1905, que se identificam com a perspectiva antropológica.

1.1.7 Antropologia

No que respeita a esta variável e no que concerne à terminologia empregue ao longo das diferentes edições, ela mantém-se idêntica. Deste modo, observam-se em todas as edições duas expressões, *raça* e *étnico*, que se identificam com os dois paradigmas da etnicidade: antropológico e sociológico, respectivamente.

Na edição de 1967-1973 e na edição de 1990-1993(1999), apesar de se diversificar a terminologia devido ao facto de se especificarem mais os conceitos relacionados com este tema, a terminologia usada, todavia, não apresenta alterações substanciais para que sejam consideradas objecto de análise. No nosso entender, esta situação verifica-se, pelo facto de se tratar de um tema que pertence às Ciências puras, cuja terminologia é caracterizada pela denotação e objectividade. Nesta área pretende-se que os termos usados não sofram alterações significativas.

1.2 Análise conceptual: linhas de continuidade e linhas de ruptura em relação aos paradigmas e teorias sobre a etnicidade

1.2.1 Auxiliares de língua, Língua e Literatura

Pelo facto de estas três variáveis apresentarem comportamentos muito similares ao longo das edições consideradas, como poderemos observar nos gráficos respectivos e na sua descrição, entendemos ser mais profícuo fazer a sua análise em conjunto.

Como já foi dito aquando da descrição dos mencionados Auxiliares e no que respeita aos seus conteúdos, importa referir que estes são constituídos por dois grandes grupos. Um primeiro formado pelas línguas mais conhecidas e utilizadas no mundo ocidental e um segundo, constituído pelas línguas que, ao tempo, eram as menos usadas e conhecidas no mundo ocidental, línguas que, de resto, constituem o objecto de análise do presente estudo.

Tal como observamos na análise das tabelas consideradas e nos respectivos gráficos relativamente ao número de entradas, este último grupo de línguas que designámos por Línguas integradas numa só subclasse, para uma maior flexibilidade no que respeita ao seu tratamento, são aquelas que ocupam um maior número de entradas ao longo de todas as edições. Se é um facto irrefutável que esta variante assume uma posição significativa e preponderante relativamente à outra variável, Línguas individualmente consideradas, categoria que integra as línguas mais usadas no mundo ocidental, também é um facto que, paradoxalmente, relativamente ao seu peso nestas tabelas, se observa o inverso. Tal circunstância prende-se com o facto de cada uma das línguas integradas na categoria Línguas individualmente consideradas ser representada individualmente numa subclasse própria, o que concorre para que cada uma ocupe uma subclasse e todas as outras se encontrem agrupadas numa única subclasse.

Pelo exposto, podemos fazer a seguinte leitura:

Relativamente aos Auxiliares de língua, Língua e Literatura, de uma forma geral assiste-se a uma linha de continuidade no que respeita aos conteúdos. Apesar de se assistir ao longo das edições consideradas a uma predominância relativamente ao número de entradas do segmento Línguas integradas numa só subclasse, é um facto que, a partir da edição de 1967-1973, se assiste à individualização de alguns Auxiliares de língua que se encontravam integrados com outros auxiliares numa só classe. Deste modo, nesta edição observamos uma maior equidade no que respeita à representação deste tipo de Auxiliares, na medida em que estes já aparecem considerados individualmente, à semelhança do que acontecia nas edições de 1905 e de 1927-1933, no que respeita às línguas usadas no mundo ocidental. Neste sentido, podemos observar uma certa ruptura na organização dos assuntos que se traduz, naturalmente, na “valorização” de algumas línguas, designadamente daquelas que se encontram integradas na variável Línguas integradas numa só subclasse, que aparecem registadas individualmente, como já foi referido.

A situação observada nos Auxiliares de língua também se verifica no que respeita à variável Língua. Apesar de apresentarem comportamentos mais irregulares ao longo das edições consideradas, como mencionamos, é um facto que se assistiu, à semelhança da situação que ocorreu nos Auxiliares de língua, à “valorização” de algumas línguas que se integravam no segmento Línguas integradas numa só subclasse. Essa circunstância é denunciada pela distribuição dessas línguas na própria estrutura da classe. Línguas que se encontravam diluídas numa subclasse, passam agora a ser registadas de forma individual numa divisão ou subdivisão. Outras línguas, que se encontravam dependentes de outras, deixam de o ser. É o caso da língua portuguesa, que nas edições de 1905, 1927-1933 é registada na divisão 469, encontrando-se esta subordinada à subclasse 46, Língua espanhola. A partir da edição alemã de 1934-1953, a língua espanhola e a língua portuguesa passam a ser representadas com as notações 460 e 469 respectivamente. Uma e outra passam a depender da subclasse 46, que representa as Línguas Ibéricas, critério que se mantém até à actualidade.

Como nos foi dado observar no ponto referente ao estudo que levamos a cabo sobre o objecto que foi considerado para servir de estudo de caso – Etnia, a língua é uma componente deste conceito, que assume um peso considerável na sua definição e na sua compreensão. Esse interesse encontra-se presente, desde logo, em todas as descrições que encontramos na revisão bibliográfica para definir os conceitos: *Etnia*, *Grupos étnicos* e *Etnicidade*.

No estudo que fizemos relativamente às teorias e paradigmas da etnicidade, a Língua apresenta-se como um dos factores que mais os influencia e os condiciona, sendo, por isso, um agente dinâmico.

Como podemos observar no estudo estatístico que apresentamos relativamente a estas variáveis, elas acompanham, de forma discreta, mas evolutiva, o percurso deste conceito – *Etnia*.

Encontramos a Língua, tanto na abordagem antropológica, como na abordagem sociológica da etnicidade, considerada como um dos elementos eleitos para estabelecer a “fronteira” entre etnias. Por ser um elemento tão relevante na construção e identidade de um povo, ela encontra-se presente e desenvolvida com um nível significativo em todas as edições deste sistema de classificação que foram consideradas.

Na leitura dos gráficos relativos a esta variável podemos observar, embora de forma gradual e progressiva, o seu ajustamento aos paradigmas que foram emergindo relativamente à etnicidade.

Nas edições de 1905, 1927-1933 e 1934-1953 é manifesta a sua relevância, tanto no que respeita aos seus Auxiliares, como no que respeita à Classe 4 Língua, quando nos referimos à representação do conceito Etnia.

Estas edições, quer no que respeita à sua estrutura, quer no que respeita à distribuição dos seus conteúdos, revelam uma considerável aproximação com o paradigma antropológico, na medida em que dão relevância às línguas usadas na cultura ocidental, ao atribuírem uma subclasse para cada língua que, ao tempo, era considerada das mais relevantes para a cultura ocidental. Apresentamos como exemplo, o caso da língua inglesa, que ocupa a subclasse 42. A mesma situação ocorre com a língua francesa, subclasse 44, e com a língua espanhola, subclasse 46, entre outras.

As línguas que integram este grupo encontravam-se identificadas com países que neste período eram considerados hegemónicos no panorama internacional, no que respeita aos aspectos políticos, culturais e sociais. Além disso, importa referir que todos estes países eram potências coloniais, facto que assumia um peso considerável no modelo antropológico. Em determinados casos estes sistemas coloniais não permitiam a difusão das línguas dos povos colonizados, eliminando por vezes algumas das suas línguas e dialectos.

Por este facto é que observamos as línguas e algumas das suas variantes, assim como os dialectos que, em muitos casos, eram falados por um número de pessoas muito superior relativamente ao das sociedades ocidentais, como é o caso da língua chinesa, serem classificados sob a subclasse 49 em conjunto com todas as outras línguas. Ao contrário das línguas ocidentais, quando são registados individualmente ocupam uma divisão ou uma subdivisão. Veja-se o caso da língua chinesa, à qual é atribuída a subdivisão, 495.1 nas edições de 1905, 1927-1933 e na edição alemã de 1934-1953.

A edição de 1967-1973 é aquela que apresenta a mais profunda alteração na Língua no que respeita à sua estrutura, com a transferência da classe 4 para a classe 8; no entanto, no que se refere aos conteúdos e à sua organização, apresentam-se quase inalteráveis. Será preciso esperar pela edição de 1990-1993(1998), mais concretamente pelas suas actualizações de 1998, para se observarem alterações substanciais.

Nesta edição verificam-se, de facto, alterações quanto à estrutura, que resultam, em última análise, da organização dos seus conteúdos. Nela também se podem observar alguns aspectos do paradigma sociológico que, como sabemos, se tinha consolidado na década de 60 do século XX, nomeadamente no que respeita à teoria do pluralismo que defendia, como referimos, a preservação da identidade cultural étnica, na qual naturalmente se insere o património linguístico de cada povo.

É dentro deste espírito de equidade linguística que observamos, nesta edição, todas as línguas a serem classificadas a partir do radical 811. Tal situação concorre para que não se verifiquem assimetrias linguísticas quanto

à sua representação. Deste modo, não se observa o predomínio de umas línguas sobre outras como acontece ao longo das anteriores edições, nas quais era evidente a hegemonia de algumas. Era o caso das línguas inglesa, alemã e francesa, entre outras, todas elas associadas à cultura ocidental.

Pelo facto de se observar o predomínio das línguas relacionadas com a cultura ocidental e com os povos colonizadores até à edição de 1967-1973, isso não quer dizer que as classificações tenham descurado as outras línguas.

Desde a edição de 1905, que observamos elencadas, quase de uma forma exaustiva, todas as outras línguas que, na maioria dos casos, se identificam com etnias. Em algumas situações estas línguas pertencem a grupos étnicos que, relativamente ao número de pessoas, à expressão e à divulgação da sua cultura, assim como à sua influência económico – política em relação a outras sociedades, assumem linguisticamente o interesse de uma outra língua de um país ocidental. É o caso da língua chinesa e da língua japonesa. Acontece, porém, que, ao contrário da situação verificada até à edição de 1967-1973, estas encontravam-se integradas na mesma divisão: *Línguas asiáticas*, tratamento que, de resto, é extensivo a qualquer outra língua que se apresentasse inserida no conjunto designado por *Línguas orientais, africanas e outras*.

Estes factos levam-nos a pensar que as classificações bibliográficas nunca foram indiferentes às línguas dos povos ditos étnicos; além disso, devemos considerar o facto de as línguas aparecerem, a partir da edição de 1990-1993(1998) associadas a áreas mais restritas relativamente à nacionalidade, situação que concorre para que as classificações se aproximem do paradigma sociológico. Embora numa perspectiva diferente, como já referimos, a língua é um elemento que se encontra presente, tanto no paradigma antropológico, como no sociológico. Na óptica do paradigma antropológico, ela aparece como um elemento que distingue as várias culturas, e com frequência é considerada como um elemento valorativo e distintivo no que se refere às línguas de outras culturas que não sejam as ocidentais. Na perspectiva do paradigma sociológico, a língua surge como um elemento aglutinador, que serve para identificar e valorizar um determinado grupo étnico e, por esse facto, é enaltecida e protegida em muitas culturas de acolhimento de imigrantes. Esta concepção integra-se sobretudo na teoria do

pluralismo étnico e na teoria da mobilização étnica nas quais entre outros aspectos, se preserva a língua como componente de integração e interacção de um determinado povo.

De uma forma geral, o que observamos nos Auxiliares de Língua e na própria Língua, também irá observar-se na Literatura. Esta circunstância prende-se com o facto de esta variável depender da Língua, como sabemos.

A informação apresentada nos gráficos manifesta esta mesma ideia. Assim, apesar de serem as literaturas integradas numa só subclasse, aquelas que, de uma forma geral, predominam, são contudo as literaturas que se localizam na variável Literaturas individualmente consideradas aquelas que assumem um peso preponderante. Tal como observamos nas Línguas, também as literaturas que se encontram associadas às línguas dos povos europeus ou com eles relacionadas são aquelas que aparecem destacadas. É o caso da literatura americana, que já aparece destacada da literatura inglesa na edição alemã de 1934-1953, sendo-lhe atribuída a notação 820(73).

Pelas razões mencionadas, poderemos inferir que, tanto a Língua como a Literatura, de uma forma geral, se identificam com o paradigma antropológico até à edição alemã de 1934-1953.

Esta tendência, contudo, irá alterar-se progressivamente. Assim, da edição de 1905 para a edição de 1927-1933, encontramos algumas alterações se bem que quase imperceptíveis. Aparecem já identificadas a *Literatura romena* e a *Literatura portuguesa*, individualmente. Esta tendência irá ser reforçada em todas as outras edições que se seguem.

Assim e, dentro de um espírito de mudança, na edição alemã à Literatura corresponde o respectivo povo, orientação que se identifica com o paradigma sociológico. Esta tendência irá encontrar uma forma mais consistente nas edições posteriores. Nesta edição podemos ainda observar referências de forma explícita às literaturas individuais, que ainda não se observavam nas edições anteriores. Tal acontece por exemplo com as literaturas sueca, russa, ucraniana, polaca e checa, entre outras. Neste ponto em particular, observamos a valorização de outras literaturas europeias associadas a povos que até então eram inexpressivos num quadro de património literário europeu.

Na edição de 1967-1973, apesar de ela ser uma edição média desenvolvida, a variável Literaturas individualmente consideradas aumenta consideravelmente de número. Na edição de 1990-1993(1998) recomenda-se que as literaturas individuais sejam construídas de acordo com os Auxiliares de língua, Tabela 1(c). Com a aplicação desta recomendação o número das literaturas individuais aumenta significativamente, circunstância que irá reforçar o paradigma sociológico, na medida em que vai fortalecer os patrimónios literários considerados em si mesmos, acentuando o multiculturalismo literário, aspecto que se encontra contemplado na teoria do pluralismo étnico e da mobilização étnica.

Pelo exposto podemos inferir que, a partir da 2ª edição, se observou uma ruptura continuada, embora paulatina, na linha de deixarem de serem apenas algumas literaturas, nomeadamente no que respeita às literaturas europeias e com a língua destas relacionadas, a serem registadas de uma forma explícita.

Após a observação dos dados projectados nos gráficos e dos próprios conteúdos das tabelas, podemos supor que é a partir da edição de 1967-1973, que surgem, embora de modo discreto, as teorias que se enquadram no paradigma sociológico, consolidando-se esta tendência na edição de 1990-1993(1998). Entre elas salientamos a da teoria do pluralismo étnico e a da mobilização étnica. Este aspecto radica no facto de as línguas e as literaturas se organizarem sob conjuntos cada vez mais específicos, que se identificam com determinadas nacionalidades mais restritas, quando comparadas com as anteriores edições. Esta circunstância concorre para que estes elementos surjam individualizados, ao mesmo tempo que os valoriza como património linguístico e literário.

Baseando-nos, mais uma vez, nos dados projectados nos gráficos, podemos tecer as seguintes considerações:

Assiste-se, embora de uma forma progressiva, à transição do paradigma antropológico para o sociológico, assim como à teoria da assimilação étnica para a teoria do pluralismo étnico, isto devido à progressiva individualização das línguas e literaturas. Esta variável é marcada de uma forma geral pela continuidade do paradigma antropológico, antevendo-se, todavia, a partir da edição alemã, uma evolução gradual a caminho do paradigma sociológico. De

acordo com os mesmos dados estatísticos, quando comparamos os valores expressos na edição de 1905 com os que são apresentados na edição de 1990-1993(1998), verificamos que houve um crescimento do paradigma sociológico, embora caracterizado por alguma inconsistência.

1.2.2 Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade

No que respeita a este tipo de auxiliares, importa referir que se observou uma evolução conceptual relativamente a este tema, a partir da edição alemã de 1934-1953, que se aproxima do paradigma sociológico.

Se nas edições de 1905 e 1927-1933 encontramos conceitos que se identificam com os parâmetros do paradigma antropológico, como é o caso da noção de *raça*, como de resto já foi referido no ponto relativo à análise terminológica, com a edição alemã de 1934-1953 dá-se uma alteração nesta situação.

Na tabela dos Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade desta edição, aparece pela primeira vez a noção de *povo*. Além disso, o facto de a noção de *raça* e a noção de *povo* se encontrarem mais desenvolvidas e específicas, concorre para uma aproximação ao paradigma sociológico. Esta tendência vem a consolidar-se na edição de 1967-1973 e, mais tarde, na edição de 1990-1993(1998), na qual continua a observar-se uma maior especificidade destes conceitos.

Na linha de transição do paradigma antropológico para o sociológico, a partir da edição alemã, também podemos observar a noção de grupos linguístico-culturais. Esta noção aparece também nas edições de 1967-1973 e 1990-1993(1998). Este conceito integra e manifesta, em si próprio, algumas particularidades do conceito Etnia, a saber: cultura e língua. Apesar de serem particularidades que se identificam com os dois paradigmas, elas assumem um papel diverso nos mesmos. Como já referimos no paradigma antropológico, a língua e a cultura são elementos que se empregam para distinguir e separar grupos étnicos, sendo, por isso, critérios de identificação dos diferentes grupos. No paradigma sociológico estes elementos são

entendidos como factores que, naturalmente, servindo também para identificar os diferentes grupos étnicos, não são, todavia, considerados critérios primordiais para tal, nem se esgotam nesse papel redutor. Neste paradigma eles são considerados elementos que, interagindo com outros elementos culturais, religiosos e outros, concorrendo, deste modo, para formar e identificar as comunidades étnicas. Comunidades que são constituídas por um grupo étnico ou vários grupos étnicos e que fazem parte de um processo evolutivo e não estático, como postula o paradigma etnológico.

A disposição dos elementos que constituem estas tabelas nas três edições consideradas, leva-nos a pensar que elas se aproximam mais do modelo sociológico, designadamente da teoria do pluralismo étnico e da teoria da mobilização étnica, do que das ideias do modelo antropológico e das teorias de assimilação étnica.

Se estes auxiliares nas edições de 1933-1954, 1967-1973 e 1990-1993(1998) manifestassem a teoria da assimilação étnica e outras teorias funcionalistas, não faria sentido a notação relativa aos grupos linguístico-culturais na medida em que estas teorias postulam que as diferenças que constituem os grupos étnicos, essencialmente a dos grupos minoritários, deveriam ser absorvidas através de um lento processo de assimilação por parte da comunidade acolhedora ou dominante.

O mesmo raciocínio é válido para a especificação dos diferentes grupos linguístico-culturais. Se há especificação, é porque nestas edições se considerou a noção de pluralismo linguístico e cultural, assim como a sua interacção, por este facto estes dois conceitos aparecerem interrelacionados. Como já foi referido, esta circunstância concorre inevitavelmente para o paradigma sociológico e para a teoria do pluralismo.

Assim, por um lado podemos dizer que se assiste a uma ruptura conceptual no que respeita a este tipo de auxiliares nas edições de 1905, 1927-1933 e, nas que se seguem; por outro observamos a existência de uma certa continuidade conceptual entre a edição alemã e as francesas de 1967-1973 e a de 1990-1993(1998).

1.2.3 Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais

Como já referimos, é na edição de 1967-1973 que estes Auxiliares aparecem pela primeira vez de forma estruturada. Na edição alemã de 1934-1953 eles já aparecem, mas de forma dispersa, não obedecendo à estrutura habitual das tabelas de classificação. Além disso, os auxiliares que aparecem referenciados nesta edição não se enquadram no nosso objecto de estudo.

Relativamente ao aspecto conceptual, na edição de 1967-1973 estes Auxiliares identificam-se em parte com o paradigma antropológico e em parte com o paradigma sociológico. Tal circunstância observa-se na medida em que estes Auxiliares representam conceitos que se encontram relacionados com a raça, conceito estritamente relacionado com o paradigma antropológico, como também se encontram assuntos relacionados com o conceito nacionalidade que, como sabemos, se aproxima do paradigma sociológico e com as teorias do pluralismo étnico e as teorias do conflito étnico.

Apesar de estas edições apresentarem a noção *raça*, conceito antropológico que caiu em desuso a partir da década de 50 do século XX, é um facto que também incluem outros que, como referimos, se identificam com o paradigma sociológico, como é o caso da nacionalidade.

Importa ainda referir que, em relação ao tratamento destes Auxiliares, seja no que se refere à *raça*, seja no que se refere à *nacionalidade*, esta edição postula que estes elementos sejam considerados de igual forma, ao determinar que tanto os conceitos relativos à *raça* como os relativos à *nacionalidade* deverão ser tratados (subdivididos) segundo os Auxiliares comuns de lugar (tabela Ie). Existe neste propósito uma equidade no que respeita à sua aplicação.

Relativamente à edição de 1990-1993(1998), tal como já referimos, eles apresentam-se mais desenvolvidos. O desenvolvimento e crescimento destes Auxiliares, nesta edição, traduz-se pela introdução de novos conceitos, que se encontram relacionados com questões de: *residência num país estrangeiro ou nacional*, de *nacionalidade*, entre as quais as que se relacionam com *minorias nacionais* e *estrangeiras*. Nestes auxiliares podemos ainda observar a

representação de conceitos relacionados com *estrangeiros, prisioneiros, refugiados, exilados, repatriados, etc.*

Se na edição anterior (1967-1973) observamos a coexistência dos dois paradigmas: antropológico e sociológico, de resto num período em que já se justificaria a predominância do paradigma sociológico relativamente ao antropológico, na medida em que alguns conceitos já se encontravam desactualizados, como é o caso da noção de *raça* na edição de (1990-1993(1998)), observamos nitidamente o predomínio do paradigma sociológico, assim como das teorias do pluralismo étnico e das teorias do conflito étnico.

Alguns assuntos foram eliminados, como é o caso do conceito *raça* e prevaleceram outros, como é o caso do conceito *nacionalidade*. Acresce ainda o facto de se observarem outros conceitos que já tivemos oportunidade de referir, e que se enquadram nestas duas teorias e neste paradigma. É o caso das noções relativas aos *membros de minorias nacionais, residentes estrangeiros, emigrantes e imigrantes, refugiados ou repatriados*.

Assim, se na edição de 1967-1973 assistimos a um comportamento relativamente aos conceitos que podemos integrar na noção de continuidade conceptual, na edição de 1990-1993(1998) assistimos a uma ruptura conceptual que originou um corte com o paradigma antropológico.

O paradigma antropológico foi, pois, substituído pelo paradigma sociológico.

Esta ideia é manifestada nos dados estatísticos nos quais se observa um crescimento de quatorze entradas da variável Auxiliares de pessoa segundo a nacionalidade entre a edição de 1967-1973 e a edição de 1990-1993(1998).

Apesar de esta variável apresentar um valor pouco expressivo, (três entradas na edição de 1967-1973 e dezassete entradas na edição 1990-1993(1998) ele não deixa, contudo, de ser significativo no que diz respeito à leitura dos paradigmas da etnicidade. As dezassete entradas expressam o crescimento do paradigma sociológico ao representarem assuntos que traduzem não só o assunto em estudo, mas também os assuntos que se encontram situados neste paradigma, como já tivemos oportunidade de referir.

1.2.4 Religião

A Religião é um assunto que se encontra estruturado essencialmente em dois segmentos conceptuais: um diz respeito ao Cristianismo e outro diz respeito às Outras religiões. O primeiro é, desde a primeira edição, aquele que apresenta um maior número de conceitos.

De todos os conceitos, que se constituíram como variáveis no nosso trabalho é aquele o que mais se aproxima do paradigma antropológico, devido ao facto de privilegiar, de forma inequívoca, uma religião em relação a outras – O Cristianismo. Acresce o facto de esta religião ser a dominante no Ocidente, essencialmente na Europa, espaço que, até meados do século XX, se assumiu, de uma forma geral, como uma potência colonizadora. Deste modo, o Cristianismo associava-se, de uma forma geral, também aos povos colonizadores, aspecto que é considerado no paradigma antropológico.

As religiões dos grupos étnicos eram desvalorizadas face à religião cristã. Estas eram, na maioria dos casos, religiões que nada tinham a ver com a religião institucionalizada, alicerçada em dogmas e doutrina. Eram com frequência fundamentadas em superstições, magia e rituais. Esta perspectiva das religiões professadas pela maioria dos grupos étnicos é representada não na *Classe 2 – Religião*, mas na *Subclasse 39 – Etnografia*; isto, porque a natureza religiosa, nestes casos, acaba por se diluir e expressar mais numa prática de vida do que propriamente numa teoria.

O facto das edições da Classificação Decimal Universal terem privilegiado o Cristianismo, ao longo do século XX, em detrimento das outras religiões, concorre para que as edições consideradas se afastem da teoria do pluralismo étnico, na qual todas as religiões têm o seu lugar.

Ao analisarmos os termos que representavam os conceitos de Religião no ponto respectivo, verificamos que, ao longo das duas primeiras edições (1905; 1927-1933), a terminologia usada denunciava conceitos que se encontravam associados ao paradigma antropológico, como por exemplo o caso da divisão designada *Religião de outras raças*, assim como todas as suas subdivisões. Apesar de na edição de 1927-1934 podermos observar indicadores que denunciam alguma alteração, todavia, ainda na edição

considerada, encontramos, ao longo desta classe, o conceito *Raça*, para identificar religiões que não são professadas pela maioria dos indivíduos de cor branca.

Nesta edição aparece já a referência ao conceito *Povo* para designar outras religiões que não se identificassem com Cristianismo, religião que, nesta altura, se identificava, na sua maioria, com os povos Europeus.

A partir da edição alemã de 1934-1953, a noção *Raça* é eliminada no que se refere aos conceitos religiosos, sendo substituída pelo noção *Povo*, tendência que, de resto, já se desenhava na edição anterior, ideia que se irá manter ao longo das edições seguintes: (1967-1973; 1990-1993(1998)). A partir desta edição, a expressão *Religião de outras raças* é substituída pela expressão *Outras religiões* ou *Religiões não-cristãs*. Se nas edições anteriores já se desenhavam três grupos para representar as religiões individuais, é a partir desta edição que estes três grupos de religiões nos aparecem bem definidos; fazem-no sob as notações 27 *Catolicismo*,; 28 *Diversas igrejas cristãs*, 29 *Outras religiões*.

De acordo com este ponto de vista e, apesar da Religião católica representar, entre todas as outras religiões, o peso mais significativo, podemos inferir, neste caso particular, que já se encontram alguns matizes do paradigma sociológico. A partir da edição alemã (1934-1953) começa a surgir de forma clara a teoria do pluralismo étnico. Esta teoria defende a preservação dos valores culturais de todas as etnias, entre os quais se encontram os religiosos. Como sabemos, esta teoria veio confluir na teoria da mobilização étnica, na medida em que o facto de pertencer a uma determinada comunidade étnica detentora, naturalmente, de recursos económicos e culturais e com um sólido património religioso; é com frequência um meio para a mobilização social, quando devidamente aproveitado como é, por exemplo, o caso do povo judeu. No âmbito de um pluralismo religioso, todas as religiões devem ser consideradas. É deste modo, embora de uma forma desigual, que vemos as várias religiões representadas nas edições da Classificação Decimal Universal a partir da edição de alemã, observando-se, contudo, a sua ausência na edição de 1967-1973.

A título de síntese referimos que, neste ponto relativo à Religião, observamos haver, de uma forma geral, uma continuidade do paradigma antropológico, embora, como referimos, no período anterior já se encontrem alguns apontamentos conceptuais relativos ao paradigma sociológico ao longo das edições consideradas, apontamentos esses que, embora se observem de forma esporádica, irão aumentar de frequência nas duas últimas edições (1967-1973 e 1990-1993(1998)).

De acordo com a leitura dos gráficos, podemos inferir que, apesar de ser categórica e evidente em todas as edições a hegemonia do Cristianismo, também é evidente que, a partir da edição de 1933-1954, há uma subida de entradas relativa à variável Outras religiões. Deste modo, com base nos dados disponíveis, não podemos dizer que se assistiu a uma ruptura conceptual. Assumindo-se o paradigma antropológico como o mais significativo, é também um facto evidente que se assistiu a um crescimento do paradigma sociológico que se traduziu, essencialmente, na subida da variável Outras religiões a partir da edição alemã (1934-1953), seja em termos absolutos, seja em termos percentuais, como poderemos observar na projeção dos gráficos respectivos.

1.2.5 Ciências sociais

Na análise desta variável, dada a diversidade de temas que nela é contemplada, optamos por analisar cada item *per si*, integrando-o e comparando-o simultaneamente com cada uma das edições consideradas.

Assim, no que respeita à Sociografia, divisão 308, cumpre-nos tecer as seguintes considerações a nível conceptual: entre as edições de 1905 e 1967-1973 observa-se uma homogeneidade de assuntos. Nesta divisão e ao longo das três edições, são representados assuntos relacionados com as condições de vida política e social de diversos países, regiões, povos e raças.

Relativamente à edição de 1990-1993(1998), apesar de se observarem alterações relativamente à terminologia, como já foi referido no respectivo ponto, o conteúdo mantém-se igual.

Assim, relativamente a esta divisão que representa a sociografia dos países e regiões, a nível conceptual não se observaram alterações no período considerado (cerca de Cem anos). Dado o inexpressivo número de entradas, o que demonstra um fraco desenvolvido deste assunto, não é possível determinar o paradigma ou as teorias que lhe estão subjacentes.

No que respeita à subclasse *31 Estatística* e, em concreto à divisão *312*, que representa a Demografia e a população, ao contrário do que se observou na Sociografia, apresenta algumas alterações ao longo do período em estudo, permitindo através dos assuntos que representa, identificar os paradigmas e as teorias da etnicidade.

Entre a edição de 1905 e a edição de 1967-1973 observou-se um aumento considerável de entradas, com vista à introdução de novos conceitos e à especificação de alguns outros que já existiam.

Assim, entre a edição de 1905 e a de 1927-1933 foram acrescentados os seguintes assuntos: a *natalidade* e a *mortalidade segundo a raça*. Na edição de 1934-1953, encontramos um maior desenvolvimento no que respeita aos aspectos demográficos, concretamente no que se relaciona com a *natalidade* e com a *mortalidade*. Segundo esta orientação vamos observar assuntos como o *nascimento segundo a condição social*, *nascimento segundo a raça*, *nascimento segundo a nacionalidade* e *nascimento segundo a língua*.

A especificidade que se observa no desenvolvimento do conceito *nascimento* é paralela àquela que se observa no desenvolvimento do conceito *mortalidade*, encontrando-se este aspecto especificado, de forma explícita, nas raças: *brancos*, *negros*, *judeus*, *indianos* e *chineses*.

Na edição de 1967-1973, de uma forma mais abreviada, apresentam-se as mesmas temáticas que acabamos de mencionar. O facto de os conceitos serem representados de uma forma mais abreviada prende-se com a circunstância de esta edição ser média desenvolvida, ao contrário das outras duas, que são edições desenvolvidas e, por isso, apresentam os assuntos sob uma forma mais desenvolvida.

Por último, na edição de 1990-1993(1998) observam-se alterações significativas relativamente ao conteúdo.

A divisão que até esta edição passou a representar conteúdos sobre Demografia e população, passa agora a representar apenas a Estatística da

população. Observa-se a introdução do 314, que representa a Demografia e os estudos da população.

Ao compararmos a edição de 1990-1993(1998) com as outras edições consideradas neste estudo, iremos observar, relativamente aos conteúdos da subclasse 31, que eles são, na generalidade, os mesmos. A alteração conceptual verifica-se no que respeita às notações da divisão 314, ao introduzir novos assuntos relacionados com o conceito Etnia. Deste modo, pela primeira vez, na subclasse 31 vamos encontrar, entre outros assuntos, os seguintes: *Migrações forçadas, política racista, questões nacionalistas e raciais, política de genocídio, imigração, emigração, refugiados, exilados, expulsos e pessoas deslocadas.*

Estes novos conceitos observados à luz dos paradigmas e teorias da etnicidade, concorrem, no nosso entender, para uma alteração de paradigma, se os compararmos com aqueles que se podem observar nas edições anteriores. É um facto que se observam, nesta edição, alguns resíduos do paradigma, que entendemos ser o preponderante nas edições anteriores – o paradigma antropológico, veja-se o caso dos conceitos: *Densidade populacional segundo a raça, segundo a origem social e segundo a língua.* No entanto, é por demais evidente a presença do paradigma sociológico, essencialmente a teoria do conflito étnico. Conceitos como *Política racista questões nacionalistas e raciais, migrações forçadas ou refugiados exilados e expulsos* são a prova real dessa discriminação que sustenta a teoria do conflito étnico.

Os conceitos *migrações, migrações internas, imigração e emigração*, por seu lado, sustentam e denunciam a teoria do pluralismo étnico que, em muitos casos, concorreu para a teoria do conflito étnico, como já referimos no respectivo ponto²⁵⁵.

Por isso, entendemos que, a par de uma linha de continuidade conceptual, existe também uma linha de ruptura ao nível dos paradigmas.

²⁵⁵ Ver: Descrição das teorias da etnicidade

A introdução da divisão *316 Sociologia*, na subclasse *31*, cujos assuntos nela representados se relacionam com o nosso objecto de estudo, concorre e vem consolidar a nossa ideia de que nesta subclasse se observa uma continuidade e simultaneamente uma ruptura conceptual, como poderemos verificar no período que se segue.

Nesta divisão encontramos alguns assuntos que se relacionam com o paradigma antropológico, tais como: *Sociedades escravagistas, sociedades coloniais e neo-coloniais, estratificação social com base na nacionalidade, raça, étnia ou de pertença religiosa*. Por outro lado, encontramos também conceitos que se identificam com o paradigma sociológico, tais como, *Psicologia étnica, etnopsicologia, maiorias e minorias étnicas*.

Estes elementos são reforçados com os dados estatísticos relativos a esta subclasse. Apesar de se observarem algumas hesitações nos dados, que em alguns casos se manifestam em contracções, o resultado desta subclasse apresenta um crescimento de dezassete entradas se compararmos o número da primeira edição (cinco entradas) com o da última (vinte e duas entradas). Registamos também a subida do número de entradas entre a edição de 1967-1973 e a de 1990-1993(1998).

Em última análise, importa referir que esse crescimento expressa a transição do paradigma antropológico para o sociológico, assim como a consolidação da teoria do pluralismo étnico e a teoria do conflito étnico.

Relativamente à *Política*, representada na subclasse *32*, importa referir, para a nossa análise, os seguintes assuntos e o seu desenvolvimento representados nas seguintes divisões: *Política interna 323, Migração e colonização 325, Escravatura e trabalho forçado 326, Relações internacionais 327 e Partidos políticos 329*.

A edição de 1905 é parca neste assunto apresentando, no que concerne ao mesmo, uma única entrada com a notação *323.1 Movimento e questões das nacionalidades, das raças e das línguas*.

A edição de 1927-1933, na divisão *321* relativa ao *Estado*, às *sociedades e classes sociais* encontramos a subdivisão *321.2*, que representa os assuntos: *tribos, clans, castas e fratrias*.

Na subdivisão *323 Política interna*, esta é apenas composta por uma entrada: *Movimentos e questões de nacionalidades, de raças e de língua*.

Na edição alemã de 1934-1953, na divisão 321 *Sociedade. Estado*, encontramos a mesma entrada que foi observada na edição anterior. Todavia, na divisão 323 iremos encontrar um conjunto de novas entradas que ainda não se encontram contempladas na edição anterior. Entre outros casos, que se poderão observar na Tabela 34, salientamos: *Distribuição da população segundo a raça e a nacionalidade*, *Movimentos contra certas raças ou nacionalidades*, *Movimentos a favor de certas raças ou nacionalidades*, *Minorias nacionais* e *Escravos. Servos*.

Relativamente à edição de 1967-1973, na divisão 323 *Política interna*, observamos todos os assuntos encontrados na edição anterior e ainda a introdução da subdivisão 323.14 *Exageros nacionalistas (Superioridade racial)*, assim como o conceito *Autonomia e autodeterminação das nacionalidades*, subdivisão 323.17.

Na edição de 1990-1993(1998) verificamos a entrada de dois novos assuntos: *Estrangeiros*, subdivisão 323.113 e *Separação das raças. Segregação racial*, na subdivisão 323.118.

Pelo exposto, verificamos que existe de uma forma geral uma continuidade em relação aos temas, se compararmos as edições. Os temas que se encontram presentes ao longo das edições denunciam o paradigma antropológico. Esta realidade é confirmada pela consistência conceptual observada na edição de 1905 e na edição de 1927-1933, na medida em que as duas edições apresentam as mesmas entradas, traduzindo ambas este paradigma. Contudo, a partir da edição alemã de 1934-1953 começa a vislumbrar-se uma alteração de paradigma com a introdução de assuntos que se encontram relacionadas com o paradigma sociológico e as teorias do pluralismo étnico e do conflito étnico.

Esta nova orientação irá desenvolver-se ao longo da edição de 1967-1973, consolidando-se na edição de 1990-1993(1998), a qual apresenta todas as entradas, dentro desta linha, que se encontram representadas na edição alemã e na edição francesa de 1967-1973, acrescentando ainda outras relacionadas com os *estrangeiros* e o *racismo*, dois assuntos que se identificam sobretudo com a teoria do conflito étnico.

No que respeita à *colonização e migrações*, divisão 325, podemos presenciar um cenário idêntico ao observado no que se refere à Política interna. Podemos verificar na edição de 1905 e nesta divisão o registo de três assuntos, a saber: *Imigração, Emigração e Tratamento de indígenas*.

Na edição de 1927-1933 vamos encontrar estes mesmos assuntos, se bem que apresentados de uma forma mais desenvolvida. Entre outros encontram-se registados os seguintes: *Protecção dos emigrantes, transporte dos emigrantes, colonização e migração intracontinental, deportação em massa e governo de indígenas*.

A edição alemã de 1934-1953 além de todas as entradas que se encontram nas edições anteriores, apresenta mais duas novas: *Emigração voluntária, Refugiados. Deslocados, Colonização passiva e Tipos de colonização*.

A edição de 1967-1973, além de introduzir duas entradas às existentes, nesta edição elimina alguns assuntos, tais como: *Colonização e migração intracontinental, Colonização e migração interior, Governo de indígenas e Tratamento e estatuto dos indígenas*.

Em relação aos novos termos será de referir que eles se encontram apresentados sob forma específica. Assim, no que respeita à entrada para *emigrantes, proscritos, evacuados, pessoas deslocadas e deportados*, assuntos que se encontram integrados na mesma entrada, em casos que se justifique recomenda-se a divisão: *por causas religiosas, por causas racistas*.

Por último, no que respeita à edição de 1990-1993(1998) importa referir a eliminação das entradas *População indígena em vias de desenvolvimento e População indígena evoluída* e a reentrada do assunto *Tratamento e estatuto dos indígenas*.

Relativamente a este assunto específico deverá referir-se que, na linha do que se observou nos temas já analisados e que constituem a subclasse 32 Política, também nesta subdivisão 325, e ao longo das edições consideradas, observamos, no geral, uma continuidade da maioria dos assuntos nela representados. Os assuntos representados nas três primeiras edições têm a particularidade de se integrarem nos dois paradigmas. Por um lado encontramos assuntos que se identificam com o paradigma antropológico, como por exemplo *Tratamento de indígenas, Colonização e migração*

intracontinental e *Governo de Índigenas*, e por outro lado, assuntos que se integram no paradigma sociológico, entre os quais salientamos os seguintes: *Imigração, Protecção dos emigrantes e Refugiados. Deslocados*.

Partindo desta constatação, entendemos que estas edições indicadas representam um compromisso entre estes dois paradigmas. Todavia, na edição de 1934-1953, já se observam alguns indícios de transição para o paradigma sociológico. Nas edições de 1967-1973 e 1990-1993(1998) com base na análise dos assuntos que representam esta temática e naqueles que eliminam, leva-nos a inferir que estas se encontram mais próximas conceptualmente do paradigma sociológico do que do paradigma antropológico.

Relativamente à divisão 326 *Escravidão e servidão*, na edição de 1905 ela é composta por cinco entradas que se encontram relacionadas com a escravatura e com a servidão. Entre outros assuntos nela representados salientamos o *comércio de escravos, a luta contra a escravatura, os servos e a servidão*.

Na edição de 1927-1933 encontramos todos os assuntos observados na edição de 1905 e ainda uma outra entrada, que representa a *Teoria em favor da escravatura. Esclavagismo*.

Na edição alemã de 1934-1953 não se encontram alterações relativamente a este assunto. Encontram-se todos os assuntos representados na edição anterior.

É, contudo, na edição de 1967-1973, que vamos encontrar alterações significativas. O número de entradas diminui; entre elas salientamos *Contratos de servidão, Servos e escravatura, Teoria em favor da escravatura. Esclavagismo*.

Na edição de 1990-1993(1998), observam-se as entradas registadas na edição anterior e a reentrada do conceito *Servidão*.

Relativamente a este assunto e à sua representação nas edições consideradas, podemos referir que é um assunto pouco expressivo e que a sua representação apresenta um baixo nível de consistência, na medida em que ao longo das várias edições assistimos à introdução de novas entradas, à eliminação de outras e ainda à reentrada de outras.

No que respeita aos paradigmas da etnicidade entendemos que este tema, de uma forma geral e ao longo de todas as edições consideradas, se identifica com o paradigma antropológico, devido aos assuntos que representa.

Relativamente à matéria em estudo, a edição de 1990-1993(1998) introduz na divisão 327 *Relações internacionais. Política mundial*. Desta divisão apresentamos duas entradas com ela relacionadas, a saber: *Movimentos de integração baseados em princípios linguísticos, étnicos, raciais, religiosos ou geográficos* e *Cidadãos nacionais no estrangeiro, e Problemas das minorias em via de naturalização de acordo com o plano da política para estrangeiros*.

Como poderemos observar, estes novos assuntos, introduzidos apenas nesta edição relativamente aos paradigmas da etnicidade, identificam-se com o paradigma sociológico. Dentro deste paradigma podemos vislumbrar a teoria da assimilação étnica, na medida em que estes assuntos fazem referência à *integração de estrangeiros* na comunidade acolhedora, nomeadamente no que diz respeito aos *movimentos de integração* e à *naturalização de estrangeiros*.

No que concerne à divisão 329 *Partidos políticos*, as edições de 1905 e 1927-1933 privilegiam os mesmos assuntos. As duas edições representam este assunto segundo a religião (católicos e anticlericais), a *nacionalidade*, a *raça* e a *língua*.

Na edição alemã de 1934-1953, no que se refere a esta divisão, constam os assuntos contemplados nas outras edições, é introduzida uma nova entrada, *Antisemitismo* e elimina-se, outra: *Partidos políticos segundo a raça e a língua*.

Na edição de 1967-1973 encontramos alguns assuntos que se encontram nas edições anteriores, observamos a reentrada do assunto *Partidos e movimentos com tendência antireligiosa* e a eliminação do assunto *Antisemitismo*.

Relativamente à edição de 1990-1993(1998), na linha das outras edições, esta apresenta a maioria dos assuntos nelas representados e acrescenta um outro novo conceito *Movimentos relativos à separação das raças (Apartheid)*.

De acordo com o exposto e, no que respeita à *Política*, podemos inferir que se assiste, embora de forma não linear, a uma continuidade da maioria dos assuntos de umas edições relativamente às outras. Estes assuntos, registados nas edições consideradas, denunciam uma componente que se identifica com o paradigma antropológico. Todavia, a partir da edição de 1934-1953 assiste-se à introdução de assuntos que denunciam o paradigma sociológico, como é o caso do conceito *Antisemitismo* nesta mesma edição e do conceito *Apartheid*, na edição de 1990-1993(1998) que identificamos com a teoria do conflito étnico.

A partir destes dados entendemos que há uma evolução de paradigmas e uma representação da realidade social e política.

Completando estes elementos com os dados estatísticos relativos à *Política* e, a título de síntese, assistimos, de uma forma geral, a um crescimento exponencial ao longo das edições consideradas, que se quantifica em dez entradas entre a primeira edição e a última. Em última análise, este número traduz um crescimento do paradigma sociológico e das teorias a ele associadas.

No que respeita ao Direito, subclasse 34, tema no qual encontramos alusão ao nosso objecto de estudo, encontra-se referenciado nas seguintes divisões: 340 *Direito geral e Direito comparado*, 341 *Direito internacional*, 342 *Direito constitucional e direito público*, 343 *Direito penal*, 347 *Direito privado*, 348 *Direito Eclesiástico*.

Todas as tabelas das edições consideradas, exceptuando as edições de 1934-1953 e 1990-1993(1998), das quais foi eliminada a divisão 340, apresentam nela uma entrada que se relaciona com a nossa matéria de estudo. Verifica-se que, ao longo das edições, este assunto vai alterando a sua terminologia, dependendo da forma mais ou menos exaustiva sob a qual representa o conceito. Assim, nas edições de 1905 e 1927-1933 aparece sob a expressão *Jurisprudência etnológica e direito dos povos primitivos em geral*. Na edição de 1967-1973 este assunto apresenta-se sob uma forma mais abrangente, na medida em que nele são consideradas as diferenças e as analogias entre os direitos dos diferentes povos, raças e épocas.

No que concerne à divisão 341 *Direito internacional*, entre a edição de 1905 e a edição de 1927-1933 observa-se uma considerável evolução a nível conceptual. Esta evolução continuará a manifestar-se nas edições seguintes mas a um ritmo mais lento.

Deste modo, às duas entradas sobre este tema que se encontram representadas na edição de 1905 e que reflectem temas relacionados com os *princípios das nacionalidades* e a *situação dos estrangeiros*, a edição de 1927-1933 acrescenta, entre outros assuntos, os seguintes: *Direitos das minorias*, *a expulsão*, *exclusão*, *reenvio de estrangeiros*, *refugiados políticos* e *direito de asilo*. A edição alemã de 1934-1953 contempla todas estas entradas e acrescenta mais duas relacionadas com as *relações jurídicas entre os nacionais e os estrangeiros*. No que respeita à edição de 1967-1973 e à edição de 1990-1993(1998), na primeira não se verificam alterações significativas; na segunda, se por um lado se mantêm algumas entradas consideradas nas outras edições, como por exemplo o *Direito das minorias*, por outro observamos a introdução de novas matérias, tais como *Genocídio*. *Morte de indivíduos que pertencem a grupos nacionais, étnicos, ou raciais em vias de extermínio*. Nesta edição e nesta divisão, observamos ainda a eliminação das entradas relativas aos *Princípios das nacionalidades* e *Direitos dos povos*, assim como a entrada relativa à *Situação dos estrangeiros*.

Na divisão 342, relativa ao Direito constitucional e ao Direito público, encontram-se registados assuntos que se relacionam com os Direitos humanos.

Assim e, logo na edição de 1905, encontramos conceitos associados a este assunto como, por exemplo, *Igualdade das raças e das religiões*. *Situação dos judeus, das raças estrangeiras e primitivas*. *Liberdade de consciência e de cultos e nacionalidade, raça e religião*.

Na edição de 1927-1933, a par dos assuntos observados na edição anterior, são introduzidos outros assuntos relacionados com a *nacionalidade* e com os *estrangeiros*. Outros conceitos novos devem também ser considerados objecto de relevo; é o caso do emprego *das Línguas oficiais* e da *Liberdade individual*.

Na edição alemã de 1934-1953 não se verificam alterações conceptuais. Apresenta os mesmos assuntos que foram considerados na anterior.

A edição de 1967-1973, de uma forma geral inclui todos os assuntos representados nas edições anteriores eliminando, todavia, dois assuntos relacionados com o *Estado e as liberdades individuais* e com o *emprego das línguas oficiais*.

A edição de 1990-1993(1998), tal como observamos na edição anterior, também representa todos os assuntos das edições anteriores, verificando-se ainda a reentrada do assunto relacionado com as *línguas oficiais, línguas nacionais e direitos línguísticos*, assunto que tinha sido eliminado na edição de 1967-1973.

Para terminar este tema - Direito, dado o interesse dos conceitos que regista nas suas divisões, passamos à análise do Direito penal, Direito civil e Direito eclesiástico.

No que respeita ao Direito penal, divisão 343, a edição de 1905 regista conceitos que se encontram relacionados com a *liberdade de culto*, com a *servidão* e a *escravatura* e com a *criminalidade associada às diferentes raças*.

A edição de 1927-1933 regista os mesmos assuntos observados na edição anterior e acrescenta um novo relacionado com os *selvagens e primitivos*.

Relativamente às edições de 1934-1953 e de 1967-1973, não há observações significativas a registar relativamente às anteriores.

Na edição de 1990-1993(1998) observam-se algumas alterações a nível de conteúdos no que respeita ao Direito penal. Assim, verificamos, de uma forma geral, a presença dos mesmos assuntos que se encontram registados nas edições anteriores, a introdução de novos assuntos e a eliminação de outros. Entre os novos assuntos introduzidos encontram-se os relacionados com a *emigração clandestina, a passagem ilícita nas fronteiras, as infracções contra as liberdades fundamentais, contra os Direitos do Homem*.

Relativamente ao Direito civil, divisão 347, observamos que a edição de 1905 regista os seguintes assuntos, que se encontram relacionados com este tema: *Religião e raça, nacionais e estrangeiros, pessoas livres e servos*.

A edição de 1927-1933 aos assuntos que apresenta registados na edição anterior acrescenta o assunto relativo aos *indígenas e colonos nas colónias*.

A edição de 1934-1953 representa os mesmos assuntos que a anterior.

Na edição de 1967-1973 este assunto foi eliminado. Todavia, voltará a ser reintroduzido na edição de 1990-1993(1998) com uma entrada relativa aos *estrangeiros e nacionais estrangeiros*.

Por último, e no que concerne ao Direito eclesiástico, nas edições de 1905 e de 1927-1933, são registadas duas entradas que se relacionam com o nosso objecto de estudo, a saber: *Direito eclesiástico católico* e *Direito de outras igrejas*.

Na edição de 1934-1953 este assunto é apresentado sob estas duas entradas; todavia, no que respeita às igrejas não católicas esta entrada encontra-se subdividida nas várias igrejas como, por exemplo, Igreja anglicana, Igreja budista, Judaísmo, Islamismo, etc.

Nas edições de 1967-1973 e 1990-1993(1998) a especificidade na representação deste assunto é eliminada e ele passa a ser representado novamente pelas duas entradas que constavam das edições de 1905 e 1927-1933.

De acordo com os conteúdos expostos, podemos inferir que a eles se aplicam tanto o paradigma antropológico como o paradigma sociológico, assim como as teorias do pluralismo étnico e do conflito étnico.

Por vezes, como iremos observar, os paradigmas não se adequam aos períodos cronológicos correspondentes; apesar disso, tal situação não invalida que se reconheçam as características destes paradigmas ou teorias nos períodos considerados.

Deste modo, podemos referir que é o paradigma sociológico e as teorias do pluralismo étnico e do conflito étnico que prevalecem. Todavia, ao longo da análise dos conteúdos encontramos alguns matizes pontuais relativamente ao paradigma antropológico. Neste sentido e, de uma forma geral, ao longo desta subclasse observa-se mais do que uma continuidade linear de um paradigma, assiste-se ao seu crescimento, no caso concreto, ao do paradigma sociológico e das teorias a ele associadas.

Concretizando estas ideias, podemos verificar que na divisão 340 *Direito em geral e Direito Comparado* se encontra o paradigma antropológico

presente ao longo de todas as edições, numas de forma mais incidente do que em outras. Os assuntos nela abordados, como *jurisprudência etnológica* e *direito dos povos primitivos*, são assuntos conotados com este paradigma.

Todavia, no que concerne às entradas que se encontram representadas sob a rubrica de Direito Internacional, elas identificam-se com o paradigma sociológico. A importância que assumem os assuntos associados aos *princípios das nacionalidades, a situação dos estrangeiros, o reconhecimento das minorias e questões relacionadas com a expulsão, exclusão, refugiados políticos e direito de asilo*, são matérias muito caras ao paradigma sociológico. Paradigma que se constrói, em parte, sobre estas questões como observamos no respectivo ponto. Acresce a esta situação o facto de algumas delas se encontrarem associadas à Imigração, que consideramos ser um dos pilares deste paradigma independentemente da teoria da etnicidade que assume.

A introdução na edição de 1990-1993(1998) de assuntos que se encontram inseridos no Direito internacional, tais como o *Genocídio* e a *Morte de indivíduos pertencentes a grupos étnicos ou raciais em via de extermínio*, concorrem para que nela possamos identificar a teoria do conflito étnico.

No segmento do Direito público identificamos ainda o paradigma sociológico e a teoria do pluralismo étnico.

Este paradigma encontra-se presente quando nesta divisão são abordadas matérias relativas à *igualdade de raças e das religiões*, quando se menciona a *situação dos judeus, das raças estrangeiras, da liberdade de consciência de cultos e de nacionalidade*. É também significativa a alusão, neste ponto, aos *direitos linguísticos*. Todas estas matérias vão ao encontro da teoria do pluralismo étnico, na medida em que privilegiam temas que se identificam com as características desta teoria e que, de forma geral, se podem sintetizar no respeito e na aceitação das particularidades de cada povo: *nacionalidade, raça, religião, língua*, etc. Estes são alguns dos elementos que vemos expressos na divisão relativa ao Direito público e que, devido à sua natureza, os identificamos com o paradigma sociológico e com a teoria do pluralismo étnico.

No que respeita ao Direito penal, ao Direito civil e ao Direito eclesiástico, também estes três segmentos se pautam pelo paradigma sociológico.

É nesta conformidade que observamos, no Direito penal, assuntos relacionados com a *emigração clandestina*, assuntos que têm a ver com as *infracções contra as liberdades fundamentais e contra os Direitos do Homem*.

No Direito civil, observam-se questões relacionadas com os *estrangeiros* e com os *nacionais*.

No Direito eclesiástico o registo de duas entradas, uma relativa ao Direito canónico e outra ao Direito de outras religiões, concorre para uma equidade conceptual. A edição alemã chega mesmo, como podemos verificar na respectiva tabela, a particularizar as igrejas mais conhecidas no mundo, no segmento relativo ao Direito de outras religiões.

Pelo exposto, infere-se a presença de características não só do paradigma sociológico mas também e, em particular, da teoria do pluralismo étnico, neste ponto concreto, ao prescrever penalizações relativamente ao incumprimento das *liberdades fundamentais* e dos *Direitos do Homem*. Estas divisões, ao expressarem estes aspectos, estão a manifestar-se a favor do pluralismo étnico, que se traduz na liberdade de culto, linguístico e cultural e que, como observamos na teoria do pluralismo étnico, funcionam como um recurso de mobilização social.

Relativamente aos dados estatísticos, como já verificamos, apresentam relativamente a esta matéria um crescimento da 1ª edição para a última de sete entradas. O facto de não se assistir a grandes oscilações ao longo das edições, traduz-se no âmbito conceptual numa linha de continuidade do paradigma sociológico que, como observamos, é aquele que é mais evidente no tema considerado. Sintomático desta ideia é o facto de a edição de 1934-1953 apresentar cinquenta e uma entradas e a edição de 1967-1973 apresentar vinte e nove. Sendo a primeira uma edição desenvolvida e a segunda uma edição média, seria de supor uma oscilação mais evidente, situação que, contudo, não se verifica. Esta circunstância, em conjunto com a natureza dos dados que analisamos nas tabelas relativas a este tema, concorre para que possamos inferir que existe uma consistência e continuidade a nível conceptual. Deste modo, ao longo da análise dos conteúdos, podemos observar que não se assiste a rupturas semânticas verificando-se, nesta perspectiva, com alguma frequência, a eliminação de

alguns assuntos numa edição particular para depois, na edição seguinte, serem novamente introduzidos.

A título de síntese, relativamente a este item, podemos referir que o paradigma sociológico se manteve, de uma forma geral, ao longo de todas as edições, inclusivamente nas primeiras, nas quais seria suposto verificar-se a presença do paradigma antropológico.

Realtivamente à subclasse 35 Administração pública, a representatividade da matéria objecto de estudo é quase nula. Assim, nas edições de 1905 e 1927-1933 esta matéria apenas tem uma entrada relacionada com as *medidas policiais relativas aos estrangeiros*. Na edição de 1934-1954 observa-se a introdução de uma nova entrada sobre questões relacionadas com a *naturalidade*, entrada esta que irá ser eliminada na edição de 1967-1973. Nesta medida, na edição de 1967-1973 e na edição de 1990-1993(1998) encontra-se apenas inscrita uma entrada, aquela que já se encontrava registada na edição de 1905 e na de 1927-1933.

Dada a parca informação disponível, não nos é possível fazer uma análise mais pormenorizada deste assunto representado na subclasse 35, sobretudo no que diz respeito à aplicação das teorias e paradigmas da etnicidade.

No que respeita à subclasse 36 Assistência social. Seguros, o assunto objecto de estudo ainda não se encontra contemplado na edição de 1905.

Na edição de 1927-1933 este assunto aparece pela primeira vez, com uma única entrada sobre *escravatura*. Na edição alemã de 1934-1953 encontramos registadas três novas entradas relacionadas com *seguros contra acidentes de estrangeiros*. Na edição de 1967-1973 esta subclasse é eliminada; voltará a surgir na edição de 1990-1993(1998) com a divisão 364 Problemas sociais. Tipologia de ajudas sociais. Nesta divisão podemos observar uma entrada relacionada com a *pluralidade cultural (de acordo com os diferentes hábitos e costumes)*.

Relativamente à observação da aplicação dos paradigmas e teorias da etnicidade, apesar da reduzida informação de que dispomos, podemos identificar, de uma forma geral, os dois paradigmas, o antropológico na primeira edição com a alusão à *escravatura* e o sociológico, concretamente a

teoria do pluralismo étnico, na edição de 1990-1993(1998), com a referência ao pluralismo cultural.

Deste modo, assistimos a uma evolução conceptual, que se manifesta também na evolução dos paradigmas.

No que respeita à subclasse 37 Educação e pedagogia, nas edições de 1905 e 1927-1933, seja na divisão 371 Pedagogia e pedagogos, seja na divisão 377 Educação religiosa, ambas apresentam assuntos relacionados com o nosso objecto de estudo. Nelas podemos observar os seguintes assuntos: *educação de escravos livres, negros, índios, orientais, estrangeiros* e uma alusão à *coeducação de raças*. A par destes assuntos, registados na divisão 371, podem ainda observar-se na divisão 377 duas entradas: uma é relativa à *instrução cristã* e a outra à *instrução não-cristã*.

Na edição de 1934-1953 observamos algumas alterações de conteúdo que passamos a referir: a eliminação da divisão 377, que diz respeito, como já foi referido, à *instrução cristã* e à *instrução não-cristã* e a introdução da divisão 379 relativa às *Escolas públicas; escolas privadas e Política escolar*. Nesta divisão são desenvolvidos assuntos relativos ao ensino relacionado com aspectos religiosos e ao ensino relacionado com as questões linguísticas.

Na edição de 1967-1973 observa-se a eliminação das divisões 371 Pedagogia e 379 Escolas públicas e escolas privadas e assiste-se à introdução da divisão 376 Educação, formação e ensino de categorias particulares de pessoas. Nesta nova divisão são privilegiados os seguintes assuntos: *Ensino para crianças de pessoas itinerantes, nómadas e marinheiros, crianças estrangeiras, educação de grupos nacionais especiais, minorias, grupos religiosos e grupos étnicos e linguísticos*.

No que respeita à edição de 1990-1993(1998) ela apresenta todos os assuntos observados na edição anterior e acrescenta um outro relacionado com a *educação mista ou separada relativamente à segregação de raças, de sexo, etc.*

Relativamente à aplicação dos modelos de etnicidade nesta subclasse, pelos conteúdos analisados podemos inferir que nas duas primeiras edições (1905; 1927-1933) se observa o paradigma antropológico, na medida em que os seus conteúdos apresentam, no geral, características deste modelo. A

título de exemplo podemos referir os seguintes assuntos: *educação para escravos livres e educação para as diferentes raças*.

A partir da edição de 1967-1973 observamos a aplicação do paradigma sociológico ao privilegiar assuntos relativos à *educação de crianças estrangeiras, de minorias e de grupos étnicos e linguísticos*.

Apesar de os indicadores não se apresentarem de uma forma tão evidente como em outras subclasses que já consideramos neste estudo, não deixa, contudo, de ser perceptível uma evolução de paradigmas.

Os dados estatísticos apresentam uma recessão desta matéria, que se manifesta numa redução do número de entradas entre a primeira e segunda edições (três entradas).

Para a elaboração de uma análise consistente e credível não nos podemos ficar pela leitura quantitativa destes dados; nesta situação, tal atitude concorreria para uma leitura conceptual atrofiada e desvirtuada, na medida em que os dados recolhidos e apresentados nas tabelas nos proporcionam uma leitura que converge exactamente no sentido contrário. Neste sentido, os assuntos nelas registados apresentam um crescimento semântico que converge para os quadros mentais dos períodos considerados.

No que respeita à subclasse 39, é aquela que ao longo de todas as edições apresenta um maior número de assuntos relacionados com o nosso objecto de estudo. Tal circunstância decorre do facto de esta subclasse representar, na generalidade, assuntos relacionados com os costumes e cultura de determinados povos.

Assim, os temas predominantes nesta subclasse são: os *costumes relativos à vida privada, a morte e os assuntos culturais* com ela relacionados, os *costumes relativos à vida pública*, especificamente no que se refere às manifestações sociais e ainda os assuntos associados ao folclore em sentido restrito, como por exemplo as *tradições populares e a sabedoria popular*.

A edição de 1905, entre outros assuntos, aborda aqueles que se encontram relacionados com os temas descritos no período anterior.

Na edição de 1927-1933 podemos observar todos os temas que se encontram registados na edição anterior. Os temas referidos nesta edição, na sua maioria encontram-se mais desenvolvidos. Assim, nesta edição, a divisão

391 apresenta-se mais desenvolvida e regista os seguintes assuntos: *máscaras, tatuagens e mutilações*. Este desenvolvimento de temas observa-se também na divisão 392. Nesta divisão podemos observar assuntos relacionados com os *costumes de nascimento, baptismo* e com os *rituais de puberdade e maioridade*. Outro tema que apresenta um nível de desenvolvimento considerável nesta edição é aquele que se refere aos *sacrifícios humanos* e aos *costumes de casamento e vida em comum*.

Nesta divisão são ainda introduzidos assuntos associados aos *hábitos e dieta alimentar*. Outros assuntos que são introduzidos pela primeira vez de forma desenvolvida são aqueles que dizem respeito aos *rituais da morte*.

Na divisão relativa à *vida pública* e ao *folclore propriamente dito* não se observam alterações significativas relativamente à edição anterior.

Nesta edição foi eliminada a entrada relativa aos *costumes de guerra*.

No que respeita à edição de 1934-1953 como podemos observar nas tabelas, verifica-se sensivelmente o mesmo número de entradas. Nesta edição assistimos à introdução de novos temas e também à eliminação de outros.

Assim, na divisão 391 verificamos a introdução de um assunto relacionado com o *enfeite dos animais*, com os *ornamentos e trajes*, na divisão 392 verificamos a entrada, entre outros, dos seguintes assuntos: *rituais associados ao sacrifício de crianças, vampiros, lobisomens, namoro, votos de noivado, poligamia e monogamia, concubinato, proibições religiosas relacionadas com o casamento, celibato*, etc.

Na divisão 393 assistimos à introdução de assuntos relacionados com o *luto, oblação, viuvez e ritos* com ela relacionados. Encontram-se ainda registados os conceitos: *duelos e suicídios*.

A divisão 398, na qual é representado o *folclore propriamente dito*, é aquela que apresenta uma maior introdução de entradas, nela observamos as seguintes: *farsas, gnomos, ninfas, duendes, gigantes, bruxas* e outros elementos relacionados com o mundo da fantasia.

É também nesta divisão que se encontram os assuntos que foram eliminados: *fadas, elfos, dragões e espíritos*.

A edição de 1967-1973 é caracterizada essencialmente pela eliminação de um conjunto de assuntos que se encontram registados nas divisões 392,

relacionados com os *Costumes da vida privada*, 393 *Rituais associados à morte* e na divisão 398 *Folclore*.

Assim, assuntos relacionados com os *sacrifícios humanos*, tais como os assuntos relacionados com as *promessas de casamento*, a *corte* e o *casamento*, nesta edição encontram-se representados no geral. Os assuntos também relacionados com os *rituais da morte* passaram a ser representados de uma forma mais abreviada.

No *folclore* também é eliminado um conjunto significativo de entradas relacionadas com o mundo *fantástico e imaginário*.

Na edição de 1990-1993(1998) encontravam-se quase todas as entradas registadas na edição de 1967-1973 observando-se, contudo, a eliminação da entrada relativa à *ornamentação dos animais* e a reentrada do *celibato* e a *não consumação do casamento por razões religiosas*. Por último, na divisão relativa ao *folclore propriamente dito* assistimos também à reentrada dos assuntos relativos aos *espíritos da terra*, aos *livros de canções* e à *interpretação popular dos sonhos*.

No que respeita à adequação dos paradigmas étnicos e das teorias da etnicidade a esta subclasse 39, podemos observar duas perspectivas.

Relativamente às edições de 1905 e de 1934-1953, tendo em conta os seus conteúdos, podemos identificar o paradigma antropológico. Nestas edições e no que concerne à subclasse referida encontramos assuntos que se prendem com culturas diversas, entre as quais culturas tribais, que se encontram ainda num estado da sociedade muito próximo do concreto. Expressões desta ideia são os seguintes assuntos, registados na divisão relativa à vida privada 392 de entre os quais destacamos: os sacrifícios e exposição das crianças, o infanticídio sistemático, rituais de puberdade, os homicídios como ritos, o canibalismo e a antropofagia. Outro assunto a considerar porque denuncia este aspecto, é o caso do tratamento dos cadáveres na divisão 393. Na divisão relativa ao folclore propriamente dito 398, encontra-se registado um número considerável de entradas que denunciam esse tipo de sociedades nas quais se vive ainda muito ligado aos aspectos concretos, ao sobrenatural e às superstições. Entre outros assuntos igualmente significativos registamos os seguintes: *superstições e credices*, o

culto do fogo, os seres sobrenaturais (fadas, elfos, gnomos), os fantasmas, etc.

Destes povos que vivem ainda neste estágio, encontramos registado na subclasse 397, o grupo étnico - os ciganos.

É um facto que este tipo de povos mais próximos da natureza do que dos meios urbanos se encontra igualmente mais próximo do paradigma antropológico do que do paradigma sociológico.

A edição de 1934-1953 acrescenta um número considerável de entradas sobre este tema, relativamente à edição de 1927-1933. Este número deve-se sobretudo ao desenvolvimento de algumas entradas.

Nesta situação encontramos alguns casos que se inscrevem na divisão relativa à vida privada 392 e na divisão 398 relativa ao folclore.

Esta edição apresenta os conteúdos muito próximos das edições anteriores, por este facto entendemos que ela também se identifica com o modelo antropológico.

A edição de 1967-1973, em relação à edição anterior caracteriza-se pela eliminação de um significativo número de entradas que, na maioria dos casos, são subdivisões. Esta situação prende-se com o facto de ser uma edição média e não uma edição desenvolvida como a anterior. Apesar de se verificar esta circunstância, mantêm-se os assuntos principais que foram considerados na edição anterior; por este facto esta edição também expressa o paradigma antropológico. Este modelo, pelas razões aduzidas para as edições anteriores, também se encontra traduzido na edição de 1990-1993(1998).

Para completarmos esta análise de conteúdo relativa à subclasse considerada, importa referir, apoiando-nos nos dados estatísticos, que entre a 1ª edição (1905) e a edição de 1934-1953, este assunto foi crescendo em termos de entradas. Verifica-se também nas edições médias desenvolvidas que é a variável que apresenta um maior número de entradas relativamente às outras variáveis. Relativamente ao peso percentual que esta representa ao longo das edições, assistimos a uma ligeira subida entre a 1ª edição e a última.

A título de síntese, relativamente à classe 3 Ciências sociais será de referir que ela se pauta pelos dois paradigmas: o antropológico e o sociológico.

Também identificamos as teorias do pluralismo étnico e a teoria do conflito étnico em algumas subclasses, como a *Estatística* e a *Política*.

De uma forma geral observamos, não uma ruptura conceptual, mas uma continuidade ao longo das várias edições. Reflexo desta situação é a subclasse 39, na qual, como verificamos, se observa a continuidade do paradigma antropológico.

1.2.6 Antropologia

Relativamente a este tema, que se encontra representado na divisão 572 da subclasse 57 Ciências biológicas, na edição de 1905 ele aparece expresso em três entradas, que representam os seguintes assuntos: as características sociais e étnicas em geral dos povos, a classificação das raças e dos povos e por último a antropologia especial.

Na edição de 1927-1933 observa-se a eliminação dos assuntos relacionados com as características sociais e étnicas, assim como a classificação das raças e dos povos. É introduzido, todavia, um novo assunto associado semanticamente à diversidade da espécie humana: *Diversidade de raças*.

Por sua vez, a edição alemã de 1934-1953 apresenta o mesmo número de entradas e os mesmos assuntos que a edição anterior.

No que respeita à edição de 1967-1973, ela acresce aos conceitos que emigraram da edição de 1934-1953 outras novas entradas. Entre elas salientamos a *Antropobiologia*, a *Fisiologia das raças*, a *Patologia das raças* e os *Diversos tipos de raça*.

Por último, a edição de 1990-1993(1998) apresenta todos os assuntos da edição anterior, excluindo a entrada relativa aos diversos tipos de raça humana.

Ao observarmos os assuntos representados nas tabelas, é evidente que se verifica uma evolução nos assuntos a partir da edição de 1967-1973. Esta evolução é tão mais relevante se considerarmos que estas últimas edições são médias desenvolvidas ao contrário das outras três, que são desenvolvidas. Por este facto entendemos que há uma evolução significativa.

Quanto à aplicação dos paradigmas e teorias da etnicidade, entendemos não ser pertinente fazê-lo neste assunto por duas razões. Por um lado, porque as teorias consideradas são das Ciências sociais, enquanto que a matéria representada nesta divisão pertence às Ciências aplicadas; por outro, porque ao fazê-lo teríamos que ter um conhecimento razoável da evolução das teorias no âmbito da biologia relativamente a este assunto, o que neste caso concreto não acontece.

Daí que fazermos qualquer análise neste sentido seria cientificamente despropositado e inadequado.

Conclusões

Neste capítulo pretendemos apresentar as conclusões que resultaram deste trabalho de investigação. Elas são apresentadas sob dois itens:

Conclusões gerais e conclusões específicas. As conclusões gerais vão incidir, por um lado, na primeira parte do trabalho, na qual se descreve a essência e natureza das classificações bibliográficas e em particular, as da Classificação Decimal Universal e, por outro na segunda parte do mesmo, na qual se aborda a representação e evolução à evolução do conceito Etnia. Assim, neste capítulo propomo-nos registar as macro-ideias que resultaram da articulação das duas partes desta investigação. Nelas iremos destacar quatro ideias-chave. As três primeiras prendem-se directamente com os objectivos do nosso trabalho e irão abordar questões relacionadas com a dinâmica e a imparcialidade deste sistema na representação dos conceitos; a quarta prende-se com a natureza da estrutura da própria Classificação Decimal Universal.

As conclusões específicas irão debruçar-se essencialmente sobre o estudo de caso – Etnia. Nelas pretendemos registar algumas ilações relativas à sua representação e evolução na Classificação Decimal Universal. Por isso, iremos registar algumas ilações que pela sua pertinência e relevância, foram pontos conclusivos relativos a este tema.

Tais ilações foram sendo registadas ao longo da análise dos resultados das tabelas e sobretudo dos gráficos apresentados.

Conclusões gerais

1) Dinâmica e contemporaneidade da Classificação Decimal Universal

A primeira conclusão geral a registar prende-se com o facto de termos observado ao longo deste trabalho que as classificações bibliográficas são entidades dinâmicas e, como tal, se foram gradualmente ajustando aos novos paradigmas do saber, adaptando para tal os seus quadros classificatórios, com o fim de dar-lhes resposta.

James Thompson²⁵⁶, na breve história que apresenta sobre os esquemas de classificação, permite-nos constatar também esta realidade.

Todavia, esta resposta, apesar de se verificar ter decorrido, na maioria dos casos, em tempo útil, pois verifica-se um acompanhamento das mentalidades que se traduz na representação dos novos modelos epistemológicos, essa resposta, foi morosa e por vezes incompleta.

Assim, e partindo sobretudo da II Parte do nosso trabalho podemos concluir que os planos de classificação sempre acompanharam as evoluções e revoluções epistemológicas, as mudanças de paradigmas e as alterações parcelares ocorridas nas mentalidades.

Para poderem ser estruturas abrangentes e representativas da totalidade das disciplinas e do horizonte do saber, constituindo-se em si próprias instrumentos de recuperação da informação referentes a todas as disciplinas e modalidades da produção intelectual já existente, e para poderem abarcar as novidades cognitivas mais imediatas, tiveram de adaptar de forma diacrónica os seus esquemas epistemológicos.

Daí poder afirmar-se que os planos de classificação foram e são modelados pela evolução das mentalidades e pela evolução científica. O surgimento de novas disciplinas e as transformações do estatuto epistemológico das existentes ditam as suas alterações.

O presente trabalho é sintomático desta ideia de progresso gradual no que respeita à representação de conceitos evolutivos, no caso concreto o de Etnia.

Assim, como verificamos na primeira parte do trabalho, na qual a sistematização e a evolução do conhecimento apresentam, no geral, um percurso caracterizado mais pelo crescimento contínuo do que por grandes rupturas epistemológicas, também na Classificação Decimal Universal isso acontece, como podemos

²⁵⁶ THOMPSON, James – *A history of the principles of librarianship*. 1974. P. 139-149.

observar através do estudo estatístico do conceito Etnia. Os valores projectados nos gráficos dão-nos conta de um crescimento não linear, pautado por oscilações que se manifestam por fases de regressão e de crescimento. As classificações, neste sentido, apresentam um comportamento dinâmico.

Ora, este tipo de comportamento ajusta-se à própria evolução da sociedade, que também se vai transformando, num processo contínuo mas não linear, pautado quase sempre por retrocessos e avanços sucessivos. Trata-se de um processo que como tivemos oportunidade de observar, sobretudo na primeira parte do trabalho, é caracterizado pela introdução de novos conceitos e pela aniquilação e reformulação de outros.

Este percurso sinuoso também se encontra destacado nas tabelas, nas quais se encontram registados os conceitos relacionados com o conceito Etnia.

O déficit que encontramos nas mesmas, não se prende com a adequação dos seus quadros classificatórios aos quadros epistemológicos emergentes, mas sim ao número pouco significativo de entradas e ao seu desenvolvimento, como podemos verificar no estudo estatístico; num universo de aproximadamente trinta e quatro mil entradas, apenas quatro mil e seiscentas se relacionavam com este tema.

2) Evolução formal e evolução conceptual

A segunda conclusão vem completar a primeira, na medida em que aborda a contemporaneidade dos modelos epistemológicos e a forma como eles se encontram representados na Classificação Decimal Universal, situação que por si já revela uma dinâmica social e mental.

No capítulo relativo à análise dos dados recolhidos concluímos que, no que respeita ao conceito estudado - Etnia, expresso em quatro mil e seiscentas entradas de um total de trinta e quatro mil,

observamos que estas apresentam e se adequam, de uma forma geral, aos modelos epistemológicos que foram surgindo ao longo do século XX, relativamente a este tema.

De uma forma geral, nas variáveis analisadas ao longo das edições objecto de estudo, concluímos que mais do que observarmos uma ruptura dos paradigmas considerados, observamos, antes, em muitas situações, um compromisso dos dois (antropológico e sociológico) devido ao facto de os encontrarmos na mesma edição, e por vezes, dentro da mesma variável, como acontece, por exemplo, com a variável Costumes.

Ainda relativamente aos paradigmas e teorias da etnicidade, pela leitura das tabelas e gráficos elaborados, concluímos, por um lado que existe um ajustamento significativo entre o paradigma antropológico que se encontra sobretudo nas duas primeiras edições (1905; 1927-1933), seja a nível de conteúdos, seja a nível formal; por outro, assistimos a uma presença significativa do paradigma sociológico a partir da edição alemã de 1934-1953.

Na edição de 1967-1973 e na de 1990-1993(1998) verificamos não só a presença do paradigma sociológico mas também a das teorias do pluralismo étnico e do conflito étnico, que se desenvolveram e se impuseram ao longo da segunda metade do século XX. O caso mais paradigmático da representação destas teorias observa-se na edição de 1990-1993(1998), com a introdução da divisão relativa à sociologia, na qual se encontram abordados assuntos referentes a esta temática.

Ainda no que respeita à representação da contemporaneidade e, que como referimos no último período, se manifesta na presença dos paradigmas e teorias da etnicidade nas edições consideradas, não podemos deixar de referir, a título de exemplo, uma situação observada nas edições de 1934-1953 e 1967-1973. Na edição alemã aparece o assunto *Antisemitismo*, na edição francesa de 1967-1973, este assunto é eliminado. Entre outros assuntos aos quais podíamos recorrer para apresentar a contemporaneidade

desta classificação, pareceu-nos que dada a sua natureza e as mentalidades da época seria este o mais significativo.

No que respeita à evolução formal, em particular, de acordo com análise da mesma e que se encontra registada no capítulo relativo à análise dos resultados, podemos concluir, de uma forma geral, que houve um ajustamento da terminologia que serve para explicar as notações das respectivas tabelas.

Como poderemos observar ao longo do ponto respectivo a partir da edição alemã, essencialmente nas edições que se seguem a esta, há uma adequação dos termos às novas correntes epistemológicas.

Assim, concluímos que ao longo das edições consideradas, assistimos a um movimento dinâmico que fluiu, de forma lenta, mas progressiva e consistente, seja na perspectiva formal, seja na perspectiva conceptual.

Pelo exposto na primeira e segunda conclusões, entendemos ter respondido ao primeiro objectivo do nosso trabalho que consistia em:

- Analisar o comportamento da Classificação Decimal Universal, no que respeita à representação da dinâmica sócio-cultural do século XX, concretamente no que respeita ao conceito Etnia.

3) Imparcialidade da Classificação Decimal Universal

A terceira conclusão prende-se com a imparcialidade da Classificação Decimal Universal no que respeita à representação dos assuntos.

Para respondermos a esta questão de uma forma isenta, não nos podemos esquecer da origem e do contexto mental no qual nasceu nem do objectivo para o qual foi criada. Ignorarmos estas

questões seria construir um raciocínio viciado que concorreria inevitavelmente para falsas conclusões.

Como sabemos, a Classificação Decimal Universal nasceu da Classificação Decimal de Dewey que reflecte, antes de mais, um espírito ocidental, em particular o americano. Tal situação acontece, como sabemos, devido ao facto de esta ter sido criada para responder a uma necessidade de organização do conhecimento, conhecimento esse que traduzia os modelos mentais da sociedade ocidental.

A Classificação Decimal Universal, como herdeira da Classificação Decimal de Dewey, não só lhe herdou a estrutura mas também lhe herdou, de uma forma geral, os seus conteúdos. Esta situação era compreensível e normal para a época, se tivermos em conta que as duas foram publicadas com aproximadamente trinta anos de diferença e este sistema de classificação, tal como a Classificação Decimal de Dewey, também seria usado para organizar o conhecimento ocidental.

Esta situação concorre para que se encontrem umas áreas mais desenvolvidas que outras. O presente trabalho é espelho do exposto. É o caso da Classe 2 – Religião, na qual o Cristianismo, por ser a religião predominante no Ocidente, assume uma posição dominante quando comparada com as outras religiões, ou o caso das Línguas e Literaturas, Classes 4²⁵⁷ e 8, respectivamente.

Como verificamos ao longo do nosso trabalho, apesar de o número de entradas relativas às Línguas que não se identificam com a cultura ocidental ser sempre preponderante ao longo das edições consideradas, as línguas que se identificam com a cultura ocidental, apresentando-se embora num número mais reduzido em termos de importância relativamente às outras e à estrutura deste sistema, são as preponderantes. Deste modo, elas aparecem representadas em subclasses, enquanto que as outras aparecem representadas sob a forma de divisões ou subdivisões.

²⁵⁷ A partir da edição de 1967-1973, como é sabido, a Classe 4 fica vazia.

Assim, se aferirmos a imparcialidade ou parcialidade deste sistema num contexto global e em termos absolutos, teremos de concluir que ele é parcial. Se, no entanto, o considerarmos em termos relativos às considerações que expusemos, não poderemos dizer que é um sistema parcial, na medida em que representa a realidade para a qual foi criado.

Também ao longo do nosso trabalho, fomos verificando pelo número de entradas e pelos assuntos registados nas respectivas tabelas, que esta realidade tende a alterar-se, fruto evidentemente, das mutações mentais que se foram verificando ao longo do tempo. São notórias, embora incipientes, as mudanças verificadas, por exemplo na Religião a variável Outras Religiões que sobe 3% relativamente às entradas quando comparamos a primeira edição (1905; 20%) com a edição de (1990-1993(1998); 23%).

Relativamente aos outros assuntos que foram objecto de análise no nosso trabalho, de uma forma geral e, de acordo com os paradigmas e teorias da etnicidade, que são referência de aferição no que respeita à representação desta temática, concluímos que, de uma forma geral, o conceito Etnia se encontra representado com imparcialidade, nomeadamente no que concerne à edição alemã. Dado o período em que foi publicada, poderia levar a supor que nesta edição encontrássemos distorções conceptuais ou imparcialidade na representação dos assuntos. Como podemos verificar no capítulo relativo à descrição do comportamento das variáveis e análise das mesmas, esta apresenta um comportamento isento quando comparada com as edições de 1927-1933 e 1967-1973. É aquela que apresenta um maior número de entradas relativamente a este tema, quando comparada com as outras edições desenvolvidas e é a edição em simultâneo com a de 1990-1993(1998) que apresenta maiores rasgos de contemporaneidade. Das edições desenvolvidas é aquela que discrimina as religiões não-cristãs e é a edição que nos Auxiliares de raça e nacionalidade, no seu desenvolvimento,

recorre à noção de *povo*, como já foi referido no capítulo da análise. Com a referência a esta noção ela apresenta marcas de contemporaneidade e aproxima-se do paradigma sociológico. Através do estudo estatístico e da sua análise, concluímos que, mais do que pecar por imparcialidade, consideramos o facto de, infelizmente, os assuntos relacionados com esta temática se encontrarem pouco desenvolvidos e, em alguns casos, apresentarem um nível deficitário de actualização.

Esta circunstância, no nosso entender, e baseando-nos na literatura que foi consultada sobre este assunto, poderá estar relacionada, em parte, com o facto dos conceitos - Etnia e Etnicidade, se terem apenas consolidado de uma forma consistente a partir da década de 60 do século XX e, por isso, apenas terem começado a aparecer referências explícitas a eles a partir da edição de 1967-1973. Outro argumento que poderá ter contribuído para esta situação é o facto de estes conceitos serem semanticamente pluridisciplinares e, por esse facto, as suas referências se encontrarem disseminadas nas diferentes classes da classificação, o que concorre para uma dispersão semântica que, por sua vez, torna difícil afirmar categoricamente que existe efectivamente imparcialidade na representação dos assuntos neste sistema de classificação.

Todavia, no que se refere a este tema em particular, ao observarmos a presença dos dois paradigmas, de uma forma geral, ao longo das edições consideradas, podemos afirmar que este sistema foi imparcial na sua representação.

Deste modo respondemos ao segundo objectivo deste trabalho que se propunha:

- Aferir até que ponto podemos considerar a Classificação Decimal Universal um sistema de classificação imparcial, por isso fiável, no que respeita à representação e recuperação da informação.

4) Estrutura

Ao procedermos à análise das entradas relativas ao conceito Etnia nas edições consideradas, não podemos deixar de observar e reflectir sobre a estrutura na qual se encontram integradas. Outro argumento que pesou na introdução deste ponto foi o facto de o conteúdo e a estrutura nas classificações bibliográficas serem dois conceitos indissociáveis, e por isso se condicionarem fortemente um ao outro. Por estas razões entendemos apresentar, a título de conclusão geral, algumas ilações que fomos extraíndo do nosso estudo sobre a estrutura.

Se por um lado entendemos que apenas uma classificação²⁵⁸ de base decimal como a Classificação Decimal Universal poderá representar este tipo de conceitos evolutivos e multidisciplinares como é o caso do conceito - Etnia, por outro achamos que a sua unidimensionalidade é uma característica que pode ser negativa para a representação do mesmo. Tal situação concorre para que, em alguns casos, como nos foi dado observar na elaboração do nosso trabalho, seja necessário recorrer a expedientes sintácticos (auxiliares) para representar determinados conceitos. Apresentamos, a título de exemplo, a representação dos seguintes assuntos: *Deportados devido a causas religiosas* ou *Deportados devido a causas racistas* (325.25:2; 325.25:572.9), respectivamente. Estes casos concorrem inevitavelmente para notações extensas, que em nada beneficiam a inteligibilidade das mesmas por parte de quem recorre às mesmas.

Concluimos, portanto, que esta característica estática não beneficia em nada a representação deste tipo de conceitos. A sua representação não se adequa ao princípio postulado por Paul Otlet, que refere que a cada objecto deverá corresponder um único código, princípio registado na 1ª edição da Classificação Decimal.

²⁵⁸ Excluimos as classificações facetadas como a *Colon Classification* e a *Bliss Classification*, pelo facto de serem pouco usadas, devido à sua multidimensionalidade na representação dos assuntos.

De uma forma geral, observamos que os novos assuntos relativos a este tema se iam integrando de uma forma pacífica nas classes e subclasses que existiam, contribuindo, deste modo, para a construção de um mapa conceptual actualizado

A situação que observamos relativamente a este assunto não pode ser considerada como uma referência geral no que diz respeito à actualização dos quadros classificatórios deste sistema, pois é um ponto do qual enferma por ser oneroso e difícil de gerir.

Conclusões específicas

As conclusões específicas, serão registadas do geral para o particular; deste modo, passamos a apresentá-las:

- 1) A primeira conclusão específica relativa ao objecto de estudo de caso – Etina prende-se com a reduzida percentagem que o número de entradas acerca desta matéria representa no total das classes e subclasses em que se encontra expressa. Num universo de 100%, ela representa 12% (aproximadamente quatro mil e seiscentas) correspondendo os outros 88% (aproximadamente trinta e quatro mil) a outras matérias que não se encontram relacionadas com este tema.

A avaliar pelos números apurados, entendemos que é uma percentagem pouco expressiva.

- 2) Relativamente à representação que este assunto regista em termos percentuais ao longo das edições, assistimos, de uma forma geral, a uma estabilidade percentual entre elas, o que revela que o número de entradas relativamente ao total de cada uma das edições se mantém sensivelmente estável. O conjunto das edições desenvolvidas, a de 1905 e a de 1934-1953, regista o mesmo

valor percentual 16%, e a edição de 1927-1933 regista 14%. A oscilação varia (2%), valor que não é significativo.

Nas duas edições médias desenvolvidas a oscilação é de (1%) na edição de 1967-1973; (9%), e na de 1990-1993(1998) (10%).

Os resultados levam-nos a concluir que, apesar de se tratar de um valor inexpressivo, houve uma evolução global na representação deste assunto.

- 3) A edição alemã é aquela que regista, de uma forma geral, o maior número de entradas absolutas e valores percentuais relativamente à maioria das variáveis que foram consideradas. Esta edição apresenta as subclasses relativas a estes assuntos, quando é o caso, significativamente desenvolvidas.

É também a edição que faz, com maior frequência, a transição entre o paradigma antropológico e o paradigma sociológico. Tendo em conta o período em que foi desenvolvida (2ª Guerra mundial) e o país onde foi publicada, não podemos deixar de a considerar uma edição progressista para a época, e de a considerarmos uma edição isenta, devido aos assuntos que representa²⁵⁹, como tivemos oportunidade de verificar ao longo da análise.

- 4) Auxiliares de língua e Língua

No que respeita a estas variáveis apresentamos as seguintes conclusões:

Começamos por referir que estas variáveis são aquelas que apresentam um maior desenvolvimento nas edições objecto de estudo, quando comparadas com as outras variáveis. Tal circunstância reveste-se de extrema importância, dado o facto de

²⁵⁹ Os assuntos aos quais nos referimos são os relativos ao conceito Etnia, pois apenas estes foram objecto de análise.

a Língua ser de entre as componentes que formam este conceito complexo, aquela que se reveste de maior peso.

Os dados estatísticos relativamente aos Auxiliares de Língua e à Língua, apontam para um percurso muito idêntico ao longo das edições que foram objecto de estudo; por isso apresentamos as suas conclusões em conjunto.

Quer no que respeita aos valores registados, seja aos valores absolutos em termos de entradas, seja aos valores percentuais que estas variáveis assumem nas respectivas edições, a variável Línguas integradas numa só subclasse (Auxiliares) e Línguas integradas numa só subclasse, tanto nas edições desenvolvidas como nas edições médias desenvolvidas assumem-se como variáveis preponderantes relativamente às variáveis Línguas individualmente consideradas (Auxiliares) e Línguas individualmente consideradas.

A par da preponderância e desenvolvimento consideráveis, apesar das flutuações que apresentam, estas assumem também um nível de algum modo significativo de estabilidade, que se traduz numa média de 73% no que respeita aos Auxiliares de Língua e de 79% no que respeita às Línguas.

Como tivemos oportunidade de referir e explicar no ponto relativo à análise, a preponderância desta variável não reflecte o peso desta matéria nas respectivas edições, que até à edição de 1990-1993(1998) é inferior à variável Línguas individualmente consideradas. Todavia, não podemos deixar de salientar que a sua especificidade nas edições objecto de estudo representa um reconhecimento das mesmas como um património a considerar.

No que se refere ao comportamento dos Auxiliares de Língua e à própria Língua no que respeita ao ajustamento das mesmas aos modelos da etnicidade que emergiram ao longo do século XX, estas variáveis apresentam um percurso evolutivo, identificando-se, de uma forma geral, as três primeiras edições com o paradigma antropológico e as duas últimas edições médias

desenvolvidas, em particular a de 1990-1993(1998), com o modelo sociológico e as respectivas teorias.

Relativamente a este assunto, importa referir que a edição alemã, como já referimos, marca o ponto de transição para o paradigma sociológico, apresentando já conteúdos que se identificam com este paradigma, como podemos observar na tabela 34.

5) Literatura

Apesar de esta variável apresentar consideráveis semelhanças de comportamento relativamente às outras duas variáveis que apresentamos no anterior ponto conclusivo, devido ao facto de a Literatura se basear nas sua formação na Língua, como sabemos, todavia, esta pauta-se por algumas particularidades.

De uma forma geral, as Literaturas integradas numa só subclasse apresentam-se preponderantes e apresentam uma média de representatividade de 70%.

No entanto, são as Literaturas individualmente consideradas que assumem um maior peso na estrutura deste sistema de classificação, dada a circunstância de elas serem representadas individualmente numa subclasse, tal como acontece na Língua.

Contudo, esta situação irá alterar-se a partir das edições médias desenvolvidas, como poderá observar-se nos gráficos respectivos, seja no que respeita ao número de entradas, seja em termos percentuais.

Ainda com base nos dados estatísticos, podemos observar que, a partir essencialmente da edição de 1967-1973, as duas variáveis irão aproximar-se significativamente, o que concorre para que haja uma equidade entre as Literaturas individualmente consideradas e as Literaturas integradas numa só subclasse. Esta circunstância, em termos semânticos traduz-se na valorização dos patrimónios literários individuais, situação que já tivemos oportunidade de explicar no ponto relativo à análise.

Integrando o conceito - Literatura, na evolução do próprio conceito de etnicidade, observamos que este, a partir da 3ª edição (1934-1953), começa a apresentar indicadores do paradigma sociológico, tendência que irá afirmar-se na edição de 1967-1973 e consolidar-se na edição de 1990-1993(1998), com a individualização das Literaturas.

6) Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade

Como referimos no ponto relativo à análise, esta variável pauta-se por dois comportamentos que se encontram perfeitamente identificados.

Até à edição de 1934-1953 pauta-se pelo paradigma antropológico; a partir desta aproxima-se, de forma significativa, do paradigma sociológico²⁶⁰.

Daqui concluímos que houve um crescimento conceptual no que respeita aos modelos da etnicidade.

O facto mais relevante e que, por isso, passamos a registar, manifesta-se no reconhecimento dos vários grupos linguístico-culturais a partir da 3ª edição (1934-1953).

Como podemos observar no gráfico respectivo, a frequência da variável Outros povos, aquela que se identifica com o nosso objecto de estudo, apresenta ao longo destas duas edições uma estabilidade que se traduz numa média de 63%.

²⁶⁰ Esta leitura foi baseada, não em dados quantitativos, pois a partir da edição da edição de 1934-1953, inclusive, dada a estrutura da esta tabela 1(f), não nos foi possível determinar o número de entradas. Dado este facto baseamo-nos nos conteúdos representados nas respectivas tabelas.

7) Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais

Devido ao facto de estes Auxiliares aparecerem pela primeira vez na estrutura da edição de 1967-1973, não apresentamos conclusões mais completas.

Com base nos dados recolhidos permitimo-nos tecer as seguintes conclusões:

Na edição de 1967-1973 é visível a existência dos dois paradigmas: antropológico e o sociológico. Já na edição de 1990-1993(1998) se observa, no que repeita a esta matéria, o predomínio do paradigma sociológico assistindo-se, deste modo, a uma ruptura conceptual entre os dois paradigmas mencionados.

O crescimento do paradigma sociológico não é só notório nos conteúdos que se encontram registados nas tabelas, mas também nos dados estatísticos.

Deste modo, a variável Auxiliar pessoa segundo a nacionalidade, variável que se identifica com o nosso objecto de estudo, regista o dobro das entradas quando comparamos os valores das duas edições; o mesmo acontece em relação ao valor percentual. Para terminar, importa registar que a média entre as duas edições é de 4,5%.

8) Religião

A variável sobre a qual vão incidir as conclusões, neste caso concreto a variável Outras religiões, à semelhança do que se verifica com as anteriores, é aquela que se relaciona com o nosso objecto de estudo.

Esta variável, quando comparada com a outra variável considerada, Cristianismo, apresenta-se como a menos expressiva, seja em termos absolutos seja em termos percentuais, apresentando uma média de representação de 12,6%.

Apesar de apresentar os valores menos significativos, é aquela que a partir da 2ª edição (1927-1933) apresenta um crescimento contínuo. Este crescimento reflecte-se, essencialmente, a partir da edição de 1934-1953, na presença do paradigma sociológico neste tema; apesar disso, não podemos dizer que se assistiu a uma ruptura de paradigmas, mas sim a um crescimento de um paradigma e das teorias com ele associadas, no caso concreto ao paradigma sociológico.

9) Ciências sociais

A análise dos dados registados nas tabelas e nos gráficos relativamente a esta variável permite-nos apresentar as seguintes conclusões:

Tal como referimos no ponto relativo à análise, esta classe é caracterizada pela presença dos dois paradigmas: o antropológico e o sociológico. A reforçar esta ideia encontramos em subclasses como a Estatística e a Política matérias que se identificam com as teorias do pluralismo étnico e do conflito étnico.

No que respeita a estes paradigmas, ao longo desta classes e no percurso das edições, de uma forma geral, não assistimos a uma ruptura conceptual, mas sim a uma continuidade, pautada, todavia, pelo crescimento do paradigma sociológico.

Como podemos observar pelo número de entradas que esta classe apresenta e pela distribuição das mesmas na sua estrutura, podemos concluir que das classes que foram analisadas e dentro da Classificação Decimal Universal esta classe é a mais sensível a esta matéria. Encontra-se presente em oito subclasses das dez que a constituem. Dada a sua heterogeneidade temática, podemos concluir que é aquela que apresenta uma maior representatividade deste tema, na medida em que nela é registada uma diversidade de assuntos relacionados com o conceito Etnia. Devido à sua natureza conceptual, (conceito pluridisciplinar), esta noção

encontra-se distribuída pela quase totalidade deste sistema de classificação, e desta classe em particular.

Todavia, esta relevância não se encontra expressa de forma numérica nos gráficos que apresentamos, apesar de, exceptuando o caso das línguas, ser a variável que apresenta um maior número de entradas.

A pouca relevância desta matéria é-nos dada pelos seus baixos níveis de frequência na respectiva subclasse. A título de exemplo, recordamos que a percentagem observada dessa frequência na edição de 1905 é de 3%, registando-se 4% para as restantes edições para cada uma, respectivamente. Como podemos observar, a percentagem que é registada nas duas edições médias desenvolvidas (1967-1973 e 1990-1993(1998)) é igual à registada nas edições de 1927-1933 e de 1990-1993(1998).

Este facto leva-nos a concluir que se assistiu a uma valorização destas matérias, nomeadamente na edição de 1990-1993(1998), com a introdução da Sociologia 316, na subclasse da Estatística, na qual se encontra registado um número significativo de entradas sobre este tema. De resto, este facto concorreu para a consolidação do paradigma sociológico e das teorias com ele relacionadas, como tivemos oportunidade de observar ao longo da análise deste ponto.

Propostas de melhoria

Tendo como base todo o trabalho que foi desenvolvido e, em particular, as conclusões acabadas de expor, apresentamos, de seguida, um breve conjunto de propostas gerais com vista a melhorar a construção das classificações, para se tornarem mais eficazes na representação e recuperação da informação. Iremos estruturá-las sob dois itens: conteúdo e estrutura.

Conteúdo

- 1) Sugerimos que este sistema de classificação proceda de um modo mais regular a revisões dos seus quadros epistemológicos, por forma a que estes se ajustem o mais possível às alterações da própria dinâmica social. O incumprimento de tal propósito irá concorrer inevitavelmente para a sua desactualização no que se refere à representação e conseqüente recuperação do conhecimento.
- 2) Relativamente às eventuais actualizações, que se poderão manifestar na introdução de novos conceitos, na eliminação de outros ou na sua reintegração, à semelhança do que acontece em outras linguagens documentais como é o caso de alguns tesouros, na edição onde tal situação ocorra, deverão ser listadas todas essas situações no final do texto.
- 3) Para que estas propostas sejam exequíveis, entendemos que deverão ser elaborados mais estudos desta natureza, por forma a que se ajustem os conceitos do modo mais adequado possível nos respectivos quadros epistemológicos.
É apenas através destes estudos que poderão ser definidos com precisão e rigor o quadro epistemológico no qual se integra um determinado conceito.
- 4) Propomos ainda que, sempre que tal seja possível, os temas, por uma questão de uniformidade e consistência, deverão apresentar um desenvolvimento semelhante nas respectivas classes.

Estrutura

- 1) Dada a interoperabilidade entre as linguagens documentais que actualmente se observa, entendemos que as classificações, respeitando naturalmente a sua natureza e a sua estrutura de base, se deveriam aproximar o mais possível de outro tipo de linguagens – as vocabulares. Deste modo, a primeira proposta a fazer prende-se com a forma como os conteúdos se encontram estruturados nas respectivas classes.

Pensamos que, à semelhança dos tesouros e das listas de encabeçamentos de matérias, as classificações deveriam apresentar relações associativas entre as notações, sempre que isso fosse possível e desejável.

Ao implementar-se esta estrutura, ela iria possibilitar relacionarem-se os assuntos entre si no corpo do sistema de classificação, à semelhança do que acontece nos tesouros e listas de encabeçamentos de matérias.

Importa referir que este tipo de relações já se encontram implícitas, como já foi referido no capítulo relativo à descrição da Classificação Decimal Universal, no índice da própria tabela.

Esta possibilidade iria também concorrer para uma melhor localização dos assuntos que apresentam relações semânticas de afinidade. É o caso do assunto que nos serviu de objecto de estudo – Etnia, que se caracteriza por ser um assunto complexo.

Em última análise, esta situação que, na prática, se manifestaria numa rede conceptual, iria convergir para uma maior consistência na representação do assunto e, conseqüentemente, para uma maior pertinência no que respeita à recuperação da informação.

- 2) Propomos também que as notações sejam o menos extensas possível. Como observamos ao longo da parte teórica do nosso trabalho, todos os autores convergem na ideia de que as notações se devem apresentar simples e breves. Esta ideia vem, de resto,

ao encontro do principal objectivo de qualquer sistema de classificação, que é organizar o conhecimento em classes epistemológicas. Ora, quanto maior for a especificidade de uma notação, maior será a dispersão do conhecimento. Esta função de exprimir o assunto pelo específico pertence às linguagens vocabulares; é neste sentido que ambas se complementam. No caso de ser necessário especificar um assunto dever-se-á recorrer aos respectivos auxiliares. No nosso caso de estudo os auxiliares mais usados seriam os Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade e os Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais. Deste modo, proporciona-se à instituição optar por uma notação mais específica ou mais breve, sendo contudo, como referimos, a última possibilidade a mais correcta, de acordo com os princípios de uma classificação.

- 3) Por último, em prol da uniformidade da estrutura das classes, entendemos que estas, dentro do possível, deveriam manter uma estrutura o mais semelhante possível, quer dentro de cada edição, quer em diferentes edições, isto é, no caso de novas edições ou de actualizações.

A concretização desta proposta iria concorrer para uma maior uniformidade e consistência na representação dos assuntos. Tal medida evitaria as fragilidades com que nos deparamos na elaboração deste trabalho, e que descrevemos no capítulo relativo à metodologia.

Bibliografia

ABAD GARCÍA, Maria Francisca – *Evaluación de la calidad de los sistemas de información* – Madrid : Síntesis, 2005. ISBN 849756264X.

ABRAMSON, Harold J. – Migrants and cultural diversity: on ethnicity and religion in society. *Social Compass* [Em linha]. 26:1 (1979) 5-29. [Consult. 20 Jan. 2009] Disponível em WWW:<URL: <http://scp.sagepub.com/cgi/reprint/26/1/5>>.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – Dicionário da língua portuguesa contemporânea. Lisboa : Verbo, 2001. Vol. 1.

AITCISON, Jean; GILCHRIST, Alan; BAWDEN, David – *Thesaurus construction and use: a practical manual*. London : Aslib, 1997. ISBN 0851423906.

AMPÈRE, André-Marie – *Essai sur la philosophie des sciences ou expositions analytique d'une classification naturelle de toutes les connaissances humaines* [Em linha]. Paris : Bachelier Libraire-Éditeur, 1938. [Consult. 3 Junho 2008]. Disponível em WWW:<URL:http://books.google.pt/books?id=-PYOAAAQAAJ&dq=essai+sur+la+philosophie+des+sciences,+or+exposition+analytique+d'une+classification+naturelle+de+toutes+les+connaissances+humaines&printsec=frontcover&source=bl&ots=K6b4p9RkXW&sig=NxIwVJozX8lkiwKBorbh5A7mPmM&hl=pt-PT&ei=1WYmSoHcLYGJ_QaGj5XrBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1#PPP7,M1>.

APOSTEL, Leo – Le problème formel des classifications empiriques. In *La classification dans les sciences*. Bruxelles : Éditions J. Duculot S.A., 1963. p. 157-230.

ARANALDE, Michel Maya – Reflexões sobre os sistemas categorias de Aristóteles, Kant e Ranganathan. *Revista Ciências da Informação* [Em linha]. 38:1 (2009) [Consult. 25 Junho 2009]. Disponível em WWW:<URL:<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1056/1313>>.

ARISTÓTELES – *Categorías*. Porto : Porto Editora, 1995. ISBN 9720410760.

ARSENAULT, Clément – L'utilisation des langages documentaires pour la recherche d'information. *Documentation Bibliothèques*. ISSN 0315-2340. 52:2 (2006) 139-148.

BACON, Francis - *De dignitate & augmentis scientiarum...* Editio nova...Lugd. Batav. : Franciscus Moyardus et Adrianus Wijngaerde, 1645.

BACON, Francis – *Nuevo órgano*. Madrid : Dirección y Administración, 1892.

BAKEWELL, K. G. B. – *Classification and indexing practice*. London : Clive Bingley, 1978.

BALBO, Laura [et al.] - *Immigration et racisme en Europe*. Bruxelles : Éditions Complexe, 1998. ISBN 2870277229.

BARATAIN, Marc; JACOB, Christian, ed. – *Le pouvoir des bibliothèques: la mémoire des livres en Occident*. Paris : Éditions Albin Michel, 1996. ISBN 2226079017.

BARBOSA, Alice Príncipe – *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

Barth, Fredrik – Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne – *Teorias da etnicidade; seguido de, Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo : UNESP, 1998. ISBN 8571391955.

BATLEY, Sue – *Classification in theory and practice*. Oxford : Chandos Publishing, 2005. ISBN 1843340836.

BAUBOCK, Rainer; HELLER, Agnes; ZOLBERG, Aristide R., ed. - *The challenge of diversity: integration and pluralism in societies of immigration*. Aldershot : Avebury, 1996. ISBN 1859724019.

BEATO, José Manuel Correia - *Breves notas em torno das classificações bibliográficas: seus fundamentos, características e aporias*. Coimbra : [s. n], 1999. Trabalho apresentado à cadeira de Indexação II.

BEGHTOL, Clare - General classification systems: structural principles for multidisciplinary specification. In *Structures and relations in knowledge organization: proceedings of the fifth international ISKO Conference*. Wurzburg : Indeks, 1998. ISBN 3932004787. Vol. 6.

BEGHTOL, Clare - *The classification of fiction: the development of a system based on theoretical principles*. Metuchen, N.J. : Scarecrow Press, 1994. ISBN 0810828286.

BELL, Judith - *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa : Gradiva, 1997. ISBN 9726625246.

BENGTSON, Betty G. - *Classification of library material: current and future potencial for proving access*. New York, [etc.] : Neal-Schuman Publishers, cop. 1993.

BENITO, Miguel - *El sistema de clasificación decimal universal*. Boras : Taranco, 1996.

BERMAN, Sanford - *Prejudices and antipathies: a tract on the LC Subject Heads concerning people*. Jefferson, N.C. : McFarland & Co, 1993. ISBN 0899508286.

BERMAN, Sanford - *The joy of cataloging*. Phoenix : Oryx Press, 1981.

BERNATÉNÉ, Henri - *Comment concevoir, réaliser et utiliser une documentation*. 3^{ème} ed. rev. et augm. Paris : Les Editions d'Organisation, 1955.

BÉTHERY, Annie - *Guide de la Classification Décimale de Dewey: tables abrégées de la XXII^e édition intégrale en langue anglaise*. Paris : Electre, 2005. ISBN 2765408955.

BÍBLIA SAGRADA: PARA O TERCEIRO MILÊNIO DA ENCARNAÇÃO. 3^a ed. Lisboa; Fátima : Difusora Bíblica, 2001. ISBN 9726521718.

BLISS, Henry Evelyn - *The organization of knowledge in libraries and the subject-approach to books*. 2nd ed. New York : The H. W. Wilson Company, 1939.

BORREGO HUERTA, Ángel - La investigación cualitativa en biblioteconomía y documentación. *Revista Española de Documentación Científica*. 22:2 (1999) 139-156.

BROUGHTON, Vanda - A faceted classification as the basis of a faceted terminology: conversion of a classified structure to thesaurus format in the Bliss Bibliographic Classification. *Axiomathes* [Em linha]. 18:2 (2008). [Consult. 28 Abr. 2009]. Disponível em WWW:<URL: http://apps.isiknowledge.com/full_record.do?product=WOS&search_mode=GeneralSearch&qid=1&SID=Z2L9CbIhAo1epIJef3a&page=1&doc=24>.

BROWN, A. G.; LANGRIDGE, D. W.; MILLS, J. - *An introduction to subject indexing*. London : Clive Bingley, 1976.

BRUNET, Jacques-Charles - *Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres*. 3^{ème} ed. [Em linha] A Paris : Chez L'Auteur, Rue Git-Le-Coeur, 1820. [Consult. 5 Set. 2008] Disponível em WWW:<URL: <http://books.google.pt/books?id=qKo9AAAACAAJ&pg=PA391&lpg=PA391&dq=Manuel+du+Libraire+et+de+l%E2%80%99Amateur+de+Livres&source=bl&>

ots=NQAUjARGN1&sig=CIOqINnt6SrdzOe3dSmu561Xoz0&hl=pt-PT&ei=kYGwS5vBIcnk-Qb0hv2VDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=6&ved=0CBoQ6AEwBQ#v=onepage&q=&f=false>.

BUCHANAN, Brian – *Theory of library classification*. London : Clive Bingley, 1979. ISBN 0851572707.

BUFFON, Georges Louis Leclerc – *Histoire naturelle, générale et particulière: avec la description du Cabinet du Roy*. A Paris : De l'Imprimerie Royale, 1749-1804. Vol. 1.

BUFREM, Leilah Santiago; SILVA, Helena de Fátima Nunes; BREDÁ, Sónia Maria – Reformulación de los fundamentos teóricos de la organización del conocimiento : bases lingüísticas y culturales y estructuras de representación. In *La Dimensión Humana de la Organización del Conocimiento*. Barcelona : Departament de Biblioteconomia i Documentació Universitat de Barcelona, 2005.

CAFÉ, Lígia; MENDES, Fernanda - Uma contribuição para a construção de instrumentos analítico-sintéticos de representação do conhecimento. *Perspectivas em Ciências da Informação* [Em linha]. 13:3 (2008). [Consult. 28 Abr. 2009]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf>.>

CALVINO, Italo – *Lezioni americane: sei proposte per il prossimo millennio*. Milano : The Estate of Italo Calvino : Arnoldo Mondadori Editore, 2002. ISBN 880448599X.

CARNEIRO, Marília Vidigal – Directrizes para uma política de Indexação. *Revista Escola Biblioteconomia UFMG* [Em linha]. 14:2 (1985). 221-241. [Consult. 2 de Jun. 2008]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ed.ufmg.br.reboline/>>.>

CARO CASTRO, Carmen – *El acceso por materias en los catálogos en línea: índices y terminología de los usuarios en el catálogo CISNE*. Salamanca : Ediciones Universidad de Salamanca, 2005. ISBN 8478005552.

CARO CASTRO, Carmen; SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa – Lenguajes documentales y exclusión social. In *IV Congreso ISKO-España EOCONSID'99 – La representación y la organización del conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la recuperación de la información*. Granada : [s. n.], 1999.

CARRIÓN GUTIERREZ, M. – Ambigüedad de la CDU. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. 28:2 (1978) 187- 203.

CARVALHEIRO, José Ricardo – *Do Bidonville ao arrastão: media, minorias e etnicização*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2008. ISBN 9789726712152.

CARVALHO, José Maurício de – *História da filosofia e tradições culturais: um diálogo com Joaquim de Carvalho* [Em linha]. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001. [Consult. 13 de Oct. 2008]. Disponível em WWW:<URL: http://books.google.pt/books?id=hrrpaF62l8EC&pg=PA38&lpg=PA38&dq=Herbert+spencer+%22classifica%C3%A7%C3%A3o+das+ci%C3%A4ncias%22&source=bl&ots=uhqpc2qveM&sig=geZxXzjnBw-_uHxqo5zKwkKJYPM&hl=pt-PT&ei=2nXUStDEDpCx4QbTt8zPDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=10&ved=0CBwQ6AEwCQ#v=onepage&q=Herbert%20spencer%20%22classifica%C3%A7%C3%A3o%20das%20ci%C3%A4ncias%22&f=false>.

CHAN, Lois Mai – *Cataloging y classification: an introduction*. 3rd ed. Lanham (Md.) : Scarecrow Press, 2007. ISBN 9780810859449.

CHAN, Lois Mai – *Classification, present and future. Cataloging & Classification Quarterly*. ISSN 0163-9374. 21:2 (1995) 5-22.

CHAN, Lois Mai; Richmond, Phyllis A.; Svenonius, Elaine - *Theory of subject analysis: a sourcebook*. Littleton (Colo). : Libraries Unlimited, 1985. ISBN 0872874893.

CHAUMIER, Jacques - *Análisis y lenguajes documentales: el tratamiento lingüístico de la información documental*. Barcelona : Editorial Mitre, 1986.

Chave dicotómica. In *Infopédia* [Em linha]. Porto : Porto Editora, 2003-2009. [Consult. 7 Jun. 2008]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$chave-dicotomica](http://www.infopedia.pt/$chave-dicotomica)>.

Christóvão, Mariani Balland - *Conhecimentos interdisciplinares e a educação inclusiva na contemporaneidade*. [Consult. 2 Set. 2008]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.cce.ufsc.br/~fialho/BasesCogInfo/material/Material2005/Artigo%20%20Conhecimento%20na%20Contemporaneidade.doc>>.

CIAM, Albert - *Une bibliothèque*. Paris : Ernest Flammarion, 1902.

CLARKE, Archibald Leycester - *Manual of practical indexing, including arrangement of subject catalogues*. London : Crafton, 1933.

CLARKE, Archibald Leycester - *Manual of practical indexing*. London : Library Supply Company, 1905.

CLASSIFICATION THEORY. In *Encyclopedia of library and information science*. New York : Marcel Dekker Inc., 1968-. Vol. 5, p. 147-163.

CLASSIFICATION THEORY. In *The new encyclopedia Britannica*. 15th. Chicago : Encyclopaedia Britannica, 1995. Vol. 3, p. 356.

CLEVELAND, B. Donald; CLEVELAND, Ana D. - *Introduction to indexing and abstracting*. 2nd ed. Englewood : Libraries Unlimited, 1990. ISBN 0872876772.

COATES, E. J. – *Subject catalogues: headings and structure*. London : The Library Association, 1960.

COLLANTES, Lourdes – Degree of agreement in naming objects and concepts for information retrieval. *Journal of the American Society for Information Science* [Em linha]. 46:2 (1995) 116-132. [Consult. Dez. 2006]. Disponível em WWW<:URL:http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/abstract.pdf>.

COLLISSON, Robert L. – *Índices e Indexação*. São Paulo : Editora Polígono, 1971.

COMTE, Auguste – *Cours de philosophie positive*. 4^{ème} ed. Paris : Libraire J - B. Baillièrre et Fils, 1877.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO, Paris, 1961. - *Exposé des principes adopté par la Conférence internationale sur les principes de catalogage, Paris, Octobre, 1961*. Sevenoaks (Kent) : FIAB, 1966.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFÓBIA E INTOLERÂNCIA CONEXA, Durban, 2001. - *Racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexa : conferência mundial contra o racismo...* Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, 2007. ISBN 9789728707316.

CORDEIRO, Inês – As bibliotecas e a organização do conhecimento: evolução e perspectivas. *Leituras*. ISSN 0873-7045. 2 (1998) 141-157.

COURRIER, Yves – Analyse et langage documentaires. *Documentaliste: Sciences de l'Information*. ISSN 0012-4508. 13:5-6 (1976) 178-189.

COUSIN, Jules – *D'organisation et de l'administration des bibliothèques publiques et privées*. Paris : A. Durand et Predoue-Lauriel, Editeurs, 1882.

COUSIN, Jules – *De la classification des bibliothèques*. Paris : A. Durand et Predoue - Lauriel, Editeurs, 1884.

CROZET, L. – *Manuel pratique du bibliothécaire*. Paris : Emile Nourry, 1932.

CUTTER, Charles Ammi – *Rules for a dictionary catalogue*. 2nd ed. With corrections and additions. Washington : Governnemt Printing Office, 1889.

DAHLBERG, Ingetraut - Classification structure principles: investigations, experiences, conclusions. In *structures and relations in Knowledge Organization: proccedings of the fifth international ISKO Conference*. Wurzburg : Indeks, 1998. ISBN 3932004787. Vol. 6.

DAHLBERG, Ingetraut - *Teoria da classificação, ontem e hoje* [Em linha]. [Consult. 28 Mai 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.conexaorio.com/biti/dahlbergteoria/dahlgerg_teoriam.htm>.

DAHLBERG, Ingetraut - The future of classification in libraries and networks, a theoretical point of view. *Cataloging & Classification Quarterly*. New York : The Haworth Press. ISSN 0163-9374. 21:2 (1995) 23-35.

DEUTSCHEN NORMENAUSSCHUSS, ed. – *Dezimal-Klassifikation (Gesamtausgabe)*. 3 International Ausg. Berlin : Beuth-Vertrieb, 1934-1953.

DIEMER, Alwin – L'ordre (classification) universel des savoirs comme problème de philosophie et d'organisation. In *Conceptual basis of the classification of knowledge*. Pullach bei Munchen : Verlag Dokumentation, 1974. p. 144-160. ISBN 3794036492.

DIERKES, Meinolf [et al.], ed. - *Handbook of organizational learning and knowledge*. Oxford; New York : Oxford University Press, 2001. ISBN 0198295839.

DÍEZ CARRERA, Carmen - *Técnicas y régimen de uso de la CDU*. Gijón : Ediciones Tera, 1999. ISBN 8495178273.

DÓRIA, Irene De Menezes - *Guia de Classificação Decimal*. S. Paulo : Livraria Martins Editora, 1943.

DUBOUX, René - *Métissage ou barbarie*. Paris : Harmattan, 1994. ISBN 2738426239.

DUBUC, René - *Exercices programmés sur la Classification Décimale Universelle*. Paris : Gauthier- Villars, 1970.

DUBUC, René - *La Classification Décimale Universelle (CDU): manuel pratique d'utilisation*. Paris : Gauthier-Villars, 1964.

ENCYCLOPEDIA OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE. New York; London : Marcel Dekker, 1969. Vol. 2.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert - *História da antropologia*. Petrópolis : Editora Vozes, 2007. ISBN 9788532634283.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel - Fundamentos epistemológicos de la clasificación documental. *Scire*. 1:1(1995) 81-101.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel - Principios, reglas y técnica para la gestión del vocabulario y la estructura de los lenguajes documentales. In *II Congreso. Getafe, 1995 - Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza : F. J. García Marco, 1997.

FEDERATION INTERNATIONALE DE DOCUMENTATION (FID) – *Classification Décimale Universelle* : Ed. moyenne internationale. Bruxelles : Mundaneum, 1967-1973.

FEDERATION INTERNATIONALE DE DOCUMENTATION (FID) – *Bibliographical survey of UDC Editions*. The Hague: FID, 1982. ISBN 9266005738.

FONSECA, Edson Nery da – *Apogeu e declínio das classificações bibliográficas*. [Consult. 13 Fev. 2008]. Disponível em: WWW:URL:<http://www.conexaorio.com/bitl/nery/index.htm>>.

FOSKETT, Antony Charles. - *The subject approach to information*. 3rd ed. London : Clive Bingley : Linnet Books, cop. 1977.

FOSKETT, Antony Charles – *The history, present status and futures prospects of a large general classification scheme*. [Hamden, Conn.] : Linnet Books, 1973.

FOSKETT, D. J.- *Serviço de informação em bibliotecas*. São Paulo : Polígno, 1969.

FOSKETT, D. J.- *Library Classification and the field of knowledge*. London : Chaucer House, 1958.

FOUCAULT, Michel – *As palavras e as coisas*. Lisboa : Edições 70, 2005. ISBN 9724405311.

FOUCAULT, Michel – *De lenguaje y literatura*. Barcelona : Editions Paidós, 1996. ISBN 84-493-0223-4.

FRANCU, V. – A universal classification system going through changes. *Advances in Classification Research*. 10 (2001) 55-71.

FRANTZ, Klaus; SAUDER, Robert A., ed. - *Ethnic persistence and change in Europe and America: traces in landscape and society*. Innsbruck : The University of Innsbruck, 1996.

FRÍAS MONTOYA, José Antonio; RÍOS HILARIO, Ana B, ed. - *Metodologías de investigación en información y documentación*. Salamanca : Ediciones Universidad de Salamanca, 2004. ISBN 8478005633.

FUGMANN, Robert - *Subject analysis and indexing: theoretical foundation and practical advice*. Frankfurt- Main : Indeks Verlag, 1993. ISBN 3886725006.

GAMEIRO, Aires - *Emigrantes: psicologia social, conflitos e desafios culturais*. Lisboa : Centro do Livro Brasileiro : Obra Católica Portuguesa de Migrações, 1984.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio - Los lenguajes documentales. In Lopes Yepes, José, coord. - *Fundamentos de información y documentación*. Madrid : Eudema, 1989. ISBN 8477540543.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio - Nuevos parámetros para una teoría de la indización de documentos. In Lopes Yepes, José, coord. - *Fundamentos de información y documentación*. Madrid : Eudema, 1989. ISBN 8477540543.

GARCÍA MARCO, Francisco - Clasificación y recuperación de información. In *Manual de clasificación documental*. Madrid : Síntesis, 1999. ISBN 8477385106.

GARCÍA MARCO, Francisco - Metodología de la operación de clasificar. In *Manual de clasificación documental*. Madrid : Síntesis, 1999. ISBN 8477385106.

GIANOTTI, José Arthur - *Augusto Comte*. [Consult. 2 Set. 2008]. Disponible en: WWW:<URL:<http://www.culturabrasil.pro.br/comte.htm>>.

GIL URDICIAIN, Blanca – *Manual de lenguajes documentales*. Madrid : Editorial Noesis, 1996. ISBN 8487462243.

GIL, António Carlos - *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo : Editora Atlas, 2002. ISBN 8522431698.

GILCHRIST, A. D. – Classifications and thesauri. In B. C. Vickery, ed. - *Fifty years of information progress: a journal of documentation review*. London : Aslib, 1994.

GRAESEL, Arnim – *Manuel de bibliothéconomie*. Paris : H. Welter, 1987.

GROUT, Catherine W. – *A classificação da Biblioteca do Congresso*. Washington D. C. : União Pan-América, 1961.

GUERGUY, G. - *A arte de classificar*. Lisboa : Diário de notícias, 1929.

GUIBERNAU, Montserrat; Rex, John, ed. - *The Ethnicity Reader: nationalism, multiculturalism and migration* [Em linha]. Cambridge : Polity Press, 1997. ISBN 0745619223. [Consult. 8 Jun. 2007]. Disponível em WWW: <URL: http://books.google.pt/books?id=TwnBZTR9XvoC&dq=The+Ethnicity+Reader.+Nationalism,+Multiculturalism+and+Migration&printsec=frontcover&source=bl&ots=72ZRF-jJc6&sig=iJLo63BKIVg2CN3zMy5PDAJZfmM&hl=pt-PT&ei=v-BKS_vzHdOe_gb_55WSAg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CBgQ6AEwAg#v=onepage&q=&f=false>.

GUIMARÃES, J. Augusto C.; FERNÁNDEZ MOLINA, Juan Carlos – Los aspectos éticos en la organización. In FRÍAS MONTOYA, José Antonio; TRAVIESO, Crispulo, ed. – *Tendencias de investigación en organización del conocimiento*. Salamanca : Universidad de Salamanca, 2003. ISBN 8478007091.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel – *Introduction générale aux sciences et techniques de l'information et de la documentation*. Paris : UNESCO, 1985. ISBN 9231018604.

HELBLING, Marc - Re-conceptualizing the construction of nations with Bourdieu's help. In *CRONEM Conference 07: Nationalism and National Identities Today: Multidisciplinary Perspectives*. Surrey: University of Surrey, 2007 [Em linha]. [Consult. 11 Set. 2008] Disponível em WWW:<URL: <http://www.surrey.ac.uk/Arts/CRONEM/cronem-conference-june2007/papers/helbling.pdf>>.

HERMANN, Peter - *Aplicación practica de la Clasificación Decimal Universal*. Habana: Ministerio de Cultura Editorial Científico- Teécnica, 1979.

HJORLAND, Birger - *Information seeking y subject representation. An activity-theoretical approach to information science*. Westport, Conn. : Greenwood Press, 1997. ISBN 0313298939.

HJORLAND, Birger. - A substantive theory of classification for information retrieval. *Journal of Documentation* [Em linha]. 61:5 (2005) 582-597. [Consult. 2 Nov. 2006]. Disponível em: WWW:<URL:http://secure.b.on.pt/V/VRUPHCIYMNIN84YCGQMK316UMPPUAIMID8XJD1UAPL5YVAFPBH-21632?func=quick-3&short-formal=002&set_number=014199&set_entry=000021&format=999>.

HORNBY, A. S. - *Oxford advanced learner's dictionary of current English*. Oxford : Oxford University Press, 1995. ISBN 0194314219.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello, dir. - *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2002-2003. Vol. 2. ISBN 9724228738.

HRABA, Joseph; HOIBERG, Eric - Ideational origins of modern theories of ethnicity: individual freedom vs. organizational growth. *The Sociological Quarterly*. 24 (1983) 381-391.

HUARTE DE SAN JUAN, Juan – *Examen de ingenios para las ciencias*. [Em linha]. Madrid : Cátedra, 1989. (Fac. de 1594) [Consult. 12 Jan. 2008]. Disponível em WWW: <URL: http://books.google.pt/books?id=L7AhqJYR5ucC&pg=PA449&lpg=PA449&dq=esta+mesma+diferencia+hay+entre+el+te%C3%B3logo+escol%C3%A1stico+y+el+positivo:+que+el+uno+sabe+la+raz%C3%B3n+de+lo+que+toca+a+su+facultad%3B+y+el+otro+las+proposiciones+averiguadas&source=bl&ots=dRtDd1L2WS&sig=jo6siFXWC4NdsFECgiyckIjAvIo&hl=pt-PT&ei=lv6TK23F9CoOL3rsYoK&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBUQ6AEwAA#v=onepage&q=esta%20mesma%20diferencia%20hay%20entre%20el%20te%C3%B3logo%20escol%C3%A1stico%20y%20el%20positivo%3A%20que%20el%20uno%20sabe%20la%20raz%C3%B3n%20de%20lo%20que%20toca%20a%20su%20facultad%3B%20y%20el%20otro%20las%20proposiciones%20averiguadas&f=false de San Juan_Examen de ingenios.pdf> .

HUDON, Michèle – Le passage au XXI^e siècle des grandes classifications documentaires. *Documentation Bibliothèques*. ISSN 0315-2340. 52:2 (2006) 85-97.

HUNTER, Eric J. – *Classification made simple*. Aldershot [etc] : Gower, 1988.

HURT, C. D. – Classification and subject analysis: looking to the future at a distance. *Cataloging & Classification Quarterly*. New York : The Haworth Press. ISSN 0163-9374. 24 :1-2 (1997) 97-112. In *II Congreso. Getafe, 1995 – Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza : F. J. García Marco, 1997.

INSTITUT INTERNATIONAL DE BIBLIOGRAPHIE – *Classification Décimale Universelle: tables de classification pour les bibliographies, bibliothèques et archives*. Bruxelles : IIB, 1927-1933.

INSTITUT INTERNATIONAL DE BIBLIOGRAPHIE – *Manuel abrégé du répertoire bibliographique universel*. Bruxelles [etc] : IIB, 1905.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA –
Classificação Decimal Universal. Brasília : IBICT, 2007. ISBN 9788570130754.

ISO 2788. 1986. Documentation – Principes directeurs pour l'établissement et le développement de thésaurus monolingues. In *Documentation et information: recueil de normes ISO I*. Genève : ISO, 1988. p. 524-556.

ISO 5127-6. 1983. Documentation et information - Vocabulaire – partie 6 : Langages documentaires. In *Documentation et information: recueil de normes ISO I*. Genève : ISO, 1988. p. 87-111.

ISO 5963. 1985. Documentation – Méthodes pour l'analyse des documents, la détermination de leur contenu et la sélection des termes d'indexation. In *Documentation et information : recueil de normes ISO I*. Genève : ISO, 1988. p. 575-579.

ISO 999. 1996. *Information and documentation – guidelines for the content, organization and presentation of indexes*. 2nd ed. Genève : ISO, 1996.

IYER, Hermalata – *Classificatory structures: concepts, relations and representation*. Frankfurt-Main : Indeks Verlag, 1995. Vol. 2. ISBN 3886725014.

JEVONS, W. Stanley – *The principles of science a treatise on logic and scientific method*. [Em linha]. London : Macmillan and Co., Limited, 1913. [Consult. 2 de Fev. 2008]. Disponível em WWW:<URL: <http://ia331403.us.archive.org/attachpdf.php?file=%2F3%2Fitems%2Ftheprinciplesof00jevoiala%2Ftheprinciplesof00jevoiala.pdf>>.

KAULA, Prithvi N. – *Repensando os conceitos no estudo da classificação* [Em linha]. [Consul. 25 Jan. 2008]. Disponível em WWW. <URL:<http://www.conexorio.com/bit/kaula/index.htm>>.

KNIGHT, G. Norman – *Indexing, the art of*. 3rd ed. London [etc.] : George Allen & Unwin, 1983. ISBN 0040290026.

KYLE, Barbara; VICKERY, B. C. – *La Classification Décimale Universelle: tendances actuelles*. *Bulletin de l'UNESCO*. 15:2 (1961) 5-20.

LA FONTAINE, Henri; OTLET, Paul - Création d'un répertoire bibliographique universel. In *Conférence Bibliographique Internationale*. Bruxelles : Imprimerie Veuve Ferdinand Larcier, 1896.

LACHARITÉ, Normand – Sur la fonction de la philosophie dans l'avènement d'une science de la classification. *Dialogue: Canadian Philosophical Review*. Ottawa : Canadian Philosophical Association. 17:3 (1978) 499-512. ISSN 0012-2173.

LAFUENTE LÓPEZ, Ramiro - *Los sistemas bibliotecológicos de clasificación*. México : Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1993. ISBN 968362961X.

LAHR, C. – Manual de filosofia resumido e adaptado do «Cours de Philosophie». 8^a ed. Porto : Livraria Apostolado da Imprensa, 1968.

LANCASTER, Frederick W. – *El control del vocabulario en la recuperación de información*. 2^a ed. Valencia : Universitat de Valencia, 2002. ISBN 8437054443.

LANCASTER, Frederick W. – *Indexação e resumos : teoria e prática*. Brasília : Briquet de Lemos : Livros, 1993.

LANGRIDGE, Derek Wilton – *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia*. Rio de Janeiro : Interciência, 1977.

LANGRIDGE, Derek Wilton – *Classification and indexing in the humanities*. London [etc.] : Butterworths, 1976. ISBN 0408707771.

LANGRIDGE, Derek Wilton - *Classification--its kinds, elements, systems and applications*. London; New York : Bowker in association with the Centre for Information Studies, Charles Sturt University, Wagga Wagga, N.S.W., 1992. ISBN 0862916224.

LANGRIDGE, Derek Wilton - *Subject analysis: principles and procedures*. London : Bowker : Saur, 1989.

LASSO DE LA VEGA, Javier - *La clasificación decimal seguida de las marcas para alfabetizar los nombres de autor, de las instrucciones para la catalogación de impresos y de las reglas para la colocación de los libros en los estantes por materias*. 2ª ed. Madrid : Editorial Mayfe, 1950.

LASSO DE LA VEGA, Javier - *Tratado de biblioteconomía: organización técnica y científica de bibliotecas*. Madrid : Editorial Mayfe, 1956.

LENTINO, Noelia - *Guia teórico, práctico e comparado dos sistemas de classificação bibliográfica*. São Paulo : Editora Poligno, 1971.

LENZI, Lívia Aparecida Ferreira; BRAMBILA, Ednéa Zandonadi - *Ciência da informação, ciência e revolução científica: breve histórico e reflexões. Informação & Informação* [Em linha]. 11:1 (2006). [Consult. 15 Dez. 2007]. Disponível em: WWW:<URL: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1679>>.

LIBRARY TRENDS [Em linha]. 47:2 (1998) 253-254 [Consult. 15 Jan. 2007]. Disponível em WWW:URL:<http://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8210/librarytrendsv47i2f_opt.pdf?sequence=1>.

LITTON, Gaston - *Clasificación y catálogos*. Buenos Aires : Bowker Editores, 1971.

LITTRÉ, Émile - Dictionnaire de la langue française. Paris : [s.n.], 1956-1958. Vol. 2.

LÓPEZ YEPES, José, coord. - *Fundamentos de información y documentación*. Madrid : Eudema, 1989. ISBN 8477540543.

LÓPEZ YEPES, José, coord. - *Manual de ciencias de la documentación*. Madrid : Pirámide, 2002. ISBN 8436816455.

LÓPEZ-HUERTAS PÉREZ, María José - Estructura de la Clasificación Decimal Universal. In *Manual de clasificación documental*. Madrid : Síntesis, 1999. ISBN 8477385106.

LOS DERECHOS HUMANOS DE LAS MINORIAS ÉTNICAS [Em linha]. [Consult. 30 Out. 2008]. Disponível em WWW:<URL: <<http://www.pdhre.org/rights/ethnicity-sp.html>>.

M. MARTÍNEZ, Ana; TODARO, Alicia J. - Las razas en una lista de encabezamientos de materia en español. *Revista Ciência da Informação* [Em linha]. 35:3 (2006) 272-281 [Consult. 24 Jan. 2008]. Disponível em WWW:<URL:<[http:// www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a27.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a27.pdf)>.

MACHADO, Maria Luisa Saavedra - *A Classificação Colon*. Coimbra : [s.n.], 1964.

MAIA, Rui Leandro, ed. - *Dicionário de sociologia*. Porto : Porto Editora, 2002. ISBN 9720052732.

MALDI, Denise - *A etnia contra a nação*. Cuibá : UFMT, 1995.

MALESEVIC, Sinisa - "Divine ethnies" and "sacred nations". Anthony D. Smith and the neo-Durkhemian theory of nationalism. *Nationalism and ethnic politics* [Em linha]. 10:4 (2004) 561-593. [Consult. 12 Jan. 2008]. Disponível em WWW: <URL: <http://dix.doi.org/10.1080/13537110490900331>>.

MALESEVIC, Sinisa - Rational choice theory and the sociology of ethnic relations: a critique. *Ethnic and Racial Studies* [Em linha]. 25:2 (2002) 193-212. [Consult. 11 Jan. 2008]. Disponível em WWW:<URL: http://pdfserve.informaworld.com/507623_778384746_713766510.pdf>.

MALESEVIC, Sinisa - *The Sociology of Ethnicity* [Em linha]. London : Sage, 2004. ISBN 0761940421. [Consult. 12 Jan 2008]. Disponível em WWW:<URL: http://books.google.pt/books?id=PoYPZ3L1T4gC&dq=The+Sociology+of+Ethnicity&printsec=frontcover&source=bn&hl=pt-PT&ei=Y4tHS72mB9X-4AaLzcnzAg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CCIQ6AEwAw#v=onepage&q=&f=false>.

MALESEVIC, Sinisa; HAUGAARD, Mark, ed. - *Making sense of collectivity: ethnicity, nationalism, and globalisation*. London : Pluto Press, 2002. ISBN 074531936X.

MALTBY, Arthur - *Sayers' manual of classification for librarians*. 5th. Ed. London : André Deutsch, 1975. ISBN 023396603X.

MANHEIMER, Martha - *Cataloging and classification a workbook*. 2nd ed., rev. and expanded. New York : M. Dekker, 1980. ISBN 0824710274.

MANIEZ, Jacques - Du bon usage des facettes: des classifications aux thesaurus. *Documentaliste*. 36:4/5 (1999) 249-262.

MANIEZ, Jacques - *Los lenguajes documentales y de clasificación: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales*. Madrid : Pirámide, 1993. ISBN 8486168872.

MANN, Margaret - *Introduction to cataloguing and the classification of books*. 2nd ed. Chicago : American Library Association, 1943.

MAPLE, Amanda - *Faceted access: a review of the literature* [Em linha] [Consult. Jan. 2007]. Disponível em WWW:<URL:http://library.music.indiana.edu.tech_s/mla/facacc.re>.

MARCELLA, Rita; NEWTON; Robert, ed. – *A new manual of classification*. Aldershot : Gower, 1994.

MARSHALL, Linnea – Specific and generic subject headings: increasing subject access to library materials. *Cataloging & Classification Quarterly*. New York : The Haworth Information Press. ISSN 01639374. 36:2 (2003) 5-21.

MARTINIELLO, Marco; PONCELET, Marc; CAESTECKER, Frank, ed. - *Migrations et minorités ethniques dans l'espace européen*. Bruxelles : De Boeck Université, 1993. ISBN 2804117901.

MAURRAS, Charles- *Auguste Comte*. [Consult. 13 Oct. 2008]. Disponível em: WWW:<URL:http://www.antroposmoderno.com/antroposmoderno/articulo.php?id_articulo=74>.

MAZEROLLE, Fernand; MORTET, Charles, ed. - *Congrès International des Bibliothécaires et des Bibliophiles*. Paris : Jouve, 1925.

MCILWAINE, I. C. – A feasibility study on the restructuring of the Universal Decimal Classification into a fully-faceted classification-system. *Knowledge Organization and Quality Management*. ISSN 9406-4134 (1994).

MCILWAINE, I. C. – *Guía para el uso de la CDU*. Madrid : AENOR, 2003. ISBN 8481433322.

MCILWAINE, I. C. – Knowledge classifications, bibliographic classifications and the Internet. In *Structures and relations in Knowledge Organization: proceedings of the fifth international ISKO Conference*. Wurzburg : Indeks, 1998. ISBN 3932004787. Vol. 6.

MCILWAINE, I. C. – The Universal Decimal Classification: some factors concerning its origins: development, and influence. *Journal of the American Society for Information Science*. 48:4 (1997) 331-39.

MEETHAM, Roger - *Information retrieval: the essential technology*. London : Aldus Books, 1964.

MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça - *Indexação por assuntos: princípios gerais e normas*. Lisboa : Gabinete de Estudos a&b, 2002. ISBN 9729882703.

MERRIL, William Stetson - *Code for classifiers: principles governing the consistence placing of books in a system of classification*. Chicago : American Library Association, 1939.

MISE À JOUR DE LA 21e CDD: CLASSIFICATION DÉCIMAL DEWEY. Montréal : Les Éditions ASTED, 2002. ISBN 2-92154864X.

MOMM, Christiane Fabíola; LESSA, Rafael Orivaldo - Sistema de classificação bibliográfica e a conceituação do turismo: uma visão da CDU. *Perspectivas em Ciência da Inormação* [Em linha]. 14:2 (2009) [Consult. 28 Dez. 2009]. Disponível em WWW:<URL http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

MOREIRO GONZÀLEZ, Jose Antonio - *El contenido de los documentos textuales: su análisis y representación mediante el lenguaje natural*. Gijón : Trea, 2004. ISBN 8497041267.

MOREIRO GONZÀLEZ, Jose Antonio - La representación y recuperación de los contenidos digitales: de los tesauros conceptuales a las folksonomías. In *Tendencias en documentación digital*. Gijón : Trea, 2006. ISBN 8497042700.

MORENO FERNÁNDEZ, Luis Miguel - Una vez más: la CDU no es un thesaurus. *Documentación de las Ciencias de la Información*. 15 (1992) 67-80.

MORENO FERNÁNDEZ, Luis Miguel; BORGONÓOS MARTÍNEZ, María Dolores – *Teoría y práctica de la Clasificación Decimal Universal (CDU)*. Gijón : Trea, 1999. ISBN 8495178354.

MOURA, Vasco Graça – A palavra de um escritor. *Boletim bibliográfico de O Oiro do dia*. Porto, 1988.

MUÑOZ-ALONSO, Sonia – *Fundamentación conceptual, léxica, sintética y metodológica para la articulación de listas de encabezamientos de materia: aplicación a las ciencias de las religiones*. Madrid : [Universidad Complutense], 2005. Tese de Doutoramento.

NOBRE, Sérgio – Uma introdução à história das enciclopédias: a enciclopédia de matemática de Christian Wolff de 1716. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência* [Em linha]. 5:1 (2007) 34-46. [Consult. 6 Jun. 2008]. Disponível em WWW: <URL:<[http:// www.mast.br/arquivos_sbhc/322.pdf](http://www.mast.br/arquivos_sbhc/322.pdf)>.

NORÁN SUÁREZ, Maria Antónia; RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca – La imagen de la mujer en la Clasificación Decimal Universal (CDU). In *La representación y organización del conocimiento: metodologías, modelos y aplicaciones: actas del V Congreso ISKO-España*. Alcalá de Henares: Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento [etc.], 2001. ISBN 8481384856.

NP 3715. 1989. Documentação – *Método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação*. Lisboa : IPQ, 1989.

NP 4036. 1993. Documentação – *Tesaurus monolingues: directives para a sua construção e desenvolvimento*. Lisboa : IPQ, 1993.

NP 4285. 2000. Documentação – *Vocabulário: linguagens documentais*. Lisboa : IPQ, 2000.

NUNES, Leiva – *Da classificação das ciências à classificação da informação: uma análise do acesso ao conhecimento* [Em linha]. [Consult. 23 Mar. 2008]. Disponível em WWW:<URL:http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=340>.

OFFICE INTERNATIONAL DE BIBLIOGRAPHIE ET DE DOCUMENTATION – *Classification Decimale Universelle : 3 Sciences sociales*. Bruxelles : Editions Mundaneum, 1940.

OLIVEIRA, Teresa de – *Teses e dissertações: recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*. 2ª ed. Lisboa : Editora RH, 2005. ISBN 972887104X.

OLSON, Hope – *Between control y chaos: an ethical perspectiva on authority. In Authority control in the 21st century: An Invitational Conference, 1996*. [Em linha]. [Consult. 21 Set. 2008]. Disponível em: WWW:<URL:<http://worldcat.org/arcviewer/1/OCC/2003/06/20/0000003520/viewer/file97.html>>.

OLSON, Hope - Mapping beyond dewey's boundaries: constructing classificatory space for'marginalized knowledge domains. *LIBRARY TRENDS* [Em linha]. 47:2 (1998) 253-254. [Consult. 15 Set. 2007]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8210/librarytrendsv47i2f_opt.pdf?sequence=1>.

OLSON, Hope - *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht : Kluwer Academic, 2002. ISBN 1402007760.

OLSON, Hope; COLL, John J. - *Subject analysis in online catalogs*. Englewood (Col.) : Libraries Unlimited, 2001. ISBN 1563088002.

ONU. Assembleia Geral – *Declaração Universal dos Direitos Humanos* [Em linha]. [Consult. 30 Mai. 2008]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#01>>.

OTLET, Paul – *Traite de documentation: le livre: théorie et pratique*. Bruxelles : Editions Mundaneum, 1934. [Em linha]. [Consult. 7 Mar. 2008]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#01>>.

PACHECO, Maria Cândida Monteiro – *A filosofia e as ciências na Eruditionis Didascalicae* [Em linha]. [Consult. 2 Dez. . 2008]. Disponível em WWW:<URL: <http://repositorio.up.pt/aberto/bitstream/10216/8151/2/1916.pdf>>.

PAINTER, Ann F. – *Classification: theory and practice*. *Drexel Library Quarterly*. 10:4 (1974).

PENNA, Carlos Victor – *Planeamiento de servicios bibliotecarios y de documentación*. 2ª ed. rev. e aum. Madrid : Oficina de Educación Iberoamericana ; Paris : Unesco, 1970.

PENNA, Carlos Victor – *Catalogación y clasificación de libros*. Buenos Aires : ACME Agency, 1945.

PEREC, Georges – *Penser-Classer*. [Paris] : Hachette, 1985. ISBN 2010115546.

PEREIRA, Belmiro Fernandes – *Entre Proteu e Prometeu: lugar da arte retórica na pedagogia humanística*. [Em linha]. [Consult. 28 Jan. 2009]. Disponível em WWW:<URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6666.pdf>>.

PERELMAN, C. H. – *Réflexions philosophiques sur la classification*. In *La classification dans les sciences*. Bruxelles : Éditions J. Duculot S.A., 1963. p. 231-236.

PINTO MOLINA, Maria - *Análisis documental : fundamentos y procedimientos*. 2ª ed. rev. y aum. Madrid : EUDEMA, 1993. ISBN 8477540705.

PINTO MOLINA, Maria, ed. - *Manual de clasificación documental*. Madrid : Síntesis, 1999. ISBN 8477385106.

PINTO MOLINA, Maria; GÁLVEZ, Carmen - *Análisis documental de contenido: procesamiento de información*. Madrid : Síntesis, 1996. ISBN 8477383545.

PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira - Análise e representação de assuntos em sistemas de recuperação da informação; linguagens de indexação. *Revista Escola Biblioteconomia UFMG*. [Em linha]. 14:2 (1985). 169-186. [Consult. 24 Jun. 2007]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ed.ufmg.br.reboline/>>.

PITÉ, Jorge - *Dicionário breve de sociologia*. Lisboa : Presença, 1997. ISBN 9722322141.

POMBO, Olga - *O século de ouro do enciclopedismo* [Em linha]. [Consult. 8 Jun. 2008] Disponível em WWW:<URL:<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/cap2p4/secour.htm>>.

POMBO, Olga - *Da enciclopédia ao hipertexto* [Em linha]. [Consult. 8 Jun. 2008] Disponível em WWW:<URL:<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/>>.

POMPO, Olga - *Da classificação dos seres à classificação dos saberes* [Em linha]. [Consult. 3 Nov. de 2008]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo.classificação.pdf>>

PORFÍRIO - *Isagoge: introdução às categorias de Aristóteles*. Lisboa : Guimarães Editora, 1994. ISBN 9726653851.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne – *Teorias da etnicidade; seguido de, Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo : UNESP, 1998. ISBN 8571391955.

QUICHERAT, Louis – *Novíssimo diccionario latino: etymologico, prosódico, histórico...* 9ª ed. Paris : [s. n.], 1927.

RANGANATHAN, S. R. – *Colon classification: theory and practice: a self instructional manual*. New Delhi : Ess Ess Publications, 2001. ISBN 8170003059.

RANGANATHAN, S. R. – *Philosophy of library classification*. Bangalore : Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 2006. ISBN 8170004721.

RANGANATHAN, S. R. – *Prolegomena to library classification*. 3th. Ed. Bangalore : Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 2006. ISBN 8170004705.

RANGANATHAN, S. R.; NEELAMEGHAN, A. – *Classified catalogue code with additional rules for dictionary catalogue*. 5th ed. London : Asia Publishing House, 1964.

RAYMOND, Boudon, ed. – *Dicionário de sociologia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1990. ISBN 9722008099.

RIVER, Alexis – Construction des langages d'indexation: aspects théoriques. *Documentaliste*. 27:6 (1990) 263 – 270.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca – La integración de la mujer en los lenguajes documentales: una utopia necesaria en la sociedad del conocimiento. *Textos Universitários de Biblioteconomia I Documentació*. ISSN 1575-5886. 18 (2007).

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca – The visibility of women in indexing languages. In BUDIN, Gerhard; SWERTZ, Christian; MITGUTSCH, Konstantin, ed. – *Knowledge organization for a global learning society: proceedings of the ninth International ISKO Conference*. Würzburg : Ergon, 2006. ISBN 10 3899135237.

ROSSOLLI, Henri; THIBAUT, Françoise – *Comment organiser le classement et la documentation*. [S. l.] : Dunod Économie, 1972.

ROWLEY, Jennifer E. – *Abstracting and indexing*. London : Clive Bingley, 1982. ISBN 0851573363.

ROY, Richard – Classer par centres d'intérêt. *Bulletin des Bibliothèques de France*. ISSN 0006-2006. 31:3 (1986) 224-231.

RUIZ PÉREZ, Rafael – *El análisis documental: bases terminológicas, conceptualización y estructura operativa*. Granada : Universidad de Granada, 1992. ISBN 8433817000.

SALVAN, Paule – *Esquisse de l'évolution des systèmes de classification*. Paris : École Nationale Supérieure de Bibliothécaires, 1967.

SALVAN, Paule – *Les classifications*. Paris : Bibliothèque Nationale, 1959.

SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa – Nueva concepción de la representación del conocimiento. In FRÍAS MONTOYA, José Antonio; TRAVIESO, Crispulo, ed. – *Tendencias de investigación en organización del conocimiento: La Revista Knowledge Organization*. Salamanca : Universidad de Salamanca, 2003. ISBN 8478007091.

SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa – Principales sistemas de clasificación. In Pinto, Maria, ed. – *Manual de clasificación documental*. Madrid : Editorial Sinyesis, 1999. ISBN 8477385106.

SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa – *Sistemas de organización del conocimiento: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas*. Madrid : Universidad Carlos III de Madrid, 1996. ISBN 8434008866.

SANTOS, Boaventura de Sousa – O racismo dos que não são racistas. *Visão*. 116 (1995).

SANTOS, Maria Luísa F. N. dos – *Organização do conhecimento e representação de assuntos*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2007. ISBN 9789725654125.

SARMENTO, Eduardo Moraes – *Considerações sobre a metodologia do trabalho científico*. Porto : IPAM : Instituto Português de Administração de Marketing, 1996. ISBN 97295299302.

SASKIA, Sassen – *A sociology of globalization*. New York : W. W. Norton & Company, cop. 2007. ISBN 0393927261.

SAYE, Jerry D.; McAllister-Harper Desretta V. - *Manheimer's cataloging and classification: a workbook*. 3rd ed., rev. and expanded. New York : M. Dekker, cop. 1991. ISBN 0824784936.

SAYERS, W. C. Berwick – *A manual of classification for librarians and bibliographers*. London : Grafton, 1955.

SAYERS, W. C. Berwick – *An introduction to library classification: theoretical, historical and practical with readings, exercises and examination papers*. London : Grafton & Co., 1950.

SCHMIDT, A. F.- Tendencias modernas en el desarrollo de la CDU. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. 28:2 (1978) 25-37.

SCHREINER, Heloisa Benetti – *Considerações históricas acerca do valor das classificações bibliográficas* [Em linha]. Rio de Janeiro, 1976. [Consult. 15 de

Set. 2007]. Disponível em WWW:<URL:
<http://www.conexaorio.com/bit/schreiner/>>.

SCIBOR, Eugeniusz – La CDU y los thesauri: diferentes aspectos del problema. *Boletín de la ANABAD*. ISSN 0210-4164. 28: 2 (1978) 81-92.

SEHGAL, R. L. – *An introduction to Universal Decimal Classification*. New Delhi : Ess Ess Publications, 1994.

SENGUPTA, Benoyendra – *Cataloguing: is theory and practice*. Calcuttá : The World Press Private, 1964.

SHAH, Prakash; COTTERRELL, Roger – *Legal pluralism in conflict: coping with cultural diversity in law*. London : Glass House Press, 2005. ISBN 1904385583.

SHERA, Jesse H; MARGARET, E. Egan – *Catálogo sistemático: princípios básicos e utilização*. Brasília : Universidade de Brasília, 1969.

SHURTLEFF, Nathaniel B. – *A decimal system for the arrangement and administration of libraries*. Bóston : Privately Printed, 1856 [Em linha]. [Consult. 12 Nov. 2007]. Disponível em WWW: <URL:
http://books.google.pt/books?id=HB0CAAAAQAAJ&dq=Shurtleff+%22librarie&printsec=frontcover&source=bl&ots=jxdcvML6VV&sig=ccxt8S4ED3szG-y5qTUhLjMDoPQ&hl=pt-PT&ei=LBH8SqB0J4TX-QayoaidAg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CA4Q6AEwAQ#v=onepage&q=&f=false>.

SILVA, Saul António Marques da - *As margens da Europa: situação das minorias étnicas no contexto da UE: o caso do povo cigano*. Coimbra: S. A. M. Silva, 2002.

SIMÕES, Maria da Graça – *Classificação Decimal Universal: fundamentos e procedimentos*. Coimbra : Almedina, 2008. ISBN 9789724035703.

SIMÕES, Maria da Graça – Da abstracção à complexidade formal: relações conceptuais num tesaurus. Coimbra : Almedina, 2008. ISBN 9789724033747.

SLYPE, Georges van – *Conception et gestion des systèmes documentaires*. Paris : Les éditions d'organisation, 1977. ISBN 2708103245.

SLYPE, Georges van – *Los lenguajes de indización: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales*. Madrid : Fundación Germán Sánchez Ruipérez : Pirâmide, 1993. ISBN 8486168600.

SOERGEL, Dagobert - *Indexing languages and thesauri: construction and maintenance*. Los Angeles : Melville Pub. Co., [1974]. ISBN 0471810479.

SOERGEL, Dagobert - *Organizing information: principles of data base and retrieval systems*. Orlando : Academic Press, 1985. ISBN 0126542600.

SOUZA, José Soares de – *Classificação: sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1943.

SPENCER, Herbert – *Classification des sciences*. 11^{ème} ed. Paris : Librairie Félix Alcan, 1930.

STONE, Alva T. – The LCSH century: a brief history of the Library of Congress Subject Headings, and introduction to the centennial essays. *Cataloguing & Classification Quarterly*. New York : The Haworth Press. ISSN 0163-9374. 2:1-2 (2000) 1-15.

SUKIASYAN, Eduard – Classification systems in their historical development: problems of typology and terminology. In *Structures and relations in Knowledge Organization: proceedings of the fifth international ISKO Conference*. Wurzburg : Indeks, 1998. ISBN 3932004787. Vol. 6.

SVENONIOUS, Elaine – Design of controlled vocabularies. In *Encyclopedia of Library and Information Science*. New York : Marcel Dekker, 1988. Vol. 45.

SVENONIOUS, Elaine – *Theory of subject analysis: a sourcebook*. Littleton : Libraires Unlimited, 1985.

Taylor, Arlena G. – *Introduction to cataloguing and classification*. London : Libraries Unlimited, 2006. ISBN 159158230X.

Taylor, Arlena G. – *The organization of information*. Englewood (Col.) : Libraries Unlimited, 1999. ISBN 1563084937.

THE NEW ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. 15th ed. Chicago : Encyclopaedia Britannica, cop. 1995. Vol. 3.

THOMPSON, James - *A history of the principles of librarianship*. London : Clive Bingley, 1974. ISBN 0851572413.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam – Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. *Perspectivas em Ciências da Informação* [Em linha]. 33:2 (2004). [Consult. 28 Abr. 2007]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf>.>

TURTON, David; GONZÁLEZ, Julia - *Cultural identities and ethnic minorities in Europe*. Bilbao : University of Deusto, 1999. ISBN 8474856302.

UDC CONSORTIUM – *Classificação Decimal Universal: tabela de autoridade*. 3^a ed. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2005. ISBN 9725653535.

UDC CONSORTIUM – *Classification Décimale Universelle: Ed. moyenne*. 2^{ème} ed. Liège : Editions du CÉFAL, 1990-1993. ISBN 2871300631.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Central – *Catálogo metódico*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1916.

VALDEIGLESIAS, S. Puertas – Aspectos teóricos sobre el estereotipo, el prejuicio y la discriminación. *Seminário Médico*. 56:2 (2004) 132-144.

VIANA, Mário Gonçalves – *Arte de classificar e de arquivar*. 2ª ed. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1967.

VICKERY, B. C. – *Classification and indexing*. 3rd ed. London: Butterworths, 1975. ISBN 0408706627.

VICKERY, B. C. – *La classification a facettes: guide pour la construction et l'utilisation de schèmes spéciaux*. Paris : Gauthier-Villars, 1963.

VICKERY, B. C. – La Classification Décimale Universelle et l'indexage de la documentation technique. *Bulletin de l'UNESCO*. 15:3 (1961) 23-37.

VIEIRA, Kátia Corina – *O procesamento técnico: uma perspectiva histórica*. [Em linha]. [Consult. 11 Jan. 2008]. Disponível em WWW: <URL: <http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/poster004.doc>>.

VIGNAUX, Georges – *As ciências cognitivas*. Lisboa : Instituto Piaget, 1995. ISBN 9728245351.

VIGNAUX, Georges – *O demónio da classificação: pensar, organizar*. Lisboa : Instituto Piaget, 2000. ISBN 9727713319.

VISWANATHAN, C. G. – *Public Library operations and services: a short manual*. New York : Asia Publishers House, 1961.

WILLIAMSON, Nancy J.; BEGHTOL, Clare, ed. - *Knowledge organization and classification in international information retrieval*. Binghamton (NY) : Haworth Information Press, 2003. ISBN 0789023547.

WIMMER, Andreas - The making and unmaking of ethnic boundaries: a multilevel process theory. *American Journal of sociology* [Em linha]. 113:4 (2008) 970-1022. [Consult. 20 Abr. 2009] Disponível em WWW: <URL: <http://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/522803>>.

Yin, Robert K. - *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2005. ISBN 8536304626.

YINGER, J. Milton; ISAJIW, Wsevolod W. - Ethnicity: source of strength? source of conflict? *International migration Review* [Em linha]. 30:1 (1996) 335-337 [Consult. 20 Dez. 2008] Disponível em WWW: <URL: <http://links.jstor.org/sici?sici=0197-9183%28199621%2930%3A1%3C335%3AESOSSO%3E2.0.CO%3B2-T>>.

ZOLBERG, Aristide R. - *Escape from violence: conflict and the refugee crisis in the developing world*. New York : Oxford University Press, 1992. ISBN 0195070167.

Índice de Figuras

Figura 1 - Árvore de Porfírio	107
Figura 2 - Naturalis Historia	121
Figura 3 - Institutiones divinarum et sæcularum litterarum	123
Figura 4 - Speculum Majus	124
Figura 5 - Dictionarium historicum, geographicum et poeticum	128
Figura 6 - Encyclopédie ou Dictionnaire... des sciences, des arts et des métiers	134
Figura 7- Sistema do conhecimento humano (Encyclopédie)	136
Figura 8 - Panepistemon	142
Figura 9 - Examen de ingenios	143
Figura 10 - Bibliotheca Universalis	144
Figura 11 - De dignitate et augmentis scientiarum	145
Figura 12 - Plano da divisão das ciências de Ampere	147
Figura 13 - Systema Naturae	149
Figura 14 - Histoire naturelle, générale et particulière	151
Figura 15 - Plano da classificação das Ciências de Comte	154
Figura 16 - Divisão das ciências de Spencer	158
Figura 17 - Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres	169
Figura 18 - Memoirs of Libraries	170
Figura 19 - Esquema das classificações de Bacon, Harris e Dewey	196
Figura 20 - A decimal system for the arrangement and administration of libraries	199
Figura 21 - Classes principais da Classificação Colon	214
Figura 22 - Distribuição das subclasses consideradas [Auxiliares de Língua]	353
Figura 23 - Distribuição das entradas das subclasses [Auxiliares de língua]	354
Figura 24- Distribuição das subclasses consideradas [Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade]	356
Figura 25 - Distribuição das entradas das subclasses [consideradas [Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade]	357
Figura 26 - Distribuição das subclasses consideradas [Religião]	360
Figura 27 - Distribuição das entradas das subclasses [Religião]	361
Figura 28 - Distribuição das subclasses consideradas [Ciências sociais]	366
Figura 29 - Distribuição das entradas das subclasses [Ciências sociais]	367
Figura 30 - Distribuição das subclasses consideradas [Língua]	369

Figura 31 - Distribuição das entradas das subclasses [Língua]	370
Figura 32 - Distribuição das entradas das subclasses [Ciências puras]	372
Figura 33 - Distribuição das entradas das subclasses [Auxiliares de Língua]	376
Figura 34 - Distribuição das entradas das subclasses [Religião]	379
Figura 35 - Distribuição das entradas das subclasses [Ciências sociais]	386
Figura 36 - Distribuição das entradas das subclasses [Língua]	388
Figura 37 - Distribuição das entradas das subclasses [Literatura]	391
Figura 38 - Distribuição das entradas das subclasses [Auxiliares de Língua]	394
Figura 39 - Distribuição das entradas das subclasses [Religião]	397
Figura 40 - Distribuição das entradas das subclasses [Ciências sociais]	406
Figura 41 - Distribuição das entradas das subclasses [Língua]	408
Figura 42 - Distribuição das entradas das subclasses [Literatura]	410
Figura 43 - Distribuição das entradas consideradas [Auxiliares de Língua]	414
Figura 44 - Distribuição das entradas das subclasses [Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais]	417
Figura 45 - Distribuição das entradas das subclasses [Religião]	419
Figura 46 - Distribuição das entradas das subclasses [Ciências sociais]	428
Figura 47 - Distribuição das entradas das subclasses [Ciências puras]	430
Figura 48 - Distribuição das entradas das subclasses [Língua]	432
Figura 49 - Distribuição das entradas das subclasses [Literatura]	433
Figura 50 - Distribuição das entradas das subclasses [Auxiliares de língua]	436
Figura 51 - Distribuição das entradas das subclasses [Auxiliares comuns de pessoa e características pessoais]	441
Figura 52 - Distribuição das entradas das subclasses [Religião]	443
Figura 53 - Distribuição das entradas das subclasses [Ciências sociais]	451
Figura 54 - Distribuição das entradas das subclasses [Língua]	454
Figura 55 - Auxiliares de Língua	457
Figura 56 - Auxiliares de raça, grupo étnico e nacionalidade	459
Figura 57 - Auxiliares de pessoa	461
Figura 58 - Religião	463
Figura 59 - Ciências Sociais [1]	468
Figura 60 - Ciências Sociais [2]	469
Figura 61 - Línguas	477
Figura 62 - Antropologia	480

Figura 63 - Literatura	483
Figura 64 - Distribuição total de entradas	485
Figura 65 - Distribuição de entradas relativas ao conceito Etnia por edição	486

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Movimento enciclopédico na Antiguidade Clássica	122
Tabela 2 - Movimento enciclopédico na Idade Média	127
Tabela 3 - Movimento enciclopédico no Renascimento	139
Tabela 4 - Movimento enciclopédico na Idade Moderna	136
Tabela 5 - Afinidades entre o movimento enciclopédico e as classificações	138
Tabela 6 - Classes principais da Classificação Decimal de Dewey	202
Tabela 7 - Categorias de Ranganathan	209
Tabela 8 - Classes Principais da Classificação Decimal Universal	240
Tabela 9 - Signos com função classificatória	245
Tabela 10 - Signos não classificatórios	257
Tabela 11 - Auxiliares comuns gerais independentes	262
Tabela 12 - Auxiliares comuns gerais dependentes	278
Tabela 13 - Auxiliares especiais	285
Tabela 14 - Grelha de análise	310
Tabela 15 - Classificações consideradas neste estudo	315
Tabela 16 - Tipos de análise e respectivas fases	321
Tabela 17 - Subdivisions par langues ou idiomes [1905]	351
Tabela 18 - Subdivisions ethniques [1905]	355
Tabela 19 - Classe 2: Religióń [1905]	359
Tabela 20 - Classe 3: Sciences sociales et Droit [1905]	362
Tabela 21 - Classe 4: Philologie. Linguistique [1905]	368
Tabela 22 - Classe 5: Sciences pures [1905]	371
Tabela 23 - Classe 8: Littérature. Belles-Letres [1905]	373
Tabela 24 - Subdivisions de langues [1927-1933]	375
Tabela 25 - Subdivisions ethniques [1927-1933]	377
Tabela 26 - Classe 2: Religion. Théologie [1927-1933]	378
Tabela 27 - Classe 3: Sciences sociales [1927-1933]	380
Tabela 28 - Classe 4: Philologie. Linguistique [1927-1933]	387
Tabela 29 - Classe 5: Sciences pures [1927-1933]	389
Tabela 30 - Classe 8: Littérature. Belles-Letres [1927-1933]	390
Tabela 31 - Allgemeine Anhängeszahlen der Sprache [1934-1953]	393
Tabela 32 - Rassen und Völker [1934-1953]	395
Tabela 33 - Classe 2: Religióń [1934-1953]	396
Tabela 34 - Classe 3: Sozialwissenschaften. Recht. Verwaltung [1934-1953]	398

Tabela 35 - Classe 4: Philologie. Linguistique [1934-1953]	407
Tabela 36 - Classe 5: Sciences pures [1934-1953]	408
Tabela 37 - Classe 8: Schöne Literatur (Wortkunstwerke) [1934-1953]	409
Tabela 38 - Divisions communes de langues [1967-1973]	413
Tabela 39 - Divisions communes de races et de peuples [1967-1973]	415
Tabela 40 - Persones [1967-1973]	416
Tabela 41 - Classe 2: Religion. Théologie [1967-1973]	418
Tabela 42 - Classe 3: Sciences sociales. Droit. Administration [1967-1973]	420
Tabela 43 - Classe 5: Sciences pures [1967-1973]	429
Tabela 44 - Classe 8: Linguistique. Philologie. Littérature [1967-1973]	431
Tabela 45 - Divisions communes de langue [1990-1993(1990)]	435
Tabela 46 - Divisions communes de races et de nationalités [1990-1993(1990)]	437
Tabela 47 - Persones [1990-1993(1990)]	439
Tabela 48 - Classe 2: Religion. Théologie [1990-1993(1990)]	442
Tabela 49 - Classe 3: Sciences sociales [1990-1993(1990)]	444
Tabela 50 - Classe 5: Sciences pures [1990-1993(1990)]	452
Tabela 51 - Classe 8: Linguistique. Philologie. Littérature [1990-1993(1990)]	453

Fontes de imagens

- 1- <http://www.riterm.net/actes/2simposio/talamo.htm> [Consult. 6 Set. 2009]
- 2- <http://www.w3c.it/talks/2009/storiaWeb/images/naturalisHistoria.jpg> [Consult. 2 Set. 2009]
- 3- <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/images/veado.jpg> [Consult. 12 Dez. 2009].
- 4- <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/paginas/vbeauvais/speculum-maius.jpg> [Consult. 12 de Dez. 2009].
- 5- <http://chez.mana.pf/~sunset.tubuai/1671dictionarium.html> [Consult. 12 de Dez. 2009]
- 6- <http://clionauta.files.wordpress.com/2010/01/encyclopedie.jpg> [Consult. 12 Dez. 2009].
- 7- <http://aix1.uottawa.ca/~sperrier/europe/cours9/images/tree.french.jpg> [Consult. 12 Dez. 2009].
- 8- http://www.library.illinois.edu/rbx/exhibitions/Florentine%20Printing/POLIZIANOPANEPITEMON_001.GIF [Consult. 10 Dez. 2009].
- 9- http://cvc.cervantes.es/img/conjuro_libros/09_examen_ingenios01_600.jpg [Consult. 20 Nov. 2009].
- 10- <http://www.ngzh.ch/Nj1966.gif> [Consult. 21 Nov. 2009].
- 11- http://www.library.dal.ca/duasc/Bacon/images/thumbnails/G130_DeAugmentisScientiarum_1stParisEd.jpg [Consult. 15 Dez. 2009]
- 12- <http://www.sabix.org/bulletin/b37/37-28.gif>. [Consult. 20 Dez. 2009].
- 13- <http://bibbild.abo.fi/hereditas/linneana/syn.jpg> [Consult. 14 Dez. 2009]
- 14- <http://images.google.pt/images?hl=pt-PT&source=hp&q=Histoire%20naturelle%2C%20g%C3%A9n%C3%A9rale%20et%20particuli%C3%A8re%3A%20avec%20la%20description%20du%20Cabinet%20du%20ro&um=1&ie=UTF-8&sa=N&tab=wi> [Consult. 14 Dez. 2009].
- 15- <http://images.google.pt/images?hl=pt-PT&um=1&q=Classification+des+sciences+%22Auguste+Comte%22&sa=N&start=63&ndsp=21> [Consult. 14 dez. 2009].
- 16- SPENCER, Herber – *Classification des sciences*. 1930. P. 6.

- 17- <http://www.bne.es/export/sites/BNWEB1/imagenes/COLECCIONES/Bibliografia8g.jpg> [Consult. 15 Dez. 2009].
- 18- http://farm3.static.flickr.com/2479/3845173256_871f55ebc5.jpg [Consult. 16 Dez. 2009].
- 19- BARBOSA, Alice Príncipe - *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. 1969. P. 203.
- 20- http://books.google.pt/books?id=HB0CAAAAQAAJ&dq=A+decimal+system+for+the+arrangement+and+administration+of+libraries&printsec=frontcover&source=bl&ots=jxe5zRI4T_&sig=6MJdlLbPJUieTgxGCVpZ2xa_59I&hl=pt-PT&ei=LakwS8u9A8ei4QaL67mqCA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=6&ved=0CB0Q6AEwBQ#v=onepage&q=&f=false [Consult. 21 Dez. 2009].
- 21- BROWN, A. G.; LANGRIDGE, D. W.; MILLS, J. - Subject analysis and practical classification. 1976. P. 146.